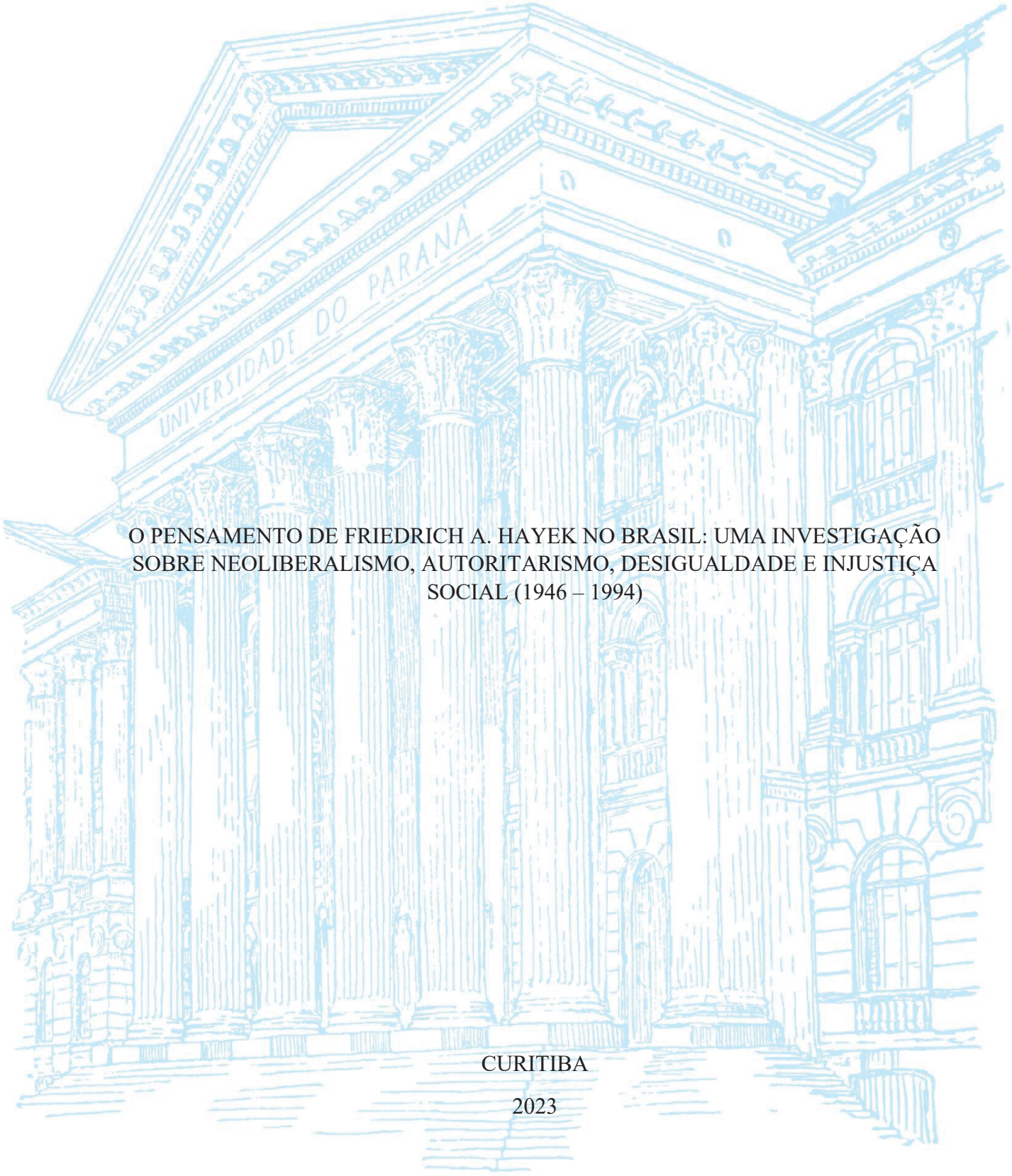
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO MENDES COELHO




# O PENSAMENTO DE FRIEDRICH A. HAYEK NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO, DESIGUALDADE E INJUSTIÇA SOCIAL (1946 – 1994)

CURITIBA

2023

FERNANDO MENDES COELHO

# O PENSAMENTO DE FRIEDRICH A. HAYEK NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO, DESIGUALDADE E INJUSTIÇA SOCIAL (1946-1994)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Linha de pesquisa de Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Coelho, Fernando Mendes
O pensamento de Friedrich A. Hayek no Brasil : uma investigação sobre neoliberalismo, autoritarismo, desigualdade e injustiça social (1946-1994). / Fernando Mendes Coelho. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves.

1. Hayek, Friedrich A. von (Friedrich August), 1899-1992. 2. Neoliberalismo - Brasil. 3. Autoritarismo. 4. Brasil – Política econômica. I. Gonçalves, Marcos, 1961-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA - 40001016009P0

# TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FERNANDO MENDES COELHO** intitulada: **O pensamento de Friedrich A. Hayek no Brasil: uma investigação sobre neoliberalismo, autoritarismo , desigualdade e injustiça social (1946-1994).**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS GONÇALVES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Maio de 2023.

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 21:03:15.0
MARCOS GONÇALVES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 18:41:02.0
EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO JUNIOR
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 21:01:42.0
ALEXANDRE MACCHIONE SAES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 16:31:27.0
LIDIANE FRIDERICHS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO)

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 18:45:17.0
CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha esposa Majoli Coelho pelo amor, companheirismo, cuidado e paciência durante os anos de doutorado, estando sempre ao meu lado nos momentos de dificuldades. Agradeço também meu filho, Frederico Adriano Coelho, que faz nossos dias mais felizes e que está me ensinando o que é ser pai.

Aos meus pais Antonio Carlos Coelho e Elieze Mendes Coelho, por todo incentivo e amor depositado em mim durante toda minha vida. A minha tia Luísa Coelho Silva, que fez sua passagem há quase dez anos, mas deixou também um legado de amor e carinho na minha vida.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Marcos Gonçalves, por quem nutro profunda admiração, foram anos de frutífera parceria e de cumplicidade intelectual. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, e principalmente aos professores da linha de pesquisa de Intersubjetividade e Pluralidade, foram disciplinas e seminários de pesquisa muito ricos ao longo dos anos de doutoramento.

Aos professores que leram e avaliaram meu trabalho. Cito na qualificação a Profa. Dra. Marion Brepohl e o Prof. Dr. Roberto Pereira Silva, com suas ricas contribuições que resultaram em aprofundamentos e ajustes determinantes para o aprimoramento da pesquisa. E aos professores que participaram da banca de defesa, Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima, Prof. Dr. Eduardo Teixeira de Carvalho Júnior, Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs e Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes. As contribuições e a leitura cuidadosa da banca permitiram um rito de defesa com muitas ideias, discussões e apontamentos que agregaram não apenas ao resultado da pesquisa, mas também fomentaram inspirações de trabalhos futuros.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em História, desde os anos de mestrado até o doutorado.

Aos amigos e ex-professores da graduação, pois fizeram parte da caminhada.

Aos colegas de trabalho que me apoiaram nas idas para Curitiba.

Por fim, mas não menos importante, agradecer a Universidade Federal do Paraná, lugar onde me graduei em Ciências Econômicas e fiz meu mestrado e doutorado em História, também a Universidade Estadual do Paraná, onde estudei História na graduação. Todo meu trabalho é fruto de universidades públicas de qualidade, evidenciando a importância do investimento público na ciência. Viva a universidade pública!

Para minha esposa Majoli Coelho e para meu filho Frederico Adriano Coelho.

“Minha posição mental é algo distinta, pois eu não sou exatamente o que se chama um economista. Por mais que eu haja estudado economia, é fundamental em mim o fato de que busquei nessa ciência, desde o início, um instrumento de análise a mais para compreender a história. Eu parto da observação do processo histórico e metodicamente vou introduzindo a análise econômica”.

– Celso Furtado.

“As ideias de economistas e filósofos políticos ambos, quando estão certos ou errados são mais poderosas do que comumente entendido”. “[...] homens práticos, que acreditam ser isentos de qualquer influência intelectual são geralmente escravos de algum economista morto”.

– John Maynard Keynes.

“Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”.

– Margareth Thatcher.

## RESUMO

Friedrich August von Hayek foi um dos mais influentes representantes da Escola Austríaca de Economia e membro fundador da Sociedade Mont Pèlerin em 1947. Produziu diversas obras, sendo as mais influentes *O Caminho da Servidão* (1944), *Os Fundamentos da Liberdade* (1960) e os três volumes de *Direito, Legislação e Liberdade* (1973, 1976 e 1979). Além das obras foi condecorado com o Prêmio Nobel de Economia em 1974. Hayek tinha como convicção da defesa do livre mercado, o anticomunismo e a crítica ferrenha à intervenção estatal na Economia. Todo esse conjunto transformou Hayek em um dos principais teóricos e ideólogos do neoliberalismo. Considerando a influência do economista austríaco e a difusão mundial de seu pensamento e obras, o enfoque desta pesquisa concentra-se em como as ideias de Hayek chegaram ao Brasil. A entrada não é linear e apresentou avanços e desacelerações ao longo das décadas que engloba o recorte temporal analisado (1944-1994). O conjunto de fontes utilizado para elucidar a problemática da pesquisa vai desde as obras de Hayek traduzidas para o português, englobando as três principais citadas acima, passando por recortes jornalísticos que cobriram as viagens de Hayek ao Brasil em 1957 e entre 1977 e 1981, até cartas trocadas pelo economista e o empresário brasileiro Henry Maksoud, que bancou as viagens do austríaco ao Brasil e foi responsável pela tradução das obras *Os Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade* para o português nos anos 1980. Também faz parte do rol de fontes cartas trocadas por Hayek e o neoliberal brasileiro Eugênio Gudin antes da viagem de 1957 ao Rio de Janeiro. Diante da grande variedade de fontes, que engloba cartas, imprensa e livros, metodologicamente a pesquisa dividiu o trabalho em quatro capítulos. No primeiro é feita uma revisão teórica e historiográfica do pensamento neoliberal brasileiro desde a década de 1930 até o período posterior à ditadura militar brasileira, identificando os principais economistas e teóricos sobre o assunto. Nesse primeiro capítulo também é problematizada as consequências sociais das políticas neoliberais. Para isso foi dividido o neoliberalismo em três frentes, sendo a doutrina, o movimento e a ação política. No segundo capítulo, adentrando no objeto principal da pesquisa, abordo o impacto da obra *O Caminho da Servidão* no Brasil, abrangendo as diversas edições, traduções, palestras, coberturas jornalísticas, publicidade do livro e cartas de Hayek que de alguma forma apontam para as principais teses de *O Caminho da Servidão*, que é a crítica que a intervenção estatal na economia levaria as nações que a adotassem ao totalitarismo. Há também forte anticomunismo na narrativa de *O Caminho da Servidão*. O terceiro capítulo investiga as transformações do pensamento de Hayek, em que nas obras *Os Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade*, o foco do anticomunismo tenha mudado para a crítica ao Estado de Bem-Estar Social. Nesse capítulo discuto como o pensamento de Hayek pode ser nocivo ao questionar direitos fundamentais como a precarização da saúde, a passagem do trabalho assalariado para a ilusão do sujeito empreendedor de sucesso, finalizando com o modelo de democracia limitada de Hayek. No quarto e último capítulo, são tratados temas diversos derivados dos capítulos anteriores e de posicionamentos de Hayek nas suas viagens ao Brasil, finalizando com as reportagens que questionavam a validade de suas principais teorias, por fim discuto como Hayek foi um homem de ideias solitárias. Na conclusão apresento como as ideias de Hayek adentraram no Brasil em fluxos que eu chamo de ondas ou gradientes.



Palavras-chave: Friedrich A. Hayek; neoliberalismo; Brasil; História das ideias; anticomunismo; antiestatismo.

**ABSTRACT**

Friedrich August von Hayek was one of the most influential representatives of the Austrian School of Economics and a founding member of the Mont Pèlerin Society in 1947. He produced several works, the most influential being *The Road to Serfdom* (1944), *The Constitution of Liberty* (1960) and the three volumes of *Law, Legislation and Liberty* (1973, 1976 and 1979). In addition to his works, he was awarded the Nobel Prize in Economics in 1974. Hayek was convinced of the defense of the free market, anti-communism and a fierce criticism of state intervention in the economy. All this set turned Hayek into one of the main theorists and ideologues of neoliberalism. Considering the influence of the Austrian economist and the worldwide diffusion of his thought and works, the focus of this research is on how Hayek's ideas arrived in Brazil. The entry is not linear, and presented advances and decelerations over the decades that encompasses the time frame analyzed (1944-1994). The set of sources used to elucidate the research problem ranges from Hayek's works translated into Portuguese, encompassing the three main ones mentioned above, through journalistic clippings that covered Hayek's trips to Brazil in 1957 and between 1977 and 1981, to letters exchanged by the economist and Brazilian businessman Henry Maksoud, who paid for the Austrian's trips to Brazil and was responsible for translating the works *The Constitution of Liberty* and *Law, Legislation and Liberty* into Portuguese in the 1980s. letters exchanged by Hayek and the Brazilian neoliberal Eugênio Gudin before the 1957 trip to Rio de Janeiro. Given the wide variety of sources, which includes letters, press and books, methodologically the research divided the work into four chapters. The first presents a theoretical and historiographical review of Brazilian neoliberal thinking from the 1930s to the period after the Brazilian military dictatorship, identifying the main economists and theorists on the subject. This first chapter also discusses the social consequences of neoliberal policies. For this, neoliberalism was divided into three fronts, namely doctrine, movement and political action. In the second chapter, going into the main object of the research, I approach the impact of the work *The Road of Serfdom* in Brazil, covering the different editions, translations, lectures, journalistic coverage, publicity of the book and Hayek's letters that somehow point to the main theses of *The Road to Serfdom*, which is the criticism that state intervention in the economy would lead nations that adopted it to totalitarianism. There is also strong anti-communism in the narrative of The Road to Serfdom. The third chapter investigates the transformations of Hayek's thought, in which in the works *The Constitution of Liberty* and *Law, Legislation and Liberty*, the focus of anticommunism has changed to a critique of the Welfare State. In this chapter I discuss how Hayek's thinking can be harmful when questioning fundamental rights such as the precariousness of health, the passage from salaried work to the illusion of the successful entrepreneur, ending with Hayek's model of limited democracy. In the fourth and last chapter, several themes derived from previous chapters and from Hayek's positions on his trips to Brazil are dealt with, ending with the reports that questioned the validity of his main theories, finally I discuss how Hayek was a man of solitary ideas. In conclusion, I present how Hayek's ideas entered Brazil in flows that I call waves or gradients.

Keywords: Friedrich A. Hayek; neoliberalism; Brazil; History of ideas; anticommunism; anti-statism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz de convite para conferência de José Ítalo Stelle.....103
Figura 2 – Publicidade da 1ª edição de *O Caminho da Servidão* no Brasil.....145
Figura 3 – Publicidade da 1ªedição de *O Caminho da Servidão* no Brasil.....146
Figura 4 – Anúncio de Hayek na Fundação Getúlio Vargas.....248
Figura 5 - Trecho de entrevista cedida por Hayek para o jornal El Mercurio.....305

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Frequência e assuntos tratados nas cartas.....22
Quadro 2 – Diferenças nas traduções dos capítulos de *O Caminho da Servidão*.....106
Quadro 3 – Distinções na utilização de palavras entre as diferentes traduções.....107
Quadro 4 – Trechos da obra com traduções diferentes.....111
Quadro 5 – Títulos dos capítulos de *O Caminho da Servidão* na sua versão em inglês.....115
Quadro 6 – Distinções na utilização de palavras entre as diferentes traduções.....117
Quadro 7 – Trechos da obra com traduções diferentes.....119
Quadro 8 – Comparações entre Doutrina, Movimento e Ação Política.....300

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO ..... 15**

METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS FONTES ..... 21

OS LIVROS DE HAYEK COMO FONTE HISTÓRICA ..... 24

CARTAS TROCADAS ENTRE HAYEK E HENRY MAKSOUD E CARTAS TROCADAS ENTRE GUDIN E HAYEK ..... 25

JORNAIS E REVISTAS QUE NOTICIARAM HAYEK NO BRASIL ..... 29

RECORTE TEMPORAL ..... 31

OS ANEXOS ..... 31

**CAPÍTULO 1 — O PENSAMENTO NEOLIBERAL NO BRASIL ..... 33**

1.1 AS DIFERENÇAS ENTRE LIBERALISMO, CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO ..... 33

1.2 ASPECTOS CONCEITUAIS A RESPEITO DO NEOLIBERALISMO: ALCANCES, LIMITES E TENSÕES ..... 39

1.3 NEOLIBERALISMO COMO DOUTRINA ..... 45

1.4 NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO ..... 50

1.5 NEOLIBERALISMO COMO PROGRAMA POLÍTICO ..... 54

1.6 NEOLIBERALISMO NO BRASIL: DISCUSSÕES E APONTAMENTOS HISTÓRICOS 56

1.6.1 NEOLIBERALISMO, ANTIESTATISMO E LIVRE MERCADO NO BRASIL ENTRE 1945 E 1964 ..... 57

1.6.2 O NEOLIBERALISMO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)65

1.6.3 *THINK TANKS* E A DISSEMINAÇÃO DA DOUTRINA NEOLIBERAL NA REDEMOCRATIZAÇÃO ..... 73

1.7 O AVANÇO DEMOCRÁTICO DO NEOLIBERALISMO ATRAVÉS DOS GOVERNOS DE RONALD REAGAN, MARGARETH THATCHER E AS EVIDÊNCIAS DE UMA CRISE MORAL ..... 79

**CAPÍTULO 2 – *O CAMINHO DA SERVIDÃO*: RECEPÇÃO, TRADUÇÕES, LIVRE MERCADO E ANTICOMUNISMO ..... 86**

2.1 UMA BREVE DISCUSSÃO A RESPEITO DA HISTÓRIA DAS IDEIAS ..... 87

2.1.1 QUENTIN SKINNER, JOHN POCOCK E DOMINICK LACAPRA COMO SUPORTE DE ANÁLISE ..... 89

2.1.2 A crítica ao contextualismo e possíveis aproximações entre Pocock e LaCapra ..... 93

2.2 REFLEXÕES SOBRE O ANTICOMUNISMO LIBERAL ..... 97

2.3 AS EDIÇÕES DE *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NO BRASIL ..... 101

2.3.1 DIFERENÇAS DE TRADUÇÕES DE *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NO BRASIL .. 105

2.3.2 DIFERENÇAS NAS TRADUÇÕES DAS OBRAS ..... 109

2.4 PREFÁCIOS DAS PUBLICAÇÕES DA OBRA *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NO BRASIL ..... 125
2.4.1 Prefácios para as edições inglesas e americana publicados nas edições brasileiras ..... 127
2.4.1.1 O prefácio escrito por John Chamberlain ..... 135
2.4.2 O prefácio de Adolpho Lindenberg para a edição de 1977 ..... 138
2.4.3 O PREFÁCIO DE ROBERTO CAMPOS PARA A EDIÇÃO DE 1994 ..... 142
2.4.4 Um breve balanço dos prefácios ..... 148
2.5 *O Caminho da Servidão* na imprensa entre 1946 e 1977 ..... 148
2.6 *O CAMINHO DA SERVIDÃO* E A CARTA DE HENRY MAKSOUD PARA HAYEK 158
2.7 *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NA IMPRENSA DURANTE AS VISITAS DE HAYEK AO BRASIL ..... 166
2.8 A ÁRVORE DO PENSAMENTO DE HAYEK ..... 172
**CAPÍTULO 3 – HAYEK E O COMBATE AO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL 174**
3.1 APONTAMENTOS SOBRE A IDEIA DE SUCESSO NA TRANSFORMAÇÃO DO BUROCRATA EM EMPREENDEDOR. ..... 181
3.2 HAYEK E O DARWINISMO SOCIAL ..... 186
3.3 A OBRA *OS FUNDAMENTOS DA LIBERDADE* E SEUS PRINCIPAIS TEMAS ..... 193
3.3.1 O ASSALARIADO E O HOMEM INDEPENDENTE ..... 194
3.3.2 OS SINDICATOS TRABALHISTAS E O EMPREGO ..... 198
3.3.3 A previdência social ..... 206
3.3.3.1 O fim do estado de bem-estar social para os idosos ..... 210
3.3.4 *Os Fundamentos da Liberdade* na imprensa brasileira ..... 214
3.4 A DEMARQUIA COMO NOVO CONCEITO DE DEMOCRACIA ..... 221
3.4.1 A discussão sobre a demarquia na imprensa durante as visitas de Hayek ..... 230
3.4.2 A demarquia nos editoriais de Henry Maksoud (1978) e na imprensa (1981) ..... 237
3.5 OS CONCEITOS ABORDADOS POR HAYEK EM *OS FUNDAMENTOS DA LIBERDADE* E *DIREITO, LEGISLAÇÃO E LIBERDADE* ..... 241
**CAPÍTULO 4 – HAYEK NO BRASIL: VIAGENS, IMPRENSA E POLÊMICAS ..... 243**
4.1 HAYEK VAI AO RIO DE JANEIRO (1957) ..... 247
4.2 A CURTA E POUCO DOCUMENTADA VISITA DO ANO DE 1979 ..... 256
4.3 HAYEK NA UNB (1981) ..... 265
4.4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESIGUALDADE SOCIAL NA COBERTURA DAS PALESTRAS DE HAYEK NA IMPRENSA BRASILEIRA ..... 273
4.5 A POLÊMICA DA DESESTATIZAÇÃO DO DINHEIRO ..... 277
4.6 A CRÍTICA AO PENSAMENTO DE HAYEK ..... 282
4.7 FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK: UM HOMEM DE IDEIAS SOLITÁRIAS? ..... 291

**CONCLUSÃO.....298**
**FONTES.....311**
**REFERÊNCIAS.....313**
**APÊNDICE A – CARTAS TROCADAS ENTRE FRIEDRICH HAYEK E HENRY MAKSOUD.....328**
**APÊNDICE B – CARTAS TROCADAS ENTRE EUGÊNIO GUDIN E HAYEK.....388**

## INTRODUÇÃO

Friedrich August Von Hayek foi um economista austríaco. Nascido em Viena no dia 8 de maio do ano de 1899, autor de diversas obras tanto no âmbito econômico quanto nas Ciências Políticas, Direito e História. Destaco nesta pesquisa seus livros *O Caminho da Servidão*, de 1944[1], *Fundamentos da Liberdade*, de 1960[2], e os três volumes de *Direito, Legislação e Liberdade*, de 1978[3]. Seu maior reconhecimento no mundo acadêmico aconteceu com o agraciamento do Prêmio Nobel de Economia no ano de 1974. Hayek pertence ao grupo de economistas da corrente conhecida como *Escola Austríaca*, os quais tinham como premissa a adoção do Estado Mínimo e a defesa do Livre Mercado, com críticas a qualquer forma de intervenção estatal na economia ou para promover direitos sociais e trabalhistas. As bases da *Escola Austríaca* ganharam força na segunda metade dos anos 1970 com a crise do modelo interventor keynesiano, que era hegemônico enquanto teoria econômica dos países capitalistas centrais e periféricos do Ocidente.

O divisor de águas no pensamento de Hayek foi o Prêmio Nobel de Economia, quando suas obras foram revisitadas, principalmente *O Caminho da Servidão*, que denunciava (conforme a visão de Hayek) os perigos totalitários do modelo do Estado interventor na economia. Como a sociedade capitalista estava em crise, exerceu influência direta em diversos países, com maior destaque para a Inglaterra sob Margareth Thatcher, onde Hayek se converteu em um dos seus conselheiros econômicos. Assim como aconteceu na Inglaterra, em outros lugares o modelo do Estado Mínimo avançou: cito os casos na América do Sul com o Chile sob a ditadura de Augusto Pinochet e a Argentina com o Ministro da Economia Martínez de Hoz. Também cito os Estados Unidos presidido por Ronald Reagan durante a década de 1980. Economistas como Hayek, Milton Friedman e Ludwig Von Mises ganham espaço neste

---

[1] *O Caminho da Servidão* é o livro de maior popularidade de Hayek como demonstro ao longo da pesquisa.

[2] Em evento na UnB no ano de 1981, Hayek cita *Os Fundamentos da Liberdade* como sendo o seu segundo livro de maior popularidade: "[m]as, quanto ao livro, admito, ele vai além da área econômica. Isso, porque, felizmente, nele pude aproveitar minha experiência no campo do Direito — e tal experiência, pelo menos, em Viena, envolvia grande dose de conhecimento sobre a história das ideias políticas em geral, bem como sobre filosofia e sobre metodologia e na verdade, o desfecho de meu trabalho em Chicago foi o fato de, em 1960, eu ter produzido este volume substancial, intitulado de *Constitution of Liberty* que foi meu segundo livro de grande sucesso popular" (HAYEK NA..., 1981, p. 40).

[3] Hayek no prefácio de *Direito Legislação e Liberdade* recomenda anteriormente a leitura de *Os Fundamentos da Liberdade*: "[a]o leitor incipiente, recomendaria portanto que lesse *Os Fundamentos da Liberdade* antes de passar à discussão mais detalhada ou ao exame específico dos problemas para os quais procurei propor soluções nestes três volumes. O objetivo destes, porém, é explicar por que ideias que já há muito vêm sendo consideradas antiquadas me parecem ainda imensamente superiores a quaisquer doutrinas alternativas que tenham encontrado, nos últimos tempos, maior receptividade do público" (HAYEK, 1985, p. 15).

contexto, e suas teorias recebem destaque acadêmico, chamando a atenção de empresários e intelectuais no Brasil.

O Brasil se deparava com um cenário de crise econômica no ano de 1977. O *Milagre Econômico*, período de crescimento consistente do Produto Interno Bruto (PIB), foi interrompido no ano de 1974 em razão da crise do Petróleo, e os empresários brasileiros viam com desconfiança o aumento do Estado sobre a economia com o crescimento das empresas estatais e com o incentivo ao ingresso de empresas multinacionais, que estariam ocupando, pela ótica dos empresários, espaços destinados à empresa privada nacional. Com o descontentamento dos empresários brasileiros, fez surgir um movimento motivado pelo dono do Grupo Visão, Henry Maksoud, que em 1974 concedeu um prêmio para o economista neoliberal Eugênio Gudin, em que, durante discurso para recebimento do prêmio, denunciou a entrada do governo em áreas de interesse privado, que ficou conhecido como "Revolta dos Empresários". No decorrer da década de 1970, impulsionado pela fala de Eugênio Gudin, prevaleceu no meio empresarial o pensamento que defendia o livre mercado e a diminuição da intervenção do Estado, principalmente pedindo a retirada das estatais de áreas que podiam ser ocupadas pela iniciativa privada. Nesse contexto de crise (inter)nacional, as ideias de Hayek foram apreciadas pelos empresários brasileiros, sobretudo por Henry Maksoud. Atraído pela obra *O Caminho da Servidão* e pelo combate ao Estado interventor promovido pelas ideias de Hayek, Maksoud escreve uma carta no ano de 1977 convidando o economista austríaco para uma série de palestras e conferências no Brasil, nas quais poderia expor seu pensamento.

Hayek aceita o convite para estar no Brasil e, durante os anos de 1977 e 1981, realizou viagens ao país, sempre com a intermediação de Henry Maksoud. Chegou a realizar palestras para mais de 500 pessoas, público composto predominantemente por empresários, economistas e jornalistas, com os eventos sendo cobertos pela imprensa em jornais de grande circulação, como Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense, entre outros. As visitas de maior destaque ocorreram em 1977 e 1981, mas não foi a primeira vez que Hayek esteve no Brasil. No ano de 1957, a convite de Eugênio Gudin, Hayek realizou duas palestras na Fundação Getúlio Vargas.

Dessa forma, esta pesquisa examina a inserção do pensamento de Friedrich August Von Hayek no Brasil por meio de seus livros, imprensa e viagens ao país. O ponto inicial da pesquisa é a publicação do livro *O Caminho da Servidão*, pela Editora Globo em 1946. Após a publicação do referido livro, uma série de movimentos passam a ser observados, expressos na publicidade, nos editoriais e colunas de opinião, avançando ao longo do tempo e culminando posteriormente nos convites para Hayek vir ao Brasil. A hipótese é que, como um movimento

gradiente, as poucos o pensamento de Hayek vai progredindo, ganhando velocidade a partir dos anos 1970 quando encontrou terreno para seu crescimento. Com isso, avanço nos principais pontos que disseminaram o fenômeno de Hayek no Brasil como grandezas de expansão do gradiente. A escolha por firmar a fonte no economista austríaco está ancorada na sua importância como baliza teórica do pensamento neoliberal mundial. Ao ater a análise em Hayek, deixo de abordar o pensamento de outros autores, que de forma semelhante também cumpriram a mesma função de Hayek na disseminação e divulgação das ideias do neoliberalismo. Esta pesquisa trata exclusivamente de Hayek, encontra-se aí seu limite analítico, pois, como citei, Hayek não é o único representante do pensamento neoliberal no Brasil. Posso citar só na escola austríaca nomes influentes como Eugen Bohm von Bawerk, Israel Kirzner, Carl Menger, Ludwid von Mises, Murray Rothbard, Friedrich von Wieser, entre outros. Todavia, o limite da pesquisa não diminui sua importância, tendo em vista que mais do que uma disseminação de ideias, a pesquisa adentra na transformação da doutrina em movimento até chegar na ação política. Estamos falando do pensamento de um economista que se traduziu em ações práticas, as quais impactam cada vez mais na sociedade gerando reflexos não só na economia e no trabalho, também no comportamento das pessoas. O pensamento de Hayek, como um dos fundadores do neoliberalismo, carrega o germe das desigualdades sociais, conservadorismo, individualização e injustiças sociais, as quais são provocadas por uma crescente retirada do Estado das funções de promoção de Bem-Estar Social.

Feitas as considerações iniciais, parto da premissa que o pensamento de Hayek ingressou no país em algumas ondas ou gradientes. A primeira menos efetiva e tímida com a publicação em 1946 da obra *O Caminho da Servidão* pela editora Globo, em que o pensamento de Hayek ficou mais restrito a apenas um grupo de economistas liberais, capitaneado por Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões. A segunda onda de entrada do pensamento de Hayek aconteceu em 1957 com a breve passagem pelo Rio de Janeiro. A terceira onda de entrada aconteceu a partir de 1977 com as visitas de Hayek, que impulsionaram a publicação de suas outras obras pela Editora Visão e Editora Globo. A quarta onda em 1979 com a terceira visita, porém, sem o mesmo destaque de 1977. A quinta onda considero a visita de 1981, amplamente noticiada que rendeu a publicação da obra *Hayek na UnB*. As demais ondas são resultadas da publicação de seus outros livros no país pela editora Visão e das reedições de *O Caminho da Servidão* nos anos 1980 e 1990 pelo Instituto Liberal.

Para estabelecer a compreensão do impacto do pensamento de Hayek no Brasil, é necessário abranger os pormenores do neoliberalismo, que ganhou força no mesmo período em que Hayek assume o posto de um dos principais autores da vertente. O uso de expressões e

palavras-chave, como livre iniciativa, livre mercado, antiestatismo, conservadorismo, autoritarismo, anticomunismo, demarquia, Estado Mínimo, individualismo, democracia limitada, são as tônicas do pensamento de Hayek, sendo necessário estudar como essas palavras e expressões surgem articuladas em suas obras. Com esse panorama, o campo da História das Ideias, sobretudo através da vertente do contextualismo inglês com autores como John Pocock e Quentin Skinner, bem como a análise da virada linguística de Dominick LaCapra, permitem criar um referencial teórico que supra os desafios de entender como o pensamento de Hayek é pronunciado em suas obras e como ele pode ser apropriado pelos empresários brasileiros. Hayek com certeza teria muito a falar para a elite brasileira em meio às incertezas geradas tanto da crise econômica quanto da reabertura política, em que seu modelo de sociedade se encaixava com o que os empresários nacionais esperavam.

Dividi a análise das obras de Hayek em três categorias, sendo eles: doutrina, movimento e ação política/programa político. A doutrina remete à obra *O Caminho da Servidão*, em que Hayek faz críticas duras aos modelos econômicos socialistas e condena qualquer intervenção do Estado na economia, pois a intervenção em qualquer nível levaria ao totalitarismo e à restrição à liberdade individual, colocando a liberdade econômica acima da liberdade democrática. Nesse primeiro momento se consolidam os alicerces do pensamento do autor, que vão surgir em todas as outras obras. O movimento remete às redes construídas por Hayek antes da obra *O Caminho da Servidão*. São as raízes do pensamento do autor com o Colóquio Walter Lipmann, com a Sociedade Mont Pèlerin, com a Escola Austríaca e a Universidade de Chicago, passando por toda a repercussão mundial que teve o pensamento de Hayek. No caso desta pesquisa, o movimento brasileiro neoliberal está ancorado nas viagens que Hayek fez ao país em 1957 e entre os anos 1977 e 1981, reverberando nas obras do autor e na disseminação de matérias jornalísticas sobre o pensamento de Hayek. A criação dos *think tanks* (bancos de ideias) neoliberais, como o Instituto Liberal, também fazem parte do movimento. Por fim, as ações políticas/programas políticos são as aplicações práticas das ideias de Hayek, se na doutrina observamos as ideias in natura, nas ações encontram-se as derivações da doutrina para a prática.

Lançarei algumas perguntas as quais pretendo responder ao longo desta tese: como a doutrina de Hayek articula os principais conceitos do autor com as ações políticas neoliberais? Como as obras do autor trabalham palavras-chave e conceitos? Qual o papel de *O Caminho da Servidão* na difusão do pensamento de Hayek no Brasil? Quais os principais temas trabalhados? Como Hayek pensa os conceitos de Estado Mínimo, livre mercado, antiestatismo, anticomunismo, conservadorismo, autoritarismo, individualismo, justiça social, democracia e

igualdade no decorrer de suas principais obras? As ações neoliberais poderiam se traduzir em um projeto de sociedade? O que a historiografia brasileira já produziu sobre o tema? Como surge o anticomunismo e posteriormente o combate ao Estado de Bem-Estar Social nas obras de Hayek? Como os principais meios de comunicação do país assimilaram e publicaram as ideias de Hayek por ocasião de suas conferências realizadas no Brasil?

## METODOLOGIA PARA DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

Para cumprir os objetivos propostos por meio da problematização e das perguntas a serem respondidas ao longo da pesquisa, foi feita a divisão do desenvolvimento da tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo é feita a análise teórica e historiográfica a respeito do neoliberalismo. O intuito é primeiramente conceituar o fenômeno, entender seus limites e seus impactos na vida das pessoas, rompendo com a razão econômica do neoliberalismo e avançando em uma problemática mais ampla, a qual Pierre Dardot e Christian Laval chamam de "A nova razão de mundo". Nesse capítulo construo a baliza teórica a respeito do neoliberalismo como doutrina, como movimento e como ação política. Essas divisões são elaboradas por Sebastião Velasco e Cruz (2007), e parto desse ponto para ampliar a análise do objeto da tese. Essas distinções são estratégicas, pois, por meio desses conceitos é possível verificar posteriormente a evolução do pensamento de Friedrich Hayek tanto nos seus discursos durante as palestras e entrevistas quanto em relação a suas obras. Outro ponto fundamental do primeiro capítulo remete ao levantamento e discussão historiográfica do avanço do pensamento neoliberal no Brasil, sobretudo após os anos 1930, passando pela ditadura civil-militar brasileira e avançando até o início dos anos 1990.

O segundo capítulo traz em seu núcleo uma análise pormenorizada de *O Caminho da Servidão*, englobando sua recepção, traduções e seus principais pontos. Esse capítulo apresenta primeiramente uma discussão a respeito da História das Ideias com o intuito de servir como uma reflexão teórica que permite contextualizar a obra de Hayek em seu tempo e problematizar suas diferentes edições. A utilização da análise das palavras-chaves presentes na obra também será contemplada, tendo em vista que a narrativa de Hayek é uma crítica ao intervencionismo estatal que segundo ele leva ao totalitarismo. Investigo como a crítica ao totalitarismo de Hayek é convertida como anticomunismo, fazendo necessário ainda na primeira parte do capítulo uma breve reflexão teórica a respeito do anticomunismo, sobretudo o de raiz liberal. Na sequência do capítulo, serão trazidos aspectos das diferentes edições de *O Caminho da Servidão*

publicadas no Brasil, com a análise dos prefácios e das campanhas publicitária da obra nos jornais, o impacto e as resenhas publicadas sobre a obra, a carta enviada por Henry Maksoud para Hayek para convidá-lo a vir ao Brasil e as influências da leitura de *O Caminho da Servidão* nos argumentos centrais da correspondência. Enfim, é um capítulo bem abrangente que compreende diversos limites da primeira obra de Hayek publicada no Brasil.

O terceiro capítulo visa um desdobramento do pensamento de Hayek. Parto da hipótese de que em *O Caminho da Servidão* o combate maior era contra as ideologias socialistas/comunistas, em *Os Fundamentos da Liberdade* e em *Direito, Legislação e Liberdade*, o combate do autor muda de direção, apontado para as políticas de *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. Ao longo da pesquisa, uso essas duas terminologias, mas que fazem menção ao mesmo fenômeno. O maior vilão no pensamento de Hayek continua sendo a intervenção estatal, que desvirtua a sociedade para uma nova forma de totalitarismo e distorções da economia de mercado. O início do capítulo, assim como no anterior, trata teoricamente a respeito da violência contra o Estado de Bem-Estar Social e a produção de sujeitos descartáveis dentro de uma lógica neoliberal. A continuação do capítulo apresenta outra discussão teórica derivada da primeira, que aproxima o pensamento de Hayek a uma forma de "darwinismo social", porém utilizando o discurso econômico para esconder o seu conteúdo antissocial de exclusão dos pobres não só do sistema econômico, mas também da sociedade. Na busca de evidenciar as influências do darwinismo social no pensamento de Hayek, utilizo alguns trechos de *A Arrogância Fatal*, obra que evoca uma discussão a respeito do tema. Essa primeira discussão teórica do capítulo é importante para entender o prosseguimento da análise das obras de Hayek e seu combate ao Estado de Bem-Estar Social. Evidencio algumas extensões do combate de Hayek ao Estado de Bem-Estar Social apontando como aparece na obra *Os Fundamentos da Liberdade* questões como o individualismo e a ideia do homem independente em contraposição ao assalariado, o combate a saúde pública como forma de racionalidade econômica, mas que promove a morte de pobres e de idosos, e a crítica contra as organizações sindicais. Na continuidade do capítulo, é tratado o termo *demarquia*, apresentado na obra *Direito, Legislação e Liberdade*, que aborda a ideia de democracia limitada, nos moldes conservadores e autoritários do neoliberalismo.

O quarto capítulo terá um caráter conclusivo apresentando a cobertura das visitas de Hayek ao Brasil, desde a primeira em 1957 até a visita de 1981. Inicia também com uma discussão teórica a respeito da transferência intelectual, para traçar o entendimento da forma como o austríaco foi recebido e abordado por veículos de comunicação que representavam as hegemonias econômicas e políticas do Brasil. Essa primeira parte do capítulo é importante, pois

por meio dela podemos perceber as adesões ou distanciamentos ao pensamento de Hayek e se poderia se converter suas principais ideias em projetos de sociedade ao longo da reabertura política que se iniciou no Governo Geisel. O último capítulo também apresenta uma continuidade das ideias e discussões dos capítulos antecedentes, sendo possível perceber aspectos teóricos e empíricos do pensamento de Hayek na cobertura da mídia, complementando as análises anteriores.

Finalmente, destaco que as discussões teóricas iniciadas em cada capítulo não se encerram e não são exclusivas de cada um dos capítulos, elas são cumulativas na pesquisa, servem como base de reflexão em todo seu desenvolvimento. Estão separadas de forma didática para contemplar os principais temas dos capítulos, mas são fundamentais no seu conjunto para entender a inserção e os desdobramentos do pensamento de Hayek no Brasil.

## METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS FONTES

Durante a realização da pesquisa, utilizo três grupos de fontes de tipologias diferentes. Meditando sobre a vasta obra de Friedrich Hayek, bem como o material publicado pela imprensa que cobriu suas visitas e as cartas, será feito um recorte temático no sentido de criar uma linha narrativa coerente no espaço para redigir o texto da tese. Antes de adentrar na análise das fontes, esta introdução e o primeiro capítulo foram redigidos para discutir o conceito de *neoliberalismo* e mapear as principais referências de Hayek para formar seu pensamento. Foi realizada também uma discussão a respeito dos limites e alcances envolvendo o neoliberalismo, além do levantamento historiográfico a respeito do tema. Discussões teóricas no campo da História das Ideias foram feitas com base na metodologia do Contextualismo Linguístico inglês, principalmente com autores da vertente de John Pocock e Quentin Skinner. Emprego autores que orbitam também na chamada Virada Linguística, como Dominick LaCapra e David Harlan. Esses autores permitem uma dupla análise, tanto a do contexto quanto a do texto, ou seja, o contexto de difusão e recepção das obras e a análise do texto por meio das palavras-chave.

O referencial teórico e metodológico analisa o contexto das obras e das visitas de Hayek, partindo do primeiro momento de entrada do pensamento do economista no Brasil com a edição de *O Caminho da Servidão*, editado pela primeira vez em 1946, permanecendo até o início dos anos 1980 a única referência do autor publicado no país. O fato de *O Caminho da Servidão* despertar interesse em Henry Maksoud e Eugênio Gudin para fazer o convite para o austríaco vir ao Brasil em 1977 justifica destinar um capítulo inteiro para a obra.

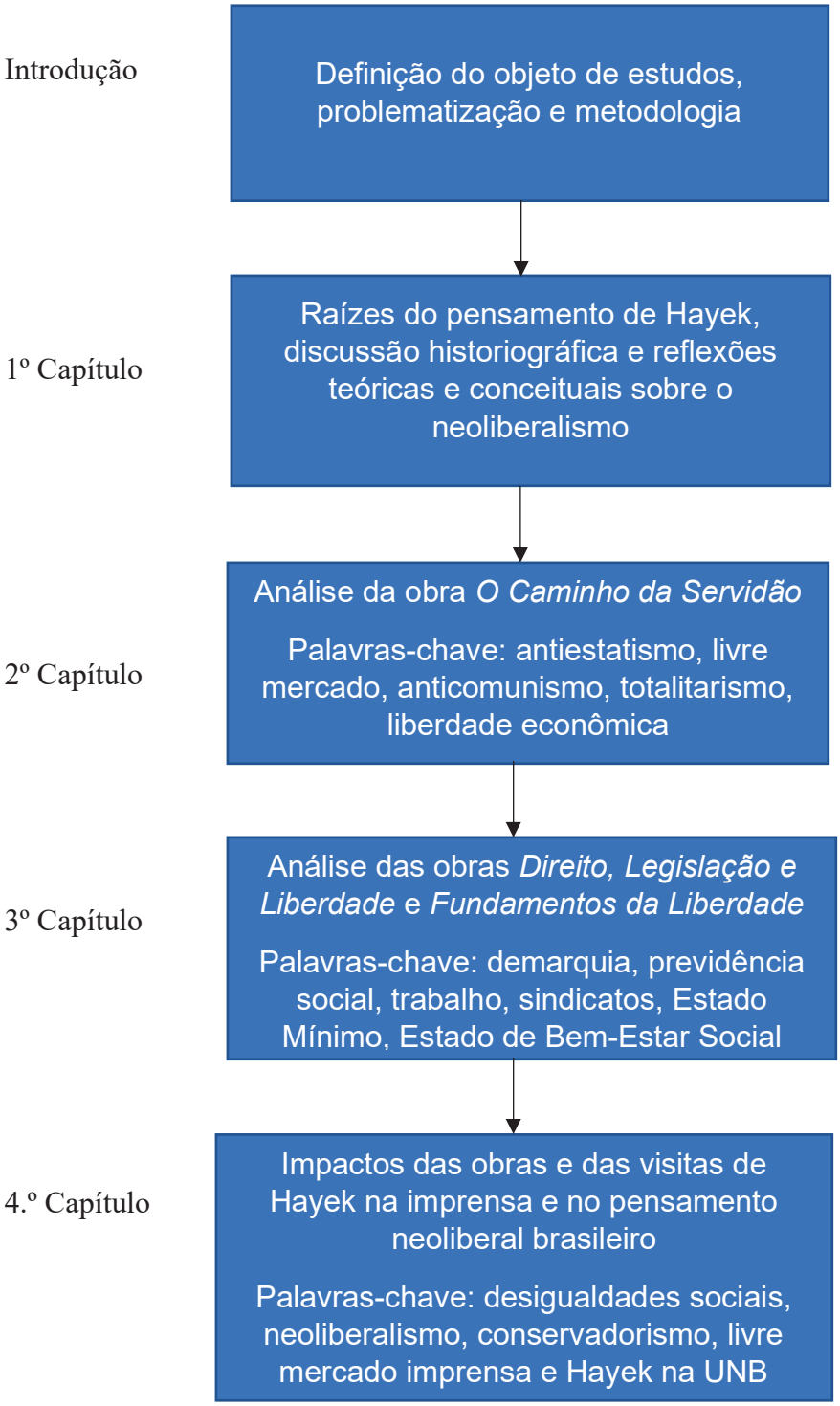
As obras de Hayek terão um peso um pouco maior em relação às cartas e às reportagens. Porém realizo um diálogo entre as fontes durante todo trabalho. Por mais que exista um predomínio da análise da obra *O Caminho da Servidão*, destinando o segundo capítulo inteiro para ela, foram tratadas no capítulo 3 as obras *Direito, Legislação e Liberdade*, *Os Fundamentos da Liberdade* e *Arrogância Fatal*. No quarto capítulo, após a discussão das três principais obras pelas quais o pensamento de Hayek se consolida, verifico as reverberações de suas palestras e ideias na imprensa brasileira abordando diferentes temas debatidos durante as viagens.

A respeito do terceiro capítulo, seleciono temas chaves para a discussão tendo em vista a vastidão da obra de Hayek. Procuro no capítulo 3 identificar conceitos ou ideias-chave derivados de *O Caminho da Servidão*, dessa forma, com o auxílio das cartas e das reportagens, discuti o modelo de democracia proposto por Hayek, chamado demarquia, muito debatido nas cartas entre o economista e Henry Maksoud e amplamente divulgado na imprensa. A obra *Os Fundamentos da Liberdade* avança sobre outros temas chaves de *O Caminho da Servidão*, como a ideia do esvaziamento do Estado por meio da diminuição do Bem-Estar Social, contrapondo-se aos sindicatos, assalariados e a previdência social. O quarto capítulo, para conclusão da pesquisa, demonstra como as principais ideias de Hayek foram recepcionadas pela imprensa. Recorri às cartas e à obra *Hayek na UnB*, publicação que cobriu suas palestras na instituição. Com a análise desse material, será possível investigar como as ideias construídas nos capítulos 2 e 3 fazem parte do movimento neoliberal que Hayek propõe, com a desidratação do Estado assistencial e a ampliação do Estado Penal, com a valorização do conservadorismo e das ideias totalitárias que contraditoriamente ele combate em *O Caminho da Servidão*.

Neste processo é necessário focar na transformação e, ao mesmo tempo, na rigidez que o pensamento de Hayek apresenta. Para tal empreitada, penso três fases, a primeira fase será chamada doutrina, presente em *O Caminho da Servidão* e gestada nas experiências pretéritas do austríaco, enquanto economista e participante de colóquios até a formação da Sociedade Mont Pèlerin. As palavras ou ideias-chave presentes em *O Caminho da Servidão* serão tratadas como a doutrina, até porque o livro faz um combate ao Estado interventor. No terceiro capítulo apresento ainda a doutrina de Hayek, mas misturada com o movimento neoliberal, que representa o segundo aspecto, e a ação política neoliberal que é o terceiro aspecto. Em *Direito, Legislação e Liberdade*, a ideia de demarquia já constitui uma forma de um movimento em prol de uma linha democrática limitada, e considero movimento, pois nesse período o Brasil estava em fase de reabertura política e caminhava nos anos 1980 para uma discussão da constituinte de 1988. Em *Os Fundamentos da Liberdade*, a ideia de fragilização dos sindicatos, de

desvalorização dos assalariados e da retirada de direitos previdenciários já demonstra uma receita de ação política dos governos para reduzir o Estado de Bem-Estar Social de forma efetiva. A metodologia adotada permitiu depurar a pesquisa para que no quarto capítulo consigamos abordar os assuntos transitando da doutrina para a ação política sem maiores problemas conceituais e teóricos, considerando que houve uma discussão sobre os temas nos capítulos precedentes.

O esquema da divisão dos capítulos ocorrerá da seguinte forma:



## OS LIVROS DE HAYEK COMO FONTE HISTÓRICA

Pensando metodologicamente as obras de Hayek, vejo os livros como uma rede de experiências e aprendizados do autor. As redes intelectuais estabelecidas, as leituras realizadas, as ideologias e o ambiente cultural refletem nos escritos, surgindo uma natureza subjetiva das ideias impressas nos livros. Michael de Certeau cita que os livros são apenas metáforas do corpo.

> Os livros são apenas as metáforas do corpo. Mas nos tempos de crise, o papel não basta para a lei, e ela se escreve de novo nos corpos. O texto impresso remete a tudo aquilo que se imprime sobre o nosso corpo, marca-o (com ferro em brasa) com o Nome e com a Lei, altera-o enfim com dor e/ou prazer para fazer dele um símbolo do Outro, um dito, um chamado, um nomeado. A cena livresca representa a experiência, tanto social quanto amorosa, de ser o escrito daquilo que não se pode identificar. (CERTEAU, 1998, p. 232).

Michael de Certeau sinaliza também para uma tendência histórica dos livros espelharem a ótica do poder burguês, reduzindo o círculo de leitura dos livros a apenas alguns segmentos da sociedade.

> O domínio da linguagem garante e isola um novo poder, "burguês", o poder de fazer a história fabricando linguagens. [...] A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata. (CERTEAU, 1998, p. 230).

A questão de fabricar linguagens é o ponto crucial ao analisar as obras de Hayek, pois o autor construiu uma narrativa com base nos valores extremos do liberalismo, sinalizando seu público leitor, ou seja, a elite capitalista que ganharia com a adoção de um modelo de livre mercado. Certeau fala do privilégio de hierarquização hoje do tecnocrata, pode-se compreender esse tecnocrata como um indivíduo de classe média, funcionário de uma grande empresa, que, sonhando em um dia elevar-se socialmente com a esperança da recompensa da meritocracia, passa a adotar o pensamento liberal da obra de Hayek como esperança. A defesa do livre mercado não está sozinha, com ela estão os valores da direita política e do conservadorismo, elementos os quais não se pode perder de vista enquanto se avança na leitura da fonte.

Outro fator é não pensar os livros isoladamente, pois o avanço das publicações de Hayek no Brasil, sobretudo nos anos 1980 não surge de forma espontânea, ele é resultado de uma mediação de ideias e de novas sensibilidades da rede liberal que surgiu após as visitas de Hayek ao Brasil. O momento político do país propiciou o borbulhar de ideias, logo os livros

fazem este papel de estabelecer relações de ideias entre diferentes países e culturas, tanto que Hayek veio da Europa para discursar sobre suas ideias no Brasil.

Ao compreender as possibilidades e os limites dos livros como fonte, e sabendo que a obra por si só não basta para analisar os caminhos que as ideias de um determinado autor perfazem em determinado círculo intelectual, no próximo tópico trato da apresentação da fonte inédita que trago para esta pesquisa, são as cartas trocadas entre Henry Maksoud e Hayek e as cartas trocadas entre Eugênio Gudin e Hayek.

## CARTAS TROCADAS ENTRE HAYEK E HENRY MAKSOUD E CARTAS TROCADAS ENTRE GUDIN E HAYEK

A totalidade de 29 correspondências trocadas entre Henry Maksoud e Friedrich Hayek foram gentilmente cedidas pelo arquivo do Hoover Institution, situado na Universidade de Stanford na Califórnia, EUA. No total foram disponibilizadas 62 páginas de cartas entre o economista austríaco e o empresário brasileiro, discorrendo sobre diversos assuntos[4]. Em relação às cartas trocadas em 1957 entre Gudin e Hayek, foram quatro cartas no total de nove páginas. Foi realizada uma catalogação das cartas entre Maksoud e Hayek e elaborado um quadro contendo dados gerais sobre as correspondências. No quadro foram registradas as datas de envios das cartas, o remetente e o destinatário, e uma breve informação a respeito do assunto tratado. Os conteúdos são diversos, desde assuntos relacionados à vinda de Hayek ao Brasil, até cartões e cartas de felicitações de aniversário.

[4] "A reflexão sobre o destino das cartas precisa levar em consideração outro fator. As correspondências podem ser separadas naquelas que têm sua origem no vasto oceano dos emitentes comuns e naquelas que despertam interesse público por terem sido escritas por pessoas de forma consideradas extraordinárias pelos seus contemporâneos ou extemporâneos. Dependendo do prestígio ou do valor social atribuído ao autor da carta, e talvez ao seu destinatário, é possível que a correspondência desses emitentes ilustres seja preservada de uma outra maneira que não o mero arquivo familiar e seja transferida em algum momento para algum arquivo público, quando não for o caso de ser publicada, situação nada rara no que concerne a personalidades destacadas do mundo literário" (BARROS, 2019, p. 271).

Quadro 1 – Frequência e assuntos tratados nas cartas

| FREQUÊNCIA E ASSUNTO DAS CARTAS | | | |
|---|---|---|---|
| Data | Remetente | Destinatário | Assunto |
| 22 de junho de 1977 | Maksoud | Hayek | Convite para conferência no Brasil |
| 27 de junho de 1977 | U. Freiburg | Maksoud | Carta não recebida, planeja ir a São Paulo em novembro |
| 27 de junho de 1977 | Maksoud | Sec. Hayek | Solicita a confirmação da vinda de Hayek ao Brasil |
| 27 de junho de 1977 | Maksoud | Hayek | Maksoud agradece o aceite para vir ao Brasil |
| 8 de setembro de 1977 | Hayek | Maksoud | Hayek escreve informando sua agenda de viagens |
| 16 de setembro de 1977 | Maksoud | Hayek | Maksoud informa os assuntos dos seminários: Democracia e Liberdade |
| 1 de outubro de 1977 | Hayek | Maksoud | Hayek informa que discursou na Espanha sobre o assunto |
| 14 de outubro de 1977 | Maksoud | Hayek | Maksoud sugere encontrar Hayek em Freiburg ou Nova York |
| 21 de outubro de 1977 | Hayek | Maksoud | Hayek informa sua agenda |
| 31 de outubro de 1977 | Hayek | Maksoud | Hayek informa que voltará para a Europa em 4 de dezembro |
| 2 de dezembro de 1977 | Maksoud | Hayek | Envia uma série de perguntas para o prof. Hayek responder |
| 23 de dezembro de 1977 | Maksoud | Hayek | Agradece e informa o sucesso do seminário |
| 23 de dezembro de 1977 | Mr. Stingler | Maksoud | Maksoud é convidado para participar do encontro da Sociedad Mont Pèlerin |
| 28 de dezembro de 1977 | Maksoud | Hayek | Maksoud informa que foi perdido o diploma de doutor honorário |
| 3 de janeiro de 1978 | Hayek | Maksoud | Hayek responde às perguntas solicitadas pela revista Veja |
| 12 de janeiro de 1978 | Maksoud | Mr. Stingler | Aceita o convite para participação no encontro da Sociedade Mont Pelerin |
| 13 de janeiro de 1978 | Maksoud | Hayek | Cópia da resposta ao Mr. Stingler |
| 17 de janeiro de 1978 | Maksoud | Hayek | Envia cópias da Revista Visão para Hayek, datadas de 9 de janeiro de 1978 |
| 3 de fevereiro de 1978 | Maksoud | Hayek | Envia para Hayek cópias do editorial escrito para Visão |
| 19 de fevereiro de 1978 | Hayek | Makoud | Hayek informa que tem muita correspondência acumulada |
| 22 de fevereiro de 1978 | Rodger | Hayek | Correspondente de Visão na Europa envia carta para Hayek |
| 17 de março de 1978 | Maksoud | Nishiyama | Maksoud informa que preencheu os dados e efetuou o pagamento |
| 20 de março de 1978 | Maksoud | Hayek | Manda a cópia da carta enviada para Sr. Nishiyama |
| 30 de maio de 1978 | Maksoud | Hayek | Envia cópia do artigo que pretende apresentar durante o encontro |
| 5 de junho de 1978 | Maksoud | Hayek | Solicita uma análise do Contrato Social de Rousseu |
| 7 de junho de 1978 | Hayek | Maksoud | Hayek elogia o texto de Maksoud a ser apresentado em Hong Kong. |
| 15 de junho de 1978 | Maksoud | Hayek | Pergunta a respeito do 3.º volume de *Direito, Legislação e Liberdade* |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 de junho de 1978 | Hayek | Maksoud | Hayek informa que está em processo de conclusão seu livro |
| 18 de maio de 1979 | Hayek | Maksoud | Hayek informa a respeito dos direitos para publicação de seus livros no Brasil |
| 13 de novembro de 1979 | Maksoud | Hayek | Boas-vindas a Hayek ao desembarcar no aeroporto de Viracopos (2ª visita) |
| 10 de dezembro de 1981 | Hayek | Maksoud | Hayek argumenta sobre instituições conservadoras na América Latina |
| 17 de março de 1982 | Maksoud | Hayek | Informa da publicação da conferência realizada por Hayek na UnB |
| 13 de maio de 1982 | Maksoud | Hayek | Felicitações pelo aniversário de Hayek |
| 7 de maio de 1983 | Maksoud | Hayek | Felicitações pelo aniversário de Hayek |
| 31 de maio de 1983 | Maksoud | Hayek | Informa depósitos devido à venda dos livros de Hayek no Brasil |
| 8 de maio de 1983 | Maksoud | Hayek | Felicitações pelo aniversário de Hayek |
| 30 de abril de 1985 | Maksoud | Hayek | Envia cópias de fotos das passagens de Hayek pelo Brasil |

Fonte: Elaborado pelo autor

Devido ao volume de correspondências, foram feitos cortes temáticos. As cartas iluminaram as análises das obras de Hayek e as reportagens, servindo como uma forma de enxergar os bastidores do pensamento do autor e das suas visitas ao Brasil. Para a apreciação das cartas, deve-se considerar uma série de fatores que não se descolam dos procedimentos metodológicos, primeiramente, a atitude que Hayek teve de guardar essas cartas em seus arquivos pessoais revela o cuidado que deu às suas correspondências.

> Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópias de alguma, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

Segundo Phillipe Artières a guarda das cartas se dá em razão de seu conteúdo ou de seu destinatário. Em relação a Friedrich Hayek, o qual possuía as cartas guardadas no seu acervo da Instituição Hoover, chamado Hayek Papers, pode-se atribuir ao conteúdo o motivo de Hayek guardar as correspondências. De outro lado era Henry Maksoud que cortejava o economista austríaco e o convidou para vir ao Brasil, admirando suas ideias e fazendo questão de agradar o ilustre destinatário[5]. Da mesma forma que Hayek guardou as cartas trocadas entre ele e Henry

[5] "As correspondências, ou trocas de cartas, também envolvem de alguma maneira uma outra escrita de si, com novas regras e práticas. Não é mais uma "escrita de si", como o diário, nem a "escrita de si para um público", tal como ocorre com o livro de memórias; trata-se, sim, de uma "escrita de si para o outro". Também essa forma de escrita de si — ou melhor, essas "escritas de si cruzadas", em cuja inserção dois indivíduos podem se expor menos ou mais abertamente um para o outro, dependendo do tipo mais específico de correspondências e de sua finalidade — envolve suas próprias histórias" (BARROS, 2019, p. 263).

Maksoud a partir de 1977, igualmente guardou as cartas trocadas com Eugênio Gudin em 1957. Hayek conservar as cartas muito quer dizer, além de possuir uma boa organização do seu arquivo pessoal demostra um cuidado com as correspondências que trocava com diversas pessoas. Sobre o tratamento estabelecido entre remetentes e destinatários, devemos considerar que podem existir intenções ocultas nas correspondências:

> Longe de serem espontâneas, as cartas, ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentação de si, numa imagem pessoal decodificada. [...] Criava e sustentava um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância. Mas comportava, como todo diálogo, silêncios, rupturas, retomadas ao sabor dos interesses e das afeições. (MALATIAN, 2017, p. 197).

É necessário perceber nas cartas interesses implícitos entre os destinatários e remetentes, como a citação aponta, não se deve desconsiderar nas narrativas das cartas os silêncios e as rupturas estabelecidas entre os interlocutores. Além da troca de ideias e informações entre duas pessoas, as cartas podem fomentar uma rede de interações a partir das motivações que podem levar a influenciar uma rede de intelectuais[6]. O ponto de partida para a formação de uma rede pode ser considerado por meio da troca de cartas entre Henry Maksoud e Hayek e Gudin e Hayek. As cartas motivaram a escrita de editoriais de Henry Maksoud para a Revista Visão, o convite para o brasileiro participar de reuniões da Sociedade Mont Pèlerin e as próprias assertivas das vindas de Hayek para o Brasil. Bem como os acertos a respeito das publicações de obras de Hayek no país. As correspondências trocadas entre Maksoud e Hayek revelam importante porta da entrada do pensamento de Hayek no Brasil por uma série de eventos e publicações que derivaram das conversas estabelecidas entre Hayek e Maksoud. Traz a partir das cartas a formação de redes de comunicações entre grupos e indivíduos:

> Trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação as torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos. É o receptor quem irá provavelmente controlar sua preservação ou destruição, numa prática de memória implícita ou explicita no pacto epistolar e seus desdobramentos, os atos de escrever, enviar, receber, ler, responder e guardar cartas. Dentre as questões que se pode colocar a essa categoria de documentação está a de mapear, nas correspondências trocadas, as redes de sociabilidade nas quais os indivíduos se inserem e os vínculos existentes entre os correspondentes. (MALATIAN, 2017, p. 203).

[6] "A correspondência comporta trocas de ideias, elaboração de projetos, sela pactos, expõe polêmicas, fixa rupturas. Pode-se detectar por meio dela as intrincadas redes de relações sociais que reúnem os seus autores. Isso é particularmente importante para o caso dos intelectuais, pois envolve sua rede profissional, em que ocorrem trocas de livros, opiniões, sentimentos diversos e firmam-se estratégias de atuação entre os pares. Por essa riqueza, a correspondência dos intelectuais renomados sempre foi valorizada e, mais recentemente, também a dos menos destacados, consideradas relevantes para o entendimento da circulação das ideias e dos homens nos espaços literários. Pelas cartas trocadas, percebe-se a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum" (MALATIAN, 2017, p. 208).

Por fim, outra importante questão metodológica que não pode ser negligenciada é que as cartas devem ser sempre confrontadas com outros documentos e fontes, preocupação que mantenho nesta pesquisa, confrontando as obras e as matérias jornalísticas com as cartas.

> Fonte ou objeto, as cartas devem ser sempre confrontadas com outros documentos. Assim se consegue alcançar uma percepção nuançada de seus objetivos, conteúdos e implicações, além de maior conhecimento de seu autor. Conhecer o texto e, sobretudo, unir às duas pontas da correspondência — a passiva e a ativa — entre dois indivíduos permitem a construção de um quadro analítico rico.
> [...]
> Ainda que as cartas sejam dotadas de grande potencial expressivo, vale aqui a mesma regra de método usualmente empregada na historiografia: nenhum documento pode iluminar por si só um tema. A confrontação com outros documentos se impõe, abrindo ao historiador novas perspectivas e novos ângulos de compreensão. Tal procedimento também evita a ilusão de que o material obtido nas correspondências constitui verdade bruta, e inexplorada, confiável uma vez garantida sua "espontaneidade" e, portanto, sua "veracidade". (MALATIAN, 2017, p. 204-205).

As cartas são importantes ferramentas de compreensão das ideias dos autores e são uma forma de enxergar como os intelectuais se comportam fora das apresentações públicas ou das suas obras canônicas, revelando outras faces de um determinado autor ou afirmando suas convicções presentes nas obras.

## JORNAIS E REVISTAS QUE NOTICIARAM HAYEK NO BRASIL

O conjunto de fontes correspondente a jornais e revistas também foi cedido pelo Hoover Institution, o qual estava em pastas do arquivo Hayek Papers. O instituto de pesquisa enviou uma coletânea de reportagens que cobriam as viagens de Hayek ao Brasil entre os anos de 1977 e 1981, com o material de 1981 contando com rascunhos da obra posteriormente publicada chamada *Hayek na UnB*, que será abordada no quarto capítulo.

São cerca de 80 páginas de jornais e revistas cobrindo as palestras e conferências de muitos jornais diferentes, porém, alguns predominam, são eles Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense e as revistas Visão, Manchete e Veja. Muitas reportagens compreendem o mesmo evento, coisas se repetem nas coberturas dos jornais, e na análise que fiz da imprensa tratei os elementos comuns da narrativa de Hayek que se relacionam com as palavras-chave desenvolvidas pelo autor em suas falas, sempre buscando correlações entre as obras e as cartas[7].

[7] "Dito de outro modo, um jornal relaciona-se com seu público e com leitores possíveis, mas também interage com os demais jornais que com ele compartilham mercado, se considerarmos o contexto já capitalista industrial da

Outro conjunto de fontes publicadas pela imprensa da época reside no arquivo público da Hemeroteca Digital, disponível para acesso online. A consulta aos jornais, revistas e periódicos disponíveis no acervo virtual foi fundamental para dar sustentação à pesquisa realizada, na medida em que ao pesquisar através de palavras-chave como "Hayek", de forma rápida encontrei referências ao autor em diversas publicações que compreendem o recorte temporal desta pesquisa. A junção das fontes do Hoover Institution com o suporte da Hemeroteca Nacional Digital permitiu a construção argumentativa de grande parte desta pesquisa, sobretudo nas passagens que analisam a cobertura da imprensa sobre as visitas de Hayek ao Brasil e sobre a publicação de suas obras e a recepção por articulistas.

De acordo com José D'Assunção Barros:

> Tratar o jornal (ou a imprensa) como objeto de estudo é bem diferente de tratar o jornal como fonte histórica. Neste último caso, o jornal pode ser utilizado como caminho para nos aproximarmos de quaisquer outros objetos de estudo e modalidades historiográficas: a história política, a história econômica, a história cultural, e assim por diante. (BARROS, 2019, p. 190).

Trato o jornal como fonte histórica, pois, assim como as cartas e os livros, as fontes se complementam, são elementos nos quais é possível captar o pensamento de Hayek e a reação de seus receptores. Nos livros obtêm-se as ideias do autor in natura, por mais que ele esteja escrevendo para as pessoas, a obra é um empreendimento solitário de escrita, as cartas já possuem um destinatário, ou seja, Hayek escrevendo para Maksoud ou Gudin, e por fim as matérias jornalísticas apresentam como Hayek articula seus pensamentos para uma plateia, é a apresentação pública do autor e das suas ideias.

Percebo as diferentes fontes como elementos sincrônicos, nos quais metodologicamente os jornais se encaixam:

> "Para cada periódico tem-se a possibilidade de inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo". Essa é uma vantagem decisiva dessa categoria de fonte. Praticamente o jornal, em sua exposição simultânea, imediata e contextualizada de conteúdos, obriga a um procedimento metodológico que, afinal de contas, deveria ser obrigatório à análise de todas as fontes: a conexão do conteúdo com um contexto e com outros elementos sincrônicos. (BARROS, 2019, p. 236).

Concluindo os cuidados metodológicos com as fontes nos formatos de jornais e revistas, é necessário organizá-los na direção em que se construa uma série que dá sentido ao material, diferenciando a leitura do historiador da leitura do público:

> Compreender as matérias de um jornal — as que são relacionadas aos problemas que serão investigados — no interior de uma série que dá sentido a cada matéria em

Grande Imprensa ou o circuito político típico da primeira fase da história da imprensa nos diversos países" (BARROS, 2019, p. 205).

> particular é uma postura historiográfica por si mesma. Esse modo de leitura, obviamente, não é o do leitor comum, mas faz parte do padrão metodológico do historiador. (BARROS, 2019, p. 237).

Este tópico teve como objetivo apresentar e elaborar uma discussão metodológica a respeito das fontes utilizadas. Cabe na sequência a discussão do recorte temporal empregado.

## RECORTE TEMPORAL

O recorte temporal da pesquisa foi determinado pela compreensão, interpretação e temporalidade das fontes históricas. Os livros de Hayek elencados para a pesquisa abrangem os anos entre 1946 e 1994. A respeito dos livros, que envolvem *O Caminho da Servidão*; *Direito, Legislação e Liberdade*; e *Os Fundamentos da Liberdade*, compreende-se que o recorte inicial acontece com a 1ª edição de *O Caminho da Servidão* e o recorte final, com a edição da obra para a Biblioteca do Exército em 1994. Na edição do ano de 1994, uso a tradução que se repete desde 1984 e o prefácio escrito por Roberto Campos.

A respeito das cartas trocadas por Henry Maksoud e Hayek, uso o recorte entre 1977 e 1985, abarcando a primeira carta recebida até a última. As cartas trocadas entre Hayek e Gudin são do ano de 1957, antecedendo a viagem de Hayek ao Rio de Janeiro realizadas no mesmo ano. O material selecionado da imprensa é amplo, com reportagens e matérias a respeito da obra e da visita de Hayek, apesar da existência de material a partir de 1945 a respeito de *O Caminho da Servidão*, a maior concentração de matérias é correspondente às viagens de Hayek de 1977 e 1981. Avalio que a grande parte do material selecionado está compreendido entre 1946 e 1984 (livros, cartas e imprensa), porém a escolha por ampliar o recorte até 1994 é justificada pela utilização do prefácio da obra de 1994, estendendo o recorte de 1984 até 1994, porém, uma única fonte se encontra nesse intervalo de tempo.

## OS ANEXOS

Os anexos são elementos fundamentais para consulta dos leitores. Desta forma, decidi disponibilizar em anexo as cartas trocadas entre Hayek e Gudin e Hayek e Henry Maksoud na integra. A disponibilidade das cartas em anexo tem como função sustentar o uso da fonte ao longo da pesquisa, pelo fato de ser uma fonte inédita, mas também porque permite ao leitor examinar as cartas no idioma original, que é o inglês. Optei por fazer a tradução ao longo do texto, além de realizar os recortes necessários para operacionalizar o exame da fonte sem perder

o foco do objeto, porém a consulta do anexo permite a ampliação da crítica ao material, abrindo caminhos para outras interpretações e usos da fonte.

# CAPÍTULO 1 — O PENSAMENTO NEOLIBERAL NO BRASIL

O primeiro capítulo tem o objetivo de estruturar as balizas teóricas e historiográficas para entender os mecanismos de propagação da ideologia neoliberal, elencando primeiramente as diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, para depois identificar as distinções entre aspectos de expressão e ação do neoliberalismo chamados por Sebastião Velasco e Cruz como doutrina, movimento e ação política. Após as devidas discussões teóricas iniciais, adentro em elementos da historiografia e da história do pensamento econômico brasileiro, discutindo os diferentes períodos que envolvem o recorte temporal desta pesquisa. Inicialmente trato do período Dutra a João Goulart (1945-1964), trazendo o protagonismo e os embates de Eugênio Gudin com economistas de outras linhas teóricas, como Roberto Simonsen e Raúl Prebish, avanço nas seções seguintes no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), por fim discuto alguns aspectos dos primeiros *think tanks* neoliberais. O objetivo da contextualização historiográfica é expor ao leitor o ambiente econômico e político no qual Hayek foi recepcionado ao longo das diversas ondas de entrada do seu pensamento no Brasil durante o período analisado.

## 1.1 AS DIFERENÇAS ENTRE LIBERALISMO, CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO

Antes de iniciar a discussão a respeito das dimensões do neoliberalismo, é necessário definir o que é o neoliberalismo. Esse esforço de definição e diferenciação em relação ao liberalismo econômico clássico é necessário, pois não se trata da mesma coisa. Incluir o conservadorismo também é importante no processo de definição do conceito, pois conservadorismo e neoliberalismo caminham juntos. Não tenho a pretensão de trazer um conceito fechado, até porque é um campo de discussão bem arenoso dentro da história política e da história das ideias, justamente pela plasticidade dos conceitos, e procurar uma definição "definitiva" pode ser uma armadilha. O que pretendo é apresentar um corpo teórico que direcione alguns pontos que são convergentes dentro da discussão sobre o assunto. Para essa finalidade, optei primeiramente por separar liberalismo de neoliberalismo e discutir como o conceito de conservadorismo pode apresentar diferentes perspectivas quando é feita a devida separação. Segundo, ao definir o que é neoliberalismo e seu marco de fundação, construo uma baliza teórica que vai me guiar ao longo de toda a pesquisa, sem incorrer no risco de cair em anacronismos e empregar conceitos de forma imprecisa.

Começo com uma passagem sobre o liberalismo presente na obra *A nova razão de mundo*, de Pierre Dardot e Christian Laval, em que os autores expõem que a definição do liberalismo sempre foi problemática:

> O liberalismo é um mundo de tensões. Sua unidade, desde o princípio, é problemática. O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado são certamente alguns dos dogmas do pensamento liberal dominante em meado do século XIX. Modificar os princípios seria quebrar a máquina do progresso e romper o equilíbrio social. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37).

Os autores apresentam as bases do pensamento liberal do seu início até meados do século XIX. Do lado dos fundamentos econômicos, são elencados a liberdade de mercado, propriedade privada, equilíbrio do mercado; pelo lado da política e do direito, o conceito de direito natural. São duas dimensões bem importantes do pensamento liberal, pelo lado político ampara a democracia e a liberdade individual e pelo lado econômico sustenta a importância da liberdade de mercado. Karl Mannheim faz uma afirmação em relação à importância do campo econômico para os liberais: "[o] sistema económico é uma parte essencial da vida social e uma força formativa poderosa no ambiente do homem, operando através do mecanismo psíquico da ambição, da luta pelo sucesso" (MANNHEIM, 1974, p. 62).

As contribuições de Karl Mannheim contribuem para reforçar do que se tratava o liberalismo clássico, chamado pelo autor de "liberalismo revolucionário":

> O liberalismo revolucionário entendia por liberdade, na esfera econômica, a libertação do indivíduo em relação a suas ligações medievais com o estamento e as corporações. Na esfera política, entendiam-na como o direito do indivíduo fazer o que desejava e o que achava conveniente e, especialmente, o direito ao mais completo exercício dos inalienáveis Direitos do Homem. De acordo com esse conceito, a liberdade do homem só conhece limites quando ela prejudica a liberdade de seus concidadãos. (MANNHEIN, 1986, p. 115).

É expressa na citação os limites do liberalismo, inicialmente como um avanço em relação aos limites da sociedade feudal. Tratava-se de uma filosofia iluminista que desconectava o homem de sua subordinação na estrutura econômica medieval, ao mesmo tempo que politicamente promovia um regresso aos valores democráticos da antiguidade, com todas as ressalvas quando comparamos com a democracia atual, enquanto no campo jurídico criava os Direitos inalienáveis do Homem. O liberalismo foi a matriz da doutrina mercantilista e foi resultado de uma mudança da estrutura econômica com o avanço dos Estados Nacionais Modernos e das políticas de acumulação do metalismo. Nesse processo surgem importantes autores no campo econômico, como na fisiocracia que teve como um dos principais expoentes Fraçois Quesnay, avançando com Adam Smith, David Ricardo, Jean Baptiste Say, Thomas

Malthus, na economia clássica. Nesta mesma discussão o pensamento utilitarista ganhou destaque com Jeremy Benthan e com Condillac ainda no século XVIII (DENIS, 1978, p. 161-228). Sem adentrar nas especificidades do liberalismo, primeiramente apontei os principais pensadores do campo econômico, como forma de ilustrar a robustez de um pensamento que orientou o mundo ocidental a partir do século XVI, e, ao longo de aproximadamente 300 anos, surgiram inúmeros outros autores e interpretações do liberalismo em cada país onde a doutrina era a base de governo.

Isaiah Berlin aponta outras características que servem para pensarmos o que foi o liberalismo clássico e seus limites:

> Os liberais acreditavam no poder ilimitado da instrução e da moralidade racional para superar a miséria e a desigualdade econômica. Os socialistas acreditavam que uma mudança no sentir ou no pensar dos indivíduos não seria suficiente, sem alterações radicais na distribuição e no controle dos recursos. Conservadores e socialistas acreditavam no poder e na influência das instituições; e encaravam-nas como salvaguardas necessárias contra o caos, a injustiça e a crueldade causadas pelo individualismo descontrolado. Os anarquistas, os radicais e os liberais suspeitavam que as instituições constituíssem obstáculos à realização de uma sociedade livre e racional. (BERLIN, 1969, p. 1).

A citação diferencia uma série de doutrinas políticas, opondo as disputas entre liberais, conservadores, socialistas e anarquistas. Destaco as diferenças entre liberais e conservadores, pois, de acordo com os liberais, existiriam forças morais e racionais que levariam com o tempo à superação da miséria e da desigualdade econômica, e pelo lado conservador o amparo nas instituições como forma de superação das injustiças e do individualismo descontrolado. Ao longo da sua discussão sobre o tema na obra *Quatro ensaios sobre a liberdade*, Berlin (1969) aumenta a densidade de sua argumentação citando filósofos liberais com uma visão otimista da sociedade e conservadores com uma visão mais pessimista ou realista:

> Filósofos com uma visão otimista da natureza humana e com a crença na possibilidade de harmonização dos interesses humanos, como Locke ou Adam Smith, e, sob certos aspectos, Mill, acreditavam que o progresso e a harmonia social eram compatíveis com a manutenção de ampla área para a vida privada, além de cujos limites nem o Estado nem qualquer outra autoridade teriam permissão de passar. Hobbes, e os conservadores e reacionários que pensavam como ele, argumentava que, para evitar que os indivíduos se destruíssem uns aos outros e transformassem a vida social em uma selva, seria necessário instituir maiores salvaguardas para mantê-los em seus lugares. Isto é, aumentar o controle e reduzir a área de liberdade do indivíduo. Mas liberais e conservadores concordavam que uma parcela da existência humana precisa continuar independente da esfera de controle social. Qualquer que seja o princípio segundo o qual deva ser traçada a área de não-interferência — o direito natural ou os termos de um imperativo categórico, a sacralidade do contrato social ou qualquer outro — "liberdade" nesse sentido significa liberdade *de*: ou seja, ausência de interferência além da linha traçada. (BERLIN, 1969, p. 13).

Cabe destacar que a ideia de conservadorismo discutida pelo autor é uma contraposição ao otimismo do liberalismo baseada na economia e na política, e não a noção de conservadorismo moral e religioso do século XX e XXI. Quando falamos em conservadorismo, temos a reação ao liberalismo e ao individualismo dos séculos XVI ao XIX. Tratava-se das preocupações dos limites institucionais e do controle social, que de acordo com autores como Hobbes era necessário para que a sociedade não entrasse em colapso. O ponto crucial eram as fronteiras da liberdade individual em relação à harmonia social. Essa reação ao liberalismo produziu a construção de teorias sistemáticas por parte dos conservadores para pensar as formas de atuação das instituições no intuito de limitar a liberdade individual[8], por outro lado, a narrativa conservadora produziu uma errônea e até certo ponto rasa percepção de que todos os homens eram iguais em todos os aspectos[9].

Neste contexto, ainda de acordo com Karl Mannheim:

> A necessidade política obrigou os conservadores a desenvolverem seu próprio conceito de liberdade, para opô-lo ao dos liberais, e eles criaram o que podemos chamar de uma *ideia qualitativa* de liberdade para a distinguir do conceito igualitário revolucionário. (MANNHEIM, 1986, 117).

A necessidade dos conservadores de produzirem uma doutrina de contraposição com os valores liberais do iluminismo provocou a eclosão de uma série de pensadores que contestavam o racionalismo e o otimismo liberal em relação ao comportamento humano:

> Contra o iluminismo posicionavam-se o movimento romântico e pensadores isolados, como, por exemplo, Carlyle, Dostoievski, Baudelaire, Schopenhauer e Nietzsche. Esses pensadores negavam a importância da ação política racional e afirmavam que o racionalismo era uma falácia originada de uma falsa análise do caráter humano, pois a fonte da ação humana não era a razão. Os liberais revoltavam-se diante do que consideravam uma visão pervertida do ser humano desses pensadores, ignorando-a ou rejeitando-a violentamente. Os conservadores os encaravam como aliados contra o excesso do racionalismo e o irritante otimismo tanto dos liberais como dos socialistas, mas os tratavam energicamente como visionários exóticos, que não deviam ser imitados e de quem se devia evitar maior aproximação. Os socialistas os viam como reacionários tresloucados, que mal se mostravam dignos de seus ataques. (BERLIN, 1969, p. 2).

---

[8] "O Liberalismo encontrou a sua primeira expressão teórica numa afirmação coerente com os seus objetivos; esta afirmação necessariamente provocou no Conservadorismo a formulação de uma contra-afirmação programática. Isto era necessariamente o caso numa estrutura da situação competitiva. Uma espécie de "competição com base na qualidade", que força cada um a acompanhar o seu adversário, e a duplicar as últimas realizações (Sombart), forçou os Conservadores, muito embora o pensamento sistemático não seja de modo algum o seu forte, a produzir uma plataforma teórica sistemática" (MANNHEIM, 1974, p. 33).

[9] "Porém, o pensamento conservador assumiu esse postulado como uma afirmação de fato e fez com que parecesse que os liberais efetivamente clamavam que todos os homens eram em todos os aspectos iguais" (MANNHEIN, 1986, p. 115).

Feita as devidas definições entre liberais e conservadores no contexto do iluminismo até o século XIX, cabe dar destaque para a crise do liberalismo que levou a eventos traumáticos no século XX, como a I Guerra Mundial. Dardot e Laval ressaltam que a crise do liberalismo foi uma crise interna:

> A crise do liberalismo é também uma crise interna, o que é esquecido de bom grado quando se assume a tarefa de fazer a história do liberalismo como se se tratasse de um corpo unificado. A partir de meados do século XIX, o liberalismo expõe linhas de fratura que vão se aprofundando até a Primeira Guerra Mundial e os entreguerras. A tensão entre os dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37).

Na continuidade da argumentação dos autores, avançando algumas páginas no livro *A nova razão do mundo*, encontra-se o resultado da crise liberal do século XIX:

> Se é verdade que a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo é uma resposta a esse sintoma, ou ainda, uma tentativa de entravar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolvem desde o fim do século XIX, uma orientação vista como uma degradação que conduzia diretamente ao coletivismo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71).

O germe do neoliberalismo foi a crise do liberalismo segundo Dardot e Laval, resultado de um processo histórico vindo desde o final do século XIX e que contestava os aspectos distributivistas, planificadores, reguladores e protecionistas oriundos do comércio internacional liberal do período imperialista do capitalismo. Dentro do que foi colocado até aqui sobre o liberalismo, é necessário identificar diferentes períodos, sendo o primeiro de avanço do liberalismo por meio do pensamento iluminista e do modelo econômico mercantilista, impulsionado pelos Estados nacionais modernos. O apogeu do pensamento liberal ocorreu por volta do século XVII e XVIII com autores como Locke na filosofia política e Adam Smith na Economia, até a crise do liberalismo durante o processo de intensificação do comércio internacional e do imperialismo do século XIX. Esses diferentes momentos servem para ilustrar as fases de nascimento, maturação e declínio do pensamento liberal clássico e para entendermos que o neoliberalismo é uma outra tendência que brotou dessa crise, não sendo uma evolução ou continuidade do pensamento liberal clássico.

O próprio neoliberal brasileiro, Roberto Campos (1994), expõe essas diferenças entre liberalismo e neoliberalismo na sua autobiografia, a *Lanterna na Popa*, quando passou a fazer parte do *think tank* chamado The Institute of Economic Affairs, de forte influência dos neoliberais austríacos:

> Mantive, entretanto, estreito contato com uma das fontes de inspiração dos tories favoráveis à economia de mercado. Era o *think tank* chamado The Institute of Economic Affairs, fundado em 1957, então sob a liderança de dois economistas meus conhecidos — Ralph Harris e Arthur Seldon. As ideias de liberalismo econômico, antiestatismo e economia de mercado refletiam a influência dos liberais austríacos, sobretudo Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, cujas doutrinas me haviam sido pregadas pelo velho mestre Eugênio Gudin, anos atrás. [...] O neoliberalismo econômico, que difere do liberalismo clássico em que comporta uma dose maior de intervenção assistencialista, era uma ideia cujo tempo já havia chegado. Como diz Milton Friedman, a vitória do liberalismo fora apenas uma conquista intelectual dos anos 70. Só se transformou em vitória política com o *thatcherismo* e o *reaganismo* na década de 80. (CAMPOS, 1994, p. 1054).

No final da citação, quando Campos ampara-se numa fala de Milton Friedman para expor a vitória do neoliberalismo nos anos 1970 e 1980, identificamos seu apogeu enquanto ideologia de alcance mundial, porém o surgimento do neoliberalismo remonta à década de 1930, especificamente o ano de 1938.

Escolhi como marco fundador o Colóquio Walter Lippmann de 1938. A escolha não é aleatória, tendo em vista que diversos autores convergem em relação a dois momentos importantes do pensamento neoliberal, sendo eles o Colóquio citado e a criação da Sociedade Mont Pèlerin em 1947. Como forma de discutir a periodização do início do pensamento neoliberal em 1938, exploro algumas citações que sustentam a minha escolha:

> A criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippman, realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Unesco), na rue Montpensier, no centro de Paris. A reunião de Paris distingue-se pela qualidade de seus participantes, que, na maioria, marcarão a história do pensamento e da política liberal dos países ocidentais após a guerra, quer se trate de Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke, quer se trate de Alexander von Rüstow (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71).

Wendy Brown compartilha da mesma data de fundação, inclusive colocando que o termo *neoliberal* foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann:

> O termo “neoliberalismo” foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade Mont Pèlerin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros. (BROWN, 2019a, p. 28-29).

Da mesma forma Rubens Casara aponta o surgimento do neoliberalismo em 1938, porém distingue a divergência do marco histórico entre o Colóquio Walter Lippmann e a criação da Sociedade Mont Pèlerin:

> Há certa divergência sobre o marco histórico que representaria o nascimento do neoliberalismo, o momento em que foi apresentado como um projeto à sociedade. Para alguns, esse momento seria a criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947. Todavia, foi com a realização do Colóquio Walter Lippmann, em 1938, que pela primeira vez se tentou a formulação de uma teoria do intervencionismo estatal propriamente liberal. Foi, ainda, nesse evento que se deram os primeiros passos para tentativa de criação de uma espécie de ameaça "Internacional Neoliberal".
> A premissa dos "pais fundadores" do neoliberalismo era a de que a manutenção do liberalismo necessitava de uma refundação teórica da doutrina liberal para que fosse possível dela deduzir uma política ativa verdadeiramente liberal.
> O neoliberalismo, então, passou a se distanciar da tese do *laissez-faire*. Diante dos efeitos danosos produzidos pela inércia do Estado, a ideia de uma radical oposição às políticas intervencionista passou a configurar no plano imaginário como uma negatividade. (CASARA, 2021, p. 109-110).

Rubens Casara fala do distanciamento do neoliberalismo da tese do *laissez-faire*, lema do liberalismo clássico, demonstrando a ruptura discutida ao longo desta seção que sustenta que o neoliberalismo não é uma continuidade do liberalismo clássico. Dando os contornos de um pensamento radical no que se refere ao intervencionismo do Estado.

Por meio da discussão estabelecida nesta seção e da apresentação das diferentes vertentes ideológicas, firmo as bases conceituais para estabelecer o entendimento de que o neoliberalismo como doutrina surgiu em 1938, e para esta pesquisa, sempre que citado faço referência a esta escola de pensamento surgida no Colóquio Walter Lippmann e disseminada ao longo do tempo com a criação da Sociedade Mont Pèlerin. Neoliberalismo esse que inclui Friedrich A. von Hayek como um dos principais teóricos e idealizadores.

## 1.2 ASPECTOS CONCEITUAIS A RESPEITO DO NEOLIBERALISMO: ALCANCES, LIMITES E TENSÕES

Assim como no liberalismo, a discussão conceitual a respeito do neoliberalismo pode ser uma armadilha se tentarmos defini-la objetivamente, ou seja, como ela se apresenta apenas por meio do viés econômico da discussão. Costuma-se estabelecer alguns parâmetros fixos que compreendem algumas das medidas econômicas em que se constituem as políticas neoliberais. Posso citar algumas delas, como a adoção do Estado Mínimo não interventor na economia, discursos contra empresas estatais, redução dos gastos de governo e controle fiscal, livre movimentação de produtos e pessoas entre os países, redução das barreiras comerciais, áreas de livre comércio, livre movimentação de empregos e capitais, flexibilização das leis trabalhistas, o individualismo do homem empreendedor, dentre outras. Como foi percebido, na

dimensão econômica é possível citar várias medidas que correspondem ao modelo de gestão neoliberal. E essa é apenas a ponta do iceberg. Tento penetrar em outro viés de discussão, que caminha com as medidas econômicas, porém ele é pouco percebido. Arrisco olhar os conceitos que norteiam o neoliberalismo do ponto de vista subjetivo. Perceber como o pensamento ganhou força e como seus pressupostos sustentam uma rede de relações sociais e políticas que extrapolam a dimensão econômica, agindo na psique dos sujeitos, nos seus hábitos e gostos pessoais.

O neoliberalismo se baseia no discurso a favor do mercado para nutrir uma série de assimetrias que garantem o domínio de elites em desfavor das pessoas que não detém capitais para investir financeiramente e na condição de empreendedoras individuais. Entretanto, o encorajamento para as pessoas comuns buscarem seu sucesso é uma das bases do neoliberalismo, pois legitima o poder de mercado dos grandes empresários em continuarem crescendo com o apoio do senso comum e com a adoção de políticas econômicas que promovam o cenário propício para acumulação. Dessa forma a aparente igualdade e liberdade para o mercado esconde contundentes assimetrias que ampliam as desigualdades:

> Assimetria e heterogeneidade. Alguns aspectos aqui são bastante óbvios. O processo de reestruturação econômica altera a composição e a relação de forças entre grupos e classes sociais. Além de heterogêneos, os atores nele envolvidos são muito desigualmente dotados de recursos de poder, o que é outra maneira de dizer que as relações que prevalecem entre eles são marcadamente assimétricas. Mas não é tudo. Atores existem estatais e não estatais; de alcance local, nacional ou internacional — governos nacionais e subnacionais, e organizações intergovernamentais, de um lado; empresas, movimentos sociais, organizações civis, *think tanks*, de outro. As relações entre eles são contingentes; vale dizer, não dão lugar a blocos duradouros e coerentes. Mas não são aleatórias: apesar das variações observáveis temporalmente e na passagem de uma questão a outra, é possível constatar a existência de certos padrões de alinhamentos, que tornam possível a identificação de campos diferenciados no espaço mais amplo onde o processo transcorre. (CRUZ, 2007, p. 38).

Quando Sebastião Velasco e Cruz fala em atores estatais e não estatais, de alcance nacional ou internacional e posteriormente cita uma série de instituições que sustentam o modelo neoliberal, percebo que sem uma integração entre capital privado e poder estatal não seria possível consolidar uma estrutura que nutre o pensamento neoliberal e o amplia além do campo ideológico. Desta forma, contesto um dos principais elementos da doutrina neoliberal de cunho econômico, sendo a adoção do Estado Mínimo. Caso o Estado adotasse a postura de se retirar do palco do mercado e deixasse o mercado fluir por conta, não teríamos a presença de atores estatais. E mais do que isso, a simples categorização econômica entre Estado e empresas, deixa de lado o fator humano que forma complexas relações políticas, como se o Estado fosse

uma entidade separada da sociedade, apenas orquestrando medidas de forma isolada e neutra[10]. Pessoas formam o Estado, que por sua vez possuem interesses próprios ou de grupos específicos, travam disputas de poder, têm posicionamentos ideológicos que transferem para suas práticas políticas, muitos são empresários, investidores ou respondem a grupos hegemônicos que lhes apoiaram, enfim, inúmeras possibilidades que tornam o Estado heterogêneo. Logo, a mera separação entre Estado e mercado esconde suas tramas e tensões. John Kenneth Galbraith tece um conceito chamado *Simbiose Burocrática* que auxilia no entendimento das relações estabelecidas entre Estado e elites empresariais, em que existe uma correlação de forças na qual os capitais privados agem interferindo nas decisões governamentais enquanto os agentes capitalistas possuem acesso ao alto escalão do governo[11].

Parece uma grande ambição tratar as complexidades conceituais do neoliberalismo, e nem chegarei perto de entendê-las por completo, até porque os conceitos do neoliberalismo são plásticos e mutáveis consoante o período histórico e com o recorte espacial. O importante para o pesquisador é primeiramente visualizar as peculiaridades e criar ferramentas que permitam mapear e desvendar o fenômeno neoliberal que pretende investigar sem cair em armadilhas e anacronismos. Não tento fazer uma incursão nos meandros do pensamento neoliberal, mas sim tocar em pontos sensíveis que me permitiram compreender e tensionar seus principais conceitos. Ao desnudar esses elementos do pensamento neoliberal, amplio a discussão para entender como o pensamento neoliberal se infiltra no cotidiano das pessoas, determina suas ações e sustenta toda uma estrutura dominante detentora dos capitais que se beneficia dos privilégios e benesses do mercado[12].

---

[10] "Entre uma e outra ilustração um traço comum: a contradição entre uma doutrina que faz da denúncia do intervencionismo estatal o seu *leitmotiv* e a mobilização crescente intrusiva do Estado, necessária à implementação dos políticos que ela informa. Terceiro, como no caso de seus predecessores, o capitalismo neoliberal é minado em sua legitimidade pelo desencontro entre a promessa que faz e os dados duros da realidade" (CRUZ, 2007, p. 46).

[11] O presidente da General Motors, quando visita Washington, tem o direito consuetudinário de avistar-se com o presidente dos Estados Unidos. O presidente da General Electric avista-se com o Secretário da Defesa e o presidente da General Dynamics se avista com qualquer general. O lavrador não tem o mesmo acesso ao Secretário da Agricultura; o varejista não tem entrada franca na sala do Secretário do Comércio. E pouco lhe adianta tê-la. A burocracia pública, [...] só pode ser eficaz e duradouramente influenciada por outra organização. E entre as organizações públicas e privadas existe, não raro, uma profunda relação simbiótica (GALBRAITH, 1975, p. 47).

[12] "O neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante (ou seja, o estágio atual, a etapa ou o modo de existência do capitalismo contemporâneo). Esse sistema de acumulação tem quatro características dignas de nota: a financeirização da produção, da ideologia e do Estado; a integração internacional da produção ("globalização"); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização do balanço de pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseada em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de políticas econômica" (SAAD FILHO, 2018, p. 96-97).

Parto da discussão sobre os aspectos conceituais do neoliberalismo a partir do uso corrente do termo, trabalhado e dividido por Sebastião Velasco e Cruz:

> No uso corrente, o termo "neoliberalismo" conjuga três elementos diversos: 1) uma doutrina; 2) um movimento; 3) um programa político.
> Como corrente de pensamento, como doutrina, o neoliberalismo define-se pelas relações de afinidade ou de oposição que mantém com outras vertentes ideológicas e políticas — o conservadorismo clássico, o socialismo, a social-democracia e/ou keynesianismo. Mas não só isso. Como variante teórico-ideológica muito particular, ele se caracteriza também por suas diferenças relativamente ao tronco comum representado pelo liberalismo econômico oitocentista.
> Vale a pena salientar esse aspecto. Contra os seus antagonistas de sempre (os conservadores, "corporativistas", os socialistas, os "coletivistas") os neoliberais reiteram os velhos temas do liberalismo econômico. Mas não é aí que reside em sua especificidade. O que os torna diferente é que eles não se limitam a essa operação, a rigor inócua. Os neoliberais se distinguem, primeiro, por sua atitude em face da realidade do capitalismo politicamente regulado do pós-Guerra — vale dizer, por sua disposição genuinamente "fundamentalista" de reafirmar as virtudes do capitalismo da *belle époque* e de rejeitar os compromissos sociais que fundam a organização social do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, o neoliberalismo não é conservador, muito menos, progressista: ele é, pura e simplesmente, reacionário. (CRUZ, 2007, p. 39).

A fase de consolidação do neoliberalismo como políticas econômicas se dá na terceira acepção do termo, quando ele se torna "programa político", isso ocorre durante os anos 1980 e 1990 na América Latina. É o processo de consolidação do neoliberalismo, porém o que me cabe neste trabalho é identificar os dois primeiros movimentos no caso brasileiro, ou seja, a sua inserção como uma "doutrina" e "como um movimento". Essas fases estão presentes em períodos diferentes, mas ao mesmo tempo se confundem, pois como doutrina podemos pensar a produção, circulação e apropriação das obras de Hayek ao longo do período e, como movimento associado com a doutrina, teríamos suas visitas e a proliferação de textos escritos sobre o autor e a difusão das suas ideias em diversos ramos da mídia impressa do período no Brasil. As relações entre movimento e ação política já estavam ocorrendo nas principais economias do mundo, sobretudo na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, com os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, além da experiência anterior no Chile de Pinochet. A potencialidade que tomou o movimento neoliberal só foi possível pela crise do modelo doutrinário adversário. O Estado de Bem-estar social e suas políticas keynesianas estavam perdendo fôlego com as tensões pelas quais passaram durante a retração das economias com a crise do petróleo.

Essa discussão está inserida dentro do debate econômico que marca o ponto de viragem em direção ao avanço do discurso neoliberal[13]. Não me aprofundo neste assunto, mas seu conhecimento serve para visualizar qual terreno que tornou fértil as ideias de Hayek e de seus pares de Mont Pèlerin.

Baseado nestas diferenciações entre doutrina e movimento, penso o objeto de pesquisa em dois momentos, em que no primeiro obtém-se a doutrina, ou seja, a entrada das obras de Hayek no Brasil, principalmente por meio da obra *O Caminho da Servidão*, para posteriormente, durante as suas viagens, conferências e palestras o surgimento de um movimento capitaneado por Henry Maksoud. Movimento esse que resultou, além das próprias visitas de Hayek e a possibilidade da publicação de suas outras obras, aumento das edições de *O Caminho da Servidão*, a criação de *think tanks* no Brasil, como foi o caso do Instituto Liberal, além da ampla cobertura pela imprensa. O terceiro momento, que Velasco e Cruz se refere como movimento político[14], veio posteriormente, já caminhando no final dos anos 1980 e consolidado nos anos 1990 com as políticas neoliberais implementadas de forma mais aguda pelos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Antes de refletir sobre os pormenores desses três momentos do neoliberalismo citados por Velasco e Cruz, os quais aprofundo com a contribuição de outros autores, trago uma citação cujo objetivo é pensar a respeito do "inverno" pelo qual o neoliberalismo passou entre as décadas de 1930 a 1970. Foram quatro décadas em que o neoliberalismo esteve oculto enquanto doutrina, mas que mesmo assim se manteve coerente e homogêneo, e que, assim que a doutrina hegemônica do keynesianismo entrou em descrédito e crise, o neoliberalismo surgiu como alternativa para o capitalismo global. Quais foram os méritos dos pensadores neoliberais

---

[13] "Esse contexto internacional envolve, assim, a crise econômica internacional, o processo de globalização financeira e a dificuldade de os países de capitalismo avançado continuarem sustentando o Estado de Bem-estar social. Com a adoção de medidas econômicas restritivas pelas economias avançadas da Europa e dos Estados Unidos, as ideias que liberais como Hayek e Mises vinham pregando desde os anos 30 começaram a ganhar cada vez mais adeptos. Para os neoliberais, a crise e as pressões inflacionárias eram consequência do excessivo poder que o movimento operário tinha alcançado nas suas reivindicações salariais em países como a Grã-Bretanha. A Solução proposta era o desmonte do Welfare State e a adoção de políticas recessivas, estabilização monetária, diminuição do gasto social e desemprego" (GROS, 2002, p. 227).

[14] "Na análise das reformas econômicas, devemos distinguir claramente o processo de mudança institucional e as ideias e discursos que o acompanham e justificam. Esses aspectos são comumente mesclados na literatura acadêmica, bem como no discurso político. É assim que expressões como "o projeto neoliberal", "as reformas neoliberais", "a ofensiva do neoliberalismo" ou o neoliberalismo *tout court* se generalizam. Com o grau de imprecisão que são usadas, contudo, essas noções mais confundem do que esclarecem. Especificamente, elas: 1) suprimem as diferenças entre distintas variantes do liberalismo econômico; 2) ocultam o caráter "incompleto" e "contraditório" de muitas das políticas realmente implementadas em cada caso nacional; 3) obscurecem outras razões, de natureza não-ideológica, para seguir no caminho das reformas liberalizantes" (CRUZ, 2007, p. 33-34).

durante esse período que fizeram com que na ocasião certa o neoliberalismo despontasse como movimento e como política econômica? Perry Anderson enumera algumas lições deixadas:

> Primeira lição: não ter medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo, Hayek, Friedman e seus sócios tiveram o mérito — mérito, entendido aos olhos de qualquer burguês inteligente de hoje — de colocar uma crítica radical do *status quo*, quando fazê-lo era muito impopular, e de ter paciência em uma postura de oposição marginal durante longo período, quando a sabedoria convencional os tratava como excêntricos ou loucos, até o momento em que as condições históricas mudaram e sua oportunidade política chegou.
> Segunda lição: não transigir em ideias, não aceitar nenhuma diluição de princípios. As teorias neoliberais foram extremas e marcadas por falta de moderação, um iconoclastismo chocante para os bem pensantes de seu tempo. Mas não perderam eficácia por isso; ao contrário, foi propriamente o radicalismo, a dureza intelectual do temário neoliberal que lhe assegurou uma vida tão vigorosa e uma influência finalmente tão esmagadora. O neoliberalismo é o oposto do pensamento fraco, para usar um termo da moda inventado por algumas correntes pós-modernistas para abalar teorias ecléticas e flexíveis. [...]
> Terceira lição: não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável. Quando o neoliberalismo era um fenômeno politicamente menosprezado e marginal, durante o grande auge do capitalismo dos anos 50 e 60, parecia ao consenso burguês daquele tempo inconcebível criar desemprego de cerca de 40 milhões de pessoas nos países ricos, sem provocar transtornos sociais; parecia impensável distribuir renda abertamente, em alta voz, dos pobres aos ricos, em nome do valor da desigualdade; parecia inimaginável privatizar não somente o petróleo, mas também a água, a receita, hospitais, escolas e até prisões. (ANDERSON, 2003a, p. 198-199).

Por meio das observações feitas por Perry Anderson, mapeio as possibilidades do avanço do pensamento neoliberal pós-anos 1970, mas sem desprender dos aspectos da estrutura do pensamento neoliberal que se mantiveram consideravelmente imutáveis enquanto doutrina ao longo do tempo. Dentre as lições tomadas pelo caso do neoliberalismo, destaco a mudança das condições históricas que propiciaram a aceitação das ideias, ou seja, o pensamento neoliberal não se alterou para ser aceito, foram as condições históricas que abraçaram o neoliberalismo. E quais foram os fatores que levaram a essa aceitação? A segunda lição nos mostra que o trunfo do neoliberalismo foi manter seu radicalismo, logo, no período da crise dos anos 1970, medidas radicais pareceram ser a solução para reformular o Estado e as políticas econômicas. As condições históricas, associadas com o radicalismo neoliberal transfigurou-se para o terceiro momento, o das políticas econômicas neoliberais, isso porque, a partir do movimento, observo a mudança no pensamento das instituições e políticas, completando o circuito de ação neoliberal.

Na análise conceitual não perco as dimensões do neoliberalismo propostas por Sebastião Velasco e Cruz, as quais permitem entender como funciona o circuito de disseminação do neoliberalismo. Três dimensões que parecem se retroalimentar, discutidas separadamente, mas que na prática elas se confundem. Como separar doutrina, movimento e

programa político? A questão não é separá-los, mas didaticamente mapear como se constituem esses diferentes circuitos que compõe o sistema neoliberal.

## 1.3 NEOLIBERALISMO COMO DOUTRINA

Aqui mapeio os principais elementos teóricos presentes na doutrina neoliberal. Por mais que ao longo deste trabalho me aprofundo na figura de Friedrich August von Hayek, é importante perceber que ele não estava sozinho na defesa das teses de livre mercado. Também para ter a visão clara que o neoliberalismo é um fenômeno múltiplo de pensamento, formado por diversas correntes e pensadores, e com importantes alterações ao longo do tempo. O neoliberalismo não é uma mera continuação do liberalismo clássico, mas sim, um movimento de ideias que originou um pensamento econômico inédito[15]. Todavia, por mais que seja um movimento original, esconde em seus pormenores uma grande diversidade de tradições teóricas, sobretudo oriundas de três vertentes: o ordoliberalismo alemão, a escola austríaca e a escola americana de Chicago.

> Como doutrina, ele remete a um punhado de autores talentosos e de grandes recursos: Von Mises, Hayek, Kopcke, Friedman, Tullock, Buchanan... Vários desses nomes reaparecem quando lidamos com o movimento neoliberal, mas ao lado deles, no desempenho de papéis de relevo, vamos encontrar agora indivíduos com inserção social muito diversa — políticos, empresários, jornalistas — e certa classe de atores coletivos — centros de estudo, associações, institutos. Quando transitamos para as políticas, os grandes autores desaparecem quase inteiramente; no lugar deles organizações governamentais e intergovernamentais, como o Banco Mundial e o FMI, com os tecnocratas que as dirigem, surgem como protagonistas. (CRUZ, 2007, p. 43).

Ao citar importantes autores do movimento neoliberal, Sebastião Velasco e Cruz correlaciona com o extravasamento da doutrina para outros grupos sociais, como empresários, jornalistas, políticos, que por sua vez formam institutos e grupos particulares para discutir e difundir o pensamento neoliberal. Alerta que a doutrina desaparece na prática governamental orientada pelo neoliberalismo. Isso serve de referência para pensar como o pensamento neoliberal adentra uma determinada sociedade, se dissemina por meio dos movimentos e por fim na ponta as práticas se descolam da doutrina e correspondem a uma natureza pragmática dos interesses dos grupos hegemônicos. Ou seja, a doutrina diz que o livre mercado irá

[15] "Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado" (ANDERSON, 2003a, p. 22).

promover condições de crescimento econômico e riqueza para as pessoas, tornando o mundo melhor para todos com base no avanço tecnológico por meio da destruição criativa, e tornando bens acessíveis para todos, além de regular as condições de emprego e consumo. Um conjunto de ideias que prioriza a desigualdade para melhorar a vida das pessoas. No entanto, na prática neoliberal com a reconfiguração das funções do Estado, que de provedor passa a ser um fiscalizador, existe outra realidade: o neoliberalismo não sustenta sua doutrina do avanço da sociedade rumo ao bem-estar pelo livre mercado.

A suposta retirada do Estado da economia se funda como um dos mais importantes pilares da doutrina neoliberal. Devés-Valdés argumenta que:

> Um *leitmotiv* do pensamento liberal é a denúncia do Estado, origem, ou ao menos expressão, de todos os males: estado que tergiversa a atividade econômica e se torna obstáculo a ela, aparato que cresceu desmesuravelmente, tornando-se, além de uma pesada carga para a população, um ente torpe e curiosamente débil para cumprir suas autenticas funções. Denunciar o Estado e as doutrinas que o levam como autor de qualquer espécie no terreno econômico é um dever de todo neoliberal. Nesta questão está enunciada a sua profissão de fé, sua distinção de certo conservadorismo ou do liberalismo intervencionista, do nacionalismo, do cepalismo, do dependentismo, do aprismo e do marxismo. A crítica do Estado e, inclusive, sua demonização, é normalmente a outra face do trabalho de exaltação de seu oposto, o mercado. Mercado e Estado se opõem como liberdade e escravidão, como justiça e injustiça, como eficiência e ineficiência. (DEVÉS-VALDÉS, 2014, p. 279).

A passagem de Devés-Valdés trata de questões da afetividade do neoliberal. Essa efervescência das paixões do imaginário neoliberal o distingue da discussão tecnocrática da economia e aproxima-o das dimensões subjetivas das relações humanas. O que faz um indivíduo defender uma ideologia econômica como uma profissão de fé? É uma construção maniqueísta, em que se separa o certo do errado, o joio do trigo, e nesse cenário o Estado é demonizado, como os símbolos religiosos associados ao mal, e por outro lado se encontra o mercado redentor dos exageros da intervenção do Estado. Os seguidores mais radicais do neoliberalismo enxergam na intervenção do Estado as matrizes de todo mal e constroem uma visão dicotômica, reforçado pelo que o autor contrapõe como liberdade e escravidão, justiça e injustiça, eficiência e ineficiência, formando uma crença em que Estado e mercado são coisas completamente distintas e que não são interdependentes. Denota-se então a falta de complexidade da formação de uma ideologia neoliberal, sobretudo nos militantes e arautos desse movimento, que trazem embutidos na defesa do livre mercado outros valores reacionários

e conservadores, como representantes com viés para a direita política[16] e para vertentes religiosas.

O neoliberalismo fixou uma série de diretrizes que corrobora os valores e os grupos os quais ele visa privilegiar. De acordo com Martins:

> Para atacar o planejamento e a sua intervenção organizando a sociedade, o neoliberalismo apoia-se no irracionalismo. [...] O neoliberalismo afirma a imperfeição dos homens e sua incapacidade de organizar conscientemente a realidade, o que implicaria a necessidade de se sujeitarem à ordem espontânea. O ponto de partida do neoliberalismo é o indivíduo, e o seu objetivo, o de garantir sua liberdade. Essa liberdade é definida em sentido negativo. [...] Ao constituir-se num estágio muito mais profundo de interdependência humana, o neoliberalismo vê no desenvolvimento da dimensão política e social da humanidade uma ameaça à propriedade privada, e busca destruí-lo para preservá-la de qualquer ameaça de ressignificação comandada por este. [...] O neoliberalismo, inversamente, critica a interferência da política sobre a economia, constatando no sufrágio universal e nos direitos sociais de representação a possibilidade de coerção da vontade coletiva sobre a liberdade individual de escolher. (MARTINS, 2011, p. 143).

Os pontos centrais da doutrina neoliberal mudam o foco dos objetivos coletivos para a realização individual. Mas não opera linearmente, e não é simples perceber a dinâmica dessas relações conceituais ao se transferirem para as ações nos diversos setores da sociedade. Primeiro porque o neoliberalismo se apoia no discurso do irracionalismo do mercado corresponder às necessidades sociais para promover eficiência para produtores e consumidores. Essa lógica esconde a profunda racionalidade que o sistema necessita para operar, principalmente na sua dimensão prática, quando instalado em governos, promove o aumento das desigualdades sociais e desmantela importantes instituições para defesa dos trabalhadores, como exemplo latente o sucateamento e enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas. Segundo, ao partir do indivíduo como um sujeito autônomo que está em busca de sua liberdade enquanto agente do mercado, esconde os objetivos das classes dominantes, que não são questionados, mas sim admirados pelos sujeitos que buscam ser empreendedores de si, sem questionar as condições desiguais que garantem aos grandes empresários poderes de mercado.

[16] "O tema dominante nessa doutrina contrária ao estatismo é um comprometimento ideológico com o livre mercado. A nova direita ressuscitou a economia clássica de Smith e Ricardo, conforme apresentado no trabalho de economistas mais recentes como Friedrich von Hayek e Milton Friedman. As ideias do livre mercado ganharam credibilidade renovada durante os anos 1970, quando se tornou cada vez mais difícil para os governos proporcionar estabilidade econômica e crescimento sustentado. Em consequência, surgiram dúvidas sobre se a solução dos problemas econômicos estaria nas mãos do governo. Hayek e Friedman, por exemplo, questionaram a própria ideia de uma economia "gerenciada" ou "planificada"" (HEYWOOD, 2010, p. 98).

Na base conceitual do neoliberalismo que exponho até aqui, Perry Anderson aponta Hayek como o agente principal, inclusive com maior influência que Milton Friedman[17]. Todavia, nessa mesma interpretação Hayekiana, existe a abertura para pensar a liberdade de mercado além da liberdade democrática. Dessa forma, esses arautos do neoliberalismo apontam que uma ditadura pode ter mais liberdade que uma democracia. Esse ponto é muito controverso, pois apoiam ditaduras que mantenham a liberdade mercantil e tratam como regimes totalitários Estados democráticos que mantêm graus de intervenção econômica semelhante a keynesiana. Realmente é algo muito contraditório, pois, em *O Caminho da Servidão*, Hayek combate qualquer tipo de intervenção estatal que leva ao totalitarismo, sobretudo no campo econômico, mas por outro lado legitima Estados autoritários que desrespeitam os direitos individuais, inclusive promovendo torturas e mortes, mas que é consentido se eles permitem a liberdade econômica. Borón aponta os equívocos da visão de Hayek ao considerar a liberdade econômica como a principal de todas as liberdades:

> No caso de Von Hayek, como no de Milton Friedman, essa escolha a favor de uma ditadura que preserve a liberdade mercantil trata de fundamentar-se em uma concepção que afirma que a liberdade econômica é "a mãe de todas as liberdades". Tese profundamente equivocada, insustentável à luz da experiência histórica, apesar do que se converteu em um verdadeiro artigo de fé recitado de joelhos pelos intelectuais, funcionários e governantes integrados à hegemonia ideológica do neoliberalismo. (BORÓN, 2003, p. 101-102).

Interessante destacar na citação a expressão "profissão de fé" utilizada pelo autor. Remetendo à paixão ideológica nutrida pelo neoliberalismo, e, como coloca Borón, recitado de joelhos por um grupo de pessoas de destaque na estrutura social que se alinham à hegemonia. São feitas diversas vezes essas correlações entre a doutrina liberal e a doutrina religiosa, como se fossem sustentados dogmas no pensamento neoliberal, os quais não mudam, ou mudam muito pouco ao longo do tempo, como coloquei, a doutrina neoliberal se manteve homogênea no período em que esteve em latência e, depois que ganhou destaque, teve um coro encorpado de defensores que se aproximam de um discurso conservador religioso. O neoliberalismo a partir dessa perspectiva aglutina uma série de afetividades que são comuns a outros grupos reacionários, dentre os quais o fato de se organizar a partir de verdades pouco contestadas entre os integrantes das suas redes. O fato de colocar a liberdade de mercado acima da liberdade

[17] "Acredito que o neoliberalismo *foi e é* uma doutrina completa e coerente. Hayek é um pensador muito mais importante do que Friedman, porque desenvolve toda uma epistemologia e teoria ética da história. Ainda que tenha desempenhado um papel importante, Friedman era muito mais um *técnico* e um *propagandista"* (ANDERSON, 2003a, p. 148).

democrática fez com que grupos de viés autoritário adotassem o discurso, principalmente a partir da vertente de Hayek[18].

Andrew Heywood apresenta um panorama do surgimento e fortalecimento da chamada nova direita liberal:

> A nova direita liberal foi um produto do fim do "longo boom" pós-1945, que afastou o pensamento econômico do keynesianismo e despertou mais uma vez o interesse pelas antigas ideias do livre mercado. Os aspectos liberais do pensamento da nova direita apoiam-se mais no liberalismo clássico, e em particular no neoliberalismo, do que no liberalismo moderno. Equivalem a uma reafirmação dos argumentos a favor de um Estado mínimo. Essa ideia foi resumida em: "privado, bom; público ruim". A nova direita liberal é contra o estatismo. O Estado é considerado uma esfera de coerção e ausência de liberdade: o coletivismo restringe a iniciativa individual e destrói a dignidade. O governo, ainda que bem-intencionado, exerce um invariável efeito prejudicial sobre os assuntos humanos. (HEYWOOD, 2010, p. 97).

Concordo em partes com o argumento de Heywood de que o pensamento da nova direita se baseia no liberalismo clássico, pois, ao defenderem de forma rasa o livre mercado e o Estado Mínimo, ou com a ideia de "privado bom, público ruim", questiono que esses sujeitos não deveriam conhecer a fundo a teoria liberal clássica, mas sim se basearam em um discurso vulgar dos novos defensores das doutrinas neoliberais. A nova direita seria realmente contrária ao Estatismo? Ou estaria interessada na remodelação do Estado, no sentido em que ao invés de um Estado provedor, desse lugar ao Estado punitivo e defensor da propriedade privada? Pensando os interesses autoritários de uma nova direita, é indissociável que se tenha um Estado presente e com a mão pesada para suprimir as liberdades democráticas em favor da liberdade econômica. O autoritarismo estatal e social apontado por Heywood não parece ser de inspiração do liberalismo clássico, mas sim uma adequação feita ao discurso neoliberal que flui no sentido de constituir um aparato de Estado capaz de governar a favor das hegemonias econômicas, rompendo qualquer forma de assistência aos grupos mais vulneráveis.

O surgimento da nova direita parece ter mais conexão com o cenário de crise dos anos 1970, que se utilizou do crescimento do pensamento neoliberal para ganhar robustez e se aproximar do discurso que sustentaria as ditaduras que adotaram as políticas econômicas neoliberais, vide os casos do Chile e da Argentina. Foi dado o aporte a partidos conservadores para se elegerem em países democráticos, como foi o caso de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, além de outros. A nova direita dessa forma, agiu nas dimensões subjetivas do discurso

[18] "A nova direita tenta, desse modo, unir o libertarismo econômico ao autoritarismo estatal e social. Como tal, é uma mistura de características radicais, reacionárias e tradicionais. Seu radicalismo é manifesto no esforço vigoroso para levar ao desmantelamento ou à "retração" do governo intervencionista e dos valores sociais liberais ou permissivos" (HEYWOOD, 2010, p. 97).

a ponto de convencer a opinião pública e se consolidar no senso comum como uma solução para o período de crise pelo qual os países capitalistas passaram durante a década de 1970 com os reflexos da crise do petróleo. Os interesses destes grupos se abrigaram no discurso econômico para esconder interesses mais amplos, influenciando o modo de pensar das pessoas comuns. Diante de tal evolução da doutrina neoliberal, no próximo tópico trato dos principais marcos do movimento que disseminou a doutrina em diversos países.

## 1.4 NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO

Neste tópico apresento algumas aproximações para entender o neoliberalismo como movimento. Como se trata de uma análise muito ampla, proponho o recorte a partir de Hayek. Para isso, resgato, especialmente por meio das contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval, as discussões iniciais que marcaram a ruptura entre as ideias e os movimentos primeiramente entre intelectuais. Como marco inicial apresento o Colóquio Walter Lipmann, passando pela criação da Sociedade Mont Pèlerin, até a criação de *Think Tanks* ao redor do mundo.

Porém a criação do movimento neoliberal cria ramificações que seus criadores não podem controlar, é um processo rizomático que, por mais que mantenha uma racionalidade na sustentação de um modelo de sociedade, o uso feito por essas ideias nos diferentes países e por diferentes grupos sociais, permite que a doutrina neoliberal se reconfigure de forma múltipla no tempo e no espaço. O movimento permite que o uso da doutrina se adapte ao contingente histórico e aos interesses dos grupos dominantes.

> A sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros; os elementos que a compõe reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros. Da mesma forma como não é resultado direto de uma doutrina homogênea, a sociedade neoliberal não é reflexo de uma lógica do capital que suscita as formas sociais, culturais e políticas que lhe convém à medida que se expande. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24).

Diante da argumentação de Dardot e Laval, percebe-se a complexidade que compõe a sociedade neoliberal. Pois, como colocado, não é possível entender a sociedade neoliberal apenas por meio de uma leitura homogênea de sua doutrina sem vislumbrar os movimentos múltiplos que são oriundos das oscilações que não operam apenas na esfera econômica. Ouso dizer que cada lugar apresenta uma dinâmica diferente da aplicação dos preceitos neoliberais, impactando principalmente em culturas locais que passam a construir ressignificações de seus costumes para atender às necessidades de um mercado continuamente globalizado. As estruturas homogêneas da doutrina neoliberal são facilmente esgarçadas quando é percebida a

dimensão que o movimento passa a assumir subjetivamente, adentrando na rotina e nos interesses das pessoas sem ser percebido.

Dardot e Laval identificam o registo de nascimento do neoliberalismo em meio à crise econômica da década de 1930, que teve seu ponto inicial na quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929. A depressão econômica, somada aos reflexos da I Guerra Mundial, fez surgir movimentos totalitários na Europa, com destaque para o Nazismo, Fascismo e Stalinismo. Os movimentos totalitários começaram a ser interpretados como formas de socialismo pela corrente de pensadores que passam a refundar o liberalismo. O socialismo é colocado por esses pensadores como o principal vilão para o capitalismo, os quais deveriam se enfrentar numa arena de ideias, e dentro da lógica dos neoliberais é necessário refutá-lo e desvelá-lo como o principal causador das guerras e das crises da humanidade, levando sempre à morte e à restrição da liberdade individual. Nesse contexto, ressurge o mercado como principal responsável pela promoção da liberdade humana em prejuízo de um Estado autoritário na medida em que se aumenta a intervenção sobre a economia, levando ao socialismo[19]. Nesse cenário de incertezas, a corrente alemã do ordoliberalismo e os austríacos surgem como duas vertentes que, já no final dos anos 1930, vão delinear os caminhos percorridos pelo pensamento neoliberal nas décadas seguintes. O Colóquio organizado pelo jornalista Walter Lippmann foi o divisor de águas, reunindo nomes de destaque que posteriormente foram os principais pensadores neoliberais do século XX:

> A primeira parte desta obra mostra que, desde seu registro de nascimento na grande crise dos anos 1930, o neoliberalismo introduziu uma distância, ou até um claro rompimento, em relação à versão dogmática do liberalismo que se impôs no século XIX. A gravidade da crise desse dogmatismo forçava uma revisão explícita e assumida do velho *laissez-faire*. Combater o socialismo e todas as versões do "totalitarismo" exigia um trabalho de refundação das bases intelectuais do liberalismo. É nessa conjuntura de crise econômica, política e doutrinal que se opera uma refundação "neoliberal" da doutrina que também não conduz a uma doutrina completamente unificada. Duas grandes correntes vão se esboçar a partir do Colóquio Walter Lippmann, em 1938: a corrente do ordoliberalismo alemão, representada sobretudo por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e a corrente austro-americana, representada por Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 33).

[19] "Permitir que todos se tornem verdadeiros sujeitos de mercado pressupõe combater os que criticam o capitalismo. Essa batalha transferida aos intelectuais é indispensável na medida em que as ideologias têm uma enorme influência sobre as orientações da ação individual. Von Mises, Hayek e seus sucessores convenceram-se rapidamente disso. Em sua grande obra crítica, *Le socialisme*, Von Mises defende que não há nada mais importante do que a "batalha de ideias" entre o capitalismo e o socialismo. Acreditando que o socialismo lhes garantirá um nível mais alto de bem-estar, as massas, que pensam, aderem a ele" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 149).

Hayek já era considerado um intelectual de destaque como aluno de Ludwig Von Mises em Viena, confrontando o pensamento alemão que previa uma reorganização do liberalismo por meio de ações do Estado para regular e preservar o mercado nestes primeiros anos de discussão entre as duas vertentes. Em conjunto com Ludwig Von Mises, Hayek passa a ganhar notoriedade entre seus pares, tornando-se uma das principais figuras do movimento intelectual que originou a Sociedade Mont Pèlerin posteriormente[20]. Tem-se o encontro nos alpes suíços como um segundo marco que impulsionou e divulgou o movimento neoliberal para os demais países ao longo das décadas que seguiram.

> O quadro geral do neoliberalismo foi esboçado nos anos 1930, antes de Friedrich Hayek tomar a frente do movimento na esteira de *O caminho da servidão*. As relações entre essa fase inaugural e a evolução do neoliberalismo após 1947 e a criação da Sociedade Mont-Pelerin não podem ser compreendidas apenas em termos de "radicalização" ou "retorno ao liberalismo clássico" em oposição aos desvios intervencionistas surgidos em 1938. O desenvolvimento do pensamento de Hayek, em particular, não pode ser entendido simplesmente como uma "reafirmação" dos princípios antigos, já que integrará de forma singular a crítica do velho *laissez-faire* e a necessidade de um "código de trânsito" firme e rigoroso. Esse pensamento, que pode ser visto como uma resposta original aos problemas postos pela redefinição do neoliberalismo, tenta articular as posições da maioria e da minoria do Colóquio Walter Lippmann, permitindo ao menos por um tempo que ordoliberais alemães e austro-americanos se mantenham na corrente. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 99-100).

O protagonismo de Hayek após a criação de Sociedade Mont Pèlerin se consolida com a publicação de *O Caminho da Servidão*, que surge como um baluarte das principais matrizes do pensamento que posteriormente seria consolidado como neoliberal. Por mais que as principais discussões fizessem parte do discurso econômico, com as funções do Estado e do mercado no centro da argumentação, a obra traz uma leitura política importante, pois os posicionamentos ideológicos de Hayek contrários ao socialismo são o pano de fundo de toda obra, contribuindo para ampliar a discussão além da dimensão econômica e se infiltrando nas

[20] "Como avaliar a contribuição de Hayek para a elaboração do neoliberalismo? Não há dúvida de que sua influência intelectual e política foi determinante a partir da fundação da Sociedade Mont-Pèlerin (1947). Muitas das propostas políticas formuladas na terceira parte de *Os fundamentos da liberdade*, em particular as que visam ao combate da "coerção" praticada pelos sindicatos, inspiraram diretamente os programas de Thatcher e Reagan. No entanto, se tomarmos como critério não mais a influência política direta, mas a contribuição para a instauração da racionalidade neoliberal (no sentido de Foucault), impõe-se uma reavaliação. Seguramente devemos a Hayek a amplitude inédita dada a temas que já faziam parte do fundo original (os que Rougier e Lippmann estabeleceram, sublinhando a importância das regras jurídicas e a necessidade de um "Estado forte liberal"). Devemos a ele também, e talvez sobretudo, o aprofundamento da ideia avançada por Böhm de um governo guardião do direito privado, até fazê-lo significar explicitamente a exigência de uma aplicação desse direito ao próprio governo. Por último, na ordem da teoria econômica, devemos a ele a elaboração da noção de "divisão do conhecimento". Contudo, sobre a questão decisiva da *construção da ordem de mercado*, somos obrigados a reconhecer que hoje, na prática do neoliberalismo, tende a prevalecer uma atitude construtivista, muito distante do evolucionismo cultural hayekiano" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 185).

paixões políticas dos defensores do retorno do *laissez-faire*. Como bem lembram Dardot e Laval, não se observa aqui um retorno do velho *laissez-faire*, mas uma recolocação desses termos para fundar a ideia da singularidade da liberdade, ou seja, o que compõe a liberdade do mercado é uma nova ideia de liberdade individual.

A reformulação das teses do velho liberalismo coloca o indivíduo como protagonista de suas decisões, e não o Estado, que deturpa essa liberdade. A força desse discurso gradualmente foi ganhando corpo, porém, por manter uma certa homogeneidade, demorou para ganhar destaque como movimento, restringindo-se aos grupos que derivaram da Sociedade Mont Pèlerin. Todavia, a estratégia de luta ideológica contra o socialismo ganhou destaque como movimento em meados da década de 1970:

> Essa conquista política e ideológica foi objeto de numerosos trabalhos. Alguns autores desenvolveram uma estratégia muito consciente de *luta ideológica*. Hayek, Von Mises, Stigler e Friedman de fato *refletiram* sobre a importância da propaganda e da educação, um tema que ocupa parte notável de suas obras e intervenções. Tentaram até mesmo dar uma forma popular a suas teses para que tocassem, se não a opinião pública diretamente ao menos os formadores de opinião, e isso desde muito cedo, como mostra o sucesso mundial de *O caminho da servidão*, de Hayek, o que explica também a constituição dos *think tanks* (o mais famoso, a Sociedade Mont-Pèlerin, fundada em 1947 em Vevey, na Suíça, por Hayek e Röpke, não foi mais que a "ponta de rede" de um vasto conjunto de associações e círculos militantes em todos os países). A historiografia descreve como os *think tanks* dos "evangelistas do mercado" permitiram lançar o assalto aos grandes partidos de direita, apoiando-se numa imprensa dependente dos meios empresariais, e como, pouco a pouco, as "ideias modernas" do mercado e da globalização fizeram refluir e definhar os sistemas ideológicos contrários, a começar pela social-democracia. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205-206).

A sociedade Mont Pèlerin teve um papel fundamental tanto na formação da doutrina neoliberal que se desenvolveu por meio das trocas intelectuais entre seus participantes, mas como movimento aproximou a discussão teórica da produção do senso comum. Como colocado por Dardot e Laval, os principais arautos do neoliberalismo aprofundaram a abordagem além da economia, atingindo dimensões fundamentais da subjetividade e das mentalidades dos sujeitos, sobretudo na propaganda e na educação.

O papel dessa popularização do discurso neoliberal foi crucial para conquistar o senso comum ao longo das décadas, coroando seu auge com a conquista do Prêmio Nobel de economia em 1974 com Hayek e em 1976 com Milton Friedman. Porém, da ponta da rede, ou seja, ao considerar o primeiro *think tank* a Sociedade Mont Pèlerin, até o reconhecimento mundial do pensamento neoliberal após a segunda metade dos anos 1970, o movimento neoliberal ampliou suas redes criando *think tanks* ao redor de vários países, ganhando cada vez maior robustez como movimento. Posteriormente analiso com maior profundidade o papel dos

*think tanks* por contribuições de trabalhos como Denise Gros, Gabriel Onofre e Lidiane Friedrichs, quando faço um levantamento bibliográfico do Estado das artes a respeito da disseminação dos *think tanks* no Brasil. Afirmo que a figura de Hayek foi importantíssima para popularização do pensamento neoliberal no mundo, principalmente para a transposição da doutrina para o movimento. As estratégias dos economistas da escola austríaca de manutenção de suas ideias ao longo dos anos e a popularização de suas doutrinas por meio da publicidade e da educação tiveram papel fundamental para o extravasamento do neoliberalismo para além de um grupo fechado de economistas.

## 1.5 NEOLIBERALISMO COMO PROGRAMA POLÍTICO

O neoliberalismo como programa político se configura na realização das políticas econômicas aplicadas a partir do momento em que os efeitos da subjetivação da mentalidade neoliberal já se consolidaram como senso comum na sociedade. O Estado assume ações pró-iniciativa privada, incorporando práticas baseadas na eficiência técnica e controle orçamentário. É a transposição da ideologia para a prática. David Harvey enumera as políticas do Estado para o bom funcionamento do modelo de governo neoliberal:

> O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria. Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p. 12).

O Estado passa a ser gerido pelos interesses do mercado, o autor coloca como papel do Estado criar mercados para serem explorados, expandindo o setor privado para áreas que anteriormente eram responsabilidades do Estado. Apresento neste caso as privatizações direcionadas para setores estratégicos, como mineração e exploração de petróleo, setores da saúde e da educação, além da questão do abastecimento de água, luz e uso da terra. Ou seja, a função do Estado é dar a concessão de espaços para o capital privado que antes eram de interesse social. Está nesse ponto a grande discordância do modelo neoliberal em relação ao Estado de

Bem-Estar Social, pois no modelo provedor o Estado proporcionava serviços públicos de forma gratuita e ampliada, ao passo que, nesse sistema grupos empresariais tinham mercados promissores inexplorados pela intervenção do Estado. Nesse contexto, uma pressão para o Estado deixar áreas em que a iniciativa privada procura investir resulta em maior poder de mercado e diminuição da autonomia do Estado. Rompe-se assim do ponto de vista prático com o modelo de Estado de Bem-Estar Social.

No processo de remodelação do Estado que ocorre na fase de consolidação das políticas neoliberais, percebe-se em paralelo o avanço das direitas e de partidos conservadores, inclusive grupos contrários ao modelo democrático. No entanto, além dos defensores das doutrinas e do movimento neoliberal, o que existe em conjunto é uma mudança da prática tecnocrática dos administradores públicos. Estes subjetivam uma mentalidade reduzida, não externando a crítica do modelo que executam, pois estão imbuídos das ideias de controle orçamentário e otimização dos recursos públicos sem perceber as perdas sociais oriundas desse processo.

> É importante, sob esse aspecto, não confundir a ideologia triunfante da nova direita e a racionalidade governamental que a sustenta. A grande ofensiva ideológica contra a intervenção do Estado não precedeu apenas reorientações práticas, ela as acompanhou. E o mais importante na virada neoliberal não foi tanto a "retirada do Estado", mas a modificação de suas modalidades de intervenção em nome da "racionalização" e da "modernização" das empresas e da administração pública. Desse ponto de vista, talvez não tenham sido tanto os intelectuais midiáticos e os jornalistas convertidos que tiveram o papel mais importante, mas os especialistas e os administradores públicos dóceis, que, nos diferentes campos em que deveriam intervir, instauraram os novos dispositivos e modos de gestão próprios do neoliberalismo, apresentando-os como técnicas novas, guiadas unicamente pela busca de resultados benéficos para todos. Esses "intelectuais orgânicos" do neoliberalismo, afirmando-se ora de direita, ora de esquerda, ou sucessivamente um e outro, tiveram um papel-chave na naturalização dessas práticas, em sua neutralização ideológica e, por fim, em sua implantação prática. [...] Mas não nos enganemos: as políticas neoliberais não foram implantadas em nome da "religião de mercado", mas em nome de imperativos técnicos de gestão, em nome da eficácia, ou até mesmo da "democratização" dos sistemas de ação pública. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 231).

Nesta fase de naturalização das práticas de governo neoliberais a mentalidade dos administradores públicos é subjetivada para além das dimensões ideológicas da doutrina e do movimento neoliberal, indo além dos discursos da nova direita e conservadores. A prática neoliberal é apoiada pelos movimentos conservadores e de direita, mas não são necessariamente dependentes um do outro, no entanto, se fortalecem mutuamente como ideologias complementares. A face tecnocrática do discurso neoliberal é independente da paixão política, pois, na aparente racionalização e organização da administração pública parecida com a das grandes empresas, se esteriliza uma série de subjetividades que fariam com que os

administradores públicos observassem a função do Estado como algo diferente do que eles acreditam.

O problema é aproximar a função do Estado como se fosse uma empresa, pois, o Estado não precisa vislumbrar o lucro ou a garantia de propriedade dos mais abastados, mas sim, dar condições para a população obter serviços públicos de qualidade e estímulos para romper as desigualdades oriundas da concentração do capital e da exploração do trabalhador. A esterilização destes funcionários públicos é o que os torna dóceis, já que se preocupam apenas em cumprir as metas de controle de gastos, servindo apenas como engrenagens da racionalidade neoliberal imposta ao Estado, a qual controla as ações dos administradores públicos imersos em uma estrutura que cada vez se torna mais tecnocrática. Dardot e Laval, argumentam também que estes intelectuais orgânicos do neoliberalismo, na figura de tecnocratas estão alheios às discussões doutrinárias do livre mercado, ou como eles citam, religião do mercado, ora flutuam entre o apoio a ideologia política de viés tanto de esquerda quanto de direita, focando apenas nos sistemas de gestão pública.

Pode-se pensar uma separação entre a dimensão ideológica e afetiva das paixões neoliberais na figura dos doutrinários e do movimento, e, por outro lado na figura dos executores das políticas públicas na administração pública neoliberal, tecnocratas que não conhecem de forma profunda os matizes ideológicos que levaram a organização estatal que eles administram.

## 1.6 NEOLIBERALISMO NO BRASIL: DISCUSSÕES E APONTAMENTOS HISTÓRICOS

O levantamento historiográfico a partir dos principais trabalhos e reflexões produzidos por historiadores e demais pesquisadores de áreas afins, como na sociologia, ciência política e economia são necessários para mapear o que já foi escrito e identificar algumas conclusões a respeito da inserção do pensamento neoliberal no Brasil. Naturalmente não consegui elencar todos os principais trabalhos sobre o assunto, e talvez deixe de fora alguns devido ao tema ser muito amplo. O que pretendo é apresentar os trabalhos que dialogam com a proposta da pesquisa. Não me atento aos resultados das políticas econômicas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro sobretudo após a democratização, cabendo apenas identificar os meios de disseminação e circulação das ideias neoliberais, incluindo as do economista austríaco Friedrich August von Hayek. O item através de seus subtítulos busca resgatar aspectos fundamentais da vertente neoliberal brasileira utilizando os fundamentos metodológicos e as bases teóricas para

estruturar uma história das ideias neoliberais no Brasil, contribuindo e alocando a discussão no campo da História do Pensamento Econômico Brasileiro do período.

### 1.6.1 NEOLIBERALISMO, ANTIESTATISMO E LIVRE MERCADO NO BRASIL ENTRE 1945 E 1964

Eugênio Gudin teve um papel de destaque no pensamento neoliberal brasileiro desde os anos 1930, suas contribuições são imprescindíveis para entendermos diversos momentos do cenário econômico brasileiro. Para enumerar alguns exemplos da atuação do intelectual no período é possível citar a participação na Conferência de Bretton Woods pós Segunda Guerra Mundial, o duelo com Roberto Simonsen na década de 1940 a respeito da industrialização, os embates teóricos entre neoliberais e cepalinos nos anos 1950, a participação no Governo Café Filho como Ministro da Fazenda, a fundação dos primeiros cursos de Ciências Econômicas no Brasil, entre outras contribuições. Falar de neoliberalismo no Brasil no período que compreende esta pesquisa é falar de Eugênio Gudin. Não é objeto deste estudo, mas Gudin ao longo das décadas de atuação formou o pensamento de diversos intelectuais, jornalistas e empresários, e podemos inferir que o próprio Henry Maksoud que se interessou pelo pensamento de Hayek, antes dava destaque para o pensamento de liberais como Eugênio Gudin na sua revista, a Visão.

Feita a apresentação da importância do pensamento de Eugênio Gudin no Brasil, justifico porque vou destinar boa parte desta seção para discutir as interrelações de Eugênio Gudin com as interpretações da economia brasileira entre 1945 e 1964. Destacando as tensões existentes entre o pensamento neoliberal de um lado, e o planejamento e o desenvolvimentismo do outro. Foi um período extremamente rico que envolveu estes debates e que compreende a primeira edição de *O Caminho da Servidão* (HAYEK, 1946) no Brasil, e da primeira visita de Hayek na Fundação Getúlio Vargas. Neste ponto, Hayek é um coadjuvante, as primeiras ondas do seu pensamento que entraram no Brasil a partir de sua obra, da sua visita e do seu artigo publicado na Revista Brasileira de Economia fazem parte de um conjunto extenso de discussões econômicas que tinha como protagonista Eugênio Gudin.

Primeiramente apresento a contribuição de Ricardo Bielschowsky, e a justificativa do motivo de chamar Gudin de neoliberal já nos anos 1940:

> O prefixo “neo” tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade pós-30, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado, que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira. A posição é análoga à dos liberais que fizeram concessões ao keynesianismo, admitindo medidas anticíclicas como forma de recondução de economias

> desenvolvidas à situação em que, segundo acreditavam, os mecanismos de mercado podem voltar a garantir equilíbrio e eficiência. (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 37).

Na citação Bielschowsky apresenta uma cisão entre os liberais brasileiros a partir dos anos 1930, pois com o processo de industrialização induzida pelo Estado do governo Vargas, sobretudo pós-crise econômica mundial do capitalismo da década de 1930, dividiu as opiniões dos liberais, entre os que apoiavam o keynesianismo e as medidas anticíclicas, e os liberais convictos das forças de autorregulação da economia. Ao adotar o prefixo "neo" para se referir aos liberais pós anos 1930 que não adotaram o pensamento keynesiano, Bielschowsky insere Eugênio Gudin em sua lista, acompanhado de outros como: Daniel de Carvalho, Octávio Gouveia de Bulhões, Denio Nogueira e Alexandre Kafka. Neste momento ainda não incluía Roberto Campos em virtude da sua participação na área do planejamento, pois havia sido um dos criadores do BNDE e principal formulador e executor do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 38).

Em consonância com a significação de neoliberal de Bielschowsky para com Eugênio Gudin, compartilha desta definição Maria Angélica Borges ao dizer que:

> A obra de Eugênio Gudin ao longo de quase seis décadas é, até os dias de hoje, referência para o pensamento neoliberal no país. A ciência econômica nasce como disciplina particular no bojo do modo de produção capitalista. Esse nascimento dá-se a partir da divisão do trabalho também no plano do saber, gerado pela complexidade. (BORGES, 2000, p. 466).

A autora afirma que a obra de Eugênio Gudin é referência para o pensamento neoliberal[21], e vai além dizendo que a ciência econômica é resultado destas reflexões, não sendo por acaso que as ementas dos primeiros cursos de ciências econômicas no Brasil foram organizadas através da matriz de pensamento e percepção do capitalismo de Eugênio Gudin. Maria Angélica Borges continua sua argumentação reforçando o protagonismo de Gudin:

> Ao procurarmos as primeiras formulações mais sistemáticas sobre a ciência econômica no Brasil, deparamo-nos com a figura singular de Eugênio Gudin. Várias pistas indicavam-nos ser o seu estudo bastante revelador do ser histórico brasileiro e da gênese do estudo de economia no país como objeto do conhecimento. E assim, como na gênese da ciência econômica no século XVIII, aqui também, o desenvolvimento industrial determinou o incremento da teoria econômica, porém, com cores próprias. (BORGES, 2000, p. 467).

[21] "É preciso frisar que o economista carioca aglutinou ao seu redor adeptos do neoliberalismo de diferentes matizes. Não chegou a formar uma escola teórica de economia, nem sequer com relação à sua postura diante da política monetária. Mas sim, criou um escudo de aço em torno de seu nome para a defesa do capitalismo liberal, onde abrigou e até hoje abriga vários nomes" (BORGES, 2000, p. 479).

A autora expõe que a industrialização foi um ponto fundamental na organização do conhecimento econômico fora do Brasil. Nos centros industriais ingleses do século XVIII surgiu a ciência econômica, que tem como marco a publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, por mais que possamos problematizar a discussão indicando momentos anteriores, como por exemplo, na ascensão do pensamento fisiocrático francês. No entanto, o destaque é o fator industrial, fenômeno da Revolução Industrial Inglesa, pioneira no mundo capitalista, e assim como nos países centrais do capitalismo europeu, no Brasil as ciências econômicas enquanto disciplina surgiu através da industrialização pós-governo Vargas. São pontos convergentes, logicamente devemos interpretar o processo histórico brasileiro dentro de suas peculiaridades, ou seja, como um país periférico do capitalismo e de industrialização tardia.

O primeiro ponto da contribuição de Eugênio Gudin para o pensamento econômico brasileiro dos anos 1940 é a polêmica disputa com Roberto Simonsen na arena das ideias sobre planejamento e industrialização, ponto que ilustra a separação teórica entre os liberais brasileiros de outrora. A controvérsia ocorreu no intervalo entre agosto de 1944 a agosto de 1945, no final do governo Vargas (1930-1945), e discutia-se a necessidade ou não da industrialização brasileira. Pois para Simonsen ela deveria ser induzida pelo Estado, enquanto para Gudin a intromissão do Estado através dos planos econômicos seria danosa para a economia. Marco Antonio Ribas Cavalieri ilustra este momento de confronto de ideias:

> No que diz respeito à condenação da industrialização planejada induzida pelo governo, a série de textos em que essa discussão de Gudin ganha importância é tradicionalmente conhecida na história do pensamento econômico brasileiro como "a controvérsia do planejamento na economia brasileira". Além de Gudin, o outro protagonista foi o industrialista e patrono do desenvolvimentismo, Roberto Simonsen. É nesse debate que, pela primeira vez, Gudin recorre amplamente à literatura internacional. Ao contrário de Simonsen, que havia escrito um texto com poucas referências e bastante baseado no relatório da Missão Cooke, Gudin cita diversos autores norte-americanos e britânicos, clássicos e contemporâneos. (CAVALIERI, 2020, p. 37).

Cavalieri cita as múltiplas referências na contribuição de Eugênio Gudin, ao basear seus argumentos em ampla literatura internacional, denotando uma superioridade teórica do neoliberal sobre a argumentação de Simonsen, que estava mais ligado aos aspectos práticos do desenvolvimento industrial brasileiro. Ainda sobre esta disputa:

> É ponto comum na bibliografia (BIELSCHOWISKY, 2001; 2004; CURI; CUNHA, 2015; CEPÊDA, 2004; FREITAS JR., 2018) entender do embate ocorrido entre 1944 e 1945 entre as ideias de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin como um atrito entre um nacionalista e um liberal, ou entre um projeto de desenvolvimento baseado em

> capital estatal e capital privado nacional (com ênfase na indústria) e outro próximo do *laissez-faire*, do capital estrangeiro e do setor agroexportador. (CANONE, 2022, p. 125).

Hélio Canone expõe dimensões estruturais da contenda, pois, nos bastidores da discussão entre dois intelectuais estariam interesses divergentes das elites. Pelo lado de Simonsen um projeto desenvolvimentista impulsionado pelo capital estatal e capital privado nacional, e pelo lado de Eugênio Gudin os interesses do capital estrangeiro e do setor agroexportador. Desta forma, Gudin se aproximava da teoria das vantagens comparativas, em que o Brasil deveria seguir sua posição no comércio internacional de fornecedor de matérias primas e produtos alimentícios para o mundo, enquanto importaria produtos industrializados. Gudin seguia com este posicionamento sua lógica econômica baseada no liberalismo e na leitura de comércio internacional ortodoxa da economia clássica em que o Brasil deveria continuar se especializando em produtos que possuía vantagens na produção quando inserido no comércio internacional. A citação de Hélio Canone complexifica a análise deste debate, pois, por trás das ideias estava os interesses hegemônicos de uma elite tradicional ligada ao setor agrícola e aos latifúndios, que sofria com a crise internacional e com a desvalorização do café no comércio internacional, e por outro lado a burguesia brasileira ascendente. É necessário citar que esta divisão entre as elites não é estanque, havia também produtores agrícolas e donos de fazendas que estavam migrando seus investimentos no período para o setor industrial. Ainda sobre o debate com Roberto Simonsen, William Eufrásio Nunes Pereira e Leovigildo Melgaço Tolentino Neto, sustentam que já em meados da década de 1940, Gudin construía sua base argumentativa em autores austríacos, entre eles Friedrich von Hayek:

> No período em que ocorreu a controvérsia do planejamento, a escola austríaca de economia, à guisa de Bawerk, Menger, Mises e Hayek, já havia ganhado alguns adeptos pelo mundo. Gudin, no Brasil, mostrava-se um dos grandes entusiastas dessa escola e, direta e indiretamente, utilizou argumentos austríacos para refutar o projeto de desenvolvimento impetrado por Simonsen (TOLENTINO NETO; PEREIRA, 2018, p. 359).

Gudin em meados dos anos 1940 já estaria sendo influenciado entre diversos outros economistas austríacos, também por Hayek. A afirmação de Tolentino Neto e Pereira pode ser consolidada pela contribuição de Marco Antonio Ribas Cavalieri, ao dizer que:

> Contextualizando suas influências internacionais, é preciso dizer que seria a partir da segunda metade da década de 1940 que Gudin travaria contato mais próximo com economistas dos grandes centros mundiais. Por exemplo, Gottfried Haberler esteve no Brasil em 1947 para auxiliar Gudin e Otávio Gouvêa de Bulhões na elaboração de um projeto de Banco Central. (CAVALIERI, 2020, p. 41).

São apenas dois anos entre o término do embate com Roberto Simonsen em agosto de 1945 e a vinda do economista Gottfried Haberler ao Brasil em 1947 para auxiliar Gudin e Bulhões na elaboração do projeto de Banco Central. Isto não aconteceu espontaneamente, e já na primeira metade dos anos 1940, Gudin estaria ampliando seus contatos com economistas internacionais[22]. Esta aproximação de Eugênio Gudin com economistas internacionais de vertente neoliberal foi confirmada durante a segunda metade da década de 1940, estendendo-se até o início dos anos 1960. Segundo Ivan Gambus Faria:

> O estilo editorial de Gudin de internacionalização do periódico também contemplou a divulgação de conferências internacionais organizadas pelo editor e divulgadas por meio do periódico. Entre 1947 e 1961, foram realizadas 14 conferências internacionais com a presença de 12 economistas estrangeiros, todas publicadas integralmente no periódico em português, com um breve resumo em inglês. De modo geral, as conferências promoviam o avanço da disciplina no país ao colocar estudantes e profissionais em contato direto com membros de destaque da academia internacional. (FARIA, 2017, p. 39).

Neste contexto mencionado por Faria está incluída a visita de Hayek ao Brasil em 1957 e a publicação de seu artigo na Revista Brasileira de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Era um conjunto de movimentos em prol da formação de um pensamento neoliberal brasileiro que envolvia um esforço de oposição teórica ao avanço das teorias desenvolvimentistas da Cepal nos anos 1950. Porém, antes de entrar no ponto de contraposição das ideias da Cepal, retorno à década de 1940. Busco na sequência da seção resgatar aspectos ideológicos e econômicos do governo Dutra, Café Filho e Juscelino Kubitschek, opondo o liberalismo dos primeiros e o aspecto desenvolvimentista do segundo. Assim entenderemos o campo de discussão no qual se articularam os debates econômicos entre Gudin e seus pares, contra os desenvolvimentistas cepalinos. Lembrando que a Cepal foi um órgão ligado às Nações Unidas, criada em fevereiro de 1948. Para contextualizar os governos brasileiros e suas relações com as tendências econômicas internacionais, Sérgio Besserman Vianna e André Villela argumentam que:

---

[22] "É dentro disso que surge a motivação para este artigo, pois, em seus escritos – artigos, sucessivas edições de seu livro-texto e comunicações pessoais –, nota-se uma constante atenção ao estudo do que Gudin considerava ser a fronteira do pensamento econômico. Cioso de estar em compasso com o pensamento econômico que considerava de fronteira, o liberal brasileiro prezava sobremaneira o contato com os economistas que estavam no "centro" da academia mundial – em oposição aos economistas da "periferia". Sua atuação, então, sempre foi marcada pelo contato constante com o exterior. Eugênio Gudin foi peça central da delegação brasileira em Bretton Woods, representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional, membro ativo da Associação Econômica Internacional e integrante da *Mont Pèlerin Society*. Ele travou e manteve contato em variados graus de proximidade com grandes nomes da economia nos Estados Unidos e Europa, tais como Edward Bernstein, Maurice Byè, Milton Friedman, Gottfried Haberler, Friedrich Von Hayek, Douglass C. North, Ragnar Nurkse, Raúl Prebisch, Lionel Robbins, Theodore Schultz, Jacob Viner, e outros. Entre esses nomes, Viner e Haberler se destacam, pois nutriram longa e profícua amizade e contato profissional com o brasileiro" (CAVALIERI, 2020, p. 35).

> A década que separa o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a eleição de Juscelino Kutischek à Presidência da República (1955) assistiu, na economia mundial, à lenta transição na direção dos princípios liberais acordados em Bretton Woods (1944). No Brasil, nesse mesmo período, a ênfase nas virtudes do liberalismo econômico e político coincidiu com o fim do Estado Novo (1937-45) e o início do governo Dutra. Este último, porém, logo se deparou com os problemas derivados do início da Guerra Fria e do período da economia internacional conhecido como "escassez de dólares". As sucessivas crises de balanço de pagamentos por que passaria o Brasil nos primeiros anos do pós-Guerra acarretaram com o abandono do modelo liberal e deram lugar a um modelo de desenvolvimento industrial com crescente participação do Estado. (VILLELA; BESSERMAN, 2014, p. 21).

A citação comprova a correlação entre os eventos que marcaram a economia mundial com o acordo pós-guerra de Bretton Woods, e uma guinada mundial para políticas econômicas liberais, e a economia brasileira do final do governo Vargas e início do governo Dutra[23]. Destaco que a comissão brasileira que participou da Conferência de Bretton Woods era composta por Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Gouvêia de Bulhões. Porém, a adoção de um direcionamento liberal para a economia durante o governo Dutra enfrentou uma série de revesses, influenciado pelos desequilíbrios da economia internacional com a escassez de dólares e desajustes no balanço de pagamentos. Desta forma, não por acaso, em 1949, Eurico Gaspar Dutra adotou mudanças na política cambial em 1947 e em 1949 mudou o seu ministro da Fazenda tendo em vista a ineficiência da adoção de políticas liberais na economia:

> A política econômica no governo Dutra possui, porém, períodos distintos, delimitados por dois marcos relevantes. O primeiro foi a mudança na política de comércio exterior, com o fim do mercado livre de câmbio e a adoção do sistema de contingenciamento às importações, entre meados de 1947 e início de 1948. O segundo foi o afastamento do ministro da Fazenda, Correa e Castro, em meados de 1949, indicando a passagem de uma política econômica contracionista e tipicamente ortodoxa para outra, com maior flexibilidade nas metas fiscais e monetárias. O importante a notar é que ambos os marcos fazem parte de um mesmo processo de progressiva desmontagem da ilusão liberal que norteou a formação do governo Dutra. Essa ilusão, assim como seu gradual desaparecimento, por sua vez, só são compreensíveis à luz dos acontecimentos do cenário internacional. (VIANNA, 2014, p. 105).

O governo Dutra do seu início até o final passou por um período chamado por Sérgio Besserman Vianna de "progressiva desmontagem da ilusão liberal". Esta desilusão oriunda da ineficiência das políticas recomendadas pelo acordo de Bretton Woods e dos desiquilíbrios econômicos internacionais, resultou no final do governo na adoção do planejamento

[23] "As perspectivas que o governo Dutra tinha em seu início foram fundamentalmente determinadas pela ideia de um mundo organizado de acordo com os princípios liberais de Bretton Woods. É um equívoco imaginar, contudo, que a reorganização da economia mundial no imediato pós-guerra tenha resultado de uma implementação automática das decisões da conferência de Bretton Woods em 1944" (VIANNA, 2014, p. 105).

econômico. Desta forma foi elaborado o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia):

> A única iniciativa de intervenção planejada do Estado para o desenvolvimento econômico, porém, foi o Plano Salte, tentativa de coordenação dos gastos públicos visando essencialmente os setores de saúde, alimentação, transporte e energia, prevendo investimentos para os anos de 1949 a 1953. A principal dificuldade do Plano Salte foi a inexistência de formas de financiamento definidas. Já se discutiu a problemática do setor externo; no setor interno, a base parlamentar do governo no Congresso Nacional, onde se discutiu o Plano, era predominantemente liberal. Aprovado pelo Congresso apenas em 1950, o Plano Salte teve implementação fragmentária e foi oficialmente abandonado em 1951. (VIANNA, 2014, p. 114).

O Plano Salte teve vida curta, sendo abandonado logo em 1951. A citação evidencia os problemas de execução do plano, devido a ineficiência das suas fontes de financiamento. As dificuldades não eram originadas apenas da conjuntura internacional, também o clima institucional interno era conflitante e avesso ao sucesso do Plano, devido a base predominante liberal do Congresso, retardando a sua aprovação. Todavia, o que é preciso extrair da curta vida do Plano Salte é uma virada para as políticas desenvolvimentistas que se dariam sobretudo na segunda metade dos anos 1950 com o Governo Kubitschek (1956-1961). Mas antes, a ortodoxia econômica liberal marcou o segundo Governo Vargas (1949-1954) e o Governo Café Filho (1954-1955). Destaco no Governo Café Filho a curta passagem de Eugênio Gudin pelo Ministério da Fazenda (26 de agosto de 1954 – 12 de abril de 1955).

Neste interim, da chamada "desilusão liberal" do governo Dutra levou a um novo embate teórico de Eugênio Gudin, agora contra os economistas desenvolvimentistas e a Cepal. Marco Antonio Cavalieri comenta sobre este momento do pensamento econômico brasileiro:

> Buscando contribuir com a literatura sobre esse importante personagem da economia brasileira, nossa pesquisa concentra-se sobre a influência internacional na construção dos argumentos utilizados por Gudin para sustentar sua agenda econômica liberal. No auge de sua influência, as décadas de meados do século XX, seu debate se dava em oposição às teses intervencionistas dos desenvolvimentistas que dominaram o período chamado por Bielschowsky (2011) de primeiro ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Marcando diferença metodológica com os autores desenvolvimentistas, o liberal brasileiro acreditava que não era preciso elaborar uma nova teoria para explicar a economia dos países periféricos da América Latina. Gudin argumentava que a teoria econômica desenvolvida nos grandes centros norte-americanos e europeus serviria perfeitamente para analisar e fazer recomendações tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países mais atrasados, a exemplo do Brasil. (CAVALIERI, 2020, p. 33).

Eugênio Gudin não acreditava na eficiência das teorias desenvolvimentistas da Cepal, e opunha-se ao desenvolvimento das teorias que interpretavam os países da América Latina como periféricos em relação ao capitalismo central. Neste período uma série de teses sobre a economia latino-americana foi criada, como a teoria das relações centro-periferia,

heterogeneidade estrutural, desenvolvimento para fora e para dentro, deterioração dos termos de troca (RODRIGUES, 1981). Enfim, o arcabouço de interpretações desenvolvimentistas resultou em modelos de industrialização impulsionado pelo Estado através do planejamento econômico. A reação de Gudin foi valorizar as teorias econômicas liberais e as receitas dos países centrais para coordenar a economia brasileira. Para Gudin, as teses da Cepal eram um grande equívoco que levaria ao desequilíbrio monetário e fiscal dos países que adotassem o planejamento. Para contra-atacar o pensamento cepalino, sobretudo do argentino Raul Prebish, que havia desenvolvido a teoria da deterioração dos termos de troca (contrapondo a teoria liberal das vantagens comparativas), Gudin traz ao Brasil o liberal Jacob Viner:

> Em relação especificamente ao debate sobre as ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), interessa marcar um episódio que mostra como Gudin fazia questão de recorrer aos economistas estrangeiros para auxiliá-lo na defesa de sua agenda liberal. Como editor da RBE, Gudin publicou uma tradução do famoso artigo de Prebisch (1949), no qual o argentino apresenta sua tese sobre a deterioração dos termos de troca. Porém, no mesmo ano dessa publicação, ele começa a operar para trazer Jacob Viner ao Brasil para uma palestra na qual as teses de Prebisch seriam criticadas. Em uma série de correspondências trocadas com Viner entre 1949 e 1950, Gudin convida-o a proferir uma palestra no Brasil, sugerindo-lhe que comentasse as teses de Prebisch. (CAVALIERI, 2020, p. 38).

A disputa entre Gudin e Prebish continuou nos anos seguintes, levando a uma nova disputa teórica em 1953:

> Em 1953, Gudin protagonizou uma controvérsia envolvendo a política econômica proposta pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em especial na pessoa de Raúl Prebisch. O debate teve início após a publicação do documento intitulado "*Análises e projeções de desenvolvimento econômico"*, no qual a Comissão apresentou oficialmente sua técnica de planejamento econômico. Após a apresentação do documento, Gudin e Prebisch iniciaram uma discussão através de meios de comunicação impressos. Primeiro Gudin publicou no jornal *Correio da Manhã* uma série de artigos intitulados "*A mística do planejamento"*, publicados no intervalo das datas de 29 de maio e 11 de novembro do ano de 1953, contestando publicamente a técnica cepalina de planejamento introduzida pelo documento citado anteriormente (SCALERCIO e ALMEIDA, 2012, p.176). Prebisch o confrontou publicando através do jornal *Diário de Notícias* uma réplica intitulada "*A mística do equilíbrio espontâneo na economia"* (PREBISCH, 1953), disponível de forma integral através do acervo da Cepal. (FARIA, 2017, p. 19).

Assim como fez com Roberto Simonsen em 1944 e 1945 no clássico embate entre livre mercado e industrialização induzida, fez também com Raúl Prebish nos anos 1950 na discussão envolvendo a disputa entre a teoria cepalina e a teoria liberal. Gudin não fugia das polêmicas, defendendo suas convicções econômicas no campo teórico, e atuando politicamente e academicamente, tanto como Ministro da Fazenda do governo Café Filho, como organizando os currículos dos primeiros cursos de ciências econômicas no Brasil. Isto demonstra um

intelectual ativo, e um grande difusor do pensamento neoliberal brasileiro entre os anos 1930 e 1960. Neste cenário é possível contextualizar que já existia um campo de discussão para as teorias de Hayek, e Gudin tratou de consolidá-lo como principal nome da vertente no Brasil. O projeto intelectual de trazer diversos economistas liberais ao Brasil desde os anos 1950, iniciando com Haberler, criou terreno para a vinda de Hayek em 1957. Com certeza a biografia de Hayek já fazia parte do círculo intelectual neoliberal brasileiro capitaneado por Gudin. Na próxima seção discutirei o pensamento neoliberal durante a ditadura militar brasileira, em que Gudin continuava atuante, mas que já dividia seu protagonismo com economistas como Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões.

### 1.6.2 O NEOLIBERALISMO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)

> Durante a ditadura, os dirigentes da economia eram todos "liberais", entre aspas porque o liberal brasileiro tem sempre por trás de si um rancoroso autoritário.
>
> (Francisco de Oliveira, em capítulo da obra *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*).

Começo a seção com a citação de Francisco de Oliveira, em que o autor faz uma correlação entre os liberais da ditadura militar com o rancor autoritário. Esta breve reflexão pode dizer muito sobre as proximidades dos liberais brasileiros durante a Ditadura Militar com a direita política. E quem seriam estes liberais durante a ditadura militar brasileira?

Procuro nesta seção tentar elucidar um pouco desta questão, fazendo um levantamento historiográfico das tradições neoliberais durante o período ditatorial brasileiro. Discuto em primeiro lugar o papel dos empresários neste período, avalio que foram determinantes para a disseminação do pensamento neoliberal, sobretudo no período de redemocratização, pois, a elite empresarial criou pressões para o enfraquecimento do presidente Ernesto Geisel. Após identificar este movimento a partir das doutrinas neoliberais encabeçadas pelos empresários, verifico como Eugênio Gudin e Roberto Campos estavam atuando intelectualmente durante o período ditatorial, por fim, relaciono com a aproximação do pensamento de Hayek como ingrediente influenciador da doutrina neoliberal no Brasil já em fins da ditadura militar.

Sobre as relações entre o empresariado e a ditadura, destaco a obra *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil* (1997, de Adriano Nervo Codato. O autor apresenta no capítulo quatro uma abordagem em que trata das relações entre burguesia e Estado durante a ditadura militar brasileira:

> Ainda que a presença do Estado na economia tenha sido uma constante não somente no pós-30 e se aprofundado no pós-64, apenas durante o governo Geisel — quando o "setor público" se lançou num sem-número de projetos de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, assumindo o papel ora de produtor direto, ora de agente financiador da estratégia reorientadora da estrutura capitalista mediante ambicioso plano de desenvolvimento econômico — o conjunto da grande burguesia conduziu um movimento de protesto de amplas proporções. A questão relevante aqui é saber: quais as causas da eclosão, em fins de 1974, início de 1975, da campanha contra a estatização da economia brasileira? (CODATO, 1997, p. 257).

Adriano Codato aborda a questão do protesto da burguesia contra a crescente estatização da economia brasileira, movimento que se inicia em fins de 1974 com um discurso proferido por Eugênio Gudin no prêmio "Homem de Visão", concedido pela Editora Visão de propriedade de Henry Maksoud. A revolta empresarial contra a condução econômica do governo também foi abordada por Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada* (2014), em que reproduz parte do discurso de Eugênio Gudin em 12 de dezembro de 1974, no Hotel Glória no Rio de Janeiro ao receber o prêmio. Cabe destacar que o discurso proferido por Eugênio Gudin provocou a reação dos empresários, que passaram a acusar o Estado de avançar em setores da economia que deveriam ser explorados pela iniciativa privada, principalmente em fins de 1974 quando o "milagre econômico" brasileiro havia se esgotado com a interrupção do crescimento contínuo do PIB que se deu entre 1967 e 1973. As incertezas em relação à retomada do crescimento da economia brasileira e o avanço da estatização levaram os empresários a olharem com desconfiança os rumos que os planos econômicos do governo tomavam.

Sebastião Velasco e Cruz foi quem antes abordou o tema da "revolta dos empresários", uma das suas principais preocupações acadêmicas do período:

> Durante minha estada na França estive mergulhado na análise da ação dos empresários brasileiros, quando eles voltaram à cena mobilizados pela "campanha contra a estatização", que marcou a primeira metade do governo Geisel, e acompanhei intensamente o debate francês, quando Reagan era transformado em herói pela opinião de direita e o discurso neoliberal começava a se fazer ouvir, em suas versões mais belicosas. (CRUZ, 2007, p. 11).

A revolta encabeçada pelos empresários leva a pensar os movimentos de ordem neoliberal. Quando os empresários defendiam a retirada do Estado da economia, queriam ampliar a atuação de seus negócios, e esperavam que o governo se retirasse do mercado, mas mantendo-se os benefícios dos grupos empresariais. A campanha antiestatal dos empresários

assumiu uma envergadura tão grande, que segundo Velasco e Cruz foi o terceiro ponto de pressão[24] contrário ao governo Geisel:

> A terceira fonte de pressão exercida sobre o governo Geisel em seus primeiros anos foi constituída pela campanha da antiestatização. Deslanchada pelo discurso de Eugênio Gudin ao receber o título de *Homem de Visão — 1974*, ela se mantém, por dois anos seguidos, impulsionada pelos maiores jornais e pelas revistas de negócios mais importantes do país, mobilizando lideranças e entidades empresariais, que tornam públicos os seus temores quanto ao avanço desregrado da intervenção estatal na economia e fazem propostas no sentido de refreá-la. Alguém se referiu a essa campanha como a "rebelião empresarial". Ela sacudiu o poder em suas bases sociais mais sólidas. Não vamos procurar acompanhá-la em seu desenvolvimento, nem aventar hipóteses com a pretensão de explicá-la. Para os objetivos deste artigo, basta dizer que, embora localizada, embora dirigida contra certas dimensões da intervenção estatal, não obstante, fosse quase sempre muda em relação à natureza autoritária do regime, a oposição empresarial que se manifestava através da aludida campanha debilitava o poder por uma razão básica: porque a mera manifestação pública do dissenso que não podia ser pura e simplesmente reprimido — nem sequer ignorado — se chocava com — e neste sentido contestava — a reivindicação do Estado autoritário de ser ele o promotor de um interesse nacional substantivo, cujo segredo a ninguém mais seria dado decifrar. (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 54).

A "revolta dos empresários" não denunciou as violações de direitos humanos cometidos pela ditadura militar brasileira, e nem se poderia esperar isto dela. Por trás da campanha antiestatal dos empresários estavam os interesses dos grupos hegemônicos, mascarados por uma retórica de salvar a economia do Estado. O que podemos pensar do papel da revolta dos empresários para a popularização do pensamento neoliberal no Brasil? Primeiramente, por trás dos interesses hegemônicos a intensa campanha realizada pela imprensa do movimento que se estendeu entre 1974 e 1975 dispôs o senso comum dos leitores para aceitar a ideia de que "privado é bom", "público é ruim", "O Estado é ineficiente" e a "Empresa é eficiente", entre outros jargões e reducionismos para minimizar o público e engrandecer o privado. Neste meio-termo, entre a revolta dos empresários e o neoliberalismo brasileiro dos anos 1990, ocorreram as viagens de Friedrich August Von Hayek ao país, e é possível pensar que os objetivos das visitas são complementares à campanha antiestatal, ou seja, ampliar o movimento neoliberal no Brasil, aumentando a visibilidade das suas ideias e atingindo

[24] "Em agosto de 1977, do ponto de vista do grupo Geisel, o quadro apresentava-se esquematicamente desta forma: de um lado, largas parcelas da opinião pública o hostilizavam, levantando a bandeira da volta ao Estado de Direito e à convivência democrática. Tratava-se aí de uma convergência momentânea de forças heterogêneas; nela o papel hegemônico era exercido pela oposição grã-burguesa liberal, cujos arroubos libertários ainda não haviam passado pela prova dos nove do enfrentamento das lutas sociais. De outro, a direita militar buscava a ofensiva com a candidatura Frota, produzindo um discurso virulentamente anticomunista, dirigido quase que exclusivamente ao "público interno"" (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 58).

o senso comum por meio das suas obras e da imprensa. Cria-se assim o terreno e o apoio ideológico necessários para o período que viria depois, o de execução das políticas neoliberais.

Em outro trabalho relevante intitulado *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*, Ben Ross Schneider trata das políticas públicas e crescimento das estatais no período da reabertura da ditadura militar brasileira, orientando no sentido de entender as tensões na economia no início dos anos 1980:

> O Brasil foi um dos exemplos mais bem-sucedidos no período pós-guerra de industrialização empreendida pelo Estado, pelo menos até o desastre da dívida na década de 1980, e, como tal, oferece um ponto de partida promissor para preencher essas lacunas empíricas e analíticas. (SCHNEIDER, 1994, p. 26).

Percebo que o clima de crise econômica estava afetando as expectativas dos empresários nacionais. Ben Ross Schneider aponta que o modelo anterior estava se esgotando, ou seja, o modelo desenvolvimentista estava deixando essas lacunas empíricas e analíticas. Nestas brechas formadas o discurso de Henry Maksoud procura se inserir, aproveita o momento de crise da economia brasileira para explorar a argumentação antiestatal em seus editoriais. As visitas de Hayek para promover o pensamento antiestatal e pró-economia de mercado como saída para a crise brasileira também surgem como uma boa estratégia para a difusão do pensamento neoliberal.

Luciano Martins, na obra *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*, expõe os conflitos entre Estado e capital privado nacional, apontando o poder político usado pela burguesia em seu favor para acumulação de capitais, e o Estado representando a ordem burguesa:

> O conceito de Estado capitalista descreve uma forma institucional de poder político. A esse poder político é vedado organizar a produção por critérios políticos próprios: a produção é privada. Em consequência, as decisões sobre a propriedade dos meios de produção não emergem do poder político, mas da ordem capitalista que o Estado representa. De outro lado, o poder político depende indiretamente do volume de acumulação privada, pois é em função dela que variam os recursos materiais de que o Estado dispõe, pela via da imposição fiscal ou por outra via análoga. (MARTINS, 1985, p. 37).

A inquietude da classe empresarial brasileira coloca-se sobre a dúvida a respeito do modelo do Estado capitalista que mantém seus privilégios. Pois, a estatização da economia, na ótica neoliberal, estava ofuscando a ideia da representação da ordem capitalista com o Estado ampliando sua participação na economia e consequentemente sobre a acumulação estatal em desfavor da acumulação privada. No que se refere ao diálogo com outros trabalhos com os

atores envolvidos nesta pesquisa, principalmente Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, destaco a tese de doutorado de Pedro Henrique Pedreira Campos (2012), intitulada "A Ditadura dos Empreiteiros: As empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964 – 1985", a qual oferece importantes contribuições no sentido de situar historicamente estes atores.

Outra pesquisa histórica que trata da Revista Visão e do período histórico é a dissertação de mestrado de Gervázio Cezar Junior, intitulada "Revista Visão: construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970". O autor recorreu à Revista Visão, fazendo um trabalho minucioso dos editoriais de Henry Maksoud para a publicação no sentido de definir a orientação ideológica seguida pelo empresário, porém discordo em alguns pontos da conclusão realizada ao final do seu trabalho. Primeiramente transcrevo algumas passagens e depois comento os principais pontos de discordância:

> Visão foi o primeiro aparelho privado de hegemonia a buscar difundir o projeto neoliberal no Brasil, e para que isto ocorresse com sucesso e o projeto começasse a receber mais adeptos, Maksoud elaborou uma proposta neoliberal para o momento brasileiro. Com o crescimento do neoliberalismo pelo mundo o Brasil não ficou fora deste cenário, e Visão já nos primeiros anos de 1970 iniciou a difusão do neoliberalismo pelo Brasil.
> [...]
>
> Visão buscava a partir da Campanha Antiestatizante intensificar seus esforços para a difusão do projeto neoliberal para o Brasil. O período de 1976 é marcado pelo acirramento em Visão da Campanha Antiestatizante, e de início de 1976 até setembro deste ano da fase em que a ABDIB intensifica suas críticas ao II PND e ao Estado. Mas que ambas as entidades começam a afastar o conteúdo de suas críticas, justamente pelo fato de Visão intensificar seus esforços na Campanha Antiestatizante.
> [...]
>
> Maksoud radicaliza e tenta colocar um neoliberalismo que não cabe para aquele momento. Mas que posteriormente, mais precisamente a partir de final dos anos de 1980, no processo da Constituinte, e principalmente no processo de construção do neoliberalismo enquanto forma de governo no Brasil, Henry Maksoud teve grande influência nestes processos. (CEZAR JUNIOR, 2011, p. 203-207).

É necessário problematizar o caráter meramente ideológico dos posicionamentos de Maksoud, em que por trás de um suposto "projeto neoliberal" estavam interesses pragmáticos do capital privado nacional, sobretudo dos empresários brasileiros em relação ao avanço do capital estatal e internacional.

Ao afirmar que Maksoud tinha um projeto neoliberal para o Brasil dos anos 1970 considero ser uma afirmação muito contundente. Quando Gervázio Cezar Junior cita que Maksoud radicaliza e tenta colocar um neoliberalismo que não cabia no momento, acredito que o autor superestima o papel de Maksoud neste contexto. Até porque no embate das ciências econômicas existiam intelectuais acadêmicos de maior envergadura que defendiam as ideias

neoliberais antes de Maksoud e com maior densidade teórica, como foi o caso de Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, os quais o próprio Maksoud sempre deu espaço na Revista Visão mesmo antes dos anos 1970. Concordo que Maksoud teve um papel importante como um divulgador do pensamento neoliberal, e foi encorpado com a campanha antiestatizante puxada por diversos empresários, e sobretudo pelo próprio Maksoud. Porém, minha hipótese é que o discurso ideologizado de Maksoud esconde não a defesa pura de um projeto neoliberal, este seria apenas a casca do que estaria tensionado. Nas entrelinhas do discurso econômico neoliberal, observam-se os interesses pragmáticos do empresariado brasileiro, os quais escondem uma disputa entre os capitais no Brasil, colocando em campos diferentes o capital privado nacional, capital estatal e capital internacional.

Retornando à tese de Pedro Henrique Pedreira Campos, também é citado o economista Roberto Campos. Roberto Campos, devido ao cargo de Ministro assumido no governo de Castello estabeleceu diversas relações com empresários nacionais e internacionais, sendo, neste momento associado ao apoio ao capital privado internacional.

> Logo após o golpe de estado de abril de 1964, a maior parte dos postos de comando no aparelho de Estado foram preenchidos por quadros do Ipes e da Consultec, representando os interesses dos capitais privados internacionais e seus associados. Essa nova composição do bloco de poder incorreu em políticas favoráveis às empresas multinacionais instaladas no país e a empresas associados a grupos internacionais. Sob a direção de Octávio de Gouveia Bulhões e Roberto Campos, foram postas em prática medidas de ordem institucional e restricionista, previstas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). (CAMPOS, 2012, p. 410).

O Plano de Aceleração Econômica do Governo, gestado por Roberto Campos e Octávio Bulhões, e que assumia uma proposta de restrição dos gastos do governo e diminuição do entrave para receber capitais internacionais foi visto com desconfiança pelos empreiteiros nacionais. Em 1966 o que existe é um jogo de interesses entre os capitais envolvidos que transcende o campo ideológico, e reflete as práticas de investimentos destes grupos e seu poder hegemônico no mercado brasileiro. Roberto Campos foi muito associado ao "entreguismo" da economia brasileira ao capital internacional durante a ditadura militar que investiria no Brasil somente com o objetivo de espoliar e concentrar mercado, posteriormente apenas reenviando as remessas de lucro ao exterior. Após verificar parte da literatura sobre Roberto Campos, observo constantemente esta construção narrativa, inclusive com a adoção do apelido Bob Fields para satirizar seu alinhamento com o capital internacional.

Na tese sobre os empreiteiros, Pedro Henrique Pedreira Campos aponta uma contradição existente na política econômica praticada no governo do presidente Castello Branco, e envolve os Ministros Roberto Campos e Octávio Gouvêia de Bulhões no contexto do

Paeg, que parece expor a ambivalência entre o discurso neoliberal de ambos e o campo pragmático da política econômica empreendida pelo governo:

> Apesar de atender ao capital estrangeiro e associado e às maiores empresas, as políticas do governo Castello Branco não tiveram uma recepção de todo positiva no empresariado. (...) O volume de críticas levou à atenuação das medidas de austeridade em 1966, mas as linhas gerais da política econômica foram mantidas até março de 1967. A resistência às medidas da dupla Campos-Bulhões também se mostrava no aparelho de Estado, sendo um exemplo a estatização da telefonia, feita por insistência de Ernesto Geisel e outros, contra a posição de Roberto Campos de manutenção do setor sob a alçada privada. (CAMPOS, 2012, p. 415).

Na citação é possível perceber algumas tensões entre o posicionamento ideológico de Roberto Campos e Bulhões, os quais ocupavam os cargos de Ministros das áreas econômicas da Fazenda e Planejamento. Ao defenderem o livre mercado seria natural que fossem partidários da abertura da economia ao mercado externo, porém, na prática, existiram estatizações no período em que estiveram à frente das políticas econômicas do governo indo na contramão dos seus alinhamentos ideológicos. Mesmo se posicionando contrariamente à Ernesto Geisel em relação ao assunto, pode-se identificar como os posicionamentos ideológicos muitas vezes não superam as questões pragmáticas.

Outro ponto relevante a ser citado em relação à Roberto Campos é seu apoio a ditaduras militares nos moldes que Hayek defendia. O fato de o economista aceitar o cargo de ministro do governo Castello Branco já deixa implícito seu apoio a regimes antidemocráticos, porém, examino algumas aproximações com o modelo proposto por Hayek e adotado pelo Chile de Pinochet. De acordo com Eduardo Angeli e Eduardo Nemeth Junior:

> A hipótese é que Campos, após aproximar-se de Hayek, passou a argumentar explicitamente que uma democracia ilimitada é problemática e que uma ditadura de direita seria mais compatível com uma transição a uma democracia, quando comparada a uma ditadura de esquerda. Tal mudança no pensamento de Campos pode ser compreendida a partir da perspectiva da difusão internacional do pensamento econômico. (ANGELI; NEMETH JUNIOR, 2020, p. 32).

Mais do que a partir da perspectiva da difusão internacional do pensamento econômico, Roberto Campos deixa explicito seu apoio a regimes de direita e a democracia limitada, sua interpretação decorre da ideia de que a ditadura de direita possui um caráter transitório quando comparada com as ditaduras de esquerda. Os autores continuam:

> Pode-se argumentar que a mudança no pensamento de Campos não ocorreu somente quanto à necessidade de planejamento econômico, conforme apontado na introdução deste artigo. Seu ponto de vista quanto ao autoritarismo, objeto de estudo do presente trabalho, foi amadurecendo, ainda que de modo sutil, com o passar do tempo. (ANGELI; NEMETH JUNIOR, 2020, p. 43).

Penso que Roberto Campos apresentava de antemão o apoio ao autoritarismo, os encontros com Hayek e o conhecimento de sua ideologia apenas reforçaram as tendências autoritárias de Campos. Assinalo esta questão, pois Angeli e Nemeth Junior apresentam uma interpretação que corrobora com minha percepção:

> É possível notar uma evolução no pensamento de Campos quanto às necessidades e funções do autoritarismo. No início, sua justificativa repousava em, de um lado, manter uma "disciplina social" que estava sendo perdida e que, provavelmente, seria destruída com um autoritarismo de esquerda que Goulart instauraria e, de outro, na necessidade de modernização e construção da nacionalidade, que seriam amparadas pelo regime militar, que parecia mais bem estruturado que as outras instituições existentes no Brasil para exercer tal dever.
> Com o passar do tempo seu discurso foi se alterando; começou a embasar-se em que o autoritarismo de esquerda não era "biodegradável" e, por isso, era necessário que o regime militar interviesse naquele momento para que no futuro houvesse a restauração da liberdade. A necessidade da junção da democracia e a economia de mercado se tornaram cada vez mais enfáticas por Campos, julgando, como exposto, a redemocratização no Brasil como uma "democracia desperdiçada" já que havia tornado o Brasil mais "socializado" que antes, ao invés de alcançar o formato ideal do capitalismo democrático, ideal que o Chile teria alcançado, sendo usado por Campos como exemplo. Portanto, os argumentos de Campos parecem, com o passar do tempo, convergir aos de Hayek, fato corroborado pelo discurso de Campos na Constituinte, na qual buscou expor aos seus colegas a necessidade da limitação da democracia. (ANGELI; NEMETH JUNIOR, 2020, p. 50).

Ao longo do tempo o discurso de Roberto Campos mudou em relação à forma de apoio a ditaduras na América Latina, se antes era para manter uma disciplina social perdida durante o governo Goulart, no final dos anos 1970 passou para a crítica do "autoritarismo de esquerda", e que um regime militar se esquadraria no modelo de democracia limitada de Hayek com a junção da suposta liberdade econômica e economia de mercado.

Outro personagem econômico muito importante deste período histórico foi o Ministro Delfim Netto, o pai do "milagre econômico" brasileiro. Delfim Netto assume em seu discurso posições contrárias aos preceitos neoliberais, pois, foi um planejador durante a ditadura civil-militar brasileira, na qual buscou estabelecer uma correlação harmônica entre os capitais dominantes do período. No entanto, apesar da aparente preocupação com o papel de destaque do Estado na economia, Delfim Netto é criticado por ainda no período ditatorial ter início o que Francisco Oliveira chama dilapidação do Estado brasileiro:

> Hoje, podemos ler, uma vez por semana, na *Folha de São Paulo,* o mago do "milagre brasileiro", ex-Santo Antonio Delfim de Versailles (Delfim Netto), frequentemente invectivando as posições oficiais, criticando a adoração ao bezerro de ouro do mercado, marca típica do neoliberalismo. Mas a verdade é que foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato "democrático" de José Sarney.

> Esta dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação antissocial. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade, antissociais) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente. (OLIVEIRA, 2003, p. 24-25).

A dilapidação apontada por Francisco Oliveira coloca Delfin Netto como um dos responsáveis pela passagem do movimento neoliberal para as práticas políticas neoliberais no Brasil. O apelo antissocial conjurado com os reclamos antiestatais que atendia aos desejos da grande burguesia por um Estado mínimo, fez com que o pensamento neoliberal ganhasse corpo nas campanhas eleitorais, sobretudo para cargos de destaque, como foi a campanha presidencial de 1989, em que pôs lado a lado no segundo turno dois candidatos de posturas completamente antagônicas, com Luís Inácio Lula da Silva defendendo um projeto de governo mais progressista, e Fernando Collor de Mello aproximando-se das demandas do mercado e das elites econômicas.

O autor cita a suposta falha do sistema de Bem-Estar Social no Brasil. Assim como sustento a crítica da inexistência do Estado de Bem-Estar Social incorporo para dar sustentação ao meu posicionamento as contribuições de Francisco Oliveira que caminham na mesma direção. No período militar não existia a via democrática, e as políticas de expansão do Estado não estavam voltadas para as classes populares, mas sim para as elites. Até medidas populares, como a criação da habitação popular no governo Geisel e a continuidade no governo Figueiredo com o BNH (Banco Nacional de Habitação) tinha seus interesses voltados para os bancos de financiamento e empreiteiras, bem como com a valorização imobiliária. A falsa ideia do Estado de Bem-Estar Social brasileiro escondia, na verdade uma política de bem-estar para o capitalismo financeiro e ligado ao setor civil nacional.

### 1.6.3 *THINK TANKS* E A DISSEMINAÇÃO DA DOUTRINA NEOLIBERAL NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Começo este tópico revendo os posicionamentos de Eugênio Gudin, porém, observo como o intelectual se posicionou durante os anos que vigorou a ditadura civil-militar brasileira, e como sua doutrina neoliberal se modulou em conjunto com a adoção de um Estado de exceção no Brasil. Maria Angélica Borges, que produziu um estudo sobre o pensamento de Eugênio Gudin, aponta que o maior expoente do pensamento neoliberal do país no período esteve ao lado dos militares, mesmo que o modelo de gestão econômica do grupo defendesse medidas que indicassem a adoção de políticas de planejamento na economia nacional:

> Defendeu o movimento de 31 de março de 1964 e, mesmo discordando em vários momentos de algumas de suas medidas – principalmente em relação ao planejamento -, reafirmou sua política econômica sempre em tom de conselho, chegando a afirmar ser o regime militar o coroamento de suas ideias. As discordâncias de Gudin não se apresentaram como oposição ao governo. Era, na realidade, o velho mestre relembrando os princípios do neoliberalismo. (BORGES, 1996, p. 275).

Mesmo que Gudin apresentasse discordâncias a respeito da condução da economia brasileira pós-1964, a pesquisadora conclui que este posicionamento de Eugênio Gudin não representou uma oposição ao governo, na medida em que ele buscou assumir um papel de conselheiro das políticas econômicas durante a ditadura militar brasileira. É possível inferir que a afirmação de que o velho mestre estaria relembrando os princípios do neoliberalismo através de seus pares, ou seja, quem estava à frente da condução econômica do governo militar durante o início do regime, entre 1964 e 1967 era a dupla Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões.

A posição de Gudin a favor da condução econômica do início da ditadura militar brasileira, mesmo que contrariando alguns pontos do liberalismo que defendia, também pode ser interpretada através do duelo de ideias com a corrente desenvolvimentista. Se lembrarmos o período anterior ao golpe militar, estava à frente do Ministério da Extraordinário do Planejamento Celso Furtado, principal mentor da elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, o qual causou polêmicas através das reformas de bases. Considerando este contexto, o jogo virou a favor da corrente de Gudin, pois, com a queda do presidente João Goulart e com o fim do "assombro do comunismo" que preocupava as classes empresariais surgiu um cenário positivo para as mudanças de interpretação das políticas econômicas do governo. Por mais que não tivesse o melhor dos mundos do Estado Mínimo e do livre mercado, era suportável uma dose de planejamento sob a condição de manter longe os rivais teóricos da corrente desenvolvimentista, inclusive com Celso Furtado exilado durante o acirramento do regime militar.

A respeito da política neoliberal, Saad Filho aponta que a transição econômica levou da substituição de importações, ainda de natureza desenvolvimentista para o neoliberalismo globalizado e financeirizado:

> No Brasil, a transição política para a democracia foi seguida por uma transição econômica, levando o país de uma ISI cada vez mais disfuncional para um neoliberalismo globalizado e financeirizado. A transição econômica brasileira ocorreu relativamente tarde e avançou a passos lentos, se comparada ao que ocorreu em outros países da América Latina, da África e da Europa oriental. Isso se deve, em parte, à dificuldade das elites brasileiras em chegar a um consenso em torno do ideário neoliberal num ambiente de alta inflação e de forte derrota da direita, como o que se viu no período final do regime militar, e, em parte, à influência política relativamente

> grande das forças de esquerda durante a transição democrática (MORAIS; SAAD FILHO, 2018, p. 98).

Diferente de outros países da América Latina, como o Chile e a Argentina, a transição econômica brasileira para as políticas neoliberais avançou em passos mais lentos. Saad Filho aponta interessantes hipóteses a respeito deste atraso, pois, muito falamos em consenso, mas mesmo a ideia de consenso não é linear, passa por refluxos e tensões. O autor aponta que as elites nacionais demoraram para chegar em um consenso a respeito das políticas neoliberais, tendo em vista que este consenso estava enfraquecido pelas incertezas econômicas e políticas do final do regime. A elite estava numa encruzilhada, pois via as esquerdas crescerem enquanto a direita estava reduzida, economicamente existia um cenário de hiperinflação que ampliava os medos dos empresários nacionais investirem em capitais produtivos. Por outro lado, mesmo com os reclamos a respeito do avanço do Estado na economia, as elites empresariais nacionais sempre agiram em simbiose com o poder estatal, e boa parte das medidas desenvolvimentistas também previam o fomento de capitais privados no Brasil.

As elites provavelmente enfrentavam as incertezas do descolamento do poder Estatal, principalmente após um período de intensa simbiose entre os diferentes poderes. A adoção de políticas econômicas neoliberais implicava uma abertura econômica que os empresários brasileiros não sabiam os efeitos que poderia acarretar com relação ao aumento de concorrência internacional. Devido a estes temores das elites, o processo de neoliberalização da economia brasileira enquanto medidas políticas ocorreu de forma mais lenta do que a defesa apaixonada de suas ideias por parte de alguns economistas e empresários mais inflamados como Henry Maksoud.

Enquanto as políticas econômicas caminhavam lentamente no Brasil nos anos 1980, a doutrina ganhava espaço, principalmente com a escalada em maior número de *think tanks* na América Latina como um todo. Surgiram no Brasil os Institutos Liberais, inspirados em movimentos como o da Sociedade Mont Pèlerin, os quais já contavam com a presença de brasileiros como Eugênio Gudin e Henry Maksoud.

> Na virada dos anos 1970 para a década de 1980, a Sociedade Mont Pelerin se transformou com o crescimento do número de filiados e a expansão para a América Latina, Ásia e, em menor medida, para África. Ademais, beneficiada pelo reconhecimento internacional de membros da organização – como os seguidos prêmios Nobel de Economia para Hayek, Friedman, Stigler e James Buchanan – e pela crise do capitalismo keynesiano, a Sociedade experimentou um período de bonança financeira com o aumento exponencial da quantidade de patrocinadores. Esse é o período do ingresso de brasileiros, como Henry Maksoud e Donald Stewart, na Sociedade Mont Pelerin e da Fundação do Instituto Liberal brasileiro. Com sedes no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Recife e

> Salvador, os ILs tiveram um papel de destaque na promoção de uma cultura política liberal no país na década de 1980 e início dos anos 1990. Entre as atividades desenvolvidas pelo instituto, podemos apontar: a tradução e publicação de livros liberais; a realização de seminários, simpósios e conferências; a organização de encontros com think tanks estrangeiros como o *Liberty Fund* e o *Atlas Foundation* a produção de revistas e panfletos; a elaboração de projetos de lei e de medidas provisórias; a criação de programas de rádio e televisão; a produção de cartilhas e material didático. (ONOFRE, 2018, p. 336).

Gabriel Onofre na sua tese de doutorado destaca o papel da proliferação dos Institutos Liberais no Brasil, e mais do que isto, as ações destas instituições que permitiram a expansão do pensamento neoliberal no Brasil. Existiu um investimento pesado na produção de materiais culturais com as ideias neoliberais, vide a citação da produção desde revistas até programas de rádio e televisão. Neste contexto, uma das medidas adotadas pelos institutos liberais rompe os limites da doutrina e do movimento atingindo o aspecto prático, que é quando o pesquisador cita a elaboração de projetos de lei e de medidas provisórias. Este marco é interessante destacar, pois, é quando o movimento passa a influenciar na política e na vida das pessoas. É possível identificar este ponto como o divisor de águas entre o movimento e a incorporação das políticas neoliberais pelo Estado brasileiro. É o resultado de todo o trabalho intelectual que se iniciou com a produção de livros, encontros, discussões, ganhando finalmente as mentes políticas que produzem leis e governam o país.

Formou-se uma rede nacional e internacional de instituições neoliberais, e afirmo que a iniciativa de Henry Maksoud de trazer Hayek ao Brasil foi um dos catalisadores da formação destas redes. Em 23 de dezembro de 1977 Henry Maksoud recebeu uma carta de George Stigler para participar do encontro em Hong Kong da sociedade Mont Pelérin. Este convite só foi possível porque meses antes o empresário brasileiro ao trazer Hayek ao Brasil intensificou seus laços com ele, e, ao mesmo tempo ganhou projeção nas discussões ideológicas sobre o tema. Talvez se não houvesse a iniciativa de Maksoud de tentar popularizar as ideias de Hayek no Brasil não haveria a abertura para aceitá-lo como membro da Mont Pelerin.

> 23 de dezembro de 1977.
>
> Querido Sr. Maksoud:
>
> Convido você a participar das reuniões da Sociedade Mont Pelerin em Hong Kong nos próximos dias 3 e 9 de setembro.
> Espero que você esteja disposto a participar de uma sessão intitulada: A maré está virando? Uma pesquisa e análise de mudanças conservadoras. Gostaríamos que você falasse da cena sul-americana.
>
> Sinceramente,
> George J. Stigler

Henry Maksoud após receber o convite responde prontamente confirmando sua presença, porém precisou desembolsar o valor de US$300,00 como taxa de inscrição[25]:

> Querido senhor Stigler
>
> Com referência à sua carta de dezembro, 23, 1977, desejo agradecer pelo convite para participar das reuniões da Sociedade Mont Pelerin em Hong Kong, de 3 a 9 de setembro de 1978.
>
> Com relação à minha participação na sessão "A maré está virando"? gostaria que você me enviasse mais detalhes sobre minha participação nas reuniões de Hong Kong - se meu trabalho será entregue em sessão plenária, tempo disponível para a apresentação, discussões, data prevista para essa sessão, número estimado de participantes, etc., Além disso, envie-me uma cópia dos trabalhos das últimas reuniões realizadas pela Sociedade Mont Pelerin.
>
> Obrigado por sua assistência.
>
> Sinceramente,
> Henry Maksoud
>
> São Paulo, 17 de março de 1978

Henry Maksoud no encontro de Hong Kong redige um texto para ser discutido em um simpósio chamado "A maré está virando?". Um título bem sugestivo, pois a maré virando é justamente o direcionamento do pensamento econômico ao neoliberalismo. No ano de 1978 o keynesianismo está perdendo adeptos entre os *policy makers*, e ainda será sentido o efeito da segunda crise do petróleo em 1979. A sessão que Maksoud participou em 1978 está percebendo esta virada, a virada do movimento para a ação política, e estes temas passam a ser pauta na Sociedade Mont Pèlerin.

Denise Gros, na sua tese de doutorado a respeito dos *think tanks* neoliberais no Brasil encontrou relações entre os centros de difusão ideológica que os Institutos representaram e seus alinhamentos com os interesses da burguesia nacional. A pesquisa de Denise Gros parece endossar a tendência que verifico no desenvolvimento do objeto de estudo, o interesse pelas visitas de Hayek ao Brasil por parte de Henry Maksoud demonstra a dinâmica observada entre a doutrina, o movimento e a ação neoliberal orquestrada pelos interesses hegemônicos da burguesia nacional. A figura de Hayek parece ser o cimento que cola todos estes elementos,

---

[25]Caro professor Nishiyama,
Tenho o prazer de informar que participarei da reunião de 1978 da Sociedade Mont Pelerin em Hong Kong. Nesse sentido, volto com os formulários de registro devidamente preenchidos. Também está incluído o cheque da taxa de inscrição no valor de US $ 300,00 (trezentos dólares), a ser pago na Conta de Reunião da Sociedade Mont Pelerin - 1978.
Sinceramente,
Henry Maksoud

pois, dá autoridade para empresários como Henry Maksoud para pleitear a retirada do Estado do mercado, modulando um novo projeto de sociedade configurado e defendido pelos institutos liberais:

> Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, esses Institutos se constituem numa forma peculiar de organização da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua constituição histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais, financeiros, etc, os Institutos Liberais são entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia e a difusão de uma concepção de mundo. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos e sim, de construir uma hegemonia burguesa, de difundir uma concepção de mundo que torne os preceitos do livre mercado em "pensamento único". (GROS, 2002, p. 232).

Interessante notar o papel que o pensamento neoliberal passa a ter para as elites empresariais, o de se constituir como um pensamento único que represente os interesses da burguesia nacional frente a suas demandas perante o Estado. A fé no livre mercado parece ser o caminho encontrado para tirar o Estado do jogo econômico, uma narrativa conveniente e persuasiva ao argumentar que o sistema econômico é tão complexo que ele funcionaria por uma inteligência coletiva dos agentes econômicos, e que o Estado ao se intrometer estaria desajustando o sistema ao invés de regulá-lo. Outro fator primordial da doutrina é a questão das desigualdades como inerentes devido ao fato de que nem todos os agentes econômicos se adaptam de forma eficiente ao sistema. Este discurso calhou, e surge como uma alternativa para as elites empresariais ampliarem seu domínio sobre a economia e sobre as decisões do Estado. A adoção do discurso neoliberal a partir da Escola austríaca pareceu ser a melhor alternativa tendo em vista a natureza filosófica/conservadora das teorias hayekianas, propícias para que se bem articuladas se consolidassem como porta-voz do neoliberalismo brasileiro dos anos 1970 e 1980:

> E aqui, parece-nos, está uma questão fundamental: a pregação em defesa da liberdade se faz por vertente mais conservadora do liberalismo – a Escola Austríaca de Economia. E essa opção não é casual, ela representa uma continuidade com a tradição liberal brasileira, um traço permanente na ideologia e nas instituições políticas, mas que sempre conviveram com a hegemonia do autoritarismo. A convivência da "lógica liberal e práxis autoritária" (Trindade) na história política brasileira mostra o quanto as elites se beneficiaram com o regime autoritário e o sistema corporativista instaurados por Vargas nos anos 30, que impôs severos limites às classes subalternas. O`Donnell também aponta os traços autoritários da formação da burguesia brasileira, constituída como sujeito político praticamente sem enfrentar pressões dos setores populares organizados e tendo como único interlocutor o Estado, grande defensor dos interesses econômicos da burguesia. Esses traços conservadores se confirmam no período de transição democrática, à qual a burguesia aderiu tardiamente, e no empenho que todas as frações burguesas fizeram de defender seus interesses e impedir

> os avanços das classes populares no texto da nova Constituição. (GROS, 2002, p. 232-233).

Denise Gros afirma que essa escolha pela Escola Austríaca é estratégica, sendo uma continuação da tradição liberal brasileira. Existe no Brasil uma correlação muito forte com a lógica autoritária e o neoliberalismo. Estas duas doutrinas caminham juntas e no Brasil se fundiram, fazendo com que uma prática retroalimente a outra. E para ser autoritário é necessário um Estado regulador da moral e punitivo. A escolha é sábia, a liberdade está ancorada apenas para os grandes capitais, a restrição se dá nos elos mais fracos do sistema, destituindo as classes populares de seus direitos elementares.

## 1.7 O AVANÇO DEMOCRÁTICO DO NEOLIBERALISMO ATRAVÉS DOS GOVERNOS DE RONALD REAGAN, MARGARETH THATCHER E AS EVIDÊNCIAS DE UMA CRISE MORAL

O Estado neoliberal emergiu da crise do Estado de Bem-Estar Social. Uma crise oriunda do próprio capitalismo, principalmente após o aumento dos preços do petróleo em 1973, quando ficou conhecida como 1ª Crise do Petróleo. O Produto Interno Bruto de diversos países centrais do capitalismo que praticavam políticas de Bem-Estar Social diminuiu, causando desaceleração da economia e consequente desemprego. Os Estados se endividaram, causando desequilíbrios macroeconômicos. Esse cenário levou à ascensão de regimes de direita e conservadores, colocando em xeque a validade das políticas sociais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na Europa, e que via nos anos 1970 um desafio para sua continuidade. Por outro lado, por mais que o Estado de Bem-Estar Social esteja associado a governos progressistas e sociais-democratas, possui um caráter atrelado ao capitalismo e ao seu bom funcionamento. Enquanto as economias capitalistas centrais experimentaram o período de prosperidade entre 1945 e 1973, o Estado de Bem-Estar Social funcionou bem na Europa, porém, na instabilidade da crise do petróleo o modelo acabou ruindo. A crítica ao Estado de Bem-Estar Social é que ele não possui uma natureza de transformação do sistema capitalista, mas sim de sua manutenção e reforma. Entretanto, são mantidas as estruturas hegemônicas do capital, apesar de criar condições para o fortalecimento de instituições como sindicatos que tentam equalizar forças com o capital na proposição de acordos em prol do trabalhador[26]. Claus

[26] "[...] o Estado social conserva o controle do capital sobre a produção e, desse modo, a estrutura fundamental do conflito industrial e de classes entre o capital e o trabalho; e de forma alguma, ele estabelece instituições que se pareçam com uma "autogestão do trabalho". Mas, simultaneamente, fortalece o potencial dos operários para que

Offe apresenta uma interessante crítica ao Estado de Bem-Estar Social, adentrando em algumas questões a respeito do exposto: "[...] Estado social não é uma fonte isolada e autônoma de bem-estar que põe à disposição do cidadão, como um direito, rendas e serviços; ao contrário, ele próprio é altamente dependente da prosperidade e rentabilidade contínua da economia" (OFFE, 1991, p. 117-118).

O Estado de Bem-Estar Social, de acordo com Claus Offe, sofreu ataques tanto de defensores da esquerda, quanto de defensores da direita. Pela direita o autor expõe que:

> [...] em vez de harmonizar efetivamente os conflitos da sociedade de mercado, ela os agrava, impedindo que as forças da paz social e do progresso (ou seja, a força do mercado) funcionem de maneira adequada e útil. Deste ponto de vista, a situação tem dois motivos principais. Em primeiro lugar, o aparelho do Estado social impõe ao capital uma carga de impostos e regulamentos administrativos que detém a *disposição de investir.* (OFFE, 1991, p. 116).

A direita atribui ao Estado de Bem-Estar Social a culpa pela diminuição dos investimentos produtivos da iniciativa privada, limando os capitais de se desenvolverem plenamente em uma economia não intervencionista. O autor, entretanto, se alinha ao lado da crítica da esquerda socialista aos efeitos nocivos do Estado de Bem-Estar Social:

> É inegável que a luta travada pelo movimento operário durante mais de um século trouxe significativas melhorias nas condições de vida da maioria dos trabalhadores, através da legislação trabalhista, da ampliação dos serviços sociais, do seguro social e do reconhecimento dos sindicatos; apesar de tudo isso, a crítica socialista ao Estado social é inteiramente fundamentada. Podemos resumi-la em três pontos, que examinaremos sequencialmente: diz-se que o Estado Social é (1) ineficaz e ineficiente, (2) repressivo e (3) gera uma concepção falsa ("ideológica"), na classe operária, sobre a realidade social e política. Em suma, ele seria antes um meio para estabilizar a sociedade capitalista do que um passo para reformá-la. (OFFE, 1991, p. 122).

Na visão de Claus Offe o Estado de Bem-Estado Social é uma espécie de amortecedor do capitalismo contra as investidas dos movimentos trabalhistas e sociais. Sua associação ao capitalismo expõe fragilidades na manutenção de suas políticas sociais, pois a transferência de renda através de impostos não aloca de forma eficiente os recursos nos programas sociais, bem como desequilibra as finanças do Estado. Reforça a dependência do seu funcionamento ao crescimento do capitalismo, mostrando vulnerabilidades nos períodos de crise. É repressivo, pois não tolera mudanças estruturais no sistema, e qualquer forma de organização política contrária recebe o contra-ataque policial ou militar. O terceiro ponto alertado por Claus Offe é

---

se oponham ao controle pelo capital. O resultado disso é que o núcleo inalterado do conflito é decidido por meios que se deslocaram inteiramente em favor do trabalho assalariado" (OFFE, 1991, p. 119).

a concepção falsa na classe operária sobre a realidade social e política, pois, os trabalhadores ao receberem assistência básica do Estado em questões como saúde pública, ensino público e segurança, bem como a manutenção de leis trabalhistas, causa a impressão que estão sendo assistidos e recebendo a contrapartida a garantia do Estado.

No entanto, entendo que apesar de válidas a críticas de Claus Offe contra o Estado de Bem-Estar Social pelo espectro da esquerda, dentro de um equilíbrio do sistema capitalista com as garantias sociais, ele é mais realista na sua execução e permite que ideias de direita não avancem, o que seria muito mais destrutivo. Assim, o neoliberalismo avançou da crise do modelo criticado por Claus Offe, houve um avanço da direita e não da esquerda, rumando ao processo crescente de precarização do trabalho. Junto com a ideia de precarização do trabalho está o surgimento cada vez maior de intelectuais engajados na abolição do Estado de Bem-Estar Social, assunto colocado por Claus Offe:

> Há, sem dúvida, uma série de modelos normativos para uma ordem social e econômica, defendidos por intelectuais e outras minorias, mas que não são apoiados por amplas correntes políticas. Um deles é o modelo do "neo-laissez-faire", de acordo com o qual o Estado social pode e deve ser abolido, a fim de permitir o revigoramento da sociedade de mercado livre e harmoniosa. O típico dessa solução é que ela é apoiada, embora de modo contraditório, pelas forças políticas da antiga classe média, como os fazendeiros e comerciantes, que servem muitas vezes de suporte aos movimentos de revolta contra os impostos. (OFFE, 1991, p. 127).

O Estado de Bem-Estar Social é o modelo a ser superado segundo os argumentos neoliberais. O Estado é colocado como ineficiente na alocação de recursos, e as livres forças de mercado otimizariam a gestão escassa de recursos e gerariam oportunidades de crescimento econômico e do aumento do emprego. Algumas questões que se misturam com a moral surgem neste caminho. A liberdade econômica e o direito à propriedade privada reforçam um apelo de que as pessoas não devem ser oneradas pelo Estado e nem desapropriadas por movimentos sociais. A filosofia "moral" do neoliberalismo se ampara na sobreposição da economia sobre as garantias sociais, concebendo que a distribuição de renda é antieconômica e antimoral, na medida em que desapropria renda privada e repassa para pessoas que não contribuem com a economia. De acordo com Christian Dunker e outros:

> De onde se seguia a exortação para explicar a pretensa crise atual a partir de suas "origens morais e econômicas". Essa dupla articulação é extremamente significativa. A recusa ao primado da propriedade privada e da competitividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta moral. (DUNKER *et al.* 2018).

Sobre o avanço do neoliberalismo, apoiado pelo autoritarismo e pelo conservadorismo, Dunker e outros discorrem que a "moral econômica" dessensibiliza as pessoas, e exemplifica

isto com a aplicação da experiência neoliberal do Chile nos anos 1970, país periférico e que não experimentou um Estado de Bem-Estar Social:

> Em um impressionante documentário sobre a experiência neoliberal do Chile, *Chicago Boys* (2015), vemos a formação do grupo de economistas que implementaram o neoliberalismo em nosso continente pela primeira vez. Em dado momento, quando os entrevistadores perguntam ao futuro ministro da Economia de Pinochet, o Sr. Sérgio de Souza, sobre o que ele sentiu quando viu o Palacio La Moneda ser bombardeado por aviões militares até a morte do então presidente Salvador Allende, ele afirma "uma alegria imensa. Eu sabia que era isso que devia ser feito". Ou seja, essa é uma imagem explícita da maneira como a liberdade do mercado só poderia ser implementada calando todos os que não acreditam nela, todos os que contestam seus resultados e sua lógica. Para isso, seria necessário um Estado forte e sem limites em sua sanha para silenciar a sociedade da forma a mais violenta. O que nos explica por que o neoliberalismo é, na verdade, o Triunfo do Estado, e não sua redução ao mínimo. (DUNKER *et al.* 2020).

A crise moral é tão evidente no neoliberalismo, que sua primeira experiência prática com os *Chicago Boys* nasceu do sacrifício e do sangue de Salvador Allende. Não é possível compreender um sistema econômico em que os seus gestores vibram com a morte de pessoas, ainda mais com a ação violenta do Estado ao ceifar a vida dos opositores. O neoliberalismo nasceu do autoritarismo, e depois deu mais provas da sua crise moral ao longo da segunda metade do século XX avançando sobre países centrais do capitalismo mundial[27]. Eric Hobsbawn explora o que foram os anos de operatividade do neoliberalismo nos Estados Unidos do governo de Ronald Reagan e sua natureza bélica, dando pistas como que governos autoritários foram eleitos democraticamente no capitalismo central, ao contrário das ditaduras neoliberais como aconteceu no Chile:

> Os historiadores do século XXI, longe das lembranças vivas das décadas de 1970 e 1980, vão ficar intrigados com a aparente insanidade dessa explosão de febre militar, a retórica apocalíptica e o muitas vezes bizarro comportamento internacional de governos americanos, sobretudo nos primeiros anos do presidente Reagan (1980-8). Terão de avaliar a profundidade dos traumas subjetivos da derrota, impotência e ignomínia pública que laceraram o *establishment* político americano na década de 1970, e que se tornaram ainda mais dolorosos devido à aparente desordem na Presidência americana ao longo dos anos, quando Richard Nixon (1968-74) teve de renunciar por causa de um escândalo sórdido, seguindo-se dois sucessores

[27] Não foi tanto prática quanto ideológica — parte da reação do Ocidente aos problemas da era de dificuldades e incertezas em que o mundo parecera entrar após o fim da Era de Ouro. Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo ("a estrada para a servidão", como a chamava o economista e ideólogo Von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor (HOBSBAWM, 1995, p. 195).

> insignificantes. Culminaram no humilhante episódio dos diplomatas americanos mantidos como reféns no Irã revolucionário, na revolução comunista em dois pequenos Estados centro-americanos e numa segunda crise internacional de petróleo, quando a OPEP mais uma vez elevou seu preço a um máximo histórico. A política de Ronald Reagan, eleito para a Presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar contra alvos imóveis, como a invasão da pequena ilha caribenha de Granada (1983), o maciço ataque aéreo e naval à Líbia (1986), e a ainda mais maciça e sem sentido invasão do Panamá (1989). Reagan, talvez por ser apenas um ator mediano de Hollywood, entendia o estado de espírito de seu povo e a profundidade das feridas causadas à sua autoestima. (HOBSBAWN, 1995, p. 194).

O governo de Ronald Reagan foi cercado de conflitos bélicos em diversos lugares do mundo. Sua eleição em 1980 é interpretada por Eric Hobsbawn como uma reação conservadora da sociedade em relação a autoestima perdida com os escândalos políticos dos anos 1970, citando o caso Watergate e os fracassos econômicos e militares do período. O orgulho americano da vitória na Segunda Guerra Mundial e o crescimento econômico da "Era de Ouro" do capitalismo do pós-guerra estavam ofuscados, colocando uma dúvida na população em relação aos caminhos que o país mais poderoso do mundo estava tomando. Junto com a direita política e o conservadorismo, surge uma reação à crise do capitalismo em que pesava o avanço de países socialistas e as áreas de influência da União Soviética. Na vitória de Ronald Reagan, e na afirmação da crise moral implantada pelo neoliberalismo, estavam elementos ideológicos oriundos das décadas anteriores, como o combate ao comunismo, ou na suposta ideia de o comunismo estar infiltrado nos Estados Unidos através de políticas sociais. Fenômeno parecido ocorreu na Inglaterra com a vitória de Margareth Thatcher ainda no final dos anos 1970. Para entender um pouco da ascensão de Thatcher no poder é necessário resgatar traços da sua biografia política:

> Sempre foi conservadora: seu pai integrara a Câmara de Vereadores local como conservador; a jovem Margaret Roberts (conforme então se chamava) ganhou uma bolsa de estudos para Oxford — onde estudou química — e chegou à presidência da Sociedade Conservadora da universidade. Em 1950, aos 25 anos, disputou (e foi derrotada) as Eleições Gerais, como candidata do Partido Conservador, a candidata mais jovem a concorrer no país. Química e, mais tarde, advogada tributarista, teve seu primeiro ingresso no Parlamento em 1959, conquistando assento pelo município de Finchley, maciçamente conservador, o qual continuaria a representar até entrar para a Câmara dos Lordes, em 1992. Até conseguir bater conservadores bem mais experientes e, em 1975, conquistar a liderança do partido, Margaret Thatcher era conhecida na Grã-Bretanha como ministra da Educação do governo conservador de Heath, a ministra que, para atingir metas de cortes orçamentários, aboliu a distribuição de leite grátis nas escolas britânicas, decisão (tomada com relutância) que seria o primeiro indício da sua futura trajetória. Todavia, essa imagem pública flagrantemente desfavorável não constituiu um empecilho ao avanço de Mrs. Thatcher — sua disposição de cortejar e confrontar a impopularidade não a prejudicou diante dos colegas, e talvez tenha sido até um atrativo. (JUDT, 2007, p. 402).

A dama de ferro não tinha este apelido ao acaso, sempre esteve ligada ao pensamento e ao partido conservador britânico, inclusive adotando políticas antipopulares durante sua atuação como ministra da Educação ao abolir a distribuição gratuita de leite para as crianças nas escolas do país. Diferentemente de Ronald Reagan, que possuía um apelo popular devido ao fato de ser um ator hollywoodiano, Thatcher era polêmica em suas políticas antissociais e de austeridade[28]. Sobre o conceito de austeridade, estaria mais ligado à filosofia moral do que na economia, apesar de ser amplamente utilizado nas discussões econômicas da necessidade de redução dos gastos do Estado, e Thatcher usou bem este discurso. Novamente, a pista em relação ao conceito de austeridade ser usado amplamente na economia reforça a ideia da crise moral que permitiu que governos autoritários e "austeros" fossem eleitos democraticamente. O fenômeno da eleição de Thatcher somado à vitória de Reagan evidenciam uma mudança na percepção do social do senso comum e da opinião pública. Não foi necessária a força que foi aplicada no Chile para implantar Estados neoliberais nos países centrais do capitalismo. A mesma percepção da população da perda de controle que ocorreu nos Estados Unidos que elegeu Reagan, aconteceu na Grã-Bretanha de Thatcher, era necessário retomar governos firmes e militarizados, em conformidade com a defesa do livre mercado:

> Mas, acima de tudo, thatcherismo significava "governo firme". No final dos anos 70, discutia-se muito a suposta "ingovernabilidade" da Grã-Bretanha, a percepção generalizada de que a classe política perdera o controle, não apenas da política econômica, mas do local de trabalho e até das ruas. O Partido Trabalhista, tradicionalmente vulnerável à imputação de ser incapaz de dirigir a economia, agora, depois do "Inverno do Descontentamento", via-se exposto à acusação de ser incapaz de dirigir o Estado. Na campanha eleitoral de 1979, os tóris alardearam não apenas a necessidade de rigor econômico e gestão financeira adequada, mas também a ânsia da nação por líderes fortes e confiantes. A primeira vitória de Margaret Thatcher numa eleição não foi muito notável, para os padrões históricos. A bem dizer, sob a liderança de Mrs. Thatcher o Partido Conservador jamais conquistou muitos votos. Mas os conservadores não venceram, propriamente, as eleições; antes, assistiram à derrota dos trabalhistas, quando muitos eleitores do Partido Trabalhista passaram a apoiar o Partido Liberal, ou então se abstiveram de votar. Sob essa luz, a pauta radical de Margaret Thatcher e a determinação de fazer valer tal pauta pode ser vistas como incongruentes com o mandato nacional, um rompimento inesperado e até arriscado com a antiga tradição britânica de governar o mais perto possível do centro político. (JUDT, 2011, p. 403).

A vitória de Thatcher marcou uma guinada para a direita conservadora, o conflito bélico ocorrido nas Malvinas serviu para marcar a "volta do governo firme", em que, entre

[28] "Durante anos, as políticas de combate à crise econômica foram vendidas como políticas de "austeridade". No entanto, até segunda ordem, ninguém até então tivera notícia de alguma "teoria econômica da austeridade" elaborada, até porque "austeridade" não era exatamente um termo técnico da teoria econômica, mas um termo vindo diretamente da filosofia moral. O uso cada vez mais extenso do termo aparece apenas com a hegemonia neoliberal, mesmo que as políticas de controle de gastos do Estado encontrassem suas bases em John Locke, Adam Smith e David Hume" (DUNKER *et al.*2020).

outras ações militares, Thatcher ordenou o bombardeio de navio de guerra argentino General Belgrano, tirando a vida de centenas de jovens argentinos. Na política externa imperava o belicismo, e na interna a repressão policial contra as insatisfações sociais causadas pelo aumento do desemprego, de bairros de imigrantes, e de movimentos sociais e sindicais. Todos reprimidos pelo "governo firme" eleito democraticamente.

A questão a ser colocada é perceber como o neoliberalismo venceu democraticamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, quais fatores sociais foram modificados para permitir a guinada de governos autoritários. Os argumentos dos autores expostos nesta seção levam a crer que a crise econômica do Estado de Bem-Estar Social, somado a crises políticas e medo do avanço do comunismo foram determinantes na formação de uma opinião pública contrária ao assistencialismo do Estado. Esta crise moral, permitiu que a direita e os conservadores ganhassem espaço na arena política, misturando discurso ideológico com o econômico, tanto que a palavra "austeridade" estava em pauta. Era necessário ser austero e forte, a austeridade para esterilizar as políticas sociais e a força para reprimir os movimentos operários e sociais. Este era o modelo de sociedade neoliberal concebido democraticamente através de Reagan e Thatcher na passagem dos anos 1970 para os 1980, determinando a aplicação de políticas econômicas neoliberais nos países centrais no capitalismo.

Esta seção serviu para complementar os tópicos anteriores em que discuti sob a luz da história do pensamento econômico o avanço do pensamento neoliberal no Brasil. No Brasil, diferentemente do Chile, predominava no campo econômico a intervenção estatal, porém, já ecoava no país as tendências globais do capitalismo avançado em direção à crise moral que levou a eleição democrática de candidatos que defendiam a austeridade e a diminuição do Estado na economia. No próximo capítulo adentro na discussão a respeito da obra *O Caminho da Servidão*. O deslocamento e a estratégia narrativa de centralizar a discussão na obra serve para identificar as principais balizas teóricas do pensamento de Hayek. Após discutir as matrizes do pensamento neoliberal brasileiro e perceber como Hayek está inserido neste contexto, bem como apontar as principais consequências econômicas, sociais e políticas do neoliberalismo e o impacto nefasto na vida das pessoas, cabe com a análise de *O Caminho da Servidão* desvelar núcleo do pensamento antiestatal e anticomunista de Hayek e perceber como este livro foi importante para a inserção do pensamento de Hayek no Brasil. Não apenas seu conteúdo será discutido, mas sim todas as relações do livro com a doutrina neoliberal no sentido em que ocorreu a recepção da obra, periodicidade das edições, escrita de prefácios, impacto na mídia e nas coberturas das visitas de Hayek, e sobretudo o impacto na leitura das pessoas que convidaram Hayek a vir ao país.

## CAPÍTULO 2 – *O CAMINHO DA SERVIDÃO*: RECEPÇÃO, TRADUÇÕES, LIVRE MERCADO E ANTICOMUNISMO

Qual a estratégia em "dissecar" *O Caminho da Servidão*? Trabalhei no capítulo anterior as principais balizas do pensamento econômico neoliberal, no qual Hayek está inserido. Foi necessário explanar sobre as correntes do pensamento neoliberal, suas origens e influências no Brasil para ser possível chegar na obra que exerceu impacto no que concerne à divulgação do pensamento anticomunista e antiestatal não só no Brasil, mas também em boa parte do mundo capitalista. Ao tratar não só do conteúdo, mas em conjunto com o contexto de recepção de *O Caminho da Servidão*, é possível e necessário ampliar o olhar sobre o livro e seus desdobramentos no Brasil. Versando o neoliberalismo como doutrina, situo o livro de Hayek não como o único, mas como uma relevante contribuição para a estruturação da doutrina neoliberal no Brasil. A inserção deste capítulo é justificada pelas multifaces que *O Caminho da Servidão* representa, pois foi abordado na forma de cartas, matérias jornalísticas, frequência de publicações, diferentes traduções, prefácios variados, além do seu próprio conteúdo. O pensamento de Hayek no Brasil inicia-se pelo *O Caminho da Servidão*, e a atenção especial a ele é o marco para desenvolver os pontos posteriores do seu pensamento no país. Antes de adentrar na obra *O Caminho da Servidão*, o capítulo faz uma discussão através da História das ideias e do contextualismo linguístico inglês para preparar a lente teórica que será utilizada para pensar a obra de Hayek, além de tecer apontamentos a respeito das bases do anticomunismo liberal. Estas duas primeiras partes do capítulo são importantes para compreender teoricamente todos os pontos discutidos ao longo do capítulo.

Antes, para o leitor se habituar e conhecer as principais teses do livro, reproduzo uma sinopse da obra *O Caminho da Servidão* publicada em 1977 pela Editora Globo:

> *O caminho da servidão (The road to serfdom),* publicado originalmente na Inglaterra em 1944, constitui uma denúncia vigorosa contra o intervencionismo estatizante que naquela época, como hoje, domina o pensamento econômico ocidental. O autor mostra, com abundância de documentação e com extraordinária força de raciocínio, que tanto o comunismo, socialismo, o nazismo e o fascismo, como intervencionismo predominante nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, são todas versões diferentes de um mesmo mal: o dirigismo econômico, que leva inevitavelmente à servidão, isto é, à escravização do indivíduo pelo Estado. Esta segunda edição brasileira de *O Caminho da Servidão*, como a primeira, aparecida em 1946, é lançada pela Editora Globo. Vem ela atender ao desejo expresso de diversos estudiosos dos assuntos econômicos: professores universitários, empresários, economistas, dirigentes de associações cívicas feministas, estudantes, etc. – todos cada vez mais preocupados com o processo de socialização e estatização sempre crescente que vem envolvendo o mundo ocidental nas últimas décadas. (HAYEK, 1977).

## 2.1 UMA BREVE DISCUSSÃO A RESPEITO DA HISTÓRIA DAS IDEIAS

Nesta seção situo o objeto de estudos no campo historiográfico da história das Ideias. Para isso, utilizo as contribuições de historiadores como José de Assunção Barros e Francisco Falcon. Barros discute a respeito das possibilidades proporcionadas pelo campo da História Cultural, onde se desdobram várias vertentes historiográficas, dentre elas a História das Ideias e suas múltiplas abordagens:

> Entre outras possibilidades, pode-se estudar, por exemplo as ideias políticas (a Democracia, o Estado Absoluto, as diversas trajetórias da noção de Liberdade ou de Igualdade nos vários períodos históricos), ou conjuntos teóricos mais abrangentes e acabados como o Positivismo. E vale ainda lembrar que as ideias podem ser examinadas pelo historiador no âmbito das produções individuais (uma História Intelectual propriamente dita) ou no âmbito de correntes de pensamento para as quais contribuíram grupos de indivíduos (o Iluminismo, o Liberalismo, o Socialismo). (BARROS, 2005, p. 5).

Pensando os temas que perpassam as preocupações de Hayek, outro autor, Francisco Falcon, aponta que as ideias são produtos socialmente determinados[29]. O autor aponta, também, que as ideias dão unidade estrutural à história, sendo possível aproximar essa visão com o ponto de vista de Arthur Lovejoy, na obra *A Grande Cadeia do Ser*, publicada na década de 1930, e que trouxe para a discussão o conceito de "ideia-unidade"[30]. A chave para o historiador pensar por meio do conceito de ideia-unidade é considerar que existem ideias que atingem grande alcance, como foi o caso do pensamento iluminista liberal ou das doutrinas religiosas. Esses sistemas de pensamento impactaram diretamente grandes contingentes populacionais e atuaram subjetivamente na perpetuação de mentalidades através de diversas gerações. Ideias que influenciaram várias esferas sociais, desde as decisões políticas, econômicas, religiosas, até determinando conflitos entre povos e nações.

A questão é que não devemos pensar o campo das ideias-unidades apenas como um elemento estrutural para explicar as ideologias ou movimentos de ideias entre grupos humanos, até porque um conceito amplo não pode explicar as capilaridades dos pensamentos. Quando analiso a inserção do pensamento de Hayek no Brasil, percebo singularidades que não podem

---

[29] "Com efeito, Comte e Stuart Mill, Spencer e Buckle, Marx e Engels, se bem que em claves diferentes, postulam para as ideias explicações que, embora muito distintas, possuem uma premissa comum: as ideias são produtos socialmente determinados; não constituem uma esfera distinta e separada da existência social (origem divina, dependência da alma, da consciência ou da natureza humana). Por outro lado, investidas de funções autônomas ou distintas, ou mesmo "especializadas", as ideias dão unidade estrutural à história" (FALCON, 1998, p. 153-154).

[30] "Outro procedimento para realização da pesquisa do historiador das ideias seria identificar às manifestações de ideias-unidade no pensamento coletivo de grandes grupos de pessoas, e não apenas nas doutrinas ou opiniões de um pequeno número de pensadores profundos ou escritores eminentes. Para Arthur Lovejoy, o historiador das ideias deveria estar mais interessado "em ideias que alcançam uma ampla difusão, que se tornam parte do acervo de muitas mentes" (SILVA, 2015, p. 5).

ser explicadas com uma estrutura conceitual como a de Arthur Lovejoy. Isso porque a recepção das obras de Hayek e a visita do próprio autor geraram interesses particulares dos grupos que o leram e se interessaram em trazê-lo. Permanecem as grandes correntes de pensamentos discutidas nesses meios, e guiam as discussões econômicas nas cartas, editoriais, revistas, jornais e livros, mas o uso político ou pragmático que se faz dessas ideias para interesses de grupos particulares é onde reside a capilaridade, ou seja, o desafio é compreender como essas ideias são apropriadas e reproduzidas por determinados sujeitos ou grupos.

Nesse aspecto, cito a leitura que inicialmente Henry Maksoud fez das obras de Hayek, levando ao interesse do empresário em convidar o economista austríaco para vir ao Brasil. De acordo com José D'Assumpção Barros:

> De todo modo, e de uma maneira ou de outra, a leitura é também um ato criador, e está longe de ser uma ação passiva. Esse é também um objeto de interesse historiográfico. A História das Ideias possibilita, por exemplo – entre outras temáticas de pesquisa – estudar a leitura de um autor sobre outro. (BARROS, 2019, p. 100-101).

A respeito da leitura de um autor sobre outro, guardadas as devidas proporções do alcance das obras e das ideias, é possível correlacionar as correspondências com a forma com que Henry Maksoud articula as ideias presentes nas obras de Hayek. Essas ideias se articulam com os argumentos do empresário, inclusive como forma de convencimento para o austríaco aceitar o convite para visitar o Brasil. As ideias se apresentam de forma elogiosa e alinhadas ao pensamento de Hayek, transparecendo que seu pensamento estava sendo bem aceito pelos círculos empresariais brasileiros. A forma de captação dessas leituras também pode ser explorada nos editoriais escritos por Henry Maksoud que defendem as ideias de Hayek, entre outras publicações em jornais e revistas que noticiaram e apreciaram suas ideias. Outro fator de captação da leitura não se refere apenas ao campo na mídia jornalística, incluo o campo acadêmico em que as ideias de Hayek foram aceitas e debatidas por importantes nomes como Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, entre outros intelectuais.

Ao lado das leituras singulares, como as realizadas por Henry Maksoud, compreendo que o sistema de pensamento de Hayek assume um alcance mais amplo ao nível global, muito devido ao reconhecimento da comunidade científica em meados dos anos 1970, após o austríaco ser agraciado com o prêmio Nobel de Economia em 1974. Junto a Hayek, existem diversas tradições teóricas conhecidas como neoliberais, pois a Sociedade Mont Pèlerin já se encontrava há algumas décadas em atividade. Nota-se que existe um grande sistema de pensamento no qual Hayek está inserido, convergindo em distintos graus, diversas correntes que além do diálogo com o discurso econômico estão envoltas em questões políticas, históricas, filosóficas, que

surgem nos escritos de Hayek. O autor também recebe influências de outros intelectuais que compartilham de ideias correlacionadas. Há um resgate de valores conservadores e de direita na narrativa, no qual leitores de Hayek no Brasil inserem mais elementos e buscam que a obra se relacione com outras dimensões sociais, inclusive com a cristã católica[31].

Observo a presença de grandes correntes de pensamento inseridas na narrativa de Hayek, bem como se ampliam essas possibilidades na medida em que é lido e aproximado aos interesses das elites que passaram a adotar seu sistema de pensamento. Refletindo sobre esses sistemas de pensamento mais amplos, no qual a História das ideais está ocupada, é possível recorrer às contribuições de Quentin Skinner, que, em um contexto mais específico, como no caso da inserção do pensamento de Hayek no Brasil e da obra *O Caminho da Servidão*, observa-se um panorama de ideias agindo sobre o discurso econômico[32]. Na próxima seção aprofundo a discussão recorrendo a contribuições do contextualismo e da virada linguística.

### 2.1.1 QUENTIN SKINNER, JOHN POCOCK E DOMINICK LACAPRA COMO SUPORTE DE ANÁLISE

Nesta seção apresento uma discussão com o objetivo de aprofundar a reflexão teórica/metodológica referente ao campo da História das Ideias conhecida como contextualismo inglês, ou escola de Cambridge, apresentando inicialmente os métodos de análise histórica discutida por autores como John Pocock e Quentin Skinner, em um segundo momento faço um contraponto com as contribuições da Virada Linguística com Dominick LaCapra e David Harlan.

No entanto, para as tradições contextualistas, é necessário ao historiador aprender uma série de linguagens para conectá-las ao contexto e, assim, perceber ao longo do tempo como as linguagens se modificam de acordo com tensões presentes no contexto. Esse é para John Pocock um ponto-chave do *métier* do historiador:

---

[31] "O prefácio da 2ª edição da obra *O Caminho da Servidão*, publicada em 1977 pela editora Globo é escrito por Adolpho Lindenberg, participante da organização TFP (Tradição, Família e Propriedade), corrente católica ligada aos valores conservadores e da manutenção da propriedade privada, em contraposição à Teologia da Libertação. Apesar de Hayek não entrar na discussão da religiosidade em suas obras, ao Lindenberg escrever um prefácio, correlaciona a obra com os posicionamentos católicos de direita a respeito de temas como liberalismo econômico, buscando diferenciar o liberalismo econômico do liberalismo dos comportamentos criticados pelas normas católicas".

[32] "Das ideias tomadas singularmente, passamos em seguida aos sistemas de pensamento mais amplos — aqueles que se verificam ao nível do 'pensamento sistematizado' de um autor, e aqueles que já correspondem aos grandes movimentos — tudo isto se abrindo a possibilidades de abordagens relacionadas às ideias políticas, filosóficas, estéticas ou científicas. Em um nível maior de abrangência, poderiam ser citadas inúmeras obras que buscam trazer dentro de algum contexto específico um panorama de ideias relacionadas a uma determinada dimensão (política, filosófica, estética), como fez Quentin Skinner — um dos mais destacados historiadores das ideias — para o estudo das ideias políticas (BARROS, 2005, p. 18)".

> É do métier de nosso historiador aprender uma série de linguagens e estabelecê-las como contextos em que são efetuados os atos de enunciação. Ele precisa agora de meios para entender como os atos modificam os contextos nos quais são efetuados, e como algumas dessas modificações conduzem à criação e à difusão de novas linguagens e novos contextos. (POCOCK, 2003, p. 74).

Quando Pocock fala de novas linguagens e novos contextos, é plausível considerar a transformação de conceitos como "democracia" e "liberdade", em que devo pensar para a análise do objeto proposto a modificação desses conceitos a partir da introdução do pensamento de Hayek por *O Caminho da Servidão*. Em um novo contexto de enfraquecimento do modelo interventor da Ditadura Militar e de acordo com as argumentações estabelecidas pelos empresários, principalmente por Henry Maksoud, percebe-se como as elites se apropriam dos conceitos de Hayek e os recontextualizam na discussão do pensamento econômico brasileiro da virada dos anos 1970 para 1980. Essas oscilações e as formas com que os conceitos de Hayek são escolhidos e operacionalizados no discurso são objetos que não devem ser esquecidos na análise das fontes, isso porque as mudanças de linguagens reforçam a influência que um determinado sistema de pensamento passa a ter em um determinado contexto.

Aprofundando a discussão sobre o método, Quentin Skinner alerta a respeito do historiador não se aproximar dos objetos com paradigmas pré-concebidos:

> A dificuldade com a qual me preocupo aqui, portanto, é que além de inescapável, é perigoso para os historiadores das ideias se aproximarem de seus objetos com paradigmas preconcebidos. Será evidente agora que o momento no qual surgem tais perigos é aquele no qual o historiador começa a ignorar certas considerações gerais aplicáveis a tarefa de apresentar e compreender afirmações. Uma reflexão sobre tais questões me permitirá resumir as lições metodológicas nas quais, até agora, procurei insistir. Uma dessas considerações é que não se pode afirmar, a respeito de nenhum agente, que tenham dito ou feito algo que jamais poderiam aceitar como uma descrição acertada daquilo que fizeram ou pretenderam dizer. (SKINNER, 2017, p. 384).

A escolha das duas primeiras citações surge de uma preocupação antes de iniciar a análise do texto. Compreendo primeiramente as transformações dos contextos por meio dos atos (posicionamento dos empresários brasileiros contra o governo militar e aproximação das ideias de Hayek para estabelecer a discussão) e das práticas discursivas e narrativas que levaram à formação de novas linguagens amparadas no pensamento de Hayek. Essas linguagens faziam um sentido específico (espacial e temporal no Brasil de 1977 até a década de 1980), passando por mudanças de contexto confrontadas por diferentes tensões existentes no período histórico

da transição da ditadura militar para democracia[33]. A segunda citação repousa numa preocupação do historiador em que, ao conhecer a sucessão de acontecimentos posteriores ao recorte da análise histórica e compreender o sistema de pensamento de forma mais profunda devido ao fato de estar distanciado temporalmente do período de estudo, pode conceber antes da análise paradigmas já construídos *a priori* que podem deturpar a análise das fontes. São cuidados necessários, pois compreendo que o historiador corre frequentemente o risco quanto a não manter uma condição de imparcialidade, porém é necessário o rigor científico ao analisar as fontes e extrair delas suas conclusões, não as moldar para construir uma narrativa a partir de valores e ideias pré-concebidos direcionando as vozes presentes nas fontes de forma imprecisa. Essas recomendações devem estar presentes durante todo o processo de análise, são questões básicas que desafiam o historiador que não pode se desvencilhar de suas experiências intelectuais e de vida, as quais contribuem positivamente para análise histórica, mas não podem determinar valores pré-concebidos que influenciem negativamente na construção da pesquisa histórica.

Portanto, após o historiador das ideias estar munido destas reflexões, bem como compreender em um determinado contexto a formação de novas linguagens, cabe-lhe identificar os inovadores que promovem estas mudanças. John Pocock aborda a relação entre os pensadores inovadores e a formação de novas linguagens:

> Alguns grandes inovadores, como Platão ou Marx, criam e difundem novas linguagens graças ao fato de se tornarem autoridades. Outros, como Maquiavel ou Hobbes, graças ao fato de se tornarem adversários, pois para refutá-los se faz necessário que nasçam novas linguagens. E tais autores, deve-se lembrar, são inovadores tanto no campo contextual quanto no textual. Eles sugerem novos modos de discurso percebidos como carregados de implicações inovadoras em contextos linguísticos que não aqueles em que haviam discursado de início. (POCOCK, 2003, p. 79).

É possível pensar Hayek como um desses inovadores, textualmente para depois avançar contextualmente. Vale lembrar que antes de escrever *O Caminho da Servidão* teve um breve embate teórico com John Maynard Keynes[34], em que suas ideias tiveram pouca repercussão sobretudo nos anos 1940, 1950 e 1960, mas que ganharam autoridade nos anos

[33] "A transição democrática no Brasil só se completou com a posse do primeiro presidente eleito, Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990. Essa transição de dezesseis anos é quase duas vezes mais longa que a transição portuguesa. A duração da transição brasileira é ainda mais impressionante se considerarmos que o regime autoritário, no Brasil, começou apenas em 31 de março de 1964" (LINZ; STEPAN, 1999, p. 205).

[34] "É pouco sabido, fora dos círculos intelectuais especializados, que Hayek foi, ao mesmo tempo, amigo e duro crítico de Keynes. Nos anos 30 e 31, atacou o *Tratado sobre a moeda* deste último (ainda não a obra de imenso sucesso, que seria a grande síntese keynesiana, a *Teoria Geral*, que somente apareceria em 1936)" (CAMPOS, 1994, p. 50).

1970 com a crise do sistema de pensamento hegemônico de então. No contexto brasileiro percebo as preocupações dos seus leitores em prepararem um novo projeto de sociedade baseado em valores neoliberais, os quais, discursivamente se apropriam dos elementos textuais de Hayek para construir um rol de linguagens originárias de suas obras. Associado ao caso brasileiro em que os economistas neoliberais e empresários usaram suas ideias, outra recomendação teórica repousa em observar o contexto em que Hayek escreveu suas obras a serem analisadas para compreender o que John Pocock descreve como "lance":

> O historiador precisa, portanto, de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto linguístico e, em particular, como atua e inova sobre ele.
> Quando um autor efetua um ato dessa natureza, costumamos dizer que ele executou um "lance". [...] O contexto linguístico reafirma a si próprio e interage com crescente complexidade com o contexto da experiência. O historiador parte agora em busca dos modos pelos quais um ato de fala pode inovar sobre e no interior de um contexto constituído por várias linguagens em interação ou, de forma mais direta, dos modos pelos quais ele pode inovar em várias linguagens em simultâneo. "Lances" desse tipo serão lances de tradução, de passagem direta ou indireta de uma linguagem disponível para outra. Um termo crucial, um *topos* ou um padrão de enunciação, pode ser traduzido do contexto de um idioma para o de outro. Isto é, pode ser simplesmente deslocado para um novo contexto e deixado ali, para nele sofrer as modificações que tiver de sofrer. (POCOCK, 2003, p. 39-41).

Indissociável à recepção da obra de Hayek no Brasil estão as diferentes traduções realizadas, e que não podem passar desapercebidas pelo olhar analítico do historiador. Quando John Pocock fala em "lance", ou seja, como o ato de fala é efetuado em um determinado contexto linguístico, deve-se atentar a forma com que os leitores de Hayek no Brasil dialogam com as obras de Hayek. O ato de fala passa a ser um fator inovador no contexto, guiado pelas vozes que se apropriam de Hayek para construir um entendimento do contexto em que vivem e a formular questões baseadas nestas novas linguagens. As traduções de *O Caminho da Servidão* podem dizer sobre como se operacionalizavam os "lances" de tradução citados por Pocock, pois, existem duas traduções diferentes da obra. A primeira de 1946 realizada por Leonel Vallandro para a Editora Globo, com a segunda edição da obra em 1977 mantendo a tradução, entretanto, a edição de 1984, publicada pelo Instituto Liberal, tem a tradução realizada por Liliane de Morais, José Ítalo Stelle e Anna Maria Capovilla, inclusive esta equipe de tradução é responsável pelas outras obras de Hayek publicadas nos anos 1980 pela Editora Visão. A tradução da edição de 1984 de *O Caminho da Servidão* é mantida até as edições atuais. Considerando o contexto de 1946 quando foi realizada a primeira tradução e o contexto de 1984 quando foi realizada a tradução feita pelo Instituto Liberal existem dois momentos diferentes, em 1946 o país vivia os anos de Estado Novo e da Ditadura Vargas, onde as ideias econômicas

de Hayek eram desconhecidas, todavia, em 1984, o intelectual austríaco já era mundialmente conhecido, e suas obras e ideias tinham um alcance muito maior, ao ponto de se tornarem amplamente discutidas no pensamento econômico. Incluo também implícito no ano de 1984 o viés da tradução feita pelo Instituto Liberal de tender para a defesa do modelo neoliberal, no qual se amparam as ideias de Hayek, e a forma com que o livro é traduzido pode evidenciar estes novos "lances" aplicados ao novo contexto.

Diante dos pontos do pensamento contextualista de John Pocock e Quentin Skinner cabe ao historiador das Ideias refletir sobre o lugar do pensamento ou da obra do autor em um determinado contexto, o qual não é fixo, para isto é necessário pensar as ideias em movimento. Ao pensar os fluxos discursivos e narrativos estabelecidos através de uma determinada obra ou ideia, o historiador pode constituir uma análise mais frutífera de como determinado discurso, através da utilização de palavras-chave e apropriação de conceitos passa a fazer sentido específico no contexto a partir de sua utilização. Neste cenário a utilização de novos "lances" passa a adquirir uma importância ímpar na construção de novas linguagens, as quais podem perder o sentido quando o contexto se modifica, sendo necessária uma reapropriação das ideias do autor para estabelecer novas linguagens e novos "lances". Penso a análise das obras de Hayek, como *O Caminho da Servidão* a partir deste viés teórico, pois as diferentes traduções e apropriações da obra podem indicar sentidos específicos de acordo com o contexto e os interesses dos grupos que se apropriam destas ideias.

### 2.1.2 A crítica ao contextualismo e possíveis aproximações entre Pocock e LaCapra

Realizo nesta seção alguns contrapontos ao contextualismo na tentativa de refletir sobre os limites teóricos da proposta de pesquisa, pensando um método de estudos das fontes que considere as contribuições da Virada Linguística, principalmente através de Dominick LaCapra. Ao fazer este exercício teórico de identificar os limites do contextualismo a partir da crítica da Virada Linguística é possível pensar uma ferramenta de análise que dialogue com os dois arranjos teóricos que pertencem ao campo da História das Ideias. Pois bem, primeiramente apresento a crítica de David Harlan ao contextualismo para no segundo momento tentar aproximar os métodos de LaCapra e de John Pocock.

David Harlan faz a seguinte crítica ao contextualismo:

> Eu gostaria de sugerir uma abordagem do passado que pudesse servir como uma alternativa a este contextualismo radical [...] eu gostaria de sugerir uma abordagem que abandonasse a tentativa de recuperar a intenção do autor, que fosse comparativa e não contextualista, que dissesse respeito não à busca das origens textuais, mas à

> recolocação de textos históricos. Deste ponto de vista, a história intelectual seria no máximo "terapêutica, e não reconstrutiva, edificante, e não sistemática". A história intelectual como um "poder de aceleração". (HARLAN, 2000, p. 51).

Harlan critica o que chama contextualismo radical, propondo uma abordagem comparativa e não contextualista. A recolocação dos textos históricos surge também como uma proposta interessante para pensar os processos de recepção e ressignificação no âmbito da recolocação dos textos de Hayek no contexto brasileiro. A experiência de Hayek ao escrever *O Caminho da Servidão* na década de 1940 não está restrita apenas ao contexto de escrita do livro, a apropriação de suas ideias nos anos 1970 por empresários brasileiros permite também pensar a alternativa comparativa em conjunto com a contextualista. No decorrer do texto David Harlan faz mais um alerta sobre como o historiador deve observar além do contexto histórico da escrita da obra ao dizer que: "textos não apontam para trás, para o contexto histórico ou para as intenções putativas de seus autores já mortos; eles apontam para frente, para as possibilidades ocultas do presente" (HARLAN, 2000, p. 52).

As possibilidades ocultas no presente é o que possibilita o avanço do estudo histórico sobre o objeto. As apropriações das obras e ideias dos autores por outros sujeitos é que fomentam a continuidade e a transformação das ideias para contextos específicos, pois, as ideias presentes na obra não estão estanques, e vão responder aos anseios dos leitores no tempo e no espaço em que estão sendo lidas. Dominick LaCapra alerta a respeito de como as obras são lidas e interpretadas levando a "domesticação da obra":

> Sin embargo, lo que me intriga por momentos es la manera en que se interpretan esas obras, porque las interpretaciones pueden tener muy poca correspondencia con el juicio de que la obra es grande o al menos de particular significación. Aquí cabría preguntarse si se elimina algo en el camino que va desde el juicio que identifica una gran obra hasta el discurso que la interpreta, ya que con frecuencia las interpretaciones abordan estos textos en términos que los domestican al poner de relieve su carácter común con obras menores o creencias, deseos, tensiones y valores corrientes. (LACAPRA, 1998, p. 243).

LaCapra pensa a respeito da forma com que as obras são lidas e domesticadas por alguns círculos intelectuais. Um ponto que é passível de consideração é o fato de que Henry Maksoud, possa ter realizado uma espécie de domesticação das obras e do pensamento de Hayek, determinando e direcionando o pensamento do austríaco para os interesses das elites empresariais brasileiras em um momento de crise política. Como LaCapra lembra, as interpretações podem domesticar as obras deixando muitas coisas de fora. Este processo restringe a correspondência da obra como um todo aos significados escolhidos no discurso e

das narrativas que se constituem a partir de uma determinada obra ou do pensamento de um autor.

Quando trago a contribuição de LaCapra para a reflexão teórica não posso dissociar a apresentação de seus métodos, que podem me servir como norte para inclusive pensar o contextualismo e como ambos podem se inter-relacionar. Para tentar fazer esses diálogos entre o pensamento de LaCapra e de John Pocock recorro de forma breve a dois textos destes autores.

Primeiramente trato do método de LaCapra apresentado no texto *Repensar la historia intellectual y leer textos*:

> Con estas salvedades en mente, los seis "contextos" que señalaré para su consideración son intenciones, motivaciones, sociedade, cultura, el corpus y la estructura (o conceptos análogos).
> 1. La relación entre las intenciones del autor y el texto.
> No solo es posible que la intención no complete el texto de una manera coherente o unificada; la intención o intenciones del autor pueden ser inciertas o radicalmente ambivalentes.
> La relación entre la vida del autor y el texto.
> Lo que se busca en una perspectiva psicobiográfica es la motivación del autor, que éste tal vez conozca sólo parcialmente, y que hasta puede ser inconsciente.
> 2. La relación de la sociedad com los textos.
> Un texto puede ejemplificar prácticas discursivas o modos de discurso de una manera relativamente directa.
> 3. La relación de la cultura con los textos. La circulación o no circulación de los textos entre distintos níveles de cultura es un problema intrincado, y surgen dificultades incluso en la etapa de decidir cómo identificar esos "níveles".
> 4. La relación de un texto con el corpus de un escritor. Ésta plantea el problema de la relación entre un texto y los textos de otros escritores, así como otros textos del mismo escritor.
> 5. La relación entre modos de discurso y textos. [...] Cómo diversos modos de discurso, reglas o convenciones funcionan realmente en los textos o usos ampliados del lenguage. (LACAPRA, 1998, p. 252-277).

LaCapra apresenta seis "contextos" para serem considerados pelo historiador das ideias na análise de uma determinada obra, os quais resumidamente são intenções, motivações, sociedade, cultura, corpus e estrutura. Os elementos apresentados são importantes pois agregam um maior refinamento na reflexão das fontes na medida em que tensionam os contextos, permitindo que seja possível problematizar cada um deles para se descolar de análises menos flexíveis, conseguindo dialogar com as flutuações inerentes à análise tanto do texto quando da recepção do pensamento de algum autor. Os seis itens colocados por LaCapra merecem um estudo teórico mais refinado, mas assinalo alguns pontos em que devo recorrer para interpretar os textos de Hayek e a recepção feita por Henry Maksoud e outros sujeitos. Primeiramente considero que a intenção ou as intenções do autor podem ser incertas, ou ambivalentes; o autor pode conhecer suas motivações parcialmente ou estas motivações podem ser até inconscientes;

a atividade de relacionar as séries de interpretações, usos e abusos existentes em um texto são fundamentais para estabelecer uma historiografia crítica; e, a circulação dos textos do autor entre diferentes níveis culturais permite interpretações diferentes dos significados dos textos.

A partir dos itens elencados, a preocupação recaí sobre o estudo do impacto, como LaCapra expõe, referindo-se aos julgamentos que a leitura e as interpretações feitas por uma determinada instituição social representam para a aceitação ou não de uma obra[35]. Neste cenário temos inicialmente a recepção que Henry Maksoud faz de Hayek, em que a partir das leituras que fez do autor motivou-o para convidá-lo para vir ao Brasil. Posteriormente às visitas, considero que a recepção dos diversos veículos de imprensa e a forma com que as ideias são reproduzidas através das matérias jornalísticas permitem ampliar a análise da recepção do pensamento de Hayek através dos jornais e revistas do período.

John Pocock em *Pensamiento político e historia: ensayos sobre teoria y método* apresenta ainda alguns pontos para pensar os posicionamentos do autor, os quais podemos estabelecer uma discussão conjunta com as contribuições de Dominick LaCapra:

> Si esto fuera todo, tendríamos que admitir que solo podemos conocer al autor a través del texto. No siempre es así, aprendemos mucho sobre él en otros textos, en su correspondencia, los escritos que guardan sus amigos, las fichas policiales y, como historiadores, nos son de gran ayuda nuestros conocimientos sobre el universo histórico y social en el que vivía; un conocimiento que no és idéntico al que el autor tiene de sí mismo porque solo lo podemos adquirir gracias a una labor de reconstrucción. Toda esta información nos permite formular hipótesis sobre: 1) las intenciones y acciones que pudo haber realizado y se nos escaparon en una primera lectura; 2) las intenciones y acciones que pudo haber realizado inconscientemente; 3) las intenciones y acciones que pudo haber realizado y no llevó a cabo; 4) las intenciones y acciones que, en ningún caso pudo haber realizado o intentado realizar, por mucho que a nuestros colegas les guste ignorarlo. (POCOCK, 2011, p. 122).

É possível observar alguns pontos em comum entre os apontamentos de Pocock e LaCapra, mas principalmente o trabalho de reconstrução que o historiador deve fazer para conseguir interpretar a obra e as intenções do autor. O trabalho de reconstrução passa por este esforço de verificar além das obras de Hayek, pois, afora da sua recepção busquei em outro momento desta pesquisa analisar as cartas que o austríaco escreveu para Henry Maksoud, captando as possíveis intencionalidades que estão além das obras do autor.

---

[35] "Una área importante para el estúdio del impacto, que todavia no ha sido suficientemente investigada, es la de las lecturas que los textos reciben en los juicios. El juicio representa una instancia de lectura social que saca a relucir convenciones de interpretación en una importante institución social" (LACAPRA, 1998, p. 266).

## 2.2 REFLEXÕES SOBRE O ANTICOMUNISMO LIBERAL

A obra *O Caminho da Servidão* carrega em seu conteúdo um posicionamento anticomunista. Como será mostrado nas próximas seções deste capítulo, as palavras-chave escolhidas e os temas da obra compõem um mosaico de combate ao totalitarismo, no entanto, o alvo principal é o pensamento comunista, pois, segundo Hayek, qualquer forma de coletivismo tem como resultado o totalitarismo. É um anticomunismo que tem como base de pensamento diametralmente oposta o liberalismo, ou a exaltação do livre mercado e a desmoralização da intervenção estatal como solução para os problemas econômicos e sociais. Para se dizer *anti*comunista, é necessária uma apresentação teórica do que é o comunismo e como o pensamento de Hayek se opõe as premissas básicas deste pensamento. Recorro inicialmente à obra *Palavras-Chave* de Raymond Williams para buscar o significado de comunismo na sua concepção:

> Communism e communist surgiram, como palavras, em meados do Século XIX. Suas origens mais conhecidas, em escala europeia, são o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, de 1848, e a correlata *Liga Comunista*. [...] Dadas as afinidades e sobreposições das palavras derivadas de COMUM (v.), essa gama é compreensível e os socialistas cristãos utópicos fizeram deliberadamente certas conexões. A sobreposição com a terminologia secular e republicana, derivada basicamente da Revolução Francesa, também é evidente. [...] Usou-se comunista em um sentido moderno após o exemplo da Comuna de Paris de 1870, mas é significativo que alguns tenham considerado esse uso inexato; a palavra correta era *communard*. Na década de 1890, William Morris deixou clara sua posição ao Socialismo Fabiano nos termos explícitos de comunismo e comunista. [...] Cisões posteriores no movimento comunista produziram novas variações, embora comunista fosse usado com mais frequência em relação aos partidos ligados a definições soviéticas, e variantes de revolucionário e marxista-leninista tenham sido comuns para descrever partidos comunistas alternativos ou dissidentes. (WILLIAMS, 2007, p. 105-106).

A citação resgata a origem histórica da palavra *comunista*. Este resgate é necessário para tentar recuperar o significado que Hayek considerava do comunismo antes de criticá-lo. Existe a derivação da palavra *comum*, ou seja, que remete a propriedade de todos, ou de um direito para todos, que para Hayek se transfigura como o coletivismo. As palavras comunismo e coletivismo para Hayek são recorrentes, pois, o coletivismo é a forma de ação do comunismo, e logo, este uso comum da propriedade e da divisão do trabalho se contrapõe aos preceitos da propriedade privada e do uso da mão de obra do trabalhador pelo proprietário dos meios de produção. O espectro teórico de Hayek está diametralmente oposto ao marxismo, o qual possui um grande peso na definição do termo comunista nos moldes do pensamento econômico moderno.

Existem dois problemas teóricos que procuro enfrentar antes de avançar na análise dos textos de Hayek, são eles: o anticomunismo como uma contraposição ao liberalismo, e o anticomunismo usado como termo de embate liberal na tradição do pensamento econômico brasileiro. Estes pontos são fundamentais, pois, o anticomunismo exposto por Hayek em *O Caminho da Servidão* possuiu uma recepção no Brasil através da leitura que os neoliberais e anticomunistas brasileiros fizeram da obra do economista austríaco. Temos o anticomunismo nas obras de Hayek e o anticomunismo a ser explorado no contexto de difusão das ideias do autor no Brasil. Duas obras auxiliam nesta empreitada para entender o anticomunismo brasileiro nesta perspectiva, são as obras *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*, de autoria de Carla Luciana Silva e a obra *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, de autoria de Rodrigo Patto Sá Motta. Explorar teoricamente estas obras permite que seja traçado o perfil do anticomunismo brasileiro, fazendo um paralelo com o anticomunismo presente em *O Caminho da Servidão*.

Primeiramente, Carla Luciana Silva coloca que:

> A referência ao anticomunismo é recorrente na historiografia, embora sejam poucos os trabalhos que se proponham a analisá-lo como um todo. Em diferentes momentos da história política brasileira o "anticomunismo" foi utilizado para legitimar uma reação conservadora. Ressalta-se que é um fenômeno que permanece para além do Estado Novo e do regime militar brasileiro, quando é relativamente conhecido, ainda que pouco estudado. (SILVA, 2001, p. 26).

A autora traz importantes questões a respeito de como pensar o anticomunismo no Brasil. O alerta é que poucos trabalhos buscam analisá-lo como todo, focando em alguns períodos históricos em que foi mais bem evidenciado. Destaca neste contexto as ditaduras do Estado Novo de Getúlio Vargas e o golpe civil-militar de 1964, em que os ânimos anticomunistas estiveram mais aflorados na sociedade brasileira em virtude da onda conservadora que assolou estes momentos. As tensões nos dois períodos descritos por Carla Luciana Silva servem para compreender a escalada conservadora que levou ao anticomunismo, enquanto no Estado Novo o mundo vivia a ebulição dos Estados Totalitários que resultaram na Segunda Guerra Mundial, durante a ditadura civil-militar brasileira existia o medo do comunismo derivado das disputas da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. O alerta é que este fenômeno do anticomunismo esteve sempre latente na História do Brasil, não só nestes dois períodos em que se mostrou mais escancarado. Durante o período em que se ocupa esta pesquisa, e sobretudo neste capítulo que engloba um recorte temporal que vai de 1946 até 1994, temos presente o anticomunismo de matriz liberal. Ou seja, um anticomunismo

que se distancia do anticomunismo político, mas torna-se um anticomunismo econômico, convertido na aversão ao Estado interventor.

É necessário delimitar melhor de que tipo de anticomunismo que Hayek está falando, pois, não necessariamente o anticomunismo assume sempre a mesma forma. Feitas estas observações, trago algumas reflexões que reforçam o meu posicionamento de que o anticomunismo que vemos em Hayek é um anticomunismo liberal, específico e derivado de seu pensamento econômico antiestatal. No *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio, Luciano Bonet define os diversos tipos de anticomunismo que podem ser notados:

> Na realidade, o Anticomunismo não é necessariamente de direita: se existe o Anticomunismo de cunho clerical, reacionário, fascista, etc., também pode haver o que se inspira nos princípios liberais ou, sendo de esquerda, nos princípios da social-democracia. Nestes últimos anos tem-se dado até a retomada de um certo Anticomunismo radical libertário, que muitas vezes ocupa posições de extrema-esquerda. (BONET, 1998, p. 35).

Em conformidade com a visão de múltiplos anticomunismos, inclusive os de princípios liberais, Rodrigo Patto Sá Motta identifica três matrizes básicas de onde o anticomunismo deriva:

> Concentremo-nos na análise das principais fontes ideológicas responsáveis por fornecer argumentos ao anticomunismo. Consideramos que as representações anticomunistas, grosso modo, provêm de três matrizes básicas, quais sejam, cristianismo, mais precisamente catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Evidentemente, não se trata de uma separação rígida, pois no processo social concreto as elaborações podem aparecer combinadas. Mas isto não altera o fato de que, na origem, os argumentos provêm de tradições de pensamento distintas, identificáveis a partir de um olhar analítico, e existem divergências apreciáveis separando-as. (MOTTA, 2000, p. 35).

Parto da observação de Rodrigo Patto Sá Motta e de Luciano Bonet para posicionar minha análise dentro de um anticomunismo liberal praticado por Hayek, o qual, guia as minhas análises e conclusões a respeito do conteúdo da obra *O Caminho da Servidão*. Cabe destacar um importante aviso, no qual, estas dimensões do anticomunismo podem estar entrelaçadas, não existindo um anticomunismo inteiramente de origem liberal, pois no tecido social ele pode estar envolto de influências nacionalistas e católicas, porém, cabe destacar o tronco principal deste anticomunismo, que demonstro ao longo do capítulo ser de origem econômica liberal.

Para exemplificar estas questões onde é possível perceber um anticomunismo liberal envolto de outras referências, trago a citação da obra de Carla Luciana Silva, em que no período posterior aos anos 1930 um autor de nome Molinari Germano Filho discute os conflitos entre a ideologia liberal e o comunismo:

> No que se refere ao período imediatamente posterior aos anos 1930 encontramos outros trabalhos e são mais frequentes as referências ao tema. Molinari Germano Filho estudou especificamente o anticomunismo no jornal *O Estado de São Paulo*, no período de 1930 a 1937. O autor propôs analisar a construção do mito do comunismo e do comunista no Brasil, a partir do jornal, e dos conflitos entre a ideologia liberal e o comunismo. (SILVA, 2001, p. 27).

O autor explora o anticomunismo no jornal *O Estado de São Paulo* antes do Estado Novo, ou melhor, a formação do mito do comunismo através de um meio de comunicação liberal. Trouxe a citação e a menção ao estudo para revelar que as relações estabelecidas entre a ideologia liberal e o anticomunismo são antigas no Brasil, remontando um período anterior a publicação de *O Caminho da Servidão* no país. A ideia é traçar um perfil do anticomunismo liberal, e cogitar, inclusive, que a emergência deste anticomunismo no Brasil anterior à década de 1940 pode ter aberto campo para o interesse da publicação da primeira obra de Hayek em português.

Continuando a discussão teórica a respeito do anticomunismo liberal, permaneço recorrendo às reflexões de Rodrigo Patto Sá Motta para conceituá-lo:

> A terceira e última grande "matriz ideológica" do anticomunismo a ser analisada é o liberalismo. Optou-se aqui por uma acepção abrangente, segundo a qual o programa liberal engloba duas facetas principais: liberalismo político e liberalismo econômico (ou liberismo, como preferem alguns autores). Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava. Isto não significa que todos os grupos e indivíduos classificáveis como liberais defendessem, com a mesma intensidade, os dois aspectos. A ênfase no fator político ou no econômico podia variar, dependendo do caso ou do momento. (MOTTA, 2000, p. 60).

O autor fala em anticomunismo liberal pautado em duas vertentes, através do liberalismo político e do liberalismo econômico. Digo que o anticomunismo de Hayek está predominantemente amparado no liberalismo econômico, porém, também apresenta elementos do liberalismo político. Como veremos no capítulo três desta tese, a discussão de Hayek contra o Estado de Bem-Estar Social está inscrita no liberalismo político na medida em que critica a democracia ilimitada. No entanto, no que se ocupa este segundo capítulo, percebemos o anticomunismo voltado para a crítica estatizante. O posicionamento adotado em *O Caminho da Servidão* constrói argumentos que confrontam o comunismo, colocando a motivação estatizante e coletivista como um atentado a propriedade privada e ao livre mercado. Rodrigo Patto avança na sua discussão focando em uma importante dimensão do anticomunismo liberal, presente também em Hayek que é associado à defesa da propriedade:

> Analisemos, agora, a outra dimensão do anticomunismo liberal, associado à defesa da propriedade. O argumento central é a propriedade ser um direito individual inalienável, sagrado para os mais enfáticos, e integrante do rol das liberdades fundamentais. Ressalte-se, o reconhecimento do direito à propriedade não implica necessariamente em concordância ou aceitação acrítica do capitalismo. Uma facção dos anticomunistas afirmava o caráter intocável da propriedade individual, ao mesmo passo que tecia críticas agudas ao capitalismo. É interessante observar que ao longo da história do anticomunismo brasileiro, as manifestações em defesa simplesmente da propriedade foram mais comuns que as profissões de fé no capitalismo. (MOTTA, 2000, p. 64).

Existe uma correlação, de acordo com a citação, entre o anticomunismo liberal e a defesa da propriedade privada individual. A noção de liberdade, ou de liberalismo, está amparada nos interesses burgueses de manutenção de seus capitais, podendo ser seus bens particulares como suas empresas e negócios. Observa-se a expressão mais transparente do anticomunismo liberal, sendo justamente os interesses da burguesia, proprietários de terras, empresários, ou seja, de uma elite econômica que se posiciona como anticomunista[36]. É interessante considerar neste contexto, uma espécie de imaginário anticomunista, como o colocado por Carla Luciana Silva, pois, como converge Rodrigo Patto Sá Motta as manifestações em defesa simplesmente da propriedade são descritas como profissões de fé no capitalismo. O anticomunismo liberal então é envolto do imaginário capitalista, e da projeção de que qualquer forma de intervenção estatal na economia pode levar ao comunismo. Este campo é fértil para a germinação das ideias de Hayek presentes em *O Caminho da Servidão*, pois, como será demonstrado nas seções seguintes, Hayek estabelece uma narrativa em que constrói toda argumentação que a intervenção estatal na economia é um caminho no sentido da formação de Estados totalitários, que para ele são todos coletivistas, inclusive atribuindo raízes socialistas ao nazismo.

## 2.3 AS EDIÇÕES DE *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NO BRASIL

No Brasil, o livro *O Caminho da Servidão* foi primeiramente publicado pela editora Globo no ano de 1946, com tradução de Leonel Vallandro[37] e prefácio de John Chamberlain,

---

[36] "Em resumo, em que pese o fato do liberalismo ter sido elemento importante na fundamentação doutrinária do anticomunismo, na realidade os argumentos liberais foram apresentados com pouca consistência e coerência. A aparente fragilidade da pregação liberal se soma a um fator que pode ajudar a explicar esta realidade. O empresariado, grupo que supostamente deveria apresentar um grande empenho na afirmação da doutrina liberal em contraposição aos projetos revolucionários, era muitas vezes acusado de omisso pelos anticomunistas" (MOTTA, 2000, p. 65).

[37] "O livro de Hayek teve pouca projeção na década de 1940 a nível mundial, de acordo com Gorän Therborn [...] *O Caminho da Servidão* de Hayek foi um típico livro acadêmico que circulou nos âmbitos especializados e teve pouca repercussão na opinião pública" (THERBORN, 2003, p. 172).

jornalista integrante da Sociedade Mont Pèlerin. Após trinta e um anos veio a publicação da 2ª edição em 1977, também pela Editora Globo com a mesma tradução. A edição de 1977 trouxe o prefácio de Adolpho Lindenberg, um católico conservador brasileiro ligado ao grupo Sociedade Tradição, Família e Propriedade (TFP). As edições lançadas pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro vieram respectivamente com a edição de 1984, com a 4ª edição de 1987 e 5ª edição de 1990 com traduções e revisões de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moreira Ribeiro. As edições dos anos 1980 e 1990 são reimpressões, com prefácios escritos por Hayek para as edições inglesa de 1944, americana de 1975 e inglesa de 1976. É possível incluir em uma data posterior a edição lançada especialmente para a Biblioteca do Exército, no ano de 1994, com o prefácio escrito por Roberto Campos e contendo os prefácios das edições estrangeiras citados anteriormente. As edições posteriores da década de 1990 não foram localizadas em pesquisas em acervos de bibliotecas públicas e universitárias através de buscas na internet, nem no site Estante Virtual onde existe um banco de dados para vendas de livros compondo milhares de sebos no Brasil. A única edição localizada desta década foi a edição da obra *O Caminho da Servidão* publicada para a Biblioteca do Exército Brasileiro. Partindo desta metodologia, mapeei o que parecem ser todas as edições da obra até a década de 1990, pois, apareciam repetidamente em todos os acervos consultados sempre as mesmas edições.

Sobre os outros livros de Hayek publicados no Brasil neste mesmo período, Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle traduziram também as obras *Os Fundamentos da Liberdade* (HAYEK, 1983), publicada pela editora Visão, e o primeiro volume de *Direito, Legislação e Liberdade* (HAYEK, 1985, v. 1), também publicado pela editora Visão, ambos com revisão e supervisão da tradução feita por Henry Maksoud. Nos volumes II e III de *Direito, Legislação e Liberdade* (HAYEK, 1985, v. 2, v. 3) José Ítalo Stelle ficou responsável pela revisão da tradução, igualmente com a supervisão de Henry Maksoud. As traduções feitas para a Editora Visão tiveram o patrocínio do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. A edição realizada para Biblioteca do Exército foi feita também em parceria com o Instituto Liberal, mantendo os tradutores das edições anteriores. Avançando no tempo, com o intuito de perceber se ocorreu alguma alteração na tradução da obra, temos a 6ª edição de *O Caminho da Servidão* publicada no ano de 2010, pelo Instituto Von Mises, por meio da sua editora LVM, ainda mantendo a tradução dos anos 1980 feita pelo Instituto Liberal com Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle

e Liane de Morais Ribeiro. Em 2013 a editora Vide Editorial também lança a publicação com a tradução de 1984, e por fim, uma edição para livro eletrônico lançada em 2017[38].

Percebe-se uma perpetuação de pelo menos quase 30 anos mantendo o núcleo de tradução na obra feita pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro, em que aparentemente não houve um interesse de propor uma nova tradução, mesmo ocorrendo rotatividade da publicação entre algumas editoras. É notável também a falta de periodicidade da obra no Brasil entre os anos 1946 a 1977, com mais um intervalo entre 1977 a 1984, e após, já com a chancela do Instituto Liberal a obra de Hayek passou a ser regularmente publicada no Brasil, mantendo uma periodicidade até meados dos anos 1990, porém, passa por mais uma aceleração na sua publicação recentemente, percebida após o ano de 2010 com as publicações do Instituto Mises, mantendo ainda as traduções de José Ítalo Stelle e Anna Maria Capovilla. Dentro deste espectro percebe-se algumas continuidades e rupturas em relação à periodicidade da publicação, pois, inicialmente temos a primeira edição da Editora Globo em 1946, dois anos após a publicação da obra original, que data de 1944, o que foi uma edição com pequeno período entre a publicação original e a tradução para o português.

No segundo momento, em 1977, onde acontece uma reedição da obra no Brasil, o momento nacional é de crise política e econômica, com a controversa reabertura do governo Geisel, e que nos campos de disputas internas as narrativas neoliberais ganham espaço. Este ano é emblemático, pois, ocorre a visita de Friedrich August von Hayek ao Brasil, e por coincidência ou não, advém o lançamento da segunda edição de *O Caminho da Servidão* pela editora Globo. Já nos anos 1980, a partir de 1984, quando acontece o boom das edições do livro, percebe-se uma afirmação do discurso neoliberal no Brasil, com uma grande quantidade de obras sendo publicadas e várias revistas e jornais escrevendo editoriais e fóruns dando destaque para este novo projeto de sociedade. Neste período dou destaque à Editora Visão, na figura de Henry Maksoud[39].

O intervalo entre os anos 1984 e 1990 é de efervescência nos discursos políticos e econômicos, pois no contexto internacional observamos o avanço do neoliberalismo após o Consenso de Washington[40]. No Brasil é o período da transição da ditadura militar para a

[38] "Sabemos que a produção e a recepção de uma obra são resultantes de "campos" intelectuais nacionais respectivos e dos sistemas distintos de percepção e de pensamento que eles impõem e inculcam (Bourdieu 1990, p. 1-10; Éribon 1996, p. 172), sem falar da problemática inerente ao exercício de toda tradução" (SILVA, 2002, p. 13).

[39] Correspondence to MAKSOUD, Henry and Ilde, Friedrich A. von Hayek papers, Box nº36, Folder nº32, Hoover Institution Archives.

[40] "O consenso de Washington formou-se a partir da crise do consenso keynesiano [Hicks (1974) e Bleaney (1985)] e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50 [Hirschman (1979)].

democracia, sendo que este período foi marcado por tensões. Ocorre o avanço das Diretas Já, as primeiras eleições após 21 anos de ditadura militar, o surgimento de novos partidos políticos e as discussões sobre a Constituinte de 1988. Criou-se um terreno fértil para a propagação de diversos modelos de sociedade, e nesta onda o discurso neoliberal ganhou fôlego. Avançando na década de 1990 ocorre a consolidação do neoliberalismo, com as privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso e com políticas de contenção de despesas do governo, continuando o período fértil para o avanço das ideias propostas em *O Caminho da Servidão* no qual o Estado era o principal antagonista da liberdade individual.

Porém, a partir da segunda metade dos anos 1990 até 2010 percebemos mais um intervalo entre as publicações do livro, voltando com força total a partir de 2010. É possível interpretar possíveis razões para este intervalo, pois temos no Brasil no final dos anos 1990 um declínio do neoliberalismo e com o governo Lula entre 2003 e 2010 uma nova retomada das políticas sociais e da presença do Estado na economia, enfraquecendo o discurso neoliberal, colocado inclusive por muitos como superado[41]. A nova retomada das edições do *Caminho da Servidão* se dá a partir de 2010, e posso interpretar como um novo ciclo de crescimento do discurso, percebido pela retomada das publicações das obras de Hayek e atualmente ganhando força perante a opinião pública, dando uma nova guinada às publicações do livro.

O resgate das publicações de *O Caminho da Servidão* é justificado pelo esforço de reconstruir os caminhos que a obra fez no Brasil, sendo um elemento primordial na elaboração de uma História do neoliberalismo nacional. A Obra *O Caminho da Servidão*, foi lida e apropriada por grupos empresariais conservadores e de tendências à direita, estes movimentos não devem ser negligenciados, pois, a obra de Hayek foi um dos elementos usados por estes grupos para defender seus projetos de sociedade, pragmáticos e eficazes para a manutenção da hegemonia da elite empresarial nacional.

O objetivo desta seção foi revisitar as edições de *O Caminho da Servidão* no Brasil, e perceber como estas edições estão concentradas ao longo do tempo, bem como identificar os tradutores da obra. Considero este esforço por dois motivos, o primeiro porque ele abre caminho

---

Por outro lado, essa perspectiva é influenciada pelo surgimento, e afirmação como tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen). Essas visões teóricas, temperadas por um certo grau de pragmatismo, próprio dos economistas que trabalham nas grandes burocracias internacionais, é partilhada pelas agências multilaterais em Washington" (BRESSER-PEREIRA, 1990, p. 5).

[41] "Depois de êxitos efêmeros, o neoliberalismo entra em crise a partir da segunda metade dos anos 1990, quando se aprofunda a crise do balanço de pagamentos na América Latina. A conjuntura política gira para a esquerda. Ela se articula com o fim do crescimento acelerado da economia estadunidense e a ofensiva mundial e regional dos movimentos sociais" (MARTINS, 2011, p. 265).

para olhar com maiores detalhes para estas publicações e traçar uma periodicidade que pode ser relacionada aos movimentos políticos e ideológicos pelos quais o país passou ao longo deste período. Ou seja, a obra *O Caminho da Servidão* foi o primeiro difusor das ideias de Hayek no Brasil, resgatada no final dos anos 1970 e fomentando o interesse dos círculos neoliberais em difundir estes ideais no Brasil como modelo de sociedade a ser implantando na retomada do regime democrático. O segundo motivo é identificar a ebulição do pensamento neoliberal no Brasil ganhando força no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, principalmente com os esforços da Editora Visão e do Instituto Liberal em publicar as edições dos livros de Hayek no Brasil e com as visitas do intelectual ao país estabelecendo os elos entre os dois motivos.

### 2.3.1 DIFERENÇAS DE TRADUÇÕES DE *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NO BRASIL

Na seção anterior elenquei os tradutores das edições brasileiras de *O Caminho da Servidão*, porém, anteriormente os tradutores foram relacionados com a periodicidade das edições, divididos entre a tradução da Editora Globo para as edições de 1946 e 1977 feita por Leonel Vallandro, e as edições posteriores a 1984 realizadas pela equipe do Instituto Liberal, com Anna Maria Capovilla, Liliane de Morais Ribeiro e José Ítalo Stelle. Nesta primeira parte da seção apresento brevemente informações biográficas sobre os tradutores e elenco algumas de suas traduções para traçar um perfil dos trabalhos realizados, e se, compartilham do pensamento neoliberal ou se realizaram apenas um trabalho técnico como tradutores de *O Caminho da Servidão*. Sobre José Ítalo Stelle, em pesquisa na internet, encontrei uma participação dele na data de seis de fevereiro de 2018, em um fórum chamado "Até agora, foi tudo inconstitucional", em que defende as ideias de Hayek, citando o conceito de demarquia para sustentar seu posicionamento ideológico[42].

> Sim, com cédulas de papel ou urna eletrônica, todas as eleições feitas até hoje foram duvidosas. Já na República Romana a fraude eleitoral e a compra de votos eram requisitos das eleições. Democracia é isso aí. Convido todos a estudar e implantar a Demarquia, a "reinvenção institucional" elaborada por Hayek em "DIREITO, LEGISLAÇÃO E LIBERDADE" (São Paulo: Editora Visão, 1985). Ainda melhor, a Demarquia com as emendas que fiz no plano de Hayek, sugeridas rapidamente nas minhas "CHINA LECTURES" (em português, em abril, sob o título "CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E O FUTURO DA NAÇÃO", que extingue as eleições baseadas em partidos como método de representação política). (STELLE, 2018).

[42] Participação em fórum disponível em: http://convergencias.org.br/entao-ate-agora-foi-tudo-inconstitucional/ Acesso em 20 mar 19.

Percebe-se a partir da citação a confirmação que Stelle mantinha o alinhamento ideológico com o pensamento de Hayek até recentemente, e mais do que isto, o tradutor possui uma obra individual em que avança por meio do pensamento de Hayek para propor emendas como forma de ampliar o conceito de demarquia. Considerando que a tradução se mantém desde 1984, Stelle se manteve por mais de três décadas alinhado com as propostas construídas por Hayek em suas principais obras, as quais, Stelle foi um dos responsáveis pela sua entrada no Brasil por meio do seu trabalho de tradução. Neste processo de tradução, devemos considerar que o tradutor, por mais que tenha conhecimento técnico do trabalho que faz, imprime na obra traços individuais, delineando uma singularidade na tradução que pode revelar os seus posicionamentos. Penso a partir disto a possibilidade de que na tradução há mais do que o pensamento do autor original do livro, também está incluído no conteúdo um pouco do tradutor que se agrega a obra traduzida.

Quando penso a recepção das obras de Hayek no Brasil, como não lidas no idioma original, trago nas traduções o elemento intermediário neste processo de separação entre a ideia original do autor em língua nativa e a recepção do leitor após a tradução para outro idioma. Logo, o primeiro elemento que está além do pensamento original do autor e é absorvido pelos leitores de Hayek no Brasil, ocorre com a transferência das ideias e dos conceitos de Hayek no momento histórico em que foi escrito nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, para outro momento em que se popularizaria nos anos 1970/80 no Brasil. Envolve um contexto diferente em que a tradução realizada por José Ítalo Stelle exerce outro tipo de impacto ao público leitor.

Encontrei outras referências a José Ítalo Stelle em pesquisas na internet que ainda demonstram sua atividade no círculo neoliberal. O Grupo de Estudos Liberalismo e Democracia na sua página para o Facebook convida os participantes para uma palestra gratuita de Stelle que foi realizada em agosto de 2017[43], apresenta o tradutor da seguinte forma:

> Nesta terça-feira, às 19h, na ACP, seremos agraciados por palestra de José Ítalo Stelle, um dos grandes liberais brasileiros, responsável pela edição e tradução das principais

[43](GRUPO DE ESTUDOS LIBERALISMO E DEMOCRACIA, 2017) Disponível em: https://www.facebook.com/geldbrasil/photos/a.613527225393914/1580729615340332/?type=3&eid=ARCOCMuUe0KHyCRwhTd7ltOd9S_XlMb3F1xOms-eIdy2fTKw4wnwGCi5fjq1mv2iuUh48EYwiy5XnAHM&__xts__%5B0%5D=68.ARDylAKyGHUF-6qpWgxJvktqxxFJc_O0WDWLbm2CY8Zupbz5x7DQqmtq9EuVVlFLlklG-3wv0zAYnp1Mto0pbtf8XzXDP9LaHBPnX5FzoN-PJMZSQFBZ6oV7ij3d_G5xZ1Xj5G3SWnDloFpdVu870k5Sjc-vxmVSpscLV2X1K3cgfEcWkHGBEDQS_vepw8gUqMAuPBnPeRbuib8kaHOr7zR-wsrSK-OFAuXkXGgTkHdjlF0jPHuPco5KR64sRS3S1tlVbefqDNt_IxjzsZ9GqbZMTRCJkRx5RK5RkKVwGyfVJKm2xj1EEFeaCVpIayQOWoawiLGEHuYV_JPAXpUajtlO1A&__tn__=EEHH-R, acesso em: 18 jul.2019

> obras de Friedrich Hayek ao português. Uma oportunidade imperdível de ouvir José Stelle, hoje radicado nos EUA, sobre o tema "Democracia em Xeque" em evento gratuito. Não perca! (GRUPO DE ESTUDOS LIBERALISMO E DEMOCRACIA, 2017).

Seguindo do cartaz do evento:

FIGURA 1 – Cartaz de convite para conferência de José Ítalo Stelle




Fonte: Retirado da página do Facebook do grupo de estudos Liberalismo e Democracia

O alinhamento de José Ítalo Stelle ao pensamento de Hayek ainda se processa ao se expressar no fórum e dentro das suas atividades de palestras sobre o tema. É possível pensar que o grupo ligado ao Instituto Liberal possui uma afeição maior ao pensamento de Hayek do que Leonel Vallandro possuía quando traduziu *O Caminho da Servidão* em 1946.

A respeito de Leonel Vallandro obtive poucas informações. No Dicionário de Tradutores Literários no Brasil, organizado pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), encontrei um verbete publicado em 30 de novembro de 2013, por Vanessa Lopes Lourenço Hanes e Andréia Guerini, que apresenta uma pequena biografia de Leonel Vallandro:

> Leonel Vallandro nasceu em 1907, e sua carreira como tradutor esteve estreitamente relacionada com a história da Editora Globo de Porto Alegre, que o contratou em tempo integral como parte de seu pessoal especializado para a realização de traduções. Posteriormente, a Globo venderia os direitos das traduções de Vallandro para outras grandes editoras. Apesar de ter sido responsável pela tradução de muitas obras literárias importantes e/ou famosas, as informações sobre Vallandro são

> escassas. Denise Bottmann menciona traduções de Somerset Maugham feitas por Vallandro já em 1937. Bottmann também confirma o trabalho contínuo de Vallandro para a Globo, mencionando uma tradução sua de 1962, demonstrando que ele trabalhou para a mesma editora por pelo menos 25 anos. Leonel Vallandro e seu irmão Lino Vallandro foram ambos tradutores da Globo, mas aparentemente nenhum deles atuou como escritor de ficção. A única autoria ligada aos irmãos Vallandro é a de um dicionário inglês-português, também publicado pela Editora Globo. A data exata de publicação deste dicionário não pôde ser determinada, mas a versão mais antiga encontrada no site da Fundação Biblioteca Nacional foi uma 1.ª edição, 4.ª reimpressão de 1962. Este site menciona o ano de nascimento de Vallandro, mas não o ano de sua morte (DICIONÁRIO DE TRADUTORES LITERÁRIOS NO BRASIL, 2013).

O início da citação nos revela um possível perfil do tradutor Leonel Vallandro, ou seja, trabalhou em tempo integral para Editora Globo do Rio Grande do Sul, sendo que no mesmo dicionário consultado consta uma grande lista de traduções realizadas por Vallandro. O fato de estar vinculado a Editora Globo por 25 anos, e ter poucas informações do tradutor fora da empresa em que atuou como parte do corpo especializado de tradutores pode demonstrar que Vallandro apenas realizou um trabalho técnico, sem indicações de possíveis alinhamentos ideológicos com a obra que traduziu. Analisando sua lista de traduções percebo que trabalhou em diversas obras de ficção e romances, com destaque para as primeiras traduções de Agatha Christie para a língua portuguesa e da obra *Contraponto* de Aldous Huxley em parceria de Érico Veríssimo.

É possível identificar uma mudança primordial que pode guiar nossa comparação entre as duas traduções de *O Caminho da Servidão*, de um lado temos um tradutor de carreira da Editora Globo, em que ao analisarmos sua lista de obras[44] possuía uma gama diferente de traduções não sendo possível observar uma correlação ideológica entre suas traduções. Por outro lado, observo o contrário com a equipe de tradutores do Instituto Liberal, em que os tradutores de *O Caminho da Servidão* após 1984 estabeleceram parcerias em traduzir outras obras de Friedrich Von Hayek. Essa percepção pode revelar muito quando comparamos as diferentes traduções, pois, enquanto Vallandro não estaria preocupado em dar contornos ideológicos ou reforçá-los, a equipe do Instituto Liberal poderia ter mais do que a missão de traduzir a obra, mas sim valorizar e reafirmar o pensamento de Hayek.

Estabeleço a hipótese de que a tradução do Instituto Liberal também transferiu ao resultado da tradução a influência ideológica dos seus tradutores, pois, além de confirmado o alinhamento ideológico através da militância neoliberal de José Ítalo Stelle, o próprio Instituto

[44] A consulta foi realizada a partir do blog e do trabalho colaborativo de Denise Bottmann em que apresenta uma coletânea de diversos tradutores e a listagem de suas obras traduzidas, podendo ser consultada a lista de traduções de Leonel Vallandro no seguinte link: http://naogostodeplagio.blogspot.com/2018/07/leonel-vallandro-tradutor.html, acesso em 28 jul.19.

Liberal formou sua equipe de tradutores, os quais naturalmente deveriam entregar um resultado de tradução que agradasse ao instituto que financiou trabalho. Compus na breve análise biográfica dos tradutores as pistas para perceber as diferentes intencionalidades de significados e sentidos nas traduções de *O Caminho da Servidão*, e estas origens diferentes dos tradutores podem nos preparar para perceber a diferença na utilização de determinados conceitos ou termos durante a tradução.

O lapso temporal também deve ser considerado, Vallandro atuou na Editora Globo entre as décadas de 1930 e 1950, enquanto as traduções da equipe do Instituto Liberal ocorreram durante a década de 1980. Ao passo que Vallandro traduziu durante boa parte do período Vargas, abrangendo o processo de urbanização e industrialização brasileira realizada com forte influência estatal no processo, as traduções do Instituto Liberal foram realizadas em outro contexto, com o final da ditadura civil-militar brasileira, em que pelo lado dos empresários a intervenção estatal na economia estava eleita como a principal responsável pela crise que o país enfrentava. Estes dois momentos e contextos históricos deverão também ser considerados para não cair em anacronismos, pois, quando a tradução do Instituto Liberal foi realizada ânimos estavam exaltados com o crescimento da aceitação do pensamento neoliberal como contrapartida ao modelo que estava em colapso. As tensões observadas nos anos 1980, quando *O Caminho da Servidão* foi traduzido pelo Instituto Liberal, em conjunto com a paixão ideológica expressada por Stelle podem ter potencializado uma tendência de traduzir a obra de Hayek como um elemento de combate a favor de uma linha de pensamento que estava ganhando força e assumindo uma hegemonia gradativa como política de Estado, ao contrário do que aconteceu com a tradução de Vallandro nos anos 1940.

Diante destas tensões, e após esboçadas estas questões, na próxima seção analiso alguns trechos de *O Caminho da Servidão* em que problematizo a diferença entre as traduções.

### 2.3.2 DIFERENÇAS NAS TRADUÇÕES DAS OBRAS

Nesta seção realizo a análise de algumas diferenças no emprego de palavras nas traduções de *O Caminho da Servidão*. Para tal empreitada utilizo a edição de 1977 para a Editora Globo com tradução de Leonel Vallandro e a edição de 1994 publicada pela Biblioteca do Exército com a tradução do Instituto Liberal. Lembrando que a tradução original de Leonel Vallandro é para a edição de 1946, sendo a edição de 1977 a 2.ª edição da obra para a Editora Globo, por outro lado a tradução do Instituto Liberal é de 1984, sendo a edição da Biblioteca do Exército uma reedição.

Ao verificar as duas edições, percebi poucas diferenças entre as traduções, até porque a tradução do Instituto Liberal é inspirada na tradução de Leonel Vallandro, porém alguns detalhes nas traduções são interessantes e reflito a respeito das trocas de palavras ou expressões quando comparo as duas traduções[45].

Ao iniciar a comparação entre as edições, existem algumas diferenças nas traduções dos títulos dos capítulos do livro. *O Caminho da Servidão* é composto por dezesseis capítulos, sendo que em cinco capítulos as traduções dos títulos diferem, e em quatro capítulos o conteúdo dos títulos interfere no sentido do texto, gerando diferentes interpretações. Preparei um quadro para ilustrar as diferenças nas traduções dos capítulos:

Quadro 2 – Diferenças nas traduções dos capítulos de *O Caminho da Servidão*

| | 1946-1977 | 1984-atual |
|---|---|---|
| Capítulo 4 | A inevitabilidade do **planejamento** | A inevitabilidade da **planificação** |
| Capítulo 5 | **Planejamento** e democracia | **Planificação** e democracia |
| Capítulo 6 | **O planejamento e o regime da lei** | **A planificação e o Estado de Direito** |
| Capítulo 10 | Porque os piores **alcançam os primeiros postos** | Porque os piores **chegam ao poder** |
| Capítulo 13 | Os totalitários **entre nós** | Os totalitários em **nosso meio** |

Fonte: Elaborado pelo autor

Através da análise do quadro acima, noto que a maior diferença na tradução reside na troca da palavra *planejamento* por *planificação* nas edições mais atuais da obra, sobre este caso específico faço uma discussão mais aprofundada um pouco a frente nesta mesma seção. Nos capítulos dez e treze ocorrem pequenas mudanças no texto, não surtindo tanta diferença de significado. Talvez a maior diferença esteja no trecho do capítulo dez em que aparece *alcançam os primeiros postos* na tradução de Vallandro, para *chegam ao poder* na tradução do Instituto Liberal. A interpretação que se pode fazer deste trecho é que *primeiros postos* remetem mais a uma natureza tecnocrática, de chefia ou liderança prática, o termo não remete tanto ao sentido político, ao contrário da tradução que coloca *chegam ao poder*. Ao utilizar a palavra *poder* pode-se remeter a influência política e econômica para se alcançar certos postos, principalmente no que se refere aos cargos no governo ou de empresas. Observo que ao utilizar a palavra *poder*

[45] Na 2ªedição de *O Caminho da Servidão* publicado pelos Instituto Liberal no ano de 1987 consta nas informações sobre a edição que a tradução foi baseada na versão original de Leonel Vallandro publicado pela Editora Globo S/A (1946 e 1977).

a tradução do Instituto Liberal é mais incisiva na sua intenção, também presente na obra, fazer uma crítica a intervenção do Estado na economia e consequentemente também interferindo na liberdade individual das pessoas. Por fim, a diferença de tradução no título do capítulo treze não parece alterar o sentido do texto.

No seguimento, continuo com a estratégia de dividir as palavras diferentemente traduzidas em quadros para facilitar e melhor ilustrar as diferenças observadas. O primeiro quadro traz algumas diferenças no emprego de palavras e expressões entre as edições e o segundo quadro lança alguns trechos e frases em que aparentemente ocorrem algumas discrepâncias que podem levar a mudanças no sentido, podendo gerar diferentes interpretações.

Quadro 3 – Distinções na utilização de palavras entre as diferentes traduções

| 1946-1977 | 1984-atual |
|---|---|
| Planejamento | Planificação |
| Crença | Ideia |
| Credo liberal | Doutrina liberal |
| Extirpar a liberdade | Abolir a liberdade |
| Regime da lei | Estado de direito |
| Planejamento centralizado | Planejamento central |
| Peias e regulamentações | Controles e restrições |
| Arregimentação da vida econômica | Sujeitar a vida econômica ao controle governamental |
| Corpo de regra geral e permanente | Corpo de normas semipermanente |
| Homem | Indivíduo |
| Iniciativa | Livre iniciativa |
| Nacionalização | Estatização |
| Comércio | Economia |

Fonte: Elaborado pelo autor

Neste primeiro quadro nota-se algumas sutis diferenças na utilização de palavras, mas que no conjunto alteram o entendimento das ideias centrais da obra, considerando que se trata de algumas palavras-chave. Considerando a diferença temporal entre uma edição e outra, convém atribuir a utilização de algumas palavras a conjuntura histórica. Talvez o maior exemplo seja na utilização da palavra *Planejamento* por Vallandro e *Planificação* pela equipe de tradutores do Instituto Liberal. No pós-guerra a ênfase dada pelas economias centrais focava

em políticas de reconstrução das nações capitalistas ocidentais através do planejamento econômico oriundo da intervenção estatal, inclusive com recursos internacionais, vide o Plano Marshall. Neste contexto de fortalecimento do keynesianismo, suas teorias já possuíam notoriedade no período, e a prova disto é que no imediato pós-guerra seu pensamento era hegemônico como pode ser observado nos desdobramentos pós Bretton Woods, diante deste momento se debatia muito a noção de planejamento a partir do viés keynesiano.

A preocupação era a reconstrução capitalista guiada pelo Estado, e como *planificação* remetia aos planos econômicos socialistas, como os planos quinquenais realizados por Stalin na União Soviética a partir dos anos 1930, acredito que a escolha da palavra *planejamento* durante a tradução de 1946 e replicada em 1977 se deva a partir destas motivações, ou seja, o foco de Vallandro estaria ancorado neste contexto. Outra perspectiva reside no fato de que *O Caminho da Servidão* não possuía expressividade no grande debate econômico do período, principalmente no Brasil na década de 1940, talvez isto também tenha colaborado para uma tradução "menos" ideologizada de Vallandro, empregando a palavra que achou mais coerente para a palavra utilizada em inglês por Hayek no texto original da publicação.

O emprego de *planificação* pela equipe do Instituto Liberal está ancorado em outro momento histórico, ou seja, quando a tradução foi realizada em 1984 o período de reconstrução do pós-guerra já havia se esgotado, bem como o modelo de planejamento econômico guiado pelo Estado estava sendo contestado em várias partes do mundo, inclusive na América Latina. Havia todo o desenrolar da Guerra Fria e a criação de uma mística envolvendo as disputas ideológicas e econômicas entre o bloco Ocidental e Oriental. Se nos anos 1940 a preocupação era com a reconstrução do capitalismo ocidental através do *planejamento*, no início dos anos 1980 se esperava pelo "Fim da História" com o desmantelamento da União Soviética e a falência dos países socialistas. Neste novo contexto, e avaliando o ambiente interno de disputas entre as elites capitalistas nacionais perante o avanço do Estado sobre a economia, e considerando que a teoria de Hayek aponta que toda intervenção estatal leva ao totalitarismo e este totalitarismo está associado a qualquer forma de coletivismo, posso considerar que a equipe do Instituto Liberal utilizou *planificação* para enfatizar o caráter socialista destas intervenções, distanciando do *planejamento* keynesiano típico do processo capitalista de intervencionismo difundido no pós-guerra.

Outros exemplos podem ser retirados do quadro comparativo, como a diferenciação entre *Credo Liberal* em 1977 e *Doutrina Liberal* em 1984. Ao se referir ao *Credo Liberal* e posteriormente se referir a *Doutrina Liberal*, em que a mesma lógica pode ser utilizada para a noção de *credo* e *ideia*, é possível inferir que ao utilizar *credo* na tradução de 1946 evidencia

que o pensamento hayekeano poderia estar subterrâneo, não sendo atribuído a seus escritos a categoria de *doutrina*, que confere um caráter científico, sistemático e consolidado dos argumentos utilizados na obra. O fato de aparecer *Doutrina Liberal* na tradução do Instituto Liberal demonstra que o pensamento de Hayek já havia ganhado espaço no debate do período, e mais que isso, a doutrina era legitimada pelo reconhecimento acadêmico do autor ao ganhar o Prêmio Nobel de Economia dez anos antes em 1974. Desta forma é pertinente ilustrar a passagem de *Credo Liberal* na tradução de Vallandro, para *Doutrina Liberal* nos anos 1980, além do fato de que a equipe de tradução do Instituto Liberal estava embebida das paixões ideológicas construídas nas obras de Hayek. Isto é, além do contexto histórico que envolve as diferentes traduções, existem os posicionamentos políticos e econômicos dos tradutores que extrapolam a técnica.

O uso de *Regime da Lei* em 1977 e *Estado de Direito* em 1984 apresenta também mudanças de significado e contexto, pois, *Estado de Direito* remete a uma tradição liberal de proteção da propriedade privada, diferente de Estado de democrático de direito, que seria uma evolução do conceito já vinculado a teorias dos regimes democráticos, que no caso do Brasil fundamentou posteriormente a Constituição Federal de 1988. O termo utilizado na tradução mais recente de *O Caminho da Servidão* parece não ponderar as discussões que transcendem o seu momento, pois, em 1984 quando esta tradução foi feita já era grande a influência do Estado democrático de direito que previa além do direito à propriedade privada, também uma série de direitos aos cidadãos, com ênfase nas discussões a respeito dos Direitos Humanos que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, parece que ao utilizar Estado de Direito os tradutores assumem seu posicionamento, é a escolha que melhor traduz as intencionalidades da obra de Hayek, pois o termo Estado de Direito responde melhor aos anseios teóricos do neoliberalismo. Na tradução de Vallandro penso que a utilização de Regime de lei assume um caráter mais literal a partir do original *Rule of the Law*, porém, ambos termos possuem a mesma ligação com a tradição de Direito Liberal, mas *Estado de Direito* é uma categoria que se encaixa melhor com os ideais neoliberais, principalmente como uma alternativa para se contrapor ao Estado Democrático de Direito, mais ligado ao Estado de Bem-Estar Social.

Heron José de Castro Oliveira, em artigo intitulado *Estado de Direito e Estado Democrático de Direito: O que há de novo?* tece as principais diferenças entre as categorias:

> O Estado de Direito mudou seu ideário após a primeira grande guerra, quando os direitos sociais e econômicos se somaram às liberdades públicas. Nesse cenário não se pode negar que a ideia de Estado de Direito, como função da lei baseada na ideia de limitação do poder estatal e igualdade formal, perde espaço para a ideia de Estado

> Social, posteriormente chamado Estado Democrático de Direito. (OLIVEIRA, 2016, p. 1203).

Não cabe aqui o aprofundamento nas questões das teorias jurídicas que fundamentam as categorias de *Estado de Direito* e *Estado Democrático de Direito*, mas apenas cabe na análise das traduções assinalar serem coisas diferentes. Como também difere de *Regime da Lei* empregado em 1946, porém, na data da primeira tradução talvez fosse anacronismo empregar outro termo, considerando que as disputas que ocorreram depois entre o *Estado de Direito* baseado no liberalismo e o Estado Democrático de Direito ancorado no Estado de Bem-Estar Social ainda estavam começando a ser debatidas na época da tradução de Vallandro, discussão provavelmente desconhecida para o tradutor na época.

O uso da palavra *comércio* por Vallandro, para *economia* pelo Instituto Liberal, remete a noções diferentes, pois, *comércio* é muito menos abrangente que *economia*, pois enquanto comércio é apenas um elemento muito restrito das diferentes teorias econômicas, a *economia* abrange outras dimensões, como as ações do governo e da política internacional. A escolha da palavra *comércio* por Vallandro pode ter ocorrido através de uma tradução mais literal de quem não dominava o arcabouço teórico de Hayek, ao contrário da tradução posterior do Instituto Liberal, em que existia além de toda uma discussão mais amadurecida sobre o pensamento do austríaco outras obras do autor posteriores à *O Caminho da Servidão*, que serviram para amadurecer estes conceitos e expor as intencionalidades do texto.

Outra mudança se refere a *Iniciativa* para *Livre iniciativa*, parecem expressões parecidas, mas ao utilizar *Livre iniciativa* é dado ênfase maior na liberdade do indivíduo, um dos pilares do discurso neoliberal, pois, *iniciativa* utilizada por Vallandro não dá o destaque a liberdade, já que pessoas em regimes totalitários poderiam ter *iniciativas* guiadas pela interferência do Estado. Esta escolha de incluir a palavra *livre* para complementar *iniciativa* muda o apelo da tradução, pois os leitores alinhados com o pensamento de Hayek podem perceber uma força maior da argumentação do texto em favor da liberdade de mercado, sendo o motor principal a *livre iniciativa* de empreender e de consumir nas premissas neoliberais, além de minimizar o papel do Estado.

Por fim, chamou do mesmo modo atenção a troca de *nacionalização* na tradução de Vallandro para *estatização* na tradução do Instituto Liberal: esta troca de palavras remete também ao contexto histórico no qual a palavra é usada. *Nacionalização* faz maior referência aos traços comuns dos Estados totalitários, pois os nacionalismos eram exacerbados principalmente em regimes de direita, como no nazismo e no fascismo, onde a obra de Hayek se situa para indicar o caminho da servidão ao Estado. Esta característica também surge nos

governos de esquerda de Lenin e Stalin na União Soviética. Hayek realiza uma análise citando os regimes citados como coletivistas. Este traço ideológico se apresenta mais evidente na tradução do Instituto Liberal, pois ao escolher a palavra *estatização* recorre a um significado mais direcionado ao tipo de organização econômica socialista. Desta forma, *estatização* se refere a um tipo de planejamento central do governo para organizar a economia em que a propriedade dos meios de produção pertence ao Estado, diferentemente do que seria o *nacionalismo*, mais ligado a valorização da identidade da nação e dos valores morais e culturais de um determinado povo.

Continuando a análise, comparo outros trechos, identificando algumas mudanças de sentido, bem como exemplificando como as palavras discutidas foram anteriormente empregadas em frases. Segue o quadro comparativo:

Quadro 4 – Trechos da obra com traduções diferentes (grifo nosso)

| 1946-1977 | 1984-atual |
|---|---|
| Afirma-se muitas vezes que a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica. **Isto é bastante verdadeiro, mas num sentido quase oposto àquele em que a expressão é usada pelos nossos planejadores** (p. 5). | Afirma-se muitas vezes que a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica. **Isto em parte é verdade, porém num sentido quase oposto ao usado pelos defensores da planificação** (p. 107). |
| Não há dúvida de que um sistema "fascista" inglês ou americano diferiria muito dos modelos italiano ou alemão; por certo, se a transição fosse efetuada sem violência, poderíamos ter **esperanças de arranjar um chefe de melhor casta** (p. 128). | Não há dúvida de que um sistema "fascista" inglês ou americano diferiria muito dos modelos italiano ou alemão; por certo, se a transição fosse efetuada sem violência, poderíamos ter **esperanças de que surgisse entre nós um líder melhor** (p. 134). |
| A este respeito, a palavra que mais tem *sofrido*, é, *já se vê*, "liberdade". É um termo usado com tanta prodigalidade nos Estados totalitários como *alhures*. Pode-se dizer, mesmo – e isto deve servir de advertência para que ponhamos em guarda contra todos esses tentadores que nos prometem *Novas Liberdades em troca das velhas* – que por toda a parte onde a liberdade, tal como a compreendemos, foi aniquilada, isso sempre se fez em nome de uma nova liberdade prometida para o povo (p. 149). | Nesse contexto, a palavra mais *deturpada* é, *evidentemente*, "liberdade", um termo tão usado nos Estados totalitários como em qualquer *outro lugar*. Pode-se mesmo dizer que, sempre que a liberdade que conhecemos foi aniquilada, isso se fez em nome de uma nova liberdade prometida para o povo. Tal constatação deve ajudar-nos a nos precaver contra as promessas de *Novas liberdades em troca das antigas* (p.151). |
| Hayek citando Lensch:<br>O Estado passou por um processo de socialização e a social-democracia **sofreu** | Hayek citando Lensch: |

| | |
|---|---|
| **um processo de nacionalização** (p. 165-166) | O Estado passou por um processo de socialização e social-democracia **sofreu um processo de estatização** (p. 165) |
| Deverá o **comércio** no futuro dirigir o Estado, ou o Estado dirigir o **comércio**? (p.167). | Deverá a **economia** no futuro dirigir o Estado, ou o Estado dirigir a **economia**? (p. 166). |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Quadro 4 visa complementar a análise realizada da substituição das palavras por uma tradução em relação a outra. São exemplos de como essas palavras foram usadas em frases, e que de certa forma alteraram o sentido dos trechos. Reforço que as traduções estão imersas no contexto em que foram realizadas, cabendo ao historiador adentrar não apenas no pensamento do autor da obra, mas também dos tradutores para compreender a mistura de contextos, primeiro em que a obra foi escrita (dimensão do autor), e no qual foi traduzida (dimensão do tradutor)[46]. Estas discrepâncias são resultado tanto das experiências pessoais e profissionais dos tradutores, alinhamentos ideológicos e compreensão dos fatos históricos em que a obra está inserida. Desta forma, a tradução empreendida nos anos 1980 pelo Instituto Liberal não poderia ter tido o mesmo resultado nos anos 1940 devido ao avanço do pensamento neoliberal das décadas seguintes. A tradução de Vallandro, aparentemente mais técnica, insere-se no contexto parecido do qual a obra foi originalmente escrita, pois Hayek compreendia o intervencionismo estatal através do totalitarismo e não do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, a tradução do Instituto Liberal agregou um entendimento diferenciado, ao propor que o Estado de Bem-Estar Social é que levaria ao totalitarismo ou coletivismo, contexto inexistente na década de 1940.

No primeiro trecho selecionado diz o seguinte:

> Afirma-se muitas vezes que a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica. Isto é bastante verdadeiro, mas num sentido quase oposto àquele em que a expressão é usada pelos nossos planejadores (HAYEK, 1977, p. 95).
>
> Afirma-se muitas vezes que a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica. Isto em parte é verdade, porém num sentido quase oposto ao usado pelos defensores da planificação (HAYEK, 1994, p. 107).

Os trechos são parecidos, exceto pelo emprego de algumas palavras que mudam o sentido deles. Na passagem com a tradução de Vallandro é colocado ser *bastante verdadeiro*

[46] A hermenêutica da qual Skinner apropriou-se era basicamente uma hermenêutica romântica do século XIX, concebida e dirigida num único sentido: o resgate da intenção do autor. Ela requer que os historiadores se aproximem do texto com as mentes tão abertas e livres de preconceito quanto possível, e tentem entender o texto em seus próprios termos, e não nos termos peculiares às suas próprias situações. Em outras palavras, ela requer que os historiadores se transportem para dentro da cultura e da mente do autor (HARLAN, 2000, p. 23).

para se referir a ideia de que liberdade política nada significa sem a liberdade econômica, enquanto na tradução do Instituto Liberal é substituído por *isto em parte é verdade*. Quando se usa *em parte é verdade* se relativiza a sentença, sendo possível abrir um leque de interpretações maiores, e mais do que isto, na tradução do Instituto Liberal é possível inferir que algumas vezes liberdade política pode ser aceita sem a liberdade econômica. Na tradução colocada por Vallandro a liberdade política só faz sentido se vier acompanhada de liberdade econômica, claramente abrindo caminho para a interpretação que ditaduras militares ou Estados de Exceção poderiam existir desde que fosse mantida a liberdade econômica. A estratégia da tradução de 1984 para relativizar este ponto talvez tenha sido influenciada pelos movimentos democratizantes ocorridos no Brasil no período final da ditadura civil-militar brasileira. Existia um contexto em que se discutia a Constituinte de 1988, e começavam a aflorar os casos de violações contra dos Direitos Humanos cometidos pelo governo militar. Neste cenário, diminuir a ênfase na frase citada, em que se coloca a liberdade econômica acima da liberdade democrática poderia soar ruim, pois o contexto histórico vivido no Brasil durante aquele momento não permitia uma afirmação tão enfática como a feita na tradução de Vallandro. Surge também na sentença as palavras *planejamento* na primeira, e *planificação* na segunda, casos já discutidos no segundo quadro.

O segundo trecho selecionado para ser discutido diz que:

> Não há dúvida de que um sistema "fascista" inglês ou americano diferiria muito dos modelos italiano, ou alemão; por certo, se a transição fosse efetuada sem violência, poderíamos ter **esperanças de arranjar um chefe de melhor casta (grifo nosso).** (HAYEK, 1977, p. 128)

> Não há dúvida de que um sistema "fascista" inglês ou americano diferiria muito dos modelos italiano, ou alemão; por certo, se a transição fosse efetuada sem violência, poderíamos ter **esperanças de que surgisse entre nós um líder melhor (grifo nosso)** (HAYEK, 1994, p. 134)

Os dois trechos também são muito parecidos, em que Hayek apresenta uma argumentação que regimes de exceção nos Estados Unidos e na Inglaterra poderiam diferir dos que existiram na Alemanha e na Itália. Grifei a parte da sentença que apresenta a diferença, enquanto Vallandro usou *arranjar um chefe de melhor casta*, o Instituto Liberal utilizou *surgisse entre nós um líder melhor*. Na primeira tradução a ideia de arranjar está ancorada no significado de procurar, ou seja, a sociedade procuraria um chefe e não um líder, e este chefe a ser escolhido poderia ser de melhor casta. A tradução de Vallandro mais uma vez é mais enfática ao definir o papel do ditador que viria de uma casta, palavra que remete a um grupo social estratificado, privilegiado e de caráter hereditário.

A tradução do Instituto Liberal suaviza esta passagem, pois ao usar as palavras *surgir* e *líder*, minimiza o determinismo empregado na primeira tradução, além do emprego de *líder* ao invés de *chefe* dá um caráter "mais democrático" a escolha do ditador, inclusive ao usar a expressão "entre nós" da tradução do Instituto Liberal dá a ideia de que este líder poderia ser qualquer um do povo. Forja-se a ideia de que um sistema político não democrático poderia ser inverso aos Estados totalitários tão criticados por Hayek, apenas pelo fato de que os primeiros criam condições de liberdade de mercado, libertando-os então do peso de serem Estados cerceadores das liberdades políticas. Este status ocorre apenas porque garantem o direito da propriedade e do capital, que se sobrepõe a própria liberdade democrática do sujeito. Ou seja, a liberdade do capital está acima da liberdade individual do cidadão se expressar politicamente e acima da garantia dos seus direitos humanos. O significado e a intencionalidade de ambas as sentenças se mantêm, apenas na tradução mais recente é suavizada.

O terceiro trecho selecionado no quadro não apresenta nenhuma grande discrepância nos sentidos das frases, apenas coloquei para ilustrar em um fragmento de texto maior sutis diferenças de traduções que tornam a versão do Instituto Liberal mais enfática no uso das palavras que a antiga tradução de Leonel Vallandro. A maior ênfase está nas palavras usadas ao anteceder "liberdade". Na tradução do Instituto Liberal é usado *deturpado* e após *evidentemente* ao falar dos usos incorretos do conceito de liberdade por correntes contrárias ao pensamento de Hayek, enquanto na tradução de Vallandro é usado *sofrido* e não é colocada a palavra *evidentemente* antes de tratar do conceito de "liberdade". Esta interpretação da tradução busca corroborar para o entendimento que os contextos históricos e a influência ideológica dos tradutores foram responsáveis por um trabalho que deu mais destaque ao pensamento de Hayek. Existe a emergência de três contextos. O primeiro em que Hayek escreveu a obra pensando a Inglaterra e os Estados Unidos no pós-guerra. O segundo contexto da primeira tradução no Brasil, durante o período Vargas e com uma tradução feita por um tradutor de carreira. O terceiro contexto durante os anos 1980 perante o crescimento e aceitação do pensamento neoliberal no Brasil e no Mundo, reverberando a paixão ideológica e os cuidados que os tradutores do Instituto Liberal tiveram ao dar a potência necessária ao pensamento de Hayek para influenciar e disseminar o neoliberalismo no Brasil.

No trecho em que Hayek cita Lensch, surgem diferenças de sentido nas palavras, remetendo a diferentes conceitos para se referir aos desdobramentos do socialismo e da social-democracia. Vallandro fala em *nacionalização*, enquanto o Instituto Liberal em *estatização*. Já discuti anteriormente as diferenças entre os dois conceitos, bem como realizei uma breve problematização das escolhas feitas pelos tradutores. O trecho selecionado serve como exemplo

para perceber como a mudança de significado opera na frase, e como os diferentes contextos atuam sobre os tradutores. O último exemplo colocado também serve para ilustrar o emprego de *comércio* por Vallandro e *economia* pelo Instituto Liberal. O sentido se modifica, pois na tradução de Vallandro fica: deverá o *comércio* no futuro dirigir o Estado, ou o Estado dirigir o *comércio*? Em *comércio* dirigir o Estado passa a ideia de que as empresas privadas terão domínio e controle das políticas estatais, inclusive de intervenção econômica prol capital privado. Na tradução do Instituto Liberal a pergunta assume um sentido diferente: deverá a *economia* no futuro dirigir o Estado, ou o Estado dirigir a *economia*?

O sentido ao empregar a palavra *economia* altera a interpretação da pergunta, pois, *economia* no sentido liberal passa a noção de um mercado autorregulador, de acordo com as premissas defendidas por Hayek, diferente de *comércio* que remete ao lado da oferta, ou seja, das empresas. Por outro lado, *economia* passa a ideias de espontaneidade e não intervenção, como um mecanismo soberano ao Estado. Já discuti sobre o emprego destas palavras, porém, assim como no exemplo anterior, a utilização na frase serve para dar um exemplo de como a palavra foi empregada.

Deve-se perguntar se realmente houve a inspiração do Instituto Liberal na tradução original de Leonel Vallandro, como colocado na edição de 1987 de *O Caminho da Servidão*. Pois, apesar de que em muitos pontos do livro se manter uma tradução fiel, em outros a mudança de palavras altera o sentido das ideias do autor. A escolha do Instituto Liberal ao usar algumas palavras deixa em latência que significados foram modificados, oferecendo uma tradução que transfere para o texto as afetividades ideológicas dos tradutores e os interesses do instituto ao propor um novo modelo de sociedade transpondo para a tradução estes elementos.

Após analisar as diferenças entre as traduções de *O Caminho da Servidão* para o português, o objetivo na continuidade desta seção é explicitar como os termos aparecem na obra original escrita em inglês. Não cabe uma análise pormenorizada das traduções do inglês para o português, pois demandaria muito tempo e agregaria pouco para os objetivos da pesquisa.

Cabe trazer os termos analisados na seção anterior e demonstrar como eles aparecem em inglês. Primeiramente apresento os títulos dos capítulos na versão em inglês, com a respectiva tradução literal e a tradução nas duas versões da obra para o português:

Quadro 5 – Títulos dos capítulos de *O Caminho da Servidão* na sua versão em inglês

| | Título original em inglês 1944 | Tradução Literal | Tradução 1946-1977 | Tradução 1984-1994 |
|---|---|---|---|---|
| Cap. 1 | The Abandoned Road | A estrada abandonada | O Caminho Abandonado | O Caminho Abandonado |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cap. 2 | The Great Utopia | A Grande utopia | A Grande Utopia | A Grande Utopia |
| Cap. 3 | Individualism and Collectivism | Individualismo e Coletivismo | Individualismo e Coletivismo | Individualismo e Coletivismo |
| Cap. 4 | The “Inevitability” of Planning | A “Inevitabilidade” do Planejamento | A inevitabilidade do **planejamento** | A inevitabilidade da **planificação** |
| Cap. 5 | Planning and Democracy | Planejamento e Democracia | **Planejamento** e democracia | **Planificação** e democracia |
| Cap. 6 | Planning and the Rule of Law | Planejamento e Estado de Direito | **O planejamento e o regime da lei** | **A planificação e o Estado de Direito** |
| Cap. 7 | Economic Control and Totalitarianism | Controle Econômico e Totalitarismo | Controle Econômico e Totalitarismo | Controle Econômico e Totalitarismo |
| Cap. 8 | Who, Whom? | Quem, a quem? | Quem, a quem? | Quem, a quem? |
| Cap. 9 | Security and Freedom | Segurança e Liberdade | Segurança e Liberdade | Segurança e Liberdade |
| Cap. 10 | Why the Worst Get on Top | Por que o pior fica por cima | Por que os piores **alcançam os primeiros postos** | Por que os piores **chegam ao poder** |
| Cap. 11 | The End of Truth | O Fim da Verdade | O Fim da Verdade | O Fim da Verdade |
| Cap. 12 | The Socialist Roots of Nazism | As Raízes Socialistas do Nazismo | As Raízes Socialistas do Nazismo | As Raízes Socialistas do Nazismo |
| Cap. 13 | The Totalitarians in our Midst | Os Totalitários em nosso meio | Os totalitários **entre nós** | Os totalitários em **nosso meio** |
| Cap. 14 | Material Conditions and Ideal Ends | Condições Materiais e Fins **Ideais** | Condições Materiais e **Objetivos** Ideais | Condições Materiais e **Objetivos** Ideais |
| Cap. 15 | The Prospects of Internacional Order | As Perspectivas da Ordem Internacional | As Perspectivas da Ordem Internacional | As Perspectivas da Ordem Internacional |

Fonte: Elaborado pelo autor

Primeiramente destaco as semelhanças, pois os capítulos 2, 3, 7, 8, 9, 11, 12 e 15 possuem traduções iguais quando comparadas as versões de Leonel Vallandro e do Instituto Liberal. O capítulo 1 apresentou uma pequena variação da palavra *road*, traduzida como *estrada* e nas versões em português como *caminho*, não apresentando significativas variações. Nos capítulos quatro, cinco e seis onde aparece a diferença entre as palavras planificação e

planejamento, o texto em inglês é escrito com a palavra *planning*, traduzido como *planejamento*, aproximando-se da tradução brasileira de 1946, reforçando a hipótese discutida anteriormente das diferenças que denotam questões ideológicas devido à troca de planejamento por planificação nas traduções posteriores a 1984. Ainda no capítulo seis, existe a expressão *Rule of law* na edição em inglês, traduzida por Vallandro como *Regime da Lei* e pelo Instituto Liberal como *Estado de Direito*, a expressão foi traduzida literalmente em conformidade com a versão do Instituto Liberal, sendo apresentada como *Estado de Direito*. Talvez a diferença entre as duas formas se refira a uma tradução de forma literal feita por Vallandro.

No quadro seguinte, fiz a comparação por meio de algumas palavras e alguns trechos traduzidos do inglês para o português. Assinalo que não foi possível encontrar em inglês a versão integral de *O Caminho da Servidão*, porém, foram encontrados capítulos dispersos, sem alcançar a totalidade da obra, por isto, em relação às comparações das versões em português, alguns termos e palavras apresentados nos quadros da seção anterior não se encontram nesta seção. Não considero um prejuízo significativo, tendo em vista que este esforço serve apenas como ilustração de como os termos aparecem em inglês, sem maiores reflexões a respeito do conteúdo da obra na versão original.

Quadro 6 – Distinções na utilização de palavras entre as diferentes traduções

| 1944 | Tradução literal | 1946-1977 | 1984-atual |
|---|---|---|---|
| Planning | Planejamento | Planejamento | Planificação |
| Belief | Crença | Crença | Ideia |
| Liberal creed | Credo Liberal | Credo liberal | Doutrina liberal |
| Central Planning | Planejamento Central | Planejamento centralizado | Planejamento central |
| To the ties and regulations | Para os laços e regulamentos | Peias e regulamentações | Controles e restrições |
| When the regimentation of economic life went furthest | Quando a arregimentação da vida econômica foi mais longe | Arregimentação da vida econômica | Sujeitar a vida econômica ao controle governamental |
| The creation of a general and semipermanent framework of rules | A criação de um quadro geral e semipermanente de regras | Corpo de regra geral e permanente | Corpo de normas semipermanente |
| Individual | Indivíduo | Homem/pessoas | Indivíduo |
| Nationalisation | Nacionalização | Nacionalização | Estatização |

Fonte: Elaborado pelo autor

A palavra que apresenta maior significação ideológica continua sendo *planning*, que na tradução do Instituto Liberal aparece como *planificação* e na tradução de Leonel Vallandro como *planejamento*, mantendo maior proximidade com o uso da palavra em inglês. A palavra *Belief*, no texto em inglês, através da tradução literal é posta como *crença*, apresentando conformidade com a tradução de Leonel Vallandro e destoando do uso de *ideia* pela tradução do Instituto Liberal. Assim como *Liberal Creed*, é traduzido como *Credo Liberal*, mais uma vez em conformidade com a tradução de Leonel Vallandro e diferenciando-se do uso de *Doutrina Liberal* pela tradução do Instituto Liberal.

No caso de *Central Planning*, traduzido literalmente como *Planejamento Central*, a maior proximidade é com a tradução feita pelo Instituto Liberal, pois, Vallandro usou a tradução como *Planejamento centralizado*. O trecho da obra original escrito como *to the ties and regulations*, com tradução literal *para os laços e regulamentações*, parece ter uma proximidade maior com a tradução de Vallandro, posta como *peias e regulamentações*, ao invés de *controles e restrições* na tradução do Instituto Liberal. Em *when the regimentation of economic life went furthest*, traduzido literalmente como *quando a arregimentação da vida econômica foi mais longe*, mais uma vez tem maior similaridade a tradução de Vallandro, com *arregimentação da vida econômico*, contrapondo-se a *sujeitar a vida econômica do controle governamental.* Com *the creation of a general and semipermanent framework of rules*, temos a tradução literal como *a criação de um quadro geral e semipermanente de regras*, considero que a tradução do Instituto Liberal foi mais fiel ao colocar *corpo de normas semipermanente,* diferindo em relação à tradução de Vallandro que coloca *a criação de um quadro geral e semipermanente de regras.*

A respeito de *Individual* com tradução literal como *indivíduo*, Vallandro optou por traduzir como *homem* ou *pessoas*, enquanto o Instituto Liberal como *indivíduo* ou *indivíduos*. Por fim, a palavra *nacionalisation*, traduzida literalmente como nacionalização, confere com a tradução de Valandro e difere da tradução do Instituto Liberal que aparece como estatização. Assim como a diferença das traduções em português, as escolhas das palavras em inglês evidenciam em alguns casos o uso de uma escolha ideologizada na tradução. É percebida esta tendência com as traduções do Instituto Liberal para *planning*, *belief, Liberal Creed e nationalisation*. Estes quatro exemplos com as traduções como planificação, ideia, doutrina liberal e estatização diferem bastante da tradução literal, e levam o entendimento do leitor para uma aversão aos valores antiestatais, tendo o maior exemplo a tradução como planificação para relacionar o Estado com um controle centralizado de estilo comunista como expliquei anteriormente.

Concluindo as comparações entre o texto em inglês, a tradução literal e as traduções de *O Caminho da Servidão* para o português, apresento o último quadro da seção com alguns trechos da obra para comparação:

Quadro 7 – Trechos da obra com traduções diferentes

| Original 1944 | Tradução livre | 1946-1977 | 1984-atual |
|---|---|---|---|
| It is often said that political freedom is meaningless without economic freedom. This is true enough, but in a sense almost opposite from that in which the phrase is used by our planners | Costuma-se dizer que a liberdade política não tem sentido sem liberdade econômica. Isso é verdade, mas em certo sentido quase oposto daquele em que a frase é usada por nossos planejadores | Afirma-se muitas vezes que a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica. **Isto é bastante verdadeiro, mas num sentido quase oposto àquele em que a expressão é usada pelos nossos planejadores** (p. 95). | Afirma-se muitas vezes que a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica. **Isto em parte é verdade, porém num sentido quase oposto ao usado pelos defensores da planificação** (p. 107). |
| No doubt an American or English 'fascist' system would greatly differ from the Italian or German models; no doubt, if the transition were effected without violence, we might expect to get a better type of leader. | Sem dúvida, um sistema "fascista" americano ou inglês seria muito diferente dos modelos italiano ou alemão; sem dúvida, se a transição fosse efetuada sem violência, poderíamos esperar obter um melhor tipo de líder. | Não há dúvida de que um sistema "fascista" inglês ou americano diferiria muito dos modelos italiano ou alemão; por certo, se a transição fosse efetuada sem violência, poderíamos ter **esperanças de arranjar um chefe de melhor casta** (p. 128). | Não há dúvida de que um sistema "fascista" inglês ou americano diferiria muito dos modelos italiano ou alemão; por certo, se a transição fosse efetuada sem violência, poderíamos ter **esperanças de que surgisse entre nós um líder melhor** (p. 134). |
| The worst sufferer in this respect is, of course, the word liberty. It is a word used as freely in totalitarian states as elsewhere. Indeed it could almost be said- and it should serve as a | O que mais sofre a esse respeito é, claro, a palavra liberdade. É uma palavra usada tão livremente em estados totalitários quanto em outros lugares. Na verdade, quase poderia ser dito - e deve servir como um aviso para que | A este respeito, a palavra que mais tem *sofrido*, é, *já se vê*, "liberdade". É um termo usado com tanta prodigalidade nos Estados totalitários como *alhures*. Pode-se dizer, mesmo – e isto deve servir de advertência para que ponhamos em guarda contra todos esses | Nesse contexto, a palavra mais *deturpada* é, *evidentemente*, "liberdade", um termo tão usado nos Estados totalitários como em qualquer *outro lugar*. Pode-se mesmo dizer que, sempre que a liberdade que conhecemos foi |

| | | | |
|---|---|---|---|
| warning to us to be on our guard against all the tempters who promise us New Liberties for Old-that wherever liberty as we understand it has been destroyed, this has almost always been done in the name of some new freedom promised to the people. | estejamos em guarda contra todos os tentadores que nos prometem Novas liberdades para as antigas - onde quer que seja a liberdade como a entendemos foi destruída, isso quase sempre foi feito no nome de alguma nova liberdade prometida ao povo. | tentadores que nos prometem *Novas Liberdades em troca das velhas* – que por toda a parte onde a liberdade, tal como a compreendemos, foi aniquilada, isso sempre se fez em nome de uma nova liberdade prometida para o povo (p. 149). | aniquilada, isso se fez em nome de uma nova liberdade prometida para o povo. Tal constatação deve ajudar-nos a nos precaver contra as promessas de *Novas liberdades em troca das antigas* (p. 151). |

Fonte: Elaborado pelo autor

No Quadro 7 apresento três exemplos em que as traduções apresentam algumas disparidades. O primeiro trecho selecionado traz algumas palavras que reforçam os posicionamentos da tradução realizada pelo Instituto Liberal em delimitar um posicionamento inclinado contra a estatização em sentindo anticomunista. Em inglês aparece a frase *This is true enough*, traduzida literalmente como *isto é verdade*, ao passo que Vallandro traduz como *isto é bastante verdadeiro*, enquanto o Instituto Liberal traduz como *isto em parte é verdadeiro*. Não entendo o fato da tradução do Instituto Liberal apresentar ser *em parte verdadeiro*, se a versão em inglês não deixa dúvidas em relação à tradução como *isto é verdade*. Continuando o trecho selecionado, após a vírgula, surge uma sobreposição da liberdade econômica sobre a liberdade política, em inglês é colocado como *but in a sense almost opposite from that in which the phrase is used by our planners*, na tradução literal, *mas em certo sentido quase oposto daquele em que a frase é usada por nossos planejadores*, assemelhando-se com a tradução de Vallandro que diz *mas num sentido quase oposto àquele em que a expressão é usada pelos nossos planejadores*, e se distanciando da tradução do Instituto Liberal que usa mais uma vez a menção a planificação ao traduzir como *porém num sentido quase oposto ao usado pelos defensores da planificação.*

Na segunda parte selecionada, a diferença surge no final do trecho. Em inglês é escrito como *we might expect to get a better type of leader*, na tradução literal como *poderíamos obter um melhor tipo de líder*, enquanto na tradução de Vallandro, *poderíamos ter esperanças de arranjar um chefe de melhor casta*, por sua vez na tradução do Instituto Liberal apresenta maior

similaridade com a tradução literal da frase ao colocar da seguinte maneira, *poderíamos ter esperanças de que surgisse entre nós um líder melhor.*

A terceira parte selecionada apresenta leves diferenças entre a versão em inglês, a tradução literal e as versões de Leonel Vallandro e do Instituto Liberal. Os três trechos selecionados no terceiro quadro desta seção servem para verificarmos que as traduções surgem de formas múltiplas, como é o caso das duas versões diferentes da tradução de *O Caminho da Servidão* no Brasil, além da própria tradução literal. No primeiro trecho aproximam-se as traduções literais com a versão de Vallandro, enquanto no segundo trecho a tradução literal se aproxima da usada pelo Instituto Liberal, e por fim o terceiro trecho, por mais que se distingue da tradução livre e das duas traduções oficiais para o Brasil conserva em sua essência a mesma mensagem. Destaco mais uma vez que não foi meu objetivo nesta seção fazer um trabalho de comparar a tradução em inglês com as versões em português de forma aprofundada, fiz as aproximações como estratégia ilustrativa para reforçar o trabalho realizado de comparar as traduções em português, no qual, poderia despertar no leitor a curiosidade de saber como foram escritos as palavras e os termos no original em inglês. Para cumprir este intento trouxe um pouco destas aproximações, sem procurar esgotá-las.

## 2.4 PREFÁCIOS DAS PUBLICAÇÕES DA OBRA *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NO BRASIL

Os prefácios das obras são importantes para o direcionamento da leitura a ser oferecida pelo livro. Pois, independente de quem escreve o prefácio, estão explícitas e implícitas as intencionalidades inerentes aos posicionamentos políticos e ideológicos de quem o escreveu, podendo ser o próprio autor ou alguém que compartilhe dos mesmos interesses em que está envolta a obra. Além disto, estão ligados os objetivos que o livro deve satisfazer ao circuito intelectual que irá se inserir. Deve-se então, considerar relevante o peso que o escritor do prefácio possui na recepção de uma obra, sobretudo, quando esta obra busca um novo direcionamento ou projeto de sociedade, em que se ambiciona construir redes de influências nos campos simbólicos e hegemônicos em disputa pelas elites.

Desta forma, no mapeamento realizado das edições brasileiras de *O Caminho da Servidão*, percebi características diferentes destes prefácios. Na edição mais antiga publicada no Brasil pela Editora Globo em 1946, existem dois prefácios, um escrito pelo autor do livro, Friedrich Von Hayek para a edição inglesa e outro intitulado “duas palavras”, escrito por John

Chamberlain, jornalista liberal norte-americano, editor de jornais de vertente anticomunista, e futuro membro da Sociedade Mont Pèlerin[47].

Na 2ª edição publicada pela editora Globo em 1977, o prefácio para a edição brasileira é de Adolpho Lindenberg, líder católico conservador, influente integrante da sociedade civil TFP (tradição, família e propriedade). Adolpho, além da sua atuação político/ideológica era engenheiro de formação e empresário ligado ao ramo da construção civil (SILVA, 2009). Na mesma edição segue o prólogo para a edição norte americana de 1975 assinado pelo próprio Hayek e o prefácio para a edição inglesa de 1944 presente também na primeira edição da Editora Globo. O texto de John Chamberlain escrito para a primeira edição pela Editora Globo não aparece na segunda edição, incluído o prólogo atualizado para edição americana de 1975.

Nas edições seguintes, já sob a responsabilidade do Instituto Liberal, publicadas nos anos de 1984, 1987 e 1990, houve poucas mudanças entre uma edição e outra, não possuindo prefácios direcionados para o Brasil. Havia apenas a reprodução de prefácios publicados para edições estrangeiras, estando presente o prefácio original para a edição inglesa de 1944 e o prefácio para a edição norte-americana de 1975, também presente nas edições anteriores, porém incluído o prefácio para a edição inglesa de 1976, todos escritos por Hayek. O próprio Hayek escrevia os prefácios para as edições inglesas e norte-americanas, sendo que apenas na primeira edição de *O Caminho da Servidão*, havia um prefácio escrito por outra pessoa. Como não avancei nas publicações da obra em outros países, não posso afirmar se nas outras edições lançadas tanto na Inglaterra, quanto nos Estados Unidos, ou em outros países existam outros prefácios escritos pelo próprio Hayek, ou por outros intelectuais, porém, nas edições brasileiras analisadas prevalecem os mesmos prefácios para as edições inglesas e norte-americanas.

Avançando para a edição de 1994, publicada pelo Instituto Liberal para a Biblioteca do Exército, o prefácio foi escrito pelo economista Roberto Campos. Assim como as edições anteriores publicadas pelo Instituto Liberal, a publicação para a Biblioteca do Exército também possuía os outros prefácios das edições de 1984, 1987 e 1990. Ao analisar a sexta edição publicada pela Editora Ludwig Von Mises no ano de 2010, existe novamente apenas uma reimpressão do material publicado pelo Instituto Liberal em 1984, estando presentes os mesmos prefácios para as edições inglesas de 1944 e 1976 e para a americana de 1975. Na edição de

[47] " In early 1944, Felix Morley, John Chamberlain, and Frank Hanighen founded the weekly journal Human Events. Their mission was to educate the American public about the uncomfortable fact that their federal government had been taken hostage by socialist and Communist ideologues. [...]. And in the same year Friedrich August Hayek published The Road to Serfdom, the book that would make Hayek famous" (HÜLSMANN, 2007, p. 2).

2017, publicada em livro eletrônico para Kindle[48] ainda pela Editora LVM a obra se mantém sem alterações, permanecendo os mesmos prefácios das edições anteriores.

Desta forma, faço nos próximos tópicos breves análises dos prefácios das obras, os quais dividi em três momentos. Nesta primeira parte também abordo os prefácios escritos por Hayek ao longo de todas as edições e de John Chamberlain para a edição da Editora Globo em 1946. No segundo tópico desta seção, me debruço sobre o prefácio de Adolpho Lindenberg para a edição de 1977, analisando as intenções do intelectual e quais os direcionamentos que seu discurso buscava. No terceiro tópico os esforços são direcionados para o prefácio escrito por Roberto Campos, também com a mesma intencionalidade, ou seja, verificando as articulações do discurso de Roberto Campos com a obra de Hayek.

### 2.4.1 Prefácios para as edições inglesas e americana publicados nas edições brasileiras

O objetivo de discutir os prefácios das edições americana e inglesa transcritos para as edições brasileiras de *O Caminho da Servidão* é necessário, pois, em todas as edições publicadas no país, desde a de 1946 até a mais atual, estes prefácios sempre estão presentes. O prefácio para a edição inglesa de 1944 está presente em todas as edições. Avaliando o alcance destes prefácios, pois são mais de 70 anos desde a primeira edição, é possível colocá-los ainda como atuais devido à escolha das editoras em mantê-los. Diante disto, verifico quais são as principais características destes prefácios, quais elementos apresentam-se mais representativos na argumentação que Hayek estabeleceu, e que, de certa forma direcionava a leitura da sua obra contra o intervencionismo estatal.

Hayek inicia seu prefácio de 1944 justificando as motivações que o fizeram escrever a obra, e coloca-se como um intelectual menos qualificado para discutir as questões políticas, tendo em vista que sua maior *expertise* é a economia:

> Àqueles que, como é uso hoje em dia, procuram motivos interesseiros em toda declaração de opinião política, talvez me seja permitido acrescentar que tenho todas as razões possíveis para não escrever ou publicar este livro. Ele certamente ofenderá muitas pessoas com quem gostaria de manter relações amigáveis; forçou-me a pôr de lado a atividade para a qual me sinto melhor qualificado e a que atribuo maior importância a longo prazo; e, acima de tudo, sem dúvida prejudicará a acolhida aos resultados do trabalho mais estritamente acadêmico a que me impelem todas as minhas inclinações. (Prefácio para a Edição Inglesa de 1944) (HAYEK, 1994).

[48] Kindle é um leitor de livros digitais produzido e comercializado pela Amazon. A Edição digital de *O Caminho da Servidão* publicada em 2017 é anunciada no site da empresa Amazon, sendo possível consultar os prefácios e introdução do livro. Disponível em: https://www.amazon.com/caminho-servid%C3%A3o-Portuguese-F-Hayek-ebook/dp/B078JC2BS5 Acesso em: 3 set. 2022.

A Segunda Guerra Mundial ainda não havia se encerrado, porém, já marcava o momento da reviravolta dos aliados contra o avanço nazista na Europa Ocidental, e no outro *front* os russos já avançavam após a vitória em Stalingrado um ano antes. Os países da Europa viviam uma economia de Guerra, com o direcionamento da produção para a indústria bélica e para a logística dos combates. Todo este clima gerou incertezas, o que encorajou Hayek e escrever sobre o assunto, pois, ninguém conseguiria prever o que poderia acontecer nos anos seguintes, porém, o que se tinha até então, foram os processos políticos que levaram a formação dos Estados totalitários. A escrita de Hayek versa sobre como a intervenção estatal contribuiu com a formação dos Estados de exceção, levando o mundo para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Existe na narrativa a preocupação do autor em ofender pessoas com as quais gostaria de manter contato amigável. Hayek, na década de 1930 travou debates teóricos com socialistas e posteriormente, já no início da década de 1940 criticava o que chamou "cientificismo", no qual, as ciências sociais buscavam constituir métodos parecidos com os das ciências naturais, porém, sem a mesma eficiência[49]. É onde se ampara sua crítica ao planejamento econômico, insuficiente de acordo com Hayek para organizar as questões produtivas e sociais de uma determinada nação. Neste embate está presente a preocupação de Hayek em não ofender seus pares da academia, provavelmente da London School of Economics onde lecionava, o que prejudicaria sua reputação na universidade e na comunidade científica.

Após a justificativa, Hayek expõe suas motivações que transcendem o campo acadêmico, colocando a necessidade de ampliar a discussão para as pessoas comuns:

> Se, apesar disso, passei a considerar a elaboração deste livro como um dever a que não me posso furtar, tal atitude decorreu, sobretudo, de uma característica peculiar das atuais discussões acerca dos problemas da futura política econômica, problemas sobre os quais a população não está de modo algum suficientemente informada. Refiro-me ao fato de que a maioria dos economistas esteve, no correr dos últimos anos, absorvida pela máquina da guerra e silenciada por seus cargos oficiais, de modo que a opinião pública no que se refere a esses problemas é, numa medida alarmante, orientada por amadores e visionários, por gente que tem um interesse próprio a defender ou uma panaceia a vender. (Prefácio para a Edição Inglesa de 1944).

O contexto da Segunda Guerra Mundial, e todo esforço inerente aos países Aliados envolvidos no combate contra o Eixo, fez, de acordo com Hayek, que as economias nacionais se fechassem neste esforço, limitando as reflexões sobre as necessidades futuras dos países

[49]" [HAYEK] foi primo de Wittgenstein e primeiro leitor do Tractatus lógico-philosophicus, o livro que influenciou o nascimento do Círculo de Viena, berço do positivismo lógico. Embora aluno de Ernst Mach, fundador do Círculo, Hayek contestava os fundamentos da instituição. Ele se contrapunha, sobretudo, à defesa feita pela instituição da unidade metodológica para a ciência e dos critérios de cientificidade ditados pela física, o que o levou a estudar várias áreas do saber social superando fronteiras disciplinares" (GANEM, 2012, p. 94).

envolvidos no conflito. Hayek então, assume a responsabilidade de escrever neste contexto direcionado ao indivíduo comum, o qual, estaria com pouca informação a respeito dos assuntos de política econômica. Outro ponto, imaginando o final da guerra, haveria em breve uma emergência nas disputas relacionadas ao reavivamento da economia política nos círculos intelectuais. Ao fazer a leitura deste prefácio de 1944, parece latente o encorajamento de Hayek ao escrever o livro devido ao fato que dentro de um espaço de especulação a respeito das políticas econômicas ao nível mundial sua publicação poderia ser bem aceita. Reforça este ponto, considerando a argumentação de que os economistas respeitados se recolheram em seus cargos oficiais e no esforço de guerra, e ao ganhar espaço nas discussões intelectuais de menor envergadura, colocados no prefácio como amadores e visionários, Hayek percebe um campo de aceitação para sua obra, tendo em vista que já possuía relativo destaque dentro da London School of Economics.

A guerra acabou, porém, Hayek esperou ainda algumas décadas para sua obra ter a aceitação que esperava em 1944. A recepção de *O Caminho da Servidão* não foi a esperada após a Segunda Guerra Mundial, apesar de que intelectuais ligados ao pensamento neoliberal, já estavam se aglutinando no período entre o Colóquio Walter Lippmann de 1938 e o primeiro encontro da Sociedade Mont Pelerin em 1947[50]. No pós-guerra, e com o Plano Marshall para reconstrução da Europa Ocidental, houve o crescimento do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais do capitalismo, puxados pela intervenção estatal para promover o desenvolvimento e o controle macroeconômico. Já ganhava espaço neste período a obra *Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda*, de John Maynard Keynes, publicada em 1936 também na Inglaterra. No embate de ideias, que depois se desdobrou no encontro de Bretton Woods contando com as delegações de economistas dos países vencedores, que regulamentou as bases da economia capitalista nos anos que seguiram, o pensamento de Keynes ganha espaço como uma teoria hegemônica do campo das ciências econômicas[51]. Diante deste cenário, apesar da atividade do grupo de Mont Pèlerin e da fundação de *Think Tanks* neoliberais em países como os Estados Unidos e na Europa, o livro *O Caminho da Servidão* teve pouco alcance comparado com o pensamento mais influente do período.

---

[50] "Não podemos reduzir o neoliberalismo à Sociedade Mont Pelerin. A organização internacional de estudiosos, empresários, políticos e jornalistas, criada por Hayek no pós-1945, é apenas uma das expressões do movimento" (ONOFRE, 2018, p. 27).

[51] "O Estado capitalista, com sua autonomia política e institucional, que se construiu principalmente nas economias desenvolvidas no período do pós-guerra e se articulou com os demais fatores tipicamente fordistas, tem características que podem ser sintetizadas como keynesianas, ao justificar gastos estatais com impactos tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda e também para financiar a formação do regime de bem-estar social" (ARIENTI, 2003, p. 4).

Passadas quase três décadas a situação muda, os países centrais do capitalismo entram em crise com a alta dos preços do petróleo após 1973, e configura-se o cenário para se contestar a eficiência da intervenção estatal na economia. É neste espaço que a obra *O Caminho da Servidão* ganha influência ao nível mundial, e seu ápice ocorre após Hayek ser agraciado com o Prêmio Nobel de Economia de 1974. A obra então atinge outro patamar, e isto se reflete na narrativa dos editoriais das edições a partir da segunda metade dos anos 1970. Iniciando pelo prefácio da edição americana de 1975, Hayek fala sobre o sucesso imprevisto do seu livro no país:

> Este livro seria talvez diferente sob alguns aspectos se, ao escrevê-lo, eu tivesse em vista sobretudo os leitores norte-americanos. No entanto, ele já conquistou nos Estados Unidos uma posição por demais definida, embora inesperada, para que se torne aconselhável revê-lo. Sua republicação sob nova forma tipográfica, contudo, mais de dez anos após a primeira edição, talvez seja uma ocasião apropriada para explicar seu objetivo original e para alguns comentários sobre o sucesso absolutamente imprevisto e em muitos sentidos curioso que ele aqui obteve. (Prefácio para a Edição norte-americana de 1975) (HAYEK, 1977).

O prefácio se inicia com Hayek colocando a sua preocupação em futuramente rever o livro, tendo em vista que se justifica que não tinha em mente os Estados Unidos quando publicou a obra originalmente. Naturalmente, o contexto de escrita da obra não pode ser mudado, *O Caminho da Servidão* foi concebido no momento no qual a Inglaterra se via imersa no conflito mundial, logo a mensagem escrita a respeito da origem dos Estados totalitários tinha um recado bem definido. Ou seja, era o cerceamento da liberdade em tempos de guerra, em que diversos Estados estavam envolvidos no conflito por diferentes motivos, porém, o que unia essas iniciativas é que existia uma realocação do trabalho aos esforços de guerra e a restrição da liberdade individual e da vida dos mortos em combate, em razão soberana dos Estados que conduziam o conflito.

Se a mensagem não foi escrita para os Estados Unidos, isto não poderia ser mudado na recepção dos leitores da obra por lá, e Hayek ao salientar que a obra ganhou espaço no país usa o prefácio para destacar esta importância e estabelece a reflexão de rever o livro para a realidade norte americana. Hayek prossegue o prefácio expondo o fracasso inicial que o livro teve nos Estados Unidos por falta de interesse em publicá-lo:

> Ao contrário do que se dera na Inglaterra, o público norte-americano ao qual o livro mais se dirigia rejeitou-o de imediato, como um ataque tendencioso e torpe contra seus melhores ideais; esse público parece nunca se ter detido para examinar sua argumentação. A linguagem e a emoção de algumas das críticas mais violentas dirigidas contra o livro foram realmente extraordinárias. Mas foi quase tão surpreendente, para mim, a acolhida entusiástica recebida de muitos que nunca julguei leriam uma obra desse tipo – e de muitos mais, que ainda hoje duvido terem-na de fato lido. (Prefácio para a edição norte-americana de 1975) (HAYEK, 1994).

O público norte americano teria de início rejeitado *O Caminho da Servidão*, porém, Hayek cita que a negativa se deu no que ele definiu como o "público ao qual o livro se dirigia". Este público para quem o autor estava buscando apresentar suas ideias, provavelmente seria parte da *intelligentsia* norte-americana responsável pela condução econômica do país, ou por grupos empresariais que poderiam pressionar o governo e definir o caminho para uma sociedade mais livre, considerando que a referência de sociedade livre para o pensamento capitalista ocidental é aquela que se opunha ao regime da União Soviética. Além da rejeição, também coloca os ataques os quais a obra recebeu, colocados como tendenciosos e de pessoas que não se atentaram para as principais ideias do livro.

Ao se posicionar desta forma, Hayek parece menosprezar os leitores mais especializados do seu livro, ou de considerar que a partir da leitura dele seria promovida uma revolução intelectual na forma com que os economistas e empresários iriam ver as funções do Estado como cerceadoras da liberdade. Celebra na segunda parte da citação a surpresa pelo fato de o livro ser recepcionado por outros intelectuais que julgava que não leriam a obra, e como coloca, alguns ainda dúvida que leram. Existe uma contradição, pois, de acordo com o pesquisador Gabriel Onofre, o livro teve uma grande tiragem de vendas em 1945 quando publicado como livro do mês pela *Reader Digest*, chegando a mais de um milhão de lares norte-americanos[52].

O prefácio demonstra que o ano de 1945, quando da primeira edição o momento intelectual e político dos Estado Unidos não era propício para a emergência do pensamento liberal no país, todavia, o livro necessitou de um momento de crise do capitalismo para fomentar seu aceite em meados dos anos 1970. Neste momento as argumentações escritas por Hayek em *O Caminho da Servidão* ganham notoriedade dentro da crítica:

> Todo o clima intelectual nos Estados Unidos, por ocasião do aparecimento de O Caminho da Servidão, era de molde a que o livro provocasse obrigatoriamente ou profundo choque, ou enorme regozijo, entre os membros dos grupos que se contrapunham de modo radical. Em consequência, apesar do sucesso aparente, a obra não teve aqui o tipo de efeito que eu desejara, e que se produzira em outros lugares. É verdade que suas principais conclusões são hoje largamente aceitas. Tornou-se quase um lugar-comum afirmar que fascismo e comunismo são meras variantes do mesmo totalitarismo que o controle centralizado da atividade econômica tende a produzir – afirmação que a muitos se afigurava quase sacrílega há doze anos. (Prefácio para a edição norte-americana de 1975) (HAYEK, 1994).

[52] "Em abril de 1945, a edição condensada de "O Caminho da Servidão", o novo livro do mês da Reader´s Digest, chegava aos lares americanos. Mais de um milhão de cópias foram distribuídas, popularizando Hayek no país. A própria revista se impressionou com o número de vendas. Seu editor, Stanley High, escreveu para Hayek se dizendo surpreso com o impacto do livro, que passou a pautar o debate intelectual americano" (idem, 2018, p. 96).

Neste trecho aparece novamente a tensão que as ideias contidas no livro provocaram nos circuitos intelectuais divergentes à obra. Difere o que chama de aparente sucesso da recepção com os efeitos que a obra resultou no país. Também compara com outros lugares em que provavelmente a obra influenciou nas políticas econômicas. Infere-se neste trecho os impactos que as políticas neoliberais obtiveram em alguns países. Apesar da reforma econômica chilena ter a condução de economistas formados na Universidade de Chicago, sob as bases do monetarismo desenvolvido principalmente por Milton Friedman, se faz presente a ideologia política como paralela ao pensamento de Hayek[53]. Posteriormente à edição americana de 1975, a influência do pensamento de Hayek se expandiu para a Grã-Bretanha que teve como Primeira-Ministra Margareth Thatcher, vindo a se aproximar do austríaco e aplicando as diretrizes neoliberais para condução econômica do país naquele momento. Atingiu os Estados Unidos como política de Estado apenas nos anos 1980 com o governo do republicano Ronald Reagan. O efeito desejado por Hayek provavelmente foi atingido posteriormente nos Estados Unidos, porém sob outras influências neoliberais que não somente a apresentada na obra *O Caminho da Servidão.*

Hayek aponta a virada no seu pensamento ao dizer que em meados dos anos 1960 era sacrílega a afirmação de que o fascismo e comunismo eram espectros do mesmo totalitarismo, determinado pelo controle estatal. Ou seja, quando o livro de Hayek não era aceito nos Estados Unidos existia uma hegemonia das políticas de Bem-Estar Social e de gastos militares para movimentar a economia, tornando-se logicamente impensável associar esferas tão diferentes das ideias políticas. Até porque, dentro da tese central do livro, o tipo de política econômica que estava sendo aplicada pelos Estados Unidos com eficiência dentro dos objetivos geopolíticos do país, de acordo com as ideias de Hayek levaria à servidão voluntária por um Estado limitador de liberdades.

O discurso vigente nos Estados Unidos, sobretudo neste período histórico, era o do país promotor da liberdade para seus cidadãos e para o resto do mundo, motivo que levou a guerras como da Coréia e do Vietnã. Com isto, um discurso que apresentava o planejamento estatal e sua intervenção na economia como um caminho para a servidão, não poderia ter tido adesão naquele momento. Diferente do que veio a acontecer em meados dos anos 1970 com a

[53] Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. [...] O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor para o neoliberalismo (ANDERSON, 2003b, p. 19).

emergência do pensamento de tendência conservadora e direitista a nível global, impulsionado pela crise dos países centrais do capitalismo. Os Estados Unidos na condição de país líder do bloco ocidental experimentavam a crise do preço do petróleo, perda do apoio público com a Guerra do Vietnã, além de desconfiança política generalizada, principalmente após o caso Watergate (COOK, 2000).

Criou-se a partir de então um terreno fértil para o florescimento das ideias de *O Caminho da Servidão*, pois o Estado estava perdendo seu prestígio e confiança perante os intelectuais de direita do país, ganhando espaço também perante a opinião pública:

> O fato de que este livro foi escrito com vistas apenas ao público inglês não parece ter prejudicado seriamente sua inteligibilidade pelo leitor americano. Há, porém uma questão de terminologia sobre a qual devo aqui dar uma explicação, a fim de prevenir mal-entendidos. Uso a todo momento a palavra "liberal" em seu sentido originário, do século XIX, que é ainda comumente empregado na Inglaterra. Na linguagem corrente nos Estados Unidos, seu significado é com frequência quase o oposto, pois, para camuflar-se, movimentos esquerdistas deste país, auxiliados pela confusão mental de muitos que realmente acreditam na liberdade, fizeram com que "liberal" passasse a indicar a defesa de quase todo tipo de controle governamental. (Prefácio a edição norte-americana de 1975) (HAYEK, 1994).

No início do trecho Hayek lembra que escreveu seu livro para o público inglês, recorrendo ao conceito de "liberal", dentro da proposta originária do século XIX, diferenciando a terminologia aplicada no discurso econômico da Inglaterra em relação aos Estados Unidos. Relaciona "liberdade" no sentido utilizado nos Estados Unidos ao tipo de governo social-democrata, e que em nada tem a ver com o utilizado na Inglaterra. Expõe o que aparenta ser, ao menos para ele, um embate ideológico envolvendo movimentos de esquerda, que estaria deturpando o sentido da "liberdade". Ao utilizar expressões como "camuflar-se" e "confusão mental", minimiza o debate a apenas uma luta de opostos que aparentemente buscam destruir o inimigo sem um compromisso intelectual que visa contribuir para as discussões políticas e econômicas do país.

Existe embutido no pensamento de Hayek que todas as ideologias diferentes do seu modelo são de natureza nociva para a liberdade do indivíduo. A narrativa estabelecida pelo autor normalmente aponta a uma dicotomia, colocando no papel de vilões os que se opõem ao seu pensamento, o que é evidenciado no trecho selecionado do prefácio ao se referir aos inimigos da liberdade como esquerdistas que deturpam conceitos. Na continuação do prefácio reforça a importância de explicar as terminologias adotadas:

> O leitor provavelmente perguntará se isso significa que ainda estou disposto a defender todas as principais conclusões deste livro: e a resposta é, em linhas gerais, afirmativa. A mais importante ressalva que tenho a acrescentar deve-se à circunstância de que, nesse meio tempo, a terminologia se modificou e, por essa razão, o que digo

> no livro pode dar margem a falsas interpretações. Quando o escrevi, socialismo significava, inequivocamente, a estatização dos meios de produção e o planejamento econômico central que ela tornava possível e necessário. Nesse sentido, por exemplo, a Suécia está hoje muito mais distante do socialismo em matéria da organização que a Grã-Bretanha e a Áustria, embora a Suécia seja tida em geral como bem mais socializada. Isto se deve ao fato de que socialismo passou a significar sobretudo a redistribuição extensiva da renda por meio da tributação e das instituições do estado previdenciário (welfare state). (Prefácio para a edição inglesa de 1976) (HAYEK, 1994).

Em 1944, Hayek associava socialismo a emergência de Estados totalitários que levaram a eclosão da Segunda Guerra Mundial, agora modifica a natureza do seu discurso para o momento político dos anos 1970. A nova associação que dá ao socialismo está relacionada com a crescente estatização da economia e aos repasses de renda do governo por meio de políticas sociais através de um Estado de Bem-Estar Social. Desta forma, se em 1944 socialismo está ligado ao planejamento central da economia, agora está ligado a uma distribuição de renda com base na tributação. Surge a partir deste posicionamento o argumento de Hayek de que numa sociedade "livre" o Estado não deve intervir no destino das pessoas, e nem as onerar através de impostos para promover justiça social. Neste aspecto, o discurso caminha para que numa sociedade livre, a igualdade não é um pré-requisito, pois, as necessidades dos indivíduos são diferentes além de suas potencialidades. Coloca-se o papel do governo como promotor de desigualdades ao privar os indivíduos de explorarem suas potencialidades e buscarem seus desejos sem a mão pesada do Estado.

Hayek promove um choque no meio intelectual através destes posicionamentos, porém, é um discurso interessante para o avanço do capitalismo global, sobretudo com o avanço das multinacionais que superavam o poder econômico do Estado. Acaba sendo conveniente, dentro da crise do Estado de Bem-Estar Social a adoção da liberdade econômica associada a liberdade do indivíduo de buscar seu lugar ao sol em um mundo que é desigual, e que esta desigualdade é pressuposta para a liberdade. São invertidos a partir de então os polos do discurso econômico hegemônico, sai de cena a promoção do desenvolvimento visando a igualdade, para se colocar no centro a liberdade individual.

Após apresentar os prefácios escritos por Hayek incorporados às edições brasileiras da obra, examino nos próximos tópicos os prefácios escritos por outros intelectuais que compartilhavam dos posicionamentos ideológicos do autor, iniciando pelo prefácio escrito por John Chamberlain para a edição de 1944.

### 2.4.1.1 O prefácio escrito por John Chamberlain

O prefácio para a edição de *O Caminho da Servidão* publicado pela editora Globo em 1946 foi escrito por John Chamberlain, recebendo o título de "Duas Palavras". Chamberlain durante o período também escrevia para as revistas norte americanas Fortune e Life e foi editor do jornal The Freeman, publicação de vertente liberal conservadora norte-americana[54]. De acordo com artigo escrito pela pesquisadora Denise Gros, foi o jornal liberal de maior alcance nos Estados Unidos durante os anos 1950. A escolha de um liberal conservador para escrever o prefácio da edição de 1944 de *O Caminho da Servidão* reforça o posicionamento ideológico do livro, e prepara o leitor para a inserção em um pensamento radical.

> Até agora, apenas um punhado de escritores ousou estabelecer uma ligação entre os nossos slogans e o terror que acossa o mundo moderno. Entre estes escritores está F.A. Hayek, economista austríaco que atualmente reside na Inglaterra. Após ter observado o congelamento do sistema econômico e social danubiano, italiano e alemão, Hayek mostra-se horrorizado por ver que a Inglaterra vai gradualmente sucumbindo às ideias de economia dirigida lançadas pelo alemão Walter Rathenau, pelos sindicalistas italianos e...sim, por Adolf Hitler, que teve a coragem de tirar conclusões do estadismo menos direto dos seus predecessores. (HAYEK, 1946, p. 11-12).

No início do trecho selecionado Chamberlain aponta a ousadia de Hayek ao relacionar o evento da Segunda Guerra Mundial com o aumento do dirigismo estatal que deu origem aos principais regimes totalitários que levaram ao conflito. Na segunda parte do trecho, Chamberlain cita que Hayek está horrorizado ao perceber que a Inglaterra está indo no mesmo caminho de países como a Alemanha e a Itália. Cita Walter Rathenau, que durante a Primeira Guerra Mundial foi ligado ao Ministério da Guerra Alemão, vindo futuramente a ser fundador do Partido Democrático Alemão, e crítico ao movimento socialista que crescia na Europa após a Primeira Guerra, e que propunha uma assimilação do povo judeu na sociedade alemã através da oposição que os judeus deveriam fazer ao sionismo e ao socialismo. Rathenau foi assassinado em 1922 por dois oficiais do exército alemão ligados a grupos de extrema direita. Havia assumido um ano antes o Ministério da Reconstrução Alemão, e tinha como principal objetivo o cumprimento do Tratado de Versalhes, além de fixar alguns acordos políticos com a União Soviética. Estes posicionamentos fizeram Rathenau ser alvo dos nacionalistas alemães,

[54] "Além de Hayek, Von Mises e a Sociedade Mont Pelerin, na qual participavam vários norte-americanos, vários intelectuais e organizações engajaram-se na tarefa de divulgação do liberalismo nos Estados Unidos, como ocorrera na Grã-Bretanha. Dentre os grupos, instituições e publicações que formavam uma rede que influenciava o movimento liberal-conservador norte-americano nos anos 50, destaca-se a Foundation for Economic Education, a organização universitária Intercollegiate Society of Individualists e os periódicos conservadores The Freeman e National Review" (GROS, 2008, p. 14).

principalmente do partido nazista no início da sua fundação, sendo acusado de articular uma "Conspiração Judaico-Cristã" (KESSLER, 2008).

Após citar Rathenau, liga o dirigismo estatal ao sindicalismo italiano e em seguida à ascensão de Adolf Hitler. Este ponto é interessante, pois, ao longo de *O Caminho da Servidão,* Hayek monta uma narrativa em que sinaliza o nazismo como um regime de raízes esquerdistas com o ponto comum na presença forte do estatismo. Chamberlain continua com a oposição ao estatismo:

> A ameaça do "dinamismo" estatal traz como resultado um temor enorme, em geral inconsciente, entre todos os interesses produtores que ainda mantêm uma liberdade condicional de ação. E esse temor atinge as molas da ação. Os homens precisam, então, procurar antecipar-se ao governo, adivinhando-lhe os movimentos, assim como ontem o faziam em relação ao mercado. Mas ocorre esta diferença: a situação do mercado e os seus fatores pelo menos obedeciam a leis relativamente objetivas, ao passo que os governos estão sujeitos em grande parte ao simples capricho. (CHAMBERLAIN, 1946, p. 13).

Neste trecho, Chamberlain compara o mercado com o Estado. Coloca o Estado como promotor de incertezas nas escolhas dos homens, enquanto o mercado, ligado ao conceito de liberdade de Hayek, seria o ambiente seguro e previsível. Ao colocar "dinamismo" estatal entre parênteses, associa ao temor do produtor, que espera o dinamismo do mercado ao invés do planejamento do crescimento econômico. A palavra temor, neste contexto, também pode se associar ao temor da formação de novos Estados totalitários por ocasião do aumento da intervenção estatal. Cabe reforçar que a liberdade a qual Hayek se refere no prefácio é a econômica. Colocando os homens na condição de "servidores do Estado" surge um dever de tentar antecipar as suas ações aos movimentos do planejamento, que na prática levariam a incertezas, alimentando temores, enquanto ao abdicar do planejamento e promover o livre mercado, a liberdade suavizaria o temor, e os homens teriam condições mais seguras de produzir, alimentando uma utopia em que um ciclo infinito de prosperidade e paz viria. Após, apresenta uma nova argumentação para diminuir a capacidade dos planejadores estatais:

> Argutamente, Peter Drucker observou certa vez que os "planejadores" são todos improvisadores. Eles não geram a certeza, mas a incerteza... para os indivíduos. E, conforme Hayek o demonstra, o resultado desta incerteza é a guerra civil ou a ditadura que evita a guerra civil. (CHAMBERLAIN, 1946, p. 13).

Peter Drucker foi um professor austríaco ligado ao desenvolvimento teórico da administração moderna, muito influente na primeira metade do século XX na área de gestão de negócios (LODI, 1968). Chama os planejadores de improvisadores, improvisação que levaria a desarranjos econômicos e sociais. Acaba sendo curioso a inversão de sentido promovido nas narrativas dos prefácios, pois, existe uma fé no mercado sustentada por argumentos que não

consideram todas as possibilidades de desajustes inerentes a uma economia sem regras, o mercado é uma construção utópica que não pondera as falhas e desigualdades inerentes a ele. A ideologia neoliberal, sustenta a certeza do mercado em um modelo de sociedade que não leva em conta a formação de guetos em grandes cidades, aumento do desemprego, e a concentração crescente dos mercados em oligopólios e monopólios, tanto industriais como financeiros. A guerra civil colocada por Chamberlain ou a ditadura que evitaria a guerra civil talvez sejam resultados da acentuada desigualdade social que aglutinaria as minorias excluídas do capital.

Chamberlain finaliza o prefácio colocando que Hayek superou os modernos ingleses da escola manchesteriana de economia que impulsionou o pensamento liberal durante a Revolução Industrial, e o coloca também como mais americano que os modernos americanos[55]:

> Em alguns aspectos Hayek é mais "inglês" que os modernos ingleses. Pertence ele, com certas modificações, à grande tradição manchesteriana e não à escola dos Webb. E, ele talvez seja mais "americano" do que os modernos americanos. Se assim for, só se pode desejar que o seu livro tenha entre nós a maior circulação possível. (CHAMBERLAIN, 1946, p. 14).

A estratégia de Chamberlain ao finalizar o prefácio é apontar Hayek como um pensador de vanguarda, superando as tradições liberais anteriores. Não cita em nenhum momento Ludwig Von Mises, nem outros pensadores da linha austríaca, como George Stigler, Karl Popper ou Milton Friedman, fundador da tradição monetarista de Chicago, os quais estavam ativos no debate no período que formavam as redes de Hayek. Os prefácios aparentam um esforço em tentar unificar o pensamento de Hayek original, e, até certo ponto, com a pretensão de apresentar a solução para os problemas da paz e das economias ocidentais. Nos próximos tópicos discuto dois prefácios para as edições brasileiras, dando um primeiro salto para a edição de 1977 publicada pela Editora Globo, com o prefácio de Adolpho Lindenberg, e o segundo salto para 1994, com o prefácio de Roberto Campos para a Edição da Biblioteca do Exército.

[55] Compreende-se melhor, a partir daí, que a posição de Hayek sobre a espinhosa questão da legitimidade da intervenção governamental deva ser situada no quadro que acabamos de delimitar de forma inteiramente negativa: de um lado, uma crítica das insuficiências do liberalismo manchesteriano, cuja função é justificar certo tipo de intervenção, a qual tudo leva a entender que se tornou indispensável por causa do papel fundamental do "arcabouço jurídico" para o bom funcionamento do mercado; de outro lado, uma rejeição de princípio a qualquer forma de atribuição ao governo de objetivos "sociais", pelo motivo fundamental de que tais objetivos implicam uma concepção artificialista da sociedade segundo a qual esta poderia ser conscientemente dirigida para fins coletivos suscetíveis de ser positivamente definidos (DARDOT, 2016, p. 123-124).

### 2.4.2 O prefácio de Adolpho Lindenberg para a edição de 1977

A escolha de Adolpho Lindenberg pela Editora Globo para escrever o prefácio brasileiro da 2ª edição de *O Caminho da Servidão* representa um posicionamento voltado para o público católico, aproximando estes leitores das ideias liberais que ganhavam força através da disseminação do pensamento de Hayek no Brasil e desmistificando o conceito de liberalismo como algo contrário aos dogmas religiosos. Lindenberg inicia seu prefácio citando os crentes em Deus como indivíduos sem posicionamentos políticos definidos, prevalecendo o pensamento esquerdista:

> Com efeito, já desde muito antes da II Guerra Mundial o Ocidente está dominado pelos princípios intervencionistas e socialistas. Na ordem do pensamento e na da ação; em matéria econômica, política e social; entre ateus como entre os que creem em Deus, prevalecem as tendências esquerdistas. (HAYEK, 1977, p. 11).

A narrativa de Lindenberg é generalizante, cita as tendências esquerdistas colocando o intervencionismo e o socialismo no mesmo contexto sem buscar as diferenciações inerentes aos anos da Guerra Fria e do Estado do Bem-Estar Social. Aproxima o dogma religioso aos posicionamentos políticos e econômicos ao apontar que ateus e cristãos estariam do mesmo lado, ou seja, direcionados à esquerda. O período citado, já durante a reabertura política controversa de Geisel, marcou forte campanha contrária à ditadura militar, porém, setores da igreja católica se posicionavam desde os anos de chumbo contrários ao governo ditatorial brasileiro. Adolpho Lindenberg, por ser um católico conservador e defensor da propriedade privada induz a pensar que o lugar de pensamento político e econômico dos católicos deveria se posicionar à direita, distanciando-se do intervencionismo e se desligando de tendências social-democráticas. Aponta que os principais regimes totalitários da primeira parte do século XX teriam uma raiz comum, o intervencionismo estatal:

> O Caminho da Servidão de Hayek, que agora a Editora Globo reapresenta ao público brasileiro, foi uma das primeiras grandes obras que denunciaram o fundo comum esquerdizante que presidia a todas as correntes político-econômico-sociais na época da II Guerra Mundial. Em suas páginas, Hayek demonstra de maneira irrefutável que não só o fascismo, o nazismo e o comunismo, mas também os ideais econômicos dominantes nos Estados Unidos, na Inglaterra, e no resto da Europa, eram todos marcados por um dirigismo de inspiração nitidamente socialista. [...] Hoje, é fácil ver quanta razão tinha Hayek. Por todo o mundo, o fracasso do intervencionismo e do socialismo tornou-se patente. Só o podem negar os fanáticos do esquerdismo. E é igualmente patente que dirigismo é sinônimo de cerceamento da liberdade, de arbitrariedade, de asfixia econômica. (HAYEK, 1977, p. 12).

Continua o prefácio destacando o papel que a obra teve ao denunciar, segundo Lindenberg, o fundo comum esquerdizante que unia as correntes políticas e econômicas seguidas pelos países envolvidos na II Guerra Mundial. Adolpho Lindenberg é enfático em generalizar outra vez regimes políticos de naturezas radicalmente diferenciadas. Desta forma, coloca nas mesmas categorias o nazismo, o fascismo, o comunismo e as políticas adotadas pelos países vencedores pelo lado do Ocidente, referindo-se aos Estados Unidos e o resto da Europa. O fundo esquerdizante seriam as políticas de intervenção estatal do *Plano Marshall*, que com o financiamento de bancos internacionais, sobretudo americanos, foram realizados os processos de reconstrução econômica da Europa. Não cabe nesta discussão aprofundar as complexidades econômicas que se desdobraram a partir da II Guerra Mundial, mas, o que chamo a atenção é a respeito da pobreza dos argumentos construídos por Lindenberg, correlacionando regimes políticos distintos sem o cuidado necessário de compreender as particularidades de cada um deles. Os argumentos apresentados refletem um compromisso ideológico de concordância com Hayek, coloca inclusive como irrefutáveis os argumentos do autor de *O Caminho da Servidão*, pois, segundo Lindenberg, no ano em que escreve o prefácio os regimes de esquerda ou socializantes estariam ruindo no mundo todo.

O fanatismo que atribui aos esquerdistas, que não admitiam ou que não poderiam ver o sistema que defendem ruir, serviria para criticar o trecho escrito por Lindenberg, pois sua narrativa está imbuída de argumentos de caráter apaixonado ao defender Hayek com argumentos como: “Hoje é fácil ver o quanto Hayek tinha razão”; “Hayek demonstra de forma irrefutável” ou “é igualmente patente que o dirigismo é sinônimo de perda de liberdade”. Ao construir seu discurso a partir destas afirmações explicita o seu próprio extremismo, demonstrando não estar aberto a uma leitura pluralista da obra, mas direcionada aos objetivos doutrinários contra o inimigo da liberdade, o intervencionismo através de uma retórica anticomunista.

Prossegue associando a “guinada à direita” do período como a salvadora do intervencionismo:

> No Brasil, tem sido pouco divulgada a pujante “guinada à direita” que vem marcando o pensamento político-econômico-social na Europa nos últimos tempos. Sopra um vento de mudança na Inglaterra e em grande parte do mundo democrático - e esse vento vem da direita, e não da esquerda. (*The Conservative Opportunity. Londres, McMillan, 1976 p. 4)*. (HAYEK, 1977, p. 13).

É possível associar nesta passagem a aproximação entre os movimentos de direita e o pensamento neoliberal. Do ponto de vista argumentativo, o autor relaciona a direita política

com o pensamento que prevê a liberdade de mercado, mais uma vez sem os cuidados necessários, deixando sua afirmação contraditória ao dizer que no Brasil está sendo pouco divulgado os movimentos de ampliação do pensamento de direita. Apesar do Brasil viver o período da sua ditadura militar, politicamente posicionado à direita, porém com aumento do intervencionismo através de planos econômicos e avanço das estatais, Lindenberg parece associar, a ditadura militar brasileira erroneamente como um regime socializante amparado apenas no falso argumento que as intervenções estatais são todas esquerdizantes. O vento de mudança segundo ele paira sobre a Inglaterra e em grande parte do mundo democrático. Cabe destacar que Lindenberg associa outros pontos divergentes como a direita, democracia e liberdade de forma descuidada, definindo de forma dicotômica direita e esquerda e as características de cada uma das correntes de forma estanque. Segue destacando a importância das ideias de *O Caminho da Servidão* para o Brasil:

> Tudo isso mostra quão oportuna da presente reedição de O Caminho da Servidão, promovido pela Editora Globo. Tanto mais quanto a questão da crescente estatização da economia nacional vem despertando uma preocupação cada vez maior nos meios especializados e no público em geral. (HAYEK, 1977, p. 13).

No trecho acima estão evidentes as motivações para a reedição da obra, pois havia uma preocupação das elites capitalistas nacionais a respeito do avanço do capital estatal na economia, ou seja, seria preciso inserir no debate o pensamento de Hayek como forma de alertar o público em geral dos "perigos" do estatismo e do comunismo[56]. Os meios especializados que Lindenberg cita provavelmente são os grupos que compartilham dos argumentos de Hayek, ou do anti-estatismo, como forma de aglutinação intelectual ao redor do neoliberalismo como doutrina ideológica para retomada dos espaços ocupados pelo capital estatal, sobre o argumento central da liberdade associada ao mercado.

A questão do direcionamento da leitura para um único ponto é mais uma vez evidenciada por Lindenberg ao avisar o leitor sobre o risco de cometer equívocos ao interpretar os conceitos e termos descritos por Hayek:

> Tratando-se de uma edição brasileira, convêm fazer aqui uma observação sumamente importante para evitar equívocos que só poderiam favorecer aqueles que entre nós pregam o esquerdismo. Hayek escreveu numa época politicamente muito agitada, tendo em vista sobretudo o público inglês, cuja a mentalidade é tão diversa da nossa. Daí derivam peculiaridades, às vezes apenas de nomenclatura, às vezes de conceituação, que poderiam dar azo a mal-entendidos por parte do leitor brasileiro, mesmo daquele que está habituado às expectativas do pensamento europeu. (HAYEK, 1977, p. 13).

[56] Cito meu livro intitulado *Liberalismo Econômico e Ditadura Militar: Controvérsias em "Quem é quem na economia brasileira" (1967-1977)*, no qual abordo as relações entre capital privado nacional, capital estatal e capital internacional a partir da imprensa liberal.

Tenta direcionar o leitor contextualizando inicialmente a inserção de Hayek na Europa atingida pela II Guerra Mundial, e que as críticas a obra partiriam apenas dos inimigos da liberdade dentro desta construção argumentativa, que seriam o que chama esquerdistas. O que Lindenberg faz não é nada mais do que a pregação de um pensamento monolítico e dicotômico a favor do livre mercado e do conservadorismo? O mal-entendido da apropriação dos termos de Hayek da "forma errada", pode ser interpretado como a recepção múltipla que a obra teria no seu espaço de publicação, logicamente Hayek não escreveu *O Caminho da Servidão* pensando no Brasil, mas os argumentos apresentados são passiveis de aproximação ao caso brasileiro por parte dos leitores, bem como a possibilidade de críticas e outras interpretações, comuns a qualquer publicação. O que Lindenberg tenta fazer é um aparente monopólio das ideias apresentadas no livro dentro de um único direcionamento, ou seja, demarcando a forma com que Hayek deveria ser interpretado nos objetivos da reedição da obra no Brasil, o combate ao estatismo por parte do governo militar.

O último trecho selecionado do prefácio faz menção ao objetivo de Lindenberg de agregar os leitores que seguem a vertente católica à defesa das teses de Hayek:

> Outro exemplo significativo: Hayek não se coloca numa perspectiva católica ou religiosa. [...] Alguns desses textos poderia levar o leitor brasileiro, habituado à influência católica tão visível no Movimento de 1964 e nos debates político-econômicos, a que vimos assistindo desde então, a pensar que o "liberalismo" defendido por Hayek é a versão econômica da heresia liberal, insistentemente condenada pelos Sumos Pontífices desde o século passado. Essa impressão errônea poderia ser agravada pelo fato de que muitos católicos esquerdistas, e mesmo padres e bispos, tem ultimamente procurado, entre nós, identificar livre concorrência e economia de mercado com a heresia liberal (HAYEK, 1977, p.14).

Cita no trecho que o pensamento de Hayek não possui nenhum tipo de preceito religioso implícito. Tudo isto para que os católicos conservadores ligados aos movimentos que antecederam o golpe militar de 1964 e que participaram da Marcha com Deus pela Família e Liberdade contra o governo de João Goulart se aproximassem da doutrina econômica defendida pelo livro. A estratégia adotada por Adolpho Lindenberg é diferenciar o liberalismo defendido por Hayek do que chama heresia liberal condenada pelo século passado pela Igreja Católica e se baseia no conceito de igualdade da Revolução Francesa, indo contra os dogmas católicos. Desta forma, a igualdade dos indivíduos presumia também a liberdade de credo, fato colocado pelos Sumos Pontífices como pecado por representar um perigo para a manutenção do poder da Igreja Católica. Esta tendência foi verificada até o Concílio Vaticano II na década de 1960.

No prefácio, Lindenberg toma o cuidado de fazer a distinção, pois, também está divergindo dos conservadores católicos da vertente progressista da Igreja, a qual ele de pronto

rotula como esquerdista por aproximar a heresia liberal do liberalismo proposto por Hayek. Ao fazer estas distinções, deixa evidente que o liberalismo que os católicos deveriam apoiar é apenas o econômico, e a heresia liberal apenas residiria na liberdade de religião e provavelmente política, já que colocava os esquerdistas ao lado do liberalismo herege do século XIX, demonstrando existirem fraturas ideológicas na Igreja Católica.

O prefácio de Adolpho Lindenberg apresenta como objetivo a aprovação do livre mercado pelos católicos, associando a direita política como a vertente compatível com a forma de pensar que se espera dos leitores de *O Caminho da Servidão*, no qual o livre mercado é a solução para as desigualdades sociais e a obra de Hayek é o guia indispensável para que a liberdade seja alcançada. Liberdade abreviada pela miopia que cerca as argumentações do prefácio ao não reconhecer a liberdade política e de credo, reduzindo qualquer coisa diferente do que defende à simplesmente fanatismo esquerdista.

### 2.4.3 O PREFÁCIO DE ROBERTO CAMPOS PARA A EDIÇÃO DE 1994

Roberto Campos argumenta que o socialismo e as políticas econômicas estatistas dominaram o debate econômico por um período de aproximadamente cinquenta anos. Um intervalo que abrangeu desde o final da Primeira Guerra Mundial, passando pelos seguintes períodos: opulência capitalista norte-americana dos anos 1920; posteriormente a quebra da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929; a depressão dos anos 1930; a eclosão da Segunda Guerra Mundial; o final do imperialismo europeu sobre a África; seguindo até meados da Guerra Fria e terminando com a crise do Estado de Bem-Estar Social. Elenco alguns momentos históricos de impacto estrutural e mundial para demonstrar que o recorte temporal que Roberto Campos selecionava para marcar a hegemonia do pensamento intervencionista e estatista, apesar de relativamente curto foi intenso nos embates políticos e econômicos entre diferentes nações. Foi um período que imperou o pensamento econômico keynesiano, o que para Campos reflete a coragem de Hayek ao publicar suas ideias contra o intervencionismo estatal em *O Caminho da Servidão*, buscando uma afronta já nos anos 1940 contra o pensamento econômico hegemônico[57].

A ideia de expor a maré contrária ao pensamento de Hayek quando o livro foi publicado parece ter o objetivo de apresentar ao leitor brasileiro o autor como alguém que desafiou o "mundo" para defender suas posições, marcando a personalidade forte ao defender

[57] "Mas dos anos 20 ao final da década de 70, era preciso ter muita coragem para enfrentar a maré montante do Estado e do socialismo" (CAMPOS, 1994).

suas teorias sabendo que cedo ou tarde poderia ser reconhecido. A estratégia de Roberto Campos, já em 1994, após sofrer por muitos anos a influência de autores liberais nacionais e internacionais, como Eugênio Gudin e os próprios autores da escola austríaca como Hayek e Von Mises evidencia a necessidade de legitimar o pensamento neoliberal de Hayek como argumento para sustentar as discussões nacionais que direcionavam para privatização de empresas estatais, controle fiscal e enfraquecimento dos sindicatos[58].

Campos no trecho posterior demonstra uma preocupação do pensamento de Hayek ficar esquecido, porém, seu argumento parece estranho, considerando que era o momento fértil para a retomada do pensador, já que as ideias do Consenso de Washington estavam influenciando as políticas econômicas de vários países do mundo, e privilegiando a internacionalização de capitais e empresas e diminuindo o poder dos Estados:

> Os principais escritos de Hayek, amplamente difundidos no Brasil, correm o risco de, com o desmantelamento do socialismo europeu, e com a liberalização econômica da China, serem relegados pelos nossos jovens economistas e cientistas políticos à prateleira das obras de interesse histórico, leitura acadêmica obrigatória, mas sem relevância imediata para o dia-a-dia. Engano para os que assim pensam. (CAMPOS, 1994).

Ao citar que a obra de Hayek corre o risco de ser esquecida devido ao colapso dos países socialistas e da abertura econômica da China, Roberto Campos tenta provocar o leitor brasileiro a não interpretar o pensamento de Hayek como algo anacrônico, ou seja, um pensamento original que serviu apenas para alertar o mundo livre do pensamento intervencionista que leva ao totalitarismo e a privação da liberdade dos indivíduos. Usa o termo "interesse histórico" como algo que já não influencia na atualidade, servindo apenas como uma espécie de curiosidade acadêmica. Roberto Campos parece não compreender a importância da análise histórica, sobretudo já avançando nos anos 1990, pois, ao que parece na sua argumentação a história surge como algo isolado no passado, sem a capacidade de influenciar os movimentos políticos e econômicos da atualidade.

Roberto Campos procura dentro da sua narrativa resgatar *O Caminho da Servidão* sem tomar os devidos cuidados ao problematizar o elemento histórico como influência viva que sempre retorna ao presente. Do ponto de vista pragmático, Campos tenta avivar a obra de Hayek como ferramenta ideológica de sustentação do neoliberalismo, que na prática estava entrando com força no Brasil, diferente do que foi na segunda parte dos anos 1970. A ocasião em que

[58] "Para os cultores da "visão modesta", cujo profeta antigo foi Adam Smith e cujo profeta moderno é Friedrich Hayek, o governo só pode deflagrar "processos" e jamais garantir (ou sequer prever) os "resultados", dependentes estes das reações do mercado impessoal" (CAMPOS, 1994, p. 1273).

Roberto Campos escreve o prefácio é bem diferente da ocasião em que Adolpho Lindenberg escreveu. Em 1994, já com a transição democrática realizada, o pensamento neoliberal está instalado em boa parte do globo, não faz mais parte de apenas uma estratégia retórica de debate econômico, ele se integrou ao capitalismo.

Prossegue o prefácio indicando as proezas de Hayek já nos anos 1920, quando ainda era colocado como um economista de segunda linha*:* "[é] interessante lembrar que ele foi o primeiro a prever (em fevereiro de 1929) o desastre da quebra das Bolsas em outubro de 1929, que atribuiu primariamente às desordenadas políticas monetárias dos Estados Unidos (CAMPOS, 1994). Em relação a esta afirmação, existem algumas publicações que indicam que Hayek neste ano possuía o cargo de diretor do Instituto de Pesquisa sobre o Ciclo Econômico na Áustria, e que ao estudar os padrões de ciclos de crescimento e crise do capitalismo durante o século XIX replicou os dados para as décadas seguintes, prevendo que o ciclo de crescimento da bolsa de Nova York estava prestes a se esgotar. No entanto as afirmações são esparsas, não foi encontrado nenhum documento ou artigo escrito por Hayek dando conta da previsão, apenas citam alguns relatórios do Instituto escritos por Hayek que indicavam a previsão. Os relatórios não estão disponíveis na internet para comprovar a veracidade da afirmação, e, não despenderei esforços neste momento para saber se a afirmação é real ou falsa, mas apenas para amparar as intenções de Roberto Campos de indicar ao leitor um economista visionário para o seu tempo, criando uma atmosfera de validade das teses de Hayek.

> Que significação tem, para nós, o pensamento de Hayek e, em especial, este livro? O Brasil não é uma economia liberal, e não o foi totalmente nem na sua fase "essencialmente agrícola" do Segundo Império e da República Velha. O positivismo não era libertário: descendia, como o marxismo, do tronco do pensamento socialista autoritário de Saint Simon. (CAMPOS, 1994).

No trecho Roberto Campos lança uma pergunta a respeito da significação do livro de Hayek para o pensamento brasileiro com uma intenção de provocar o leitor. Após, complementa com uma afirmação de que o Brasil não é uma economia liberal, recorrendo aos momentos históricos que marcaram o século XIX e início do século XX. A respeito do Brasil ter um passado liberal ou não, existem muitas controvérsias na literatura. O país passou durante o Primeiro e o Segundo Império por momentos em que o pensamento liberal foi trazido ao Brasil por estudantes das elites que iam até Portugal terminar os seus estudos e tinham contato com a literatura iluminista, depois estes estudantes voltavam ao Brasil e faziam parte do governo imperial. Em seguida a família imperial portuguesa se transferiu ao Brasil, adotou medidas liberalizantes como abertura dos portos em 1808 e intensificou o comércio com a Inglaterra,

havendo também o fortalecimento das oligarquias agrícolas visando políticas comerciais de exportação. No Segundo Império também ocorreram algumas revoltas de cunho liberal, como a Cabanagem no Pará e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, entre outras. Posteriormente após os movimentos de abolição da escravidão, a constituição de 1891 possuía dispositivos liberais, assim como avançando no século XX, a Constituição de 1946 também possuía estes dispositivos, igualmente como ocorreu com a de 1967 já na ditadura militar brasileira[59].

Esta breve revisão de alguns acontecimentos históricos dos séculos XIX e XX serviram para ilustrar que a afirmação de Roberto Campos não é unanimidade, sendo contestada por outros estudos e pelos movimentos intelectuais que marcaram o Brasil neste processo. No entanto, na estratégia narrativa de Campos, justifica que o Positivismo que baseou os movimentos intelectuais e políticos liberais não era libertário. Ao empregar o termo libertário, já dentro de uma construção conceitual neoliberal comete um anacronismo, pois este conceito não pode ser utilizado para justificar que o Brasil não teve pensamento liberal durante o Segundo Império e República Velha, pois, o termo libertário dentro deste contexto não existia. Dizer também, pura e simplesmente que o positivismo era de raiz socialista Saint Simoniana, assim como o pensamento marxista também era, soa como um argumento frágil.

Avaliando que existiu um processo de distanciamento teórico entre as diferentes correntes, a forma com que este pensamento foi apropriado no Brasil também deve ser considerado já que a realidade política e econômica brasileira onde o pensamento positivista se inseriu era diferente que o da Europa. Campos por sua vez não considera a flutuação do pensamento liberal e suas diferentes formas de assimilação pelas elites brasileiras[60]. Roberto Campos ao afirmar que o liberalismo nunca existiu no Brasil, já em 1994, usa uma forma polêmica para introduzir a obra de Hayek, levando mais uma vez o leitor a perceber o pensamento do austríaco como original e importante nas novas tendências do capitalismo mundial globalizado.

---

[59] "A discussão sobre o caráter liberal do conteúdo das constituições pode ser apreciada em: SOARES, 2012, p. 110-130".

[60] "O Positivismo e o Materialismo-Histórico representam, basicamente, dois constructos teóricos diferentes que buscam representar, no plano do pensamento, a realidade, ou seja, são tentativas de explicação do que é o homem, o mundo e a sociedade. Estas concepções não são construções arbitrárias e puramente subjetivas, elas são produtos histórico-sociais e, para compreendê-las, é preciso estar atento ao contexto em que surgiram, sua forma de desenvolvimento e também sua função social" (RUSSI, 2017, p. 258-259).

Em seguida Campos continua sua revisão de fatos da História do Brasil citando o período da crise econômica capitalista do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, e a influência que este momento teve no Governo Vargas:

> Nos anos 20 e 30, a formidável crise cultural, política e econômica que abalou o mundo comunicou-se conosco, sobretudo através do canal da negação dos velhos valores e das velhas certezas. O voluntarismo, o nacionalismo e o desejo de expressão, reconhecimento e poder, típico dos movimentos fascistas, e a crítica à ordem "burguesa" e liberal, sobretudo por parte do marxismo, que parecia anunciar um mundo novo na Rússia soviética, não podiam deixar de matizar fortemente a visão que os brasileiros tinham da sua realidade. (CAMPOS, 1994).

A crítica de Campos continua direcionada ao espectro ideológico, ligando os motivos da crise econômica mundial aos acontecimentos que estavam alinhando tanto os países europeus e os Estados Unidos, quanto o Brasil rumo ao nacionalismo que levou a formação dos estados totalitários, foco da crítica de Hayek. Cita velhos valores e velhas certezas, criticando a intervenção dos Estados imperialistas na economia que levaram a eclosão de duas Guerras Mundiais em um período curto, mudando consideravelmente a geopolítica mundial. A motivação da conquista mercantilista e posteriormente imperialista teria levado a centralização do poder econômico e militar em nações que buscavam subjugar outras, induzindo a limitações na liberdade de mercado e desfazendo o caráter espontâneo das relações econômicas e sociais, caro aos liberais.

Ao citar a crítica a "ordem burguesa" e o avanço do marxismo sobre a União Soviética contrapõe as duas tendências ideológicas que entraram em conflito com o posicionamento neoliberal já consolidado em 1994, que foram o nacionalismo que leva ao estatismo e o marxismo que leva ao socialismo. Delimita historicamente o papel destas ideologias "inimigas" ao pensamento libertário e que sempre estiveram presentes no Brasil por influência estrangeira.

Continua fazendo uma crítica ao desenvolvimentismo que começou nos anos 1930 com Vargas, e avançou no governo Kubitschek até os anos 1970, vindo o debate a ganhar uma nova tonalidade após os anos 1980.

> A grande demanda estratégica mudou para ter e compreender a informação. A reconfiguração econômica do mundo num sentido muito mais liberal do que jamais desde os anos 30, embora longe de ser perfeita (pelo contrário, há certa dependência a um mercantilismo de grandes blocos) não é mais feita no sentido da confrontação militar em potencial, mas sim da otimização da capacidade e da eficiência produtivas, da aceleração do desenvolvimento tecnológico, e do seu mais importante fator, a formação de capital humano de alto nível – o que compreende as questões genericamente chamadas "sociais" mas, de fato, vai bem além do distributivismo ingênuo, porque a formação de homens qualificados – produtivos e, portanto, correspondentemente remunerados, faz-se por meios muito diferentes do que simplesmente tirar de uns para dar a outros. (CAMPOS, 1994).

Roberto Campos identifica mudanças de tendências rumo a uma virada neoliberal ao separar o que antes era confrontação militar entre nações, levadas por ondas nacionalistas, ao que nos anos 1990 são otimização da capacidade e eficiência produtivas. A competição então mudou de campo, se antes as diferenças entre os países eram resolvidas no campo de batalha, no modelo neoliberal as nações perdem espaço para as empresas transnacionais, e a disputa passa a ser em razão do aumento da produtividade entre os capitais. Refere-se ao capital humano de alto nível, e difere este "homem ideal" para o neoliberalismo do representado pela ótica igualitarista, que se ampara nas lutas sociais que buscam a diminuição das desigualdades, que para Campos é "distributivismo ingênuo". Os homens produtivos, de alta remuneração são valorizados na narrativa, e cita que a distribuição de riquezas de um Estado socializante ou interventor não é capaz de estimulá-los, pois, para Campos não é possível criar capital humano de alto nível tirando das classes mais abastadas e passando para as mais necessitadas.

Finaliza o prefácio com uma perspectiva negativa em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro:

> O Brasil que há 20 anos caminhava para o Primeiro Mundo, parece hoje voltar-se para trás, para o resíduo do Terceiro Mundo. E as lições de Hayek são como pensadas para nós. O Estado, que começa como a ante-sala da Providência, torna-se pesadelo – exatamente porque os seus mecanismos voluntaristas, as suas burocracias, tem uma racionalidade distinta da otimização das preferencias individuais e da maximização da produtividade; têm a racionalidade dos objetivos próprios das "Nomenklaturas" e dos grupos em torno do poder. (CAMPOS, 1994).

Há vinte anos, ou seja, em 1974, o Brasil estava no período do "milagre econômico". É demasiada a afirmação de Roberto Campos de que o Brasil caminhava para o Primeiro Mundo, e que agora estava se voltando ao Terceiro, até porque no período em que se refere ao avanço do desenvolvimento, o crescimento foi pautado na intervenção do Estado com o modelo do Tripé econômico. Existe um outro equívoco histórico cometido por Roberto Campos, pois, o Brasil avançava com um programa privatista que já estava em gestação desde 1992 com o governo Collor através do Plano Nacional de Desestatização, e que ganhou potência a partir de 1995 com o governo Fernando Henrique Cardoso. Com isto, em 1994 quando foi escrito o prefácio estas tendências de políticas econômicas neoliberais já estavam acontecendo no Brasil.

Após estas considerações, Campos finaliza o prefácio colocando a obra de Hayek como um libelo que através das suas ideias podem redirecionar o Brasil para o caminho da liberdade econômica ao mesmo tempo em que alerta aos perigos do Estado interventor. A ineficiência do Estado ocorre, segundo Campos, devido a incapacidade de racionalização do mercado, que leva apenas ao aumento da burocracia, e que se contrapunha a otimização das

preferencias individuais que poderiam se dar apenas pelo livre mercado que induziria a uma alocação otimizada de preços e quantidades produzidas.

### 2.4.4 Um breve balanço dos prefácios

O prefácio escrito por Roberto Campos, em comparação com o escrito em 1977 por Adolpho Lindenberg apresenta uma natureza distinta. Enquanto Lindenberg procurava angariar o apoio dos católicos conservadores frente ao modelo do livre mercado, em um momento em que as elites nacionais combatiam o avanço do capital estatal e já se discutia a reabertura política da ditadura militar brasileira, Campos falava para um leitor que enfrentava as incertezas da instabilidade econômica e da incógnita do Plano Real. Ambos os momentos eram de crises econômicas e políticas, se em 1977 o produto interno se reduzia e a ditadura militar enfrentava reveses com o novo sindicalismo e com a "revolta dos empresários", em 1994 o país vivia a hiperinflação e recentemente o presidente Fernando Collor de Mello havia sofrido um impeachment. É perceptível que a narrativa neoliberal ganha espaço nos momentos de crise, por mais que em 1994 ele já fosse hegemônico, mais do que em 1977 em que iniciava sua ascensão. Analisando as diferentes narrativas dos prefácios, desde 1944, passando pela primeira edição brasileira em 1946, até por fim chegar à edição de 1994, percebo como a obra *O Caminho da Servidão* dialoga com os diferentes períodos históricos tanto a nível mundial quando ao nível nacional. A obra de Hayek possui vitalidade ideológica ao influenciar sobretudo as elites capitalistas nacionais para a defesa do livre mercado como uma utopia. Carrega também um forte anticomunismo, que foi percebido ao longo da análise dos prefácios, pois, quando era criticada a estatização, por trás estava o argumento do aumento da coletivização e consequentemente do comunismo. A aversão ao comunismo é transferida da obra para os prefácios, sendo elemento que cria a coesão ao argumento hayekiano contra a intervenção do Estado na Economia.

## 2.5 *O Caminho da Servidão* na imprensa entre 1946 e 1977

Como foi a divulgação da 1.ª edição de *O Caminho da Servidão* no Brasil?

Figura 2 – Publicidade da 1ª edição de *O Caminho da Servidão* no Brasil




Fonte: Diário Carioca, 19 de maio de 1946

Transcrição do que diz na peça publicitária: O Caminho da Servidão...Eis o título do livro no qual o economista, prof. Friedrich A. Hayek, adverte as nações livres de que o crescente coletivismo para o qual estamos marchando é incompatível com a democracia, e que o planejamento social como é interpretado hoje, trará consigo o fim de toda a liberdade individual, tanto política como econômica. Segundo o prof. Hayek, estamos trilhando a senda do totalitarismo, ou seja, O CAMINHO DA SERVIDÃO!

Assim foi feita a campanha publicitária do livro de Friedrich Hayek, divulgada por diversos jornais do Brasil. Esta propaganda foi retirada do jornal O Diário Carioca, no dia 19 de maio de 1946, porém, não foi a única peça publicitária do livro presente nos jornais, também foi apresentada outra propaganda.

FIGURA 3 – Publicidade da 1ª edição de *O Caminho da Servidão* no Brasil




Fonte: Diário Carioca, 21 de maio de 1946

Transcrição do que diz na peça publicitária: - Eis a inquietante interrogação que encontra resposta num livro dos mais importantes e que surge num momento dos mais decisivos: O Caminho da Servidão por Friedrich A. Hayek. Um livro profético que precisa ser lido ainda hoje pelos liberais, pelos democratas, pelos socialistas, pelos comunistas e por todos aqueles que se interessam pelos problemas da democracia e do progresso econômico.

A segunda imagem representa a segunda peça publicitária do livro *O Caminho da Servidão*, retirada também do jornal O Diário Carioca, aparecendo primeiramente no dia 21 de maio de 1946. A propaganda é da Editora Globo.

Na primeira imagem temos em destaque o chamado para "A liberdade", colocada como a "nossa maior riqueza", abaixo da frase colocada no canto superior esquerdo, ao centro da imagem é retratado um globo com uma régua T cruzando a imagem, ao fundo indústrias e o que parece ser uma região rural, com um compasso na imagem. Abaixo da imagem a frase "Um grito de alarma", ou seja, um grito de alarme. É o recado principal que Hayek quer passar no

livro, a ideia que qualquer tipo de coletivismo ou planejamento leva ao totalitarismo. O breve texto na campanha publicitaria apresenta as conclusões de Hayek, ou seja, que a ideia de coletivismo para o autor é incompatível com a democracia e que o planejamento leva ao cerceamento da liberdade individual, e que este seria *O Caminho da Servidão*, em seguida completa com a fase: *O Livro do Momento!*

A segunda imagem instiga mais a curiosidade dos leitores e não apresenta as conclusões do livro logo na chamada para comprá-lo. Lança uma curiosa pergunta: estão *as democracias seguindo o caminho TOTALITÁRIO?* A palavra "totalitário" aparece em destaque, até por que o clima pós-Segunda Guerra Mundial fomentava novas incertezas a respeito dos rumos que as democracias tomariam após o grave conflito mundial. Em 1946 *O Caminho da Servidão* parecia querer dar uma resposta e amenizar as incertezas apresentando um novo caminho a seguir. No centro da imagem aparecem correntes, representando a servidão das pessoas ao planejamento estatal, são as correntes que para Hayek aprisionam a liberdade dos sujeitos de seguirem suas vocações em uma economia livre. Abaixo da imagem uma frase que representa as incertezas do período, colocado como um livro que precisa ser lido em um momento decisivo de rearranjo dos Estados democráticos, e por fim, chama os leitores das mais diversas vertentes políticas, desde liberais até os comunistas para fazerem a leitura do livro. A pergunta que é possível colocar é porque socialistas e comunistas "precisam" tão urgentemente ler o livro? O livro era visto pelos editores da obra no Brasil como uma forma de leitura para conversão de socialistas e comunistas em adeptos do pensamento de Hayek?

A segunda peça publicitária é muito mais instigante que a primeira, pois não antecipa conclusões presentes no livro e chama um público amplo para a leitura. Considerando o alcance do jornal em 1946 e a inexistência da televisão, a utilização de imagens na propaganda é primordial para chamar a atenção dos possíveis leitores do livro, em uma época em que a palavra impressa e o rádio eram as principais formas de conexão das pessoas com o mundo.

*O Caminho da Servidão* foi citado primeiramente na imprensa brasileira em 1945, no dia 16 de agosto em O Jornal, do Rio de Janeiro. O Correio Paulistano alguns dias depois também citou a obra de Hayek. Em O Jornal, *O Caminho da Servidão* apareceu em um texto intitulado *Rússia Soviética e Comunismo* de Hildebrando Accioly:

> Friedrich A. Hayek, economista internacionalmente conhecido, nascido na Áustria e inglês por naturalização, descreveu num livro notável, publicado o ano passado nos Estado Unidos, com o título de "Road of Serfdom", os perigos dos sistemas totalitários, mostrou ao mesmo tempo, os pontos de contato entre o coletivismo e o nazismo e o fascismo. (O JORNAL, 16 de agosto de 1945, p. 4).

Hildebrando Accioly antecipa os temas centrais do livro de Hayek, e aponta o economista austríaco como internacionalmente reconhecido. Destaca os sistemas totalitários colocando no mesmo plano coletivismo, nazismo e fascismo. A segunda citação do ano de 1945, encontrada no Correio Paulistano, coloca o livro de Hayek como superior ao livro de um autor chamado Stolper, possivelmente trata-se do americano Wolfgang Stolper, mas o nome completo do autor não foi citado no artigo. Algumas peculiaridades são encontradas na citação do artigo intitulado "O Neoliberalismo Econômico em Chapultepec e em São Francisco"*:*

> Mas o livro de Stolper acaba de ser superado pelo "Caminho para a Escravidão" [sic], de F.A. Hayek. Professor austríaco, com muitos conhecimentos da economia alemã. Hayek, escreveu o evangelho de que necessitavam os animadores neo-liberais e que é, na verdade, um livro poderoso para as pessoas de convicções vacilantes, ou seja, a maioria. (CORREIO PAULISTANO, 3 de junho de 1945, p. 5).

A citação apresenta o surgimento do termo neoliberal, título popularizado posteriormente para economistas da linha de Hayek, até então eram chamados apenas de austríacos, liberais conservadores, discípulos de Carl Menger, entre outros adjetivos. Talvez a adoção do termo neoliberal, que não aparece mais posteriormente, nem apresenta frequência pode ser apenas a menção ao grupo de pensadores que derivam das escolas clássicas do liberalismo, sem a carga de subjetividades presentes no neoliberalismo dos anos 1970/80. O neoliberalismo dos anos 1940, não é ainda o neoliberalismo dos anos 1970, até porque inúmeras obras de Hayek ainda não haviam sido escritas como referência para outros autores. A discussão dos anos 1940 ainda estava presente no campo das ideias políticas e econômicas, em que o mundo e os intelectuais ainda estavam tentando entender o que aconteceu para eclodir os regimes totalitários que levaram para o conflito mundial. O livro de Hayek estava inserido neste contexto, pois, como é ressaltado na citação, Hayek é um profundo conhecedor da economia alemã, o que, teoricamente, dá credibilidade para o autor discutir sobre o nazismo. O uso da palavra *evangelho* soa emblemática, considerando que um evangelho é algo que deve ser interpretado literalmente, uma verdade, então, a receita para os sujeitos de convicções vacilantes seria *O Caminho da Servidão*. Pessoas com convicções vacilantes nada mais são que os social-democratas ou até os liberais menos conservadores, recomendado como leitura obrigatória para "sanar" as incredulidades ideológicas contra o livre mercado.

Após as primeiras menções ao *O Caminho da Servidão*, em 1945, as posteriores são encontradas em 1946, alguns meses após ao lançamento da obra. Enquanto as primeiras chamadas publicitárias para *O Caminho da Servidão* surgiram em maio de 1946, os primeiros textos citando a obra surgiram em agosto. Otto Maria Carpeaux em artigo intitulado *A Agonia do Liberalismo*, em data de 11 de agosto de 1946 assim cita a obra de Hayek:

> Daí a chamada agonia do liberalismo Hayek defende, porém, justamente a liberdade de mercado: porque qualquer restrição da liberdade econômica leva fatalmente à economia dirigida ou planejada, e para o planejamento e direção central da economia precisa-se de uma autoridade, capaz de impor-se aos indivíduos econômicos. (O JORNAL, 11 de agosto de 1946).

A agonia do liberalismo que fala Carpeaux é a adotada por Hayek ao dizer que o planejamento é o vilão da livre iniciativa e restringe a liberdade econômica, levando a economia dirigida e planejada. No Correio da Manhã o teor da citação ao *O Caminho da Servidão* segue da mesma forma, com ênfase em palavras que ligam o planejamento com o totalitarismo:

> A tese central do livro de Friedrich Hayek – "O Caminho da Servidão" (Livraria do Globo – Porto Alegre, 1946) é que as democracias estão caminhando para o totalitarismo com a adoção das técnicas e das teses pro-planificação. Neste livro, Hayek – um dos mestres da "escola de Viena" e que hoje está naturalizado inglês – não fala apenas como economista: apresenta a sua experiência pessoal de homem nascido na Europa Central. Procura, de preferência trazer o seu depoimento de testemunha que as análises do especialista. (CORREIO DA MANHÃ, 18 de agosto de 1946, p. 5).

As citações ao *O Caminho da Servidão* concentra-se nas teses principais do livro, havendo pouca variação além dos males da planificação e da perda da liberdade pela ação do governo. O jornal O Observador Econômico incluiu na sua análise ao livro algumas críticas fundamentais para evidenciar as fragilidades teóricas do livro de Hayek:

> Só há dois extremos que se excluem: o individualismo ou o coletivismo. O intervencionismo como sistema substituiria a Economia Política pela Ciência do Estado e da Polícia, e mesmo ainda agora, Hayek, em sua obra intitulada "O Caminho da Servidão", recentemente traduzida e editada em português pela Livraria do Globo, afirma que o coletivismo é o suicídio da democracia, fazendo profissão de fé um excessivo individualismo. (O OBSERVADOR ECONÔMICO, edição 124 de 1946, p. 61).

Hayek coloca como opostos o individualismo e o coletivismo, e prepara uma série de argumentos que demoniza o coletivismo, enquanto o individualismo se torna a principal forma de liberdade humana. É uma leitura ideológica da realidade, o mundo não é formado por estes extremos, e o livro, por vezes, tratado como uma obra prima por alguns jornais de matriz liberal conservadora, é exposto pelo O Observador Econômico como um livro que apresenta importantes contradições. As contradições do livro continuaram a ser percebidas por outros articulistas:

> O Sr. Lacour-Gayet alude sua conversa ao famoso livro de Frederick Hayek denominado "The Road of Serfdom". O autor declara que o mundo está sendo invadido por hábitos de preguiça de pensar e sentir, sendo tipicamente alemães. Esses hábitos levam à aceitação fatalista e sem debate de evoluções "sol-disant" inevitáveis.

> A evolução do dirigismo é bem conhecida. Pela supressão das noções de liberdade contratual e de lucro, pela escravização progressiva da pessoa humana, conduz rapidamente à ditadura. Em economia liberal um operário é mais livre que o patrão nacional-socialista ou diretor de um "trust" soviético.
> - "Seria tolo pensar, diz-me o ilustre membro do Instituto, que um regime de livre concorrência é incompatível com a repressão da fraude, a limitação das horas de trabalho ou a instituição de serviços sociais. Tudo isso é feito maravilhosamente e de maneira exemplar nos Estados Unidos, que é o grande padrão moderno de economia livre." (O JORNAL, 21 de novembro de 1948).

O Jornal do Rio de Janeiro expôs uma crítica do Sr. Lacour-Gayet a respeito das teses centrais de *O Caminho da Servidão*. Segundo ele a escravização progressiva e supressão das liberdades individuais causadas pelo regime intervencionista não era exclusivo do modelo de economia soviético. Regimes de concorrência perfeita experimentam os mesmos problemas, e cita os Estados Unidos como um modelo que é repleto de consequências nefastas do capitalismo atribuídos por Hayek apenas a regimes totalitários. Hayek parece querer construir uma utopia do livre mercado, em que de um lado está a economia capitalista crescendo e dando oportunidades a todos, enquanto do outro lado estaria a economia soviética usurpando toda a liberdade individual. A citação deixa em evidência que a economia dos Estados Unidos promove os mesmos efeitos denunciados no livro, com trabalhadores com muitas horas de jornada de trabalho, sem leis eficientes para regulamentar o trabalho e com fraudes que não são exclusivas das economias planejadas.

Em 1948 o Brasil vivia uma experiência de planejamento econômico com o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). O plano foi fruto de algumas controvérsias, principalmente com posicionamentos contrários dos liberais como Eugênio Gudin, neste contexto O Observador Econômico citou o plano e seu posicionamento contrário às teses de Hayek:

> Esta, sem dúvida, é uma questão preliminar, dentre outras, que aflora do exame do Plano SALTE. Pessoalmente discordamos em parte da opinião de Raymond Burrows, como discordamos da do Professor Friedrich Hayek, no seu livro "Caminho da Servidão", da mesma forma por que não estamos de acordo com o Professor Eugênio Gudin, quanto aos pontos de vista expedidos nos artigos publicados em março e abril desde ano, no "Correio da Manhã", época em que o Plano era ainda uma nebulosa, pelo menos desconhecido para quase todos. (OBSERVADOR ECONÔMICO, edição 151 de 1948, p. 49).

Os posicionamentos do Observador Econômico deixam em evidência a linha do jornal adversa ao do liberal Correio da Manhã, enquanto O Observador se posicionava contrário ao pensamento de Hayek, citando que discordam da opinião do autor descrita em *O Caminho da Servidão*, o Correio da Manhã dava espaço para economistas neoliberais como Eugênio Gudin e fazia uma narrativa elogiosa ao pensamento e ao livro de Hayek. Nesta linha, *o* Correio da

Manhã foi crítico ao plano Salte, enquanto o Observador apoiava a tentativa de planejamento do governo federal. O Observador ainda reforçou a crítica ao pensamento de Hayek com uma refutação ao *O Caminho da Servidão* escrita por Bárbara Wooton:

> As relações do planejamento com a liberdade são, como se vê, tênues. Devem repousar na fórmula de "liberdade para fazer o que se quer e liberdade daquilo que nos impede de fazer". Bárbara Wooton, na refutação ao "Caminho da Servidão" de Hayek, diz que para se chegar à união feliz e frutuosa da liberdade com o planejamento, o êxito ou o insucesso giram em torno do comportamento dos responsáveis pelo planejamento. (OBSERVADOR ECONÔMICO, edição 151 de 1948, p. 49).

São postos os limites entre liberdade e planejamento, os quais não são diretamente opostos. É frágil dizer que não existe liberdade com planejamento. Bárbara Wooton lembra que o êxito ou o insucesso da liberdade giram em torno dos responsáveis pelo planejamento. Temos níveis de liberdade e de planejamento, porém, não existe uma correlação adversa tão forte entre um e outro, algo que mesmo com um modelo matemático/estatístico seria difícil de encontrar. Hayek afirma estas correlações, para ele a relação é: mais planejamento, menos liberdade. Soa como algo natural e de fácil expressão, coisa que depende da análise abstrata e localizada de cada caso, pois até a liberdade é um conceito subjetivo para cada sujeito. Em um mesmo regime, tanto o socialismo soviético quanto o livre mercado americano, encontraríamos pessoas que se sentem mais livres no primeiro caso, quanto pessoas que se sentem menos livres no segundo exemplo. O Observador Econômico propõe um olhar menos eufórico para *O Caminho da Servidão*, em contraste com os extremismos liberais presentes no Correio da Manhã.

Como contraste apresento uma passagem do dia 12 de outubro de 1950 do Correio da Manhã, em um texto intitulado o *Liberalismo de Adenauer*, em que o Chanceler alemão demitiu o Ministro do Interior da Alemanha Ocidental, Dr. Heinemann:

> O pedido de demissão do dr. Heinemann, ministro do Interior da Alemanha Ocidental, é mais um sintoma da forte resistência que a política do chanceler Adenauer encontra. Aos socialistas-democráticos, que sempre o combateram, e a ala esquerda do próprio partido de Adenauer, que sempre desconfiava dele, começa a associar-se o centro desse seu Partido Democrático-Cristão e até o grupo moderado ao qual o dr. Heinemann pertence.
> [...]
> O Dr. Adenauer, assim como seu ministro de Economia, são homens livrescos: continuam impressionados pela famosa obra "The Road to Serfdom", na qual o eminente economista Hayek pretendeu demonstrar a ligação indissolúvel entre o Intervencionismo econômico e o totalitarismo político. (CORREIO DA MANHÃ, 12 de outubro de 1950, p. 4).

O jornal descreve um clima de hostilidade entre algumas vertentes políticas alemãs e o governo, as quais estariam se juntando contra o Chanceler alemão Adenauer. O amparo

encontrado pelo Chanceler alemão para demitir seus antagonistas políticos parece estar presente na obra *O Caminho da Servidão*, obra que segundo o jornal impressionou o Dr. Adenauer e que o guia para estabelecer uma política econômica para a Alemanha em que o intervencionismo econômico e o totalitarismo passem longe. O fato de o jornal brasileiro noticiar este episódio ocorrido na Alemanha, as vésperas das eleições de outubro que reelegeram o presidente Getúlio Vargas, reforçam um posicionamento político dos liberais para um governo não intervencionista. Destaque para o adjetivo que o Dr. Adenauer era um homem livresco, ou seja, coloca em pauta a importância da leitura para o posicionamento político do presidente, algo que parece como uma sugestão para o Brasil, em que os homens do governo também deveriam ler o livro de Friedrich Hayek.

A circulação do livro *O Caminho da Servidão* não pode ser mensurada nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil, no entanto os jornais apresentaram uma maior incidência de propagandas entre agosto e dezembro de 1946, com pouca frequência nos anos 1950. A pesquisa utilizou como base de dados quase 350 publicações nacionais disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional, não ocorrendo muitas correspondências para as palavras-chave "Hayek" e "O Caminho da Servidão". Foram encontradas no corpo dos jornais algumas propagandas de livreiros, com destaque para as Edições Caravela Ltda, que disponibiliza a importação da obra *O Caminho da Servidão* em francês e espanhol.

O jornal Diário de Notícias no dia 6 de setembro de 1953 seguindo a mesma linha liberal do Correio da Manhã, em longa resenha do livro *O Caminho da Servidão*, escrita por Vitto Santos assim foi apresentado:

> Há alguns anos uma editora fez traduzir e publicou entre nós um extraordinário livro, que vinha obtendo grande repercussão em todo o mundo. Tratava-se de "O Caminho da Servidão", obra do prof. Friedrich A. Hayek, economista austríaco.
> [...]
> A leitura desta obra, a eu fomos levados por um artigo do sr. Aliomar Baleeiro no "Diário de Notícias", nos conduz, a esta altura do panorama político universal e nacional, a graves meditações sobre o destino da democracia no mundo.
> [...]
> Por isso, acreditamos na utilidade, ou melhor, na necessidade de uma nova edição do livro do prof. Hayek que ajudaria, e muito, a desfazer os maléficos preconceitos que ainda indispõem parte da opinião pública contra a liberdade. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 de setembro de 1953, p. 2).

O Diário de Notícias, através do texto de Vitto Santos retoma *O Caminho da Servidão* após alguns anos sem citá-lo. É notório que o autor da resenha cita um artigo publicado dias antes por Aliomar Baleeiro a respeito do livro de Friedrich Hayek. Parece algo isolado, mas demonstra como ocorrem as leituras em cadeia de uma determinada obra ou autor, ativando um

circuito de novas leituras e fomentando novas ideias e críticas. Vitto Santos traz alguns adjetivos para o livro de Hayek, dentre eles "extraordinário" e de "repercussão internacional". *O Caminho da Servidão* impressionou tanto Vitto Santos que o articulista fala sobre a necessidade de uma nova edição da obra, que por sinal viria apenas no ano de 1977.

Alguns anos depois, já adentrando a década de 1962, *O Caminho da Servidão* é citado em um artigo escrito por Eugênio Gudin para o Correio Braziliense, intitulado "A Vitória de um Pensamento", publicado no dia 28 de dezembro daquele ano:

> É o único meio de se evitar uma ditadura tendência inevitável dos planejamentos arbitrários dos governos modernos conforme demonstra Friedrich Hayek no seu livro "O Caminho da Servidão". Diz Hayek: "Não se justifica a opinião de que enquanto o Poder for conferido pelos processos democráticos, ele não poderá ser arbitrário. (CORREIO BRAZILIENSE, 28 de dezembro de 1962, p. 4).

Novamente o termo do planejamento arbitrário dos governos é batido, resumindo a obra de Hayek ao mesmo mantra. Naquele mês, porém um dia antes, *O Caminho da Servidão* é resenhado por Gilberto Lopes de Morais no jornal Diário de Notícias do Rio Grande do Sul. O Diário de Notícias do Rio Grande do Sul fez outra menção ao *O Caminho da Servidão* no ano 1963 com uma coluna com o título do livro, do mesmo modo alertando sobre os perigos da planificação.

No ano de 1965, o Correio da Manhã do Rio de Janeiro noticiou a XI Convenção Paulista do Comércio, e que no encerramento de suas deliberações citaram a livre iniciativa e a economia de mercado como a solução para o crescimento da economia brasileira. Era o primeiro ano do regime militar, e o discurso da liberdade convergia com o pensamento dos ministros neoliberais Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões. Entretanto, a inspiração do grupo ao redigir o relatório foram os autores liberais, dando destaque para a obra *O Caminho da Servidão*:

> O teor do relatório coincide plenamente com as teses decorridas por um dos maiores economistas contemporâneos, como Hayek, da Universidade de Chicago, Haberler, Ropke e todos os chamados neoliberais na Inglaterra, Holanda e Suécia. É a tese desenvolvida pelo professor Hayek em seu já famoso livro *O Caminho para a Servidão*: a liberdade política não é possível sem a liberdade econômica, e a abolição ou restrição excessiva da liberdade econômica leva fatalmente à perda da liberdade política, isto é, à servidão humana. (CORREIO DA MANHÃ, 1 de setembro de 1965, p. 5).

Na década de 1960 foram poucas as ocorrências a respeito de *O Caminho da Servidão*, procurei elencar as principais passagens e citações do livro na imprensa do período. No decorrer dos anos 1970, Hayek só é citado após 1974, quando ganha o Prêmio Nobel de Economia. Uma

das passagens sobre o prêmio, o qual Hayek dividiu com Gunnar Myrdal, o jornal Opinião (RJ) o chamou de o "cavalheiro austríaco", enquanto Myrdal era o "socialista utópico".

> O Prêmio Nobel de Economia, O "socialista utópico" e o "cavalheiro austríaco".
>
> Já as posições de Hayek são totalmente divergentes (de Myrdal). Von Hayek é um dos mais firmes combatentes da cruzada anti-Estado. Para ele, o crescimento das atribuições do Estado significa "O Caminho da Servidão", título da obra (*Road of Serfdom*) que em 1945 o tornou *best seller*. Nesse trabalho Hayek declara que mesmo as reformas graduais levam inevitavelmente a regimes totalitário, incluindo nessa categoria tanto o fascismo quanto o comunismo. (OPINIÃO, edição 102 de 1974, p. 7).

A reportagem destaca as diferenças teóricas entre Hayek e Myrdal, além disso cita *O Caminho da Servidão* como um best-seller, que de fato foi, mas o jornal dá muito mais ênfase ao economista austríaco do que ao sueco.

Esta seção buscou mapear as passagens de *O Caminho da Servidão* pela imprensa brasileira entre 1946 e 1977, em que a intenção era perceber como a 1ª edição da obra foi recebida, lida e noticiada pelos veículos de informação da época. Os jornais liberais, como era o esperado, teceram elogios ao livro de Hayek, com repetitivas reportagens apontando a expansão do Estado como o vilão da liberdade.

## 2.6 *O CAMINHO DA SERVIDÃO* E A CARTA DE HENRY MAKSOUD PARA HAYEK

Realizo nesta seção a aproximação das ideias de Hayek presentes no capítulo cinco intitulado *Planificação e Democracia*, da obra *O Caminho da Servidão*[61], com a segunda carta enviada por Henry Maksoud para Hayek na data de 16 de setembro de 1977. A proposta é trazer uma interação entre fontes diferentes, com a carta de Henry Maksoud para Hayek indiretamente dialogando com a proposta de "democracia" presente no livro. Henry Maksoud nesta correspondência apresenta seu alinhamento ideológico com Hayek, tocando em diversos assuntos, mas principalmente através da discussão a respeito da democracia:

> Caro professor Hayek,
>
> Como já mencionamos em nossa carta de 27 de junho, e conversas telefônicas, o Grupo Visão, em seu objetivo de divulgar no Brasil o verdadeiro conceito de democracia, gostaria de realizar um seminário sobre Democracia e liberdade de ação

[61] "Um livro, ao ser publicizado, interage com a sociedade como um todo, com grupos sociais e também com os indivíduos em sua especificidade. O último ponto da relação literatura-sociedade refere-se ao fato-limite de que, quando um ser humano se posiciona diante de uma obra literária para lê-la e interagir com ela, cada novo ato de leitura estabelece uma nova realidade literária, produto da combinação entre o que o autor escreveu e aquele leitor específico" (BARROS, 2019, p. 100).

> entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 1977, em São Paulo, no Rio de Janeiro e, provavelmente, também em Brasília (MAKSOUD, 1977).

Antes de fazer o convite para Hayek, o início da carta apresenta os temas principais que o remetente intenciona tratar, sobretudo as relações entre democracia e liberdade. Interessante que Henry Maksoud se refere ao "verdadeiro conceito de democracia". Qual seria então este verdadeiro conceito de "democracia" que Henry Maksoud se refere? O conceito de democracia é plural, construído historicamente a partir de diversas apropriações e ressignificações, além de se apresentar de forma fluída nas práticas sociais e políticas das mais diferentes sociedades ao longo do tempo. Nesta complexa discussão, Maksoud parece seguro ao afirmar o que para ele é o verdadeiro conceito, e dentro de uma estratégia narrativa, redige sua carta sinalizando que concorda com os posicionamentos de Hayek a respeito do tema:

> Eu tenho tentado defender o conceito de que devemos ter uma fronteira muito clara entre as fontes de riqueza e poder. Desde que a democracia está sendo confundida com muitas coisas (incluindo o liberalismo europeu ou estilo Frency). Eu tenho tentado ser o mais objetivo e direto possível na definição de democracia como uma ideologia para colocá-lo como o sistema oposto ao socialismo (outra ideologia que hoje em dia também é chamada de capitalismo de Estado, comunismo, etc.). Costumo definir a Democracia como o sistema baseado na liberdade de iniciativa (como condição sine qua non) e em instituições políticas livres. A democracia pressupõe o direito à propriedade privada e também o direito de escolher como consumir, poupar e investir. Tenho enfatizado que a democracia não é igual ao liberalismo pluralista europeu, no qual os partidos totalitários podem usar livremente todos os instrumentos democráticos - normalmente para derrubar ou enfraquecer a democracia. Em nosso país, acredito que essas definições claras são muito importantes. (MAKSOUD, 1977).

Maksoud ao definir o que para ele é democracia cria um dualismo quando afirma que tenta ser objetivo na definição de democracia como um sistema oposto ao socialismo. Ao fazer esta associação remete a uma relação direta entre o sistema capitalista e a democracia. Com isto, o conceito proposto por Henry Maksoud parte da premissa que é o capitalismo que cria as condições para a democracia. É frágil a estratégia discursiva de Maksoud, pois deixa de fora diversos elementos e tensões que são inerentes ao desenvolvimento e o jogo de poder capitalista, e que nem sempre está associada com os regimes democráticos. Na segunda parte da citação Henry Maksoud explicita que para ele o verdadeiro conceito de democracia existia apenas na esfera econômica. Surge neste trecho da carta o claro alinhamento das ideias de Maksoud com o neoliberalismo e os interesses tácitos de garantir um modelo político em que a democracia está resumida ao benefício do capitalismo. Ao associar democracia com liberdade econômica sem tocar na questão dos sistemas capitalistas adotados por ditaduras, o próprio Hayek expõe seu posicionamento no capítulo que discute a democracia em *O Caminho da Servidão*:

> A democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual [...]. Tampouco devemos esquecer que muitas vezes houve mais liberdade cultural e espiritual sob os regimes autocráticos do que em certas democracias – e é concebível que, sob o governo de uma maioria muito homogênea e ortodoxa, o regime democrático possa ser tão opressor quanto a pior das ditaduras. (HAYEK, 1994, p. 84).

O descolamento do conceito de democracia de Maksoud pode ser observado em Hayek, quando o autor coloca que podem existir regimes autoritários que promovem mais liberdade aos cidadãos do que algumas democracias. Este posicionamento de Hayek permite interpretar a democracia não como uma condição de liberdade política, mas a reduz a uma liberdade econômica. Neste trecho pode-se compreender a argumentação de Maksoud na carta, ao desvincular democracia de liberdade política e resumi-la apenas a liberdade econômica. Maksoud ao discutir a democracia busca uma linha argumentativa despreocupada com as violências cometidas pelo terrorismo de Estado, sua preocupação era o avanço das empresas estatais sobre a economia, que trazia incertezas a respeito do papel da iniciativa privada no processo de acumulação de capitais. Quando Maksoud se preocupa com o avanço do Estado sobre a economia fica evidente porque na carta cita o Capitalismo de Estado como uma forma de socialismo, pois, tanto para Maksoud como para Hayek qualquer forma de planificação do Estado é um caminho para a instalação de regimes socialistas. Hayek continua o capítulo discutindo sobre os efeitos da planificação sobre a liberdade:

> Não queremos dizer, contudo, que a ditadura leva inevitavelmente à abolição da liberdade, e sim que a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de ideias, sendo, pois, essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre planificação e democracia decorre, simplesmente, do fato de que esta constitui um obstáculo à supressão da liberdade exigida pelo dirigismo econômico. (HAYEK, 1994, p. 84).

Hayek tenta abordar esta contradição no decorrer do capítulo, e de forma perigosa nega que as ditaduras levam a abolição da liberdade, colocando a planificação como o principal caminho dos estados de Exceção. Os conceitos oriundos de Hayek provocam uma inversão de significados, ressignifica conceitos como: democracia, liberdade, planejamento e Estado autoritário. Ao confundir democracia com Estado autoritário, coloca de um mesmo lado valores que eram antagônicos e direciona o planejamento como o oposto à democracia. Temos de um mesmo lado Estado autoritário, democracia e liberdade, o que é contraditório, porém, são aproximações operacionalizadas por Hayek em *O Caminho da Servidão*:

> Mas, ainda que a democracia deixe de ser uma garantia da liberdade individual, mesmo assim ela pode subsistir em um regime totalitário. Guardando embora a forma democrática, uma verdadeira "ditadura do proletariado" que dirigisse de maneira

> centralizada o sistema econômico provavelmente destruiria a liberdade pessoal de modo tão definitivo quanto qualquer autocracia. (HAYEK, 1994, p. 84)

Hayek cita a "ditadura do proletariado", referindo-se à categoria marxista como um exemplo de ascensão autoritária dentro de um regime democrático, argumentando que haveria restrição das liberdades individuais em democracias que escolhessem uma via contrária ao liberalismo econômico. A "ditadura do proletariado" seria a principal vilã da liberdade individual a partir do modelo defendido por Hayek, e demonstra a polarização do seu pensamento ao garantir de forma contundente que os modelos centralizados e contrários ao livre mercado destruiriam as liberdades individuais mais do que uma autocracia que adota os preceitos econômicos liberais. Mais de trinta anos depois as recomendações de Hayek foram acolhidas pela ditadura chilena de Augusto Pinochet, indo de encontro com que foi defendido por Hayek no ano de 1944 em *O Caminho da Servidão*. Temos a primeira experiência da adoção de preceitos econômicos neoliberais não em uma democracia, mas sim em uma ditadura de um país periférico do capitalismo mundial.

Maksoud fez as leituras de Hayek apropriando suas teses para o contexto brasileiro da ditadura civil-militar em 1977[62]. A utilização das palavras-chave como "democracia", "liberdade", "planejamento" e "exceção" são transferidas para o uso argumentativo de Maksoud, apontando para suas preocupações com o caso brasileiro, e operacionalizando estes conceitos no sentido de formar um posicionamento contrário à retórica do governo militar que enquanto falava em reabertura política, por outro lado aumentava a sua intervenção na economia, preocupando homens ligados a iniciativa privada nacional, como Henry Maksoud.

A definição de "democracia" para Maksoud é derivada das discussões de *O Caminho da Servidão* de Hayek e amparada em seu anticomunismo. As leituras feitas por Henry Maksoud fomentaram o interesse do empresário de trazer o intelectual ao Brasil, bem como foram determinantes para os direcionamentos dos editoriais que escrevia para a Revista Visão, diante disto, entende-se a promoção do pensamento de Hayek em circuitos que ele ainda não se encontrava. A adoção do pensamento de Hayek parece ser a saída encontrada por Henry Maksoud para se contrapor ao avanço do capital estatal, não pensando a democracia como um

[62] "O historiador começa agora a concentrar sua atenção sobre outros textos, escritos e publicados pelos que leram o texto considerado em primeira instância e que estavam respondendo direta ou indiretamente a ele. Sua principal necessidade é compreender como as inovações do primeiro autor, selecionadas em meio ao restante de seus atos de fala, puderam se impor aos leitores, de maneira a compeli-los a respostas congruentes com essas inovações. Ele começa por pressupor que uma enunciação atua sobre a consciência de seu receptor, que o que é lido não pode ser des-lido. Há algo de unilateral no ato de comunicação, que não se realiza por completo entre adultos em comum acordo" (POCOCK, 2003, p. 44).

valor referente ao capital e sua liberdade de circulação e acumulação[63]. A relação de Maksoud com as obras de Hayek também se evidencia na carta: "estes são apenas alguns pensamentos. Espero ouvir de você. Também devo dizer que leio e admiro seus escritos. Também gosto de ler Popper, Von Mises e Schumpetter entre outros" (MAKSOUD [CORRESPONDÊNCIA], 1977).

Ao citar a leitura de outros autores além de Hayek é possível delimitar as demais leituras feitas por Maksoud, com um núcleo de pensadores que compartilham da mesma visão a respeito da economia e oriundos da escola austríaca. Nota-se a partir da citação o alinhamento de Maksoud principalmente a partir dos austríacos, pois em nenhum momento da carta aparece citações ou menções a ideias de economistas neoliberais de outras vertentes. O combate de Henry Maksoud contra o avanço do Estado sobre a economia através dos planos de desenvolvimento de Ernesto Geisel é confundido com o coletivismo colocado por Hayek em *O Caminho da Servidão*. Ou seja, Maksoud se apropria e ressignifica o pensamento de Hayek para pensar as ações do governo militar como anti-democráticas, restringindo a análise apenas ao campo econômico.

Hayek continua sua argumentação discorrendo sobre os conflitos entre individualismo e coletivismo:

> Sob diversos aspectos, esta é uma formulação muito clara da questão básica, que nos conduz diretamente ao ponto em que a liberdade individual entra em conflito com o coletivismo. Os vários gêneros de coletivismo – comunismo, fascismo, etc. – diferem entre si quanto ao fim para o qual pretendem dirigir os esforços da sociedade. Todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos. (HAYEK, 1994, p. 74).

O autor contrapõe liberdade individual e coletivismo, também de forma dualista, pois coloca dentro do mesmo espectro político comunismo e fascismo, sem fazer as devidas distinções aproximando regimes de exceção organizados a partir de movimentos políticos antagônicos. Hayek prossegue dizendo que a democracia só é possível com a adoção do capitalismo, excluindo qualquer outra forma de coexistência democrática com o planejamento estatal:

---

[63] "Tem-se dito, em objeção à posição de Skinner, que as palavras de um autor não são dele próprio, que a linguagem que ele usa para efetivar suas intenções pode ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos. Até certo ponto isso é inerente à natureza da própria linguagem. A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Sob esse aspecto, um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada" (POPOCK, 2003, p. 29).

> O governo democrático funcionou de modo satisfatório nos casos em que, por força de uma convicção amplamente difundida, as funções governamentais se restringiram aos campos em que se podia alcançar um acordo de maioria pelo livre debate – e só funcionou enquanto isso foi possível. O grande mérito da doutrina liberal é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso a proporções adequadas a uma sociedade de homens livres. Muitos dizem, no atual momento, que a democracia não tolerará o "capitalismo". Se na acepção dessas pessoas "capitalismo" significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível. (HAYEK, 1994, p. 83).

Através da citação reforço o posicionamento de Hayek a respeito da relação entre democracia e capitalismo. Quando Henry Maksoud passa a ter contato com o pensamento de Hayek, projeta uma sociedade em que a democracia está restrita a manutenção e ampliação do poder econômico, com isto, as pautas para a redemocratização deixam de fora demandas sociais, e esvazia ainda mais as responsabilidades do Estado no que se refere ao planejamento do desenvolvimento econômico. As intenções de Maksoud fazem sentido apenas para os grupos dominantes, pois, na onda da crise do Estado de Bem-Estar Social dos países centrais do capitalismo europeu, a adoção da retórica do Estado Mínimo é conveniente, redirecionando as funções do Estado no sentido em que privilegiem as elites. A liberdade também é deturpada, nem Hayek e nem Maksoud defendem a liberdade de pensamento, artística, de credo, e muito menos política, até porque para eles a única dimensão da democracia válida é a econômica.

Após a exposição de diversos trechos de *O Caminho da Servidão* para demonstrar o que é a democracia para Hayek, complemento a visão de Henry Maksoud sobre o tema com mais alguns trechos da carta enviada pelo brasileiro para o economista austríaco. Maksoud após assumir para si as visões de Hayek sobre a democracia, expressa na carta sua preocupação sobre a incompreensão da maioria dos brasileiros a respeito do que seria a "democracia" neoliberal:

> Temos que admitir com profundo pesar e preocupação que muito poucos brasileiros, funcionários do governo ou cidadãos comuns têm uma noção inequívoca do que significa democracia. A confusão existente no mundo também está presente em seu país. As pessoas não entendem, principalmente, no contexto da democracia, as inter-relações entre os aspectos econômicos e políticos ou, em outras palavras, a importância de limites claros entre as fontes de riqueza e o poder governamental. O Estado no Brasil controla uma parte importante da economia. Dependendo do setor, temos números entre 50% e 75%. (MAKSOUD, 1977).

Maksoud coloca na carta que existe uma suposta confusão a nível mundial, a qual também é replicada no Brasil quando o assunto é democracia. Como Maksoud tem em mãos uma importante ferramenta de divulgação das ideias de Hayek, que é a Revista Visão, não hesita em usá-la amplamente, tanto que o assunto "democracia" e "liberdade", ambos associados ou

discutidos separadamente de forma regular são usados pelos articulistas em seus editoriais. Maksoud realiza uma espécie de cruzada para divulgar o pensamento de Hayek no Brasil, e demonstra seu esforço para seu guru intelectual, pois, parece ser importante para Maksoud a aprovação de Hayek em relação a suas ideias[64]. Henry Maksoud se vê na missão de desfazer esta suposta "confusão" no Brasil, e considerando que a Revista Visão tinha uma boa remessa de exemplares, estimados em 1971 em 90 mil assinantes, fora os exemplares vendidos em bancas de jornal, Maksoud acreditava que a divulgação do pensamento hayekiano poderia ser aceito entre seus leitores, os quais, além de homens de negócio e simpatizantes do liberalismo, ainda tinham funcionários públicos, estudantes universitários e políticos, os quais poderiam se posicionar ao lado das teses defendidas por Maksoud com a chancela intelectual de Hayek.

Destaca na carta o grande domínio do capital estatal no Brasil, citando números como 50% a 75% dependendo do setor. Neste tópico Maksoud não aprofunda e nem problematiza os motivos pelos quais o Estado é presente com investimentos internos. O Brasil passava por uma crescente crise impulsionada pela inflação, e a industrialização nacional era basicamente puxada ou pelo investimento internacional, que estava se retraindo após a crise do petróleo em 1974, e o capital privado nacional também sentia os efeitos da retração econômica, vide o encolhimento do Produto Interno Bruto brasileiro após o desgaste do "milagre econômico (1967-1973)". Cabia ao Estado, sob o comando de Delfim Netto, utilizar uma política econômica desenvolvimentista para favorecer a industrialização brasileira. No entanto, a ampliação da participação do Estado na economia, mesmo com o intuito de promover uma crescente industrialização e fomentar a economia com o aumento dos gastos fiscais, era vista por Maksoud como um modelo contrário aos preceitos democráticos liberais. Maksoud desta forma queria "abrir os olhos" dos leitores de sua revista a respeito da correlação construída por Hayek entre aumento do Estado sobre a economia e a emergência de um Estado totalitário.

Em seguida, Henry Maksoud continua sua argumentação se referindo aos setores da sociedade que não compreendem o que é a democracia:

> Há muitas pessoas responsáveis em nosso país que ainda não entendem o que é democracia e sua relação com a livre iniciativa e não apenas com a liberdade de expressão. Alguns temem que a democracia confunda com desordem. Outros pensam que o subdesenvolvimento e a democracia são incompatíveis. Em suma, sentimentos contraditórios existem contra a democracia. No entanto, a pior reação é que democracia significa apenas "política" aberta que se pensa ser "liberalismo", sem preocupação com o cerne da questão que é econômica, isto é, a democracia é baseada

[64]Há um clima agora para discussões sobre o assunto. Nossa revista tem repetido permanentemente os fundamentos da liberdade individual, iniciativa privada, democracia, etc., há vários anos e agora já temos um público bastante significativo e mais pessoas pensando e falando sobre o assunto (MAKSOUD, 1977).

> na liberdade ampla, mas não apenas na liberdade de expressão, liberdade para os intelectuais mas também (e basicamente), na liberdade de iniciativa ou liberdade dos "fazedores" (para usar seus próprios pensamentos) (MAKSOUD, 1977).

Maksoud faz a distinção entre dois grupos, de um lado os fazedores, em que coloca os defensores da livre iniciativa, e de outro lado coloca os intelectuais, que pensam a democracia como o acesso à liberdade de expressão, dentre outras formas de manifestação. O centro da discussão "democrática" para Maksoud ao utilizar os referenciais de Hayek resume-se ao "cerne da questão que é econômica". Considero que uma discussão a respeito da democracia em um país como o Brasil, que iniciava um processo de reabertura deveria ser mais inclusiva ao considerar que a economia não era a única vertente, principalmente porque vários intelectuais e artistas foram afetados por ações repressivas, sobretudo nos anos de chumbo com a entrada em vigor do AI-5. Maksoud deixa de lado os intelectuais, colocando a liberdade econômica acima da liberdade de expressão simplesmente porque para ele a liberdade dos chamados "fazedores" deve ser maior que a liberdade dos que "apenas" escrevem ou pensam. É uma visão de uma democracia um tanto elitista, em que o econômico supera as outras formas de liberdade, e este era o projeto democrático do empresário Henry Maksoud, que ao copiar Hayek pretendia preparar a mentalidade de seus leitores para este programa constitucional. Ou seja, uma reabertura direcionada para a elite econômica, mantendo a livre iniciativa acima de todas as outras liberdades humanas. Uma visão não apenas liberal, mas também extremamente individualizante, em que o capital econômico se sobrepõe à coletividade e a livre expressão cultural e política. Por fim, Maksoud continua a deturpar o conceito de democracia deslegitimando as lutas de outros setores da sociedade que buscavam uma forma de democracia inclusiva:

> Analisando em profundidade o que muitos políticos dizem, ou o que lemos e ouvimos de muitos intelectuais - jornalistas, escritores, diretores de cinema, professores, etc. - chegamos à triste conclusão de que aqueles de quem mais ouvimos ou lemos sobre direitos humanos e liberdade , falta uma noção clara do que deveria ou poderia ser, no Brasil, um regime democrático (MAKSOUD, 1977).

A ideia de democracia é bem delimitada por Maksoud na carta para Hayek, criticando setores da sociedade que lutavam por liberdade, inclusive arriscando suas próprias vidas, para defender a hegemonia econômica dos seus pares. A única referência à democracia válida para Maksoud era a colocada por Hayek em *O Caminho da Servidão*, e procurou na carta ser bem fiel a ela. Maksoud segue à risca suas argumentações emparelhadas aos ensinamentos de Hayek em *O Caminho da Servidão*, e a carta enviada, mais que uma expressão das ideias de Maksoud

também era uma forma de demonstrar para Hayek que ele tinha um seguidor fiel em terras brasileiras.

## 2.7 *O CAMINHO DA SERVIDÃO* NA IMPRENSA DURANTE AS VISITAS DE HAYEK AO BRASIL

O objetivo desta seção é apresentar alguns trechos de reportagens realizadas durante as passagens de Hayek pelo Brasil entre 1977 e 1981. Não são reportagens que falam diretamente sobre o livro *O Caminho da Servidão*, mas que citam a obra ou utilizam sua ideia principal de combate aos coletivismos para formular questões ou argumentações no sentido de valorizar o individualismo e o neoliberalismo. O neoliberalismo assume nestas narrativas o papel de destaque como uma doutrina que contrasta com todas as outras que representariam diversas formas de coletivismo que levam ao totalitarismo formando uma mentalidade anticomunista. As reportagens adotam a mesma visão de Hayek em definir que o melhor caminho para a organização humana é a liberdade baseada na individualidade, notória em países de capitalismo avançado, porém sem a adoção da devida criticidade e sem diferenciar devidamente as condições econômicas e sociais de cada país. Para Hayek e seu modelo de liberdade econômica não existe distinção entre países do centro e da periferia. Também não existe a crítica ao seu próprio modelo, colocando as outras formas de organizações sociais baseadas tanto no Estado de Bem-Estar Social, onde a social-democracia é a principal referência, quanto os demais regimes totalitários que assolaram o mundo como o nazismo, fascismo e stalinismo como regimes coletivistas de vias diversas, mas com o mesmo objetivo.

A imprensa que noticiou as visitas de Hayek adotou este modelo de mundo ao construir as narrativas das reportagens. Desta forma cabe a apresentação destas narrativas, as quais será feita uma aproximação com os argumentos de *O Caminho da Servidão*. O jornal Folha de São Paulo, em data de 1 de dezembro de 1977 assim noticiou as diferenças entre liberdade individual e o coletivismo:

> Esta colocação torna a questão muito clara. E dirige-nos para o conflito entre a liberdade individual e o coletivismo. Os vários tipos de coletivismo (comunismo, fascismo etc.) diferem entre si pelas metas que pretendam impor aos esforços da sociedade. Mas todos contrastam com o liberalismo e o individualismo ao pretenderem organizar o esquema social e todos os seus recursos em torno deste objetivo unitário, recusando considerar a existência de esferas autônomas nas quais os fins dos indivíduos sejam supremos. São totalitárias no sentido verdadeiro da palavra. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1 de dezembro de 1977, p. 2).

Hayek estabelece as diferenças entre individualismo e coletivismo indicando que todos se contrapõem ao liberalismo. O traço marcante para a divisão entre os modelos de sociedade está para o austríaco na planificação estatal, que na medida em que gradativamente aumenta sua participação vai suprimindo a liberdade individual. Estes argumentos de Hayek são os mais conhecidos da narrativa do autor, principalmente na base da sua doutrina encontrada em *O Caminho da Servidão*, mas o que demonstro é que a construção das reportagens segue um alinhamento importante com a obra, por mais que já tenha um lapso de mais de 30 anos entre a publicação original e as visitas do austríaco ao país.

No capítulo cinco de *O Caminho da Servidão*, intitulado *Planificação e Democracia*, em que Hayek discorre sobre o antagonismo entre os conceitos, opondo democracia de um lado e planificação de outro, é possível encontrar uma passagem muito parecida com o trecho da reportagem da Folha de São Paulo:

> Os vários gêneros de coletivismo – comunismo, fascismo etc. – diferem entre si quanto ao fim para o qual pretendem dirigir os esforços da sociedade. Todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos. (HAYEK, 1994, p. 74).

A similaridade entre os trechos comprova a permanente utilização por Hayek do pensamento que desenvolveu em *O Caminho da Servidão*, é a base que o autor usa para sustentar suas argumentações. É perceptível que todo o pensamento de Hayek posterior ao *Caminho da Servidão*, principalmente em *Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade* são sustentados através das bases ideológicas erguidas na obra de 1944, é a doutrina que se faz presente em suas visitas e nas outras obras que escreveu. Para amenizar os argumentos contrários ao individualismo extremado, em que cada um olhando para seus interesses poderíamos ter uma sociedade sem compaixão formada por pessoas egoístas responsáveis exclusivamente por seus fracassos ou sucessos, o Jornal Folha de São Paulo justificou como seriam estes homens individualistas:

> O individualismo não se baseia no fato de que o homem deve ser egoísta ou autocentrado. Ele parte do fato indisputável de que os limites do nosso poder de imaginação tornam impossível incluir em nossa escala de valores mais de um setor das necessidades da sociedade inteira. E a partir do fato de que escalas de valores só podem existir em mentes individuais, concluímos que os regulamentos morais existentes são parciais e inevitavelmente conflitantes entre si. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1 de dezembro de 1977, p. 2).

O argumento no qual Hayek se baseia para retirar o foco do individualismo está ancorado na ideia de uma escala de valores morais, em que cada homem possui uma capacidade

intelectual limitada para enxergar os valores totais necessários para a sociedade. Pensando individualmente Hayek parece ter razão, mas quando pensamos em políticas públicas existe uma rede de pessoas e auxílio de dados estatísticos que permitem mapear e identificar os pontos sensíveis da sociedade, fazendo com que o governo possa atuar de forma efetiva. A respeito das chamadas escolhas morais que são conflitantes com a sociedade é possível pensar da mesma forma, pois se hipoteticamente tivéssemos a sociedade livre do modelo de Hayek, cada sujeito com sua autonomia e liberdade individual, haveria inevitavelmente o choque com os interesses alheios. O homem é um ser gregário, e para viver em sociedade é necessário renunciar a algumas liberdades para ocorrer um equilíbrio, com a moral servindo como base para as atitudes para convivência em grupo.

Sobre a filosofia do individualismo apresentada na Folha de São Paulo, encontramos de forma muito semelhante um trecho sobre o assunto em *O Caminho da Servidão*, parecendo uma transposição do livro para a matéria jornalística:

> Este é o fato fundamental em que se baseia toda a filosofia do individualismo. Ela não parte do pressuposto de que o homem seja egoísta ou deva sê-lo, como muitas vezes se afirma. Parte apenas do fato incontestável de que os limites dos nossos poderes da imaginação nos impedem de incluir em nossa escala de valores mais do que uma parcela das necessidades da sociedade inteira; e como, em sentido estrito tal escala só pode existir na mente de cada um, segue-se que só existem escalas parciais de valores, as quais são inevitavelmente distintas entre si é mesmo conflitantes. (HAYEK, 1994, p. 76).

No mesmo capítulo citado anteriormente de *O Caminho da Servidão*, Hayek também discorre sobre o individualismo. Desta forma, posso concluir que a matéria do jornal Folha de São Paulo de 1º de dezembro de 1977 foi construída com base na obra de Hayek pela similaridade entre os trechos, apenas trocando a forma com que as frases foram escritas. Relembrando que em 1977 havia apenas a obra *O Caminho da Servidão* publicada no Brasil, obra a qual o jornalista que escreveu a matéria parece ter recorrido para montar a apresentação do texto. A intencionalidade do jornal ao concentrar a apresentação no capítulo cinco da obra, que fala sobre *Planificação e Democracia*, pretendeu reforçar na matéria elementos do livro em que Hayek constrói sua argumentação contrária a intervenção estatal na economia, contraponto com a sua visão sobre democracia, associando estas intervenções com o que ele chama coletivismos (fascismo, nazismo e socialismo).

Avançando na discussão, o percurso da leitura de *O Caminho da Servidão* também foi feito pelo Jornal do Brasil, que em data de 4 de dezembro de 1977 realizou uma entrevista com Hayek:

> JB – O Sr escreveu em *O Caminho da Servidão* que alguns países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos estavam seguindo o mesmo caminho que a Alemanha nazista com o atraso de 10 a 25 anos. Agora que se passaram mais de 30 anos, o Sr crê que isso possa acontecer? Se não, o que aconteceu nesse ínterim?
>
> O processo foi retardado porque os socialistas na sua maioria, abandonaram o que eu gosto de chamar "hot socialismo" ou "socialismo quente", que previa a nacionalização das indústrias, e chegaram a conclusão de que podem alcançar a maior parte de seus objetivos com distribuição de impostos e taxas. É um tipo de socialismo diferente, se comparado com o anterior, mas, mesmo assim, penso que esta mentalidade de esperar estas benesses do Estado e propor a redistribuição de renda leva na mesma direção, apenas que mais lentamente. Se tivesse que reescrever meu livro teria que levar em conta que o socialismo mudou suas técnicas, mas não tenho motivos para crer que as conclusões não seriam muito semelhantes. (JORNAL DO BRASIL, 1977, p. 54).

A indagação do jornal é relevante, pois permite que Hayek repense os argumentos principais de *O Caminho da Servidão* e os desdobramentos históricos que eles tomaram após mais de 30 anos da publicação original da obra. Hayek no livro fala que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estavam no caminho totalizante. A Grã-Bretanha, com a Alemanha comandaram a retomada do capitalismo na Europa, enquanto os Estados Unidos se tornaram a principal nação capitalista do mundo, muito distante o totalitarismo previsto por Hayek. Hayek, para defender seus argumentos em *O Caminho da Servidão*, fala que os países deixaram de lado o que ele chama "socialismo quente", que previa a nacionalização das indústrias e da propriedade privada. A promoção de políticas sociais dos Estados de Bem-Estar Social para Hayek mudou a forma com que o socialismo passou a atuar. Segundo Hayek esta mutação do "socialismo quente" para o Estado de Bem-Estar Social é responsável por uma reformulação das ações políticas do socialismo, que ao invés de ser implantado por uma revolução armada ou brusca, passaria a se instalar lentamente.

Criticamente é forçado pensar estas associações, pois a reestruturação econômica pós-guerra surgiu com o intuito de retomar o capitalismo, principalmente as relações internacionais que levaram a aceleração dos processos de globalização. Além do que junto com o crescimento das economias capitalistas no período ocorreu a consolidação dos mercados financeiros internacionais. Hayek força uma disputa ideológica entre liberalismo contra todas as outras ideologias políticas, porém, é útil como discurso político e econômico para consolidar o poder das hegemonias. Esta manobra teórica feita por Hayek também é utilizada para o autor validar seus argumentos escritos em *O Caminho da Servidão*, fazendo com que Hayek afirme que se ele tivesse que reescrever o livro a sua base conceitual não mudaria, apenas acrescentaria que o socialismo mudou suas técnicas.

A pauta anticomunista segue, e em 11 de maio de 1981, já na última vez que Hayek esteve no país o jornal O Estado de São Paulo faz uma menção ao *O Caminho da Servidão* que Hayek refuta as teses de Rousseau e dos enciclopedistas franceses:

> Anticomunista coerente, com um único livro até hoje publicado no Brasil, "O Caminho da Servidão" (Editora Globo, 1946), ele refuta as teses de Rousseau, dos enciclopedistas franceses do século XVIII e até a lógica cartesiana. Adverte que é neles que se encontra a primeira etapa rumo a um totalitarismo inicialmente ideológico e econômico e depois inexoravelmente, social e político, abrangendo todas as fases da vida, como nos países satélites da URSS, na própria União Soviética, na China continental etc. (ESTADO DE SÃO PAULO, 11 de maio de 1981).

Hayek sempre foi um crítico da filosofia de Rousseau, como o jornal coloca, para ele as teses do autor em *O Contrato Social* foram o elemento inicial que permitiu que o pensamento socialista se articulasse. A visão do economista austríaco é de que os enciclopedistas formaram a base do pensamento que foi utilizado pelos Estados totalitários do século XX. Em *O Caminho da* Servidão, Hayek elogia pensadores políticos conservadores do século XIX como Alexis de Tocqueville e Lord Acton, como alternativa política ao que ele chama de socialismo francês iniciado com Rousseau. Não me aprofundo na discussão filosófica sobre o tema, muito menos na validade da argumentação de Hayek sobre os enciclopedistas, mas o que cabe mencionar é que este trecho de *O Caminho da Servidão* é resgatado pelos jornalistas brasileiros que noticiaram a vinda de Hayek ao Brasil.

O jornal Estado de São Paulo, em 23 de dezembro de 1977, anteriormente já havia publicado um trecho de uma palestra em que Hayek faz a mesma afirmação encontrada em *O Caminho da Servidão*:

> Hayek, que dividiu o Prêmio Nobel de Economia com Gunnar Myrdal em 1974, afirmou, durante sua palestra, que "todo o mal de nosso século provém do iluminismo francês, quando Voltaire, Rousseau e Helvetio quiseram conciliar a liberdade com a igualdade. (ESTADO DE SÃO PAULO, 23 de dezembro de 1977, p. 21).

Hayek é declaradamente contrário ao iluminismo francês, inclusive contra os ideais da Revolução Francesa, que para ele nada mais são do que uma alternativa de socialização com a conciliação da liberdade com a igualdade. É possível compreender que a negação dos franceses faz sentido dentro do pensamento hayekiano, as bases teóricas do autor estão ancoradas nos modelos de livre mercado e da "mão invisível" de Adam Smith, em que transparece a liberdade econômica sem estar associada às questões sociais. Por mais que Smith também trabalhe estes temas, sobretudo em outras obras como na *Teoria dos Sentimentos Morais*, é percebido que o pensamento de Smith é muito mais amplo do que as teses apoiadas por Hayek, como veremos posteriormente em *Fundamentos da Liberdade*.

Em uma das cartas enviadas por Henry Maksoud, na data de 5 de junho de 1978, a questão do pensamento de Rousseau desperta interesse no empresário paulista. Maksoud percebe que jornais e revistas do Brasil estavam escrevendo sobre Rousseau em razão dos duzentos anos de sua morte, e pediu para que Hayek escrevesse algo sobre o assunto, logicamente com o interesse que "denunciar" a raiz socialista do pensamento do iluminista francês:

São Paulo, 5 de junho de 1978

> Caro professor Hayek,
>
> Este ano, os jornais e revistas aqui no Brasil estão escrevendo sobre Rousseau, e também sobre Voltaire, em comemoração ao seu centésimo segundo aniversário da morte.
>
> Contudo, nunca se vê uma verdadeira análise do tremendo efeito do "Contrato Social" de Rousseau, nos diferentes sistemas e manifestações políticas desde então. Em outras palavras, Rousseau é visto mais como o escritor de uma "Bíblia" que iniciou muitas coisas boas neste mundo. Dificilmente se lê algo sobre si mesmo como fonte de propagação da onda "social".
>
> Quero muito publicar pelo menos um artigo curto mas incisivo sobre a influência de Rousseau nos problemas modernos. Você poderia nos escrever algumas páginas sobre esse assunto (eventualmente mencionando também essa discussão com Voltaire) e indicando o que realmente Rousseau significou para o "aborto espontâneo dos ideais democráticos"; também sobre sua influência no desenvolvimento de todas as escolas positivistas, racionalistas, construtivistas, utilitárias etc., presentes hoje em dia?
>
> Espero que você possa fazer isso sem interferir muito no seu horário de trabalho - caso contrário, indique algum breve trabalho específico sobre o assunto.
>
> Desejo os melhores cumprimentos pessoais.
>
> Henry Maksoud.

Hayek não responde ao pedido em carta futura, justificando que estava ocupado escrevendo o terceiro volume de *Direito, Legislação e Liberdade*. Porém, o que quero destacar é que as opiniões de Maksoud sobre Rousseau e os iluministas, como sendo os responsáveis pelo "aborto espontâneo dos ideais democráticos", e posteriormente com a escrita de artigo afirmando estes disparates sem uma discussão teórica convincente só são possíveis pela leitura de *O Caminho da Servidão* por jornalistas e empresários brasileiros que comungam das mesmas ideias de Henry Maksoud.

## 2.8 A ÁRVORE DO PENSAMENTO DE HAYEK

Neste tópico, como forma de conclusão do capítulo, é necessário estabelecer a ligação metodológica do impacto da obra *O Caminho da Servidão* com o restante da tese. Basta imaginar o pensamento de Hayek como uma árvore, dividido em três partes, 1) doutrina 2) movimento e 3) ação política. Doutrina e movimento se confundem, mas penso a fase de germinação do pensamento de Hayek em raízes que podem ser representadas por: Colóquio Walter Lippmann, Sociedade Mont Pèlerin, London School of Economics, Universidade de Chicago, Escola Neoclássica de economia, Escola Austríaca a partir de Mises, discussões com ordo-liberais Alemães, relacionamento de amizade ao mesmo tempo que era antagonista teórico de Keynes (fase de formação do pensamento de Hayek). Após, podemos pensar o tronco com *O Caminho da Servidão*, a obra que impulsionou Hayek internacionalmente.

A partir da aceitação internacional de *O Caminho da Servidão* refletir os desdobramentos do pensamento de Hayek em outras obras de sucesso e suas traduções no Brasil, as viagens ao país, as publicações influenciadas por ele (Hayek na UnB, Hayek no Brasil), as reportagens na mídia impressa (essa parte podemos considerar como os galhos, uma mistura de doutrina e movimento ainda). Os frutos são os resultados da doutrina somada ao movimento, que podemos colocá-los como ação política neoliberal.

Este tópico além de ser o elo com o terceiro capítulo onde serão exploradas as demais obras de Hayek e suas interrelações com as cartas e com a mídia, serve também para valorizar a obra *O Caminho da Servidão* como um divisor de águas, porém, o pensamento de Hayek estava muito além de *O Caminho da Servidão*, e suas demais obras são resultados de suas experiências internacionais, seminários e visitas a outros países, contatos com outros intelectuais. Em *O Caminho da Servidão*, Hayek desenvolve seus argumentos anticomunistas, porém, na continuidade das suas outras obras, as interpretações sobre o comunismo precisaram ser modificadas considerando a emergência dos Estados de Bem-Estar Social. Neste contexto, se em *O Caminho da Servidão* o inimigo maior era o planejamento central e o comunismo, nas obras precedentes o inimigo passou a ser esta nova forma de coletivismo, marcado pelos Estados de Bem-Estar Social.

No terceiro capítulo trato as obras *Direito, Legislação e Liberdade* e *Os Fundamentos da Liberdade*, abordando quatro assuntos que traduzem a forma de atuação neoliberal no campo da política de Estado Mínimo, ou seja, nestas obras a doutrina neoliberal delimita como o Estado deve se portar em relação a fatores fundamentais que atingem diretamente as classes populares e reforçam as formas de dominação, são elas a percepção neoliberal a respeito da

democracia (demarquia), previdência privada, trabalho assalariado e sindicatos. A escolha destes temas é oriunda do impacto social que eles podem causar na vida das pessoas, aumentando a diferença estrutural entre ricos e pobres, atuando como o modus operandi da precarização da vida das massas, em que trabalhadores perdem direitos, a previdência social é reduzida, bem como a saúde pública, os sindicatos são atacados e a democracia é limitada. Estes elementos explorados na mentalidade de Hayek serão expostos pela imprensa e nas palestras do economista, e cabe identificar a paridade entre as narrativas dos livros e o discurso da imprensa em que podemos identificar a influência de Hayek na formação do pensamento neoliberal brasileiro e no combate ao Estado de Bem-Estar Social.

## CAPÍTULO 3 – HAYEK E O COMBATE AO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O terceiro capítulo será iniciado com uma discussão teórica que embasa as reflexões posteriores a respeito dos posicionamentos polêmicos de Hayek referente ao papel do Estado de Bem-Estar Social. No segundo capítulo vimos as principais ideias contidas em *O Caminho da Servidão* e seus desdobramentos no que se refere ao seu papel dentro de uma construção narrativa anticomunista, contrária ao planejamento estatal e a favor do livre mercado. Em *O Caminho da Servidão* o inimigo era o comunismo, porém, avançando no tempo, sobretudo pós Segunda Guerra Mundial, outro cenário surge, e a intervenção do governo na economia ganha força e obtém apoio nos países centrais do capitalismo, surgindo o que foi a *Era de Ouro do Capitalismo*. Nesse contexto, a argumentação tecida por Hayek em *O Caminho da Servidão* perdeu força, levando-o a escrever uma outra obra, chamada *Os Fundamentos da Liberdade*. Nessa obra o inimigo deixa de ser o comunismo e passa a ser o Estado de Bem-Estar Social, que, segundo Hayek, por sua natureza intervencionista seria uma nova configuração do antigo comunismo. Hayek então decide, principalmente na terceira parte de sua obra, atacar o Estado de Bem-Estar Social. Albert Hirschman, em *A retórica da intransigência*, tece algumas reflexões sobre a obra de Hayek:

> Seguindo a mesma linha o próprio Hayek passou ao ataque explícito contra o Welfare State na sua seguinte publicação importante, *The constitution of liberty* (A constituição da liberdade), em 1960. Todo a terceira parte dessa obra, "Liberdade no Welfare State" (do capítulo 17 ao 24), é dedicada a esse ataque. No capítulo inicial dessa parte, "O declínio do socialismo e a ascensão do Welfare State", Hayek parece lamentar retrospectivamente ter errado o alvo em *The road to serfdom*. Por uma série de razões que ele expõe, os principais alvos dos ataques nesse livro, o "planejamento" e o socialismo em sua versão marxista ortodoxa, perderam grande parte dos seus atrativos, tanto para os trabalhadores quanto para os intelectuais. (HIRSCHMAN, 1992, p. 96).

Ao longo das próximas seções, aprofundo na terceira parte da obra *Os Fundamentos da Liberdade*, versando sobre três capítulos que julgo importantes devido à operacionalização do combate de Hayek ao Estado de Bem-Estar Social, os quais serão "O Assalariado e o homem independente", "Os Sindicatos" e "Previdência Social". Esses capítulos contemplam a dimensão de ataque ao modelo de bem-estar social ao abordar a individualidade do sujeito, com uma valorização do homem que se faz por conta (*self made man*), a desmobilização coletiva dos trabalhadores por meio da crítica aos sindicatos e a dimensão da Previdência Social, que desampara os trabalhadores, além de no mesmo capítulo Hayek querer destituir a saúde pública como direito fundamental, principalmente para os idosos.

Feita essa breve apresentação do que será abordado a respeito de *Os Fundamentos da Liberdade*, considero os posicionamentos de Hayek uma afronta contra o Estado de Bem-Estar Social, ou seja, contra o amparo social e a mobilização dos sujeitos no sentido de um pertencimento ao coletivo, esterilizando formas importantes de solidariedade, principalmente por meio da retirada das responsabilidades do Estado em prover bem-estar à população. Recorro primeiramente a Bertrand Olgivie na obra *El hombre desechable*, também ao pensamento de Etienne Balibar a respeito da violência na política e na sociedade. As contribuições de Albert Hirschman me ajudam a pensar a violência estatal neoliberal por meio das suas teses da perversidade, futilidade e ameaça, as quais abordo ao longo desta reflexão.

Bertrand Olgivie pensa a violência em diversas dimensões, as quais podemos correlacionar com o tipo de violência proferida por Hayek:

> Violencia que es una suerte de reacción inmunitaria respecto de la precedente, y que es aquella que hoy en día se llama "la violencia", violencia urbana, violencia dos suburbios, violencia étnica, etc. Pero todos estos calificativos que intentan localizarla y, por lo tanto, limitarla a "situaciones sociológicas" no deben hacer olvidar que ella es, ante todo, rechazo inmediato, implícito, inconsciente, de los efectos directos o indirectos de la violencia del ordem mundial. Así, no sin razón, se puede hablar en general de "la violencia" em la actualidad, a causa de su globalidade, del carácter estructural, mundial, del fenómeno, pero tambíen erróneamente, si uno se deja llevar por encontrarle un origen mitológico, de un retorno a la bestialidade o a la barbárie del mal origen, mientras que es, em esencia, un resultado, extremamente sofisticado, de una historia social y política, un punto de desenlace provisional y, por lo tanto, una novedad. (OLGIVIE, 2013, p. 76).

A violência mundial e globalizada que se refere Bertrand Olgivie possui a mesma origem da violência fomentada por Hayek em *Os Fundamentos da Liberdade*. Etienne Balibar contribui com esta reflexão:

> Y yo diría que la extrema violencia de la mundialización, o más exactamente, la extrema violencia engendrada por la fase actual de la mundialización, se debe esencialmente a dos desarrollos desde ahora muy visibles, y sin duda interdependientes: la extensión de la denominada destrucción "creadora" al ambiente planetario, y por ende a las condiciones materiales (tanto naturales como culturales) de la vida humana, y la realización de lo que Marx había llamado la "subsunción real" del trabajo al capital bajo la forma de una incorporación del consumo, de la salud, de la educación, de la vida afectiva, y generalmente de las funciones de "formación" y de "individuación" del ser humano, al circuito de acumulación del capital financiero, a lo que los economistas neoliberales llaman la emergencia del "capital humano". (BALIBAR, 2015, p. 52).

É possível estabelecer uma relação entre os desdobramentos da violência neoliberal, que além de econômica é cultural e social, e os pontos elencados por Bertrand Olgivie ao enumerar os tipos de violências que surgem no contexto urbano, étnico e nos subúrbios. É importante quando o autor cita os efeitos diretos e indiretos da violência da ordem mundial,

pois essa violência é potencializada pelo desmonte do Estado de Bem-Estar Social, colocado por Olgivie como uma violência da ordem mundial. A nova ordem mundial apontada por Olgivie é o resultado dos processos de crescimento de políticas neoliberais em níveis globais, a nova ordem mundial é uma nova ordem financeira que se baliza pelo crescimento do capital privado e uma submissão do Estado aos interesses das elites que controlam as estruturas de poderes dominantes. Uma gestão mundial excludente, em que o Estado é cúmplice dos desmandos dos poderes econômicos, que, assim como Olgivie indica, provocam efeitos diretos e indiretos sobre os países tanto centrais quanto periféricos do capitalismo mundial. Uso essa passagem para reforçar os impactos da retirada do Estado de Bem-Estar Social e o avanço da violência causada pela nova razão de mundo, adotando a terminologia de Dardot e Laval e a consequente construção de um sujeito descartável do neoliberalismo, fruto da violência da qual Bertrand Olgivie se refere. A citação de Balibar corrobora com essa visão, ao tratar de termos como emergência do "capital humano" e a extensão da chamada "destruição criadora", fruto dos pensamentos de outros autores que contribuem com o pensamento neoliberal, como Gary Becker e Joseph Schumpeter, e permitem desconstruir um sujeito autônomo, que, ao perder sua individualidade, passa a fazer parte de uma lógica da reprodução do capital[65]. Vemos nessas duas citações a transmutação do sujeito amparado pelo Estado, ou seja, a passagem do sujeito do Estado de Bem-Estar Social para o sujeito descartável do neoliberalismo. O assalariado de Hayek como veremos é possivelmente um homem do modelo do Estado de Bem-Estar Social, enquanto o homem independente, o que deve ser almejado, é o homem da nova razão do mundo neoliberal. Porém, dentro de um modelo competitivo da destruição criadora, o que o Estado deve fazer com aqueles sujeitos destruídos, mas que não foram recriados, ou seja, que não foram transmutados para a categoria de capital humano? Esses homens que não se convertem em capital humano são tratados pelo Estado neoliberal como expurgo, resultando em violência contra esses sujeitos, que com o desamparo do Estado passam a viver com o medo de sofrer expulsões, ou seja, sendo comum perder seus locais de moradia ou o direito de viver em lugares salubres nas grandes cidades. A eclosão da violência étnica também é latente, pois emergem governos conservadores e reacionários com o neoliberalismo, fomentando uma visão preconceituosa do outro. Existe uma ideia de que aquele que não for útil é descartável, e a

[65] "No obstante, la globalización no es solamente una extensión de las posibilidades de acumulación en detrimento de la vida, de la naturaleza y de la cultura de las poblaciones; es también una gigantesca mutación de las fuentes de acumulación del capital y de los modos de sujeción de los individuos, que aprovecha la flexibilidad y la capilaridad del capital financiero para explotar a los seres humanos a la vez como productores y como consumidores, como fuerza de trabajo y como fuerza de dolor y disfrute, en su capacidad de producción y en sus deseos o sus necesidades…" (BALIBAR, 2015, p. 54)

violência passa a assumir diversas formas, as quais Olgivie adota a nomenclatura de violência sem direção[66].

Na sequência de sua reflexão, Olgivie utiliza alguns fundamentos de Hegel para discutir a ideia de razão, relacionando-a com a lógica de mercado como uma perpetuação do enriquecimento contínuo das elites:

> El razonamiento de Hegel es claro aquí no ha perdido su pertinencia: la lógica del mercado desemboca no en un enriquecimento de todos, sino en el doble movimiento contradictorio de un enriquecimiento fantástico de una pequeña cantidad que tiene por correlato la extrema pobreza y la exclusíon endémica de una parte fluctuante de la población, mecanismo que lleva a las sociedades, observa Hegel de pasada, a exportar hacia las colonias a esas porciones de población con los problemas que las acompañan, de manera de crear un nuevo mercado, nuevos compradores; hasta que, evidentemente, como la Tierra es redonda, esa fuga hacia delante resulte bloqueada y los colonos vuelvan a su casa con una parte de los excolonizados. (OLGIVIE, 2013, p. 70).

A passagem retirada do pensamento de Bertrand Olgivie tem como objetivo demonstrar a centralidade das forças de mercado como difusor de desigualdades sociais e proliferação da pobreza e da exclusão social. O autor cita Hegel contextualizando o pensamento do autor para tratar do período colonial, porém ainda existe uma forma de dominação que é típica do capital que perpetua a concentração de riqueza nas mãos de poucos, enquanto produz uma massa de sujeitos descartáveis. Essas disparidades são potencializadas por meio do neoliberalismo, mostrando uma face violenta da exclusão econômica que se desdobra sem um Estado presente para tentar frear esse processo por meio de políticas de amparo.

Como forma de conclusão do pensamento, Olgivie expõe as causas estruturais que levam à proliferação da pobreza nas sociedades capitalistas:

> La conclusión se impone por sí misma: el problema de la producción del "populacho" no es solamente el de la pobreza, sino de lo que revela de las causas estructurales de la pobreza. La lógica de la "sociedade civil" produce inevitablemente una clase creciente de individuos que no solo están amenazados de pobreza o de injusticia, sino que, simplemente están "de más". Ese es el colmo de lo irrepresentable, perfectamente recíproco: la sociedad no es ya representable para esa clase que no puede ver más en ella la fuente de su existencia; esta clase ya no es representable para la sociedad, que literalmente no sabe más qué hacer con ella. (OLGIVIE, 2013, p. 73).

O autor fala a respeito da produção do "populacho" e alerta que ele não é efeito apenas da pobreza. Ou seja, a pobreza é apenas o resultado de um processo de exclusão social e econômica que leva à formação de guetos e aumenta a parcela de desempregados nas sociedades

[66] "Es esta hipótesis lo que me gustaría desarrollar aquí, tratando de hacer emerger la idea de lo que llamaré una violencia sin dirección" (OLGIVIE, 2013, p. 60).

industriais. Com o aumento das desigualdades sociais, uma massa de excluídos passa a ser produzida pela sociedade civil, é um descartável, que não se enquadra no sistema de mercado. Com essa população descartável crescente, os grupos privilegiados se fecham em suas bolhas e passam a defender modelos de governo conservadores e autoritários, formando um Estado máximo na punição desses indesejáveis. Se nos tempos de Hegel as populações indesejadas das metrópoles eram enviadas para as colônias com objetivos econômicos e demográficos, nas sociedades neoliberais a massa de descartáveis muitas vezes é deixada sem emprego e sem amparo, levando ao aumento do crime organizado e da violência. O resultado desse modelo de gestão estatal é o aumento da população carcerária, produto da violência do Estado neoliberal, mas que ao mesmo tempo esse mesmo Estado que produz a pobreza e os descartáveis os retira de cena lotando os presídios.

Após discutir a ideia de violência e exclusão por meio de Bertrand Olgivie e Etienne Balibar, com a produção do homem descartável, o qual, como vimos é produto de modelo de gestão estatal neoliberal, cito algumas importantes passagens de Albert Hirschman a respeito dos posicionamentos conservadores contra o Estado de Bem-Estar Social. As obras de Hayek exploradas buscam nada mais que desmontar a ideia de *Welfare State*, levando ao processo de violência que produz o sujeito descartável conceituado por Olgivie.

Dessa forma, como esses descartáveis são vistos por meio do olhar de Albert Hirschman:

> A crítica conservadora ao *Welfare State* baseia-se principalmente nos raciocínios econômicos tradicionais sobre os mercados, as propriedades de equilíbrio dos resultados de mercado e as consequências nocivas da interferência em tais resultados. A crítica assinalou os vários efeitos nocivos e contraproducentes que podem vir na esteira das transferências de pagamento aos desempregados, aos incapacitados e aos pobres em geral. Alega-se que, por mais bem-intencionados que sejam, tais pagamentos induzem à "preguiça e à depravação", criam dependência, destroem outros sistemas de assistência mais construtivos e atolam os pobres em sua pobreza. Esse é o efeito perverso da interferência no mercado. (HIRSCHMAN, 1992, p. 56-57).

Neste ponto, cabe destacar o que Hirschman coloca como tese da ameaça, desenvolvida pelos conservadores, na qual são colocados os efeitos nocivos das políticas de *Welfare State*. Não é uma simples exclusão dos pobres ou uma falta de informação das elites a respeito da produção de sujeitos indesejáveis, mas sim toda uma dinâmica que se traduz no elemento econômico, mas que é cultural e ideológica e que faz parte da nova razão de mundo exposta por Dardot e Laval. O neoliberalismo forma subjetividades e mentalidades que fomentam a exclusão sistêmica de sujeitos descartados pelo mercado, e o Estado que antes se preocupava com o amparo e a recolocação dessas pessoas na sociedade passa a se abster.

Ainda a respeito da tese da ameaça de Hirschman, ele evoca as teses de T. S. Marshall. Hayek irá propor uma democracia limitada, em que a câmara será formada por representantes das hegemonias nacionais, logo, esse modelo demárquico é a reação de Hayek ao modelo de democracia do *Welfare State*. Vejo similaridade no pensamento conservador de T. S. Marshall, apresentado por Hirschman, e o modelo de democracia limitada de Hayek.

> Alguns alegarão que é provável que o Welfare State ponha em perigo avanços anteriores no domínio dos direitos individuais (a primeira dimensão da cidadania segundo Marshall). Haverá também tentativas de mostrar que o Welfare State é uma ameaça aos métodos democráticos de governo (a segunda dimensão de Marshall). Com grande frequência, os dois argumentos serão combinados. O esquema de Marshall, desse modo, admite diretamente dois tipos diferentes de possíveis argumentos de ameaça: 1. A democracia ameaça a liberdade; 2. A Welfare State ameaça tanto a liberdade quanto a democracia. (HIRSCHMAN, 1992, p. 76).

Hirschman apresenta dois argumentos de ameaça colocados pelo conservador T. S. Marshall, que dialogam com a demarquia de Hayek. A democracia seria uma ameaça à liberdade. Mas de qual liberdade estão falando? Provavelmente a liberdade econômica e a liberdade das elites em governar. A democracia possibilita a ascensão política de grupos excluídos quando estes possuem suas representatividades asseguradas, de certa forma, com suas limitações, o *Welfare State*, permite que grupos mais progressistas estejam presentes no governo, o que pode causar conflito com os grupos dominantes. Provavelmente essa é a ameaça que a democracia apresenta para a liberdade. No item dois, Marshall coloca que o *Welfare State* ameaça tanto a liberdade quanto a democracia, isto reforça que a elite conservadora adota sua própria forma de democracia e de liberdade. Essas duas palavras são deturpadas por esses grupos, e o que vemos em T. S. Marshall também está presente em Hayek. A partir do que foi colocado, é perceptível porque o modelo do Estado de Bem-Estar Social é combatido pelos neoliberais, ele é um empecilho para as políticas de exclusão social e de promoção da violência para os grupos sociais fragilizados.

Para concluir o tópico, apresento uma reflexão final de Hirschman na qual ele fala a respeito da influência das suas três teses (futilidade, perversidade e ameaça) em relação ao *Welfare State* e suas possíveis efetividades.

> Vejamos, antes de mais nada, a questão dos pesos ou influências relativas a serem atribuídas às várias teses. As respostas só podem basear-se em juízos altamente subjetivos, e os meus estão implícitos no tratamento anterior. Ao recordá-los, começo com o episódio mais recente, relativo ao ataque contra o que foi no passado a provisão pública aos pobres e é hoje conhecido como Welfare State. O argumento mais influente foi o de que a assistência aos pobres serve meramente para gerar mais pobreza – a acusação de perversidade. É interessante notar que esta é a linha de ataque mais antiga, e também a mais recente, envolvendo desde Mandeville e Defoe até o recente *best-seller* de Charles Murray. Um valioso papel auxiliar, mas certamente

> subsidiário, foi representado pela alegação de futilidade, segundo a qual grandes proporções dos fundos ostensivamente destinados a aliviar a pobreza acabam nos bolsos da classe média.
> Surpreendentemente, o argumento menos efetivo contra o Welfare State foi talvez a tese da ameaça, que alega que as disposições de assistência social constituem um perigo para as liberdades individuais e para uma sociedade democrática que funcione como se deve. (HIRSCHMAN, 1992, p. 115-116).

A conclusão de Hirschman, a partir das suas três teses, estabelece que o argumento mais influente contrário ao *Welfare State* é o da perversidade. A relação explorada atinge o cerne das políticas de Bem-Estar Social invertendo suas reais preocupações. Enquanto as políticas de Bem-Estar Social são praticadas para frear a pobreza e promover o desenvolvimento, a tese da perversidade desconfigura a narrativa, sustentando a tese errônea que estas políticas levam ao aumento da pobreza. É perceptível a relação da tese da perversidade com os escritos de Hayek ao promover em suas obras a limitação da democracia, a retirada do assalariado para a entrada do homem independente, o final da previdência e da saúde pública, o final dos sindicatos, enfim, uma série de medidas escritas em suas obras que constituem ferramentas para a operacionalização de um Estado neoliberal. As teses da futilidade e da ameaça, apesar de influentes, não possuem a mesma dimensão da tese da perversidade, no entanto, não devem ser deixadas de lado. É comum na narrativa neoliberal também a tese da futilidade, em que as políticas de bem-estar levam a uma concentração da renda destinada aos pobres nos bolsos da classe média, enriquecendo ainda mais os grupos privilegiados, porém, esta tese deve considerar que uma transferência de renda para os mais pobres permite que eles acessem produtos de necessidade primária, além de fazer com que o dinheiro circule nas periferias, melhorando a qualidade de vida e o emprego local. Por fim, a tese da ameaça esbarra no que Hayek explora em *Direito, Legislação e Liberdade*, através da ideia de demarquia, nada mais que a insuficiente tese de que a democracia em seus moldes do Bem-Estar Social é uma ameaça para a verdadeira democracia, que para os conservadores e neoliberais surge como uma forma de perpetuação das elites políticas e econômicas no poder.

Este tópico serviu como uma reflexão teórica que se desdobrará nas análises procedentes no capítulo. Foi apresentada a relação entre a violência neoliberal e sua oposição ao *Welfare State*, produzindo o que Bertrand Olgivie chama de o homem descartável. O homem descartável, dentro da compreensão que estou atribuindo na minha argumentação, pode ser interpretado como o resultado das políticas neoliberais que Hayek desenvolve em suas obras, elegendo o Estado de Bem-Estar Social como o principal vilão a partir de *Os Fundamentos da Liberdade*. Esta relação não é espontânea nem automática. Serve de base teórica, em conjunto

com os outros autores empregados na análise para desconstruir o pensamento de Hayek e encontrar suas raízes e motivações.

## 3.1 APONTAMENTOS SOBRE A IDEIA DE SUCESSO NA TRANSFORMAÇÃO DO BUROCRATA EM EMPREENDEDOR.

A discussão sobre o papel do empreendedor dentro do modelo neoliberal está amparada na ideia de sucesso. É o contrário do assalariado, que, como demonstrarei ao longo do capítulo, busca segurança no seu emprego ao invés de nutrir uma ambição de superar todos os obstáculos em direção ao sucesso. Levando em conta essa especificidade da mudança do perfil do assalariado para o empreendedor, que através de um processo de individualização do sujeito aos poucos sintetiza seus esforços laborais em direção ao foco na performance e na competição, começo esta seção apresentando alguns apontamentos teóricos sobre a diferença entre o empreendedor e o burocrata. O pensamento neoliberal produz novas subjetividades que distanciam o assalariado avesso ao risco, podendo ser um trabalhador de carreira pública ou privada, para o empreendedor e gestor de si, que é um sujeito autônomo e apreciador dos riscos. Para operacionalizar a análise utilizo as contribuições de Max Weber e Karl Mannheim que abordam os aspectos da formação do burocrata executor, avançando para a abordagem crítica dos aspectos do trabalho neoliberal de Vicent de Gaulejac e a visão da performance de Peter Drucker. Na medida em que discuto os pontos através de Weber e Mannheim discorro sobre as transformações do burocrata de outrora em gestor de si do modelo de competição neoliberal.

Sobre a organização moderna do serviço público, Max Weber articula que:

> Em princípio, a organização moderna do serviço público separa a repartição do domicílio privado do funcionário e, em geral, a burocracia segrega a atividade oficial como algo distinto da espera da vida privada. Os dinheiros e o equipamento público estão divorciados da propriedade privada da autoridade. (WEBER, 1982, p. 230).

A ênfase do autor está na separação entre o serviço e a esfera privada e do domicílio do funcionário, bem como os recursos financeiros e estruturas estão alheios da propriedade privada. A distinção é bem delimitada, o trabalhador da esfera pública é um executor de atividades, e quando sua jornada de trabalho está encerrada há um retorno para sua vida privada que não se mistura com a profissional. Entretanto, o autor assinala que existe uma constante especialização do serviço do burocrata no serviço público moderno:

> A burocratização oferece, acima de tudo, a possibilidade ótima de colocar-se em prática o princípio de especialização das funções administrativas, de acordo com considerações exclusivamente objetivas. Tarefas individuais são atribuídas a

> funcionários que têm treinamento especializado e que, pela prática constante, aprendem cada vez mais. (WEBER, 1982, p. 250).

O princípio da repartição pública está amparado nesta constante especialização da execução do trabalho do burocrata. Através da especialização do trabalho burocrático moderno nasce uma estrutura técnica em que a gestão é fragmentada. A organização burocrática passa a evoluir a partir desta estrutura organizacional:

> A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não-mecânicos de produção. (WEBER, 1982, p. 249).

A lógica dos processos de organização e funcionamento das organizações burocráticas é resumido por Max Weber como uma simbiose de atividades separadas que formam um conjunto harmonioso eficiente e técnico, comparando como uma máquina que não se compara ao trabalho manual, ou como diz, não mecânicos de produção. Desta forma, na economia do século XX as organizações burocráticas tanto privadas quanto públicas concentram o gerenciamento nas esferas hierárquicas mais elevadas, aproximando neste campo as figuras do empresário moderno e governante do Estado moderno: "[é] peculiar ao empresário moderno comportar-se como o "primeiro funcionário" de sua empresa, da mesma forma pela qual um governante de um Estado moderno, especificamente burocrático, considera-se como o "primeiro servidor" do Estado" (WEBER, 1982, p. 231). Surge neste contexto a figura do empreendedor, o empresário que é o dono da firma moderna, concentrador das decisões e rumos que a empresa deverá tomar pois ele é o proprietário, assim como o governante concentra as decisões estatais. O que ambos possuem em comum é o controle sobre os seus técnicos e burocratas, pois, a empresa moderna e a organização do serviço público são estruturadas por especialistas. Estes funcionários segundo Max Weber assumiam responsabilidades especificas em troca de uma existência segura: "[o] ingresso num cargo, inclusive na economia privada, é considerado como a aceitação de uma obrigação específica de administração fiel, em troca de uma existência segura" (WEBER, 1982, p. 232). Formam-se assim organizações constituídas por "executores", especialistas que respondem por uma hierarquia, no qual os processos de decisão são verticais.

Aprofundando a análise, Karl Mannheim argumenta sobre a ideia de sucesso associada dentro da estrutura burocrática. Distingue sucesso objetivo do subjetivo, em que o primeiro está associado aos aspectos materiais que as remunerações em patamares altos da hierarquia lhe

conferem, garantindo a sobrevivência segura, e o segundo no prestígio social que a posição lhe garante[67]. Mannheim expõe que:

> Mas apesar do grande valor moral atribuído ao sucesso objetivo, o sociólogo volta a sua atenção cada vez mais para as formas de sucesso subjetivo; ele sabe que o desejo de sucesso subjetivo está na base da nossa vida social e que o homem em sociedade não deseja, como sabemos, direta e simplesmente a realização para si mesmo, mas deseja-a pelo caminho travesso do desejo de sucesso social. Em geral e na média, os homens apenas pretendem conseguir alguma coisa quando de algum modo eles mesmos conseguem ganhar prestígio a partir da realização. (MANNHEIM, 1974, p. 67).

Sucesso social e realização pessoal segundo Karl Mannheim estão sobrepostos. A subjetividade engendra no sujeito um aspecto que transcende a recompensa econômica, alcançando a esfera do poder. A vontade do sucesso social está ancorada no poder que o *status* lhe confere. Todavia, a posição de riqueza, aspecto objetivo do sucesso, é apontado como meio para atingir posições de poder: "[a]ntigamente, aqueles que dominavam o poder estavam em posição de adquirir riqueza; agora, aqueles que tem riqueza podem assegurar posições de poder" (MANNHEIM, 1967, p. 71). O dinheiro assume um posicionamento estratégico no capitalismo contemporâneo como interrelação entre o sucesso material e o sucesso social. Karl Mannheim é muito preciso ao identificar que fatores objetivos e subjetivos se fundem, não é mais o poder que leva ao dinheiro, é o dinheiro que leva ao poder, tornando-se mais tirânico que os maiores déspotas das estruturas sociais anteriores ao capitalismo:

> O dinheiro, apesar do fato de a sua predominância pressupor e seguir um tipo de liberdade, é, no entanto, muito mais tirânico e determinante do destino do indivíduo do que o despotismo cruel do, por exemplo, príncipe feudal, que afinal só dispunha de meios políticos de compulsão. Esta crescente interdependência da atividade econômica resultante do operar natural do interesse egoístico individual, que rapidamente se torna um fator unificador de primeira importância na sociedade, é também um produtor de grandes mudanças na função social e, consequentemente também na forma atual dos fatores intelectuais, espirituais e culturais da sociedade. (MANNHEIM, 1974, p. 74).

Destaco quando o autor fala da "crescente interdependência da atividade econômica resultante do operar natural do interesse egoístico individual". Este trecho é operativo ao relacionar o predomínio da atividade econômica sobre a subjetividade. É o egoísmo individual que norteia a estrutura social, diferente do aspecto tratado por Weber, em que havia uma

[67] "O dinheiro, a propriedade, a posição são, em última análise, só nomes para exprimir o facto de um particular indivíduo numa particular sociedade poder esperar ter controlo sobre particulares coisas materiais ou ter influência numa direção particular na sociedade. Podemos falar de um sucesso (relativamente estável) porque a garantia que o dinheiro, a posição ou a propriedade continuam a proporcionar e que conferem certas vantagens ao seu dono dependem da estabilidade desta espécie de sucesso que no momento assegura a sua validade" (MANNHEIM, 1974, p. 68).

separação da esfera do trabalho e da esfera privada. A racionalização das esferas técnicas e burocráticas aos poucos foram se inserindo na esfera individual e pública, alcançando outros limites da estrutura social. Os indivíduos são orientados pelo econômico, pois ali está ancorado o seu conceito de sucesso, tornando-se a propulsão para a realização em um contexto social mais amplo. Com a subjetivação do econômico na psique dos sujeitos, aos poucos ocorre uma esterilização dos elementos políticos-ideológicos, pois a individualidade se sobrepõe aos interesses e discussões coletivas: "[e]nquanto todo o comportamento que se origina a partir de ou é motivado somente por fatores econômicos tende a libertar-se de elementos ideológicos, todas as atividades que servem para conquistar ou combater o poder têm um caráter fortemente ideológico" (MANNHEIM, 1974, p. 77). Karl Mannheim complementa, dizendo que o direcionamento para o sucesso econômico tornou os sujeitos previsíveis:

> Assim, numa sociedade economicamente determinada, a luta pelo sucesso econômico é o motivo de ação que, em geral pode ser considerado operativo. Quando o homem aceitou a necessidade de ambição econômica e de luta pelo sucesso nesta esfera, a sua conduta tornou-se correspondentemente adaptável e previsível. (MANNHEIM, 1974, p. 77).

O sujeito guiado pelos objetivos econômicos perde sua criticidade, e este comportamento é responsável pela manutenção das estruturas hegemônicas. A ideia de pertencimento a uma classe social se perde. Uma sociedade estruturada pelas ambições econômicas perpetua os privilégios e a concentração de poder que reforça a dominação. Devido a forma implacável como o poder econômico determina os reflexos de uma estrutura social desigual é que Karl Mannheim argumenta que o domínio econômico é muito mais impositivo que o despotismo do passado. A luta pelo poder econômico avança de acordo com a concentração de capital, Karl Mannheim faz uma aproximação com o poder político que avançava de acordo com o tamanho das áreas de influência geográficas:

> Tal como na política, inicialmente são os pequenos grupos que lutam entre si, depois inteiras províncias que eventualmente se unem para formar grandes estados; na esfera econômica podemos traçar igualmente um movimento semelhante da competição relativamente livre entre os indivíduos, através da competição entre grupos para competição final entre uns poucos realmente grandes poderes econômicos na forma de *trusts.* (MANNHEIM, 1974, p. 81).

A citação explora a luta pelo poder econômico. Gradativamente, conforme a concentração de mercado e de capitais, a competição se concentra. Nas estruturas de mercado de oligopólio e monopólio o poder econômico é retratado em sua última e mais influente forma. Os sujeitos individualmente, na forma de empresários ou gestores de si, estão na base desta competição, onde as recompensas são menores ou inexistentes. Almejam o poder dos grupos

hegemônicos, praticamente inacessíveis para aqueles que dispõe apenas da força de trabalho e pouco ou nenhum capital. A ideia de sucesso está pautada na utopia do livre mercado e na liberdade do sujeito de progredir através de seu esforço e habilidades. A realidade mostra que a liberdade na esfera econômica é muito restritiva, os trabalhadores são reféns das grandes estruturas de capital e da especialização do trabalho. O homem independente ou empreendedor de si está engolido por transformações produtivas que aumentam a pressão por resultados. Vicent de Gaulejac credita à tecnologia incorporada ao capital a razão para o aumento do adoecimento emocional do trabalhador: "[a]s transformações tecnológicas deveriam liberar o homem do trabalho. Mas, ao contrário, parecem colocá-lo sob pressão. Ainda que tornem mais leve o desgaste físico, elas aumentam a pressão psicológica" (GAULEJAC, 2006, p. 71).

A questão principal está na adaptação do trabalhador às exigências do ambiente corporativo moderno. As tecnologias exigem constante especialização e o medo da substituição por pessoas com uma melhor especialização torna-se a principal fonte de pressão. Diante disto, a antiga busca do burocrata pela estabilidade se torna frágil, dando lugar para a constante flexibilidade. Neste contexto, a melhora constante da performance passa a ser o esperado pelo "mercado": "[a] lógica do mercado se impõe na gestão dos recursos humanos. A concorrência entre as pessoas leva a centrar a atenção nas performances de uns e de outros e a neutralizar as críticas sobre as performances do sistema de organização" (GAULEJAC, 2006, p. 73).

No ambiente em que a performance individual é avaliada constantemente, os trabalhadores não se enxergam como resultado de uma estrutura predatória, a lógica organizacional não é questionada, o fracasso é de inteira responsabilidade do trabalhador que não entregou a performance esperada pelo "mercado". Os discursos de muitos autores de livros sobre recursos humanos acabam explorando a necessidade da performance e da resiliência do trabalhador ou empreendedor para se adequar aos cenários mais adversos imagináveis. Por trás da chance mínima de sucesso está a narrativa de que todo mundo é capaz, segundo Peter Drucker:

> Vivemos numa era de oportunidades sem precedentes: se você tem ambição, disposição e inteligência, pode chegar ao topo da carreira que escolheu – independentemente do ponto em que começou. Mas com a oportunidade vem a responsabilidade. Hoje em dia as empresas não administram a carreira dos trabalhadores do conhecimento. Cada um precisar ser seu CEO. Em suma, cabe a você se esforçar para conseguir um lugar no mercado de trabalho e saber quando mudar de rumo. E cabe a você manter-se comprometido e produtivo durante sua vida profissional, que pode chegar a 50 anos ou mais. (DRUCKER, 2018, p. 21).

O trecho da citação de uma obra de Peter Drucker é demasiadamente enfático. Colocar toda a responsabilidade do sucesso econômico nas costas do trabalhador e exime a empresa ou

a estrutura administrativa da pressão imposta. São expostas algumas características importantes do "trabalhador do conhecimento", em que ambição, disposição e inteligência são a receita para alcançar os maiores postos na carreira. Quando o trabalhador atinge um lugar de destaque na estrutura hierárquica empresarial, Peter Drucker aponta que as empresas não administram a carreira dos trabalhadores do conhecimento, cada trabalhador precisa ser seu próprio patrão ou CEO. Retornando para os posicionamentos de Max Weber e Karl Mannheim, inverte-se a lógica da segurança e da estabilidade das carreiras burocráticas, em que dentro da estrutura eram galgadas as promoções e avanços. A empresa capitalista moderna é marcada pela flexibilidade e descarte dos trabalhadores que não performam de acordo com os interesses da firma. Com o direcionamento ao sucesso individual, ocorre uma esterilização da personalidade preocupada com o coletivo, a subjetividade empresarial funde o sujeito ao seu ambiente de trabalho, mudando a antiga separação das burocracias públicas e privadas de Max Weber[68]. Vicent de Goulejac coloca que: "[o] sistema empresarial suscita um modelo de personalidade narcisista, agressiva, segura de si, pragmática, insensível, centrada mais sobre a ação do que sobre a reflexão, pronta a oferecer corpo e alma para o trabalho, pronto a tudo para vencer" (GAULEJAC, 2006, p. 74).

Feitas estas considerações teóricas da passagem do burocrata para o empreendedor ou gestor de si, identifico uma das principais características da subjetividade capitalista do neoliberalismo, que é a conversão do sujeito ao compromisso com o resultado da sua performance no trabalho estar condicionada ao seu sucesso social e individual. Junto com a individualização do trabalhador está sua despolitização, Mannheim é muito preciso quando cita que a busca por sucesso econômico torna os sujeitos previsíveis e desatentos para a estrutura que os corrompem. Na próxima seção procuro conexões entre o pensamento de Hayek e o darwinismo social. A ideia de darwinismo social é importante ser explorada, pois, os posicionamentos econômicos de Hayek possuem semelhanças com os posicionamentos dos darwinistas sociais do começo do século, constituindo uma forma de seleção dos mais aptos dentro do modelo de concorrência neoliberal com foco no mercado e na performance.

## 3.2 HAYEK E O DARWINISMO SOCIAL

> Darwin foi o último dos economistas e o primeiro dos biólogos
> (Carl Menger).

[68] "Há uma espécie de osmose entre os objetivos da empresa e o funcionamento psíquico do agente que identifica seu sucesso pessoal com os resultados da empresa" (GAULEJAC, 2006, p. 74).

Nesta seção busco construir uma discussão para pensar as relações do pensamento do neoliberalismo com o darwinismo social. Qual é a finalidade disto? Demonstrar que se esconde por detrás do discurso econômico uma aproximação com o fascismo e o racismo, travestido de discurso econômico. A noção de discurso econômico esconde intenções mais profundas que fomentam a exclusão dos grupos dominados, pois, elas não são só econômicas, mas também de origem cultural, étnica, social, religiosa, de gênero, entre outras. Os descartáveis que Bertrand Ogilvie procura conceituar e se encontram invisíveis na sociedade são as vítimas de uma "seleção natural" do neoliberalismo. A ideia da competição como elemento de exclusão dos menos capacitados pode ser correlacionada com as raízes do darwinismo social, em que não está explícita pela narrativa de Hayek a ideia de descarte dos menos capacitados, como ocorreu em regimes totalitários como a Alemanha nazista em que se propunha um processo de eugenia para prevalecer uma "raça pura ariana"[69]. Na lógica da seleção natural pelo mercado parece esconder a ideia de uma "eugenia econômica", em que os mais capacitados sobrevivem no ambiente de competição, levando ao que erroneamente coloca como preservação das realizações existentes, mas que se trata apenas da perpetuação das hegemonias[70]. O mecanismo de exclusão é o mesmo, pois, aqueles que não se mostrarem capazes devem ser destinados à sorte, e o Estado não deve ser cúmplice da manutenção da vida dos descartáveis. É uma lógica complexa e nefasta.

A ideia da seção, na lógica da narrativa do capítulo é apresentar posicionamentos de Hayek a respeito do darwinismo social e de Herbert Spencer, o mais conhecido darwinista social do século XIX. Estas aproximações são importantes para aprofundar posteriormente a análise dos posicionamentos de Hayek contra as políticas de Bem-Estar Social. Na obra *Arrogância Fatal*, em seu primeiro capítulo Hayek faz uma discussão que aproxima seu pensamento do darwinismo social. Utilizo para iniciar a seção uma aparente negação de Hayek ao darwinismo social, pois, segundo o autor as premissas de análise da competição econômica são anteriores a análise biológica:

---

[69] "Uma coisa é ouvir os argumentos eugênicos sobre a reprodução de crianças a partir de pessoas fisicamente malformadas ou que carregam alguma doença hereditária; é bem diferente ouvir o argumento de eugenia contra a reprodução dos desfavorecidos, dos fracassados e dos social e economicamente fracos. Contudo, ambos os argumentos se misturam por se combinarem muito rapidamente com as teorias raciais, que novamente não tem uma origem específica no argumento biológico" (WILLIAMS, 2011, p. 124).

[70]"A evolução biológica e a evolução cultural também têm em comum outras características. Por exemplo, ambas dependem do mesmo princípio de seleção: a sobrevivência ou vantagem reprodutiva. A variação, adaptação e competição são em essência o mesmo tipo de processo, embora seus mecanismos peculiares sejam diferentes, em particular aqueles relativos à propagação. Não só toda evolução se baseia na competição como a continua competição é necessária mesmo para preservar as realizações existentes" (HAYEK, 1988, p. 46).

> Nossa tese nos leva a estudar mais profundamente a relação entre a teoria da evolução e o desenvolvimento da cultura. [...] O darwinismo social, especialmente originou-se do pressuposto de que qualquer pesquisador da evolução da cultura humana precisa aprender com Darwin. Está errado. Tenho a maior admiração por Charles Darwin por ter sido o primeiro a conseguir elaborar uma teoria da evolução coerente (embora ainda incompleta) em qualquer tempo. Contudo, seus diligentes esforços para ilustrar de que modo funcionou o processo da evolução nos organismos vivos convenceram a comunidade científica daquilo que há muito constituía um lugar comum nas ciências humanas – pelo menos desde que Sir William Jones em 1787 reconheceu a impressionante semelhança do latim e do grego com o sânscrito e a descendência de todas as línguas "indo-germânicas" deste último. (HAYEK, 1988, p. 43).

A crítica de Hayek ao darwinismo social é que este originou-se do pressuposto de que qualquer pesquisador da evolução humana precisa aprender com Darwin. É preciso estabelecer uma diferenciação entre as ciências biológicas e humanas, pois, o darwinismo social, como presume Hayek não é uma simples adaptação da teoria evolucionista de Charles Darwin para as dimensões sociais, existem outras relações que não devem ser deixadas de lado. O darwinismo social esconde por trás de suas premissas o pensamento que separa o "nós" adaptados ao meio social e o "eles"; os descartáveis que se encontram a margem da sociedade. Estes dois grupos humanos, formados pelas elites de um lado e os dominados por outro, são a base de políticas econômicas e sociais de exclusão, motivadas pelo racismo, xenofobia, preconceito com os pobres e esvaziamento da assistência social como políticas plurais para a educação, emprego e distribuição de renda.

Para pensar o que é o darwinismo social, e contrapor ao pensamento de Hayek, que a princípio o nega, mas que está intimamente com suas ideias amparadas nele, apresento os posicionamentos de Raymond Willians, Pierre Dardot e Christian Laval sobre o darwinismo social. Willians assim define o darwinista social:

> "Darwinista social" é o termo convencional para uma variante da teoria social que surgiu na década de 1870, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, e que infelizmente não está extinta; de fato, sob outros nomes, ela tem sido amplamente revivida. (WILLIAMS, 2011, p. 115).

A citação de Williams toca em dois pontos importantes, o primeiro ponto abordando o início do darwinismo social no século XIX, e o segundo ponto lembrando que estas ideias ainda não estão extintas. Como vimos na citação de Hayek no início desta seção, o austríaco nega que o darwinismo social influenciou as ideias econômicas. Sem adentrar na discussão biológica da Teoria da Evolução de Charles Darwin, faço uma breve diferenciação entre adaptação e competição. A adaptação pode ocorrer ao longo do processo de evolução biológica para que as espécies se perpetuem em seu habitat, a competição é predadora, eliminando os menos capacitados. Vale lembrar que Darwin falava em adaptação e não em competição, pois

a adaptação pode ser oriunda de um processo de cooperação de uma mesma espécie para se adaptar ao ambiente. Feita esta consideração, Dardot e Laval falam da problemática da competição se sobrepondo a da reprodução, e que esta readequação da teoria biológica para a social, teria sido erroneamente chamada darwinismo social: "[a] problemática da competição levava a melhor sobre a da reprodução, dando origem, assim, ao que foi chamado de maneira muito imprópria de 'darwinismo social'" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 52).

A posição de Raymond Williams corrobora com a reflexão de Dardot e Laval sobre a anterioridade das ideias do darwinismo social antes da Teoria da Evolução de Darwin: "[d]e fato, minha própria posição é a de que as teorias biológicas da evolução e da seleção natural tiveram um componente social antes que houvesse qualquer sugestão de sua reaplicação na teoria social e política" (WILLIAMS, 2011, p. 116). Williams continua sua reflexão ao apontar que: em "certo sentido, podemos oferecer uma análise bastante adequada do darwinismo social nos termos dos erros de ênfase efetuados com a extensão da teoria da seleção natural para a teoria social e política" (WILLIAMS, 2011, p. 115).

Considerando as citações anteriores, o primeiro ponto de erro que vejo na argumentação de Hayek está em ao considerar as raízes do darwinismo social antes da teoria biológica, negá-lo como um desdobramento do pensamento econômico. Quero dizer que o darwinismo social é apenas um paralelo da teoria biológica, ele existia como ideia racista de excluir os pobres através da economia, porém, com as teorias biológicas apenas foi rebatizado como darwinismo social e incorporou a ideia do mercado e do dinheiro como forma de "selecionar os mais capacitados através da competição". O que Hayek faz é apenas considerar o darwinismo social como teoria derivada da teoria biológica, e não como uma teoria mais antiga que apenas incorporou terminologias adotadas nos estudos da biologia para construir uma narrativa de exclusão social através do pensamento econômico. Hayek ao longo de sua discussão parece inverter a narrativa ao colocar que Darwin foi inspirado pela economia, e não a economia liberal inspirada pelo darwinismo social[71]. A estratégia narrativa de Hayek é apontar que a ideia de competição do mercado é anterior e que o darwinismo social inapropriadamente adotou estas ideias da economia, segundo Hayek*:* "[a] ideia de evolução biológica deriva do estudo de processos do desenvolvimento cultural que haviam sido anteriormente reconhecidos: processos que conduzem à formulação de instituições como a língua (como na obra de Jones), a lei, a moral, os mercados e o dinheiro" (HAYEK, 1988, p. 43). O segundo ponto a explorar é

[71] "Não só a ideia da evolução é mais antiga nas ciências humanas e nas ciências sociais do que nas ciências naturais, mas estou até mesmo disposto a sustentar que Darwin tirou as ideias básicas da evolução da economia" (HAYEK, 1988, p. 43).

a aproximação entre as ideias de Herbert Spencer e Hayek. Com isto, abordo o pensamento de Hayek com os do principal teórico do darwinismo social, desmontando a argumentação do austríaco de que suas ideias não se aproximam do darwinismo social, ou que o darwinismo social é erradamente empregado nas ciências humanas. São elementos intimamente ligados. A ideia da exclusão e eliminação da população excedente está presente em Malthus, conhecida como "lei da população", a qual cresce geometricamente, enquanto os alimentos crescem aritmeticamente. Esta teoria já prevê uma eliminação dos pobres e Herbert Spencer foi inspirado em Malthus ao pensar as bases do darwinismo social[72].

Segundo Raymond Williams: "[f]oi Spencer, como filósofo social, quem primeiro, em 1864, cunhou a expressão que viria a ter uma história tão importante no debate, 'a sobrevivência dos mais aptos'" (WILLIAMS, 2011, p. 117). Dardot e Laval complementam a citação ao demonstrar que Spencer buscou mudar o centro de gravidade do pensamento liberal da divisão do trabalho para a concorrência como necessidade vital:

> Spencer vai deslocar, assim, o centro de gravidade do pensamento liberal, passando do modelo da divisão do trabalho para o da concorrência como necessidade vital. Esse naturalismo extremo, além de satisfazer interesses ideológicos e explicar lutas comerciais ferozes entre empresas e entre economias nacionais, faz a concepção do motor do progresso passar da especialização para a seleção, que não têm as mesmas consequências, como bem podemos imaginar. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53).

É perceptível no trecho selecionado a diferença da economia liberal clássica e do darwinismo social, em que a especialização é deixada de lado para dar lugar para a seleção. A visão de Spencer é adotada pelas ideias fascistas, pois como coloca Jason Stanley: "os movimentos fascistas compartilham com o darwinismo social a ideia de que a vida é uma competição pelo poder, segundo a qual a divisão dos recursos da sociedade deve ser deixada para a pura concorrência do livre mercado" (STANLEY, 2020, 170-171). Desta forma, concorrência e livre mercado estão amparados em ideias presentes no darwinismo social de Spencer, distanciando da ideia de divisão do trabalho muito cara ao pensamento de Adam Smith. Spencer faz uma ligação entre o princípio da seleção natural e a história humana para amparar seu pensamento a favor do livre mercado[73]. John Kenneth Galbraith bem coloca que as ideias do darwinismo social aplicadas à teoria econômica são uma ferramenta de proteção e

[72] "Profundamente marcado pela "lei da população" de Malthus, o evolucionismo spenceriano conclui bruscamente que o progresso da sociedade e, mais amplamente, da humanidade supõe a destruição de alguns de seus componentes" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53).

[73] "Sem detalhar as razões desses cruzamentos e dos mal-entendidos mútuos que os caracterizam, notaremos que, para Spencer, a teoria darwiniana parecia corroborar a teoria do *laissez-faire* da qual ele se fez arauto, como indica o paralelo entre a evolução econômica e a evolução das espécies em geral que ele estabelece em seus *Princípios de biologia"* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 52).

explicação do porquê existem poucos ricos e muitos pobres. De acordo com John Kenneth Galbraith, em a *Era da Incerteza*, no interessante tópico sobre a *Seleção natural dos ricos*, o autor expõe que:

> as ideias também protegiam a riqueza. Ninguém, especialmente nenhum governo, nela podia tocar ou nos métodos pelos quais foi adquirida ou estava sendo aumentada. Fazê-lo seria o mesmo que interferir no processo, desesperadamente fundamental, através do qual a raça humana estava sendo aperfeiçoada. (GALBRAITH, 1984, p. 37).

Retornando para o pensamento de Hayek, em trecho de *Arrogância Fatal* sustenta que a diferenciação, análise e seleção é muito superior à capacidade humana de planejar, aproximando-se das premissas spencerianas para posicionar-se contra o planejamento econômico, e consequentemente contra o *Welfare State*[74]. O pensamento de Hayek se aproxima ao de Herbert Spencer quando o autor passa a combater as estruturas do *Welfare State* que apoiam e que mantem a subsistência dos mais pobres, pois, apesar de Hayek não defender abertamente a exclusão dos descartáveis, a destruição das políticas econômicas de assistência social contribui para um colapso do social no modelo de gestão econômica neoliberal[75].

Segundo Raymond Williams, ao comentar as consequências do pensamento de Spencer para a exclusão dos mais pobres, argumenta que:

> Os membros da sociedade mais fracos ou menos habilidosos não deveriam ser preservados, pois o processo de seleção social que criava os tipos mais vigorosos e autoconfiantes era algo que não deveria sofrer interferência: sua realização final seria a felicidade humana de um tipo geral. Assim, Spencer era particularmente contra o que chamou de preservação artificial dos menos capazes de cuidarem de si mesmos: uma teoria spenceriana que suponho ainda sobreviver em nossa década no conceito do "pato manco" e, indo além da metáfora curiosa da empresa fracassando, nas versões mais virulentas da economia de mercado e sua ordem social subsequente que estão sendo novamente colocadas em prática. (WILLIAMS, 2011, p. 117).

Williams alerta que a teoria spenceriana da preservação da riqueza através de um discurso de liberdade econômica está presente atualmente: as sobrevivências do mercado dos sujeitos e das empresas mais aptas é uma realidade dentro da narrativa neoliberal. Na

---

[74] "Desde suas origens, a economia diz respeito ao modo como uma ordem espontânea de interações humanas começa a existir por um processo de diferenciação, análise e seleção muito superior à nossa capacidade de planejar" (HAYEK, 1988, p. 31).

[75] "Por exemplo, na época em que a cultura começou a substituir algumas formas inatas de comportamento, a evolução genética provavelmente já tinha dotado os indivíduos humanos de uma grande variedade de características melhor adaptadas aos vários e diferentes nichos ambientais nos quais os homens haviam penetrado do que aquelas de qualquer animal não domesticado – e isto ocorreu provavelmente antes que a crescente divisão do trabalho dentro dos grupos permitisse novas chances de sobrevivência a tipos especiais" (HAYEK, 1988, p. 36).

continuidade do texto de Raymond Williams, um outro fator importante surge e serve para mais uma vez aproximar a teoria econômica da evolução biológica, pois, o autor coloca que Spencer estaria inspirado em Lamarck antes de Darwin, lembrando que o lamarckismo diz que as características evolutivas adquiridas são transmitidas através das gerações. De acordo com Raymond Williams:

> Spencer continuou a acreditar em Lamarck muito depois de Darwin, e o conceito de herança física deu aos ideólogos do darwinismo social, nesse sentido, uma oportunidade particularmente afortunada para alterar uma modalidade de competição absolutamente aberta quando o assunto fosse a preservação da propriedade familiar. (WILLIAMS, 2011, p. 121-122).

Hayek ao falar sobre a evolução cultural utiliza o termo lamarckismo, sustentando a hipótese de uma ligação entre o pensamento do austríaco com o de Herbert Spencer. Hayek diz a que evolução cultural ocorre pela transmissão de hábitos e informações*:*

> para nos referirmos a termos atualmente usados no debate ideológico, a evolução cultural simula o Lamarckismo (Popper, 1972). Além disso, a evolução cultural ocorre pela transmissão de hábitos e informações não apenas dos pais físicos do indivíduo, mas de um número indefinido de "ancestrais". (HAYEK, 1988, p. 44).

A narrativa de Hayek sobre a transmissão de hábitos e informações não apenas dos pais biológicos do indivíduo, mas de um número indefinido de ancestrais traz um elemento novo para seu pensamento, que é a justificativa da herança e perpetuação do capital por parte dos ricos de uma mesma família ou grupo econômico. Existe neste ponto uma mistura dos discursos, que por sua vez adaptam a teoria evolutiva através da ótica da concorrência, mas por outras horas usa a herança como uma transmissão legitima de uma geração para outra. É conveniente a associação dos neoliberais com a teoria de Lamarck neste ponto específico da perpetuação de heranças, pois como coloca Raymond Williams:

> Assim, a propriedade familiar herdada, que significa que alguém que talvez não tenha fortes talentos individuais a serem desenvolvidos em um tipo mais elevado de homem iniciaria com uma vantagem, é um tipo de interferência na competição. Mas, se tivermos uma noção lamarckiana da herança física, então podemos racionalizar a família e a propriedade familiar como precisamente a continuação do que podemos ver como a melhor e mais forte espécie. (WILLIAMS, 2011, p. 122).

Adotando a perspectiva lamarckiana, Spencer transfere a teoria biológica, a ideia de que a família representa uma seleção natural através da riqueza adquirida e transmitida por gerações. O darwinismo social está nutrido por um lado da ideia da competição entre os sujeitos no mercado, que produz ricos e miseráveis, e por outro lado, aproxima-se da teoria lamarckiana

para justificar a transferência de riqueza entre as gerações como uma forma de manutenção dos mais aptos. É uma lógica extremamente predatória que dialoga com o pensamento de Hayek. Hayek está nutrido destes pensamentos quando ataca as políticas de bem-estar social, e que não devemos esquecer que por detrás do discurso econômico das obras de Hayek está um mecanismo de exclusão perpétuo de eliminação dos sujeitos descartáveis dentro da estrutura de governo neoliberal.

## 3.3 A OBRA *OS FUNDAMENTOS DA LIBERDADE* E SEUS PRINCIPAIS TEMAS

A obra *Os Fundamentos da Liberdade* foi escrita por Friedrich August Von Hayek em 1960. A edição brasileira foi publicada em 1983 pela Editora Visão, com tradução de José Ítalo Stelle e Ana Maria Capovilla, com supervisão de Henry Maksoud. A obra é dividida em três partes, sendo a Parte I: O Valor da Liberdade; Parte II: A Liberdade e a Lei; e a Parte III: A Liberdade no Estado Previdenciário. *Os Fundamentos da Liberdade* é uma obra que mescla a doutrina de Hayek, presente em *O Caminho da Servidão*, com temas comuns aos dois livros como o individualismo, a liberdade, o anticomunismo e antiestatismo. No entanto a obra proporciona uma evolução do seu pensamento, principalmente na terceira parte, quando Hayek apresenta de forma mais específica o papel de cada conceito aplicado na formulação de um Estado Mínimo e excludente nos moldes neoliberais.

O objetivo deste tópico é concentrar-se em três capítulos da parte III do livro, intitulados “O Assalariado e o Homem Independente”; “Sindicatos Trabalhistas e o Emprego” e “A Previdência Social”. A escolha destes três capítulos se deve à potencialidade das ideias presentes serem transformadas em ações políticas neoliberais de combate ao Estado de Bem-Estar Social. Se em *O Caminho da Servidão* temos uma doutrina antiestatista e anticomunista, mas não havia soluções de aplicação de como o Estado deveria gerir questões sociais, em *Os Fundamentos da Liberdade*, Hayek expõe ideias de como as medidas de Estado Mínimo poderiam ser aplicadas.

As ideias presentes, e o principal, suas formas de aplicação, torna *Os Fundamentos da Liberdade* um dos livros mais emblemáticos de Hayek, pois indica os caminhos a serem seguidos pelos países de como aplicar políticas econômicas neoliberais. Neste ponto percebo a passagem da doutrina de Hayek, para receitas de formas de ação. As sementes foram lançadas em *O Caminho da Servidão*, para os frutos colhidos em diversas nações que adotaram as políticas de Estado Mínimo na economia, e não só no recorte temporal desta pesquisa, mas ainda nas primeiras décadas do século XXI.

### 3.3.1 O ASSALARIADO E O HOMEM INDEPENDENTE

Hayek, no capítulo *O Assalariado e o Homem Independente,* realiza comparações entre duas categorias, exaltando o papel do chamado "homem independente" como sujeito de vanguarda em relação ao "assalariado" que lentamente deixa de se enquadrar ao modelo de livre mercado. O "homem independente" alcançaria de acordo com Hayek níveis maiores de liberdade enquanto o "homem assalariado" produto do proletariado é um sujeito que fazia parte de uma fase anterior do capitalismo:

> Trata-se do mito segundo o qual o aparecimento de um proletariado resultou de um processo de expropriação, durante o qual as massas foram despojadas dos bens que antes lhes permitiam ganhar a vida de maneira independente. Os fatos contam uma história muito diferente. Até o surgimento do capitalismo moderno, a maioria das pessoas só podia constituir uma família e criar filhos se herdasse um lar, terras e os implementos necessários à produção. O que mais tarde permitiu aos que não tinham herdado terra nem implementos dos pais sobreviver e se multiplicar foi o fato de que para os ricos se tornou exequível e rendoso usar seu capital de modo a dar emprego a multidões de pessoas. Se o "capitalismo criou o proletariado", ele o fez permitindo que multidões sobrevivessem e procriassem. (HAYEK, 1983, p. 130).

Na primeira parte da citação, em que Hayek desqualifica o argumento de que o processo de criação do proletariado resultou em uma expropriação dos bens das massas, normalmente camponeses e artesãos, estas pessoas que viviam da economia moral passaram a ser inseridos em uma lógica de produção fabril. Cada sujeito deixou seu ofício para trabalhar em alguma função especializada em uma fábrica, executando apenas uma parte do processo produtivo, enquanto os capitalistas avançavam sobre as propriedades rurais e empregavam o contingente de proletários que deixava o campo e suas corporações de ofícios para formar um verdadeiro exército industrial de reserva. A história nos conta, principalmente através de escritos como os de Engels e de Thompson com a *Formação da Classe Operária Inglesa* e em *Costumes em Comum*, que o processo de expansão do capitalismo na Inglaterra mudou radicalmente a vida das pessoas. As jornadas de trabalho duravam até dezesseis horas por dia em condições insalubres, inclusive com a utilização de trabalho infantil, sendo não raros os acidentes que tiravam a vida ou amputavam algum membro do trabalhador.

Segundo Hayek, a evolução do capitalismo permitiu a procriação da população, que ao longo dos séculos adotou uma forma de trabalho assalariado, isto é, sob a tutela do capitalista e ao longo do tempo sendo amparado por leis trabalhistas que garantem direitos ao proletário. A visão da concorrência em Hayek subverte a imagem do assalariado, que para o austríaco é um peso devido aos encargos aos proprietários dos meios de produção. Na narrativa construída por Hayek, a sociedade competitiva é uma sociedade em que o assalariado deixa de estar sob a

tutela do empregador e passa a ser um "empreendedor de si", deixando de lado os direitos que lhe protegem, mas que para o capitalista são ônus:

> O essencial é que, numa sociedade competitiva, o assalariado não está à mercê de um empregador, exceto em períodos de considerável desemprego. Sabiamente, a lei não reconhece contratos permanentes de venda do trabalho do indivíduo e, em geral, nem faz valer os contratos temporários. [...] Fica claro que a liberdade do assalariado depende da existência de grande número e variedade de empregadores quando comparamos esta situação àquela em que há apenas um empregador - o Estado - e na qual ter um emprego é o único meio legal de se ganhar a vida. (HAYEK, 1983, p. 132).

A lógica de Hayek é que em uma sociedade competitiva os empregos fluam naturalmente, desta forma, o trabalhador teria a liberdade de procurar o emprego que melhor lhe pague. É o que Hayek quer dizer quando cita que neste tipo de sociedade o empregado não está à mercê de um único empregador, que ele pode procurar outro emprego se onde está não lhe agrada. Na prática a situação difere, principalmente em países periféricos em que as taxas de desemprego são altas e as crises econômicas crônicas, em que mesmo com vários empregadores os empregos são escassos e os salários médios são baixos. Para manter margens competitivas de lucro, as empresas optam por baixar os valores dos salários, e a grande massa de desempregados torna-se peça de reposição barata para o capital. Hayek continua sua discussão a respeito das limitações as quais se submetem os assalariados e a suposta liberdade do indivíduo independente:

> Para o indivíduo independente não há distinção clara entre a vida privada e o trabalho, como ocorre com o assalariado que vendeu parte de seu tempo por um ganho fixo. Enquanto para o assalariado trabalhar significa adaptar-se a certa estrutura durante certo número de horas, para o indivíduo independente implica traçar e modificar continuamente seu plano de vida e descobrir soluções para problemas sempre novos. O indivíduo independente e o assalariado diferem fundamentalmente em seus pontos de vista a respeito do que se pode considerar renda, dos riscos a correr e do modo de vida a ser adotado tendo em vista o sucesso. (HAYEK, 1983, p. 133).

Hayek faz distinções entre o indivíduo independente e o assalariado, apontando superficiais vantagens que o indivíduo independente possui em relação ao assalariado, principalmente a respeito da sua liberdade e autonomia para buscar renda, medir seus riscos e um modo de vida voltado para o sucesso sem depender de um empregador. Parece sedutora à primeira vista a proposta de Hayek, porém, um sujeito que não possui grandes capitais dificilmente será competitivo no mercado. Poucas micro e pequenas empresas sobrevivem sem a ajuda do governo, e a esperança do sujeito sair do nada para alcançar o sucesso esbarra na realidade, em que as condições de concorrência desigual forçam o empreendedor de si em pouco tempo voltar a ser um desempregado, caindo novamente na condição de assalariado.

Hayek prossegue a discussão criticando a opção da maioria das pessoas em procurar um emprego que lhes garanta uma renda fixa, e que assim não estariam assumindo responsabilidades da vida econômica:

> De qualquer modo, não há dúvida de que o emprego se tornou não apenas a situação efetiva, mas também a situação preferida da maioria da população, que encontra nele o que procura: a garantia de uma renda fixa para cobrir as despesas correntes, aumentos mais ou menos automáticos e aposentadoria. Com isso, os assalariados isentam-se de algumas das responsabilidades da vida econômica; e, naturalmente, acham que as dificuldades que resultam do declínio ou da falência da organização que os emprega não são de sua responsabilidade, mas de outrem. Não surpreende, portanto, que desejem um poder tutelar superior para controlar as atividades administrativas, que fogem ao seu conhecimento, mas das quais depende seu meio de vida. Nos países em que essa classe predomina, o conceito de justiça social se ajusta, em grande parte, a suas necessidades. Isso se aplica não apenas à legislação, mas também às instituições e práticas econômicas. Os impostos passam a se basear em um conceito de renda que é, essencialmente, o do assalariado. As medidas paternalistas da previdência social são elaboradas tendo em vista quase exclusivamente as exigências deste, e até os padrões e a sistemática do crédito ao consumidor servem em primeiro lugar, a ele. (HAYEK, 1983, p. 134).

A citação evidencia os principais pontos contrários que Hayek mantém à condição do assalariado. De acordo com sua visão esta categoria de trabalhadores tem como objetivo a obtenção de rendas fixas e aposentadoria, sem vislumbrar coisas maiores. Hayek é crítico ao apontar que os assalariados não se esforçam e não assumem responsabilidades perante as economias de mercado, colocando inclusive a culpa nos trabalhadores pelas falhas e falências das empresas. As relações entre empregadores e assalariados são assimétricas. A grande crítica ao Estado se refere a categoria de Justiça Social, que segundo Hayek se alinha aos interesses do assalariado. Associa com isto paternalismo à previdência social, e culpa os assalariados que se tornam desempregados devido à desigualdade inerente ao sistema capitalista, onde é impossível todos serem empreendedores quando existe o domínio das elites econômicas. O que o Estado promove é sua função de justiça social para corrigir as desigualdades inerentes ao sistema, esta é a função de um Estado de Bem-Estar Social, porém, a narrativa hayekiana coloca a culpa dos percalços no Estado, que deve deixar suas funções sociais, em um sistema que prejudica o assalariado.

Além da seguridade social, a crítica de Hayek recai no funcionalismo público, outra forma do Estado proteger os assalariados segundo ele:

> A evolução nesse sentido geralmente se acelera quando os funcionários públicos se tornam o grupo mais numeroso e influente entre os assalariados e os privilégios especiais de que gozam começam a ser reivindicados por todos, como um direito. Privilégios, como a garantia de estabilidade e de promoção automática por tempo de serviço, de que se beneficia o funcionário público, não no seu próprio interesse, mas no interesse do público, tendem a ser estendidos a outros. (HAYEK, 1983, p. 135).

No universo dos assalariados, o ataque ao funcionalismo público é explicito por parte de Hayek, na sua visão os funcionários das repartições públicas gozam de muitos privilégios e são pouco comprometidos com retorno do seu serviço ao público, pois procuram apenas estabilidade e promoções automáticas. A desconfiança de Hayek em relação aos servidores públicos se estende inclusive a setores culturais, ele critica os assalariados do Estado que exercem algum tipo de influência ideológica ou intelectual:

> Embora alguns líderes na formação de opinião ainda venham surgindo entre os escritores e artistas independentes, médicos e advogados, os que deveriam constituir tal liderança - os estudiosos nos campos das ciências exatas e humanas-estão em sua grande maioria, hoje, em muitos países, na condição de assalariados a serviço do Estado. (HAYEK, 1983, p. 139).

Hayek erigiu uma narrativa que contrapõe os assalariados aos homens independentes. De um lado caracteriza os assalariados como pessoas que buscam apenas estabilidade no emprego ou se ocultam em funções do Estado. O homem independente surge como uma construção subjetiva de um homem compromissado e integrado ao pensamento e ao trabalho neoliberal, este homem é na verdade o sujeito precarizado, sem direitos e à mercê das intempéries do mercado, mas que acredita que pode vencer com o próprio esforço. Para o homem independente aqueles que o exploram são seus modelos de sucesso, porém, por mais que se esforcem a grande maioria dos homens independentes nunca chegarão ao patamar das elites as quais admiram.

Henry Maksoud bebia das premissas de Hayek apontadas em *Os Fundamentos da Liberdade*. Para correlacionar os trechos discutidos da obra de Hayek com a produção da mídia brasileira, utilizo passagens em que Maksoud defende o empreendedor de si e critica o Estado que usurpa essa função[76].

> Haverá sempre nesse ambiente estatocrático socializante uma simulação de interesse coletivo, de altruísmo, de nacionalismo, de desprendimento e de comiseração que faz com que o *insight* empreendedorial, latente em muitos homens apenas em forma fraca, deixe muitas vezes de vir à tona para dar lugar prioritário a outras questões menos fundamentais relativas às suas imagens de indivíduos bonzinhos e bacanas. (MAKSOUD, 1980b, p. 187).

[76] "Onde há o centralismo e o controle cerrado da economia – onde o sistema se afasta do mercado livre -, aí a tendência é a da concentração (tendendo geralmente toda a economia para as mãos do estado), que é uma situação que os propugnadores das pequenas e médias empresas combatem ferozmente. É óbvio que não é mau (pelo contrário, é bom) querer ver bem protegido ou fortalecido o pequeno negócio ou, melhor dito, o ideal que lhe corresponde. Mas o âmago do pequeno empreendimento é a liberdade de iniciativa e o coração do homem empreendedor iniciador ou do empresário à testa do pequeno negócio só bate quando há um clima permanente de mercado livre" (MAKSOUD, 1981, p. 189).

O ambiente estatocrático que para Maksoud é socializante retira a ânsia do empreendedor, que segundo ele ficaria suprimido conseguindo se manifestar apenas de forma fraca. É o que ele chama inibição da atividade empreendedora.

> Mas a regra é a inibição da atividade empreendedora. E muitas vezes, até a tendência de sufocar e destruir o trabalho empreendedor. E isso é muito mal para todos, pois onde não surgem os empreendedores não há progresso; e, sem progresso, o que predomina é a estagnação, o declínio cultural e a persistência da pobreza generalizada que nenhuma dessas "justiças sociais" que andam por aí sendo apregoadas pelos demagogos socialisteiros jamais erradicará. (MAKSOUD, 1980b, p. 187).

O que procuro ao trazer algumas passagens de Maksoud é que Hayek era lido, e que o pensamento a respeito do empreendedorismo era replicado na mídia nacional. A base argumentativa de Maksoud se aproxima com a de Hayek no que se refere à atuação limitadora do Estado que não potencializa o empreendedor e consequentemente o fortalecimento da iniciativa privada. No próximo tópico continuo avançando na obra *Os Fundamentos da Liberdade*, verificando as opiniões do economista austríaco a respeito dos sindicatos, e da mesma forma relacionando com o pensamento empresarial replicado pelos jornais no Brasil, sobretudo através da visão de Henry Maksoud.

### 3.3.2 OS SINDICATOS TRABALHISTAS E O EMPREGO

Os sindicatos também são alvos de críticas de Hayek. Os sindicatos trabalhistas seriam responsáveis por distorções nos preços dos salários, não respeitando as flutuações exercidas pelo livre mercado. Os sindicatos tradicionalmente são organizações que confrontam os interesses dos grupos empresariais no sentido de negociar salários e melhores condições de trabalho, o que acaba se traduzindo em maiores custos para a produção, afetando os lucros dos empresários. Considerando o posicionamento contrário de Hayek aos sindicatos, este tema também se fez presente nas palestras proferidas pelo economista no Brasil. Atualmente o pensamento contra sindical se tornou forte devido ao pensamento liberal/conservador predominante nos últimos anos da segunda década do século XXI no Brasil. Estes contornos estavam presentes já em *Os Fundamentos da Liberdade*, originalmente escrito no início dos anos 1960, mas publicado no Brasil em 1983, no auge dos movimentos sindicais puxados pela formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores.

A tradução da obra de Hayek neste período também servia como forma de combate ao crescimento do pensamento sindical, porém, as sementes só floresceriam mais tarde, e na medida em que o pensamento progressista recuava suas teses voltaram a ganhar força e

popularidade pelos grupos liberais/conservadores. Hayek inicia criticando o suposto privilégio dos sindicatos ingleses:

> Desde a época em que quase todas as suas atividades eram consideradas ilegais, aos poucos os sindicatos se foram tornando instituições singularmente privilegiadas, às quais não se aplicam as normas legais gerais. Hoje, pode-se dizer que as organizações sindicais constituem uma área de atuação em que os governos significativamente fracassam em sua função primordial a prevenção da coerção e da violência. (HAYEK, 1983, p. 323).

Hayek aponta possíveis falhas do Estado em não conseguir controlar os sindicatos que caminhavam para a violência em seus protestos. Cita o crescimento dos movimentos sindicais desde os tempos em que eram ilegais, passando a se tornar organizações reconhecidas pelo Estado. A luta de classes para Hayek é taxada como violência, e o Estado, segundo ele é um elemento passivo neste cenário. Hayek é contra os sindicatos pois ele vê os trabalhadores como sujeitos individualizados, não passíveis de se organizarem coletivamente. Qualquer forma que fuja da configuração do operário como peça substituível do capital aparece como uma anomalia, e o fato dos sindicatos organizarem estes trabalhadores coletivamente naturalmente seria um ponto de crítica do pensamento neoliberal hayekiano. Henry Maksoud assume uma postura parecida com Hayek ao criticar os sindicatos, pois, assim como Hayek, o articulista de Visão tem nos sindicatos os vilões da liberdade econômica, Maksoud, de uma forma exagerada, cita uma espécie de lavagem cerebral feita pelos sindicatos para conseguir esta adesão:

> Isso tudo ocorre graças a um tipo de lavagem cerebral, uma espécie de persistente pressão meramente psicológica e moral, que fomenta e explora o grande equívoco que é o de que os sindicatos beneficiam todos os trabalhadores. Assim, funciona um instrumento dialético muito eficaz que lança mão do mito de que o rápido aumento do nível de vida da classe trabalhadora se deu devido à pressão sindical e que somente mediante a permanente pressão continuarão crescendo aceleradamente os salários. (MAKSOUD, 1980a, p. 40).

A estratégia do pensamento de Hayek em que Maksoud se associa é deslegitimar o potencial dos sindicatos dos trabalhadores. As lutas sindicais são vistas por Hayek como flagrantes de abusos:

> Embora os flagrantes abusos de poder dos sindicatos tenham frequentemente chocado a opinião pública em tempos recentes e conquanto a atitude desprovida de senso crítico a eles favorável esteja desaparecendo, a opinião pública certamente ainda não se deu conta de que as disposições legais vigentes se acham fundamentalmente erradas e de que toda a base da nossa sociedade livre está gravemente ameaçada pelos poderes que os sindicatos se arrogam. Não trataremos aqui dos abusos criminosos de poder dos sindicatos que recentemente atraíram muita atenção nos Estados Unidos, conquanto tais abusos não estejam de todo desvinculados dos privilégios de que os sindicatos legalmente gozam. (HAYEK, 1983, p. 325-326).

Hayek continua atribuindo os supostos privilégios dos sindicatos com a prática de ações violentas. Coloca que as disposições legais vigentes se acham fundamentalmente erradas e de que toda a base da sociedade livre está ameaçada pelos sindicatos. A sociedade livre evocada por Hayek é a sociedade em que o capital privado impera, esconde-se atrás das críticas aos sindicatos uma preservação da ideologia empresarial, no qual desarticular os sindicatos é uma necessidade dos grupos, pois, historicamente no capitalismo as organizações de trabalhadores trouxeram maior simetria nos processos de negociações entre trabalhadores e patrões. Episódios na Inglaterra Industrial como o Ludismo, com a quebra de máquinas pelos operários faz surgir uma preocupação dos capitalistas em relação à violência que temem ser praticada pelos sindicatos. Os movimentos sindicais norte-americanos ganharam independência de financiamento e de ação, sendo os maiores sindicatos, como o dos caminhoneiros, conseguindo a adesão de mais de dois milhões de trabalhadores, fazendo surgir pressões governamentais.

A formação destes sindicatos nos Estados Unidos, com o auge nos anos 1960, estava diretamente ligada ao crescimento do Estado de Bem-Estar Social, permitindo inclusive aos grandes líderes sindicais terem contatos diretos com governantes, podendo influir nos aumentos de salários e na aprovação de direitos para os trabalhadores. A pressão dos sindicatos sob as condições de livre mercado era vista como um atentado. Maksoud na mesma linha argumentativa questiona a "liberdade sindical", que para ele soava como uma carta branca para os sindicatos atuarem em detrimento das liberdades do mercado.

> A tal "liberdade sindical" de que se ouve falar com tanta ênfase e persistência por esse mundo a fora é, portanto, algo que, em realidade, nada tem a ver com própria liberdade. Quando pregadores dogmáticos dizem que os trabalhadores têm o direito de formar livremente seus sindicatos, eles em verdade querem apenas que os sindicatos tenham o direito de existir independentemente da vontade dos próprios trabalhadores, quando considerados como indivíduos. (MAKSOUD, 1980, p. 41).

A estratégia argumentativa usada é a de colocar os sindicatos como uma entidade que usurpa a vontade dos trabalhadores, como se as ações sindicais não estivessem em consonância com os anseios da classe que representa, e a resistência durante as greves para Hayek e Maksoud é resultado de uma alienação do trabalhador, e não de uma insatisfação que é coerente devido aos baixos salários e condições ruins de trabalho. Atribui a adesão aos sindicatos não pela consciência de classe dos trabalhadores, nem pela construção de novas subjetividades que permitiam a construção de redes de solidariedade entre os trabalhadores que viam nos sindicatos

uma forma de coalizão contra a exploração pela qual passavam. A visão de Hayek é a de que os sindicatos coagiam os trabalhadores, suprimindo suas liberdades:

> Qualquer que seja o verdadeiro poder coercitivo que os sindicatos conseguem ter sobre os empregadores, será consequência desse poder fundamental de coagir outros trabalhadores; a coerção sobre os empregadores perderia grande parte de sua condenável natureza se os sindicatos fossem privados do direito de obter pela força esse apoio. (HAYEK, 1983, p. 327).

A coerção de acordo com Hayek assumia uma forma dupla, afetando outros trabalhadores que não gostariam de fazer parte dos sindicatos como também dos empregadores que se viam pressionados pelos acordos sindicais por maiores salários[77]. Por mais que Hayek use o termo coerção, ele não pode ser aplicado, pois o que existe nas relações entre patrão e trabalhador é uma assimetria de forças. E os sindicatos contrapõe esta tendência da competição capitalista, em que os maiores capitais são os que assumem o poder de decisão de preços dos produtos e salários dos trabalhadores. Em ambientes globalizados e altamente competitivos as empresas buscam mercados onde se pagam salários baixos, esta é a razão de muitas empresas nacionais investirem em países periféricos, onde o desemprego é maior, formando um Exército Industrial de Reserva propício a aceitar um trabalho com uma remuneração menor em relação ao valor pago nos países desenvolvidos. Contrariando esta tendência capitalista de pagar salários menores para reduzir os custos de produção e assim aumentar a competitividade da empresa, os sindicatos estabelecem tensões necessárias através da união dos trabalhadores para reverter esta tendência, e garantir leis, salários e condições melhores. As pautas sindicais conquistadas para Hayek são as coerções, que na verdade são necessárias na tentativa de equilibrar forças desiguais, em que de um lado estão os empregadores e de outros os empregados, que sozinhos não possuem a capacidade de exigir melhores remunerações e condições de trabalho. Os sindicatos só fazem sentido através da união dos trabalhadores assalariados, por isto que Hayek, em capítulo precedente ataca a figura do assalariado e substituindo pelo trabalhador independente, passivo ao capital e inserido na razão neoliberal do sujeito individualizado. Novamente Maksoud apresenta trechos de seus editoriais em que é

[77]"O requisito essencial é garantir a verdadeira liberdade de associação e considerar a coerção ilegal, seja quando empregada a favor da organização, seja quando usada contra ela, pelo empregador ou pelos empregados. O princípio segundo o qual os fins não justificam os meios e os objetivos dos sindicatos não autorizam sua imunidade em relação às normas legais gerais deveria ser estritamente aplicado. Hoje isto significa, em primeiro lugar, que todos os piquetes de que participem muitas pessoas deveriam ser proibidos, porque constituem não só a principal e mais constante causa de violência como também um meio de coerção, mesmo na sua modalidade mais pacífica. Em segundo lugar, conviria que os sindicatos fossem proibidos de manter fora do mercado de trabalho os trabalhadores a eles não filiados" (HAYEK, 1983, p. 336).

possível perceber como o articulista de Visão comungava das mesmas visões dos sindicatos, e criticava a coerção dos trabalhadores, assumindo a perspectiva de Hayek sobre o tema:

> A auréola de legitimidade que costuma ter a ação sindical pelo fato de seus objetivos gozarem geralmente de aprovação popular não consegue esconder o importantíssimo fato de que os instrumentos sindicais de coação (embora chamados de "meios pacíficos" de persuasão) constituem mecanismos de repressão organizada contra a pessoa humana, usados por entidades privadas, os sindicatos, e que em uma sociedade livre de modo algum deveriam ser permitidos. (MAKSOUD, 1980a, p. 40).

A visão de Maksoud é que em uma sociedade livre do ponto de vista econômico qualquer forma de organização dos trabalhadores para reivindicar condições melhores de trabalho deveria ser proibida.

Sobre o direito de greve, Hayek coloca que ele não pode ser considerado inalienável:

> Deve-se dizer, entretanto, que este último direito - o de greve -, embora um direito normal, não pode ser considerado inalienável. Em certas atividades deveria constar do contrato de trabalho uma cláusula pela qual o empregado renunciaria a esse direito, isto é, essas atividades incluiriam, da parte dos empregados, um vínculo empregatício por um determinado período, sendo ilegal qualquer tentativa conjugada de violá-lo. (HAYEK, 1983, p. 327).

As greves são formas extremas dos sindicatos lutarem por direitos, é uma ferramenta justa quando as outras formas de negociação com os empregadores falharam, tirar o direito de greve dos trabalhadores é subjugá-los aos interesses do capital. A greve é um direito inalienável, por mais que Hayek considere ao contrário. Em um momento em que o Brasil estava vivendo o renascimento dos sindicatos, com as greves do ABC, é conveniente para o empresariado os posicionamentos de Hayek, evocado como Prêmio Nobel de Economia para tentar marginalizar as ações sindicais. O empobrecimento subjetivo do trabalhador é a tônica dos capítulos selecionados da obra *Os Fundamentos da Liberdade*, pois assim como retira a personalidade do assalariado e incorpora a visão deturpada e solitária do trabalhador independente, retira a característica da solidariedade coletiva dos sindicatos que faz surgir o orgulho do operário de se organizar enquanto classe e buscar pressionar os empregadores através do mecanismo que mais lhes afeta, a diminuição dos lucros.

O tema dos sindicatos, abordado como uma das palestras quando Hayek esteve no Brasil em 1981 foi coberto pela imprensa, no Jornal da Tarde. Na data de 13 de maio de 1981, o economista austríaco destacou o surgimento dos sindicatos na Inglaterra inicialmente como uma organização que buscava equanimidade dos salários:

> "Eu insisto na designação injustas porque, afinal de contas, os sindicatos foram criados afim de tornar a força operária mais efetiva na sua luta por salários mais equânimes quando foram criados as "labour unions" (sindicatos trabalhistas), seu propósito era de obter justiça social para os trabalhadores – e não açambarcar todo o poder discricionariamente, da forma monopolística que comprovamos na sua caótica Inglaterra de hoje, dominada pelos sindicatos enlouquecidos. (JORNAL DA TARDE, 13 de maio de 1981, p. 12).

Hayek incita os empresários que estavam em sua palestra a ver os sindicatos como uma ameaça, empregando uma retórica agressiva ao afirmar que os sindicatos usam de poderes discricionários e de monopólio de força, usando o adjetivo enlouquecidos para se referir às ações sindicais inglesas. Para Hayek não existe negociação e meios termos, o austríaco na sua narrativa sempre parte dos extremos, não existindo um equilíbrio entre os sindicatos e um diálogo que estabeleça um vínculo equitativo entre os interesses dos empregadores e os interesses dos empregados. Esta lógica é incompatível com a visão de livre mercado de Hayek, e qualquer forma de movimento ou acordo que fuja do modelo é inconcebível, e o contraponto é colocado por Hayek como adversários e deturpadores da livre concorrência.

Na continuidade do capítulo da sua obra *Os Fundamentos da Liberdade*, Hayek associa aumento de desemprego com aumento dos salários dos trabalhadores, ocasionado pelos sindicatos:

> Mas, se bem que os salários reais de todos os trabalhadores empregados possam ser elevados por meio da ação sindical apenas à custa de desemprego, sindicatos ligados a determinadas indústrias ou profissões podem perfeitamente aumentar os salários dos seus membros forçando outros trabalhadores a permanecer em ocupações menos remuneradas. É difícil avaliar as dimensões da distorção que isto de fato causa na estrutura salarial. Se lembrarmos, porém, que alguns sindicatos acham conveniente o uso da violência para impedir que novas levas ingressem em seus setores e que outros conseguem cobrar altas taxas de admissão (ou mesmo reservar empregos na área para os filhos dos atuais membros), não há dúvida de que a distorção é considerável. (HAYEK, 1983, p. 328).

Hayek insiste em destacar a violência como *modus operandi* dos sindicatos, argumento que o austríaco fez questão de destacar também nas suas falas sobre as ações sindicais enquanto esteve no Brasil:

> É indispensável também abolir o uso da violência pelos sindicatos, que aderem aos piquetes e outras formas de coerção insuportáveis numa real e efetiva democracia. Há, na Grã-Bretanha mais de 200 sindicatos minúsculos, fragmentados e as negociações sobre salários e outras questões sociais se tornam, concretamente, impossíveis de serem levadas a bom termo dentro dessa miríade sindical ridícula. Eu me convenci a tal ponto do monopólio de poder dos sindicatos ingleses que propus que se realizasse um plebiscito de âmbito nacional, para aprovar ou, o que acho certo, abolir esses privilégios de que os sindicatos ingleses se apoderaram, em detrimento palpável de

> toda a população britânica – o que convenhamos, é um absurdo!". (JORNAL DA TARDE, 13 de maio de 1981, p. 12).

Hayek caracteriza as ações sindicais como piquetes e suposto uso da violência como forma de atentado à democracia[78]. Henry Maksoud usa a mesma retórica de Hayek para se referir aos piquetes na sua obra *Ensaios sobre a Liberdade*, demonstrando uma correlação entre a leitura do autor e a reprodução das suas ideias na mídia impressa, sobretudo na editora Visão, Maksoud coloca que:

> Os piquetes e as demais atividades coercivas sindicais são nada mais que absurdos e perversos instrumentos de intimidação de que os sindicatos lançam mão para forçar o consenso. Mostram que, em verdade, não existe a tão reclamada "liberdade sindical"; ou, pelo menos, demonstram que essa liberdade só é solicitada para os que exercem o poder sindical. (MAKSOUD, 1980a, p. 39).

Existe uma similaridade na argumentação de Hayek e Maksoud, violência e democracia são usados como forma de alinhar os sindicatos ao lado da violência situando-os como um perigo. Esta é uma estratégia recorrente na narrativa de Hayek, sempre contrapondo elementos. Enquanto a democracia deve ser limitada a ação dos trabalhadores por meio dos sindicatos também deverá ser. A diferença é que o limite da democracia ocorre quando beneficia a população, enquanto o limite da ação dos sindicatos ocorre quando causam desconfortos aos empregadores. A Grã-Bretanha é sempre a referência para tratar dos sindicatos, tanto por ser a nação que Hayek conhece melhor historicamente, como por ser o principal berço mundial da Revolução Industrial, o que garantiu ao país um histórico maior de organizações e movimentos trabalhistas. O que Hayek parece querer evitar em outras nações é o florescimento do sindicalismo como ocorreu na Grã-Bretanha, em que cita que existem mais de 200 sindicatos minúsculos, mas atuantes. No discurso de Hayek as interferências sindicais são parecidas com as intervenções estatais sobre a economia, em que o austríaco denuncia terríveis consequências para os preços, salários e empregos, mas não cita os efeitos mais

[78]"Os poderes coercitivos que os sindicatos têm hoje baseiam-se, portanto, principalmente no uso de métodos que não seriam tolerados se aplicados na realização de qualquer outro objetivo e que ameaçam a esfera privada do indivíduo. Em primeiro lugar, os sindicatos utilizam, com uma freqüência muito maior do que se costuma pensar, piquetes como instrumento de intimidação. Mesmo o chamado piquete "pacífico", de que participam muitas pessoas, é um método extremamente coercitivo e tolerá-lo constitui a concessão de um privilégio tendo em vista seu objetivo supostamente legítimo, e isto é evidenciado pelo fato de que pode ser e é utilizado por indivíduos que, na realidade, não são trabalhadores, para obrigar outros a formar um sindicato que eles controlarão e que pode ser usado para fins puramente políticos, ou para dar vazão à animosidade contra algum indivíduo impopular" (HAYEK, 1983, p. 332).

nocivos das desigualdades causadas pela exploração capitalista que concede salários e condições mínimas de sobrevivência para a maioria do proletariado.

Sobre o efeito dos sindicatos para os salários, Hayek tece a seguinte argumentação:

> Isto significa que suas atividades reduzem necessariamente a produtividade do trabalho em todos os setores e, em consequência, o nível geral dos salários reais; porque, se a ação sindical consegue restringir o número de trabalhadores nos empregos altamente remunerados e aumentar o número dos obrigados a permanecer em empregos menos compensadores, o resultado será uma média geral de salários mais baixa. De fato, nos países nos quais os sindicatos são muito poderosos o nível geral dos salários reais é mais baixo. Isto, certamente, ocorre na maioria dos países europeus nos quais a política dos sindicatos é fortalecida pelo uso generalizado de medidas que obrigam o empregador a utilizar mão-de-obra desnecessária. (HAYEK, 1983, p. 329).

As primeiras distorções para Hayek acontecem nas médias salariais que tendem a ser menores, oriundas da diminuição da produtividade do trabalho. Associa os países com maior ação sindical a salários reais menores. Os baixos salários não são resultados de uma forte ação sindical, mas sim de um modelo de acumulação capitalista avançado, normalmente de países centrais como a Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, em que a cultura sindical ganhou força ao longo dos anos com o amadurecimento do capitalismo. Estes movimentos de amadurecimento de sindicatos também podem ser considerados uma das tendências que levou a muitas empresas a descentralizarem sua atuação, abrindo filiais em outros países, normalmente procurando países periféricos como o Brasil, ainda sem histórico de sindicatos fortes para se instalarem e implantarem salários ainda mais baixos que suas matrizes. Com isto, o argumento que os sindicatos encolhem os salários é insatisfatório, pois a ação forte dos sindicatos está diretamente ligada a afrontar a exploração capitalista.

A argumentação a respeito do aumento das taxas de desemprego também é colocada na conta dos sindicatos:

> A impressão contrária que comumente se tem deve-se em parte ao fato de se acreditar que os aumentos salariais, conseguidos atualmente sobretudo em negociações sindicais, só podem ser obtidos por esse meio; e muito mais ainda ao fato de que, como veremos adiante, a atividade dos sindicatos, na realidade, acarreta aumento constante dos salários monetários, que excede o aumento dos salários reais. Esse aumento dos salários monetários só não causa desemprego geral porque é regularmente anulado pela inflação e essa é, na verdade, a única maneira de manter o pleno emprego, nessa situação. (HAYEK, 1983, p. 329-330).

A inflação também é adicionada ao pacote dos desequilíbrios econômicos causados pelos sindicatos. Hayek retira neste momento a responsabilidade do Estado e dos empresários. Maksoud, seguindo a mesma linha de Hayek utiliza um argumento parecido na coletânea de editoriais escritos por ele, falando que ao controlar os salários os sindicatos praticam outros

abusos "[d]o mesmo modo, o fato de ser considerado legitimo que os sindicatos tratem de conseguir salários mais elevados é também interpretado por essas pessoas como se lhes fosse permitido fazer tudo que lhes pareça necessário para atingir seus objetivos" (MAKSOUD, 1980a, p. 41).

Em cada obra Hayek elege seus inimigos, e quando começa a proferir seus argumentos centraliza em apenas um alvo, e é justamente isto que está acontecendo com a análise que faz dos sindicatos, pois de uma só vez credita os baixos salários, a inflação e o desemprego unilateralmente às ações sindicais. Hayek continua superestimando o papel e o poder dos sindicatos, colocando-os inclusive acima do Estado quando unificados:

> No entanto, a única alternativa para o mercado é o controle exercido por uma autoridade. Tal controle obviamente não pode ficar em mãos de determinados sindicatos com interesses setoriais, nem pode ser exercido adequadamente por uma organização sindical unificada, que se transformaria dessa forma não apenas no maior poder dentro do Estado mas até num poder que o controlaria totalmente. O sindicalismo, em sua feição atual, tende, contudo a produzir exatamente o sistema de planificação geral socialista, que poucos sindicatos desejam e que, na verdade, é de seu maior interesse evitar. (HAYEK, 1983, p. 331).

Hayek na sua obra aponta que os sindicatos também levam até a planificação socialista, este é seu medo, fala inclusive que as ações sindicais colocam em xeque até o Estado de Direito[79]. Para Hayek apenas um Estado com poderes mais arbitrários pode parar as ações incisivas dos sindicatos, justificando um argumento anterior de que é possível garantir a liberdade do indivíduo limitando sua liberdade política, e nesta ocasião está inclusa o veto pela forma das atividades sindicais.

### 3.3.3 A previdência social

Começo a investigação a respeito dos argumentos defendidos por Hayek em *Fundamentos da Liberdade* a respeito do papel da *Previdência Social* com a visão do papel do Estado no que se refere às garantias sociais dos indivíduos:

> No momento, tratamos apenas do processo pelo qual um mecanismo, originalmente destinado a mitigar a pobreza, está sendo em geral convertido em instrumento de redistribuição igualitária.

[79] "Enquanto os poderes que os sindicatos conseguiram acumular forem considerados inatacáveis, não haverá meio de corrigir os danos por eles causados, a não ser que se concedam ao Estado poderes coercitivos ainda mais arbitrários. Nós já estamos, na verdade, testemunhando um acentuado declínio da supremacia da lei no campo do trabalho. Não obstante, a única providência realmente necessária para sanar essa situação é uma volta aos princípios do Estado de Direito e à sua coerente aplicação pelas autoridades legislativas e executivas" (HAYEK, 1983, p. 343).

> Foi como instrumento de socialização de renda, de criação de uma espécie de Estado doméstico que aloca benefícios em espécie ou em mercadoria àqueles que são considerados mais merecedores de auxílio, que o Estado previdenciário se tornou para muitos o substituto do superado socialismo. Vista como alternativa para o já desacreditado método de orientação direta da produção, a técnica do Estado previdenciário que procura promover uma "justa distribuição" pela repartição da renda nas proporções e da forma que julga adequadas, nada mais é, na verdade, que um novo método para alcançar os velhos objetivos do socialismo. (HAYEK, 1983, p. 350).

O autor aprofunda sua crítica ao modelo do Estado de Bem-Estar Social tirando da coletividade a responsabilidade pelas pessoas excluídas do modelo neoliberal de sociedade:

> Uma vez que o atendimento das necessidades extremas da velhice, do desemprego, da doença, etc., é reconhecido como dever da coletividade, independentemente de os próprios indivíduos poderem ou deverem prover a essas eventualidades, e, em particular, uma vez que a ajuda é garantida, levando os indivíduos a reduzir sua iniciativa pessoal, parece óbvio ser necessário compeli-los a se garantir (ou a se prover) por conta própria contra essas dificuldades normais da vida. (HAYEK, 1983, p. 346).

Hayek culpa o Estado de Bem-Estar Social de reduzir a iniciativa pessoal dos indivíduos e que com isto acostumaria mal a população que não responderia de forma satisfatória ao que chama dificuldades normais da vida. Somada a esta crítica está a ideia de que as pessoas precisam se garantir ou se prover contra intempéries que poderiam eventualmente enfrentar durante sua fase produtiva ou na sua velhice, e que não deveriam transmitir para o Estado esta responsabilidade. Na continuidade do capítulo avança criticando a forma com que o Estado trata a questão dos idosos, não se limitando a garantir apenas o mínimo de assistência, mas sim proporcionando uma assistência adequada para a pessoa de acordo com sua necessidade. Hayek se coloca contra este tipo de iniciativa, focalizando do mesmo modo nos aspectos individuais em que cada idoso deveria receber na velhice apenas o equivalente ao que conseguiu conquistar na sua vida produtiva:

> O problema emerge, em toda sua gravidade, a partir do momento em que o governo se incumbe de assegurar não apenas sustento e assistência mínimos, mas também "adequados" a todos os idosos, independentemente da necessidade individual ou das contribuições de cada um. Quando o Estado assume o monopólio deste tipo de proteção, o processo desenvolve-se quase invariavelmente em duas etapas críticas: primeiro, a proteção é oferecida não apenas àqueles que com suas contribuições fizeram jus a ela, mas também aos que não tiveram tempo para fazê-lo; e, segundo, quando chega o momento de pagar as pensões, elas não são pagas com os rendimentos de um capital adicional acumulado para esse fim -e, portanto, com renda adicional resultante do esforço do beneficiário -mas constituem uma transferência de parte dos frutos do trabalho das pessoas que estão atualmente produzindo. (HAYEK, 1983, p. 358-359).

A argumentação de Hayek sustenta que os esforços individuais que deveriam garantir a aposentadoria do idoso são convertidos no Estado de Bem-Estar Social em um peso sobre os que estão produzindo. Pois bem, após devidamente apresentados os alinhamentos ideológicos de Friedrich Von Hayek a respeito da sua defesa do fim do Estado de Bem-Estar Social é preciso pensar criticamente estas propostas. Contrapondo o modelo de Hayek avanço a discussão para entender o momento histórico no qual vivenciamos através do avanço do pensamento neoliberal que se iniciou em meados dos anos 1970, e que lentamente foi se afirmando nas economias capitalistas avançadas. Neste segmento de análise, recorro a importantes contribuições teóricas de autores preocupados com os efeitos nocivos das políticas neoliberais sobre a sociedade. Destaco neste cenário o campo ligado à sociologia do trabalho com Ricardo Antunes (2018) e Ruy Braga (2017). Loic Wacquant (1999) e David Harvey (2008) trazem relevantes contribuições para pensar a dinâmica de dominação do neoliberalismo. Harvey avança nos estudos da geografia, e, adotando uma análise derivada do marxismo propõe entender as dinâmicas e os processos de espoliação do capitalismo sobre economias periféricas e suas consequências. Loic Wacquant de forma mais acentuada aponta que o discurso que pede um Estado mínimo na economia inverte a lógica direcionando para o aumento de um Estado penal e policial para tratar dos expurgos produzidos por este modelo, significando exatamente a estigmatização dos indesejáveis que não se inserem na lógica do trabalho neoliberal[80]. Com isto, as grandes cidades comportam grandes massas de desempregados, pessoas vivendo em periferias, e com o avanço da criminalidade oriunda dos processos de exclusão do neoliberalismo é necessário aumentar o Estado policial para controlar estas populações, levando a um aumento do encarceramento.

David Harvey aponta que neste contexto de desamparo social a característica do neoliberalismo de opor os valores de “liberdade individual” e “justiça social”:

> Mas os valores "liberdade individual" e "justiça social" não são necessariamente compatíveis. A busca da justiça social pressupõe solidariedades sociais e a propensão a submeter vontades, necessidades e desejos à causa de alguma luta mais geral em favor de por exemplo, igualdade social ou justiça ambiental. (HARVEY, 2008, p. 50).

A incompatibilidade dos valores de “liberdade individual” e “justiça social” é o ponto chave para entender a argumentação que o Estado não deve se responsabilizar pela “justiça social”, apenas pela “liberdade individual” construída pelas escolhas do indivíduo, e nas quais

[80] “A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo” (WACQUANT, 1999, p. 4).

ele é o principal responsável. O que quero apontar é que o Estado de Bem-Estar Social, negado por Hayek buscava corrigir estas desigualdades ocasionadas pelo capitalismo na sua forma mais predatória, em que se leva a um individualismo acentuado. Por outro lado, as noções de coletivismo além de sumirem da sociedade são apontadas como nocivas à liberdade do indivíduo. Não é uma questão de tirar dos mais ricos e dar aos mais pobres, mas sim entender que o sistema nutre assimetrias, e que cabe ao Estado proporcionar um alívio e oportunidades para os menos abastados, garantindo o acesso de pessoas a benefícios que elas não possuem e que o neoliberalismo naturaliza como sendo algo de acesso universal.

Loïc Wacquant avança sobre as relações da penalização neoliberal, direcionando a crítica ao Estado policial que avança na medida em que a proteção social diminui. Os excluídos do modelo neoliberal, incluídos os desempregados e também os trabalhadores informais, serão duplamente vítimas do Estado que precariza o acesso destas pessoas ao mercado de trabalho, retira seus direitos previdenciários e exime-se de dar apoio aos vulneráveis, e posteriormente trata de encarcerá-los quando por omissão do Estado a criminalidade e a violência avançam como contrarreação ao abandono de políticas públicas que visam a justiça social. Wacquant argumenta no prefácio para a edição brasileira da obra *Prisões da Miséria* que:

> No entanto, e, sobretudo, a penalidade neoliberal ainda é mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século.
> Isso é dizer que a alternativa entre o tratamento social da miséria e de seus correlatos ancorado numa visão de longo prazo guiada pelos valores de justiça social e de solidariedade e seu tratamento penal- que visa às parcelas mais refratárias do subproletariado e se concentra no curto prazo dos ciclos eleitorais e dos pânicos orquestrados por uma máquina midiática fora de controle, diante da qual a Europa se vê atualmente na esteira dos Estados Unidos, coloca-se em termos particularmente cruciais nos países recentemente industrializados da América do Sul, tais como o Brasil e seus principais vizinhos, Argentina, Chile, Paraguai e Peru. (WACQUANT, 1999 p. 4).

Existe no Brasil o ambiente propício para a penalidade neoliberal se fazer presente, pois, as desigualdades existentes produzem grandes contingentes de excluídos, os quais não sendo amparados positivamente pelo Estado acabam se convertendo em indesejados e passam a ser vítimas. O processo de retração dos direitos dos trabalhadores e de mudanças da lei previdenciária é um destes aspectos do Estado Mínimo na economia, justificado por uma lógica de exclusão das pessoas desempregadas, de idosos ou deficientes que não podem produzir, tornando-se cada vez mais difícil para a pessoa se inserir formalmente no mercado de trabalho e um dia chegar a se aposentar.

Com a retração do trabalho formal, e com o surgimento de diversas modalidades de trabalho informal e intermitente, a tendência é que cada vez menos pessoas consigam se aposentar com o aperto das leis previdenciárias. Este contingente de excluídos do mercado de trabalho, principalmente quando se tornarem idosos precisarão recorrer ao sistema de saúde público gratuito, pois, pensando o Estado de Bem-Estar Social não se tem apenas a dimensão de uma Previdência social para a aposentadoria, mas também a dimensão dos serviços públicos gratuitos, dentre eles a assistência médica. No próximo tópico examino como Hayek pensa a questão da assistência médica aos idosos em sua obra.

### 3.3.3.1 O fim do estado de bem-estar social para os idosos

Discuto neste tópico a forma com que Hayek trata a questão dos idosos e a responsabilidade do Estado sobre eles no modelo defendido na sua obra. O autor recorre à inviabilidade econômica do Estado prover assistência médica aos idosos, tendo em vista que eles não servem para o mercado de trabalho, invertendo a importância do Estado de Bem-Estar Social e da garantia previdenciária para pessoas que não estão mais na idade produtiva. Hayek se posiciona contra o atendimento médico gratuito:

> O campo no qual a maioria dos países mais investiu, e que provavelmente provocará os mais sérios problemas, é o da provisão de assistência aos idosos e aos dependentes (exceto, talvez, na Inglaterra, onde a instituição de um Serviço Nacional de Saúde gratuito criou problemas de semelhante magnitude). A questão dos idosos é particularmente grave, pois hoje, na maioria dos países ocidentais, os governos privaram os velhos dos meios de sustento de que poderiam ter cuidado para si próprios. (HAYEK, 1983, p. 359).

Quando Hayek fala da gravidade da situação dos idosos, e, indiretamente ataca o Estado de Bem-Estar Social ocidental, percebo a crítica ao modelo previdenciário oriundo da coletivização dos custos de financiamento, considerando que os trabalhadores da ativa pagam as aposentadorias e as garantias dos que se encontram inativos. Ao falar que o governo privou os velhos do sustento que poderiam ter cuidado para si próprios, aponta que quando o modelo entrar em crise as novas aposentadorias e assistências não se sustentariam tendo em vista que os níveis de emprego e de gastos do Estado não poderiam se manter elevados. Isto levaria a uma interrupção do financiamento previdenciário, fadando o Estado de Bem-Estar Social à insustentabilidade e formando uma massa de pessoas idosas que não poderiam receber suas aposentadorias.

Hayek continua o capítulo defendendo o fim da gratuidade do sistema de saúde:

> A ideia de um serviço médico gratuito costuma basear-se em duas premissas fundamentalmente errôneas. Primeiro, o pressuposto de que os problemas de saúde são em geral objetivamente verificáveis e de natureza tal que podem e devem ser totalmente atendidos em todos os casos, não importando considerações de ordem econômica; segundo, que tal atendimento é economicamente viável porque um bom serviço médico normalmente resulta numa restauração da eficiência econômica ou da capacidade de trabalho, compensando assim seus próprios custos. (HAYEK, 1983, p. 361).

As bases humanitárias do atendimento médico são deixadas de lado na visão de Hayek, apontando apenas as bases econômicas de uma justificativa para os gastos no sentido de recuperar o indivíduo apenas para retornar para o trabalho, e assim compensar os custos. Este posicionamento se torna preocupante, pois abandona os idosos e pessoas que devido a sua condição de saúde não podem ser inseridas no mercado de trabalho, desgastando ainda mais uma parcela da população que já se encontra vulnerável. Ricardo Antunes, aponta que existe uma preocupação do capitalismo neoliberal em absorver cada vez taxas maiores de mais valia, seja na forma relativa ou absoluta (mais-valor) e formar um Exército Industrial de Reserva com o intuito de baixar o valor das remunerações do trabalho e garantir as peças de reposição para a produção capitalista[81]. A contribuição da crítica da economia política marxista, mesmo considerando as ressalvas atuais de não cair em anacronismos ao usar as observações de Marx a respeito do capitalismo do século XIX para o do século XXI, é interessante na medida em que compreende o capitalismo neoliberal como mecanismo que expulsa os indesejados e priva-os do amparo estatal. Os indivíduos são tratados apenas como forma de absorção de mais valia capitalista por meio da crescente precarização do trabalho e da vida:

> Uma análise do capitalismo atual nos obriga a compreender que as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores, que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. Esse processo tem clara funcionalidade para o capital, ao permitir a intensificação, em larga escala, do bolsão de desempregados, o que reduz ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, por meio da retração salarial daqueles assalariados que se encontram empregados. (ANTUNES, 2018, p. 77).

[81] "Dada a nova morfologia do trabalho, com sua enorme gama de trabalhadores/as invisíveis, vem ocorrendo uma potencialização dos mecanismos geradores do valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de autoexploração do trabalho). Menos do que perda de validade da teoria do valor, nossa hipótese é que a invisibilidade do trabalho é uma expressão aparente que encobre a real geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laborativo em que ocorre exploração. Portanto, contrariamente aos que formulam a desconstrução da teoria do valor, há um importante elemento de ampliação, potencialização e mesmo realização do mais-valor" (ANTUNES, 2018, p. 106).

Partindo da lógica de Hayek, é compreensível porque ele é contrário ao atendimento médico gratuito, pois, como aponta a crítica de Ricardo Antunes o modelo neoliberal cria mecanismos para expulsar da produção uma série de trabalhadores, os quais inevitavelmente irão envelhecer ou irão utilizar o serviço público de saúde. Excluídos ao longo da vida do trabalho regularizado e do sistema previdenciário o Estado deveria apenas responsabilizá-los por não se adaptarem ao sistema, sem pesar na balança as consequências das desigualdades sociais. O fato do envelhecimento da população se acentuar e por decorrência aumentar os gastos públicos com saúde e com a previdência social são vistos pelos neoliberais apenas como gastos excessivos do Estado promovidos por "quem não contribui" onerando a população trabalhadora ativa que de acordo com o senso comum é a que "sustenta os pobres" do país.

O aumento da longevidade proporcionado pelo avanço da medicina para Hayek é um problema, pois não restaura o indivíduo para o trabalho:

> Os problemas decorrentes de uma assistência médica gratuita são mais complexos pelo fato de o progresso da medicina tender a intensificar seus esforços não principalmente no sentido de restaurar a capacidade de trabalho, mas no de aliviar o sofrimento e prolongar a vida, o que, evidentemente, não se pode justificar em bases econômicas, mas unicamente em bases humanitárias. (HAYEK, 1983, p. 363).

Posteriormente, Hayek coloca que é de interesse de todos que o sistema de saúde gratuito dê preferência no atendimento de pessoas produtivas para o trabalho em detrimento de idosos e pessoas com doenças sem cura:

> Pode parecer cruel, mas provavelmente é do interesse de todos que, num sistema gratuito, os que gozam de plena capacidade de trabalho sejam frequentemente curados com mais rapidez de uma enfermidade temporária e não grave, em detrimento dos idosos e dos que sofrem de doenças sem cura. (HAYEK, 1983, p. 362).

A visão defendida por Hayek já no início dos anos 1960 de que apenas os trabalhadores produtivos mereçam assistência médica gratuita, sustenta a base predatória do capitalismo neoliberal, na qual o trabalhador é resumido apenas a uma unidade de produção na estrutura do capitalismo. Dentro do que foi discutido em seção precedente, é perceptível uma proximidade do pensamento de Hayek com as teses do darwinismo social. As bases humanitárias são deixadas de lado, pois, prevalece na sociedade atual a lógica de que assim como uma máquina depreciada se transforma em ferro velho o trabalhador que deixa de ser produtivo também se torna descartável. Ao se tornar descartável, assim como uma máquina obsoleta, o trabalhador é simplesmente excluído da produção e deixado de fora do circuito do capital. O processo de descarte do trabalhador se intensifica com as políticas neoliberais que visam diminuir as leis trabalhistas e as garantias previdenciárias, tornando cada vez menor a responsabilidade do

Estado e das empresas por pessoas que deixaram de ser produtivas para o capital, sendo precarizadas ao máximo no sentido em que nem acesso ao serviço médico na velhice lhes é legitimo[82].

Evidencia-se neste processo a acentuação de um tipo de violência promovida pelo capital e institucionalizada na política. Observa-se uma simbiose entre o poder econômico e poder político que leva a um rearranjo das estruturas sociais no sentido de aumentar a exploração do trabalhador pelo sistema capitalista. Com a crescente retirada de direitos dos trabalhadores e a individualização dos sujeitos, cada vez mais reduzidos a unidades de produção, se normaliza uma forma de violência que adentra a subjetividade e destitui as pessoas de seu potencial criativo. A autonomia do sujeito para perceber a degradação constante que enfrenta diariamente é constantemente reduzida. Étienne Balibar apresenta importantes reflexões para entender os processos de violência instituídos pelo capital, os quais se confundem com a política e adquirem uma forma constante, passando por processos contínuos de transformação e adaptação. Ou seja, a violência está presente nos meios, pois, como Balibar coloca os fins são os meios:

> Sin embargo, en el proceso real de la política y de su historia, la violencia hace parte de las condiciones, los medios y, en consecuencia, hace parte de los fines, porque los fines son inmanentes a los medios, o terminan siéndolo. Se trata entonces de examinar las formas, las modalidades, las transformaciones de la violência. (BALIBAR, 2015, p. 48).

Como Balibar expõe, o desafio é examinar as formas, as modalidades e as transformações da violência, as quais devem ser compreendidas como inseridas dentro de uma dinâmica do capitalismo global que visa a constante redução de custos de produção, ocasionando a diminuição das responsabilidades dos detentores do capital e do Estado perante a população que serve como simples unidade de produção. As políticas de amparo social perdem a importância neste sentido na medida em que representam um custo para os defensores do modelo neoliberal e transferindo para as pessoas as responsabilidades por sua má sorte.

Dentro do que analiso nesta seção, percebo como o pensamento de Hayek apresentado em *Os Fundamentos da Liberdade* faz parte deste processo de subjetivação. A obra constrói uma argumentação que transfere a responsabilidade ao próprio idoso pela sua sorte, e que, o Estado não deve pagar por um sujeito que não conseguiu se enquadrar dentro do que se chama

---

[82] "O Estado Pós-Democrático é um modelo tendencialmente omisso no campo do bem-estar social, mas necessariamente forte na contenção dos indesejáveis, sejam eles a camada da população incapaz de produzir ou consumir, sejam eles os inimigos políticos daqueles que detêm o poder político ou econômico" (CASARA, 2018, p. 184-185).

de “capital humano”. Logo, o preço que se paga por isto é uma velhice sem assistência médica e sem a aposentadoria, ou seja, existe um processo de violência que é normatizadora, que pune a pessoa que não proporciona retorno para o sistema. A partir do momento em que se institucionaliza este pensamento, torna-se real o que estava apenas no campo das ideias, e a violência escondida sob a forma de eficiência e mascarada dentro de um modelo que se diz democrático e justo surge como mais um elemento que reduz as potencialidades dos indivíduos e os desumaniza, transformando-os em apenas uma extensão da produção capitalista.

### 3.3.4 *Os Fundamentos da Liberdade* na imprensa brasileira

A recepção de *Os Fundamentos da Liberdade* pode ser observada em diversos jornais brasileiros, nos quais, os articulistas citam a obra para justificar posicionamentos políticos e ideológicos. A primeira citação a *Os Fundamentos da Liberdade* surge no jornal Correio Braziliense, no dia 12 de outubro de 1983 em um artigo escrito pelo próprio Henry Maksoud, em que faz a apresentação da obra em um artigo chamado “Leia e abra os olhos”:

> Se você, que começa a ler este artigo, for daquelas pessoas que tem vontade de saber as coisas que afetam nossa vida política e econômica, gostaria de lhe fazer uma sugestão: leia “Os Fundamentos da Liberdade”, de F.A. Hayek, que acaba de ser lançado, em português, no Brasil, pela Editora Visão, em co-edição com a Universidade de Brasília. Esse livro vai tocar fundo no seu espírito. (CORREIO BRAZILIENSE, 12 de outubro de 1983).

Henry Maksoud, aproveitando para fazer a propaganda do livro que estava sendo vendido pela sua editora não economiza nos elogios que lança sobre *Os Fundamentos da Liberdade*. Destaca a coedição do livro pela Universidade de Brasília, parceria que já ocorria desde 1981 com a participação de Hayek em palestra na UNB, bem como na publicação *Hayek na UnB*. O destaque para *Os Fundamentos da Liberdade* é que foi a segunda obra de Hayek traduzida para o português, e abriria espaço para os demais livros do autor traduzidos no Brasil. Henry Maksoud continua o artigo exaltando exageradamente as qualidades do livro:

> O livro de Hayek é um verdadeiro tesouro de conhecimentos. Trata, com profunda sabedoria, de todos os problemas da vida humana, relacionados com a liberdade individual. É de grande atualidade para nós brasileiros, embora seja uma obra universal. Não temo em afirmar que “Os Fundamentos da Liberdade” se localiza, num marco moderno e em linguagem acessível, no nível de grandeza das principais obras daqueles gigantes do pensamento político, jurídico e econômico como John Locke, Bernard de Mandeville, David Hume, Adam Smith, Alexis de Tocqueville e Montesquieu. Contrapõe-se, de forma avassaladora, às ideias totalitário-coletivas de Descartes, Saint-Simon, Rousseau, Helvetius, Comte, Hegel e Marx e dos seguidores destes eminentes personagens. (CORREIO BRAZILIENSE, 12 de outubro de 1983).

O exagero de Henry Maksoud pode ser observado por empregar termos como "verdadeiro tesouro do conhecimento"; "trata com profunda sabedoria todos os problemas da vida humana"; "marco moderno com linguagem acessível"; "no nível de grandeza das principais obras". A estratégia de Henry Maksoud, ou para vender o livro da sua editora, ou também porque ele é um fã de Hayek, junta elementos que promovem um artigo em que coloca a obra de Hayek em um pedestal. Envolvido pelas recentes visitas do economista austríaco, e pela oportunidade de apresentar um novo pensamento econômico ao debate existente no país, *Os Fundamentos da Liberdade*, que começava a ter uma grande aceitação em outros países, surge como uma oportunidade de avanço do pensamento de Hayek no Brasil por meio da publicação de um novo livro. Nas visitas, como veremos, Hayek já avançava com suas ideias além do que estava exposto no livro, as teses de *Os Fundamentos da Liberdade* já estavam presentes nas palestras proferidas, considerando que Hayek escreveu o livro no ano de 1960. Até 1983 só havia traduzido para o português a obra *O Caminho da Servidão*, que era a forma com que os brasileiros eram habitualmente introduzidos no pensamento de Hayek, mas, com as visitas do austríaco ao país, havia o descompasso de mais de 30 anos de desenvolvimento intelectual de Hayek, e com as viagens houve a emergência de trazer mais obras para o público brasileiro. Missão assumida por Henry Maksoud.

A ousadia de Henry Maksoud continua ao aproximar o pensamento de Hayek a obras clássicas, como a dos filósofos John Locke, Adam Smith, David Hume, Montesquieu e ao conservador Alexis de Tocqueville, e colocando como contraposição a obras de outros grandes pensadores como Rousseau, Marx, Hegel, Descartes e outros. A pretensão é grande e o pensamento de Hayek é superestimado, considerando que suas ideias não possuem a profundidade e inovação do pensamento dos iluministas, mesmo os de matriz liberal como Adam Smith e John Locke, muito menos com o embasamento necessário para contrapor com as obras de Marx e Hegel. Outro ponto que Maksoud não toma cuidado ao fazer as comparações é com o possível anacronismo existente ao comparar autores de gerações distintas. Quando *Os Fundamentos da Liberdade* foi lançado, já havia quase 100 anos de distância temporal para a obra *O Capital* (1867) de Karl Marx, e mais de 180 anos para a obra *A Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith, só para citar dois exemplos.

No suplemento literário do jornal O Estado de São Paulo, na data de 4 de setembro de 1983, o articulista Frederico Branco escreve o artigo "Em Defesa da Liberdade", também com o intuito de apresentar a obra de Hayek, no entanto, diferente dos elogios exagerados de Maksoud, Branco, apesar de também elogiar a obra é mais contido.

> Desarmando preconceitos e dogmatismos, o prefácio de Friedrich Hayek à edição americana de *Os Fundamentos da Liberdade* – traduzido e publicado no Brasil pela editora Visão e Editora da Universidade de Brasília, com introdução de Henry Maksoud – é de simplicidade cativante: "Este livro não trata essencialmente do que a ciência nos ensina. Embora eu não pudesse escrevê-lo se não tivesse dedicado a maior parte de minha vida ao estudo da economia e, mais recentemente, não me tivesse esforçado por me familiarizar com as conclusões de várias outras ciências sociais, não trato aqui exclusivamente de fatos nem me limito a questões de causa e efeito. Meu objetivo é retratar um ideal, mostrar como é possível realizá-lo e explicar o que sua realização significaria na prática". (ESTADO DE SÃO PAULO, 4 de setembro de 1983, p. 15).

Após apresentar um expressivo trecho do prefácio da edição americana pelo próprio Hayek, informa o leitor que a introdução é escrita por Henry Maksoud, que não abria mão em ser o principal porta-voz do pensamento de Hayek no Brasil. O autor faz questão de enfatizar no prefácio que o livro vai à contramão dos ensinamentos científicos de até então. Hayek busca se descolar de assuntos econômicos e transformá-los em temas ligados às ciências sociais, mas acompanhado de seus argumentos encontra-se um forte componente conservador e individualista. Não poderia haver uma ciência tradicional, ou os temas sociais abordados pelas ciências econômicas, sociais ou políticas, porque Hayek renuncia ao diálogo com as ciências ao mostrar seu ponto de vista a respeito das funções do Estado no que se refere aos problemas sociais. A economia neste ponto de vista serve para a satisfação individual, e qualquer tipo de referência à coletividade é apontada como elemento negativo por Hayek. Frederico Branco continua apresentando a obra *Os Fundamentos da Liberdade*, demonstrando que ela pode ser lida independente de qual capítulo o leitor procure, explicando que a obra é dividia em três seções:

> Embora os capítulos de *Os Fundamentos da Liberdade* possam ser lidos independentemente, sem prejuízo para as teses básicas defendidas pelo autor, a obra é constituída por três seções principais. Na primeira, Hayek expõe os princípios éticos básicos em que se fundamente a sociedade livre. Na segunda, trata das diversas instituições criadas pelo homem para preservar e garantir sua liberdade individual. Na terceira, abordando as questões sociais e econômicas do mundo em que vivemos, compara com o socialismo o sistema da livre iniciativa. (ESTADO DE SÃO PAULO, 4 de setembro de 1983, p. 15).

O trecho selecionado descreve a estrutura da obra *Os Fundamentos da Liberdade*. Parte dos valores individuais do homem, ou seja, seus princípios éticos, passando pela segunda seção da obra que trata das instituições, e por fim analisa elementos através da visualização da economia como sistema, contrapondo o sistema capitalista ao socialista. Desta forma, por mais que os capítulos de *Os Fundamentos da Liberdade* possam ser lidos individualmente, é bom o leitor ter em mente como ele foi concebido, partindo da liberdade individual, passando pela formação de instituições formadas por homens livres e por fim, se agrega ao sistema de livre

iniciativa. A palavra-chave "livre" é muito presente na obra de Hayek, por seu significado afetivo, em que todo ser humano anseia por liberdade. No entanto, Hayek constrói uma narrativa onde a ideia de liberdade individualiza o sujeito, tira seus valores gregários e reduz sua liberdade ao direito a propriedade e ao de consumir, em uma sociedade dominada pelo capitalismo e livre das intervenções do Estado. O direito primordial para Hayek é apenas o direito de propriedade, inalienável e direcionando as forças do Estado para garantir o direito ao capital às elites. Os outros direitos são suprimidos ao longo do desenvolvimento da obra.

No Diário de Natal, o articulista José Ronal Curi escreveu um artigo em 1984 com o título "O Momento exige definições", fazendo referência ao momento político que o Brasil vivia com as Diretas Já! O clima era propício para as discussões a respeito de um modelo político democrático para substituir a Ditadura civil-militar, e as pressões sociais apontavam para isto. Os jornais liberais, através de suas colunas e artigos apontavam um caminho que pudesse conciliar liberalismo e democracia.

> Aliás, quem colocou magistralmente a diferença entre democracia e liberalismo foi F.A. Hayek, no seu "Os Fundamentos da Liberdade" (Editoras Universidade de Brasília e Visão, 1983, cap. VII). Assevera Hayek que "para o democrata dogmático, o fato de que a maioria queria alguma coisa é razão suficiente para que tal coisa seja considerada boa": sendo boa, por conseguinte, qualquer lei (sem necessidade de balizamento) que a maioria determinasse, ao passo que o liberalismo visa a persuadir a maioria a observar certos princípios. (DIÁRIO DE NATAL, 24 de março de 1984, p. 2).

Interessa ao jornal demonstrar o posicionamento que a democracia liberal de Hayek não leva em conta os interesses da maioria, mas sim o interesse das elites que compõem o sistema. A persuasão do liberalismo que leva "a maioria a observar certos princípios" se refere a influência que as elites impõem sobre as massas a respeito de seus posicionamentos políticos e econômicos, que reforçam o domínio do capital. No mesmo ano, o Jornal do Brasil, na data de 4 de fevereiro de 1984, em uma coluna de J. C. Macedo Soares Guimarães intitulada "Estatização e Liberdade", faz a seguinte menção a *Os Fundamentos da Liberdade*:

> O duplo jogo que praticamos, de um capitalismo teórico e um criptocomunismo na prática, está levando irremediavelmente a Nação à ruína. A decisão de assuntos importantes, tomados por meia dúzia de burocratas, é frequente aqui no Brasil. Esta prática é denunciada por Friedrich Hayek em "Os Fundamentos da Liberdade": "Não seria exagero afirmar que a maior ameaça à liberdade, nos dias atuais, é representada pelos indivíduos mais necessários e mais poderosos no Estado Moderno, ou seja, os hábeis administradores, preocupados exclusivamente com aquilo que entendem ser o bem público. (JORNAL DO BRASIL, 4 de fevereiro de 1984, p. 11).

O articulista coloca em foco o antiestatismo, o qual ele chama a intervenção do Estado nas questões sociais e econômicas de criptocomunismo. A alegação de que o país caminha para

a ruína ao seguir este modelo faz menção ao esquema de Hayek no qual quanto mais o Estado intervir maior é o caminho para o totalitarismo. Macedo Soares cita *Os Fundamentos da Liberdade* como o livro de Hayek que denuncia os desmandos dos burocratas nas funções do Estado, mas percebo muita influência na narrativa de *O Caminho da Servidão*, juntando duas obras de Hayek onde a aversão ao Estado é muito presente. Hayek coloca os funcionários públicos como os inimigos da livre iniciativa, cita os burocratas como sujeitos imbuídos e alienados pelos valores estatais, e reproduzem ações em que escondem por trás do discurso do bem comum os valores totalitários do Estado. É uma visão completamente extrema do articulista, pois, a narrativa de Hayek, em que liga aumento do Estado com o totalitarismo acaba por reduzir a argumentação do autor em outras direções. Isto é, ao estabelecer uma correspondência direta entre às duas variáveis, esquece que a sociedade é muito mais plural do que uma simples correlação entre intervenção estatal e totalitarismo. O trecho de *Os Fundamentos da Liberdade* que sustenta a argumentação de Soares Guimarães é explicitado abaixo, e torna evidente que a orientação teórica da coluna segue este trecho da obra em seu capítulo VII:

> O indivíduo tem poucos motivos para temer as leis gerais criadas pela maioria, mas tem muitos motivos para desconfiar dos governantes que esta mesma maioria lhe impuser, com a missão de implementar suas recomendações. Não são os poderes de que se revestem as assembleias democráticas, mas aqueles que elas outorgam aos administradores encarregados de atingir certos objetivos, que põem hoje em perigo a liberdade individual. (HAYEK, 1983, p. 127).

A visão de Hayek sobre a democracia é compartilhada pelos articuladores dos jornais, os quais assumem a leitura da obra de Hayek enfatizando os valores liberais e da liberdade individual acima dos valores coletivos que seriam de natureza socializante. Recai a desconfiança nas intenções dos governantes, que na visão do austríaco, não aprovam leis pensando na liberdade individual, e sim nos interesses de uma cúpula burocrática estatal. As leituras e citações da obra *Os Fundamentos da Liberdade* segue nos jornais analisados, evidenciando que muitos articulistas faziam a leitura do economista austríaco, havendo uma difusão do pensamento do autor entre parte dos intelectuais de posicionamento liberal no Brasil, graças a publicação realizada pela Editora Visão. No Diário de Pernambuco, na data de 17 de dezembro de 1985, em artigo escrito por Tabosa de Almeida, intitulado "A nossa aliança" ao falar sobre o problema da inflação cita a obra *Os Fundamentos da Liberdade:*

> Keynes, invocado por Hayek, já ensinava que não existe meio mais sutil de subverter a estrutura nacional do que pela corrupção da moeda, ou seja, pela inflação. Como pode a União pensar em redistribuição de renda se ela é a primeira a infringir esse princípio, desfalcando os Estados e Municípios dos direitos a quem fazem jus?

> Desencorajar os mais capazes, sobretudo em países pobres, como acentua o notável economista Hayek, Prêmio Nobel de Economia de 1974, em seu livro "Os Fundamentos da Liberdade", é o mesmo que impedir o crescimento da economia nacional. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de dezembro de 1985, p. 9).

A leitura que Tabosa de Almeida fez de Hayek o encoraja a criticar a forma como a União realiza a distribuição de renda. Novamente o argumento se sustenta em correlações frágeis, onde a redistribuição de riquezas alteraria a base de preços, desestabilizando os preços de equilíbrio estipulados naturalmente pelo livre mercado, causando inflação. Essa afirmação de Hayek em *Os Fundamentos da Liberdade* carece de observações práticas. O argumento da distribuição de riquezas leva a falsa ilusão de que se está tirando dos ricos e dando para os pobres. A alegação que a União retira dos municípios e dos Estados ataca também a ideia de que o Estado concentra recursos e os realoca ou gasta de acordo com um planejamento central, que, como já discuti, para Hayek é uma forma de sabotar o livre mercado. Com essa absorção das riquezas pelo Estado, e com a distribuição de renda, segundo Hayek os mais atingidos seriam os homens empreendedores. É para os grandes capitalistas que a filosofia econômica de Hayek é construída, e Tabosa Almeida ao mesmo tempo que defende os mais "capazes", prepara uma interpretação da obra de Hayek que sustenta ideologicamente as elites econômicas.

As obras de Hayek, sobretudo, *Os Fundamentos da Liberdade,* também foram lidas por representantes do exército. O General Danilo Venturini escreveu para o Correio Braziliense um artigo chamado "Só a liberdade conduz à soberania"*,* no dia 31 de agosto de 1986. O general relatou estar se debruçando sobre o livro:

> "As Forças Armadas, ao longo de sua história, que se confunde com a própria História do Brasil, jamais saíram dos quartéis a não ser para atender a um reclamo muito forte do povo brasileiro", sustenta Venturini, assegurando que a decisão da Câmara, em si, provocou a reação do AI-5. Essa convicção reforçou-se depois que Venturini, no final do governo Figueiredo, recolheu-se à sua fazenda, a 23 quilômetros da Esplanada dos Ministérios, e se dedicou a estudos sobre história e teoria política. Neste momento, debruça-se sobre a leitura de "Os Fundamentos da Liberdade", de F.A Hayek, "Quatro Ensaios sobre a Liberdade", de Isaiah Berlin, e "As Grandes Obras Políticas", de Jean-Jacques Chevalier. (CORREIO BRAZILIENSE, 31 de agosto de 1986, p. 12).

No caso do general Venturini a convicção reforçada durante suas leituras a respeito das ações antidemocráticas dos militares durante a Ditadura civil-militar foi promovida pela obra *Os Fundamentos da Liberdade*. No caso do general, eles agiram antes de fazer a leitura, colocando em prática a repressão à sociedade com a implantação do AI-5, sob o discurso que foi o povo brasileiro que solicitou a intervenção militar, quando na verdade a historiografia mostra que foram alguns setores da elite que se mobilizaram antes e durante o regime. O general

se apoia em autores da linha liberal conservadora para demonstrar seu ponto de vista, e dentre as obras citadas, a de Hayek é a de maior destaque ao nível mundial.

No Jornal do Brasil, em matéria publicada no ano de 1989 sobre o controle dos valores dos aluguéis é citado um dos capítulos da obra *Os Fundamentos da Liberdade*:

> Um dos papas do neoliberalismo, o alemão Hayek, em seu antológico trabalho, "Os Fundamentos da Liberdade", aponta o controle dos aluguéis como o fator que, junto à inflação, mais restringiu a prosperidade. Como se estivesse escrevendo debruçado sobre a realidade brasileira, Hayek comentou que, após quase 40 anos de controle de aluguéis, na Europa Ocidental, os proprietários de imóveis foram submetidos, de fato, a uma forma perversa de expropriação, já que os locativos representavam uma íntima fração do valor que teriam em um mercado livre. (JORNAL DO BRASIL, 1989, p. 5).

Novamente a leitura do livro de Hayek é utilizada para fazer uma transposição da realidade europeia para a brasileira. Destaco o extremo descuido do jornal ao errar a nacionalidade de Hayek, apontando sua nacionalidade como alemã. O comentário selecionado é impreciso ao aproximar realidades de países diferentes com conclusões frágeis sobre o motivo do aumento do preço dos aluguéis, como se o cenário da inflação tivesse sido ocasionado pelo controle de aluguéis, que segundo o jornal é uma forma de expropriar a propriedade privada, pois os valores são ínfimos quando comparados ao valor do imóvel em uma concorrência livre. Abaixo segue o trecho da obra *Os Fundamentos da Liberdade* que versa sobre o assunto:

> Se é verdade, porém, que as instituições do Estado previdenciário tendem a favorecer a inflação, ainda é mais certo que os efeitos da inflação intensificaram a demanda de medidas do chamado bem-estar social. Isto se aplica não apenas a algumas das medidas por nós já comentadas, mas a muitas outras que ainda devemos analisar ou simplesmente podemos mencionar aqui, como o controle dos preços dos aluguéis das habitações, subsídios alimentares e todos os tipos de controle de preços e gastos. (HAYEK, 1983, p. 397-398).

Esta seção teve como objetivo apresentar um mapeamento da leitura da obra *Os Fundamentos da Liberdade* e como ela foi apropriada por alguns colunistas de jornais com viés liberal. Foi demonstrado que a partir da publicação do livro no ano de 1983, a obra foi lida e citada em diversos jornais, havendo a circulação do livro entre jornalistas e intelectuais. É notável que são leituras diferenciadas, cada uma abordando um aspecto diferente da obra, desde a apresentação do livro, até temas ligados a democracia, liberdade e indo até inflação e preços dos aluguéis. Isto deixa em evidência que uma obra pode ser utilizada de forma múltipla por seus leitores, ainda mais se o leitor for um articulista ou colunista de algum jornal de grande circulação. Desta forma, por meio deste material muitos leitores que não tiveram contato direto com a obra de Hayek poderiam conhecer suas ideias através da leitura destes jornais. A respeito

das palavras-chave quando comparamos com a análise anterior de *O Caminho da Servidão*, é perceptível que os temas permanecem presentes como ideia central da obra, sendo a antiestatização, a não intervenção econômica do Estado na economia, e ideias sobre democracia e liberdade, que fazem parte da estrutura do pensamento hayekiano com destaque nesta fase para a depreciação das ideias a respeito do Estado de Bem-Estar Social.

## 3.4 A DEMARQUIA COMO NOVO CONCEITO DE DEMOCRACIA

Hayek desenvolveu conceitualmente um modelo de democracia, chamado demarquia. O conceito de demarquia é apresentado no capítulo dezessete do terceiro volume da obra *Direito, Legislação e Liberdade*, publicada no Brasil pela editora Visão em 1985, e originalmente pela editora The University of Chicago Press no ano de 1979. Por mais que a ideia de demarquia surgisse na obra de Hayek em 1979 nos Estados Unidos e em 1985 no Brasil, este conceito já era amplamente difundido pelo seu idealizador anos antes. Nas visitas que o economista austríaco fez ao Brasil, realizando palestras nos anos de 1977 e 1981, Hayek discorria a respeito do seu modelo demárquico.

Não me aprofundo nas questões jurídicas ou filosóficas do conceito de democracia. Hayek adentra em discussões que envolvem a formação do Estado de Direito, partindo das premissas liberais com autores clássicos como John Locke, até conservadores como Alexis de Tocqueville. O objetivo desta seção é apresentar como o conceito de demarquia chegou ao Brasil. Diferente da obra *O Caminho da Servidão*, publicada antes de Hayek vir ao Brasil, com o conceito de demarquia diferiu tendo em vista que ele foi amplamente debatido antes de integrar formalmente o conjunto de conceitos produzidos por Hayek.

Hayek já delineava as ideias demárquicas desde 1968. Em um trecho de uma carta enviada para Henry Maksoud em 19 de fevereiro de 1978, diz que:

> No entanto, o significado do termo demarquia que já discuti em uma brochura de 1968 que incluo, bem como o carbono de um artigo que escrevi recentemente sobre as deficiências centrais da democracia existente e que aparecerão nas edições de março da revista em inglês “Encontro mensal”. Se você deseja publicá-lo em uma tradução para o português, poderá fazê-lo. (Talvez adicione algumas passagens relevantes da brochura). (HAYEK [CORRESPONDÊNCIA], 1978).

Foi um conceito ruminado por Hayek antes de surgir oficialmente em sua obra, a demarquia não era novidade antes do terceiro volume de *Direito, Legislação e Liberdade*. A estratégia que melhor cabe para apresentar como este importante conceito de Hayek surgiu no Brasil, ou melhor, apresentando sua divulgação prévia mesmo antes das visitas de Hayek e da

publicação do conceito na obra do autor, foi a de dividir a apresentação do conceito em duas partes. Na primeira parte cabe elucidar como a demarquia aparecia nas cartas trocadas entre Henry Maksoud e Hayek, e como antes de Hayek vir ao Brasil o conceito era apresentado através dos editoriais de Henry Maksoud para a revista Visão. A segunda parte busca sair dos bastidores da discussão do conceito, rompendo o caráter privado de uma ideia pensada entre dois interlocutores através das cartas, apresentando como o conceito foi trabalhado pela imprensa que noticiou as conferências proferidas por Hayek, além de como o conceito surgiu na obra *Direito, Legislação e Liberdade.* O último ponto que trato é como o conceito apareceu na obra traduzida para o português, pois, o que antecede o surgimento do conceito é o que parece ter fomentado as ideias de Hayek sobre democracia nas suas palestras realizadas no Brasil. Desta forma, a demarquia foi inicialmente discutida no Brasil através dos editoriais de Henry Maksoud, para depois chegar pelas palavras proferidas no país pelo próprio Hayek, para na sequência ser vinculada pela imprensa, chegando apenas em 1985 como um conceito formalizado em um livro do autor.

Farei uma reconstrução dos caminhos do conceito de demarquia iniciando pelas cartas trocadas entre Henry Maksoud e Friedrich August Von Hayek. As cartas utilizadas nesta seção trarão os trechos pertinentes ao assunto, não sendo utilizadas na íntegra. A primeira carta em que aparece a preocupação em falar sobre o novo conceito de democracia é datada de 16 de setembro de 1977, antecedendo as viagens de Hayek ao Brasil. Henry Maksoud cita uma conversa telefônica que ele teve com o austríaco no sentido de alinhar os assuntos tratados durante a visita. Ao que parece é que Henry Maksoud toma conhecimento da visão hayekiana de democracia após este contato. Nas cartas anteriores, as quais são apenas duas, não surge este novo elemento. Transcrevo a seguir boa parte da carta, pois, nela é possível identificar o destaque dado ao tema por Henry Maksoud:

16 de setembro de 1977.

> Caro professor Hayek,
>
> Como já mencionamos em nossa carta de 27 de junho, e conversas telefônicas, o Grupo Visão, em seu objetivo de divulgar no Brasil o verdadeiro conceito de democracia, gostaria de realizar um seminário sobre Democracia e Liberdade entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 1977, em São Paulo, no Rio de Janeiro e, provavelmente, também em Brasília.
> Para que você tenha uma ideia da nossa linha editorial, gostaria de mencionar algumas das coisas sobre as quais escrevi.
> Temos que admitir com profundo pesar e preocupação que muito poucos brasileiros, funcionários do governo ou cidadãos comuns têm uma noção equivocada do que significa democracia. A confusão existente no mundo também está presente em seu país. As pessoas não entendem, principalmente, no contexto da democracia, as inter-relações entre os aspectos econômicos e políticos ou, em outras palavras, a

> importância de limites claros entre as fontes de riqueza e o poder governamental. O Estado no Brasil controla uma parte importante da economia. Dependendo do setor, temos números entre 50% e 75%.
> Há um clima agora para discussões sobre o assunto. Nossa revista tem repetido permanentemente os fundamentos da liberdade individual, iniciativa privada, democracia, etc., há vários anos e agora já temos um público bastante significativo e mais pessoas pensando e falando sobre o assunto.
> Há muitas pessoas responsáveis em nosso país que ainda não entendem o que é democracia e sua relação com a livre iniciativa e não apenas com a liberdade de expressão. Alguns temem que a democracia se confunde com desordem. Outros pensam que o subdesenvolvimento e a democracia são incompatíveis. Em suma, sentimentos contraditórios existem contra a democracia. No entanto, a pior reação é que democracia significa apenas "política" aberta que se pensa ser "liberalismo", sem preocupação com o cerne da questão que é econômica, isto é, a democracia é baseada na liberdade ampla, mas não apenas na liberdade de expressão, liberdade para os intelectuais mas também (e basicamente), na liberdade de iniciativa ou liberdade dos "fazedores" (para usar seus próprios pensamentos).
> […]
> Como resultado, temos neste país o que acredito ser a pior situação de todas; "híbrido", indefinido - porque é confuso e tende inexoravelmente a um estatismo totalitário.
> Analisando em profundidade o que muitos políticos dizem, ou o que lemos e ouvimos de muitos intelectuais - jornalistas, escritores, diretores de cinema, professores, etc. - chegamos à triste conclusão de que aqueles de quem mais ouvimos ou lemos sobre direitos humanos e liberdade, falta uma noção clara do que deveria ou poderia ser, no Brasil, um regime democrático.
> […]
>
> Henry Maksoud.

Na carta Henry Maksoud expõe para Hayek sobre o que pensa do conceito de democracia. A escrita de Maksoud não é exclusivamente sua, ela já é influenciada pelo pensamento de Hayek. Podemos pensar que Maksoud discorre sobre o que pensa a respeito da democracia já refletindo em alinhar sua fala com o do economista austríaco. Os artifícios que Maksoud usa para elaborar seu argumento estão alimentados pelos seus contatos anteriores com Hayek, tanto os contatos com seu pensamento através da leitura de sua obra, como através das primeiras cartas e pelo contato telefônico descrito no início da carta. Não é possível descartar a intenção de cortejar Hayek criando uma situação de agrado para que ele aceite vir ao Brasil, ou para preparar o terreno para que veja com bons olhos o convite, esperando encontrar aqui pessoas que admiram sua obra, e não apenas empresários preocupados em construir uma narrativa para combater a intrusão do Estado na economia.

Tirando as questões subjetivas inerentes às intenções da carta, e da clara bajulação de Henry Maksoud, existe o que chama verdadeiro conceito de democracia. Soa muito arrogante e autoritário a afirmação de que aquele “conceito de democracia” de Hayek é o verdadeiro, suplantando séculos do pensando filosófico ocidental sobre o tema, e que, de acordo com o ponto de vista e o momento histórico divergem do formulado por Hayek. A intenção doutrinária é clara na visita. Hayek discursou para diversos empresários, professores, estudantes e jornalistas entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 1977. Estas palestras tinham como tema

Democracia e Liberdade, sido realizadas em três cidades estrategicamente escolhidas. O foco é claro ao definir as relações entre democracia e liberdade, sendo que esta liberdade apresentada é a econômica.

Os traços de proximidade com a doutrina de Hayek estão no antiestatismo presente na crítica realizada à concentração de poder econômico do Estado, além de apontar a via totalizante para as ações adotadas pelo governo militar. A ideia de democracia não é a representativa, onde os cidadãos escolhem seus governantes, mas a democracia tida como econômica, pois são exaltados os valores referentes a iniciativa privada. O alvo é mais uma vez o avanço do Estado na economia. O discurso de Henry Maksoud busca este equilíbrio, usar as ideias de Hayek como munição para se posicionar, e angariar mais empresários e intelectuais para criticar o governo de Ernesto Geisel ao mesmo tempo em que adula Hayek.

Na carta seguinte em que é abordado o tema, na data de 3 de fevereiro de 1978, Maksoud informa a Hayek que escreveu um editorial sobre a demarquia. Seguem alguns trechos da correspondência:

> São Paulo, 3 de fevereiro de 1978
>
> Caro professor Hayek,
>
> Estou enviando cópias xerox de um editorial que acabei de escrever e que será publicado nos próximos dias sobre Demarquia. Espero que você consiga entender um pouco da língua portuguesa, mas, de qualquer forma, pedi a alguém para colocá-las em inglês, o que pode não ser uma versão perfeita, mas provavelmente lhe dará uma ideia melhor do assunto.
> Pretendo aprofundar esse assunto com base em sua conferência, nas conversas que tivemos e por minha própria intuição. Espero receber de você algumas palavras, críticas e orientações sobre esse assunto. Por favor, avise-me quando o terceiro volume de sua "Lei, Legislação e Liberdade" será publicado. Entendi pela nossa conversa que o conceito de demarquia será discutido neste novo livro.
> Não recebi nenhuma resposta do professor Stigler sobre como as reuniões de Mont Pelerin acontecem.
>
> Com os melhores cumprimentos,
>
> Henry Maksoud

Nesta correspondência, Hayek já havia vindo ao Brasil e realizado as palestras informadas na carta de 16 de setembro de 1977. Hayek já havia discutido sobre o modelo da demarquia, ocorrendo uma ampla divulgação da imprensa como apresento no próximo tópico desta seção. Maksoud embebido destas discussões fomentadas com as palestras escreveu sobre a demarquia e divulga estas ideias por meio do seu editorial para a revista Visão. O primeiro impacto das visitas de Hayek, principalmente quando falamos em demarquia, foi considerável, pois Henry Maksoud como um dos principais divulgadores das ideias de Hayek no Brasil

preparou anos depois coletâneas de seus editoriais no formato de livros, inclusive durante as discussões sobre a Constituinte de 1988 foram defendidos por Maksoud os preceitos da demarquia.

É interessante perceber como o conceito se constitui e se dissemina. Na primeira carta, as discussões eram sobre democracia, mesmo implicitamente sendo discutida por Maksoud e Hayek uma forma de democracia limitada, parecida com os moldes da demarquia. Nas conferências realizadas pelo autor, e considerando que os dois primeiros volumes de *Direito, Legislação e Liberdade* já haviam sido escritos, Hayek já estava amadurecendo os fundamentos do pensamento demárquico, e o ambiente de apresentação e discussão do tema, principalmente nas suas conferências podem ter contribuído para tanto divulgar a ideia quanto para fomentar novas questões. Neste aspecto notamos como é difícil tratar um conceito ou uma ideia como fixa no tempo, pois, quando falamos em demarquia estávamos analisando um conceito em construção, e nas visitas de Hayek ao Brasil percebemos isto. Em 1978 havia o clima certo para que empresários como Henry Maksoud escrevessem editoriais sobre o tema, como também para a imprensa apontar a demarquia como uma alternativa plausível nas discussões da reabertura política.

A ânsia sobre o assunto é evidenciada também com a pergunta de Maksoud sobre quando ficaria pronto o terceiro volume de *Direito, Legislação e Liberdade*, onde o conceito acabado seria apresentado. Não trato agora dos trechos do editorial de Henry Maksoud, deixando para a próxima seção, continuando dentro do objetivo metodológico de trabalhar inicialmente os bastidores da discussão por meio das cartas, para depois abrir para o que foi divulgado sobre o tema publicamente. As conversas entre Hayek e Maksoud, realizadas por cartas, telefonemas e nas viagens de Hayek ao país, somadas aos esforços de Maksoud em escrever e discutir sobre o assunto proporcionaram-lhe um convite para participar de um encontro da Sociedade Mont Pèlerin que seria realizado na cidade de Hong Kong. O contato foi feito por Mr. Stigler, um dos parceiros de Hayek, por isto a menção à sociedade Mont Pèlerin no final da carta.

Hayek enviou uma carta em resposta para Henry Maksoud, que antecede a carta descrita acima, na qual ele responde a diversas perguntas enviadas para serem publicadas na Revista Veja, e que, devido ao recorte temático desta seção utilizo apenas os trechos referentes à demarquia. No corpo da carta Hayek agradece as bajulações feitas por Maksoud e se diz satisfeito com a visita feita ao Brasil no ano anterior. Enviou inclusive um texto em anexo de um artigo escrito em inglês, porém nas fontes obtidas para este trabalho não foi possível o

acesso ao documento. Segue a transcrição de trechos da carta, dando ênfase às perguntas respondidas por Hayek a respeito da sua visão de um novo modelo democrático:

> 3 de janeiro de 1978.
>
> Querido Sr. Maksoud,
>
> Receio que, ao voltar para cá, encontrei tantos atrasos que tiveram que ser descartados, que minha longa carta de agradecimento a você foi atrasada indevidamente. Também recebi sua carta de 23 de dezembro e me apresso pelo menos a enviar minhas breves respostas às perguntas da revista Veja, que espero que sirvam a esse propósito. Também anexo um rascunho de um artigo que eu tive que escrever imediatamente, cumprindo uma promessa de longa data, para uma Revista em Inglês e que você pode fazer qualquer uso que achar desejável.
> […]
> Obrigado pela edição da revista Visão, você me deixou muito orgulhoso. Ficarei feliz em ver as próximas edições.
> […]
> Permitam-me dizer, em conclusão, que gostei imensamente da minha visita ao Brasil e que valorizo muito a fraternidade com a qual fui recebido. Espero que nos reencontremos em breve e que você aceite o convite para a reunião da Sociedade Mont Pelerin em Hong Kong no próximo mês de setembro, para a qual em breve você deverá receber um convite formal de seu presidente.
>
> Com os melhores votos, Sra. Maksoud, assim como seus filhos e neto, mais uma vez muito obrigado e os melhores cumprimentos, cordialmente.
>
> F. A. HAYEK
>
> RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DA REVISTA VEJA.
>
> 2. Para garantir esse fim, nenhuma assembleia ou autoridade deve ter os poderes de estabelecer leis gerais e ordenar meios governamentais. Em uma democracia, estes devem ser divididos entre duas assembleias distintas, das quais apenas a governamental deve basear-se em eleições frequentes e organizadas em linhas partidárias, enquanto a verdadeira legislatura deve consistir em membros eleitos por longos períodos e não serem reelegíveis e, portanto, não sujeitos a disciplina partidária.
> […]
> 4. não há democracia perfeita no mundo agora, embora a Suíça e, em menor escala, a Alemanha Ocidental se aproximem de um sistema eficaz.
> […]
> 18. O chamado Legislativo está na América e em outros países preocupados muito mais com questões governamentais do que com questões legislativas. O princípio da separação de poderes nunca fora realizado no mais alto nível. E embora o sistema americano de "freios e contrapesos" tenha sido uma tentativa de restringir a onipotência da chamada legislatura, ele não alcançou o que os pais da Constituição esperavam alcançar.

Às três respostas selecionadas da revista Veja, enumeradas como 2, 4 e 18 referem-se às perguntas que abordam o tema da democracia. Este questionário que é mais amplo, contando também com perguntas sobre outros temas, foi enviado em anexo na resposta de Hayek para Maksoud. Na abordagem a respeito da crítica de Hayek à democracia ocidental são delineados alguns pontos da ideia da demarquia. Na questão número 2, Hayek propõe a divisão em duas assembleias distintas, uma governamental e partidária, enquanto a outra seria apartidária e os

seus membros permaneceriam por um longo período. A proposta, de acordo com a visão do seu idealizador distanciaria as decisões governamentais dos interesses políticos, ao mesmo tempo em que ao proporcionar autonomia a uma assembleia popular aproximaria da prática do que define como "verdadeiro conceito de democracia". Hayek não vê no mundo nenhum país que possua um sistema democrático satisfatório, mas cita Suíça e Alemanha Ocidental como os países que mais se aproximam do ideal democrático.

Para Hayek o Legislativo não deveria se voltar para o governo, motivo pelo qual argumenta que tal assembleia não deveria ser composta por meio de eleições, sofrendo influências partidárias que fariam com que os interesses da casa se voltassem para o governo e não para o povo. Não considerando a viabilidade ou não do modelo de democracia apresentado por Hayek, percebe-se que nas respostas dadas à revista Veja obtêm-se as balizas do conceito da demarquia. Um modelo no qual Hayek tira o poder político da legislação, justamente para não ser influenciada pelas forças políticas, cabendo a cidadãos comuns escolherem os caminhos da sociedade. No ano de 1978, apesar do governo Geisel iniciar a chamada abertura lenta e gradual, é revelador que temas como Democracia e Liberdade possam ser abertamente discutidos entre Hayek e empresários, sendo amplamente coberto pela imprensa de vertente liberal. Este fato deixa em evidência os diferentes pesos e medidas da repressão cultural do governo militar, pois, enquanto publicações de esquerda estavam na marginalidade e intelectuais ainda exilados, os representantes das elites empresariais e pensadores liberais poderiam abertamente abordar temas sensíveis para aqueles anos de censura.

O fato é que Maksoud estava ansioso pelo lançamento do terceiro volume de *Direito, Legislação e Liberdade*, fazendo com que o proprietário do grupo Visão insistisse em perguntar nas correspondências a respeito de quando a obra ficaria pronta:

> São Paulo, 15 de junho de 1978
>
> Caro Professor Hayek,
> […]
> Entendo que a essa altura você já tenha praticamente terminado o seu volume III de "Lei, Legislação e Liberdade", e estou ansioso para lê-lo - quando será lançado? Seria possível obter uma prévia, especialmente nos aspectos relacionados à demarquia? Como você provavelmente notou nas questões da Visão que eu tenho enviado a você, escrevi em praticamente todas as questões sobre a ideia de demarquia.
> […]
> Com os melhores cumprimentos,
>
> Henry Maksoud

No entanto, para a decepção de Maksoud, Hayek estava muito ocupado com a realização de várias viagens pelo mundo, o que estava causando o atraso da publicação da obra que iria revelar o conceito de demarquia em sua forma acabada:

> 19 de fevereiro de 1978
>
> Caro Sr, Maksoud,
> […]
> Como agora tenho que me preparar para uma longa visita planejada à África do Sul, sinto-me um pouco sob pressão e fiz pouco progresso com o terceiro volume de "Lei, Legislação e Liberdade".
> […]
> Lembro-me de minha visita ao Brasil com grande satisfação. Com os melhores cumprimentos e bons desejos a si e à Sra. Maksoud,
>
> Atenciosamente,
>
> F. A. Hayek

Se em *O Caminho da Servidão*, Hayek sustentou que todo planejamento levava ao totalitarismo, em *Direito, Legislação e Liberdade*, ocorre o aprofundamento desta discussão ao ponto de não ser apenas uma ideia lançada em uma narrativa, pois, no livro Hayek demonstrava através do conceito como operacionalizar um tipo de democracia que tirasse o poder do governo e inocentemente deixaria nas mãos do povo. Mas quem a demarquia iria beneficiar?

Finalmente o livro foi lançado em 1979 na versão em inglês, no Brasil o 3.º volume de *Direito, Legislação e Liberdade* chegou em 1985, após as visitas de Hayek ao país, e como não poderia diferir foi publicada pela editora Visão, acompanhado do prefácio de Henry Maksoud. Henry Maksoud deixa evidente no prefácio a importância de *Direito, Legislação e Liberdade*, sendo uma obra em que se constitui um modelo de gestão política, contrário ao Estado de Bem-Estar Social, criticando as leis distributivas, a justiça social, através da ideia de um governo "livre", que teria como pauta as desigualdades como forma de organizar a sociedade. O conceito de demarquia é importante, pois, ele é o ponto de chegada da obra, soa como uma conclusão e condensação das ideias discutidas em toda trilogia. A demarquia é o produto das ideias de Hayek, resultado de suas palestras e conferências, inclusive as realizadas no Brasil.

Maksoud assim prefacia a obra:

> Como mostram magistralmente os dois primeiros volumes, o primeiro dos quais ganhou o subtítulo de "Normas e Ordem" ("Rules and Order") e o segundo, de "A Miragem da Justiça Social" ("The Mirage of Social Justice"). O terceiro volume, como subtítulo "A Ordem Política de um Povo Livre" ("The Political Order of a Free People"), examina pormenorizadamente o porquê do persistente malogro dos sistemas de governo representativos atuais e apresenta uma formulação constitucional básica, original, que tem por finalidade o cultivo e a salvaguarda da liberdade do indivíduo. Aqui, Hayek fala da "Demarquia", embora confesse seu "pesar por não ter tido a

> coragem de empregar sistematicamente" este neologismo em toda a extensão do livro. (MAKSOUD, 1985, p. 14).

É notório o caráter conclusivo do termo demarquia para a trilogia *Direito, Legislação e Liberdade*. Provavelmente por este motivo, e pela forma com que Hayek construiu sua narrativa ao longo dos três volumes não tenha empregado sistematicamente o neologismo por toda a extensão da obra. A demarquia é o ponto de chegada de uma obra que buscou desconstruir os direitos sociais, deturpar as leis com o objetivo de prover a propriedade e não a igualdade, auxiliando no desmonte teórico dos Estados de Bem-Estar Social através de uma retórica que privilegiou as elites econômicas sob o discurso raso da liberdade do indivíduo relacionada a sua liberdade econômica como direitos inalienáveis. Hayek costurou uma teia argumentativa que fechou com a demarquia uma lógica democrática para a sociedade na qual ele vinha projetando desde *O Caminho da Servidão*, passando por *Fundamentos da Liberdade*, e chegando finalmente em *Direito, Legislação e Liberdade*, em seu terceiro volume, para citar algumas das suas mais influentes obras. O fio condutor construído ao longo desta primeira seção teve como objetivo demonstrar os caminhos nos quais o conceito foi debatido nas cartas, até chegar realmente na forma com que a ideia foi concebida no livro. Por isto, trato agora como a demarquia foi finalmente definida por Hayek após um longo tempo de discussão teórica:

> Não podemos analisar mais detidamente aqui as mudanças por que passou o significado do conceito de democracia em decorrência de seu transplante, cada vez mais comum, do campo político, ao qual é aproximado, para outras esferas, a que sua aplicação é extremamente duvidosa. Tampouco podemos examinar se o abuso persistente e deliberado do conceito pelos comunistas em expressões como 'democracias populares', nas quais estão obviamente ausentes até as mais básicas características de uma democracia, não o torna inadequado para designar o ideal que, no princípio, pretendia expressar. (HAYEK, 1985, 3v, p. 42).
> […]
> Em alguns dos sentidos em que é hoje frequentemente empregado, tornou-se mesmo uma grave ameaça aos ideais que outrora pretendeu expressar. Embora eu acredite firmemente que o governo deve agir segundo princípios aprovados pela maioria do povo, sendo isso indispensável à preservação da paz e da liberdade, devo admitir com franqueza que, se a democracia é entendida como governo conduzido pela vontade irrestrita da maioria, então não sou democrata e considero inclusive tal governo pernicioso e, a longo prazo, inexequível. (HAYEK, 1985, 3v, p. 43).
> […]
> Acontece que a palavra grega 'democracia' foi formada pela combinação da palavra que designava povo *(demos)* com o termo, dentre os dois disponíveis para designar poder, que ainda não fora utilizado nesse tipo de combinação para outros fins a saber, *kratos* (ou o verbo *kratein).* No entanto, ao contrário do verbo alternativo *archein* (usado em vocábulos como monarquia, oligarquia, anarquia, etc.), *kratein* parece enfatizar a força bruta, e não o governo segundo normas. Este último radical não podia ser usado na Grécia antiga para formar o termo demarquia como designação de um governo pelo povo porque a palavra *demarca* já fora adotada (pelo menos em Atenas) para indicar o cargo de chefia de um grupo ou distrito local *(o demo),* não podendo mais, portanto ser aproveitada para a denominação do governo exercido pelo conjunto do povo. Isso não nos impede mais de adotar hoje o termo demarquia para exprimir o ideal cuja designação o termo democracia foi originalmente adotado, ao suplantar

> pouco a pouco a expressão mais antiga, *isonomia*, que expressava o ideal de uma lei aplicável igualmente a todos. Teríamos, assim, o novo nome de que precisamos se quisermos preservar o ideal básico numa época em que, em decorrência do crescente abuso do termo democracia para designar sistemas que levam à criação de novos privilégios mediante coalizões ou grupos organizados, mais e mais pessoas se voltarão contra o sistema vigente. Para que uma reação tão justificada contra o abuso do termo não venha a desacreditar o próprio ideal, induzindo as pessoas a aceitar, em sua desilusão, formas de governo muito menos desejáveis, talvez precisemos ter, para designar o velho ideal, uma nova palavra, como demarquia, não contaminada pelo abuso prolongado (HAYEK, 1985, 3v, p. 44).

Hayek acreditava que os ideais democráticos haviam sido deturpados ao longo do tempo, pelos vícios que ele enxergava na democracia, na qual para ele deveria imperar a *isonomia*, isto é, uma aparente igualdade de direitos. O argumento usado por Hayek para criticar a democracia e resgatar o termo demarquia, como a verdadeira forma de democracia é que o antigo conceito se tornou viciado pelos interesses políticos e pessoais que tornaram os sistemas de governo submissos a privilégios de alguns grupos que controlariam o sistema democrático. Na verdade, Hayek cria uma narrativa que associa a democracia viciada ao modelo de gestão do Estado assistencialista, desta forma, seu antiestatismo está por trás da desconstrução do velho conceito de democracia para a substituição pela ideia de demarquia. É contraditório e inocente pensar que haverá uma suspensão dos privilégios em um modelo em que se supõe a igualdade de direitos baseados na propriedade, em sociedades desiguais, onde o poder econômico é o que determina de quem serão os privilégios. A busca de Hayek é desvincular o conceito de democracia da justiça social, logo, é necessário pensar uma nova democracia contrária a valores da social-democracia, o foco é retirado do Estado e dos direitos sociais, e passa para valorizar o capital privado e a propriedade dos grandes capitalistas sob o discurso inocente da liberdade econômica e de mercado.

### 3.4.1 A discussão sobre a demarquia na imprensa durante as visitas de Hayek

As palestras e conferências foram responsáveis pela popularização da discussão a respeito da demarquia no Brasil no meio empresarial e jornalístico. Apresento as coberturas jornalísticas sobre o tema, publicadas em jornais de grande circulação na época, para ilustrar e dar destaque para o alcance que as ideias de Hayek estiveram com a cobertura da mídia. No jornal Folha de São Paulo assim foi retratada a primeira palestra realizada no Brasil com o tema Democracia e Liberdade:

> Para chegar a tal sistema de governo Hayek parte da atual situação nos países ocidentais que contam ou com um governo excessivamente forte, ou com o poder legislativo igualmente muito forte. Em seu sistema, uma assembleia legislativa funcionaria paralelamente a uma assembleia governamental, uma espécie de executivo moderno. A assembleia legislativa, com poderes coercitivos para fazer

> cumprir leis gerais, seria formada por "homens respeitados" que permaneceriam nesses cargos até os 60 anos, quando voltariam à vida comum, ocupando funções, por exemplo, como as de um juiz. (FOLHA DE SÃO PAULO, 4 de dezembro de 1977, p. 5).

Resumidamente a reportagem da Folha de São Paulo descreve o contorno de funcionamento do modelo demárquico. A maior mudança ocorre com a criação de um poder legislativo autônomo em relação ao poder governamental. Neste modelo a composição do legislativo ocorre independente da política, pois Hayek define a composição da assembleia por homens que cita como "respeitados" que permaneceriam no cargo até atingirem a idade de 60 anos, retornando posteriormente ao cumprimento do mandato as suas vidas comuns. A questão assume uma natureza abstrata quando pensamos quem seriam estes homens "respeitados"? De que tipo de respeito Hayek está falando quando cita este adjetivo para composição de tão influente assembleia?

O fato de empresários aderir ao pensamento de Hayek neste período talvez possa dar uma ideia de quem seriam estas pessoas respeitadas. A figura de Henry Maksoud, por exemplo, grande empresário da área da engenharia e do ramo hoteleiro, proprietário de uma editora com uma revista de grande circulação nacional poderia ser enquadrado como um destes homens "respeitados". Um outro exemplo de homem respeitado pode ser Adolpho Lindenberg, empresário ultraconservador católico, um dos representantes e financiador da instituição Tradição, Família e Propriedade também seria um outro homem "respeitado". Estes são apenas exemplos de como a assembleia legislativa poderia ser preenchida por parcelas da elite da sociedade. É retirada a possibilidade de eleição democrática para estes cargos, fazendo ocupar grupos interessados na manutenção dos poderes econômicos. O modelo da demarquia nada mais é que um retrocesso democrático ao proporcionar a grupos elitistas o poder de fazer e cumprir leis que beneficiariam seus interesses.

O Jornal da Tarde, no dia 2 de dezembro de 1977 publicou uma reportagem sobre a conferência Democracia e Liberdade de Hayek:

> Sábias palavras, que se referem, por sinal às democracias plenamente realizadas. Que dizer, então, da democracia relativa que temos em nosso País? A lição de Hayek pode valer para todos, se lembrarmos que todas às vezes em que a democracia foi ameaçada aqui e em outras partes, foi pela ação incompetente ou pela má fé de homens ou grupos, e não pelo conteúdo de suas instituições ou de seus princípios. Quando o presidente Geisel, como fez em seu discurso, adverte que não se poderá permitir uma volta ao "condenado passado" é preciso pedir-lhe que discrimine com clareza de que passado está falando. Se se referia à ação episódica de alguns homens, e especialmente de um presidente que chegou ao poder via democrática e quis empolgar o poder absoluto esquecendo-se dos ideais que o elegeram, como foi o caso de Jânio Quadros, então o presidente está certo. Se falava do governo de João Goulart, que solapou as instituições e procurou gerar um golpe em aliança com os comunistas que não escondiam o seu papel e seus objetivos, então o general Geisel ainda está correto.

> Mas, se quando fala em "passado", se refere ao regime democrático que funcionou perfeitamente bem de 1946 até 1961, apesar das dificuldades criadas pela herança do Estado Novo – este sim, um passado nefando -, então não podemos concordar com a afirmação do presidente. Pois, não é a democracia o inimigo, mas aqueles que procuram usá-la para fins particulares ou totalitários. Não foram os ideais democráticos que falharam em nossa Pátria, mas os governos e os homens que não souberam levá-los à prática. (JORNAL DA TARDE, 2 de dezembro de 1977, p. 4).

A reportagem do Jornal da Tarde constrói sua narrativa através de uma frase solta do presidente Geisel, no qual teria dito que "não se pode permitir a volta de um passado condenado". A pergunta do jornal é sobre qual passado o presidente estaria falando, após lançar hipóteses do passado onde a democracia foi ameaçada por ações ditas de homens e não de instituições. Na visão do jornal os governos de João Goulart e Jânio Quadros representaram o perigo democrático. A ideia do jornal está amparada pela crença de que estava se arquitetando uma Revolução Comunista no Brasil através destes governos, e que apesar de se elegerem democraticamente estariam comprometidos com a promoção de um Estado autoritário a ser constituído a partir de alianças com outros países comunistas.

O exemplo apresentado pelo jornal demonstra a aura de desconfiança dos grupos empresariais e liberais da época em relação à ideia de que por trás de políticas sociais e da promoção de reformas de base estariam se formando grupos interessados em tomar o poder definitivamente e solapar a economia de mercado e a propriedade privada das elites. Essa falsa crença está expressa na opinião do jornal, associando os governos de João Goulart e Jânio Quadros com o comunismo, mas exaltando o período de 1946 até 1961 como o modelo democrático. Ao que parece, quando o jornal cita que o perigo não é a democracia, mas o fato de homens usá-la para interesses particulares e totalitários, remete às políticas sociais o caráter totalitário, enquanto as formas de garantia de propriedade privada e manutenção da hegemonia das elites ressalta o valor democrático.

O jornal para reforçar o caráter autoritário e elitista da sua visão sobre democracia cita a "Revolução de 1964" como sendo uma ação que possibilitou a preservação da democracia, e não uma supressão dela:

> A Revolução de 1964 não foi feita contra o passado democrático que tivemos, mas para impedir um futuro totalitário que se delineava. Foi um movimento preventivo e defensivo, em tudo legítimo e compatível com os ideais liberais, destinado a preservar as instituições livres contra o assalto de seus inimigos viscerais. Quando o presidente Geisel, ao discursar, acena com o "aperfeiçoamento democrático", queremos acreditar que fala no retorno da Revolução ao seu nascedouro, ao seu passado. Mas quando faz questão de acrescentar a esse aceno positivo uma série de advertências não só ao MDB, o que seria lícito no jogo político e eleitoral, mas a toda a Nação, somos obrigados a desconfiar de que já se desencantou com os seus ideais liberais. Esse é o maior perigo que vemos em sua fala, pois, do mesmo modo como o professor Hayek, acreditamos que a maneira mais eficaz de destruir a democracia é apontar a

> inadequação de seus princípios quando o problema está na ação ou na inação dos governos. (JORNAL DA TARDE, 2 de dezembro de 1977, p. 4).

É considerado pelo jornal o golpe militar de 1964 como uma "revolução", algo necessário para salvar a democracia das mãos das forças autoritárias que estavam colocando em perigo a democracia. A crítica do jornal é que estas forças consideradas na narrativa como totalitárias, são oriundas do modelo da democracia, fruto de interesses pessoais e de alguns grupos que deturpavam o modelo democrático. Assim como a visão de Hayek em *O Caminho da Servidão*, o jornal associa qualquer forma de governo progressista ou social-democrata como um caminho para formação de regimes totalitários.

O modelo de Hayek incorporado nas narrativas feitas durante suas conferências influenciou os veículos de informação a noticiarem as ideias que colocam de forma dicotômica liberdade econômica no sentido capitalista e de outro os inimigos, ou seja, qualquer forma de intervenção estatal que vise justiça social e igualdade. A visão de Hayek sobre a liberdade econômica estar acima da liberdade democrática surge no início da narrativa, quando justifica que a Revolução de 1964 não foi feita contra o passado democrático, mas sim contra um futuro totalitário. Contraditório, pois o golpe militar marcou um período autoritário do ponto de vista político e social, entretanto, faz sentido quando se coloca ser um mecanismo aceito e compatível com os preceitos de Hayek.

Na continuidade da reportagem é percebido este posicionamento em que um governo autoritário pode ser liberal no plano econômico, assim como um governo democrático pode ser antiliberal:

> Falando sobre regimes políticos, em resposta a várias perguntas, disse ele que "um governo autoritário pode ser liberal, no plano econômico, assim como um governo democrático pode ser antiliberal". Na sua opinião, o governo autoritário tem, inclusive, maior possibilidade de ser liberal economicamente, posto que pode restringir a si próprio, se o desejar. O governo democrático (nas democracias convencionais do ocidente) não pode restringir a si próprio e avança sobre a economia até onde for pressionado pelas forças sociais. (JORNAL DA TARDE, 1 de dezembro de 1977, p. 13).

O foco é a liberdade econômica. A distinção entre a democracia ocidental e a democracia limitada defendida por Hayek é que a primeira busca uma autonomia dos poderes e uma liberdade política ampla, convivendo diversas vertentes ideológicas compondo assembleias legislativas e governos heterogêneos, mas a segunda é restrita aos interesses econômicos. Hayek coloca como uma vantagem dos governos autoritários, mas liberais na economia, que eles podem se restringir a si mesmos, e que o avanço do Estado na economia,

ou a intervenção econômica pode ser controlada até o ponto em que é pressionado pelas forças sociais.

A última parte do trecho selecionado da reportagem mostra a periculosidade da afirmativa de Hayek, pois está propondo um governo voltado para as elites econômicas, um aparato estatal direcionado para satisfazer os privilégios do capital econômico privado. As evidências desta afirmação estão amparadas na ideia de que o governo deve avançar até o ponto em que está pressionado pelas forças sociais, ou seja, a justiça social e a igualdade são nocivas para este modelo democrático limitado. Surge uma narrativa muito perversa ao ponto de que forma uma divisão nas funções do governo, que deixa de ser para amparar as classes menos favorecidas socialmente, cabendo a intervenção até o ponto em que esteja satisfazendo as vontades dos poderes econômicos. Verifico com isto um modelo político que isola os interesses das minorias e dos trabalhadores. Neste contexto existe a supressão de sindicatos, combate a pressões sociais por melhorias do trabalho, abandono das questões previdenciárias, descaso com a saúde pública e ensino público. Hayek vê estas demandas sociais como totalizantes, e que um governo autoritário pode suprimir estas demandas, impedindo que pessoas oriundas de movimentos sociais sejam eleitas democraticamente, por exemplo.

A reportagem continua com um trecho em que durante a palestra Hayek é convidado a explicar o conceito de "democracia limitada":

> Convidado a explicar seu conceito de "democracia limitada" (que contrapõe ao das democracias convencionais) Hayek disse que é aquela na qual o sistema constitucional define com clareza todas as regras para qualquer ação do governo (dentro e fora do campo econômico) e este se compromete rigorosamente com tais regras: "É a democracia onde o governo está inteiramente subordinado às leis". Segundo pensa, tal governo será inclusive mais forte do que nas atuais democracias (onde ele é conduzido por pressões) e nos regimes autocráticos, onde ele faz o que bem entende: sua força residirá justamente nas regras que valem tanto para ele quanto para toda a sociedade. (JORNAL DA TARDE, 1 de dezembro de 1977, p. 13).

Hayek deixa ainda mais explícito que seu modelo de democracia visa atender aos anseios econômicos das elites ao dizer que é uma democracia na qual o governo está inteiramente subordinado às leis. Cabe destacar que no modelo da demarquia a assembleia legislativa não seria composta pelos representantes escolhidos pelo povo, mas sim na lista de "homens respeitados da sociedade". Compreendo que quando Hayek cita "homens respeitados" está falando sobre os detentores do poder econômico, os afluentes da sociedade, e estes homens estariam por 15 anos à frente das assembleias legislativas fazendo leis que reforçam seus privilégios, constituindo uma barreira que não atenderia as necessidades da maioria, apenas serviria como um espaço onde seriam feitas leis que visam a exploração da grande massa trabalhadora da sociedade. Hayek distorce os valores democráticos, e soa até irônico quando

ele fala que este modelo autoritário que propõe é um resgate dos verdadeiros valores democráticos. No entanto, a demarquia é um modelo autoritário, no qual os limites do Estado chegam quando são tocadas pelas pressões sociais, as quais necessitam ser combatidas. Parece impensável que durante as visitas de Hayek, e durante suas palestras não fossem colocadas estas questões, ou, o que aconteceu é que diante de um público com jornais representantes das elites, estes empresários e jornalistas aplaudiram as ideias de Hayek.

A respeito do legislativo que deveria ser formado no regime demarquico, a câmara alta formada por homens respeitáveis, Hayek aprofunda um pouco sobre como seria composta e quais seriam seus atributos. O Jornal da Tarde, na data de 1 de dezembro de 1977 assim noticiou a ideia:

> Por isso mesmo, a sua projetada "câmara alta" que teria como função precípua formar e estabelecer os princípios fundamentais que reflitam as aspirações da sociedade, velando pela observância de tais princípios, inclusive sobre o próprio governo, deveria estar o mais possível isenta de qualquer exercício de pressão. A composição humana de tal "câmara" seria, pois, o ponto crucial do sistema delineado por Hayek.
> Na sua opinião os membros de tal "câmara" seriam eleitos, mas "por uma só vez para que não se tornassem prisioneiros do seu próprio interesse na reeleição e, portanto, ficassem isentos em relação a si próprios. E por um longo período (que Hayek sugere 15 anos) a fim de que aprendam a exercer sua tarefa. Um quinze-avos de tal "câmara" seria renovada anualmente, de modo que ela não se estagnasse e mantivesse sobre si o interesse público e cada membro lá permanecesse quinze anos.
> O acesso a tal "câmara" seria seletivo, mas não qualificado. Hayek propõe que a ela só tivessem acesso homens que alcançassem "respeitabilidade" entre aqueles que o conhecessem, principalmente entre os membros. (JORNAL DA TARDE, 1 de dezembro de 1977, p. 14).

A reportagem explica que a proposta de Hayek sugere um mandato de 15 anos para os representantes da "câmara alta", com a renovação anual de Um quinze-avos para que não ocorresse uma estagnação por muitos anos das mesmas pessoas legislando. O que interessa a respeito da composição da câmara reside nas últimas linhas da reportagem, na qual diz que os novos integrantes, além do que já foi colocado que precisam ser homens respeitáveis, deveriam compor o mesmo círculo de amizades dos membros que lá já estão. A proposta é no mínimo enviesada, pois a dúvida é como seriam selecionados os homens através de um elemento tão subjetivo, respeitabilidade, porém obtém a resposta, onde os próprios membros da câmara escolhem seus sucessores. Desta forma existirá uma perpetuação de membros das elites que farão parte deste grupo de legisladores, muito próximo a um monopólio de interesses particulares que irão se sobrepor ao Estado, cabendo ao executivo respeitar as leis emanadas pela câmara composta provavelmente por membros da burguesia, no qual o poder econômico se funde com o poder político, não havendo a autonomia que Hayek sugere. O fato de não haver reeleição para não viciar os membros ao vislumbrarem carreiras políticas e acertos também não

faz sentido, pois a perpetuação no poder durante 15 anos e a possibilidade de indicar pares do mesmo estrato social por si só torna o modelo demarquico subordinado aos grupos hegemônicos.

Sem a pluralidade que as escolhas democráticas para composição do legislativo proporcionam não é possível que um modelo limitado como o proposto por Hayek possa suprir as demandas da sociedade, tornando-se nocivo para vários segmentos das sociedades que além de não conseguirem eleger representantes para o legislativo, estão vulneráveis à aprovação de leis que precarizam os mais pobres. Além do Jornal da Tarde, outros jornais como Jornal do Brasil, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, também noticiaram a palestra de Hayek sobre Democracia e Liberdade, publicando conteúdo com o mesmo teor do apresentado pelo Jornal da Tarde que optei por discutir nos trechos acima.

Alguns dias após a palestra realizada em São Paulo, no dia 2 de dezembro de 1977 na Fundação Getúlio Vargas em Brasília Hayek repetiu o tema, e por mais que o teor traga similaridades, o que apresento aqui é uma discordância que houve entre Hayek e Eugênio Gudin. O Jornal de Brasília, na data de 3 de dezembro de 1977 assim noticiou o fato:

> O professor Friedrich Hayek, Prêmio Nobel de Economia de 1974, em palestra na Fundação Getúlio Vargas, disse ontem que para haver democracia num país como o Brasil o poder do Governo tem que ser limitado e subordinado a Assembleias democráticas soberanas e a economia de mercado tem que funcionar sem maiores distorções.
> O professor Hayek discordou do professor Eugênio Gudin ao responder que a democracia é aplicável em qualquer país. Disse que a democracia é o único método para a mudança pacífica de governo. Argumentou que o Governo que hoje é chamado de democrático, do tipo existente na Europa Ocidental, na verdade é um Governo fora da lei, porque é capaz de determinar a si mesmo qualquer lei que deseje. Afirmou que se tem preocupado mais com ciência política do que com teoria econômica.
> O professor Hayek disse que para se ter um sistema democrático é necessário limitar o poder do Governo. O Sr. Hayek se opõe ao monopólio do Governo em qualquer tipo de atividade. Na sua opinião, por exemplo, o setor privado deve também emitir moeda.
> O professor Eugênio Gudin, que integrou a mesa dos trabalhos, disse que vários juristas de elevado valor e amigos seus estão demandando plena democracia para o Brasil. Acrescentou, entretanto, que isto, para ele, é apenas um sonho. (JORNAL DO BRASIL, 3 de dezembro de 1977).

As palavras proferidas por Hayek na palestra mostram a distorção que ele possui do conceito de democracia. Eugênio Gudin, que também fazia parte da mesa de debate discordou de Hayek ao apontar que um sistema democrático não poderia ser aplicado a um país como o Brasil, que levou Hayek a discordar. Porém, é possível inferir que Eugênio Gudin e Hayek tivessem visões diferentes do que é a democracia, pois, Hayek presume um modelo democrático onde o governo é limitado e a economia de mercado impera, algo que no Brasil em 1977 não era praticado do ponto de vista dos liberais. O que existia no Brasil do período era uma ditadura civil-militar com forte intervenção na economia, e neste cenário o que incomodava não era a

repressão política, mas sim o avanço das empresas estatais e os Planos Nacionais de Desenvolvimento do governo (PNDs). Eugênio Gudin talvez tivesse dificuldade de ver um regime democrático funcionar no Brasil que se encontrava nas mãos dos militares.

A percepção de democracia para Hayek ia além dos contextos dos países periféricos e centrais, pois era um modelo que dava destaque para as elites econômicas de cada país. Com isto, independente da condição econômica que o país se encontra e sua posição geopolítica no mundo, sempre haverá os grupos hegemônicos e caberia a eles a organização democrática, estando acima do governo. Devido a este posicionamento, a democracia para Hayek, diferente dos moldes ocidentais, estabeleceria condições para que a liberdade econômica e o mercado refletissem os interesses do capital privado acima do capital estatal, que para Hayek deveria deixar de existir e caberia ao legislativo criar as leis para que se mantivesse o governo abaixo da linha de influência econômica, cabendo apenas a garantia da lei. Encerro neste tópico a apresentação das reportagens de Hayek nas suas palestras de 1977 sobre o tema demarquia, na próxima seção avanço sobre alguns editoriais de Henry Maksoud e nas reportagens da visita de 1981, quando o conceito de demarquia já estava publicado em *Direito, Legislação e Liberdade.*

### 3.4.2 A demarquia nos editoriais de Henry Maksoud (1978) e na imprensa (1981)

Henry Maksoud cita nas cartas trocadas com Hayek que escreveu editoriais a respeito da demarquia, inclusive envia em anexo nas cartas dois editoriais para apreciação de Hayek. Sobre estes editoriais Hayek nunca enviou nenhum parecer para Maksoud, mas acredito ser proveitoso para a pesquisa apresentá-los para podermos entender como Maksoud percebia a demarquia além das cartas. Maksoud escreve dois editoriais, o primeiro na data de 6 de fevereiro de 1978 com o título de "Demarquia é o regime para uma democracia viável I", e posteriormente escreveu "Demarquia é o regime para uma democracia viável II" (no documento não aparece a data que este editorial foi publicado, mas provavelmente com diferença de algumas semanas em relação ao primeiro). Maksoud começa atacando o caráter interventor do Estado como nocivo para a democracia:

> A questão crucial que envolve esses perigos está justamente no dogma do domínio da maioria, sob quaisquer circunstâncias, independentemente de outras considerações. Graças a esse dogma, o ideal da democracia, que nas suas origens foi concebido para evitar todo poder discricionário, transforma-se na justificativa para um novo tipo de poder arbitrário: o da suposta soberania popular onde impera o estatismo com toda a sua legiferação centralista, planista, igualitarista, distributivista, intervencionista, etc., que visa a matar toda a liberdade de ação individual. (MAKSOUD, 1978).

Maksoud associa soberania popular com o estatismo como elemento deturpador da democracia nos tempos atuais. Coloca que os caminhos que a democracia tomou levam a formação de poder arbitrários quando se alinham à maioria. Associa uma quantidade de adjetivos para designar os vícios da democracia de acordo com seu ponto de vista, apontando os seguintes termos como perniciosos: estatismo, planista, igualitarista, distributivista, intervencionista. Estes termos seriam as raízes do autoritarismo democrático na visão de Maksoud, os quais contrariam a noção de liberdade econômica traduzida em ação individual. O que Maksoud está defendendo é um modelo democrático baseado no interesse das hegemonias, pois, analisando os termos criticados percebo que o que é combatido são valores progressistas e não valores autoritários.

O que Maksoud queria ao propor o modelo de Hayek era a consolidação do poder das elites sob o poder político, cristalizado na forma de leis inquestionáveis formuladas pelo grupo dos "homens respeitados":

> O ponto essencial não é, entretanto, propriamente, a criação de "leis" a serem por todos obedecidas, mas é a aceitação e obediência, por todos, às mesmas normas de conduta estabelecidas pela verdadeira lei e por um ideal político que transcende à simples legalidade. É o "estado de direito", cuja ocorrência poderia ser comparada à de uma religião, que, além de ter suas bases e normas escritas, depende de aspectos não-escritos aceitos, obedecidos e venerados indiscutivelmente por questão de fé. (MAKSOUD, 1978).

Uma das características que surgem nos editoriais é a associação do respeito às leis a fé. Pois na fé as pessoas acreditam em forças sobrenaturais e leis divinas que não são questionadas, assim também deveria ser na visão de Maksoud com os ideais da demarquia. Ao relacionar os aspectos subjetivos como a fé e integrá-lo a questões práticas como as ações da câmara legislativa, Maksoud parece querer construir uma confiança das classes populares em relação aos homens que constituirão o legislativo, como seres superiores que sabem o que a nação precisa, subjugando as necessidades e interesses da maioria. A ideia de as pessoas crerem nos "homens respeitados" se ampara na falsa ideia de tutela, em que estes homens estariam exercendo a democracia de forma mais preparada, pois as pessoas que estariam na base da sociedade não teriam a capacidade de interpretar o que é melhor para elas e para o país. Maksoud aproxima religião e política, porém depois as distingue, mas mantendo a linha argumentativa da ideia da tutela do povo através da obediência inquestionável das leis constituídas:

> Estar sob o estado de direito é, como na religião estar em estado de graça. Mas o estado de direito, embora tenhamos-lhe atribuído esse elemento de fé, nada tem, propriamente, com a religião, pois é um ideal político do mundo dos homens. […] Sob esse estado de direito que caracteriza uma sociedade livre, aberta, o indivíduo, e

> sua esfera privada, não precisa sofrer interferências esperando-se dele apenas que, responsavelmente, obedeça às regras que são aplicáveis igualmente a todos. Essas regras gerais, que são as únicas verdadeiras leis no sentido substantivo da expressão, correspondem a medidas de longo alcance, referem-se a casos ainda desconhecidos e não especificam pessoas, lugares ou objetos em particular. Tais leis são sempre prospectivas, nunca retrospectivas, em seus efeitos. (MAKSOUD, 1978).

As leis serviriam para garantir a suposta liberdade do indivíduo sem os freios do Estado, muito menos com as medidas distributivistas que deturpam o modelo econômico liberal. A liberdade individual citada faz apenas sentido para as classes abastadas, as interferências seriam apenas danosas para seus negócios, sendo a sociedade livre defendida apenas o campo aberto para a acumulação de capitais e acentuação da desigualdade. As leis ampariam a propriedade contra as ações distributivistas e a não intervenção na economia permitiria a contínua acumulação de capitais sem a concorrência ou tributação do Estado. Compreende no modelo da demarquia uma democracia egoísta e direcionada para um outro tipo de autoritarismo. Por fim, ataca o modelo intervencionista como uma forma de totalitarismo socialista:

> Para salvarmos o que ainda não está perdido para o totalitarismo socialista é preciso revolucionar os princípios de governo fazendo renascer, sob uma organização totalmente diversa da que dispomos hoje em dia, uma verdadeira separação de poderes, o estado de direito e o governo submissos à lei, onde o poder de governar e o poder de legislar não estejam nas mesmas mãos, não estejam sujeitos aos mesmos sistemas políticos, eleitorais e de interesses e onde o significado de lei seja claramente definido como "regras gerais de conduta, idênticas para todos os cidadãos e aplicáveis a um número indeterminado de casos futuros"; tudo, porém, agora, levando na devida conta a necessidade da aplicação adequada do método democrático para eleger os representantes do povo nos órgãos da nova instituição. (MAKSOUD, 1978).

Maksoud coloca em primeiro plano a submissão do governo às leis através da separação dos poderes, reforçando os valores defendidos por meio da demarquia, apontando que qualquer sistema de governo que não se adapte a estes valores estaria rumando ao que chama totalitarismo socialista. Neste contexto o empresário se põe na missão de lutar contra esta tendência socializante empreendida pelos poderes de Estado. Nos trechos dos editoriais apresentados percebe-se como o pensamento de Hayek estava impregnado na percepção que Henry Maksoud possuía da democracia, e o empresário utilizava das ideias de Hayek para construir uma narrativa em que prevalecia os seus interesses individuais e do grupo que representava. No entanto, dentro de um cenário de reabertura política, estava criado um ambiente que fomentava as mais variadas discussões a respeito de um novo modelo democrático que substituiria o regime autoritário imposto pelos militares.

Avanço agora ao ano de 1981, quando Hayek voltou ao Brasil e falou sobre a demarquia. No entanto, desta vez como um conceito acabado publicado em 1979 em *Direito,*

*Legislação e Liberdade*. Em São Paulo Hayek proferiu duas palestras no Hotel Maksoud Plaza intituladas *Democracia e Demarquia*. O Jornal da Tarde no dia 5 de maio de 1981 noticiou a realização das palestras:

> Ele foi convidado, pelo grupo Visão, para proferir duas conferências em São Paulo. No dia 7 às 8 horas, no auditório do Maksoud Plaza, ele falará sobre "Democracia e Demarquia", explicando porque o conceito de democracia ilimitada corrompeu o ideal original da democracia. E como este pode ser recuperado por uma nova fórmula política que ele batizou de demarquia. (JORNAL DA TARDE, 5 de maio de 1981, p. 5).

Em reportagem da Folha de São Paulo, na data de 10 de maio de 1981, quando perguntado que tipo de organização social é a demarquia, Hayek assim respondeu:

> Folha - Que tipo de organização social é a demarquia?
> Hayek – O que deveria originalmente ser de uma democracia. A democracia originariamente deveria ser uma restrição de poder, uma verificação sobre o poder. Agora, tornou-se uma desculpa para um poder ilimitado. Portanto se queremos um poder popular sobre um poder ilimitado, nós temos que utilizar um novo nome para ele. O ponto novo é que eu quero a separação de poderes em alto nível. O que deveria existir seriam dois poderes distintos. Um que faz as leis e outro que governa, que obedece às leis. Você quer um governo de partidos para a finalidade de governo, que tenha diferentes interesses dentro, mas não quer uma organização de partidos para fazer as leis. Portanto eu quero tirar fora os partidos da minha Assembleia Legislativa, através de um truque muito simples. Quero que sejam eleitos elementos para a Assembleia por um período muito longo, mas que não tenham o direito de serem reeleitos. Porque a disciplina do partido baseia-se na reeleição dos candidatos. Se eles não podem ser reeleitos, eles não estão sujeitos à disciplina partidária. (FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de maio de 1981).
> […]
> Folha – Que ideologia presidiria esse sistema?
> Hayek – Esse corpo, vamos dizer, somente determinaria regras gerais. Leis gerais que não favoreceriam grupos determinados. Isso seria a realização da liberdade sob a lei. Novamente a lei significaria o que já significou, ou seja, regras igualmente aplicáveis a todos, de forma igual. A fonte de toda a nossa confusão é que a palavra lei teve seu significado modificado. Nós chamamos de Legislativo um grupo que tinha por finalidade fazer as leis. Pressupõe que a lei tenha um significado independente. Mas a situação foi invertida. Nós chamamos agora de lei aquilo que o Legislativo determinou e não o que é exigido pelos costumes (os costumes faziam ou exigiam determinadas leis e agora as leis querem dirigir os costumes). (FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de maior de 1981).

Hayek ao responder às perguntas feitas pelo jornal define as balizas do que é a demarquia, vai em consonância com todas as discussões realizadas anteriormente, tanto nas cartas trocadas entre ele e Henry Maksoud, quanto aos seus discursos públicos proferidos nas palestras e conferências realizadas entre 1977 e 1981. Hayek ainda concedeu entrevista semelhante para a Revista Manchete, além de um grande artigo publicado pela Revista

Visão em 11 de maio de 1981. Ou seja, o conceito de demarquia, surgido como um neologismo no período teve uma recepção considerável devido à forma com que foi coberto pela imprensa. A curiosidade dos jornalistas e empresários a respeito do tema foi naturalmente fomentado pelo momento histórico que a ditadura militar brasileira estava passando, com tensões e pressões pela reabertura. Somado a isto, homens como Henry Maksoud, que encabeçavam a "revolta dos empresários" foram seduzidos por um modelo de democracia limitado que tornaria o governo submisso aos interesses e leis de um legislativo formado pela elite econômica.

## 3.5 OS CONCEITOS ABORDADOS POR HAYEK EM *OS FUNDAMENTOS DA LIBERDADE* E *DIREITO, LEGISLAÇÃO E LIBERDADE*

Durante este capítulo o objetivo foi discutir conceitos fundamentais das obras *Os Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade.* Para realização destes objetivos evidenciei o pensamento de Hayek a respeito da democracia, previdência social, trabalho e sindicatos. A escolha por este recorte é justificada pois no segundo capítulo trabalhei com o conceito planejamento e anticomunismo com *O Caminho da Servidão*, neste capítulo trabalhei de forma mais específica conceitos que derivam de *O Caminho da Servidão*, trazendo a compreensão de como Hayek constrói um modelo narrativo a partir de jogos entre conceitos e palavras-chave. Se em *O Caminho da Servidão* há o pensamento na forma "bruta", uma doutrina anticomunista e antiestatista que marca a identidade do pensamento de Hayek, neste capítulo percebi como se operacionalizaria o Estado Mínimo. *Direito, Legislação e Liberdade* apresentou o conceito de demarquia, a democracia limitada de Hayek que permite a operacionalização da liberdade econômica acima da liberdade democrática, em *Os Fundamentos da Liberdade* observam-se as ações econômicas que precarizam os trabalhadores e esvaziam as subjetividades dos sujeitos, atomizando-os e retirando a tutela do Estado na promoção do Bem-Estar Social. Através dos temas abordados como a aproximação do neoliberalismo com o darwinismo social são percebidas as principais motivações que guiam a argumentação de Hayek para o desmonte do Estado de Bem Estar-Social. Desta forma, se em *O Caminho da Servidão* o vilão é o comunismo, na sequência de suas obras, as quais foram examinadas neste capítulo, é evidenciado o ataque ao Estado de Bem-Estar Social como uma nova forma de coletivismo. No próximo capítulo, conhecendo os principais elementos do pensamento de Hayek e sua recepção no Brasil, vou explorar as viagens realizadas por Hayek ao Brasil em 1957, 1977, 1979 e 1981. Os destaques serão assuntos tratados pela imprensa e nas palestras que remetem a questões como a desigualdade social, as relações dos monopólios

e oligopólios com o mercado, a desestatização do dinheiro e a inflação, além das críticas feitas durante a cobertura das viagens e conferências.

## CAPÍTULO 4 – HAYEK NO BRASIL: VIAGENS, IMPRENSA E POLÊMICAS

Abro este capítulo com uma discussão teórica dos elementos que serão discutidos ao longo das seções. Diferentemente dos dois últimos capítulos em que analisei as principais obras de Hayek ao mesmo tempo em que fiz um esforço dialógico com fontes diversificadas como cartas e a imprensa, além das próprias visitas, neste capítulo, como forma de fechamento, trago mais especificamente alguns pontos que convergem com os assuntos debatidos anteriormente. Cito os seguintes assuntos como pertinentes ao capítulo: as palestras proferidas nas visitas de 1957, 1977 e 1979, além da publicação *Hayek na UnB* que trata da conferência realizada na Universidade de Brasília em 1981. Também trato das publicações na imprensa que remetem a temas discutidos por Hayek, com destaque para desigualdade social, desestatização do dinheiro e inflação, monopólios e oligopólios e as críticas que surgiram ao pensamento de Hayek. O ponto de convergência que une o capítulo com o conjunto e com o restante desta pesquisa representa a ideia de fluxo do pensamento de Hayek entre os atores que recepcionaram suas ideias e o próprio Hayek que teve oportunidades de expor seus principais pensamentos para uma parte de jornalistas e intelectuais brasileiros.

Penso que o que liga esses pontos é o conceito de transferência de saberes, pois une a complexidade do pensamento de um autor em suas mais diversas formas (livros, palestras, conferências, cartas e publicações na imprensa) com a interação desse pensamento por meio da sua entrada em um círculo intelectual provocando mudanças nas concepções ideológicas dos seus receptores. Utilizo como principal menção para trazer para a discussão a problemática um artigo de Helenice Rodrigues que versa sobre o tema. A ideia de transferência de saberes já estava implicitamente presente neste trabalho anteriormente, porém neste quarto capítulo o conceito é chave para compreender as dinâmicas de circulação e de difusão do pensamento de Hayek por meio de diferentes meios. Helenice Rodrigues fala da emergência que envolve os estudos culturais e as ciências humanas, explicando sua origem e sua difusão sobretudo em meados dos anos 1980:

> Conotando, ao mesmo tempo, "fluxo econômico, mobilidade de população e um dos momentos da cura psicanalítica", a expressão "transferências culturais" passou a designar pesquisas das ciências humanas nas áreas de intercâmbios culturais. Forjado em meados dos anos 1980, por Michel Espagne e Michaël Werner, para o estudo das relações literárias e intelectuais entre a França e a Alemanha a partir do século XVIII, esse conceito serviu para significar, inicialmente, os empréstimos (de ideias, de discursos, de valores, de objetos, etc.), as interações entre culturas e sociedades (ou frações e grupos no interior de uma sociedade). Baseada, num primeiro momento, em perspectivas comparativas, essa pesquisa evoluiu em direção à ideia de conexões e cruzamentos. Revelando-se de grande operacionalidade para a análise de diferentes domínios: história cultural, sistemas religiosos, instituições políticas e jurídicas,

> história intelectual e política, estudos literários, a teoria e o método das "transferências culturais" estenderam-se aos Estados Unidos e à Europa, alcançando diferentes áreas da história (antiga, medieval, moderna, contemporânea). (RODRIGUES, 2010, p. 206-207).

O conceito de conexões e cruzamentos ganha destaque na citação de Helenice Rodrigues. Essas noções remetem à ideia da formação de redes culturais. Os sujeitos estão em movimento, e suas ideias alcançam uma amplitude maior do que a mera circulação de corpos, pois as ideias ganham contornos e fluidez própria. Na mesma proporção que as ideias envolvem uma multiplicidade e uma pluralidade de elementos, também dialogam com diferentes campos do conhecimento. Helenice Rodrigues enumera uma grande variedade de domínios onde os estudos culturais estão presentes, e dou destaque, no escopo desta pesquisa, à história da cultura, à história intelectual e à política. A história das ideias, onde este trabalho se coloca, avizinha-se com a história intelectual, em que são promovidos diversos debates teóricos que envolvem as duas dimensões dos estudos históricos, mas tratam de objetos correlatos[83]. O escopo do trabalho de Helenice Rodrigues está mais voltado para a história intelectual, porém as nuances das transferências culturais também estão presentes na história das ideias, com um arranjo mais delimitado ao campo das recepções e reinterpretações do pensamento de Hayek. Acredito ser a circunscrição ao pensamento que difere a história das ideias da história intelectual, pois a circulação do pensamento de um autor, que se torna independente da sua presença física, denota uma outra dimensão, mais intersubjetiva, dos fenômenos da disseminação de ideias.

É como se suas ideias assumissem uma velocidade de propagação, reinterpretações e disseminação muitas vezes descolada do seu autor, ou seja, talvez Hayek na sua visita não reconheça suas ideias quando proferidas por mediadores como Henry Maksoud. Esses diferentes níveis de compreensão separam o autor de suas ideias, o intelectual enquanto sujeito e o seu pensamento enquanto entidade autônoma que adentra diversos meios e sociedades. Um conjunto de contextos está envolvido nesses processos de recepção e reinterpretação do pensamento de um autor ou de uma escola. A tradução ganha destaque quando uma obra se torna lida internacionalmente, pois, de acordo com a forma que ela é realizada, pode proporcionar interpretações diferentes das originalmente escritas pelo autor[84]. Um exemplo

---

[83] "Assim, a introdução de um autor, de uma obra ou de uma corrente intelectual e/ou estética estrangeira, dentro de um espaço cultural nacional, se processa por meio da mediação de "atores", individuais e/ou coletivos. Edições, missões, instituições universitárias desempenham, igualmente, a função de intermediários nesse processo de deslocamento semântico e de reelaboração de sentido. Investigar os mecanismos de produção, de difusão (transmissão) e de recepção significa fazer uso, igualmente, da história intelectual que se ocupa desses mesmos objetos" (RODRIGUES, 2010, p. 217).

[84] A noção de transferências culturais pressupõe o processo de relação entre dois "sistemas autônomos e assimétricos". Segundo seus teóricos, existem vários modelos (disciplinares, metodológicos) para a análise da

desse fenômeno foi apresentado no capítulo dois desta pesquisa com as diferentes traduções de *O Caminho da Servidão*.

A multiplicidade de fatores que envolvem a perpetuação das transferências culturais e consequentemente de saberes é colocada por Helenice Rodrigues:

> Fundamentado na ideia de empréstimo, de importação, de hibridismo, de reapropriação, de tradução, de transformação, entre sociedades e culturas, esse conceito interdisciplinar implica em uma concepção de movimento e de circulação de objetos, populações, indivíduos, ideias, crenças entre dois ou mais espaços culturais (estados, nações, grupos étnicos, áreas culturais e religiosas). As "transferências culturais" reforçam, portanto, a noção de deslocamento, de circulação e de mobilidade de pessoas, de ideias, de objetos e de valores. (RODRIGUES, 2010, p. 207).

Helenice Rodrigues enumera uma série de condições que permitem as transferências culturais. Nesse contexto o objeto de estudos se situa em algumas categorias colocadas, principalmente na concepção de movimento e circulação de objetos. A movimentação de indivíduos também pode ser enquadrada como uma característica da inserção do pensamento de Hayek no Brasil, considerando que a presença do autor para discutir suas ideias e obras é primordial para a movimentação do seu pensamento entre os jornalistas, empresários e intelectuais liberais brasileiros. Por fim, a disseminação das ideias entre dois, ou mais espaços culturais, caracteriza a transferência de saberes de Hayek e seus espaços de atuação, sobretudo na Inglaterra e Estados Unidos, para outros países, entre eles os países da América Latina, como o Brasil, Argentina e Chile, citando os primeiros em que suas ideias foram aceitas e perpetuadas entre as elites políticas e econômicas. Algumas palavras-chave são colocadas por Helenice Rodrigues para reforçar os aspectos centrais das transferências culturais, sendo elas as noções de deslocamento, circulação e mobilidade de pessoas, ideias, objetos e valores. Esse conjunto de noções denota a característica essencialmente fluída das transferências de saberes, pois o movimento constante deve estar no centro da percepção das transferências culturais. No recorte da pesquisa, entre 1946 e 1994, foram consideradas essas reflexões teóricas, e neste capítulo em que abordo a visita de 1957, de 1979 e a publicação da UnB de 1981, é perceptível essa mudança de pensamento.

As contribuições de Michel Espagne reforçam o posicionamento teórico de uma transferência de saberes de Hayek no Brasil, pois, segundo o autor:

> Todos os grupos sociais suscetíveis de passar de um espaço nacional ou linguístico étnico ou religioso a outro podem ser vetores de transferência cultural. Os

passagem de uma cultura a outra. Trata-se, inicialmente, da análise da conjuntura e, em seguida, da utilização da hermenêutica. Se a história política, cultural e intelectual permite detectar os contextos de produção, por sua vez, o conhecimento da língua e da tradução possibilita levar em conta o processo de migração e de recepção cultural (RODRIGUES, 2010, p. 208).

> comerciantes transportando mercadorias transmitiram também representações ou conhecimentos. Os tradutores, os professores especialistas em uma cultura estrangeira, emigrados políticos, econômicos ou religiosos, os artistas, respondendo a chamados, os mercenários, são todos veículos de transferências, e deve-se levar em conta suas diferentes mediações. No entanto, pode-se muito bem representar as transferências com base na circulação de objetos, como livros ou obras de arte. (ESPAGNE, 2017, p. 138).

Michel Espagne, assim como Helenice Rodrigues, delimita quem são os responsáveis pelas transferências culturais, como ele coloca, como os principais vetores. Observo com isso os principais vetores da transferência cultural do pensamento de Hayek no Brasil, novamente cito os livros, os tradutores, os jornalistas e a mídia impressa e pôr fim, a própria circulação de Hayek no Brasil. Outro fator importante citado por Michel Espagne é que a transferência não é apenas o processo de transporte, mas essencialmente de metamorfose do pensamento de um autor: "[t]ransferência, não é transportar, mas sim metamorfosear, e o termo não se reduz de modo algum à questão mal circunscrita e bastante banal dos intercâmbios culturais. É menos a circulação de bens culturais que sua reinterpretação que está em jogo" (ESPAGNE, 2017, p. 137).

A metamorfose para pensar a inserção de pensamento de Hayek no Brasil é de suma importância, pois, em um processo de recepção, os interessados e os mediadores de suas obras e ideias respondem a motivações próprias, havendo com isso um processo de reinterpretação das principais ideias do autor e um aproveitamento e apropriação de acordo com as conveniências ideológicas das elites empresariais e políticas locais. Considerando a noção de movimentação de objetos e intelectuais em conjunto com as metamorfoses das transferências culturais, passo para a exposição de algumas abordagens e limites dos estudos relacionados às transferências culturais:

> As pesquisas atuais privilegiam grades de leitura diversas. A primeira abordagem inscreve-se, particularmente, no aspecto linguístico (via literatura comparada) e interessa-se, particularmente, pela tradução (mas, igualmente, pela transmissão e recepção); a segunda abordagem, de ordem sociológica e intelectual, volta-se para os processos de produção, de difusão e de apropriação por parte de agentes; uma terceira, de ordem econômica, preocupa-se com a análise dos mercados e das concorrências. (RODRIGUES, 2010, p. 209).

É necessário pensar no que Helenice Rodrigues aborda como grades de leitura diversas. O primeiro aspecto é o linguístico, em que engloba as formas de literatura comparada, tradução, transmissão e recepção. Sobre essa grade, o segundo capítulo, em sua forma teórica, tratou de trazer os elementos necessários para essa abordagem por meio da contribuição do contextualismo linguístico da Escola de Cambridge, por meio de John Pocock e Quentin

Skinner, além das contribuições de Dominick LaCapra. Acredito que eficientemente essa dimensão foi trabalhada nesta pesquisa, pois o aspecto linguístico, principalmente da obra *O Caminho da Servidão*, foi pormenorizado, compreendendo os elementos elencados por Helenice Rodrigues no que se refere aos aspectos linguísticos das transferências culturais. A segunda grade, apontada por Helenice Rodrigues como de ordem sociológica e intelectual, remete aos processos de produção, difusão e apropriação por parte dos agentes. Esse traço do objeto de estudos é abarcado pelo contexto de recepção das obras de Hayek. O seu principal mediador cultural, Henry Maksoud, foi um importante catalisador para a produção, por meio da publicação das obras de Hayek no Brasil, bem como em conjunto com a utilização da sua revista para difusão das ideias de Hayek entre os leitores da revista semanal Visão[85]. Maksoud foi responsável pela difusão e apropriação das ideias, na medida em que foi um defensor das matrizes teóricas de Hayek e incentivador das suas visitas ao país. A terceira grade, de ordem econômica, entendo que remete ao projeto de sociedade que as ideias de Hayek propõem e são de interesse das elites empresariais locais.

A abertura para o pensamento neoliberal se encontra com anseios das elites que representam o capital privado nacional, com um sucateamento das leis trabalhistas, enfraquecimento dos sindicatos, retirada do Estado da economia no sentido da diminuição das empresas estatais, avanço de um Estado punitivo, entre outras formas de políticas que aumentam as desigualdades sociais e potencializam a exploração dos trabalhadores. Contemplando esses aspectos, esta pesquisa abrange as colocações teóricas trazidas por Helenice Rodrigues na forma de grades de leituras diversas dos processos de transferências culturais.

## 4.1 HAYEK VAI AO RIO DE JANEIRO (1957)

Abordo nas próximas páginas a primeira passagem de Hayek no Brasil. Dois objetivos serão traçados: o primeiro será discutir a entrada do pensamento de Friedrich von Hayek no Brasil por meio dessa primeira visita a partir dos assuntos abordados nas palestras. O segundo objetivo almeja desenvolver metodologicamente a seção por meio do dialogismo entre dois tipos de fontes, sendo elas quatro cartas trocadas por Eugênio Gudin e Hayek, e a segunda fonte um artigo publicado por Hayek na Revista Brasileira de Economia (RBE) no ano de 1957. O assunto tratado no artigo publicado tem o título de "Pleno Emprego, Planejamento e Inflação",

[85]"Assim como as estrelas e os políticos, o intelectual existe na e pela mídia. Suas petições, seus manifestos, mesmo suas obras devem passar pelo canal da mídia (imprensa, revistas, TV etc.). Mas, ao mesmo tempo, ele é primeiro e antes de tudo um profissional da criação, da inovação literária ou científica" (LECLERC, 2004, p. 88).

o mesmo título das duas palestras proferidas por Hayek. Parto da hipótese de que a interação entre Eugênio Gudin e Hayek foi decisiva para a definição do tema das palestras, e que o assunto tratado pode ser interpretado como um elemento de entrada do pensamento de Hayek no Brasil.

A carência de fontes na mídia impressa sobre a visita foi suprida pelas duas fontes elencadas, que ajudaram a traçar um panorama dos bastidores da visita e do resultado das palestras, que foi a publicação do artigo que remete ao assunto tratado por Hayek nas duas oportunidades. Um detalhe informativo é que Hayek estava de passagem pelo Brasil, como ponto de parada para visitar a Argentina, onde permaneceu mais tempo. E assim como foi discutido no primeiro capítulo desta pesquisa, a visita ao Brasil de Hayek em 1957 fazia parte de uma sequência de palestras promovidas por Eugênio Gudin, trazendo diversos economistas da vertente neoliberal ao país como forma de contrapor as ideias desenvolvimentistas da Cepal que estavam em ascensão. A primeira carta encontrada no arquivo Hayek papers é datada do dia 12 de março de 1957, dois meses antes das palestras. Um contato anterior já havia sido feito por Gudin, porém a carta que precede esta não se encontrava mais no arquivo. No entanto, a partir do conteúdo da carta do dia 12 de março é possível identificar as intencionalidades de Gudin ao contactar Hayek:

12 de março de 1957

Professor Eugênio Gudin
19 Rua da Candelária
Rio de Janeiro

Caro professor Gudin,

Meu amigo Professor Haberler me aconselha a avisá-los de que estarei de passagem pelo Rio de Janeiro a caminho de Buenos Aires no mês que vem e o faço com prazer, embora temo que agora não seja muito possível minha parada no Rio. Eu devo dar uma palestra em Buenos Aires para o Centro di Difusion de la Economia Libre de 21 de abril a 8 de maio e, de acordo com os planos atuais, espero voar daqui com a Sra. Hayek em 19 de abril e partir na viagem de volta de Buenos Aires em 9 de maio. Como resultado de vários adiamentos da data, terei de voltar o mais rápido possível, mas esperava fazer uma ou duas paradas na viagem de ida. No entanto, uma nova complicação surgiu do fato de que recebemos passagens no Real Aerovias, que sai de Chicago apenas uma vez por semana na sexta-feira, ou seja, se fôssemos sair mais cedo, teria que ser por uma semana inteira; e embora tivéssemos planejado originalmente partir mais cedo, parar por uma semana inteira em algum lugar da rota meramente por prazer é muito caro para nós dois.

Se não fosse o fato de que a semana que se inicia imediatamente no dia em que devo chegar a Buenos Aires é a semana da Páscoa, eu até teria perguntado se você viu a possibilidade de uma palestra ou duas que pudessem financiar nossa estada no Brasil. Mas nestas circunstâncias isso provavelmente será impossível. Temo, portanto, que provavelmente devamos, e com grande pesar, ter que passar pelo Brasil sem parar e simplesmente não quero fazê-lo sem explicar as circunstâncias que me impediram de fazer pelo menos a curta escala. (HAYEK, 1957).

A carta revela os detalhes e acertos para Hayek vir ao Brasil. Questões logísticas em relação ao voo eram os empecilhos para a passagem de Hayek pelo Brasil, sendo que o austríaco considerava a possibilidade de fazer uma parada no Rio de Janeiro antes de ir para Buenos Aires para seu compromisso no final de abril e início de maio daquele ano. A segunda carta é datada no dia 3 de abril de 1957, trata-se de mais uma carta enviada por Hayek para Gudin e ainda se refere aos acertos em relação aos aspectos logísticos que permitiriam a passagem do economista pelo Rio de Janeiro.

3 de abril de 1957

Professor Eugênio Gudin
19 Rua Candelaria
Rio de Janeiro

Caro Professor Gudin:
Muito obrigado pelo seu gentil telegrama de 30 de março. Após consultar a companhia aérea que me disse que provavelmente conseguiriam reservas para o vôo Rio-Chicago no caminho 16, enviei a vocês uma resposta provisória por telegrama da seguinte forma:
OBRIGADO POR FAZER OS PREPARATIVOS PARA A PARADA DE 11 A 16 DE MAIO PARA PALESTRAS.
Como devo estar de volta aqui o mais tardar no final da semana que termina em 19 de maio, a possibilidade de quatro paradas ainda depende da confirmação dessa reserva, o que devo saber em cinco ou seis dias. Supondo, como espero muito, que seja esse o caso, isso significaria que chegaríamos ao Rio de Buenos Aires na Real Airlines no sábado, 11 de maio, às 16:10 e tem que sair do Rio na quinta-feira, dia 16 de maio, às 17h10. Espero que haja tempo suficiente para às duas palestras que você sugeriu. Por favor, deixe-me saber se isso lhe convém e se você poderia fazer reservas no Rio para que paremos em um hotel. Não sairemos daqui até a noite de 19 de abril e depois disso poderemos ser contatados no Plaza Hotel em Buenos Aires ou, talvez melhor, a / o Centro de Difusion de la Economia Libre, Corrientes 447, 8.º Piso, Buenos Aires, que está organizando minhas palestras lá.
Quanto ao assunto de minhas palestras, provavelmente devo primeiro dizer que estarei lecionando em Buenos Aires, o que também diz o que estou trabalhando agora. Vou dar uma palestra sobre um livro no qual venho trabalhando há algum tempo e que se chamará A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE. O título das seis palestras consecutivas que ministrarei é:
Liberdade e liberdades
Coerção e as estatísticas
Lei, Comandos e Ordem
Os poderes criativos de uma civilização livre
O senso comum do progresso
Liberdade, razão e tradição.
No Rio de Janeiro, eu poderia tentar compactar este argumento geral em duas palestras consecutivas sob o mesmo título ou dar uma palestra sobre este assunto mais geral e outra sobre um mais definitivamente econômico, como por exemplo, “Pleno Emprego, Planejamento e Inflação ”(tratada de forma muito crítica, é claro!)
Por favor, deixe-me saber seus desejos.

Estou muito grato por seu amável convite e estou ansioso para conhecê-lo. (HAYEK, 1957).

Hayek acerta com Gudin sua passagem pelo Brasil entre os dias 11 e 16 de maio. Nesse intervalo de dias, as palestras foram marcadas para os dias 13 e 15 de maio, sendo que Hayek permaneceu os outros dias aproveitando a passagem pelo Rio de Janeiro. Outro ponto interessante dessa correspondência, e já acertados os detalhes logísticos da viagem, é a definição do tema das palestras. A visita à Argentina rendeu seis palestras para Hayek, cada uma com um tema diferente, sendo os temas apresentados na carta. A opção de Hayek para sintetizar o assunto em duas palestras foi uma alternativa, a outra foi realizar a discussão mais geral sobre pleno emprego, planejamento e inflação. Um detalhe é importante na definição das diferenças entre as duas palestras, o fato de Hayek estar trabalhando no seu segundo livro mais bem-sucedido, lançado em 1960, chamado *Os Fundamentos da Liberdade*. Os seis temas elencados para as palestras na Argentina representam uma evolução do pensamento do autor, pois os temas já fazem parte do livro que estava por vir. A outra opção apresentada, que era a fala geral sobre pleno emprego, planejamento e inflação, amparava-se nas conclusões das obras anteriores de Hayek, sobretudo com a crítica ao planejamento presente na obra *O Caminho da Servidão*.

A terceira carta é de Gudin para Hayek, datada de 8 de abril de 1957. Nessa carta Gudin agradece a disponibilidade de Hayek e acerta as duas datas para a realização das palestras.

> 8 de abril de 1957
>
> Caro Professor Hayek,
> Acabei de receber sua carta. Sujeito a sua confirmação, teremos o maior prazer em recebê-lo aqui no Aeroporto no dia 11 de maio e aproveitar o sábado e o domingo para dar a você e à Sra. Hayek uma estada no Rio. Suas duas palestras podem ser ministradas na segunda-feira 13 e na quarta-feira 15. Você estaria livre para partir na quinta-feira, dia 16.
>
> Assim que recebermos a sua confirmação, faremos as reservas do hotel. De suas duas sugestões, ambas muito atraentes, acredito que meus colegas economistas apreciariam muito uma palestra sua sobre um assunto econômico, como você sugere "Pleno Emprego, Planejamento e Inflação". Pessoalmente, gostaria muito de receber suas opiniões sobre Planejamento por Programação e Previsão, tal como praticado pela Comissão Econômica para a América Latina (ONU). (GUDIN [CORRESPONDÊNCIA], 1957).

Eugênio Gudin se compromete com os detalhes da hospedagem de Hayek. Na segunda parte da correspondência, é definido o tema das palestras. Gudin, ao considerar que a plateia seria composta predominantemente por economistas, escolheu o tema "Pleno Emprego, Planificação e Inflação". A escolha ocorreu devido à distinção dos assuntos tratados na Argentina, considerando que o foco de Hayek nas seis palestras fazia parte de temas que tratavam do amadurecimento da escrita do livro *Os Fundamentos da Liberdade*, os quais se

referem a questões político/filosóficas. O olhar dos economistas da FGV estava mais voltado ao Hayek economista do que ao Hayek cientista político, por isso o direcionamento das palestras em levar em conta os assuntos econômicos oriundos das teorias de Hayek presentes nas suas obras pregressas.

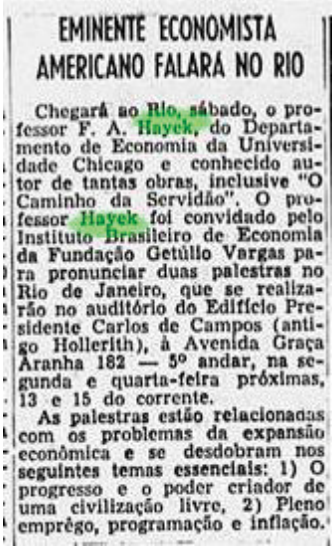
Por fim, a última carta presente no arquivo Hayek papers trocada entre Hayek e Gudin foi uma resposta de Hayek com a confirmação dos assuntos a serem tratados nas palestras do Rio de Janeiro:

> 15 de abril de 1957
>
> Caro Professor Gudin,
>
> Há alguns dias recebi sua amável carta do dia 8, mas só agora recebi nossas passagens aéreas que me permitem confirmar que chegaremos ao Rio de Janeiro no vôo AB 800 da Real Airlines no sábado, 11 de maio, às 16:10 e partirá novamente para Chicago na quinta-feira, 16 de maio, pela AB 804 às 17h.
> Ficarei muito grato se por este tempo você reservar um quarto de hotel para nós e me avisar em Buenos Aires (sairemos daqui na próxima sexta-feira, 19 de abril).
>
> No que diz respeito às minhas duas palestras nos dias 13 e 15 de maio, fico feliz que você pense que "Pleno emprego, planejamento e inflação" é adequado para uma delas. Gostaria de saber o suficiente sobre o que a Comissão Econômica da ONU para a América Latina está fazendo para ser competente para falar sobre isso, mas infelizmente não sei. Durante os últimos dois ou três anos, trabalhei tão intensamente em questões gerais de filosofia social que temo ter negligenciado um pouco os assuntos econômicos atuais. Portanto, temo que uma das palestras terá que ser sobre o assunto mais geral que sugeri. (HAYEK, 1957).

Na primeira parte da carta, são feitos os últimos acertos em relação à hospedagem de Hayek no Rio de Janeiro. Na segunda parte Hayek confirma o conteúdo de uma das palestras, mas descarta fazer uma avaliação das políticas de planejamento da Cepal alegando que não estava atualizado em relação aos estudos da organização latino-americana. Essas são as quatro cartas disponibilizadas pelo Hoover Institute, em que foi possível identificar os arranjos para a vinda de Hayek ao Brasil em 1957. As cartas são um importante elo de elucidação dos assuntos tratados nas palestas, também permitem saber que a grande maioria do público presente se tratava de economistas ligados à FGV.

Reproduzo o anúncio jornalístico publicado no dia 9 de maio de 1957 pelo Correio da Manhã, convidando os leitores para aparecerem e prestigiarem as duas palestras a serem proferidas por Hayek. No anúncio surgem os dois temas tratados, considerando que o conteúdo do artigo, "Pleno Emprego, Planejamento e Inflação" foi tratado na segunda palestra, no dia 15 de maio de 1957.

FIGURA 4 – Anúncio de Hayek na Fundação Getúlio Vargas



EMINENTE ECONOMISTA AMERICANO FALARÁ NO RIO

Chegará ao Rio, sábado, o professor F. A. Hayek, do Departamento de Economia da Universidade Chicago e conhecido autor de tantas obras, inclusive "O Caminho da Servidão". O professor Hayek foi convidado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas para pronunciar duas palestras no Rio de Janeiro, que se realizarão no auditório do Edifício Presidente Carlos de Campos (antigo Hollerith), à Avenida Graça Aranha 182 — 5º andar, na segunda e quarta-feira próximas, 13 e 15 do corrente.

As palestras estão relacionadas com os problemas da expansão econômica e se desdobram nos seguintes temas essenciais: 1) O progresso e o poder criador de uma civilização livre, 2) Pleno emprêgo, programação e inflação.

Fonte: Correio da Manhã, 9 de maio de 1957

É interessante se atentar a dois detalhes. O primeiro encontra-se no título, pois existe um erro em relação à nacionalidade de Hayek, pois, apesar de ser docente da Universidade de Chicago, Hayek não é americano, como já discorremos, sua nacionalidade é austríaca. A falta de cuidado ao apresentar a nacionalidade correta de Hayek talvez se ampare na pouca visibilidade que o economista tinha no período. As palestras de Hayek no Brasil em 1957 não foram foco de grandes coberturas, foi algo restrito ao campo intelectual que se via representado por suas ideias. No entanto, devido ao fato da baixa cobertura e repercussão, não devemos negligenciar essa passagem, pois Hayek plantou sementes do seu pensamento entre os intelectuais brasileiros da FGV, irradiando suas ideias e pensamentos e influenciando no campo neoliberal brasileiro. É evidente que se tratou de uma das muitas formas de inserção do pensamento de Hayek no Brasil (uma outra forma de inserção do seu pensamento sem a presença do autor é com a publicação de suas obras no país, até 1957 havia apenas uma obra do autor traduzida para o português, que é a obra *O Caminho da Servidão*, pela editora Globo em 1946).

O segundo ponto que destaco no anúncio é o assunto da primeira palestra de Hayek, intitulado "O progresso e o poder criador de uma civilização livre". O assunto dessa primeira palestra não constava no que foi combinado nas cartas, porém é possível fazer algumas inferências sobre o que foi tratado por Hayek nessa palestra. Para o autor o progresso acontece de forma espontânea por meio das livres forças de mercado que otimizam a aplicação dos capitais produtivos e a mão de obra dos trabalhadores. Uma civilização livre para Hayek é uma civilização que o Estado não intervém na economia, deixando o mercado agir. A ideia de civilização livre também se apresenta como uma maneira das pessoas poderem empreender sem

as restrições do Estado e sem a concorrência das empresas estatais, nocivas ao mercado. Considerando o pensamento do autor, sem levar em consideração a validade cientifica e filosófica dos seus argumentos, e interpretando o título da palestra, consigo projetar o assunto. As interpretações do pensamento de Hayek para extrair as conclusões que realizei são encontradas na obra *O Caminho da Servidão*.

Feitas as considerações iniciais da seção, apresento os trechos do artigo publicado por Hayek na RBE com o título "Pleno Emprego, planejamento e inflação":

> Nos anos que decorreram desde a guerra, o planejamento central, o "pleno emprego" e a pressão inflacionista têm sido, em quase todo o mundo, os três fatôres dominantes da política econômica. Dêstes, apenas o pleno emprêgo pode ser considerado, em si, como desejável. Planejamento central, direção ou controle governamental, qualquer que seja o nome que se lhe dê, é, na melhor das hipóteses, instrumento que deve ser julgado em função dos resultados obtidos. Sem dúvida alguma a inflação, mesmo "reprimida", é um mal, ainda que digam alguns ser um mal necessário se outros fins desejáveis devem ser alcançados. É parte do preço que pagamos por estarmos comprometidos numa política de pleno emprêgo e de planejamento central. (HAYEK, 1957, p. 1).

Dentre os três fatores teóricos abordados por Hayek na citação, o autor apenas justifica o pleno emprego como aceitável, pois o pleno emprego é uma taxa flutuante de acordo com o mercado de trabalho, respeitando as livres forças. Os outros dois pontos são problemáticos. Hayek fala do planejamento central que ocorreu após a II Guerra Mundial, demonstrando uma clara oposição tanto ao planejamento, quanto às políticas de Bem-Estar Social que existiam principalmente nos países centrais do capitalismo. Em relação ao problema da inflação, os mecanismos monetários de controle da oferta de moeda seriam os principais causadores desse mal econômico. É uma interpretação de certa forma rasa do fenômeno inflacionário, pois, sem considerar as infinitas variáveis que influenciam o cenário inflacionário, tanto as internas quanto as externas à economia, Hayek apenas culpa os governos por emitirem moeda ou restringi-las (no caso do controle inflacionário). A visão de Hayek do fenômeno inflacionário leva em consideração as teorias desenvolvidas pela escola de Chicago, sobretudo por meio de Milton Friedman. Esse olhar teórico não leva em consideração os aspectos específicos das economias periféricas, onde os motivos para a inflação diferem dos países centrais.

No prolongamento do artigo, Hayek continua a se opor à teoria do planejamento de forma explicita, falando do perigoso legado do economista inglês John M. Keynes: "[o] hábito de raciocinarmos em têrmos de uma alternativa entre pleno emprêgo e uma situação geral dos negócios, na qual há fatôres desempregados de todo tipo, é talvez o mais perigoso legado que se deve à influência de Lord Keynes" (HAYEK, 1957, p. 2). Hayek faz uma correlação entre duas questões do pensamento keynesiano, no qual quando a taxa de desemprego está baixa

existe uma elevada taxa de inflação, mas quando a taxa de desemprego aumenta a inflação diminui. Para Hayek essa correlação de duas variáveis no pensamento keynesiano não existe. E que muitas vezes se mantém uma taxa elevada de desemprego para manter baixos os índices de inflação, por isso para o austríaco seria o legado mais perigoso do autor. Porém Hayek apresenta uma solução muito inferior, pois para ele o problema da inflação é oriundo apenas da intervenção estatal na economia, mas não demonstra por meio de fundamentação teórica suas conclusões. Na teoria econômica keynesiana, as relações entre as variáveis macroeconômicas são descritas e testadas em vários autores, tanto em Keynes quanto nos seus pares e continuadores dos estudos dentro dessa vertente de pensamento econômico.

Assim como o mercado para Hayek faz a melhor alocação de recursos escassos e necessidades ilimitadas, ou seja, regula as forças de oferta e demanda para o equilíbrio ótimo, as políticas de emprego também deveriam adotar a mesma forma de autorregulação, porém surge no seu artigo para a RBE as críticas às políticas de pleno emprego mais uma vez:

> Políticas de pleno emprêgo, na forma pela qual são presentemente adotadas, tentam a via rápida e fácil de dar ocupação aos indivíduos onde quer que êles se encontrem de momento, enquanto o verdadeiro problema consiste em criar uma distribuição de mão-de-obra que torne possível a continuidade do alto nível de emprêgo sem o recurso a um estímulo artificial. Essa distribuição jamais poderá ser conhecida antecipadamente. A única forma de conhecê-la é deixar o mercado agir livremente, sob condições que tragam um equilíbrio estável entre a oferta e a procura. (HAYEK, 1957, p. 7).

A citação reprova mais uma vez as políticas públicas que visam alcançar o pleno emprego. Na palestra e no artigo, Hayek constrói uma narrativa onde o planejamento central é o que causa os desequilíbrios econômicos. Aqui gostaria de fazer uma outra observação, pois havia uma disputa ideológica por trás de toda a narrativa de Hayek. Não era só uma contraposição de duas teorias econômicas antagônicas, era na verdade a oposição de um modelo de sociedade muito mais amplo. Hayek estava lutando para ganhar espaço como notável economista internacional, posto que Keynes já havia conquistado, lembrando que a teoria do pleno emprego não é originalmente de Keynes, mas ficou muito conhecida por meio do economista inglês, e mais do que isto, não era só a afirmação de uma teoria econômica, mas sim a afirmação de um grupo intelectual. Hayek tentava valorizar as ideias e os posicionamentos do seu grupo, originário da Sociedade Mont Pèlerin. O choque entre as duas ideologias, em que o neoliberalismo ainda se encontrava apenas no campo dogmático, sem as experiências e resultados práticos das políticas de pleno emprego keynesianas, enquanto sua rival já se encontrava no *mainstream* econômico mundial, faziam com que os dois projetos de sociedade capitalista apresentassem fases diferentes de maturação. Era mais fácil construir as críticas ao

modelo keynesiano que se encontrava na sua fase prática do que ao modelo neoliberal de Hayek que ainda se encontrava imerso no campo das ideias e das suposições. O combate à teoria keynesiana continua no artigo, porém saindo do pleno emprego e sendo focado na inflação. Mais uma vez, o planejamento central é o principal vilão:

> A maneira pela qual a inflação conduz o govêrno a um sistema generalizado de contrôle e de planejamento central, é atualmente assaz conhecida para exigir maiores explicações. Trata-se em geral de um tipo particularmente pernicioso de planejamento, por ser improvisado, à medida que os efeitos adversos da inflação se manifestam. (HAYEK, 1957, p. 8).

Hayek menospreza o planejamento central ao falar que ele é improvisado, fazendo com que as teorias do planejamento fossem rebaixadas ao nível das especulações econômicas, como algo extremamente abstrato que não se usa de forma científica. Hayek ao criticar a eficácia da teoria do planejamento se apega a dogmas neoliberais. Na última citação que apresento do seu artigo continua a insistir que o planejamento central é o responsável pelos quadros inflacionários.

> A relação entre inflação, contrôle e planejamento central não é, entretanto, conexão num só sentido. Que a inflação leva ao contrôle é hoje em dia fato amplamente observado. O que não tem sido geralmente compreendido, apesar da sua importância, é o fato de que, uma vez criada a desordem no sistema econômico, com tôda sorte de contrôles e restrições, pode continuada pressão inflacionária tomar-se necessária para mantê-lo em funcionamento. (HAYEK, 1957, p. 8).

É muito comum e até repetitiva a insistência de Hayek em colocar toda a culpa dos males econômicos no planejamento central. Talvez as seis palestras proferidas na Argentina tenham uma conotação um pouco diferente, considerando que lá o olhar de Hayek está posicionado para a frente, ou seja, para sua próxima obra. Nas duas palestras proferidas no Rio e no artigo publicado na RBE, o olhar de Hayek ainda estava posicionado para trás, para os argumentos bases de *O Caminho da Servidão*, motivo pelo qual tratou de forma tão enfática a ineficiência do planejamento central.

A visita de Hayek ao Brasil entre 11 e 16 de maio de 1957 marcou uma das formas de inserção do seu pensamento no país. Foi a primeira visita do intelectual austríaco ao Brasil, resultando em duas palestras proferidas na FGV e na publicação de um artigo na RBE da mesma instituição. O esforço desta seção foi o de reconstruir o caminho trilhado para que essa visita fosse realizada. Primeiramente explorou através de fontes as cartas trocadas entre Gudin e Hayek, revelando as intenções da FGV em trazer o austríaco ao Brasil, como também manifestando o interesse de Hayek em fazer uma parada antes ou após sua passagem pela Argentina. O conteúdo das cartas demonstrou as articulações entre os dois intelectuais em

relação à elaboração dos conteúdos a serem explanados pelo austríaco em duas palestras para o público da FGV. As semelhanças ideológicas entre Gudin e Hayek permitiram que fossem proferidas duas palestras referentes aos trabalhos anteriores de Hayek, sobretudo abordando temas como pleno emprego, planejamento central e inflação. Após a definição da viagem e dos temas a serem tratados, coube observar que foi tímida a divulgação da mídia do evento, encontrado no arquivo da Hemeroteca Nacional apenas uma peça publicitária no jornal O Correio da Manhã sobre as palestras de Hayek. O último ponto tratado foi o resultado das palestras, materializado no artigo de Hayek publicado na RBE.

## 4.2 A CURTA E POUCO DOCUMENTADA VISITA DO ANO DE 1979

A terceira passagem de Hayek pelo Brasil aconteceu em dezembro de 1979, cerca de dois anos após a visita de 1977. O economista teve uma rápida passagem pelo país, pois estava a caminho do Peru. Nos arquivos do Hoover Institution, não existem registros jornalísticos sobre a viagem, apenas duas cartas a respeito. Todavia, no livro *Hayek no Brasil*, publicado pelo Instituto Liberal e organizado por Cândido Mendes Prunes no ano de 2006 encontram-se alguns reportes jornalísticos e entrevistas para as revistas Veja e Visão. Os temas tratados nas entrevistas são múltiplos, desde a repetitiva defesa do livre mercado, passando pelo antagonismo do governo, críticas à democracia ilimitada e chegando na inflação e na necessidade de privatizar o dinheiro. São os principais temas debatidos por Hayek nas suas conferências e nas suas obras.

A proposta desta seção é verificar os assuntos e ideias tratados nas entrevistas e a partir deles extrair os principais posicionamentos de Hayek sobre os temas. Começo com a entrevista intitulada "Socialismo, invenção de intelectuais", concedida à Revista Visão em 10 de dezembro de 1979:

> Convidado a participar de um simpósio internacional sobre política em Lima, em trânsito pelo Brasil o professor Hayek proferiu conferência sobre a inflação e as formas de combatê-la, promovida por *Visão*. No dia seguinte, reuniu-se com um grupo de editores e redatores da revista, para uma entrevista de mais de duas horas, ao longo da qual reiterou sua crença na necessidade de recuperar o sentido original do ideal de democracia, classificou o socialismo de "uma invenção de intelectuais" e explicou o fenômeno do predomínio das ideias socialistas nos círculos intelectuais do Ocidente, chamando atenção para a "redescoberta dos valores do liberalismo clássico" que hoje se verifica nos mais importantes centros intelectuais da Europa e dos Estados Unidos. (PRUNES, 2006, p. 237).

Em relação aos temas tratados nas conferências de 1977, tem-se mais do mesmo. A conferência sobre inflação e formas de combatê-las está ancorada no mantra da não intervenção do governo na emissão de moeda ou nos ajustes por meio de taxas de juros. O assunto já havia

sido tema em 1977 quando Hayek defendia a emissão privada de dinheiro como forma de controle da inflação. No dia seguinte o compromisso de Hayek se deu com editores e redatores da revista Visão, em que cedeu uma longa entrevista de mais de duas horas, que também deve ter sido aproveitada pela Revista Veja, pois publicou uma entrevista exclusiva com Hayek. Dois pontos centrais são destacados pela apresentação da entrevista, que é a discussão a respeito da democracia, em que Hayek introduz seu modelo de democracia limitada, chamada de Demarquia, assunto recorrente e discutido ao longo de cartas e coberturas jornalísticas em 1977 e 1981, exploradas ao longo deste trabalho; e o segundo é o incansável combate ao socialismo. Para Hayek o socialismo teria sido invenção dos intelectuais e mudado de forma no pós-guerra, assumindo o formato do Estado de bem-estar social, já explicitado e debatido ao longo desta pesquisa também. Desta forma, Hayek parece não ter trazido nada de novo no seu repertório nessa curta passagem em 1979.

Reproduzo como forma de aprofundamento as principais perguntas na entrevista que tocam nesses assuntos centrais dos argumentos de Hayek, iniciando com as perguntas sobre o socialismo:

> Visão – Como é que o senhor explica que, a despeito do malogro de todas as experiências socialistas desde 1917, o socialismo ainda consiga reunir tantos adeptos em todo o mundo?
> Hayek -
> […]
> O fato é que o socialismo não é uma invenção dos pobres ou das classes operárias. Ele foi inteiramente inventado pelos intelectuais, que assim pretendiam satisfazer alguns anseios instintivos das massas. Mas a propagação dessas ideias é sempre muito lenta e creio que a opinião geral está hoje dominada pelas ideias correntes no início do século.
> […]
> E, como o processo de transmissão dessas ideias é necessariamente lento, eu diria que a massa pensa hoje o que pensavam há sessenta anos as pessoas que eu chamo de mercadores de ideias de segunda mão. Essas são as ideias dominantes hoje e, portanto, as que são filtradas para as nossas leis. (PRUNES, 2006, p. 239).

A pergunta explora a crítica de Hayek ao socialismo abordando a experiência da Revolução Russa de 1917 e acentuando que os governos socialistas não obtiveram sucesso e que mesmo assim continuam possuindo muitos adeptos. Existe pouca contextualização da pergunta, pois não tem como nivelar governos espalhados pelo mundo e atribuir a todos eles fracassos sem uma visão mais apurada de cada caso. Ao generalizar a pergunta, o entrevistador que representa a Revista Visão demostra um viés ideológico ajustado para Hayek expor suas ideias sobre o socialismo, as quais o entrevistador já conhece o conteúdo. São eleitos por Hayek os intelectuais como culpados pela "invenção do socialismo", argumentando que o movimento não teria saído das massas descontentes com as condições de trabalho. Entretanto, ao simplificar

a resposta Hayek não problematiza as condições que os trabalhadores ingleses enfrentavam durante a Revolução Industrial, em que havia movimentos de resistência à exploração da mão de obra por parte dos donos de fábricas dos séculos XVIII e XIX. Como a destruição de máquinas e o incêndio de fábricas promovidos pelo Ludismo e pelo Cartismo. Mas foi Marx quem no século XIX observou a condição de trabalho e com Engels sistematizaram obras como *O Manifesto Comunista*, de 1848, e *Situação de Classe Trabalhadora da Inglaterra*, de 1845, escrito por Engels, em um momento muito próximo das revoltas dos trabalhadores. A ideia do socialismo utópico é mais antiga, porém, ao pensar conceitos como a consciência de classe e os posicionamentos contrários à exploração da mão-de-obra Marx visualizava nas revoltas e organizações dos trabalhadores sendo as bases do socialismo científico. Esse argumento contrapõe a afirmação de Hayek que o socialismo teria sido invenção dos intelectuais sem sinalizar a insatisfação das massas em relação às formas de trabalho pós-revolução industrial. O argumento de que as massas ainda são influenciadas pelas ideias do começo do século também são insustentáveis, pois ainda existiam governos socialistas no mundo, e a Guerra Fria era o resultado da polarização dos dois blocos. Mas Hayek parece incluir na discussão sobre o socialismo as ideias intervencionistas que eram praticadas por muitos países capitalistas. Hayek critica a chamada lentidão de como as ideias mudam, por isso sinaliza que existem leis que carregam ideias socializantes.

A outra pergunta selecionada ainda explorando o assunto do socialismo é a seguinte:

> Visão – Como vê o *eurocomunismo?*
> Hayek -
> […]
> Não confio nos comunistas e não acredito no que dizem, pois minha experiência indica que são tão apegados à linha oficial de seu partido que consideram um verdadeiro pecado desviar-se dela.
> […]
> Quero discutir com os socialistas que se proclamam democráticos, mas no decorrer da minha vida verifiquei que é impossível discutir com os comunistas. Para eles, os significados das palavras variam muito, vivem num universo diferente, o debate com eles corresponde a debater religião com um dogmático. Noutras palavras, discutir com os comunistas é inútil, é tempo perdido. (PRUNES, 2006, p. 241-242).

Hayek que em outros momentos de sua vida queria um grande debate com intelectuais socialistas para mostrar a superioridade de suas ideias expõe todo o seu ressentimento. Apesar da sua agressividade ao se direcionar aos comunistas, analisando de forma cuidadosa a resposta dada, parece que Hayek está falando dele próprio. Na primeira parte da resposta Hayek critica a constância na qual os comunistas se apegam à linha oficial do partido considerando um verdadeiro pecado desviar-se dela. Isto não é o que o próprio Hayek faz ao defender cegamente o livre mercado e a não intervenção do governo na economia? Para o austríaco o maior pecado

é a profanação do livre mercado. Qualquer intervenção do governo também é um caminho para o totalitarismo. Depois Hayek fala que quer discutir com socialistas que se dizem democráticos. Hayek defende uma democracia limitada, a demarquia como já foi discutida ao longo desta pesquisa nada mais é que um modelo de regime em que as elites se perpetuam no poder. Existe também a defesa de ditaduras por parte de Hayek, como a comandada por Pinochet no Chile. Caí no argumento de que a liberdade econômica é mais importante que a liberdade política, no seu modelo democrático a liberdade do dinheiro está acima da liberdade das pessoas. É contraditório Hayek se colocar como um pensador democrático e defensor da liberdade. Continua pestanejando que é perda de tempo discutir com socialistas que suas ideias parecem ser defendidas como dogmas de uma religião, mas não é exatamente isto que o próprio Hayek faz com as outras ideias? Hayek coloca suas ideias no centro como se fossem infalíveis, mas quando uma outra ideia contrapõe seus dogmas ele age de forma a desqualificar a visão antagônica. Age exatamente como o perfil que está criticando em sua resposta.

Na continuidade da entrevista, outro tema de relevância abordado é sobre como os empregadores e empregados deveriam debater o preço do trabalho, mais uma pergunta que espera por uma resposta pronta:

> Visão – Em sua opinião, como deveriam empregadores e empregados debater o preço do trabalho? A partir de bases coletivas ou individuais?
> Hayek -
> […]
> Não concordo, por exemplo, com a obrigatoriedade da sindicalização como condição para o trabalho, nem com o uso de qualquer forma de violência para fazer valer pontos de vista. Nessas formas de violência está incluída, é claro, a tática dos piquetes.
> […]
> A produtividade britânica e a renda dos trabalhadores tem sido destruídas pelos líderes dos sindicatos. Estes contam com poderes maiores do que os de qualquer outra pessoa na nação.
> […]
> Quando a situação degenera a ponto de ficar a critério dos sindicatos a fixação dos salários que as empresas devem pagar, como condição para serem autorizadas a funcionar, a oferta de mercado já foi destruída. (PRUNES, 2006, p. 242-243).

A pergunta na sua formulação já prepara para Hayek se posicionar contra das bases coletivas de organização dos trabalhadores. Surge a oportunidade de Hayek criticar os sindicatos, assim como fez em *Os Fundamentos da Liberdade*. Volta a citar a suposta violência e obrigatoriedade de sindicalização como um abuso por parte dos sindicatos. Os piquetes são, segundo Hayek, a forma de operacionalização da violência sindical. O economista austríaco não consegue perceber que não se trata de impor o ponto de vista dos trabalhadores, mas sim posicionar-se contrários aos desmandos e abusos da indústria. É uma questão de justiça social buscar uma melhor remuneração, considerando que individualmente os trabalhadores não

possuem o mesmo poder de barganha do que quando organizados coletivamente. São forças diferentes, um empresário ou um setor da indústria dispõe de grandes capitais e relações de influência com os governos, tanto a nível regional quando nacional, logo, os trabalhadores separados não dispõe de forças para questionar a desvalorização dos salários. Em cenários que o Brasil vivia durante os anos 1970, a inflação era tema expressivo, os preços subiam, os empresários ajustavam seus lucros de acordo com a subida de preços, mas os salários não cresciam no mesmo ritmo do avanço dos preços. Naturalmente surgia o descontentamento dos trabalhadores, e a organização na forma de sindicatos era a saída para garantir a negociação de salários mais justos. Hayek não consegue ver a legitimidade destas ações, apenas o lado dos empresários sob a desculpa da manutenção do livre mercado como regulador dos salários pela oferta e demanda da mão de obra.

Ao citar o caso inglês Hayek exagera no poder dos líderes sindicais, que de acordo com ele possuem maior poder do que qualquer outra pessoa da nação. O sindicalismo inglês cresceu muito nos anos 1970, mas o seu destaque se deveu aos descontentamentos dos trabalhadores. Dizer que a diminuição da renda e da produtividade na Inglaterra é culpa dos sindicatos é terceirizar a culpa em relação à crise que o capitalismo passou a partir de 1973. As crises do petróleo de 1973 e 1979 causaram recessões nas economias capitalistas. Outro ponto é que a partir de 1979 Margareth Thatcher assumiu o poder, inaugurando uma cartilha neoliberal de combate aos sindicatos e ao intervencionismo do governo. Os sindicatos nada mais são que uma reação à crise capitalista, pois pensam alternativas para que os trabalhadores não sejam os principais atingidos pelas crises.

Na sequência da entrevista é citada a cogestão, que era nada mais do que uma gestão compartilhada entre empresários e trabalhadores, vulgarmente chamada pelos empresários de "congestão":

> Visão – O que teria a dizer sobre a co-gestão, ou, como alguns a chamam em português, "congestão"?
> Hayek - Os trabalhadores não contam com melhores qualificações para julgar a política empresarial. Além disso, creio que os empresários inteligentes são capazes de promover trabalhadores que são dotados de capacidade. (PRUNES, 2006, p. 243).

A pergunta é irônica ao citar a possibilidade de gestão empresarial compartilhada com os trabalhadores, como se estes não tivessem a mesma capacidade intelectual dos gestores das empresas. Na resposta Hayek seguiu a mesma linha da pergunta ao menosprezar as potencialidades dos trabalhadores. Ao afirmar que os trabalhadores não contam com melhores qualificações para julgar a política empresarial mostra preconceito como se existisse uma divisão insuperável entre as duas categorias. De um lado coloca os empresários com suas

qualidades insuperáveis e garantidores do crescimento econômico, e por outro aponta que os trabalhadores não possuem as mesmas qualidades para fazer uma leitura assertiva do gerenciamento de empresas. A divisão de classes fica bem manifesta na argumentação feita por Hayek, de um lado a elite e de outro os trabalhadores que não podem compartilhar das mesmas responsabilidades e nem gerir o capital. Soa como uma heresia, empresários dividirem a administração com trabalhadores, evidenciando que os trabalhadores servem apenas como forma operacionalização dos lucros das elites capitalistas. Ainda na resposta Hayek fala que empresários inteligentes promovem os trabalhadores dotados das melhores capacidades. Essa questão é chave, pois surge entre os trabalhadores os mais bem remunerados e com responsabilidades de gestão e direção de empresas, porém sem possuir capitais. Vendem sua força de trabalho intelectual e normalmente pertencem à classe média. Esses trabalhadores que assumem funções de gerentes, diretores, supervisores, entre outras subdivisões, muitas vezes se enxergam em patamares mais elevados que os trabalhadores do chão de fábrica. Tentam se distanciar das suas raízes operarias e almejam a posição dos donos do capital. Estes sujeitos podem assumir posturas reacionárias e conservadoras, pois acreditam estão ascendendo na escala social e possuem maiores recursos que a grande massa operária. Servem como forma de brecar as greves e formam parte da opinião pública contrária às paralisações sindicais pois entendem que devem obediência ao capital para manter suas posições privilegiadas nas empresas.

A segunda entrevista que trago para análise nesta seção foi concedida à Revista Veja, em 19 de dezembro de 1979, com o título "Todos não são iguais". Logo na apresentação da entrevista é feita a seguinte afirmação: "[u]m prêmio Nobel diz que não é possível distribuir "pequenas igualdades" para todos. Tentar isso é certeza de fracasso" (PRUNES, 2006, p. 245). É colocada ênfase que a frase partiu de um ganhador do prêmio Nobel, dando autoridade para a fala. Esta introdução à entrevista aponta o que viria na sequência, ou seja, a narrativa de que a distribuição de riquezas é nociva para a economia, reforçando mais um dos mantras individualizantes proferidos por Hayek. Na continuação da apresentação da entrevista é colocado que:

> Recentemente Hayek deixou a pequena Freiburg, na Alemanha Ocidental, atravessou o Atlântico durante a noite e desembarcou em São Paulo no final da manhã. Logo depois do almoço, fez uma palestra que durou mais de três horas. Menos de 48 horas depois, como se fosse um jovem no pleno vigor da idade, ele partiu para o Peru – e de lá para o Japão – disposto a repetir sua eterna pregação: o planejamento governamental é uma forma disfarçada de socialismo, e o socialismo é o maior equívoco já produzido pelo homem. (PRUNES, 2006, p. 245).

A revista exalta a vitalidade de Hayek aos 80 anos de idade. Cita a eterna pregação do economista de que o planejamento governamental é uma manifestação diferente do socialismo. Ao usar a palavra pregação, remete ao sentido dogmático das ideias do autor. E é isto mesmo, considerando que o ano era 1979 é possível avaliar que desde ao menos o lançamento de *O Caminho da Servidão* em 1944 o discurso contra o planejamento e o socialismo é substancialmente o mesmo. Na citação anterior Hayek fala que os socialistas possuem um dogmatismo próximo aos fanáticos religiosos, mas a forma como a revista apresenta Hayek e sua "eterna pregação" situa o austríaco como um desses fanáticos. O fanatismo de Hayek está ancorado na imagem mítica do livre mercado e ele não renuncia a suas posições. Hayek é um sujeito muito repetitivo ao apresentar suas ideias no sentido que elas sempre caem em seu eterno mantra de defesa do livre mercado e ataque ao planejamento estatal. É cansativo, pois ele ajusta as mudanças históricas às suas teorias, como faz ao dizer que o socialismo mudou de *modus operandi* com o keynesianismo e as políticas de Bem-Estar Social.

Sobre Keynes, uma das perguntas feitas pela Revista Veja mencionava o economista inglês:

> Veja – A economia mundial não está precisando de um novo Keynes?
> Hayek – Não, pelo amor de Deus! Keynes é amplamente responsável pelo que está acontecendo agora. Suas teorias, ao contrário do que se pensa, não contribuíram para a recuperação econômica depois de 1930. Serviram, isso sim, para desviar os recursos de suas corretas aplicações, causando o presente nível de desemprego e, antes disso, o surto inflacionário com o qual estamos convivendo. Para ser sincero, porém estou sendo um pouco injusto com ele. (PRUNES, 2006, p. 249).

Hayek tenta desqualificar as teorias keynesianas utilizadas para salvar o capitalismo da depressão econômica de 1930. Cabe destacar que as intenções de Keynes em salvar o sistema capitalista estão bem distantes do pensamento dos socialistas tão combatidos por Hayek. Keynes era um reformador e não um revolucionário. Alega que Keynes é amplamente responsável pelo que estaria acontecendo, isto é, a crise econômica que marcou a década de 1970. A responsabilidade é que os Estados de Bem-Estar Social, adotaram as intervenções econômicas através dos modelos macroeconômicos derivados do keynesianismo, como os ajustes fiscais que eram os gastos do governo para estimular a economia. Hayek vê isto como uma heresia ao livre mercado. A rivalidade de Hayek com Keynes e os socialistas têm o ponto em comum com sua ideologia radicalmente não intervencionista. As consequências do keynesianismo segundo Hayek foram desemprego e inflação, contudo não faz os devidos aprofundamentos e não questiona por que por quase 30 anos as economias capitalistas centrais foram prósperas e o keynesianismo tinha apoio das elites empresariais e governamentais. Não é uma questão de defender as políticas econômicas keynesianas, entretanto é necessário

problematizar os limites estreitos da teoria de Hayek. Por exemplo, Hayek não aborda os ciclos do capitalismo estudados por Nicolai Kondratieff e por Michael Kalecki, ambos marxistas e contemporâneos do austríaco. Hayek nem cita em suas obras ou entrevistas posicionamentos contrários à teoria dos ciclos econômicos. No entanto, não tenho por objetivo aprofundar a discussão nos campos das teorias econômicas, permaneço abordando o objeto através do viés da História das Ideias e das dinâmicas de circulação e recepção do pensamento de Hayek no Brasil.

Por fim, Hayek tenta minimizar sua declaração eximindo Keynes da culpa:

> Veja – Por quê?
> Hayek – Keynes foi um dos maiores combatentes contra a inflação e morreu no momento errado. Pouco antes, ele me disse, pessoalmente, que iria mudar o rumo de suas ideias. Alguns dos seus discípulos, muito mais keynesianos do que o próprio Keynes, é que confundiram as coisas e levaram o mundo a acreditar em teorias elaboradas para as necessidades políticas da Inglaterra, na época. (PRUNES, 2006, p. 249).

Hayek muda de ideia e diz que Keynes morreu no momento errado que estaria mudando o rumo de suas teorias. Esta declaração não pode ser confirmada, não existe nenhum escrito de Keynes reformulando suas ideias. Eximindo Keynes, Hayek redireciona suas acusações aos discípulos de Keynes.

Após a polêmica com Keynes e os keynesianos, a continuidade da entrevista tocou em outros assuntos sensíveis, dentre eles, as desigualdades sociais no sistema de livre mercado:

> Veja – É possível abolir as desigualdades sociais no sistema de livre mercado?
> Hayek – Não, porque um mercado efetivo determina preços e a remuneração de todos os serviços, no exato valor que lhes é dado pelas pessoas. As pessoas são muito diferentes em suas habilidades e oportunidades. Se tentarmos tratá-las com igualdade, o resultado para cada uma delas seria desigual. Para fazê-las iguais – ou mais iguais, no sentido material, precisaríamos tratá-las de modo desigual, o que significa, necessariamente, usar o arbítrio. (PRUNES, 2006, p. 250).

Quando perguntado sobre a abolição das desigualdades sociais pelo sistema de mercado Hayek é direto ao dizer que não. As potencialidades das pessoas é que determinariam o seu sucesso dentro de uma economia competitiva. Ressalta que as pessoas são diferentes, por isto o resultado de uma economia de mercado é a desigualdade. Destaca a questão das habilidades e oportunidades, levando em conta que supostamente estas potencialidades são manifestas pela individualidade da pessoa, sem citar as condições do meio e as heranças familiares ou posições de destaque na estrutura social. Após responder esta pergunta sobre as desigualdades do sistema de mercado, focando nas habilidades pessoais e oportunidades do sujeito, a próxima pergunta começa a contradizer os pressupostos teóricos defendidos por Hayek:

> Veja – O senhor é favorável a que se cobre um imposto sobre heranças?
> Hayek – Na Inglaterra, por exemplo, a herança é fortemente taxada. Isso destrói fortunas tradicionais de forma miserável. Os ricos não gostam de pagar imposto e preferem antes dá-lo a companhias de seguros do que entregá-lo ao governo. Além disso, esse imposto desestimula a acumulação de capital. (PRUNES, 2006, p. 250).

Para Hayek a cobrança de impostos sobre heranças destrói fortunas tradicionais. Lembrando que as heranças são a principal forma de perpetuação de poder econômico entre as famílias abastadas. Herdeiros de grandes propriedades, empresas ou outras formas de riqueza estão em grande vantagem perante aquelas pessoas que nada herdaram. A desculpa encontrada por Hayek para sua resposta é que os ricos da Inglaterra não gostam de deixar dinheiro para o governo, ao invés preferem deixar para as companhias de seguro. Este posicionamento desconfigura sua narrativa do livre mercado como promotor da liberdade das pessoas buscarem seu potencial empreendedor. Oposto ao que defende está justamente as grandes estruturas capitalistas, industriais que não dependem do consumidor para definir seus preços, pois elas possuem poder de mercado para definir a oferta e o preço. Estes grandes capitalistas não podem ser alcançados por pessoas que não dispõe de capital para investir, ou se possuem, jamais alcançarão no curto prazo as grandes firmas que dominam os mercados. A última declaração de Hayek na entrevista reforça que os impostos sobre as fortunas desestimulam a acumulação de capital, ou seja, os grandes capitalistas quando precisam pagar impostos deixam de reinvestir na produção. Essa retirada de dinheiro para pagar imposto diminui a velocidade de acumulação de capital. A argumentação de Hayek evidencia que o economista é defensor dos grandes capitais e não da liberdade de concorrência, deslegitimando seu argumento central da manutenção do livre mercado.

Na pergunta seguinte a Revista Veja insiste em expor a contradição no pensamento de Hayek:

> Veja – Mas isso não contradiz a sua afirmação de que o sistema de livre mercado proporciona igualdade de oportunidades?
> Hayek – Não asseguro que as pessoas terão as mesmas oportunidades com a livre iniciativa. Na verdade, existem heranças mais importantes do que a material: inteligência, educação, etc.
> […]
> A capacidade pessoal e as oportunidades não são determinadas pela economia de mercado, mas sim pelo lugar onde acidentalmente nasceram ou pelos seus atributos físicos. (PRUNES, 2006, p. 250).

Hayek defende o livre mercado, entre as virtudes que ele aponta está a igualdade e a oportunidade. Todavia, quando perguntado sobre a contradição da sua teoria diz não assegurar as mesmas oportunidades com a livre iniciativa. Anteriormente afirmou que as pessoas eram

diferentes em relação às suas oportunidades e habilidades, e nesta pergunta fala em diferentes oportunidades. Obviamente as oportunidades surgem dos acessos que estas pessoas possuem, e uma pessoa que nasceu na elite econômica terá mais caminhos abertos do que uma pessoa que nasceu de pais da classe trabalhadora. As oportunidades são diferentes quando se compara a elite com a massa da sociedade. Aprofundasse a incoerência quando ele continua e diz que existem heranças mais importantes do que a material, colocando valores como a inteligência e a educação. Não tem como comparar as heranças materiais com as qualidades pessoais. Hayek tenta amenizar a vantagem competitiva de pessoas que herdam capitais com as pessoas que possuem maior capacidade intelectual. Por mais inteligente que seja a pessoa ela não pode competir com a mesma igualdade com uma grande empresa passada de pai para filho. No máximo estas pessoas com boa educação e inteligência podem ser absorvidas como um funcionário de destaque na estrutura administrativa de uma grande empresa. Sua inteligência passa a ser aplicada, por uma remuneração acima da média de mercado, para ampliar a acumulação de capital de uma grande firma. Hayek falha ao comparar poder econômico com habilidades pessoas, como se a segunda pudesse ser superior a primeira.

Estes foram os principais temas tratados nas entrevistas concedidas por Hayek em 1979, sua conferência sobre a inflação e as formas de combatê-la, não diferindo das linhas defendidas na palestra de 1977 sobre a emissão privada de dinheiro. Hayek permanece defendendo de forma dogmática o livre mercado e a não intervenção do governo na economia, contudo, quando suas ideias são confrontadas, como foi pelo entrevistador da Revista Veja, mostra certa fragilidade quando contraposta com a realidade. Na próxima seção examino a publicação *Hayek na UnB*, principal material publicado sobre sua visita ao Brasil em 1981.

## 4.3 HAYEK NA UNB (1981)

Friedrich August von Hayek na sua visita ao Brasil no ano de 1981, realizou dois dias de palestras na UNB entre os dias 11 e 12 de maio daquele ano, discursando para uma plateia de economistas, jornalistas e professores da instituição. Os assuntos tratados foram variados, passando por temas como desigualdade social, estatização, livre iniciativa e a famigerada inflação que era a maior preocupação do Brasil no período. Apesar da variabilidade de temas tratados, os argumentos de Hayek se pautam nas suas velhas receitas. Apresento a fonte no formato de livreto publicada pela Editora Pioneira em 1981, com o título de *Hayek na UNB*, compondo a Coleção Itinerários. Neste material selecionei trechos que melhor sintetizam as ideias trabalhadas por Hayek nas palestras.

Começo a apresentação das fontes com um comentário de Vamireh Chacon, a citação já foi utilizada em momento anterior desta pesquisa, porém agora ela permite outra análise:

> A visita do Professor Friedrich Hayek ao Brasil, para esta série de conferências, muito contribui entre outras coisas, para melhor situar uma linha do pensamento e da ação na economia brasileira: aquela representada pelo patriarca Eugênio Gudin e prosseguida por Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos e outros, a linha que se convencionou chamar monetarista, apesar de Hayek ir além de uma econometria, rumo a uma filosofia política. (HAYEK NA UNB, 1981, p. 5).

O ponto chave no comentário é a função da visita de Hayek ao Brasil. A contribuição da visita está em formar uma coalização neoliberal em volta do pensamento de economistas como Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Gouvêia de Bulhões. Vamireh Chacon fala em situar uma linha de pensamento e da ação na economia brasileira em volta da tradição teórica liberal, justamente para promover o resgate da valorização dos preceitos do livre mercado. O pensamento de Hayek surge como um importante reforço das teses dos neoliberais brasileiros, porém, existem diferenças nos padrões destes pensamentos. Chacon fala em uma linha que convencionou-se chamar de monetarista e que Hayek iria além da econometria avançando para a filosofia política. O monetarismo refere-se à Escola de Chicago, principalmente ao pensamento de Milton Friedman, no qual a base é na utilização de métodos de análise matemáticos, tradição diferente da de Hayek, que se pauta nas ideias políticas, por isto, que de acordo com Chacon vai além da econometria. Fala também em qual linha de pensamento seguir e como fazer ações econômicas que promovessem políticas liberais, nota-se neste ponto mais um fator relevante da análise, pois, a discussão das ideias de Hayek deveria ser traduzida em ações, caso contrário não fariam sentido sem formar um projeto de sociedade para aplicação do Estado neoliberal. O fato de Hayek discursar na UnB demonstra um movimento, que vai além da leitura de suas obras, preparando as pessoas que estavam lhe ouvindo para implementar ações neoliberais, completando o processo que vai da ideia para a ação.

Na sequência do evento Henry Maksoud faz uma pergunta:

> Pergunta de Henry Maksoud: Minha primeira questão, portanto, é a seguinte: Professor Hayek, o senhor é um conservador, um liberal, um libertário, ou se consideraria um *demarquista*, ou um *Whig* da antiga tradição?
>
> Resposta de Hayek: Quanto ao outro ponto de sua questão, ou seja, o problema da justiça social; recentemente fiz uma piada no sentido de que social é o que os norte-americanos, chamam de *weasel word*. Não sei se vocês conhecem tal expressão. Weasel (doninha) é aquele animal que é capaz de sugar o conteúdo de um ovo sem que se note do lado de fora, ou seja, sem que se saiba que a casca está oca. *Social* é, neste sentido, um *weasel word*, e, quando ligada a algum outro termo tradicional, a palavra perde seu significado.
> […]

> Nós temos uma economia de mercado, mas quando você a classifica de uma economia social de mercado, já não significa mais nada. Você tem a justiça, mas quando você diz *justiça social*, ela não quer dizer mais nada. Você tem o Estado de Direito – o que os alemães chamam de *rechtstadt* – mas, quando você junta o termo *social* ao *rechstadt*, novamente isto não quer dizer nada.
> A linda expressão *social* é, portanto, neste sentido, um *weasel word*, que podemos utilizar para despojar qualquer dos clássicos termos do seu significado apenas adicionando-se a palavra *social* – Hayek respondendo.
> […]
> Agora, quanto à pergunta sobre como eu classifico a mim mesmo, eu, na verdade, certa vez expliquei que, no desespero de não mais usar a expressão *liberal* – eu costumava classificar-me como liberal durante muito tempo em minha vida -… Eu diria: "Não, eu não sou um liberal". Mas eu faço parte daquele grupo ao qual grandes filósofos escoceses do século XVIII e pessoas como Edmund Burke pertenceram, os antigos Whigs. Descobri, porém, que tais homens acharam uma expressão muito melhor para classificarem a si mesmos. Alguns deles, a começar como David Hume, consideravam-se *Whigs céticos*. Desta forma, eu agora classifico a mim mesmo como um *Whig cético.* (HAYEK NA UNB, 1981, p. 15-16).

A pergunta de Henry Maksoud fez Hayek construir sua argumentação em duas frentes. Antes de responder a respeito da sua orientação política fez uma crítica quanto ao termo *social*. Na concepção de Hayek a expressão é colocada sempre ao lado de um preceito clássico, fazendo a expressão original perder seu sentido quando associada ao *social*, dentro do que classifica como um *weasel word*. Sobre este posicionamento polêmico de Hayek é necessário rebater a crítica, pois a expressão *social* quer dizer muita coisa, e quando deixamos de fora o que se observa nas expressões é uma acentuação das diferenças de classe. Por exemplo, o termo justiça sem a expressão *social* deixa de enfatizar a igualdade necessária para haver justiça dentro de uma sociedade, social-democracia enfatiza o caráter igualitário e abrangente da democracia que não pode refletir interesses das elites. Compreendo que a estratégia de Hayek de retirar de uso o termo *social*, refere-se a ideia de que um termo abrangente e ao mesmo tempo tão significativo poderia ser difícil de combater ou refutar através de seus argumentos vulneráveis, então ele trata de desqualificar a expressão *social*, dizendo simplesmente que ela nada significa.

Algo contraditório, pois o termo é largamente usado na literatura, não só marxista ou progressista, mas sim nos clássicos liberais, pois o próprio Adam Smith enfatiza a questão da justiça em termos *sociais.* Em *A Riqueza das Nações* em capítulo intitulado "Da renda do Soberano ou Comunidade" diz que:

> O segundo dever do soberano, o de proteger, tanto quanto possível, todo membro da sociedade da injustiça ou opressão de qualquer outro de seus membros, ou o dever de estabelecer uma exata administração da justiça, requer também graus bem diferentes de despesa nos diversos períodos da sociedade.
> […]
> Sempre que há grande propriedade, há grande desigualdade. Para um homem muito rico, é preciso que haja pelo menos quinhentos pobres, e a abundância de poucos pressupõe a indigência de muitos. (SMITH, 1982, p. 373).

A passagem de Adam Smith serve para demonstrar que os clássicos estavam também preocupados com as questões sociais, principalmente a respeito da desigualdade em um sistema de mercado, não onerando a adesão ao termo social à ideia de livre mercado ou livre iniciativa. O que parece mostrar que Hayek não procura a literatura dos clássicos como de Adam Smith sobre o tema. David Ricardo trata destas questões igualmente em *Princípios de Economia Política e Tributação* falando sobre o imposto para os pobres incidindo sobre os donos das terras:

> Um imposto sobre a renda, como já foi observado, recairia somente sobre o proprietário da terra, e de nenhuma maneira poderia ser repassado ao arrendatário. A contribuição para os pobres é um imposto que participa da natureza de todos esses impostos e, sob diferentes circunstâncias, recai sobre o consumidor de produtos agrícolas e outros bens, sobre os lucros ou sobre a renda da terra. (RICARDO, 1985, p. 179).

Os trechos de Smith e Ricardo demonstram que aspectos sociais sempre estiveram presentes nas discussões dos liberais clássicos, caso queira ir mais fundo nos autores encontraremos em outros economistas clássicos questões sociais, e assuntos sobre a preocupação com os pobres ou com a desigualdade, fragilizando os argumentos de Hayek de que a expressão *social* pouco quer dizer, principalmente associada com outras expressões marcantes do pensamento político liberal.

Quanto a pergunta sobre sua orientação ideológica, cita que pertence ao mesmo grupo de intelectuais escoceses como Edmund Burke, colocando-se como um *whig cético.* A tradição *whig* na Escócia refere-se ao partido que reunia tendências liberais, contrapondo-se aos *tories* de linha conservadora. Os *whigs* tinham como natureza a adoção do protestantismo calvinista como direção para fundar um parlamento liberal de natureza protestante. O fato de Hayek se definir como um *whig cético*, talvez retire a natureza protestante do termo, permanecendo apenas o termo *whig*. No entanto, adicionar o *cético* a expressão *whig* nada quer dizer, ironizando a passagem em que Hayek coloca que adicionando *social* aos termos eles perdem sentido. Quando Hayek adiciona *cético* todo conceito de *whigs* se desfaz, pois ser protestante faz parte da sua origem (CARSWELL, 1954).

Após a apresentação de Hayek e as perguntas respondidas, selecionadas as essenciais tendo em vista os temas abordados na pesquisa, Hayek teve um tempo para falar sobre ele mesmo. Sobre os pontos evidenciados por Hayek em um processo de descrição autobiográfico, foquei nos trechos em que se refere a elaboração dos seus livros e de suas principais bases

teóricas, assim é possível fazer um paralelo deste tópico com os temas trabalhados durante a tese.

Primeiramente selecionei um trecho no qual Hayek fala sobre o processo de criação de *O Caminho da Servidão*, e o clima da Segunda Guerra Mundial que interferiu nas visões que o austríaco teve do nacional socialismo alemão, causando confusões doutrinárias ao aproximá-lo de doutrinas socialistas.

> Assim, antes de eclodir a guerra, eu já começara a fazer um esforço no sentido de explicar aos meus amigos ingleses, em sua grande maioria influenciados por tendências esquerdistas, que sua crença de que Hitler era um inimigo do socialismo estava errada. Eu tentava convencê-los de que o socialismo de Hitler era simplesmente outro tipo de socialismo que igualmente preconizava restrições à democracia, a exemplo do que pretendia a doutrina socialista, caso os socialistas levassem a sério seu programa. Isto me fez escrever o livro intitulado *The Road of Serfdom* (O Caminho da Servidão) que constitui a minha primeira incursão na área da literatura mais popular e que, para minha total surpresa, obteve grande sucesso na Inglaterra e ainda mais nos Estados Unidos, mas que me levou a incursionar também, amplamente, na área da Ciência Política, da Sociologia e da História das Ideias. E Determinou, ainda, a evolução futura de minha linha de pensamento no que tange ao campo das ideias. (HAYEK NA UNB, 1981, p. 40).

Hayek deixa em evidência o papel de divisor de águas que o livro *O Caminho da Servidão* teve na sua carreira acadêmica. Considerando o contexto de escrita da obra, é possível verificar a importância das redes intelectuais para o fomento das ideias e para a criação, pois, como o próprio Hayek coloca, a gestação de *O Caminho da Servidão* aconteceu devido ao objetivo do autor de convencer seus pares intelectuais de que o nazismo de Hitler era apenas uma das faces do socialismo. Por mais que seja uma tese falsa, não considerando as raízes ideológicas do nacional socialismo, Hayek compôs uma obra que obteve um alcance mundial enorme. *O Caminho da Servidão*, mais de trinta anos após sua publicação serviu, como vimos, como base para a construção do influente pensamento de Hayek, sendo a porta de entrada de suas ideias em diversos países como o Brasil. Provavelmente Hayek, de acordo com o relato, não tinha a intenção ou esperava um alcance tão grande de sua obra ao nível mundial e com um caráter atemporal.

Mais de quinze anos posterior a escrita de *O Caminho da Servidão*, Hayek relata que quando esteve em Chicago trabalhou na escrita de *Os Fundamentos da Liberdade*. O relato discorre e reforça um dos pontos da tese, no qual as obras posteriores a *O Caminho da Servidão*, serviram como derivação das ideias principais da obra, fomentando a continuidade e o aprofundamento do pensamento inicialmente posto na primeira incursão de Hayek na História das Ideias:

> Mas durante os doze anos em que lecionei em Chicago, trabalhei arduamente na análise desse campo intermediário existente entre a área técnica da Economia e a Política ou a Filosofia Moral. Senti, primeiramente, que se tornava necessário, não - conforme eu havia feito do livro de Road Serfdom – tentar refutar de forma crítica o socialismo, mas achei que a grande tradição libertaria do século XIX não estava mais sendo compreendida. Passei, então, a dedicar a maior parte do meu tempo, em Chicago, à elaboração daquele que se tornou meu segundo mais popular trabalho, não especializado, intitulado *Constitution of Liberty*, uma tentativa de reafirmar, em nossa época, o que no século XIX era descrito como liberalismo, o qual, agora, de tal maneira tem sido deturpado em seu significado, que, pelo menos neste continente, parece que o liberalismo se tornou outro nome para o socialismo, não mais um tipo de convicção libertária. Mas, quanto ao livro, admito, ele vai além da área econômica. Isto, porque, felizmente, nele pude aproveitar minha experiência no campo do Direito – e tal experiência, pelo menos, em Viena, envolvia grande dose de conhecimento sobre a história das ideias políticas em geral, bem como sobre filosofia e sobre metodologia e na verdade, o desfecho de meu trabalho em Chicago foi o fato de, em 1960, eu ter produzido este volume substancial, intitulado de *Constitution of Liberty* que foi meu segundo livro de grande sucesso popular. (HAYEK NA UNB, 1981, p. 40).

Hayek fala sobre a escrita de seu livro *Os Fundamentos da Liberdade,* explicando como entrou no campo da História das Ideias, estabelecendo um diálogo além da economia, adentrando no Direito. A obra também avança no sentido do "combate ao socialismo" como coloca o autor no sentido de que ao utilizar termos metodológicos e jurídicos estabelece normas de ação para a adoção de políticas neoliberais. Neste contexto temos o avanço em *Os Fundamentos da Liberdade* das premissas de *O Caminho da Servidão*, justificando o esforço anterior de analisar os pormenores dos posicionamentos da obra *Os Fundamentos da Liberdade* no campo da precarização do Estado e do trabalho. Os movimentos do pensamento de Hayek da doutrina até a prática são explicitados também em sua fala, pois não foi só um exercício intelectual da escrita de um livro, mas sim uma preocupação sistemática de estabelecer um programa de ações para colocar em prática sua doutrina. No Brasil a obra *Os Fundamentos da Liberdade* foi publicada dois anos depois da palestra de Hayek, o fato de não ter sido publicada antes demonstra que não havia efetivamente um reconhecimento das ideias de Hayek, pois, *Os Fundamentos da Liberdade* seria um livro até mais operativo que *O Caminho da Servidão* para a aplicação de políticas neoliberais.

Porém, quando a editora Visão publicou a obra em 1983, mostra que havia um compromisso maior com as ideias de Hayek. No aspecto da discussão a respeito da democracia, Hayek comenta a respeito da demarquia:

> Tenho, por conseguinte, sugerido que se passe a utilizar a palavra demarquia, baseada no mesmo princípio do qual derivam as palavras anarquia e monarquia. Quase todas as outras formas de governo são derivadas da palavra grega archía, ao invés de kratía. E foi apenas por um simples acidente histórico, que no caso da demokratía, se tenha chegado ao termo democracia. Assim, minha sugestão é no sentido de que se faça uma

> campanha em prol do governo livre, propondo-se uma nova solução, que eu chamo de demarquia. (HAYEK NA UNB, 1981, p. 42).

Ao longo da pesquisa trouxe o termo da demarquia para discussão, mas o retorno dos conceitos tratados em *O Caminho da Servidão*, *Os Fundamentos da Liberdade*, e *Direito Legislação e Liberdade*, são necessários para identificar como nas suas palestras Hayek evoca estes conceitos e trabalha sempre como base de argumentação as palavras-chave de suas três principais obras. Durante a palestra não é possível compartimentar o pensamento de Hayek, indicando que tal ou qual assunto são daquele livro ou deste, mas na formação da narrativa os conceitos estão presentes na maturidade do pensamento do autor, e ele os articula de acordo com a conveniência do discurso. O tema da demarquia gerou curiosidade nos presentes, tanto que uma pergunta foi realizada sobre a origem do conceito, e Hayek tomou para sí a autoria da ideia que trata da democracia limitada:

> Pergunta: - A demarquia é uma teoria recente, criada pelo senhor, ou já existiu uma teoria precedente? A defesa dessa teoria é feita em vários países – como, por exemplo, por Maksoud, no Brasil – ou em apenas alguns? Existe algum governo que já tenha colocado ou que esteja colocando em prática sua teoria?
> Resposta: - Eu inventei a expressão demarquia. A ideia, creio, se origina da ideia de democracia, que se tem modificado enormemente. A democracia pretendia ser um instrumento de limitação do poder governamental. Desenvolveu-se no entanto, como um instrumento de enorme ampliação dos poderes governamentais. Assim, o que eu chamo de demarquia é aquilo que, em certa época, as pessoas desejaram alcançar com base no ideal democrático, mas que não conseguiram. (HAYEK NA UNB, 1981, p. 47).

A pergunta feita por alguém da plateia que não é identificado no material, questiona se a defesa da demarquia ocorre em outros países assim como Maksoud faz no Brasil. Esta pergunta revela o interesse expresso por Maksoud durante a palestra da recepção do conceito de demarquia no Brasil, e o fato de Hayek discursar para uma plateia apresentando suas ideias presume que disseminou efetivamente sobre o conceito para o público presente, reverberando também na imprensa. A afirmativa de Hayek é a respeito da autoria do conceito, trazendo-lhe a defesa da democracia limitada. Hayek por fim é questionado a respeito das críticas que teria ao sistema capitalista:

> Pergunta: - Quais as críticas que o professor Hayek faria ao sistema capitalista em seu atual estágio de evolução? Quais seriam os meios de conciliar de modo junto a liberdade econômica e a justiça social?
> Resposta: - bem, a esta pergunta caberia uma resposta muito longa, já que ninguém sabe, realmente, o que significa justiça social. Não se pode defini-la, pois não constitui um objetivo definitivo. E se justiça social significa deter o controle da distribuição da renda, com qualquer que seja a finalidade, distruir-se-ia [sic] completamente aquele mecanismo ordenador que nos permite produzir tanto quanto produzimos.

> Permita-me repetir o que eu disse ontem. Todo o contexto intelectual do socialismo – e o socialismo tem sido muito mais um *affair* dos intelectuais do que da classe trabalhadora – se deve amplamente a determinada afirmação factual que aparece, em sua forma mais nítida, em John Stuart Mill, que descreve com o produto social é tecnicamente produzido. E prossegui dizendo que uma vez que exista o produto social, podemos fazer com ele o que desejamos. (HAYEK NA UNB, 1981, p. 45-46).

Hayek não responde como conciliar liberdade econômica e justiça social. Foge da resposta dizendo que o conceito de *justiça social* não existe, e justificando que seria uma resposta muito longa e que o assunto já havia sido tratado. Aproveita também para criticar o socialismo e seus ideólogos que se aproximam da classe trabalhadora.

Por fim é questionado sobre as mudanças do capitalismo, se ele poderá se aproximar do socialismo com as medidas de Bem-Estar Social:

> Pergunta: - O senhor concorda em que o capitalismo se modificará com o tempo, chegando perto do socialismo, fazendo com que não seja tão selvagem como é hoje, e suas relações com o povo e os governos sejam mais humanas e mais eficientes, resolvendo os problemas da inflação e suas consequências?
> Resposta: - Eu preferiria que não se utiliza-se essa horrível palavra – capitalismo – que foi inventada por seus inimigos, não descreve nada em particular e é completamente enganadora. Gosto de falar sobre a economia de mercado, e, já que em inglês a expressão parece rude, eu propus um novo termo, ou seja, cathalexia, originaria de uma palavra grega que significa permuta e que muito significativamente tem um outro sentido, o de aceitar o estranho e transformar o inimigo em amigo.
> Este, o grande feito da economia de mercado. Se você utiliza a palavra capitalismo como indicativa de uma economia de mercado restrita, então a solução, naturalmente, é remover a restrição e deixar funcionar o mercado por si mesmo. (HAYEK NA UNB, 1981, 47-48).

O conceito de capitalismo para Hayek foi cunhado por ideólogos do socialismo, deturpando o que seria a ideia do livre mercado sem as interferências do Estado sobre a economia. Hayek pensa um conceito de livre mercado mais puro, o qual ele opta por batizar de cathalexia, ou seja, a ideia de permuta feita por uma via de mãos duplas, sem a adição de outros fatores.

Este tópico teve como objetivo identificar na publicação *Hayek na UnB* os pontos da narrativa de Hayek durante as palestras que fazem menções a suas doutrinas e ações políticas neoliberais. Desta forma, evidenciei do ponto de vista conceitual as palavras-chave que remetem aos temas recorrentes da obra de Hayek que se mistura em seu discurso durante as visitas ao país.

## 4.4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESIGUALDADE SOCIAL NA COBERTURA DAS PALESTRAS DE HAYEK NA IMPRENSA BRASILEIRA

Nas palestras realizadas por Hayek em 1977 houve pouca menção ao problema da pobreza e da acentuada desigualdade social que existia no Brasil. O economista austríaco apresentou a sua argumentação contrária às políticas sociais que visam o aumento da igualdade entre a população justificando que não é possível medir a felicidade de milhões a partir de uma escala de mais ou menos[86]. O jornal Folha de São Paulo publicou um trecho em que o autor desmerece a ideia do alcance do bem-estar geral:

> O "objetivo social" ou "meta comum" nos quais a sociedade socialista está montada são definidos vagamente como "bem comum", "bem-estar geral" ou "interesse geral". Não se necessita de muita reflexão para verificar que estes termos não possuem suficiente consistência para determinar um curso particular de ação. O bem-estar e a felicidade de milhões não podem ser medidos numa escala vaga de "mais" ou "menos". (FOLHA DE SÃO PAULO, 1 de dezembro de 1977, p. 2).

Na citação percebe-se algumas palavras-chave que Hayek utiliza de forma negativa, como "objetivo social", "meta comum", "bem comum", "interesse geral", ou seja, palavras que remetem ao compromisso do Estado em promover o bem-estar para a população. Determina que estes termos não possuem suficiente consistência para determinar um curso particular de ação. Logicamente, pois são termos que remetem ao bem-estar comum, inerente aos interesses dos grupos dominados, os quais não poderiam ser atendidos a partir das conclusões individualizantes das teorias de Hayek. Fazendo um breve exercício de inverter as palavras-chave mostro os interesses da filosofia individualista do austríaco. O contrário de "objetivo social" podemos classificar como "objetivo individual". De "interesse geral" é possível classificar como "interesse privado", "bem-estar geral" como "bem-estar particular", ou seja, as palavras-chave que circundam o pensamento de Hayek se resumem a "privado", "particular" e "individual". Qualquer termo que remeta a qualquer tipo de valor coletivo é automaticamente colocado como estatizante e totalitário. As palavras-chave favoráveis e contrárias vão até extremos, não havendo meios termos na narrativa apresentada das palestras de Hayek, o que reflete também as tendências de suas obras.

[86] "Joseph Stiglitz, aponta a fragilidade de pensar os extremos, em que o mercado pode resolver todos os problemas sociais ou o governo que teria esse poder. De acordo com o autor: Eu havia estudado os fracassos dos mercados e dos governos, e não era ingênuo a ponto de imaginar que o governo pudesse corrigir todos os fracassos dos mercados. Tampouco era tão tolo a ponto de acreditar que os mercados por si só eram capazes de solucionar todos os problemas sociais. A desigualdade, o desemprego, a poluição: o governo precisava desempenhar um papel importante diante de todas essas questões" (STIGLITZ, 2002, p. 15).

Em carta enviada por Henry Maksoud para Hayek na data de 2 de dezembro de 1977, no qual repassa perguntas para serem respondidas pelo austríaco, algumas são pertinentes para visualizar os posicionamentos do autor a respeito do tema desigualdade social:

> São Paulo, 2 de dezembro de 1977.
>
> Querido professor Hayek,
>
> Em anexo estão as perguntas da outra revista.
> Assim que você puder respondê-las, agradeceria que você me enviasse o material para o endereço abaixo:
>
> 5) Por que você é contra a intervenção do governo na economia?
>
> 9) É possível abolir as desigualdades em um sistema de livre mercado?
>
> 10) Não é, por que esse sistema é melhor que um sistema intervencionista?

As respostas chegaram na data de 3 de janeiro de 1978:

> 3 de janeiro de 1978.
>
> Querido Sr. Maksoud,
>
> 5. Uma economia efetiva deve ser guiada por preços que comuniquem aos membros do mercado mais informações do que qualquer um que possua e que, portanto, nenhum governo possa corrigir ou melhorar, uma vez que não pode possuir todas as informações condensadas nos preços. Isso significa que toda interferência nos preços ou quantidades produzidas - os dois tipos de ações que são apropriadamente chamados de "intervenção" - deve reduzir a eficiência do sistema econômico.
>
> 9. Não, porque um mercado efetivo deve fazer com que os preços, incluindo a remuneração por todos os serviços, correspondam ao valor que eles têm para outras pessoas.
>
> 10. As pessoas são muito diferentes em suas habilidades e oportunidades naturais para serem tratadas igualmente; os resultados para elas devem ser iguais, enquanto que para torná-las iguais ou mais iguais em um sentido material, é necessário que elas sejam tratadas de forma desigual, o que necessariamente significa arbitrariamente.

As perguntas feitas pela Revista Veja e repassadas por Maksoud para Hayek podem demonstrar não um esclarecimento sobre o pensamento do autor, mas sim, uma estratégia da publicação de apresentar de forma simplificada as ideias de Hayek para o público leitor, estimulando a opinião pública a construir opiniões que internalizam a forma individualista de ver o mundo que as teorias de Hayek valorizam. Outro fator que merece destaque é a rede que se estabelece entre a Revista Veja e a Revista Visão, considerando que eram publicações do mesmo segmento que competiam nas bancas de jornal. O fato de Henry Maksoud enviar na sua carta perguntas para Hayek responder para a Revista Veja demonstra que os proprietários das duas publicações tinham relações amistosas, caso contrário Maksoud não utilizaria o meio de comunicação que tem com Hayek para que o austríaco respondesse às perguntas de sua

publicação rival. Existe um elo que liga as publicações, formando uma possível rede entre as principais publicações empresariais brasileiras do período estudado. A ilação das perguntas para Hayek estabelece que o sistema capitalista deve ser pautado pelas desigualdades, se constrói dessa forma narrativas entre os jornais e revistas que propositalmente induzem à formação de subjetividades individualistas, em uma explícita narrativa que naturaliza as desigualdades.

Hayek destaca que as pessoas devem ser tratadas de forma desigual, este é um argumento conveniente para os grupos dominantes, que podem se apegar ao fato de que seus privilégios são justificáveis porque a natureza humana não pode ser igualitária. Na questão cinco repete o velho argumento do antiestatismo, que o governo não é capaz de regular preços sem desregular o sistema econômico. A palavra-chave antiestatismo está explicita e implicitamente presente em vários argumentos apresentados por Hayek, por mais que durante a resposta dada a pergunta da Revista Veja o autor tenha utilizado outras palavras.

Na pergunta número dez Hayek pauta-se no conceito de que as pessoas são desiguais para serem tratadas igualitariamente, e para reforçar seu argumento coloca que as pessoas apresentam diferenças em suas habilidades e suas oportunidades. As oportunidades em uma sociedade periférica ou em qualquer sociedade capitalista não são iguais, pois existem pessoas que usufruem de privilégios logo ao nascer. Muitos herdam propriedades ou capitais, estudam nos melhores colégios e podem consumir bens culturais e ter uma boa qualidade de vida, enquanto outras pessoas nascem desprovidas de recursos financeiros e materiais, cabendo se submeter a condições desumanas, sem oportunidades de estudar, de se alimentar corretamente, sendo forçadas a trabalhar desde muito cedo[87]. A crítica a justiça social era explicita tanto nos textos quanto nas palestras de Hayek que abordavam o tema.

Nas visitas de 1981 o tema continuou recorrente. A abertura política do governo militar continuava, e o estatismo ainda era o principal inimigo, e estava avançando como apontam as pesquisas de Luciano Martins. Será apresentado na sequência reportagens e entrevistas dos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil que apresentam um pouco do que foi abordado a respeito da desigualdade no discurso de Hayek durante suas palestras.

O Jornal do Brasil noticiou da seguinte forma:

> São Paulo – O Prêmio Nobel de Economia de 1974, Professor Friedrich August Von Hayek, disse ontem, em São Paulo, ser impossível a melhoria da distribuição da renda

[87] O Brasil tem, de longe, a distribuição de renda mais desigual, e os piores níveis educacionais e de bem-estar social de todos os países sul-europeus e sul-americanos e, por sinal, também dos países centro-europeus de nosso conjunto, fato que certamente não ajudou na tarefa de consolidar a democracia (LINZ; STEPAN, 1999, p. 203).

> pelo uso de uma legislação discricionária, de cima para baixo, ou seja, pelo confisco e redistribuição compulsória de bens.
> No dia do seu 82.º aniversário ontem, o professor austríaco (cidadão britânico) fez a segunda de duas conferências no Brasil, promovidas pela Revista Visão, e realizadas no Hotel Maksoud Plaza. O tema de ontem foi distribuição de Renda e Positivismo Legal em que o economista falou sobre o papel de Hans Kelsen no desenvolvimento do positivismo legal.
> […]
> Defende a tese de que a boa produção de uma sociedade depende dos estímulos individuais gerados pela remuneração desigual. Do contrário levará ao simples arbítrio do poder redistribuidor – o Estado – extinguido assim a liberdade da sociedade. (JORNAL DO BRASIL, 10 de maio de 1981, p. 15).

Em 1981 Hayek ainda mantém suas pesadas críticas contra a distribuição de renda. Possui uma visão conveniente aos grupos dominantes de que não se pode fazer justiça social confiscando bens ou aumentando os impostos do topo da pirâmide para a base. O posicionamento de Hayek a respeito da distribuição de renda compõe mais um elemento da sua visão de justiça social, a de que não se pode tornar os pobres mais ricos, tornando os ricos mais pobres. Com a retórica de que o Estado não pode onerar os ricos com impostos, se reproduz o sistema de perpetuação das elites, aumentando a acumulação e a exploração entre os grupos. Hayek usa o exemplo do confisco e da redistribuição compulsória de bens por meio de legislação discricionária, como se o Estado fosse açambarcar bens e propriedades dos ricos. A visão exagerada dos espectros políticos e ideológicos é a marca do pensamento de Hayek, em que contrastam a defesa da propriedade e a desapropriação dos bens, sem haver o meio termo, como impostos sobre os altos rendimentos.

De acordo com a defesa de Hayek, a redistribuição necessita ser desigual para assim preservar a liberdade individual. No jornal *Folha de São Paulo*, na data de 10 de maio de 1981, Hayek foi perguntado sobre o que podem fazer os "fracos":

> Folha – O que podem fazer os mais fracos? Se deixar engolir pelos mais fortes? Ou deve haver distribuição de rendas?
> Hayek – As pessoas que mais contribuem para a prosperidade de um país são as que devem receber mais. Nunca se pode resolver um problema econômico pela redistribuição de renda. (FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de maio de 1981).

A resposta de Hayek é conveniente para aqueles aos quais estava falando. Em poucas palavras resume seu posicionamento, respondendo que nunca se pode resolver um problema econômico pela redistribuição de renda. É ambíguo o posicionamento em que defende que as pessoas que mais contribuem para o desenvolvimento do país devem receber mais. Hayek parece desconhecer, ou fingir desconhecer, as estruturas econômicas que permitem que as elites se perpetuem em um cenário de centenas de anos de exploração. Países periféricos como o Brasil possuem históricos parecidos de escravidão, desapropriação de terras pelos ricos,

opressão econômica dos donos das terras com o apoio do Estado, desamparo legal e social dos mais pobres, entre outras condições estruturais que contribuem para a exploração do capital e do trabalho.

Na mesma reportagem Hayek aprofunda suas argumentações sobre o tema de forma a intensificar e destacar a ideia de que não podem se tratar duas pessoas diferentes de forma igual:

> — É impossível alcançar-se uma distribuição de rendas igualitárias, deliberadamente, a partir de um planejamento de cima para baixo, se o Governo basear sua ação no respeito à lei. Se o Estado quiser colocar gente muito diferente, do ponto de vista material, numa situação igual ou mesmo aproximada materialmente, não conseguirá fazê-lo de forma eficaz. O problema é que, para tornar iguais duas pessoas diferentes, é preciso tratá-las de forma desigual. Se for aplicado o tratamento igualitário, de uma mesma lei, sobre as duas pessoas o resultado é que elas ficarão numa situação ainda mais desigual do que a de antes – resumiu o autor de *O Caminho da Servidão*. (JORNAL DO BRASIL, 10 de maio de 1981, p. 15).

Hayek coloca que é impossível alcançar uma distribuição de renda igualitárias com um planejamento de cima para baixo, este argumento é taxativo e perigoso. Seria possível pensar que Hayek estaria discursando e falando o que os empresários brasileiros e jornalistas estavam esperando ouvir dele, como um personagem que profere uma série de dogmas neoliberais, mas quando analisamos as obras de Hayek, principalmente *Os Fundamentos da Liberdade*, percebemos que Hayek não estava se distanciando das pesadas críticas ao Estado e a distribuição de rendas que faz em suas obras. As palavras de Hayek não pareciam de um personagem, eram suas premissas que ele desenvolveu durante décadas.

## 4.5 A POLÊMICA DA DESESTATIZAÇÃO DO DINHEIRO

O tema da desestatização é constante na narrativa de Hayek. Afinal, estatização e livre mercado são coisas que não devem se misturar de acordo com as teorias do austríaco. Nesta linha, uma das hipóteses mais polêmicas de Hayek é a respeito da desestatização do dinheiro. Não tenho a pretensão de fazer uma discussão a respeito de teoria monetária, até porque não é o objetivo deste estudo, mas apresento os argumentos de Hayek sobre o tema para tentar estabelecer um paralelo com sua argumentação central que visa a desestatização completa da economia. Na visita realizada em 1977, uma das três palestras proferidas por Hayek teve como tema "Estado e o dinheiro", ocasião em que o economista defendeu a possibilidade de bancos privados emitirem dinheiro. Após a palestra vários jornais emitiram coberturas e opiniões, algumas questionando a validade cientifica e prática da sugestão, outras mais parciais apenas apresentando a ideia e endossando que o autor é um "Prêmio Nobel de Economia". A

reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo no dia 2 de dezembro de 1977 com o título de *Emissão, um abuso de 2500 anos,* assim noticiou a questão:

> O professor Friedrich Hayek, Prêmio Nobel de Economia de 1974, disse ontem que o privilégio dos governos de emitir moedas constitui um escândalo abuso de poder. Acrescentou que "é até interessante verificar que as pessoas aguentam esse sistema, depois de 2500 anos". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de dezembro de 1977, p. 27).

Associa a emissão de moeda com abuso de poder cometido pelos governos desde a antiguidade. A comparação é anacrônica, pois é impossível pensar as Cidades Estados da antiguidade, em que se começou a emitir dinheiro, como por exemplo, na Pérsia com o Dárico, com o capitalismo moderno. São sistemas econômicos completamente diferentes. A forma de organização das Cidades Estado utilizava o dinheiro como uma forma rudimentar de unidade de troca, sem a complexidade dos sistemas financeiros que se desenvolveram no século XX e que são uma das forças de sustentação do capitalismo moderno. Também não havia a democracia, até a chamada democracia grega era bastante excludente e o sistema de produção era baseado essencialmente na escravidão. As pessoas não poderiam questionar o sistema de pagamentos, pois, o Estado era soberano, operando com poderes centralizados na figura autocrática, sendo impossível aproximar da atualidade. Não sei se a fala de Hayek é resultado de um descuido ou é uma narrativa persuasiva para tentar fazer valer a sua ideia perante o público. Acredito que a segunda opção é a mais assertiva, pois, um economista com o status de Prêmio Nobel, possui o conhecimento histórico e econômico a ponto de saber que não se pode comparar economias de momentos tão distantes da História. Com isto, a emissão de moeda da antiguidade ou de qualquer outro momento da História deve ser tratada de forma diferente quando aproximada da atualidade.

Feita a devida consideração quanto a impossibilidade de recuar tanto no tempo para justificar o suposto abuso de poder dos Estado em emitirem moeda de forma centralizada, Hayek continua sua defesa dizendo que seria uma atividade lucrativa para os bancos que embarcassem na "onda":

> "Essa seria uma atividade bastante lucrativa e por isso atrairia muitas instituições, estimulando-as a fazer o mesmo. Cada instituição procuraria fazer com que a sua moeda fosse melhor do que as outras, de tal forma que o público iria preferir aquela que fosse melhor". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de dezembro de 1977, p. 27).

O mercado das diferentes moedas nada difere do discurso do livre mercado operando por seus mecanismos autoajustáveis. Hayek transferiu sua defesa da livre iniciativa no campo da produção para o mercado financeiro, no caso, as diferentes moedas oferecidas pelos bancos

tomam o lugar dos produtos das empresas operando em concorrência perfeita. Surge mais um problema em tratar de forma igual dimensões diferentes do sistema econômico capitalista. O mercado enquanto meio do encontro dos consumidores com os ofertantes difere do mercado financeiro. São produtos que respondem a formas diferentes de estímulos. Como a discussão estabelecida nesta seção mostra a fragilidade do pensamento de Hayek em acreditar na regulação dos preços no livre mercado, a mesma fragilidade é transferida à possibilidade de instituições financeiras ofertassem dinheiros com valores diferentes de acordo com a procura. O mercado pelas moedas primeiramente seria imperfeito, pois os grandes bancos centralizariam a procura e se criaria um poder de mercado sobre os meios de pagamentos. A ideia seria que os bancos lucrassem com o dinheiro emitido, dinâmica diferente da função do governo de regular a oferta monetária através do Banco Central. A proposta perde sua operacionalidade, na medida em que é vantajosa apenas para os detentores do capital financeiro. Na verdade Hayek esconde através da narrativa do livre mercado a defesa dos grandes capitais, pois o livre mercado nada mais é do que a liberdade das grandes empresas lucrarem com a justificativa de que são mais eficientes. A ideia da emissão privada de dinheiro propõe a possibilidade de as hegemonias financeiras ampliarem seus lucros, enquanto o consumidor paga o preço.

Na continuação da reportagem são enumeradas as vantagens da emissão privada de dinheiro:

> Em consequência, segundo o autor de "O Caminho da Servidão", desapareceriam as moedas nacionais, os problemas de balanço de pagamentos, e os Banco Central. O governo não teria mais que se preocupar com a política monetária, pois ela não existiria mais. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de dezembro de 1977, p. 27).

Por um lado, Hayek sugere o livre mercado como sendo a melhor saída para a economia, por outro, propõe a emissão privada do dinheiro por bancos como melhor forma de combater a inflação. São visões extremamente otimistas e simplificadas de que tudo pode se resolver espontaneamente se o governo deixar as empresas agirem livremente. A proposta de Hayek assume o discurso de uma descentralização do poder de emissão de moeda, considerando que o monopólio sairia das mãos do Banco Central Nacional, porém, ao que parece, na prática não seria bem assim. Na prática o poder de emissão se concentraria nos bancos privados, que não permitiriam a soberania do consumidor em escolher a "melhor moeda", mas sim a necessidade de utilizar a moeda dos bancos X ou Y. De qualquer forma haveria concentração de poder, inclusive com os bancos privados submetendo o governo a utilizar a moeda privatizada. O argumento de que os governos não deveriam mais se preocupar com a política monetária também é frágil. Caso ocorra uma escalada inflacionária generalizada os bancos sem

os mecanismos de autoajuste, não conseguiriam aumentar a valorização das suas moedas apenas com a retração da emissão. Neste cenário provavelmente as moedas privadas deixariam de ser atrativas, levando ao prejuízo, podendo haver um colapso oriundo da falta de dinheiro em circulação. O governo não teria meios para regular a oferta de moeda, fazendo a proposta de Hayek impraticável e funcionando apenas no campo da abstração. Reforço que a noção de apostar na privatização da moeda nada mais é que uma extensão da teoria central de Hayek para o campo monetário.

Naturalmente o posicionamento a respeito da emissão privada de moedas causou espanto mesmo entre os empresários que se encontravam na conferência:

> A proposição de Hayek provocou as mais variadas reações. Antonio Ermirio de Moraes, eleito "Homem de Visão" este ano, observou ao professor que no caso de ser instituída a sua proposta, como resultado, restariam apenas duas classes: os banqueiros e "os outros", Hayek não concordou. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de dezembro de 1977, p. 27).

Antonio Ermírio de Moraes, proprietário e filho do fundador da empresa de cimento Votorantin, mostrou-se contrário à proposta de Hayek da privatização do dinheiro. Sua preocupação evidenciou o medo da perda da hegemonia dos empresários da indústria para os banqueiros. Por este motivo indagou, que caso fosse operacionalizada a proposta, restariam os banqueiros e os outros, expressando receio de os empresários da indústria caírem nas mãos dos agentes privados do sistema financeiro. Na continuidade da matéria, é citada a nocividade da correção monetária, isto é, ajustar os salários e preços através dos índices de inflação com a intenção de não diminuir o poder de compra das pessoas. De acordo com a Folha de São Paulo*:* "Friedrich Hayek, em sua palestra, manifestou-se contra a utilização do sistema de correção monetária pois, na sua opinião, "apenas serve para perpetuar e agravar a inflação" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de dezembro 1977, p. 27). O Jornal da Tarde na mesma data, 2 de dezembro de 1977 também citou o posicionamento de Hayek a respeito da correção monetária:

> Hayek: a correção monetária não corrige. Convidado pela revista Visão, o prof. Hayek falou na terça-feira sobre "A geração da riqueza"; na quarta-feira sobre "O método da democracia"; e ontem sobre "O dinheiro e o Estado" – tema sob o qual ele desenvolveu a mais surpreendente das suas ideias, que é a da privatização da emissão de dinheiro. (JORNAL DA TARDE, 2 de dezembro de 1977, p. 14).

Sobre a correção monetária, esta medida é bem controversa, pois se de um lado perpetua a inflação, por outro os trabalhadores não podem ser prejudicados com seus salários defasados. A inflação atinge as grandes empresas, mas principalmente as pessoas que

diariamente percebem os preços aumentando, e se não tiver um aumento proporcional nos seus rendimentos agravam-se as desigualdades sociais. O reajuste dos contratos e preços protegem o sistema financeiro e as empresas. Desta forma, por que a correção monetária dos salários é colocada por Hayek como o inimigo que alimenta a inflação? A resposta é manifesta nas intenções de Hayek de proteger os grandes capitais com a desculpa de que a livre iniciativa proporcionou a perpetuação das empresas e bancos com poder de mercado que resistem às crises do sistema capitalista. Preços sobem, juros também sobem, porém os salários não acompanham, a teoria de Hayek favorece os grandes em detrimentos dos trabalhadores e pobres. O autor não enxerga que as crises, como as observadas em países periféricos com altos índices de inflação e recessão, permitem o crescimento do sistema bancário e das grandes empresas, que muitas vezes utilizam seu poder de barganha para entrar em conluios, inclusive com os governos. A narrativa do livre mercado se mostra uma falácia.

Na continuidade das matérias, o Jornal do Brasil na data de 2 de dezembro de 1977 fez uma cobertura parecida da Folha de São Paulo:

> Hayek propõe emissão privada. O economista defendeu a livre concorrência de moedas, alegando que a empresa privada seria obrigada a produzir bom dinheiro para dispor de um negócio lucrativo, ao contrário do Governo, que simplesmente obriga a população a utilizar seu tipo-padrão de dinheiro. (JORNAL DO BRASIL, 1977, p. 17).

A citação contrapõe à empresa privada como boa e o governo como ruim. Persiste em apontar a incapacidade do governo em emitir moeda:

> Em sua opinião deveria ser permitida, a instituições privadas em competição, emitirem dinheiro em seu próprio nome. O público, desse modo, poderia escolher para suas transações e para sua contabilidade o melhor dinheiro que tal competição produzisse, isto é, aquele que lhe oferecesse maior estabilidade e maior segurança. Não seria, pois, obrigado a aceitar o "mau" dinheiro que os governos modernos, em geral, costumam oferecer-lhe. (JORNAL DA TARDE, 1977, p. 14).

Mesmo sem existir a emissão privada de dinheiro, Hayek já pressupõe que será mais eficiente do que o governo. Ao falar que o governo obriga a população a usar o seu tipo-padrão de dinheiro, parece incutir a ideia de que as pessoas são persuadidas a usar a moeda produzida pelo Banco Central, quando na verdade é um consenso estabelecido na sociedade e na economia. É um modelo que se mostrou eficiente historicamente, se colocar contra a emissão de moeda por parte do governo é assumir os riscos de bancos que nunca operaram como Banco Central provocarem o caos econômico pela falta de conhecimento e habilidade ao medir a

quantidade de dinheiro necessária, pois, não é simplesmente oferecer dinheiro ao mercado. Hayek desconsidera toda a expertise dos Bancos Centrais nacionais de regularem as ofertas monetárias de acordo com o nível de produção, estudos sobre a base monetária, e a necessidade da emissão racional de moeda. Hayek fala que os governos com a emissão de moeda são responsáveis pelos altos índices inflacionários, mas não se pergunta se ao permitir que vários bancos imprimam seu próprio dinheiro, pode estar inflando a economia com múltiplos tipos de moeda sem lastro nenhum. O resultado desta farra dos dinheiros privados pode gerar o efeito reverso, alimentando ainda mais a inflação, levando todas as moedas privadas à desvalorização.

Por fim apresento a cobertura do Jornal do Brasil, do dia 4 de dezembro de 1977. Aprofunda a respeito de como pode ser lucrativo o mercado de dinheiro para os bancos que conseguissem produzir o "bom dinheiro":

> Hayek deseja iniciativa privada em todos os setores. Cheguei à conclusão de que a emissão de dinheiro deveria ser aberta às instituições particulares, que, claro, não poderiam emitir o mesmo tipo de dinheiro que o Governo. Uma instituição nos Estados Unidos, por exemplo, não poderia emitir dólares, mas sim outro dinheiro com outro nome. O negócio seria altamente lucrativo para as instituições privadas desde que elas dessem ao público bom dinheiro, melhor que qualquer outro. Assim, emitir um bom dinheiro seria do interesse do próprio emitente e isso mesmo serviria de controle de qualidade. Esse é um sistema que considero melhor do que todos os demais por prever a escolha entre vários dinheiros, o que permitiria que o público só usasse e que achasse confiável. Isso tornaria os melhores dinheiros mais estáveis, em termos de poder de compra. (JORNAL DO BRASIL, 4 de dezembro de 1977, p. 55).

A principal preocupação de Hayek reside na alta lucratividade do negócio para as instituições bancárias. Como principal estratégia está a ideia de tirar qualquer forma de mercado das mãos do governo, transformando um serviço de ajuste de moeda através da manipulação da taxa de juros em uma oportunidade de aumento de lucros de um setor que já é extremamente lucrativo, e que se alimenta das desigualdades sociais. Por trás do discurso da soberania do consumidor está escondida a prática da soberania do capital.

## 4.6 A CRÍTICA AO PENSAMENTO DE HAYEK

Apesar da maioria das matérias jornalísticas que cobriam as palestras e conferências proferidas por Hayek assumirem um caráter elogioso das suas teorias e ideias, existiram algumas que apresentaram teor crítico ao seu pensamento. O que faço nesta seção é apresentar as críticas de alguns jornais ao pensamento de Hayek de forma incisiva. O artigo mais crítico encontrado é uma coluna intitulada *O debate que Hayek propôs*, assinada por Gabriel de Carvalho para o jornal Folha de São Paulo, na data de 6 de dezembro de 1977. Gabriel de

Carvalho foi editor adjunto da Folha de São Paulo e editor do caderno de economia no período em que escreveu o texto.

Carvalho aponta diversas inconsistências nos discursos de Hayek, evidenciando que não existe um consenso nas "verdades" ditas nas conferências e livros do austríaco:

> Não há, contudo, como é natural, um consenso sobre as "verdades" ditas pelo professor Hayek em suas conferências e livros. Pelo contrário, suas opiniões têm dado margem a polêmicas das mais vigorosas. Aqui no Brasil, apesar das limitações impostas pelo quadro institucional ao livre debate de ideias, o maior proveito de sua visita foi justamente este, o de alimentar discussões das quais também dependem os destinos da nação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de dezembro de 1977, p. 26).

Gabriel de Carvalho alerta sobre as polêmicas que a visita de Hayek trouxe ao debate econômico no país. A passagem da coluna de Gabriel de Carvalho alerta para o outro lado da moeda, ou seja, se Hayek encontrou apoio no viés neoliberal, deparou também resistência a suas ideias e criou um debate no país em contrapartida das outras correntes de pensamento econômico. Não vou me deter aqui aos demais críticos ao pensamento de Hayek, pois, apesar da censura que a imprensa enfrentava, no campo econômico existia uma certa liberdade para contrapor outras matrizes de pensamento, tanto que foi trazido ao Brasil um economista até então polêmico e com ideias que poderiam colocar contra parede as políticas econômicas praticadas com os Planos Nacionais de Desenvolvimento que iam à contramão das ideias de Hayek. Porém, esforços futuros de pesquisa podem revisitar o outro lado do debate, pois na medida em que a imprensa neoliberal apoiou as ideias de Hayek é interessante fazer o levantamento da imprensa que imprimiu críticas ao austríaco e quais foram estas revistas que formaram a resistência ao pensamento neoliberal.

A análise de Gabriel de Carvalho coloca esta questão, da mesma forma em que os liberais interpretavam o pensamento de Hayek e criavam visões particulares para conceitos como democracia, igualdade, justiça social, liberdade individual, livre mercado, entre outros, existiam as matrizes teóricas que pensavam estes conceitos de forma diferente. O significado dado aos conceitos depende do ponto de vista de quem está interpretando, com isto, linhas de pensamento mais progressistas estavam também fazendo frente ao pensamento de Hayek, ou até mesmo o governo com o seu desenvolvimentismo estava defendendo suas bases interventoras, tanto que houve crescimento das estatais até meados dos anos 1980. Mas a semente do pensamento neoliberal estava sendo germinada, as raízes da doutrina estavam sendo espalhadas entre os pensadores neoliberais brasileiros, formando o movimento, por mais que os livros de Hayek promovam as receitas das políticas neoliberais, o que nos prende nesta

reflexão é justamente como foi construído os alicerces da teoria neoliberal no Brasil a partir do pensamento de Hayek.

Coube estes parênteses, para introduzir que existiu um debate e que as ideias de Hayek não entraram de forma passiva no Brasil, por mais que no limite de nossas fontes as críticas se resumam a poucas reportagens no universo das publicações que noticiaram a vinda do Prêmio Nobel de Economia ao Brasil.

Gabriel de Carvalho segue a ferrenha crítica a palestra proferida por Hayek:

> O pensamento do simpático professor austríaco, na linha dos clássicos, assenta-se na crença de que o mercado é autorregulável, dirige por si só as sociedades modernas no sentido do bem estar geral e progresso. Dessa forma, toda intervenção estatal é maléfica, reduz a "eficiência econômica" e, a nível político, conduz ao totalitarismo. Embora muito semelhantes às teses do Nobel de 1976, Milton Friedman, da Universidade de Chicago e muito festejado ultimamente no Brasil, as de Hayek vão mais longe em sua "ânsia privatizante", chegando a defender a emissão de moeda por instituições particulares. Deixando de lado opiniões deste tipo, por serem, convenhamos, esdrúxulas, mesmo vindo de um Nobel de Economia, outras ensejam maior debate justamente por terem ampla guarida no meio intelectual, de empresários e economistas, aqui e por este mundo a fora. (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de dezembro de 1977, p. 26).

O colunista resumiu toda a teoria hayekiana em poucas linhas, e usou uma palavra que bem delimita o pensamento de Hayek, que é a crença de que seus preceitos são corretos. Os dogmas foram bem delimitados por Gabriel Carvalho, ou seja, a crença no mercado autorregulável que levaria até a evolução das sociedades modernas. Se nas religiões existe a dicotomia entre o bem e o mal, na forma de pensamento de Hayek, enquanto o livre mercado responde aos anseios divinos, a intervenção estatal é responsável pelos vícios e destruição do sistema econômico liberal. A palavra usada por Gabriel de Carvalho foi maléfica, e isto corresponde a argumentação do autor a respeito da aproximação do pensamento de Hayek com a ideia de que é uma crença, e se existem os aspectos positivos da crença que se baseia em uma ideia de ajuste espontâneo aproximando-se de uma vontade superior, a palavra para se referir ao oposto pode ser maléfica no sentido em que ao lado do bem está o mal, e o mal seria o Estado interventor. Por fim, o mal maior seria a condução do Estado ao totalitarismo, modelo de sociedade temido que levou à eclosão da Segunda Guerra Mundial, e muito em pauta no período da Guerra Fria. A Segunda Guerra Mundial ainda poderia ser considerada uma memória presente em 1977, e considerando que o pensamento de Hayek foi resgatado a partir da obra *O Caminho da Servidão* de 1944, o teor do combate aos Estado totalitários ainda estava recente. A teoria de Hayek não se separa desta premissa na qual o resultado da intervenção, em menor ou em maior grau leva aos efeitos nocivos do totalitarismo, em que na memória de Hayek e dos

seus seguidores levaria a um novo conflito mundial. Em tempos de Guerra Fria esta possibilidade poderia levar a uma maior adesão ao pensamento de Hayek aos menos desavisados, trazendo o efeito de acreditar nas "crenças" antiestatais as quais defende.

Gabriel de Carvalho cita que a ânsia privatizante de Hayek o leva a lançar questões esdrúxulas, colocando-o abaixo de Milton Friedman, principalmente quando propõe a emissão privada de dinheiro, o que é completamente impraticável e carece de sistematização científica para a defesa. No entanto o articulista reconhece que os demais temas debatidos e apresentados por Hayek são relevantes considerando a quantidade de intelectuais que ele conseguiu concentrar, cita empresários e economistas que passam a defender e discutir o modelo proposto por Hayek. A questão é que quando o articulista cita que o pensamento de Hayek se apoia em "crenças" remete a carência de bases científicas em suas teorias, contrariando estudos sérios em diversas áreas das ciências econômicas. Uma das polêmicas envolvidas se referiu ao posicionamento de Hayek a respeito da formação dos monopólios e oligopólios em economias que se aproximam do livre mercado. De acordo com Gabriel de Carvalho:

> Diz o Nobel Friedrich Hayek que os monopólios e oligopólios são exceção e não a regra nas economias modernas. Existe a livre concorrência, enfatiza ele, para depois acrescentar que os oligopólios, quando existem, surgem porque amparados pelo Estado ou formados por este diretamente. Conclui-se então que estas empresas e o novo caráter do capitalismo são uma criação ideal e não um fato real, o que não deixa de ser uma afirmação das mais discutíveis pois lança ao lixo quase toda a produção e pesquisas deste século. Seus postulados perdem mais consistência quando transportados para a análise das relações internacionais, onde, seguindo-se seu raciocínio, também existiria uma concorrência equilibrada entre os países. Ora isso no mínimo provocaria risos até no insuspeito Sr. Robert Mcnamara, presidente do Banco Mundial. (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de dezembro de 1977. p. 26).

A prova da falta de critérios científicos nos discursos de Hayek é evidenciada na sua opinião a respeito dos monopólios e oligopólios, que segundo ele são exceção e não a regra nas economias modernas. É muito inocente, ou talvez até desonesta, uma afirmação desta vindo de um prêmio Nobel de Economia, pois, o capitalismo apresenta como uma das principais características, inclusive muito presente nos estudos marxistas a tendência de acumulação dos capitais nas economias modernas, levando a formação de estruturas hegemônicas que controlam parte do capitalismo global como já discuti em seção anterior. Durante o período em que Hayek faz estas afirmações, isto é, em 1977 já observávamos estas tendências impulsionadas pela globalização econômica e financeira, com os capitais formando empresas transnacionais tanto controlando capitais produtivos quanto capitais financeiros. Com isto, a afirmação de Hayek é descabida e completamente alienada do contexto do capitalismo na segunda metade dos anos 1970.

Gabriel de Carvalho reforça a ideia de que toda a produção cientifica a respeito do tema durante o século XX caminha em outro sentido das afirmações de Hayek, sendo irônico que de acordo com a visão do austríaco seria necessário jogar fora toda a produção acadêmica que destoa dos seus postulados que mais se aproximam realmente de um credo neoliberal do que de uma visão científica a respeito do capitalismo. As discrepâncias são maiores quando a lógica da concorrência perfeita é transportada para a análise dos países, ou seja, da economia das relações internacionais. Quando pensamos um sistema mundo em que o capitalismo é dividido entre países centrais e periféricos percebemos que existe uma falta de mobilidade de capitais e mão de obra quando da periferia em relação ao centro. É como uma ideia de que o capital transborda dos países centrais e desce para a periferia, desta forma, em momentos de expansão do capitalismo existe um aumento dos capitais do centro adentrando na periferia, e nos momentos de crise essa tendência é revertida, causando efeitos maiores da desaceleração econômica nos países periféricos. Logo, a ideia de concorrência perfeita entre países é descabida como colocado por Gabriel de Carvalho, inclusive citando o controverso Robert McNamara então presidente do Banco Mundial, que a teoria de Hayek reforçaria a ideia de dominação capitalista de países centrais, como principal exemplo os Estado Unidos e sua influência no período sobre o capitalismo ocidental.

Grandes discrepâncias surgem também quando aprofundamos o olhar sobre os efeitos das burocracias públicas e privadas sobre as relações capitalistas:

> Para Hayek, os oligopólios nascem ao amparo do Estado. Logo, não constituem uma tendência do desenvolvimento capitalista. A concentração do capital não seria fruto da própria concorrência, mas uma criação externa às forças de mercado, a cargo das burocracias do Estado. Enfim, uma "excrescência" forjada pela ação do Estado, já que o livre mercado para ele é a negação dos monopólios e gera tendências opostas. Enfatizando a "racionalidade" do capitalismo sem controles, Hayek acaba por mistificar seus objetivos profundamente irracionais, fato detectado por economistas ligados ao empresariado, como John Kenneth Galbraith. (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de dezembro de 1977, p. 26).

Hayek muda ao foco ao direcionar para o Estado a culpa pelo nascimento dos oligopólios, retirando o foco da acumulação natural do sistema capitalista, no qual as imperfeições do mercado levam as grandes empresas a um ritmo maior de acumulação. Como no mercado existem diferentes velocidades de acumulação de capitais, permanece uma tendência em que os maiores capitalistas acabam absorvendo os pequenos, principalmente em períodos posteriores a crises. Desta forma, Hayek inverte a lógica de acumulação presente em boa parte da teoria econômica produzida no século XIX e XX novamente, colocando a culpa da acumulação de capitais e o surgimento de oligopólios nas ações estatais. Existe então uma

tendência para Hayek mistificar o papel do mercado colocando-o como baluarte da liberdade econômica, como um sistema perfeito com uma racionalidade surgida em meio ao caos que impede que os movimentos de oligopólio e monopólio surjam nas economias tanto na dimensão nacionais quanto internacional.

Quando Gabriel de Carvalho fala que Hayek mistifica o mercado adota mais uma palavra que faz menção a uma categoria da fé e das paixões ideológicas, pois, mistificar é tornar mágicas as ações de mercado, distanciando as suas análises do campo científico. O fato de tornar místico e crer no mercado é como se o dogma que sustenta Hayek, os empresários e os demais que os seguem trata-se dos elementos comuns às religiões, considerando que os postulados e mantras defendidos por Hayek não podem ser contrariados. O fato é que Hayek ataca seus opositores, e este é o caso de John Kenneth Galbraith, um de seus adversários intelectuais citados na passagem, o qual problematiza de forma científica as questões que envolvem as burocracias empresariais e públicas inerentes as economias capitalistas, contrariando os dogmas do livre mercado hayekiano.

> Da mesma forma como o fez com Max Weber em seus amplos estudos sobre burocracia, Friedrich Hayek generaliza o papel das burocracias para todas as sociedades, encobrindo assim as diferenças entre as várias formações históricas e não conseguindo, por fim, encarar cientificamente estes grupos sociais. (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de dezembro de 1977, p. 26).

Sobre o papel das burocracias públicas e privadas envolvidas na acumulação capitalista, sobretudo nos capitais estatais e privados, bem como na simbiose entre eles, Hayek deixa de lado esta análise, sem o devido aprofundamento. Os processos das relações de acumulação, bem como as fusões de interesses entre Estado e capitais privados, são esquecidos na teoria do austríaco. Não existe também nenhum tipo de problematização em relação à formação histórica nem ao momento político de cada país. Resumem-se todos os argumentos ao fato que existem democracias políticas sem liberdade econômica e ditaduras com maior liberdade, sem a devida investigação dos processos históricos e contextos estruturais que permitiram a acumulação capitalista em cada país e os processos políticos que levaram a menor ou maior liberdade. São negligenciados elementos inerentes a concentração de poder político e econômico que levam a construção de hegemonias de grupos que se consolidam historicamente em cada país, controlando a cultura, a política, a economia, entre outros setores, e que não respondem ao simples "credo" da eficiência do livre mercado. As burocracias são ativas neste processo ao aprovar leis que favorecem determinados grupos enquanto prejudicam outros, além dos processos de desestatização e desconcentração de capitais de empresas estatais influenciados por decisões unilaterais envolvendo poucos interessados direta ou indiretamente

a estes processos que interferem de forma incisiva nos mercados locais. Por isto os postulados de Hayek se desmancham no ar na medida que em que se busca um aprofundamento teórico e o confronto científico com outros estudos e autores cabendo a Hayek apenas tentar sair pela tangente quando se tenta confrontá-lo.

A crítica da intervenção estatal é citada por Gabriel de Carvalho como carente de bases científicas, assim como as críticas colocadas anteriormente, cabendo apenas a Hayek estabelecer uma crítica sem adentrar nos meandros das formações sociais de cada país:

> Criticar a intervenção estatal importa menos do que analisar por que e como isso se dá em cada formação social. Ele parte, a priori, da condenação de toda e qualquer atuação do Estado enquanto agente econômico, o que empobrece sua teoria, dita "científica", pois retira da análise econômica os ingredientes da história a qual ela deve estar referida. Segundo sua linha de raciocínio tudo leva a crer que John Maynard Keynes, por exemplo, não passou de uma "subversão" da "ordem econômica natural", isto é, o capitalismo sem rédeas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de dezembro de 1977, p. 26).

Hayek ao demonizar o Estado, parece esquecer que historicamente em momentos de crise econômica os países recorreram à intervenção estatal por meio dos aumentos dos gastos fiscais para fomentar a demanda em tempos de recessão e depressão. As inúmeras ajudas dos bancos de fomentos para salvação de empresas fadadas à falência, inclusive bancos, são aplicadas em maior número nas crises sistêmicas do sistema capitalista. Historicamente o Keynesianismo mostrou sua eficácia como política econômica pós depressão da década de 1930, mantendo o capitalismo em expansão até a crise do petróleo em 1973, para só então ser visto como uma teoria que condenava as economias à intervenção estatal. Para os neoliberais como Hayek, o Estado é o que provoca as crises e não é quem salva as economias capitalistas, por mais que a história econômica evidencie o contrário.

Gabriel de Carvalho coloca entre parênteses quando cita que a teoria de Hayek pretende ser dita como científica justamente por caminhar na contramão das evidências históricas e teóricas, reforçando mais uma vez a característica de ser um dogma sustentado desde os anos 1940 quando o autor escreveu *O Caminho da Servidão*. Se o catecismo hayekiano tem suas bases fincadas inicialmente em *O Caminho da Servidão*, o autor reluta em mudar sua visão de mundo. Limita-se apenas a sustentar que qualquer intervenção estatal leva ao totalitarismo e que nos anos 1970 a única coisa que mudou é que o comunismo se transformou no Estado de Bem-Estar Social. Um argumento muito pobre que não aprofunda as mudanças do capitalismo, tanto em relação a sua dinâmica global, quando ao papel do Estado neste novo contexto.

O cerco se fecha apenas no grupo empresarial exaltando as ideias do autor, que se encontram não apenas paradas no tempo, mas também se mostram ineficazes para as tensões pelas quais o capitalismo afrontava em um período de crise.

> Na verdade, o pensamento de Hayek e de seus pares na defesa do "liberalismo absoluto" reflete as agruras da classe empresarial da qual pretendem ser dignos representantes intelectuais. Daqueles empresários incapazes de dar respostas eficazes as suas próprias contradições no meio econômico como em suas relações também de dependência com o Estado. Em não conseguindo isto, apegam-se às "virtudes" do *laissez faire*, morto e sepultado a décadas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977, p. 26).

O último trecho selecionado do artigo escrito por Gabriel de Carvalho expõe a fragilidade intelectual dos empresários brasileiros, ávidos por uma teoria que sustente seus ideais contra o avanço do Estado sobre a economia. Demonstra que ao defenderem o "liberalismo absoluto" não conseguem interpretar suas condições reais perante o capitalismo periférico do Brasil, em que são dependentes do Estado o qual eles combatem. A intensidade com que as mudanças estavam acontecendo com a reabertura política em compasso com o avanço do Estado tenham plantado muitas dúvidas na classe empresarial brasileira, fazendo-os pensar que no ritmo que as coisas estavam acontecendo a situação brasileira estivesse caminhando para o que Hayek fala das democracias sem liberdade econômica. Formando um Estado democrático, mas com forte intervenção estatal, o que era neste ponto preocupante para os empresários, a saída foi uma narrativa que prioriza um tipo de liberalismo que garantisse a vida e a expansão do capital privado brasileiro. A narrativa de Hayek, somado aos interesses do grupo, formava uma concepção de "liberalismo de conveniência" aos interesses dominantes, a qual Gabriel de Carvalho expõe no trecho em que fala que os empresários brasileiros são incapazes de dar respostas as suas próprias contradições e optam por adotar um guru intelectual mais contraditório ainda.

Após a exposição do artigo de Gabriel de Carvalho fazendo críticas às palestras de Hayek, o jornal O Estado de São Paulo em 30 de novembro de 1977 também publicou um trecho de uma reportagem que expunhas as contradições no discurso de Hayek:

> Sem dúvida alguma, por maiores que sejam suas autoridade e experiência, suas lições não devem ser tomadas como verdades indiscutíveis. E cremos que nada mais contrário a seu espírito liberal do que ver os outros reconhecer suas teorias como doutrinas ou dogmas. Tal, por exemplo, a defesa que faz a pluralidade de fontes de emissão, necessário, segundo ele, para que os indivíduos possam escolher qual a melhor moeda, rejeitando as más, ou, se quisermos (desta feita em campo menos escorregadio) a afirmação de que inclusive no setor dos serviços deve ser eliminada a figura do monopólio estatal. (ESTADO DE SÃO PAULO, 30 de novembro de 1977, p. 3).

O trecho selecionado vai na mesma direção das críticas proferidas por Gabriel de Carvalho. Interessante quando a reportagem expõe que nada é mais contraditório do que o olhar sobre o liberalismo ser apresentado com dogmas e doutrinas, pois, o liberalismo é uma teoria que permite a constante discussão ao pretender entender o capitalismo em movimento, enquanto o pensamento de Hayek trata estas categorias de forma fixa. Tratar de um elemento fluído como o liberalismo de forma rígida faz com que as teorias de Hayek percam sua capacidade de crítica inerente ao discurso científico. A reportagem alerta aos leitores para não tomarem as doutrinas de Hayek como verdades indiscutíveis, até porque como vimos até aqui elas não são. O final do trecho selecionado ainda apresenta a solução de Hayek para a inflação brasileira, que é a privatização da emissão de moeda pelos bancos, o que os especialistas apontam como uma das mais esdrúxulas propostas do economista austríaco.

Quatro anos após, a Revista Manchete publicou uma reportagem cobrindo as visitas de Hayek no ano de 1981, expondo as mesmas raízes dogmáticas do pensamento do economista:

> Em outras palavras, a interferência, que é repelida na vida econômica, é reclamada para o exercício político. Mas como Hayek recebe esta contradição?
> Ele nem admite a palavra contradição, encastelado na teoria, de base tão conservadora que deixa Milton Friedman no chinelo. Mas frisa o seguinte, aumentando a confusão: "um governo que me diz o que não posso fazer e me dá a liberdade total de fazer os meus planos. A economia deve permitir a algumas pessoas fazer coisas que outras não tem permissão para fazer. E da ordem a outras pessoas de fazer coisas que outras não tem ordem para fazer. Isso daí não é liberdade. Portanto no planejamento econômico não pode haver liberdade, ou, talvez, pouca liberdade. Enquanto um governo se limite a fazer leis que são iguais para todos, então você está livre para escolher o que quer fazer. Isto em verdade só existe em governos que se autolimitam. Qualquer governo ilimitado destrói a liberdade do indivíduo. (REVISTA MANCHETE, 1981, p. 118).

A receita permanece a mesma, menos Estado e mais iniciativa privada, a solução é linear, mas a realidade é bem diferente do que o mundo perfeito da livre iniciativa assombrada pela incapacidade do Estado que se ressume a apenas em atrapalhar a economia. Afirmações que a liberdade estava sendo suprimida pelo Estado são muito frágeis em países em que a iniciativa privada é ineficiente, e no caso do Brasil, assim como em 1981 se estendendo até as duas primeiras décadas do século XXI, o Estado mal consegue manter o mínimo de condições de sobrevivência de grupos populacionais miseráveis que vivem de forma precária e sem as benesses do mundo capitalista. A retirada das políticas igualitárias do Estado levaria a população pobre, que necessita de apoio social, à morte. Para Hayek estaria tudo bem e faz parte do sistema, pois se o Estado provesse o mínimo necessário para estas pessoas sobrevivessem estariam deturpando a livre iniciativa e a economia de mercado. Para Hayek

uma intervenção do Estado nesse sentido, evitando que as pessoas morressem levaria ao totalitarismo, em contrapartida um Estado omisso com os mais pobres é o que promove a liberdade, a meu ver esta é a maior contradição do pensamento de Hayek.

## 4.7 FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK: UM HOMEM DE IDEIAS SOLITÁRIAS?

A pergunta que abre esta seção é mais para incitar o leitor a refletir do que a busca por uma resposta objetiva. Hayek era um solitário e se aproximou de outros solitários que pensavam de forma parecida? Ou, o grande solitário, Ludwig von Mises foi o primeiro de uma geração de economistas austríacos que recrutou outros como ele e deu impulso para um grupo que culminou na Sociedade Mont Pèlerin? São questões muito amplas e que fogem do escopo desta pesquisa. Entretanto, ao longo desta tese expus diversas passagens de livros, entrevistas e cartas de Hayek, as quais, muitas vezes careciam de aprofundamento teórico ou outras referências em que o autor se baseava. Recorrentemente atribuía suas ideias ao retorno do "verdadeiro liberalismo" através do pensamento de Lord Acton[88] e John Locke, também ao conservadorismo de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville[89]. Busco no final deste capítulo retornar para questões originárias do pensamento de Hayek, com o objetivo não só de situá-lo dentro da geração da Escola Austríaca liderada por Mises, mas também de lançar uma importante reflexão, em que as teses de Hayek e de seus pares eram renegadas aos círculos acadêmicos no seu início, mas que em virtude da aglutinação de intelectuais foi permitida que a escola de pensamento ganhasse corpo alheia aos círculos universitários. Em virtude de as correntes de ideias terem surgido paralelamente às universidades, é possível inferir a carência de bases teóricas de Hayek no que se menciona a filosofia moral, caindo sempre nas mesmas interpretações e aceno aos mesmos autores sem uma devida problematização e aprofundamento.

Como foi evidenciado ao longo das páginas deste trabalho, as ideias de Hayek adentraram ao Brasil também paralelas às universidades, tanto que foi o empresário Henry

---

[88] "Embora o próprio Acton nunca chegasse a uma exposição sistemática de suas ideias, o *corpus* dos seus ensaios e palestras sobre história é, provavelmente, ainda o somatório mais completo do liberalismo verdadeiro, que se diferenciava bastante do radicalismo que levou ao socialismo, e que, para mim, ainda parece o melhor conjunto de valores que a civilização ocidental produziu" (HAYEK, 2021, p. 214).

[89] "A tradição Whig que eles representavam, o elemento britânico na mistura incongruente que o liberalismo europeu não constituiu, está gradualmente sendo separada dos elementos da democracia intelectualista francesa que revestiram muitas de suas características mais valiosas. Conforme as propensões totalitárias dessa tradição francesa passam a ser mais e mais claramente vistas, torna-se cada vez mais importante recuperar as fontes da grande tradição que lorde Acton tinha em mente ao escrever "Burke no seu melhor é a Inglaterra no seu melhor"" (idem, 2021, p. 213).

Maksoud que encabeçou a vinda de Hayek ao Brasil nos anos 1970 e início dos 1980, além de publicar suas obras em português. A guinada de *O Caminho da servidão* nos anos 1980 também foi feita pelo *think tank* chamado Instituto Liberal, demonstrando que o pensamento de Hayek ainda era paralelo em relação às discussões teóricas dentro dos círculos acadêmicos. Eram teorias desprovidas do rigor científico, o que, podemos atribuir ao caráter ideológico de seu pensamento. A decisão de trazer esta discussão para a parte final da tese, é para reforçar o isolamento da filosofia moral de Hayek baseada na fé do livre mercado nas suas primeiras décadas de concepção, ampliando o entendimento de como todo o processo de entrada do pensamento de Hayek no Brasil teve sua origem e ganhou força, sem deixar de assinalar o aspecto de *outsider* das suas ideias. Utilizarei passagens do próprio Hayek, extraídas do livro *O renascimento do liberalismo* (HAYEK, 2021) e do prefácio da obra *Os fundamentos da* liberdade (HAYEK, 1983), para enfatizar o isolamento e a solidão dele e do seu grupo.

Para expor o descolamento do rigor científico da obra *Os fundamentos da liberdade*, Hayek deixa exposto logo no início do seu prefácio para a edição norte-americana:

> Este livro não trata essencialmente do que a ciência nos ensina. Embora eu não pudesse escrevê-lo se não tivesse dedicado a maior parte de minha vida ao estudo da economia e, mais recentemente, não me tivesse esforçado para me familiarizar com as conclusões de várias outras ciências sociais, não trato aqui exclusivamente de fatos, nem me limito a questões de causa e efeito. Meu objetivo é retratar um ideal, mostrar como é possível realizá-lo e explicar o que sua realização significaria na prática. Para tanto, a discussão científica é um meio, não um fim. Acredito ter utilizado honestamente o meu conhecimento do mundo em que vivemos. Ao leitor cabe decidir se deseja aceitar os valores a serviço dos quais empreguei esse conhecimento. (HAYEK, 1983, p. 22).

Neste trecho do prefácio Hayek posiciona-se na direção do que ele chama de "retratar um ideal", condicionando-se aos fatos e a sua realização prática. As palavras ideal, que se refere a ideologia, e prática que remete ao mundo real, dentro do jogo de palavras de Hayek se contrapõe à discussão científica. A base teórica do autor mescla conhecimentos de economia e de ciências sociais, em que no trecho não deixa evidenciado seus fundamentos, os quais se distanciam do que "a ciência nos ensina". O afastamento da responsabilidade de construir argumentos científicos deixa Hayek livre para exercitar a narrativa de sua ideologia, em que a ciência é um meio e não o fim. Como o fim não é a ciência, seus argumentos apenas passam por ela, mas seus resultados não possuem o comprometimento das teorias científicas, e Hayek faz questão de evidenciar isto. Ao dizer que acredita ter utilizado honestamente o seu conhecimento do mundo em que vivemos torna empírico o resultado de suas reflexões, e

sobretudo idealizados em suas crenças sobre a economia e a sociedade. Na parte final da citação deixa livre o leitor para escolher em acolher suas interpretações ou não.

Para o prefácio da edição brasileira do mesmo livro, Hayek cita os intelectuais que resgata em suas reflexões:

> Nele pretendia apresentar uma visão moderna daquele liberalismo clássico que, instalando-se lentamente na Grã-Bretanha durante os séculos XVII e XVIII, parecia destinado a conquistar o mundo no século XIX, quando encontrou sua exposição mais perfeita nas obras de Tocqueville, Lord Acton e dos jurisconsultos ingleses, e na ação política dos estadistas William Gladstone e John Bright. Mas, a partir de então, para grave prejuízo mundial, sua influência foi diminuindo sob os ataques violentos das falsas promessas do socialismo. (HAYEK, 1983, p. 23).

Seus autores preferidos estão nos séculos XVII e XVIII, em que existe um saudosismo em relação ao liberalismo clássico, que foi deturpado, segundo Hayek, pelo socialismo do século XIX. Hayek percebe a diminuição da influência do liberalismo clássico no século XIX, aquele que surgiu na Grã-Bretanha pré-revolução industrial, mas que veio a ganhar força no século XVIII com a expansão industrial. O que é possível extrair desta tentativa de resgatar o "liberalismo clássico", é o sentimento de isolamento teórico de Hayek, que não conseguia encontrar referências atuais no seu tempo, vendo na imagem idealizada do "liberalismo clássico" dos séculos anteriores a saída para construir uma argumentação anacrônica ao dizer que adotaria uma visão moderna daquele pensamento. Hayek pretendia, dentro de sua estratégia narrativa, resgatar teorias do século XVII e XVIII para explicar a sociedade do século XX, o que dificultou a aceitação de suas ideias nos circuitos acadêmicos, pois não acompanhava a discussão cientifica da época que já avançava em modelos estatísticos e keynesianos na economia. A fuga de Hayek para o resgate do "liberalismo clássico", junto com seus pares, foi a forma que fundamentar seus pensamentos em bases científicas, porém, influenciadas por questões morais e ideológicas.

Feitas estas considerações a respeito do isolamento teórico de Hayek, com poucas referências em seu pensamento, bem como grande circulação fora da academia científica de suas ideias, reforço nas próximas passagens a solidão dele e de seus pares. Começando pelo primeiro economista austríaco de sua geração, Ludwig von Mises. Mises foi professor na Universidade de Viena, era o início dos anos 1920 e a Europa estava nos anos entreguerras, o que dificultava o deslocamento de docentes entre países, principalmente para os Estados Unidos, devido ao continente ainda estar em processo de recuperação econômica e de suas estruturas, este fato por si só já promovia o isolamento, mas Mises estava isolado dentro da

própria universidade. A prova da solidão de Mises é que ele ganhou espaço para discutir suas ideias apenas na privacidade do seu escritório, onde surgiu o seu *privatseminar*:

> Na maior parte do período entre as duas guerras, a mais importante dessas oportunidades era aquela que ficou conhecida como *Privatseminar*, de Mises, ainda que fosse, na realidade, inteiramente fora da universidade. Tratava-se de encontros quinzenais informais realizados ao anoitecer no escritório de Mises na Câmara do Comércio, e invariavelmente continuavam até tarde da noite em alguma cafeteria. Devem ter começado em 1922, aproximadamente, e acredito que continuaram até a partida de Mises de Viena, em 1934 – não sei dizer com exatidão, visto que não estava no começo nem no fim. Mas entre 1924 e 1931, ajudado pela circunstância de que Mises arranjara emprego para Haberler e para mim no mesmo prédio, e Haberler, como bibliotecário assistente, continuou o trabalho iniciado por Mises de converter a biblioteca da Câmara do Comércio na melhor biblioteca de economia de Viena. Esse prédio da Câmara de Comércio e os encontros realizados ali eram, no mínimo, tanto quanto a universidade, o centro da discussão econômica em Viena. (HAYEK, 2021, p. 33).

No início do seminário privado de Mises, Friedrich Hayek e Gottfried Haberler eram bem jovens, respectivamente com 23 e 22 anos de idade. Desta forma, é notável a influência do pensamento de Ludwig von Mises sobre os dois novos economistas. Cabe assinalar que tanto Hayek quanto Haberler acabaram trabalhando para Mises no prédio da Câmara de Comércio, núcleo das reuniões quinzenais por longos 12 anos. Percebe-se com isto a influência do solitário Mises no amadurecimento do pensamento de seus pupilos. E Hayek continua destacando que neste período Mises estava isolado do círculo acadêmico de Viena: "Mises estava quase sozinho – pelo menos entre os homens de sua geração (havia ainda alguns homens mais velhos, como Gustav Cassel, para os quais isso também era verdade) que estavam preparados para defender os princípios do livre mercado às suas últimas consequências" (HAYEK, 2021, p. 34). O isolamento de Mises estava fincado na sua defesa do liberalismo de forma exagerada em uma época que a discussão científica caminhava em outra direção, o que dificultava sua inserção dentro das discussões acadêmicas. Mises conseguiu ouvintes para suas ideias, segundo Hayek de um "liberalismo intransigente", no seu seminário privado: "[a]ntes de comentar algo mais sobre o grupo em que aconteciam essas discussões, quero dizer algumas palavras sobre a fonte desse liberalismo intransigente do qual, em sua geração, Mises era realmente único e ficou quase totalmente isolado" (HAYEK, 2021, p. 35).

Não só Mises estava isolado da discussão acadêmica, Hayek apresenta os seus pares nas discussões do grupo de estudos e suas atividades profissionais, ressaltando que posteriormente todos se tornaram professores nos Estados Unidos:

> Quando agora me volto para os homens de minha geração, a diversidade de suas atividades profissionais, antes que todos se tornassem professores nos Estados

> Unidos, era ainda maior. Felix Kaufmann, filósofo, teórico jurídico, lógico e matemático, era diretor do escritório vienense de uma grande empresa de petróleo. Alfred Schutz, sociólogo, era secretário de uma associação de pequenos bancos. Fritz Machlup era fabricante de papelão. Friedrich Engel-Jánosi, historiador, produzia assoalhos de madeira. J.H. Fürth, mais tarde do Federal Reserve Board [Conselho Diretor do Banco Central norte-americano], e Wlater Fröhlich, mais tarde professor da Universidade de Marquette, eram advogados praticantes. Nenhum deles, no desenrolar convencional dos acontecimentos, teria sido alguma vez professor universitário de período integral, e poucos deles lecionaram alguma vez na universidade antes de partirem de Viena. No entanto, todos eles foram tão importantes na formação de um conjunto comum de ideias como profissionais dependentes de outras atividades como eu, que depois de quatro anos no serviço público tive sorte suficiente para me tornar diretor de um instituto de pesquisa econômica; ou Oskar Morgenstern, que logo virou meu assistente e, mais à frente, meu sucessor; ou Haberler, cujo ofício já mencionei; ou Rosenstein-Rodan, que tinha um cargo de assistente na universidade e que, com Morgenstern, editava a revista *Zeitschrift für Nationalökonomie.* (HAYEK, 2021, p. 37).

Os homens citados por Hayek eram oriundos de diversas profissões, em comum o perfil de pessoas ligadas à iniciativa privada e descolados da universidade. Destaco o fato de nenhum destes homens tenham tido oportunidades de lecionarem integralmente na Universidade de Viena, quando muito em período parcial enquanto ainda exerciam suas atividades profissionais. Ressalto também a presença de Haberler no grupo de estudiosos do seminário de Mises, pois, retornando ao período da década de 1950 no Brasil, este foi o primeiro economista liberal convidado por Eugênio Gudin para fazer uma palestra na Fundação Getúlio Vargas, e que posteriormente é citado em uma das cartas trocadas com Hayek. Mais uma evidência do isolamento intelectual do grupo é justamente a quase nula presença de intelectuais lecionando na universidade, ainda com espaço restrito para o solitário Ludwig von Mises, que mesmo assim precisava manter um seminário privado para divulgar seu pensamento de apologia ao livre mercado. As características não acadêmicas dos participantes em seu início do grupo de estudos foi um fator que tenha proporcionado unidade ao grupo, submisso às ideias de Ludwig von Mises:

> Em primeiro lugar, sob impulso de Ludwig von Mises, um grupo muito pequeno de nós se dedicou a essa missão nos anos do pós-guerra. Naquela época, o meio das ciências sociais não era nada simpático à nossa perspectiva, estando completamente sob a influência dos ideais intervencionistas que tinham criado raízes na Alemanha desde a década de 1870. (HAYEK, 2021, p. 179-180).

A expressão usada por Hayek que diz que estes intelectuais estavam agindo sob o impulso de Mises ressalta o papel de catalizador do pensamento neoliberal através do líder do seminário. Outro ponto é que mais uma vez Hayek aponta que se tratava de um grupo pequeno. Este grupo pequeno na narrativa de Hayek estava direcionado para a missão de disseminar as ideias do livre mercado no pós-guerra. Interessante o uso da palavra “missão”, pois, o

significado da palavra prevê uma ordem dada. Mises teria incumbido estes estudiosos de suas ideias a pregarem o que era ensinado no seminário, e a ideia de "missão" pressupõe a replicação das ideias, como uma ideologia que não pode ser mudada para não perder sua unidade e nem a identidade com um determinado grupo. Tomava forma a geração de Hayek da Escola Austríaca, reanimada através do seminário privado de Ludwig von Mises. Apesar do seminário ter aglutinado pessoas com um mesmo ideal e motivação, as quais fizeram o movimento iniciado por Mises aumentar, fora do círculo ainda unia pessoas "solitárias" em suas ideias e convicções econômicas alheias às discussões acadêmicas da economia e da filosofia moral. Hayek sentiu isso ainda na década de 1940 após lançar *O Caminho da Servidão* e lançar-se em palestras na Europa e nos Estados Unidos:

> Após a publicação de *The Road to Serfdom*, fui convidado a dar muitas palestras. Em minhas viagens na Europa e também nos Estados Unidos, quase em todos os lugares aonde ia eu conhecia alguém que me dizia que concordava plenamente comigo, mas que, ao mesmo tempo, sentia-se totalmente isolado em suas opiniões e não tinha ninguém com quem pudesse conversar a respeito delas. Isso me deu a ideia de reunir essas pessoas, cada uma das quais vivendo em grande solidão, em um único lugar. E por um golpe de sorte, consegui arranjar o dinheiro para realizá-la. (HAYEK, 2021, p. 184).

A passagem em que Hayek comenta que achava pessoas que também se sentiam isoladas em suas ideias, e encontravam familiaridade no discurso do economista, demonstra novamente que o pensamento em prol do livre mercado e antiestatal estava fragmentado. Quem seriam estas pessoas que Hayek encontrava pelo caminho? Esta tese demonstra pelo menos uma dessas pessoas, o empresário Henry Maksoud se via desta forma, como um intelectual solitário que procurava aglutinar no espaço de sua revista as bases do pensamento neoliberal. Convém ressaltar que a citação está abordando o período de lançamento da obra *O Caminho da Servidão*, ainda na década de 1940, em que o isolamento dos neoliberais austríacos era ainda maior. Hayek neste contexto de solidão teórica, e percebendo que existiam pessoas como ele e seu grupo do seminário privado do Mises, levanta fundos para promover uma reunião dos solitários em Mont Pèlerin. Não é citado por Hayek a reunião de 1938 no Colóquio Walter Lippmann, porque a Sociedade Mont Pèlerin era a primeira iniciativa de criar um grupo coeso liderado pelos "liberais intransigentes" da Áustria, liderados por Ludwig von Mises:

> Minha primeira tarefa consistiu em conseguir uma reconciliação entre Röpke e esse arrecadador de recursos muito competente, e chegar a um acordo com Röpke para utilizar o dinheiro arrecadado originalmente para sua revista para organizar uma reunião de fundação para os liberais da Suíça. Sua anuência foi obtida e, como resultado, foi possível ter a primeira reunião da Sociedade Mont Pèlerin, em Mont Pèlerin, perto de Vevey, em 1947. Essa reunião contou com a presença de trinta e sete

> pessoas das sessenta ou mais que eu havia convidado. Aqueles eram todos os seres humanos solitários que eu conhecera em minhas viagens e que tinham se queixado de não ter encontrado ninguém com quem pudessem discutir seus problemas. (HAYEK, 2021, p. 185).

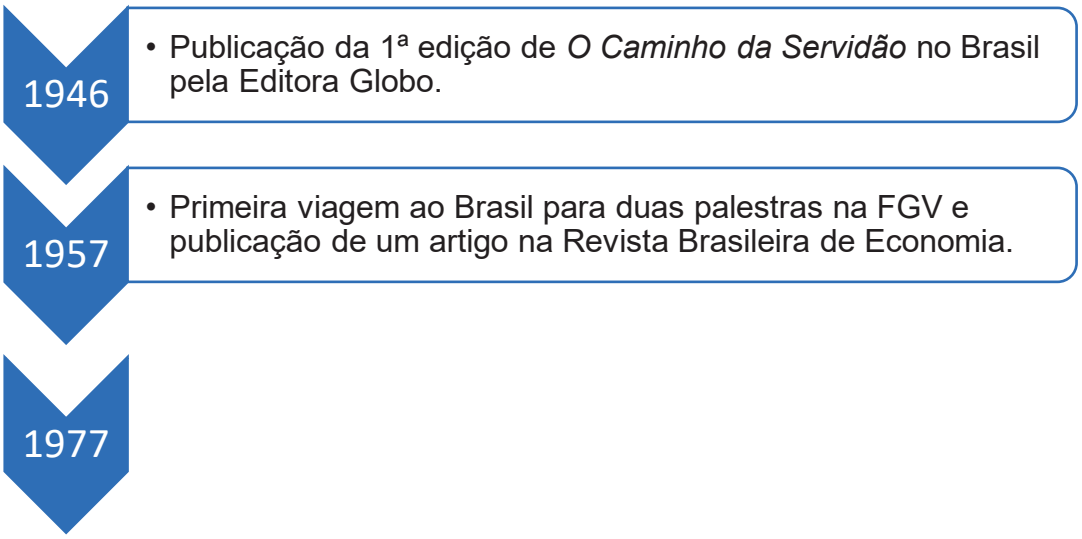
Trinta e sete solitários se reuniram em Mont Pèlerin para a primeira reunião. Todos impulsionados por Hayek, e mesmo assim ainda houve os faltantes, evidenciando que Hayek conheceu muita gente como ele ao longo de sua peregrinação na Europa e Estados Unidos para promover *O Caminho da Servidão*. Outro ponto fundamental é a importância da obra de Hayek, pois sem ela o economista não teria viajado e encontrado estes solitários que formaram o primeiro grupo que constituiu o pioneiro e mais influente *think tank* neoliberal do mundo. Através do isolamento das ideias de Mises, o grupo que começou a se reunir em um escritório na Câmara de Comércio de Viena ganhou a Europa e aos poucos foi ganhando o mundo. Algo que parecia pequeno e descolado das discussões universitárias ao longo das décadas ganhou corpo e adentrou espaços universitários, demonstrando que as ideias solitárias podem ser recepcionadas por outros solitários. A ênfase na utilização de palavras como solitário e isolado nesta seção serviram para destacar o lugar das ideias do grupo capitaneado por Mises estar extremamente fragmentado, não só pela falta de cientificidade do discurso, mas também pelo seu extremismo, em que Hayek chamou o próprio Mises de "liberal intransigente". Entretanto, as décadas demonstraram que mesmo as ideias solitárias podem ganhar corpo, permitindo assim a entrada do pensamento de Hayek no Brasil através de ondas ou gradientes, como voltarei a discutir na conclusão deste trabalho.

## CONCLUSÃO

Foi uma árdua tarefa pensar o ingresso do pensamento de Friedrich A. von Hayek no Brasil. Como demonstrei ao longo do trabalho e assim como nos ensina a História das Ideias, o pensamento é fluído. Identificá-lo em suas singularidades é uma tarefa complicada e impossível de abarcar em sua totalidade. Mas penso que obtive êxito na proposta que me propus a realizar. A entrada do pensamento de Hayek no Brasil é plena de nuances, e delimitar um marco inicial pode parecer uma armadilha, pois, antes de *O Caminho da Servidão* ser publicado em português, o pensamento de Hayek pode ter adentrado no país por meio de suas leituras em outros idiomas. Homens como Eugênio Gudin já haviam lido Hayek, no entanto, apresentam-se apenas como exceção, dentro de um círculo muito específico de pensadores liberais. Antes de 1946 o pensamento de Hayek no Brasil pode ter entrado por meio dessas exceções, por isso como estratégia metodológica delimitei alguns marcos importantes e busquei desenvolvê-los ao longo do trabalho para evidenciar de que forma o pensamento de Hayek se fez presente em cada uma das oportunidades.

A presença dos livros é a espinha dorsal da entrada do pensamento de Hayek no Brasil. Sem os livros não haveria as cartas, nem os convites para as visitas, nem a cobertura da mídia. Ao considerar o protagonismo das ideias presentes nos livros, organizei os capítulos dois e três como centro da tese, em que construí uma narrativa que buscou abranger diversos ângulos da obra *O Caminho da Servidão*, como principal centro irradiador das ideias de Hayek no Brasil. No segundo capítulo tratei também da aproximação da obra com o anticomunismo, e como ele apareceu na narrativa de Hayek. O terceiro capítulo dividido em duas partes, complementou e evidenciou a continuidade do pensamento de Hayek nas suas obras *Os Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade*. O terceiro capítulo marcou a mudança de foco no combate ao estatismo, Hayek transferiu o anticomunismo de *O Caminho da Servidão* para o combate do Estado de Bem-Estar Social a partir de *Os Fundamentos da Liberdade.* No entanto, antes de entrar de forma mais aprofundada nessas questões das obras, apresento uma linha do tempo com os principais marcos da entrada do pensamento de Hayek no Brasil:

ESQUEMA DO PROCESSO DE ENTRADA DO PENSAMENTO DE HAYEK NO BRASIL




A linha do tempo deve ser analisada como forma de conclusão, pois permite visualizar os eventos que foram decisivos para pensar que caminhos o pensamento de Hayek fez ao adentrar no Brasil. Foram selecionados nove marcos que permitem perceber como o

pensamento de Hayek entrou no país e quais as inovações que proporcionou. O primeiro marco refere-se à publicação da 1ª edição de *O Caminho da Servidão* no Brasil, em que a obra de Hayek serviu como primeiro contato do pensamento do autor para diversos intelectuais brasileiros, bem como para os demais leitores interessados. A publicação de *O Caminho da Servidão* é de grande importância, já que nele se consolidam os dogmas de Hayek contra o planejamento estatal e o anticomunismo, determinantes para a estruturação da doutrina neoliberal. Hayek constrói em *O Caminho da Servidão* a mítica do livre mercado, e o suposto caminho para o totalitarismo daqueles Estados que permanecem com qualquer forma de planejamento. Esse primeiro marco abre o caminho para os outros marcos da inserção do pensamento de Hayek no Brasil.

O segundo marco é a primeira visita ao Brasil de Hayek no ano de 1957. Hayek ainda não era um autor com grande reconhecimento mundial, apenas entre seus pares e seguidores. Porém sua vinda ao Brasil naquele ano é de suma importância. Quem estabelece contato com Hayek é o influente economista neoliberal brasileiro Eugênio Gudin. Gudin, conhecedor da obra de Hayek, inclusive do seu livro mais famoso *O Caminho da Servidão*, convida-o para vir ao Brasil para fazer duas palestras na FGV. O fato de Hayek discursar para um grupo de professores da instituição e acadêmicos permitiu que suas ideias fossem disseminadas nesse grupo, que, naturalmente, na qualidade de professores e alunos, seriam reproduzidas em sala de aula e em outros espaços. Além das palestras, sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1957 foi perpetuada com uma publicação na Revista Brasileira de Economia, em que o artigo levou o título de uma das palestras proferidas por Hayek, intitulada "Pleno Emprego, Planejamento e Inflação".

O terceiro marco da entrada do pensamento de Hayek no Brasil situa-se no ano de 1977, 20 anos após a visita de 1957. Hayek gozava do título de Prêmio Nobel de Economia, o que fez com que suas palestras e seminários fossem amplamente noticiados pela mídia. Henry Maksoud foi um personagem importante nessa terceira entrada do pensamento de Hayek no país, pois, como revelaram as cartas apresentadas, Maksoud foi quem encabeçou a vinda de Hayek ao Brasil. A leitura de *O Caminho da Servidão* por Maksoud se revela em uma das suas cartas escritas para Hayek, corroborando que existiu uma correlação entre o livro e o pensamento de Maksoud. Não posso afirmar que Maksoud leu *O Caminho da Servidão* publicado em português em 1946, mas o pensamento do autor cristalizado na obra despertou no empresário brasileiro a vontade de trazer o economista austríaco ao país. Ainda no ano de 1977 foi publicada a 2ª edição de *O Caminho da Servidão* no Brasil, reforçando a entrada do pensamento do autor. Coincidência ou não, a publicação foi concebida nessa segunda onda de

visitas de Hayek ao país, garantindo um novo espaço para a leitura de *O Caminho da Servidão*. A grande cobertura das palestras de 1977 permitiu que novas facetas do pensamento de Hayek fossem conhecidas no Brasil, como suas ideias a respeito da democracia limitada, a qual chamou de demarquia, e seus posicionamentos defendidos na obra *Os Fundamentos da Liberdade*.

Após a descrição do terceiro marco da entrada do pensamento de Hayek no Brasil, o quarto e o quinto se confundem. Trata-se da terceira e quarta viagem ao Brasil. Apesar de não manter o frenesi da mídia em 1977, as demais passagens foram noticiadas pela imprensa, sobretudo a de 1981. Em 1981 Hayek passou pela Universidade de Brasília, o que garantiu uma publicação pela instituição chamada *Hayek na UnB*. Hayek transitou entre espaços não acadêmicos, como a palestra para empresários no Maksoud Plaza Hotel, até em espaços acadêmicos, como a Universidade de Brasília. Essas características múltiplas das viagens de 1977 a 1981 se diferenciam da passagem em 1957 em que as palestras foram resumidas ao espaço acadêmico da FGV. Os marcos selecionados posteriormente à viagem de 1981 são oriundos das publicações das outras obras de Hayek no Brasil. O Grupo Visão, refletindo os anseios ideológicos de seu proprietário Henry Maksoud, publicou as outras obras importantes de Hayek em língua portuguesa, como *Os Fundamentos da Liberdade* em 1983. Esse livro apresenta a passagem da doutrina neoliberal de Hayek para receitas de práticas políticas, tendo em vista que nele Hayek discute questões como a Previdência Social, Sindicatos trabalhistas e os papeis dos Assalariados e Homens Independentes, entre outros temas. *Os Fundamentos da Liberdade* é um marco interessante, abordado no terceiro capítulo da tese, pois permitiu fazer uma reflexão das políticas neoliberais praticadas nos anos posteriores ao Consenso de Washington. E dentro da proposta da tese é possível perceber como o pensamento de Hayek evoluiu e chegou no Brasil por meio não apenas das suas palestras e da cobertura da mídia, mas sim por meio de seus outros livros, além de *O Caminho da Servidão*.

O sexto marco apresentado é a publicação em 1984 de *O Caminho da Servidão* com a tradução da equipe do Instituto Liberal. Como foi trabalhado no segundo capítulo, existiu uma mudança sensível de tradução das edições da Editora Globo, para as edições do Instituto Liberal. Este marco delimita uma nova onda das edições de *O Caminho da Servidão*, pois a tradução apresenta um viés destinado aos anseios ideológicos do grupo que traduziu o livro. Fica em evidência traços mais marcantes da doutrina de Hayek contrária ao planejamento central, e considerando que é a tradução que perdura até os dias atuais, temos nesse ponto uma frente do pensamento de Hayek no Brasil. Devido à tradução, *O Caminho da Servidão* experimenta dois momentos de entrada no Brasil, sendo as edições do Instituto Liberal as mais

difundidas e lidas. Em 1985 o marco é a publicação dos volumes de *Direito, Legislação e Liberdade*. Apesar de as ideias do livro fazerem-se presentes desde as visitas de 1977 de Hayek, por meio da discussão acerca do conceito de demarquia, só em 1985 a obra acabada é publicada no Brasil. Devido à importância da obra e do tempo destinado para a discussão da demarquia, aponto a publicação desse livro como mais um momento em que o pensamento de Hayek adentrou e foi discutido no país. O último marco, e finalizando o recorte temporal destinado para esta pesquisa, cito a edição de *O Caminho da Servidão* publicada pela Biblioteca do Exército. Essa edição de *O Caminho da Servidão* despertou interesse devido ao prefácio escrito por Roberto de Oliveira Campos, expondo seu ponto de vista a respeito de Hayek e marcando assim mais uma forma de entrada no pensamento do austríaco no Brasil.

A observação da linha do tempo elaborada não deve ser linear. Na prática o pensamento de Hayek adentrou principalmente por esses marcos que citei, mas, após adentrar os fluxos que o pensamento adquire, são múltiplos, e as recepções podem ser as mais variadas possíveis, incapacitando de traçar um panorama fiel do pensamento de Hayek no Brasil. No entanto, por meio do arranjo teórico e metodológico, essa pesquisa propiciou uma leitura abrangente do fenômeno, elencando subsídios textuais e contextuais. A História das ideias, principalmente através do contextualismo inglês, por meio de autores como John Pocock e Quentin Skinner, os quais empreguei para fazer a leitura teórica das fontes, aponta que existem complexidades entre o texto e o contexto. Analisei as fontes por meio das obras de Hayek publicadas no Brasil, como também as demais fontes que permitiram fazer as leituras do contexto, como as cartas e o material da mídia, além das próprias diferenças de traduções.

No conjunto utilizado de fontes, é possível separá-las em duas categorias, sendo as categorias referentes aos textos e aos contextos. Para o texto foi feita a análise das obras de Hayek em seus conteúdos, no entanto, para complexificar a análise e responder satisfatoriamente ao aspecto teórico, o contexto abrangeu as matérias jornalísticas e as cartas, levando em consideração o momento histórico que cercava o contexto. As obras também mudam de acordo com o contexto, como foi examinado na tradução da edição de 1946 de *O Caminho da Servidão* e posteriormente na tradução do Instituto Liberal em 1984. Todas essas questões enriquecem os diferentes contextos nos quais o pensamento de Hayek adentrou o Brasil. O recorte temporal da pesquisa evidencia esses diferentes contextos. Contextos que são tanto nacionais como internacionais. Internacionais pois Hayek importa suas experiências acadêmicas e pessoais, bem como diferentes impressões sobre países e assuntos históricos, e professa-os no Brasil. O contexto da visita de 1957 é bem diferente do contexto de 1977. Esses exemplos servem para ilustrar que além da dimensão linear do recorte temporal da pesquisa,

outros fatores foram levados em consideração para alcançar uma interpretação mais ampla do que realmente significou e qual foi a dimensão da entrada do pensamento de Hayek no Brasil. Indico os caminhos pelos quais esse pensamento entrou, mas, a partir do momento que ele se fez presente no Brasil, ele toma caminhos diferenciados. Um carro quando sai da fábrica toma rumos diversos nas mãos dos seus proprietários. É possível fazer uma analogia parecida com o pensamento de Hayek. Apontei os marcos e os caminhos que determinaram a entrada do pensamento de Hayek no Brasil, mas os caminhos que esse pensamento tomou são intersubjetivos; cada pessoa absorve de uma forma e o reproduz de um jeito, nas diferentes épocas. Nesse cenário existe uma teia de significados e interpretações que surgiram.

Outra característica que posso diferenciar são as diferentes dimensões entre doutrina e ação política, passando pelo movimento. Essas relações também permitem identificar as ligações entre texto e contexto. Nos textos podem ser encontradas as doutrinas que definiram futuramente as ações políticas. Durante a tese defini como doutrina principalmente as ideias presentes em *O Caminho da Servidão*, com a aversão ao planejamento e a defesa mítica ao livre mercado amparado no anticomunismo. Em *Os Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade*, temos um refinamento da doutrina para mecanismos de ação política, os quais passaram a ser aplicados na ditadura militar chilena ainda na década de 1970. O movimento é interpretado como as redes formadas por meio do pensamento de Hayek. O maior exemplo de movimento foi o operado em 1957 por Eugênio Gudin ao trazer Hayek ao Brasil e em 1977 com a mesma iniciativa realizada por Henry Maksoud. A vinda do economista ao Brasil permitiu uma intensificação dos seus fluxos de ideias e a popularização de Hayek por meio da imprensa. Outro exemplo do movimento foi a ação de Henry Maksoud de publicar livros do autor no Brasil, assim como do Instituto Liberal em liderar o lançamento das edições de *O Caminho da Servidão* após 1984.

Diante das reflexões que separam doutrina, movimento e ação política, é possível elaborar um pequeno quadro onde pode ser representado essas diferentes fases da entrada do pensamento de Hayek no Brasil. A percepção dessas várias etapas da entrada do pensamento é viável no sentido em que se complexifica a análise, indo além da leitura dos marcos como se fossem sequências lineares do processo. Como citei anteriormente, os marcos servem para organizar os caminhos em que o pensamento de Hayek adentrou no Brasil, mas a leitura dos momentos de doutrina, movimento e ação política diferenciam não só os diferentes textos de Hayek como também seus contextos em que estão sendo aplicados.

Quadro 8 – Comparações entre Doutrina, Movimento e Ação Política

| DOUTRINA | MOVIMENTO | AÇÃO POLÍTICA |
|---|---|---|
| *O Caminho da Servidão* | Distribuição e publicidade das obras | Não intervencionismo do Estado na economia |
| *Os Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade* | Distribuição e publicidade das obras | Políticas antiestatais de desmonte do Estado de Bem-Estar Social em *Os Fundamentos da Liberdade* e *Direito, Legislação e Liberdade* |
| Estado Máximo na Punição | Defesa política do modelo punitivo | Violência de Estado |
| Elaboração das bases do pensamento neoliberal | Sociedade Mont Pèlerin e proliferação de *think tanks* | Entrada de políticos e burocratas oriundos dessas instituições no Estado |
| Aversão ao planejamento e políticas sociais | Divulgação das ideias e das obras antiestatais | Enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social |
| Defesa da doutrina de Livre mercado por Hayek | Viagens e palestras de Hayek no Brasil | Adoção de políticas que incentivem a economia de mercado neoliberal |
| Valorização do empreendedor | Publicação das palestras de Hayek na mídia | Individualização do trabalhador |
| Estado Mínimo | Movimentos anti-intervencionismo | Retirada dos direitos sociais e aumento do Estado punitivo |
| Demarquia | Divulgação e defesa do modelo na imprensa | Democracia Limitada |
| Anticomunismo em *O Caminho da Servidão* | Publicação dos livros no Brasil | Disseminação do discurso anticomunista e alinhado à direita e ao conservadorismo |

Fonte: Elaborado pelo autor

A elaboração do quadro serve para visualizar as diferenças existentes entre doutrina, movimento e ação política. Hayek não fala exatamente de um Estado Máximo na punição, porém, é possível fazer uma inferência da presença forte do Estado para garantir a propriedade privada, nem que para isto utilize a força para repressão. Os outros pontos da doutrina são encontrados nas principais obras de Hayek, e são os assuntos que mais apareceram na cobertura da mídia a respeito das palestras. Se os livros de Hayek atingem na maioria os intelectuais e professores, as ideias apresentadas na mídia ampliam o leque de alcance, chegando até pessoas que vão conhecer o pensamento de Hayek apenas pelo que é noticiado nestes veículos de informação. Muitas pessoas que leram as reportagens apenas conhecerão Hayek através dos jornais, sem nunca ler um livro do autor, mas, não impede de que a doutrina do austríaco chegue

até uma parcela maior da população. O movimento do pensamento de Hayek remete tanto aos eventos no qual participou, como na distribuição do material sobre o autor, ou na forma de seus livros ou de matérias jornalísticas sobre a visita. O movimento também pode ser visualizado na reprodução das ideias do autor no Brasil, bem como na valorização do pensamento neoliberal. A Sociedade Mont Pèlerin, originária das reuniões nos alpes suíços nos anos 1940 aumentou de tamanho, abrangendo, como vimos, brasileiros como Henry Maksoud, Donald Stuart Junior e Eugênio Gudin como associados. A Sociedade Mont Pèlerin pode ser enquadrada como um aspecto do movimento, pois é um grupo aglutinador e disseminador das ideias, e tendo influentes brasileiros presentes em reuniões e no grupo, pode-se elencar as ações da sociedade também como uma forma de inserção do pensamento de Hayek no Brasil.

Por fim, as ações políticas assumem uma natureza mais ampla, é quando a doutrina passa a ser viabilizada como prática política. É o caso de *Os Fundamentos da Liberdade* no capítulo três desta tese, onde Hayek apresenta as receitas de como praticar as ações políticas neoliberais contra o Estado de Bem-Estar Social. No modelo de democracia limitada, a demarquia, apresentada em *Direito, Legislação e Liberdade*, temos o mesmo caso, em que Hayek demonstra como pode se operacionalizar um modelo de governo pseudodemocrático.

O conjunto da doutrina, movimento e ação política é o que proporciona a ideia de coesão do pensamento de Hayek, saindo de sua interioridade e chegando até a prática. Estas características, assim como os marcos, também não são lineares, elas acontecem de formas simultâneas. O movimento acontece em conjunto com a doutrina, e a doutrina muitas vezes pode se confundir com a prática política. Para haver o movimento a doutrina deve estar consolidada, e para a ação política ser validada o movimento deve estar coeso. É preciso visualizar estes fenômenos de forma conjunta. Os marcos são como "doses" do pensamento de Hayek inseridos no Brasil, estas "doses" são os princípios ativos que fomentam a doutrina, o movimento e a ação política.

Concluo o raciocínio apresentando as relações entre texto e contexto, com os marcos, doutrinas, movimentos e ações políticas. Os textos surgem como primeira forma de expressão do pensamento de Hayek no Brasil, com o destaque para *O Caminho da Servidão*, a partir deste primeiro marco temos a ampliação do texto para o contexto, as visitas e o ambiente das palestras. A partir da interação em contextos surgem novos textos, como por exemplo do artigo escrito na RBE. As experiências adquiridas por Hayek nas viagens proporcionam experiências pessoais resultando em novos textos e obras, no surgimento de novas ideias que são inerentes aos contextos em que as obras são produzidas ou lidas. Por outro lado, as produções de autores que tiveram contato com Hayek, como Eugênio Gudin e Henry Maksoud, além da própria

imprensa, são resultantes da somatória entre os textos produzidos por Hayek e os contextos em que as obras foram lidas e comentadas. Texto e contexto se confundem também, o autor está imerso em uma rede de intersubjetividades que não pode ser lida de forma estanque.

É preciso ter em mente estes mecanismos para entender a dinâmica da inserção do pensamento de Friedrich August von Hayek no Brasil, o contexto faz as ideias existentes se tornarem vivas ao mesmo tempo em que fecunda novas ideias que se cristalizam em novos textos, modificando os contextos. Nesta perspectiva o texto é vivo, e a fecundação de todo o processo aconteceu em 1946, o texto de *O Caminho da Servidão* originou a primeira semente do pensamento de Hayek no Brasil. Através deste primeiro movimento no formato de texto, um processo de florescimento de ideias foi ativado e realimentado através de cada um dos marcos abordados ao longo do trabalho.

Durante toda a pesquisa a ênfase ocorreu na inserção do pensamento de Friedrich A. von Hayek no Brasil, mas o fenômeno não está isolado de um contexto muito maior. O recorte realizado de forma espacial foi estratégico para refletir sobre como o neoliberalismo expandiu ao longo do século XX saindo do seu berço europeu e norte-americano, chegando aos países periféricos da América Latina. Quando falo em América Latina lembro o leitor as viagens de Hayek não se restringiram ao Brasil. Durante suas passagens pela América Latina fez paradas no Brasil e Argentina em 1957; Chile, Brasil e Argentina em 1977 e Brasil, Chile e Venezuela em 1981. Um campo maior se abre para pensar o pensamento de Hayek na América Latina durante este período, tornando possível a comparação entre as coberturas da imprensa nos diferentes países latino-americanos, por exemplo.

Outro ponto que é necessário salientar é o perfil de homem construído pelo neoliberalismo, e sobretudo por Hayek. Durante o desenvolvimento desta pesquisa percebi que o homem para Hayek é o vencedor, o empreendedor que se faz as coisas por si mesmo sem depender do Estado. Estado que por sinal é o maior impedimento para que os talentos individuais consigam se destacar. O mercado para Hayek é o medidor da eficiência e da performance, onde os mais capacitados se despontam e atingem o sucesso. Este é o Homem de sucesso para Hayek, o individualista que apesar da concorrência e do Estado consegue atingir um destaque econômico e social. Sabendo que este é o perfil de Homem bem-sucedido para Hayek, de outro lado temos o homem descartável, aquele que não consegue espaço nessa luta pela sobrevivência na economia de mercado. Neste ponto se contrapõe o “Homem de sucesso

de Hayek" e o "Homem descartável de Balibar e Olgivie"[90]. Soma-se a perspectiva mais teórica da formação de um homem descartável as contribuições de Vlademir Safatle e Loïc Wacquant. Vladmir Safatle reflete sobre a internalização da racionalidade econômica como única forma de racionalidade possível, formando o sujeito individualizado e comprovando a incisiva frase de Margareth Thatcher: "Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma"[91]. Safatle reforça o antagonismo do Estado no processo de formação do empreendedor para a vertente neoliberal: "[p]ois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia" (SAFATLE, 2021, p. 25).

A mudança de mentalidade pregada é determinante para o enfraquecimento da luta de classes, na passagem do social para o psíquico o homem do neoliberalismo não se percebe como uma contradição, ele está focado na sua performance e otimização da sua eficiência, adequando-se ao modelo de dominação sem a devida problematização de seu lugar na sociedade e na economia[92]. A referência do trabalhador e sua rede de solidariedade e luta é desconstruída. Com a internalização do homem de sucesso de Hayek a culpa do fracasso não é decorrente da dinâmica de funcionamento das estruturas hegemônicas, mas sim consequência do próprio sujeito que não conseguiu uma performance esperada pelo mercado. Para os desempregados ou descartáveis sobra o custo do Estado neoliberal, que não sendo mínimo nas suas políticas penais acaba com encarcerar os pobres, restringindo suas liberdades, havendo um retrocesso para um

[90] "No obstante, la globalización no es solamente una extensión de las posibilidades de acumulación en detrimento de la vida, de la naturaleza y de la cultura de las poblaciones; es también una gigantesca mutación de las fuentes de acumulación del capital y de los modos de sujeción de los individuos, que aprovecha la flexibilidad y la capilaridad del capital financiero para explotar a los seres humanos a la vez como productores y como consumidores, como fuerza de trabajo y como fuerza de dolor y disfrute, en su capacidad de producción y en sus deseos o sus necesidades […]" (Balibar, 2015, p. 54).

[91] "Um diagnóstico que se impôs no colóquio fora o equívoco da crença, própria ao liberalismo manchesteriano do século XIX, de que livre-iniciativa, empreendedorismo e competitividade seriam características que brotariam quase que espontaneamente nos indivíduos, caso fôssemos capazes de limitar radicalmente a intervenção econômica e social do Estado. Antes, a liberdade liberal teria de ser produzida e defendida. Como dirá décadas depois Margareth Thatcher: "Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma". E essa mudança dos corações e mentes teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação. Isso até o momento em que os indivíduos começassem a ver a si mesmos como "empreendedores de si", isso até o momento que eles internalizassem a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível" (SAFATLE, 2020, p. 24).

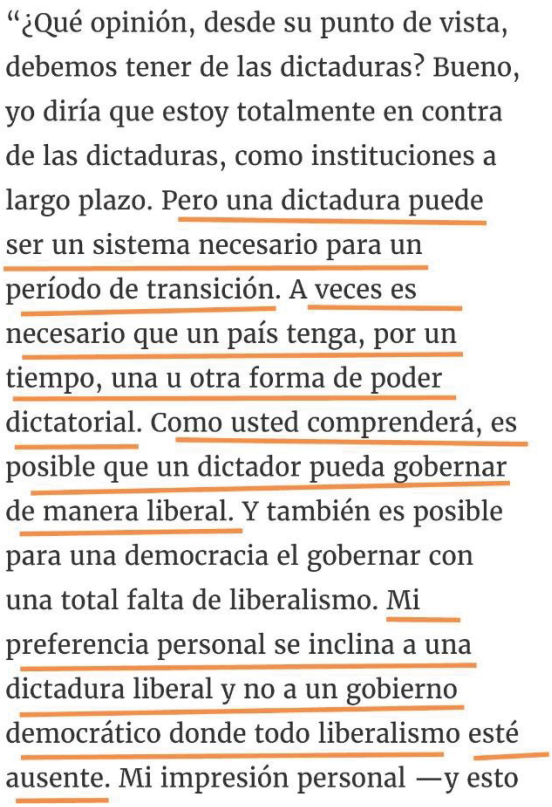
[92] "Mas o aprofundamento desse processo exigia uma destruição completa da gramática do conflito e da contradição objetiva. Ou seja, tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados" (SAFATLE, 2020, p. 25).

paternalismo repressivo, caracterizado para Wacquant como a repressão do "capitalismo selvagem[93].

O último ponto desta conclusão objetiva trazer a importância do trabalho para a atualidade, sobretudo para o ano de 2022. Infelizmente passamos das fases da doutrina e do movimento neoliberal e atingimos as ações políticas. Os flertes do neoliberalismo com as ditaduras e governos conservadores desde Augusto Pinochet levaram ao cenário de emergências de direitas internacionalmente, com a crescente financeirização da economia e avanço das relações entre os grandes grupos capitalistas e os governos nacionais. Mais do que a exclusão dos pobres através de "reformas" como a da previdência e a trabalhista, instituiu-se a política do ódio aos grupos minoritários da sociedade. A união entre o individualismo, conservadorismo e o racismo, bem como a acentuação do Estado neoliberal punitivo, ergueu o fenômeno do neofascismo. Uma tenebrosa mistura entre neoliberalismo e fascismo, em voga em países como o Brasil, no qual o presidente Jair Bolsonaro institui políticas que desassistem os mais pobres, levando ao esvaziamento assistencialista do Estado. O maior exemplo das políticas nocivas do presidente Jair Bolsonaro resultou no negacionismo científico durante a fase mais aguda da pandemia de covid-19 no Brasil, levando à morte de pessoas sem acesso à saúde pública que necessitavam sair de casa para trabalhar. O Estado e suas ações políticas neoliberais provaram a capacidade mortal da ideologia do Estado mínimo na economia e punitivo aos mais pobres. Enquanto existe a simbiose entre as hegemonias econômicas com o governo, como é o caso do agronegócio, o Estado atua para privilegiar os negócios destes grupos, enquanto elimina os pobres ou isola-os em penitenciárias superlotadas. A liberdade econômica está acima da liberdade social, a afirmação famosa de Hayek foi dita em suas passagens pela América Latina, sobretudo em entrevista ao jornal chileno El Mercúrio, em 12 de abril de 1981 durante o governo do ditador Augusto Pinochet. Na ocasião Hayek declarou que:

[93] "Em todo caso, a experiência americana demonstra que não conseguiríamos, nem atualmente nem no final do século XIX, separar política social e política penal, ou, para resumir, mercado de trabalho, trabalho social (se é que ainda se pode chamá-lo assim), polícia e prisão, sem compreendermos ambas e suas transformações conexas. Pois, por toda parte onde chega a se tornar realidade, a utopia neoliberal carrega em seu bojo, para os mais pobres, mas também para todos aqueles que cedo ou tarde são forçados a deixar o setor do emprego protegido, não um acréscimo de liberdade, como clamam seus arautos, mas a redução e até a supressão dessa liberdade, ao cabo de um retrocesso para um paternalismo repressivo de outra época, a do capitalismo selvagem, mas acrescido dessa vez de um Estado punitivo onisciente e onipotente. A "mão invisível" tão cara aAdam Smith certamente voltou, mas dessa vez vestida com uma "luva de ferro"" (WACQUANT, 1999, p. 99).

FIGURA 5 – Trecho de entrevista cedida por Hayek para o jornal El Mercurio



"¿Qué opinión, desde su punto de vista, debemos tener de las dictaduras? Bueno, yo diría que estoy totalmente en contra de las dictaduras, como instituciones a largo plazo. Pero una dictadura puede ser un sistema necesario para un período de transición. A veces es necesario que un país tenga, por un tiempo, una u otra forma de poder dictatorial. Como usted comprenderá, es posible que un dictador pueda gobernar de manera liberal. Y también es posible para una democracia el gobernar con una total falta de liberalismo. Mi preferencia personal se inclina a una dictadura liberal y no a un gobierno democrático donde todo liberalismo esté ausente. Mi impresión personal —y esto

Fonte: El Mercurio, 12 de abril de 1981

Hayek declara que prefere uma ditadura liberal ao invés de um governo democrático onde o liberalismo está ausente. Justifica também a ditadura como necessária durante períodos de transição. Reside neste trecho uma grande contradição, para Hayek qualquer forma de intervencionismo estatal na economia abriria caminho para o totalitarismo, nutrindo o anticomunismo como principal arma, mas ao defender as ditaduras políticas não se preocupa com elas. Trouxe a passagem do jornal El Mercúrio não como um elemento isolado no passado, apenas presente e relacionando-se no contexto desta pesquisa, o extrato serve para mostrar que muitas ditaduras políticas se ampararam na teoria e no anticomunismo de Hayek. A plataforma política de Jair Bolsonaro se amparou no discurso econômico do livre mercado, tanto que Paulo Guedes foi nomeado seu Ministro da Economia. Por outro lado, negacionismos, conservadorismo, declarações antidemocráticas, militarismo e exclusão social pautaram o seu posicionamento na extrema-direita, adotando um perfil de governo autocrático aos moldes do que era o gosto de Hayek. O desamparo social, seguido de privatizações e desmontes de políticas públicas de bem-estar aproximam-se do que discuti no capítulo três, no qual Hayek ataca a democracia ilimitada, os sindicatos, a previdência social e o trabalhador. É o desmonte

do Estado de Bem-Estar Social ocorrendo no Brasil do ano de 2019 a 2022. Mais uma evidência da transfiguração da doutrina neoliberal de Hayek para a prática política.

Anticomunismo associado às políticas antissociais, acompanhadas de declarações racistas, mentiras (*fake News*) e ataques à democracia proferidos pelo Presidente da República brasileiro, seus filhos e apoiadores, leva ao nascimento do neofascismo. O neofascismo, autoritarismo e neoliberalismo são elementos de um mesmo *modus operandi*. Hayek ao longo de tudo que foi apresentado nesta pesquisa, e ilustrado através da entrevista ao jornal chileno, ao dizer que prefere a ditadura liberal à democracia social com intervenção estatal, define um modelo de governo guiado por suas ideias. Quando vemos a emergência de governos autoritários a partir da segunda década do século XXI, nota-se a construção deste modelo pensado por Hayek aplicado na prática política. Assim, completa-se o ciclo descrito na análise teórica deste trabalho. A doutrina virou movimento e atingiu o estágio de ação política. A análise e a exploração de fontes desta tese encerram-se no ano de 1994 com o prefácio de Roberto Campos para *O Caminho da Servidão*, porém o objetivo era apenas trilhar o caminho das ideias de Hayek até aquele ponto em que estava passando do movimento para a ação política. Os anos 1990 marcaram o auge do neoliberalismo a nível mundial, e após um pequeno recuo durante o início dos anos 2000, o mundo enfrenta uma nova onda de crescimento das ideias neoliberais na segunda década do ano 2000, acompanhada do elemento fascista. Hayek colocava o fascismo como um destino para a servidão quando não respeitado o livre mercado, no entanto, sua teoria quando retirada do aspecto econômico e focada no aspecto político, tem o fascismo como um dos principais pilares de sustentação.

# FONTES

## PUBLICAÇÕES MAPEADAS DE *O CAMINHO DA SERVIDÃO*

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. Prefácio de Roberto Campos. Rio de Janeiro: Instituto Liberal: Biblioteca do Exército, 1994.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2012.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. São Paulo: Vide Editorial, 2013.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2017. E-book.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Leonel Valandro. Prefácio de John Chamberlain. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1946.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Leonel Valandro. Prefácio de Adolpho Lindenberg. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1977.

## OUTROS LIVROS DO HAYEK

HAYEK, Friedrich August. **A Arrogância Fatal**: os erros do socialismo. Tradução de Ana Maria Capovilla e Cândido Mendes Prunes. São Paulo, Editora Visão, 1988.

HAYEK, Friedrich August. **Direito Legislação e Liberdade**: a miragem da justiça social. São Paulo: Editora Visão, 1985. v. 2.

HAYEK, Friedrich August. **Direito Legislação e Liberdade**: a ordem política de um povo livre. São Paulo: Editora Visão, 1985. v. 3.

HAYEK, Friedrich August. **Direito Legislação e Liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Editora Visão, 1985. v. 1.

HAYEK, Friedrich August. **O renascimento do liberalismo**: princípios da Escola Austríaca e os ideais da liberdade econômica. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

HAYEK, Friedrich August. **Os Fundamentos da Liberdade**. São Paulo: Editora Visão, 1983.

ARQUIVOS DO HAYEK PAPERS (HOOVER INSTITUTION)

Os arquivos são compostos por cartas trocadas entre Henry Maksoud e Friedrich Hayek, Eugênio Gudin e Hayek e recortes de diversos jornais sobre a visita de Hayek ao Brasil em 1977 e rascunhos da publicação Hayek na UnB.

Documentos de Friedrich A. von Hayek, [Caixa 1., Pasta no. 9], Arquivos da Instituição Hoover.

Documentos de Friedrich A. von Hayek, [Caixa 1., Pasta no. 14], Arquivos da Instituição Hoover.

Documentos de Friedrich A. von Hayek, [Caixa 4., Pasta no. 32], Arquivos da Instituição Hoover.

Documentos de Friedrich A. von Hayek, [Caixa 22., Pasta no.32], Arquivos da Instituição Hoover.

Documentos de Friedrich A. von Hayek, [Caixa 36., Pasta no. 32], Arquivos da Instituição Hoover.

OUTROS LIVROS E ARTIGOS UTILIZADOS COMO FONTE DE PESQUISA

HAYEK NA UNB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 11 a 12 de maio de 1981. Brasília: Editora de Brasília, 1981.

HAYEK, Friedrich August von. **Pleno emprego, planejamento e inflação**. In: **Revista brasileira de economia.** v.11, n.2, Rio de Janeiro: FGV, 1957.

LINDENBERG, Adolpho. **Os Católicos e a Economia de Mercado**: oposição ou colaboração?. São Paulo: LTR, 2002.

MAKSOUD, Henry. **Demarquia é o regime para uma democracia viável I.** São Paulo: Revista Visão. 6 de fevereiro de 1978.

MAKSOUD, Henry. **Demarquia é o regime para uma democracia viável II.** São Paulo: Revista Visão. Fevereiro de 1978.

MAKSOUD, Henry. **A Revolução que Precisa ser feita**. São Paulo: Editora Visão, 1980a.

MAKSOUD, Henry. **Ensaios sobre a Liberdade**. São Paulo: Editora Visão, 1980b.

MAKSOUD, Henry. Prefácio. In: HAYEK, Friedrich Ausgust, **Direito Legislação e Liberdade**: a ordem política de um povo livre. São Paulo: Editora Visão, 1985. v. 3.

PRUNES, Cláudio Mendes (org.). **Hayek no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

JORNAIS E REVISTAS UTILIZADOS ATRAVÉS DE PESQUISA NA HEMEROTECA DIGITAL

Correio da Manhã; Correio Braziliense; Diário de Natal; Diário de Pernambuco; Diário de Notícias; Estado de São Paulo; Folha de São Paulo; Jornal do Brasil; Jornal da Tarde; O Diário Carioca; O Jornal; O Correio Paulistano; O Observador Econômico; Opinião e Revista Manchete.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ALMEIDA, Manoel Donato. **Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. Além do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003a.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003b.

ANDERSON, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atílio; SADER, Emir; SALAMA, PIERRE. A Trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. *In*: SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANGELI, Eduardo. A agenda de pesquisa heterodoxo da mainline economics. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 731-756, dez. 2014.

ANGELI, Eduardo; CASONATO, Lucas. Kirzner e a tentativa de aproximação da Escola Austríaca com outras abordagens: evidências a partir de textos menos conhecidos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 497-518, maio/jul. 2021.

ANGELI, Eduardo; NEMETH JUNIOR, Henrique. Hayek, Campos e a defesa do autoritarismo. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 31-54, jun. 2020.

ANSART, Pierre. **A Gestão das Paixões Políticas**. Tradução de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Tradução de Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 4, out./dez. 2003. Disponível em: http://www.rep.org.br/pdf/92-6.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

ARMANI, Carlos Henrique. Reflexões sobre o contexto na História Intelectual: entre a virada linguística e o novo materialismo filosófico. **Revista Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, p. 80-102, 2015.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida**.** Revista Estudos Históricos. São Paulo, v.11, n.21, 1998, p.9-34.

AVELAR, Idelber. **Alegorias da Derrota**: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Neoliberalismo**: desmonte do Estado social. Porto Alegre: Libretos, 2018.

BACKZO, Bronislaw. A Imaginação Social. *In*: LEACH, Edmund *et al*. **Anthropos Homem**. Lisboa, PT: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BALIBAR, Étienne. Prefácio: carta a Bertrand Ogilvie. *In*: OGILVIE, Bertrand. **El hombre desechable**: ensayo sobre las formas del exterminismo y la violencia extrema. Buenos Aires, AR: Nueva Visión, 2013. p. 7-24.

BALIBAR, Etienne. Violencia, Política, Civilidad. **Revista de Ciência Política**: Universidad Nacional de Colômbia, v. 10, n. 19, p. 45-67, 2015. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/52371. Acesso em: 21 abr. 2019.

BALIBAR, Etienne. Violencias, Identidades y Civilidad. *In*: DAVID, Caterine *et al.*(orgs.). **Para una cultura política global**. Traducção de Luciano Padilla. Barcelona, ES: Editorial Gedisa, 2005.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.**: Novas Redes de Políticas e o Imaginário Neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BARNES, John Arundel. Redes Sociais e Processos Políticos. *In*: BIANCO, Bela-Feldman. **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BARROS, José D´Assunção. História, Imaginário e Mentalidades: delineamentos possíveis. **Revista Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./jul. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49590794_Historia_imaginario_e_mentalidades_delineamentos_possiveis, acesso em 28 de janeiro de 2023.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural e História das ideias: em torno de um domínio historiográfico. **Revista História em reflexão**, v. 2, n.3, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **Os Conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1969.

BESSERMAN, Vianna. Política econômica externa e industrialização, 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BESSERMAN, Vianna; VILLELA, André. O pós-guerra (1945-1955). *In*: GIAMBIAGGI, Fábio; VILELLA, André. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BIELSCHOWSKY, Pablo. Crescimento, Distribuição de Renda e Progresso Técnico. *In*: MALTA, Maria Mello *et al*. **Ecos do Desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOETTKE, Peter J. Uma retrospectiva sobre O Caminho da Servidão de Hayek: a falha de governo no debate contra o socialismo. **MISES**: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia, v. 2, n. 2, Edição 4, jul./dez. 2014.

BONET, Luciano. Anticomunismo. *In*: BOBBIO, Norberto *et al*. (org.). **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Maria Angélica. Eugênio Gudin: as controvérsias do neoliberalismo caboclo. **Revista de Economia Política**, v. 20, n. 4, p. 466-479, out./dez. 2000.

BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudin**: capitalismo e neoliberalismo. São Paulo: EDUC, 1996.

BORÓN, Atílio. A Sociedade Civil depois do Dilúvio Neoliberal. *In*: SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BORÓN, Atílio. **O feiticeiro da tribo**: a farsa de Mario Vargas Llosa e do neoliberalismo na América Latina. Tradução de Franco López. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Pierre. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BOTTMANN, Denise. Leonel Vallandro (tradutor). In: BOTTMANN, Denise. **Blog não gosto de plágio.** Disponível em: http://naogostodeplagio.blogspot.com/2018/07/leonel-vallandro-tradutor.html, acesso em 29 de janeiro de 2023.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?** Aula magna no XVIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), proferida em Brasilia em 4 de dezembro de 1990. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-a_crise_da_america_latina_consenso_de_washington_ou_crise_fiscal.pdf, acesso em 28 de janeiro de 2023

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario Marino e Eduardo Altheman. São Paulo: Editora politeia, 2019a.

BROWN, Wendy. O Franskenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas "democracias" do século XXI. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (org.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019b.

BRUCKMANN, Mônica; SÁ, Fernando; MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização e Integração das Américas**: hegemonia e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2005. v. 4.

CALDWELL, Bruce. Friedrich August von Hayek biographie. *In*: ENCYCLOPEDIA Britannica. [*S. l.*: *s. n.*], [20-?]. Disponível em: https://www.britannica.com/biography/F-A-Hayek. Acesso em: 2 nov. 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CANONE, Hélio. A controvérsia do planejamento entre Simonsen e Gudin como uma polêmica liberal. *In*: BENTIVOGLIO, Julio *et al*. **A pesquisa em história passado, presente e futuro**. Vitória: Editora Mil Fontes, 2022.

CARSWELL, John. **The Old Cause**: Three Biographical Studies in Whiggism. London, UK: Cresset Press, 1954.

CARNEIRO, Ana Maria. Historiografia dos Intelectuais no Brasil Contemporâneo. *In*: AVELAR, André de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Matheus Henrique (org.). **Contribuições à História Intelectual do Brasil Republicano.** Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**: racionalidade, normatividade e imaginário. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASARA, Rubens. **Estado Pós-Democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos Indesejáveis. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASIRIMO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão popular, 2018.

CASTRO, Celso; D´ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Ernesto Geisel.** 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CASTRO, Celso; D´ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A Volta aos Quartéis**: a Memória Militar Sobre a Abertura. Rio de Janeiro: Délume-Dumará, 1995.

CAVALIERI, Marco Antonio Ribas; FARIAS, Ivan Gambus; SILVA, Victor Cruz e. Eugênio Gudin e as influências internacionais na defesa de sua agenda econômica liberal: o hiperemprego e o livre-comércio. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 77, p. 33-56, set. 2020.

CAVALIERI, Marco Antonio Ribas; PASSOS, Marcelo de Oliveira. "A Força da Liderança com Ideias" ou "Thatcher, Hayek e o Brasil". **Revista Economia e Tecnologia**, v. 10, n. 1, p. 99-108, jan./mar. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CEZAR JUNIOR, Gervásio. **Revista Visão**: construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2011.

CHUL HAN, Byung. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018a.

CHUL HAN, Byung. **Psicopolítica, neoliberalismo e novas formas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyinê, 2018b.

CODATO, Adriano. O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas**. Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, v.40, n. 1, p. 11-36, 2004.

CODATO, Adriano. **Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil Pós-1964**. Curitiba: Hucitec Editora, 1997.

CONSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **História do pensamento econômico**: pensamento econômico brasileiro. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2019.

COOK, David. **Lost Illusions**: American Cinema in the shadow of Watergate and Vietnan, 1970-1979. Los Angeles, US: University of California Press, 2000.

COSTA, Adriane Vidal. Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970. *In*: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Cláudio (orgs.) **Nas tramas da cidade letrada**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

CRUZ, Sebastião Velasco e. **Trajetórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CRUZ, Sebastião Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-História da "abertura". *In*: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia (org.). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In*: CONSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **História do pensamento econômico**: pensamento econômico brasileiro. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo do regime autoritário**: ditadura e redemocratização: Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DENIS, Henry. **História do pensamento econômico**. Lisboa, PT: Livros horizonte, 1978.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Latino-Americano no Século XX**: da Cepal ao neoliberalismo (1950-1990). Tradução de Gilmar Antonio Bedin e Joice Graciele Nielsson. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. t. 2.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Redes Intelectuales en América Latina**: hacia la constitución de una comunidad intelectual. Santiago, CL: Segunda Época, 2007.

DIEGO, José Luis de. **Projetos Editoriais e Redes Intelectuais na América Latina**. Belo Horizonte: Moinhos: Contafios, 2020.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2004.

DOSSE, François. **La Marcha de las Ideas**: Historia de los intelectuales, Historia Intelectual. Valência, ES: Universitat de Valência, 2007.

DRUCKER, Peter. **Gerenciando a si mesmo**: artigos fundamentais da Harvard Business Review sobre como administrar a própria carreira. Tradução de Harvard Business Review Brasil. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2018.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUNKER, Christian; SILVA JUNIOR, Nelson da; SAFATLE, Vladimir. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DUNKER, Christian; SILVA JUNIOR, Nelson da; SAFATLE, Vladimir. **Patologias do social**: arqueologia do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: Uma Introdução. Tradução de Silvana Vieira. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

ENNE, Ana Lúcia. O Conceito de Rede e as Sociedades Contemporâneas: comunicação e informação. **Revista Comunicação & Informação,** Goiânia: v. 7, n. 2, p. 264-273, jul./dez. 2004.

FALCON, Francisco. História das ideias. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 91-125.

FARIA, Ivan Gambus. **Revisitando Eugênio Gudin na década de 50**: uma investigação sobre seu aperfeiçoamento acadêmico a partir de materiais de arquivo, da Revista Brasileira de Economia e dos Princípios de Economia Monetária. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea**. [*S. l.*: *s. n.*], [20-?]. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/visao. Acesso em: 9 set. 2020.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura Militar Brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**: da morte de Vargas até os dias atuais. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**: ditadura propaganda e imaginário social no brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Carlos Eduardo. **A gestão dos supérfluos**: neoliberalismo e prisão-depósito. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2021.

FIORI, José Luís. **Estado de Bem-Estar Social**: padrões e crises. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf. Acesso em: 9 set. 21.

FISCHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIEDRICHS, Lidiane Elizabete. A Importância dos Think Tanks para a divulgação do neoliberalismo no Brasil. **Revista Faces de Clio**: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 2, n. 4, jul./dez. 2016.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

GALBRAITH, John Kenneth. **A economia & o objetivo público**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Martins, 1975.

GALBRAITH, John Kenneth. **A era da incerteza**. Tradução de Nickelsen Pellegrine. São Paulo: Pioneira, 1984.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

GANEM, Angela. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p.93-117, 2012.

Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n22p93/23763. Acesso em: 28 de janeiro de 2023.

GAULEJAC, Vicent de. Do assédio moral ao assédio social. *In*: BRESCIANI, Maria Stella; SEIXAS, Jacy. (org.). **Assédio Moral**: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas. Uberlândia: EDUFU, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIAMBIAGGI, Fábio; VILELLA, André. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GRAFTON, Anthony. La historia de las ideas: preceptos y prácticas, 1950-2000 y más allá. **Prismas**: Revista de Historia Intelectual, Buenos Aires, v. 11, n. 2, p. 123-148, dic. 2007.

GROS, Denise Barbosa. **Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional**. Revistas Eletrônicas FEE. Rio Grande do Sul, v.29, n.22008. Disponível em https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2188/2580 Acesso em 28 de janeiro de 2023.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

GRUPO DE ESTUDOS LIBERALISMO E DEMOCRACIA. Democracia em Xeque (Palestra com José Ítalo Stelle) Curitiba: 22 de agosto de 2017. Convite disponível em: https://www.facebook.com/geldbrasil/photos/a.613527225393914/1580729615340332/?type=3&eid=ARCOCMuUe0KHyCRwhTd7ltOd9S_XlMb3F1xOms-eIdy2fTKw4wnwGCi5fjq1mv2iuUh48EYwiy5XnAHM&__xts__[0]=68.ARDylAKyGHUF-6qpWgxJvktqxxFJc_O0WDWLbm2CY8Zupbz5x7DQqmtq9EuVVlFLlklG-3wv0zAYnp1Mto0pbtf8XzXDP9LaHBPnX5FzoN-PJMZSQFBZ6oV7ij3d_G5xZ1Xj5G3SWnDloFpdVu870k5Sjc-vxmVSpscLV2X1K3cgfEcWkHGBEDQS_vepw8gUqMAuPBnPeRbuib8kaHOr7zR-wsrSK-OFAuXkXGgTkHdjlF0jPHuPco5KR64sRS3S1tlVbefqDNt_IxjzsZ9GqbZMTRCJkRx5RK5RkKVwGyfVJKm2xj1EEFeaCVplayQOWoawiLGEHuYV_JPAXpUajtlO1A, acesso em 29 de janeiro de 2023.

GUDIN, Eugênio. **Reflexões e comentários**: 1970-1978. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Robert Cochcrane. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977. (Coletânea).

HARLAN, David**.** A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 17-62.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2019.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas**: do liberalismo ao fascismo. [*S. l.*: *s. n.*], 2010.

HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÜLSMANN, John Guido. Birth of Movement. In: MISES Daily Articles. New York, US: Mises Institute, 2007. Disponível em: https://mises.org/library/birth-movement. Acesso em: 28 de janeiro de 2023.

HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elselvier Editora, 2014.

IPEA (org.). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.

JUDT, Tony. **Pós Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Tradução de José Roberto O´Shea. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

KESSLER, Count Harry. **Walter Rothenau**: His Life and Work. Whitefish, US: Kissinger Publishing, 2008.

KOHLER, Heliane; RODRIGUES, Helenice (org.). **Travessias e cruzamentos culturais**: a mobilidade em questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. **Revista Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p.7-41, 1993.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intellectual y leer textos. *In*: PALTI, Elías José (org.). **Giro linguístico e historia intellectual**. Bernal, AR: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. p. 237-293.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?**: O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais.** Tradução Paulo Neves. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

LEONEL VALLANDRO (VERBETE). In: **DICIONÁRIO DE TRADUTORES LITERÁRIOS NO BRASIL.** Disponível em: https://www.dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/LeonelVallandro.htm, acesso em 28 de janeiro de 2023.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1976.

LIMA, Neilane Ramos Rocha de. Conceitos, intelectuais e ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões do campo da história, no caso do debate entre Eugênio Gudin e Celso Furtado (1950-1964). História: debate e tendências. Passo Fundo, v. 20, n. 1, p. 70-87, jan./abr. 2020.

LINZ, Juan J, STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LODI, João Bosco. Introdução à Obra de Peter Drucker. **Revista de Administração e Economia**, v.8, n. 29, 1968. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rae/v8n29/v8n29a05.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

LOPES, Edmar Aparecido de Barra e. **Welfare State**: teoria e história. Curitiba: CRV, 2018.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Tradução de Giovani Semeraro. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo**: entre civilização e barbárie. Tradução de Bernardo Jofflily, Egle Bartoli e Soraya Barbosa da Silva. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

LUCA, Tânia Regina. História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. *In*: PINKSY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, Registo e Arquivo. *In*: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

MALTA, Maria Mello *et al*. **Ecos do Desenvolvimento**: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

MANHEINN, Karl. **Sociologia do conhecimento**. Porto: Rés-Editora, 1967. 2 v.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. *In*: MARTINS, José de S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77-131.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARINELI, Felipe. O Desenvolvimento de Antônio Delfim Netto: para Além dos Estigmas da Teoria do Bolo. **Revista Contemporânea**, ano 4, v. 1, n. 5, 2014. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/4_O_desenvolvimentismo_de_Antonio_Delfim_Netto.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 265.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MORAIS, Lécio; SAAD FILHO, Alfredo. **Brasil**: Neoliberalismo versus Democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NEDEL, Letícia; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **Intelectuais**: trajetórias, mediações culturais e engajamentos. Curitiba: CRV, 2019.

NERY, João Elias. Páginas de Cultura, Resistência e Submissão: Livros na Revista Visão (1968-1978). **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 283-297, jul./dez. 2007.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa, PT: Editora Estampa, 1987.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho". Tradução de Gustavo Bayer e Margit Martincic. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991. v. 2 Perspectivas.

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (org.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.

OLGIVIE, Bertrand. **El ombre desechable**: ensayo sobre el exterminismo y la violência extrema. Buenos Aires, AR: Nueva Visíon, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. *In*: SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

OLIVEIRA, Heron José Castro. **Estado de direito e estado democrático de direito (Estado Social): o que há de novo?** Revistas eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica UNIVALI, Itajaí, v.11, n.3, 4º quadrimestre de 2016. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/9815/5516, acesso em 28 de janeiro de 2023.

ONOFRE, Gabriel. O criador e a criatura: Friedrich Hayek e a rede transnacional de think tanks na América Latina. **Revista História Unisinos**, v. 25, n. 2, maio/ago. 2021.

ONOFRE, Gabriel. **O papel dos intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PAIM, Antonio. **Evolução Histórica do Liberalismo**. 2. ed. São Paulo: LVM Editora, 2019.

PAIM, Antonio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: LVM Editora, 2018.

PALTI, Elías José. "Giro linguístico" e historia intelectual. *In*: PALTI, Elías José (org.). **Giro linguístico e historia intellectual**. Bernal, AR: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. Tradução de Daniel Vieira. Revisão técnica de Edgard Melo e Julio Pires. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

POCOCK, John. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POCOCK, John. **Pensamiento político e historia**: ensayos sobre teoria y método. Tradução de Sandra Chaparro Martinéz. Madrid, ES: Akal, 2011.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa, PT: Editora Estampa, 1998.

RODRIGUES, Octávio. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1981.

RODRIGUES; Helenice. Transferência de Saberes: Modalidades e Possibilidades. **História**: Questões e Debates, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010.

ROIZ, Diogo da Silva (org.). **A prática da História Intelectual e dos Intelectuais**: Ideias, movimentos e ações. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ROIZ, Diogo da Silva. **Linguagem, cultura e conhecimento histórico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários**: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

ROSAVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico**: história da ideia de mercado. Tradução de Antonio Penalves Rocha. Bauru: Edusc, 2002.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.
RUSSI, Ana Claudia Rodrigues. Marxismo e Positivismo: Uma Análise Comparativa. *In*: **SABERES**, Natal, v. 1, n. 15, p. 257-278, maio 2017.

SADER, Emir. A Hegemonia Neoliberal na América Latina. *In*: SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAFATLE, Vladimir. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. **A terra é redonda**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-como-gestao-do-sofrimento-psiquico/. Acesso em: 13 set. 2022.

SALLUM JÚNIOR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e Desenvolvimentismo. **Revista Tempo Social**: Rev. Sociol, São Paulo: USP, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SANTANA, Luiz Vamberto. **Experiência Brasileira de Planejamento**. Curitiba: Sesc, 2001.

SCARLECIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo. **Eugênio Gudin**: Inventário de Flores e Espinhos, um Liberal em Estado Puro. Rio de Janeiro: Insight, 2012.

SCHNEIDER, Ben Ross, **Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil**. São Paulo: Idesp/Editora Sumaré, 1994.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2001.

SILVA, Filipe Francisco Neves domingos da. **Cruzados do Século XX**: O Movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP) – Origens, doutrinas e práticas (1960-1970). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual**: Entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Rodrigo Oliveira. História das ideias: abordagens sobre um domínio historiográfico. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, p.6-26, jul. 2015. Disponível em: https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/300. Acesso em: 15 nov. 2019.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: RÉMOND, Renné (org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: **Meaning and Understanding in the History of Ideas.** In: SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57-89

SKINNER, Quentin. **Visões da política sobre o método histórico.** Algés: Difusão editorial, 2005.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Hemus Editora, 1982.

SOARES, Lívia Ferreira Maioli. Os Estados liberal e social e as constituições brasileiras no tocante à ordem econômica. **Confluências**, Niterói: PPGSD-UF, v. 13, n. 2, p.110-130, 2012.

SPAGNE, Michel. A noção de transferência cultural: tradução de Dirceu Magri. **Revista Jangada**, n. 9, jan./jun. 2017.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do "nós" e "eles". Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

STELLE, José Ítalo. **Participação no fórum: Até agora foi tudo inconstitucional**. In: Blog Convergências. Disponível em: https://convergencias.org.br/entao-ate-agora-foi-tudo-inconstitucional/, acesso em 29 de janeiro de 2023.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

STUART JUNIOR, Donald. **O que é liberalismo?**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

TOLENTINO NETO, Leovigildo Melgaço; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Eugênio Gudin e as contradições liberais na controvérsia do planejamento. **Teoria e Evidência Econômica**, 24, n. 51, p. 339-366, jul./dez. 2018.

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WASSERMAN, Cláudia. **A Teoria da Dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

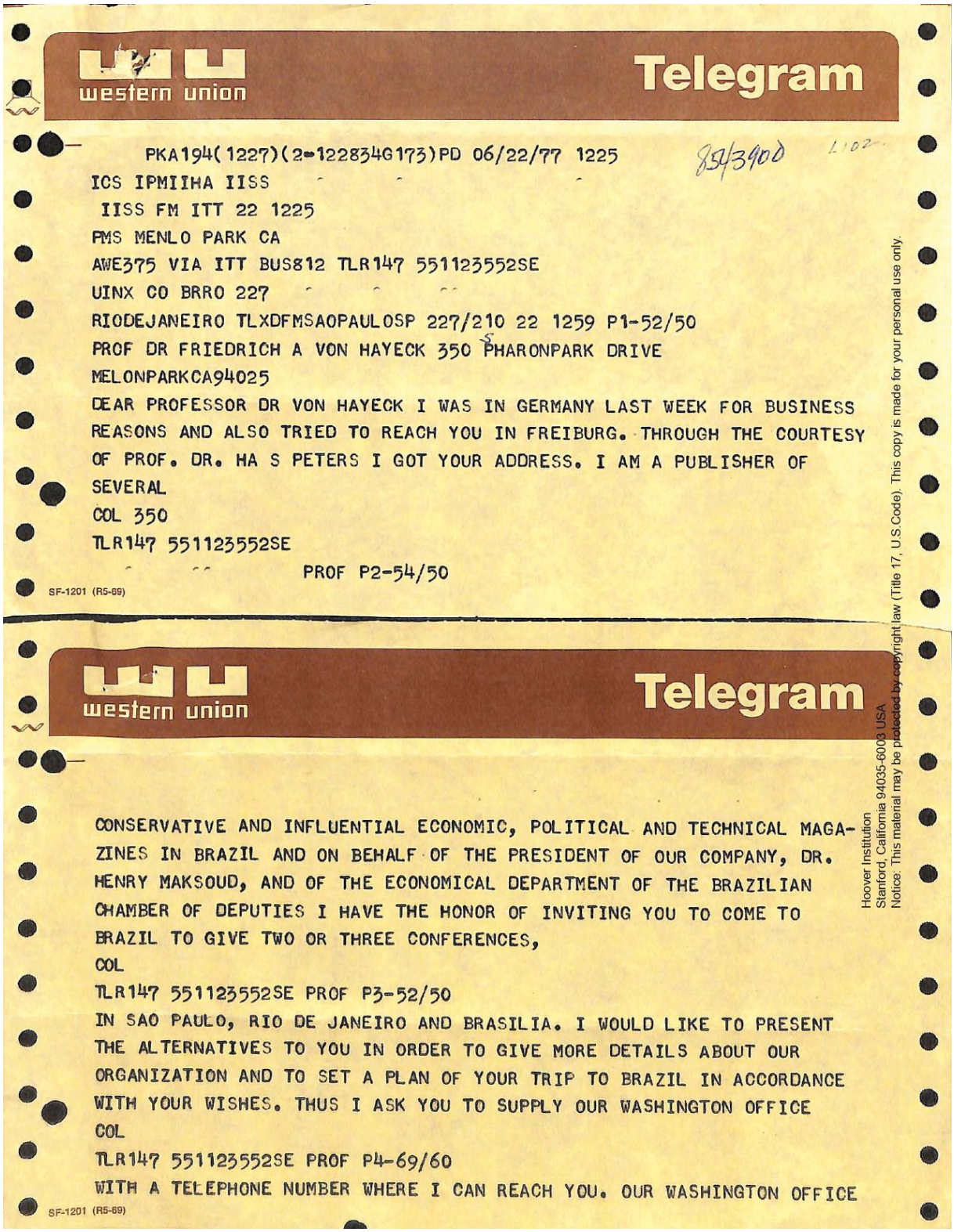
WILLIAMS, Raymond. Darwinismo Social. *In*: WILLIAMS, Raymond. C**ultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade (TFP)**: as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995). 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

# APÊNDICE A – CARTAS TROCADAS ENTRE FRIEDRICH HAYEK E HENRY MAKSOUD

1. Friedrich Hayek – caixa 36 – pasta 32



western union **Telegram**

PKA194(1227)(2-122834G173)PD 06/22/77 1225 89/3900 L102
ICS IPMIIHA IISS
IISS FM ITT 22 1225
PMS MENLO PARK CA
AWE375 VIA ITT BUS812 TLR147 551123552SE
UINX CO BRRO 227
RIODEJANEIRO TLXDFMSAOPAULOSP 227/210 22 1259 P1-52/50
PROF DR FRIEDRICH A VON HAYECK 350 PHARONPARK DRIVE
MELONPARKCA94025
DEAR PROFESSOR DR VON HAYECK I WAS IN GERMANY LAST WEEK FOR BUSINESS REASONS AND ALSO TRIED TO REACH YOU IN FREIBURG. THROUGH THE COURTESY OF PROF. DR. HA S PETERS I GOT YOUR ADDRESS. I AM A PUBLISHER OF SEVERAL
COL 350
TLR147 551123552SE
PROF P2-54/50
SF-1201 (R5-69)

western union **Telegram**

CONSERVATIVE AND INFLUENTIAL ECONOMIC, POLITICAL AND TECHNICAL MAGAZINES IN BRAZIL AND ON BEHALF OF THE PRESIDENT OF OUR COMPANY, DR. HENRY MAKSOUD, AND OF THE ECONOMICAL DEPARTMENT OF THE BRAZILIAN CHAMBER OF DEPUTIES I HAVE THE HONOR OF INVITING YOU TO COME TO BRAZIL TO GIVE TWO OR THREE CONFERENCES,
COL
TLR147 551123552SE PROF P3-52/50
IN SAO PAULO, RIO DE JANEIRO AND BRASILIA. I WOULD LIKE TO PRESENT THE ALTERNATIVES TO YOU IN ORDER TO GIVE MORE DETAILS ABOUT OUR ORGANIZATION AND TO SET A PLAN OF YOUR TRIP TO BRAZIL IN ACCORDANCE WITH YOUR WISHES. THUS I ASK YOU TO SUPPLY OUR WASHINGTON OFFICE
COL
TLR147 551123552SE PROF P4-69/60
WITH A TELEPHONE NUMBER WHERE I CAN REACH YOU. OUR WASHINGTON OFFICE
SF-1201 (R5-69)

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S Code). This copy is made for your personal use only.

western union **Telegram**

ADDRESS: ANTONIOPRADO 735 NATIONAL PRESS BUILDING WASHINGTON DC TELEPHONE (202) 3473810 TELEX 23440311 STOP MY ADDRESS IS: RUA AFONSO CELSO, 243 CEP 01149 SAO PAULO BRAZIL TELEPHONE 70-3132 TELEX 381123552" STOP I ALSO INFORM THAT I SPEACK GERMAN STOP YOURS SINCERELY

PEDRO MEINRATH PUBLISHER REVISTA VISAO SAOPAULOBRAZIL
COL 735 (202) 3473810 23440311 243 01149 70-3132 381123552"
NNN
NNNN

SF-1201 (R5-69)

western union **Telegram**

PKA166(1026)(2-018155E173)PD 06/22/77 1024
ICS IPMMTZZ CSP
2023473810 TDMT WASHINGTON DC 63 06-22 1024A EST
PMS FREDERICK HAYEK, DLR
350 SHARON PARK DR
MENLO PARK CA 94025
VISAO BRAZILIAN MAGAZINE IS TRYING TO GET IN TOUCH WITH YOU UNIVERSITY IN FREIBURG GAVE US THIS ADDRESS BUT NO TELEPHONE NUMBER WOULD YOU BE KIND ENOUGH TO CALL US COLLECT 2023473810 IN WASHINGTON DC OR INFORM BY TELEGRAM YOUR TELEPHONE NUMBER WHERE WE CAN GET IN TOUCH WITH YOU. OUR ADDRESS 735 NATIONAL PRESS BUILDING WASHINGTON DC 20045. THANK YOU
A. PRADO
NNNN

SF-1201 (R5-69)

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S Code). This copy is made for your personal use only.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

H ENRY MAKSOUD VISAO GROUP PUBLISHERS

SAO PAULO BRAZIL

Telex 551123596/52

LETTER JUNE 27 NEVER RECEIVED BUT PLANNING SAOPAULO

FROM BA NOVEMBER 27 AND CONTINUING VENEZUELA DECEMBER 4

HAYEK UNIVERSITY FREIBURG

visão

V-20/77

São Paulo, June 27, 1977

Professor Friedrich A. Von Hayeck
Center for Continuing Education
University of Chicago
Chicago, Illinois 66037
U. S. A.

Dear Professor Hayeck,

Confirming our telephone conversation of today, we wish to express our pleasure in inviting you to visit our country and to deliver a speech on free enterprise in the modern world, during a seminar to be set-up in Brazil, during the week starting November 27, 1977.

As mentioned to you, I am the President of VISÃO Editorial, a publishing company that became renown, among other reasons, for its firm stand in favor of free enterprise in this country. In order to enable you to feel our position, we are enclosing herewith, copies of the last two issues of VISÃO magazine, as well as a collection of my editorials. Regretfully, they are only available in Portuguese, however, I hope you will be able to understand some of the material and/or find someone who can help you with it.

As you indicated that you will only be free to come to Brazil during the week starting November 27, we would very much appreciate your booking that week for us. Undoubtedly, your presence will greatly enhance the success of the seminar.

Please send us at your convenience your concurrence and conditions.

I will be in New York from June 29 to July 6. You can reach me at the Regency Hotel - telephone (212) 759-4100.

17

Visão S.A. Editorial - Rua Afonso Celso, 243 - CEP 04119 - Tel.: 71-1113 - São Paulo - Rio: (CEP 20000) General Justo, 275b - Tel.: 242-8046

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

VISÃO



Following is my address for future contacts:

Henry Maksoud
Rua Afonso Celso, 235
04119 São Paulo, S.P.
Brazil

Tel. 71-4105 71-8842 71-3963
Tlx. 011 23596

I anticipate my thanks and look forward to meeting you in late November.

Cordially yours,

Henry Maksoud
President

Encls.

HM/am/rs

Arq. V.1.3

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Vacation address until
September 8, 1977:
Hotel Edelweiss
A-6456 Obergurgl
Tyrol, Austria
"

Dear Mr. Maksoud,

I am sending you at the same time the following Telex message to Telex 1123569:
LETTER JUNE 27 never received but am planning arriving SAOPAULO FROM BA NOVEMBER 27 AND CONTINUING VENEZUELA DECEMBER 4.
I have in fact made fairly complete arrangements for a tour which from New Orleans and VALPARAISO will get me to Buenos Aires on November 20 and have accepted a provisional invitation to go on to Venezuela for the week ~~November~~ December 4 - 11 and am glad to receive confirmation of your invitation. Please let me know further details of your plans of which I am in ignorance because your letter did not reach me. I hope this reaches you, since I have no detailed address and can give only the Telex address. I can be reached at the above vacation address until September 8th and then from the end of September until I start on my journey on November 6. The arrangements for my stay at Buenos Aires are in the hands of Mr. Alberto Benegas Lynch, Centro de Estudios sobre la Libertad, Ayacucho 1547 with whom you might to wish to communicate at some stage.

Sincerely,

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Mr. Henry Maksoud
Publisher
Revista Visao

S ao Paulo

BRASILIEN

F.A.H ayek
D-78 Freiburg i.Brg.
Urachstrasse 27
West Germany

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão

V-40/77

São Paulo, September 16, 1977

Professor F.A. Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

As we have already mentioned to you through our letter of June 27, and telephone conversation, Grupo VISÃO, in its objective of disseminating in Brazil the true concept of democracy, would like to perform a seminar on Democracy and freedom of initiative between November 28 and December 2, 1977, in São Paulo, Rio de Janeiro and probably Brasília, also.

In order that you may have an idea of our editorial line, I would like to mention some of the things I have been writing about.

We have to admit with deep regret and concern that very few Brazilians, government officials or common citizens, have an unmistakable notion of what democracy means. The confusion existing in the world is also present in our country. People fail to understand, principally, in the context of democracy, the interrelations between the economic and political aspects or, in other words, the importance of clear boundaries between the sources of wealth and governmental power. The State in Brazil controls a major part of the economy. Depending on the sector, we are talking of figures between 50% and 75%.

There is a climate now for discussions on the subject. Our magazine has been permanently repeating the basics of individual freedom, private initiative, democracy, etc., for several years and now we already have quite a significant audience and more people thinking and talking about the subject.

There are many responsible people in our country who still do not understand what is democracy and its relation to free enterprise and not only to freedom of speech. Some fear democracy mistaking it with disorder. Others think that underdevelopment and democracy are incompatible. In sum,

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão



mixed feelings exist against democracy. However, the worst reaction is that democracy means only open "politics" that is thought to be "liberalism", with no concern to the heart of the matter which is economic, that is, Democracy is based on ample freedom, but not only freedom of expression, freedom for the intellectuals but also (and basically), on freedom of initiative or freedom of the "doers" (to use your own thoughts).

Even among the democrats, or those who say they're democrats, there is no unity of thought or action. They do not join ranks, they are incapable of defending coherently the democratic idea. Most of our politicians and intellectuals lack ideologic content. They defend their apparent immediate interests. Those who are able to think and to say things only defend freedom of thought. Those who write, the liberty to do so. The politician wants free elections, but to be elected he abandons the other democratic principles. They are normally sort of "afraid" to talk of the economic aspects of democracy. On the other hand, when they undertake in the economic field and have an opportunity to speak they negotiate the other freedoms to maintain their own private interest. Everyone tends to forget that liberty constitutes a whole, which is expressed in all sectors of the regime.

As a result, we have in this country what I believe to be the worst situation of all; "hybrid", undefined - because it is confusing and tends inexorably to a totalitarian statism.

Analyzing in depth what many politicians say, or what we read and hear from many intellectuals - journalists, writers, cinematographers, professors, etc., - we come to the sad conclusion that those from whom we hear most or read about human rights and freedom, lack a clear notion of what should or might be, in Brazil, a democratic regime.

I have been trying to defend the concept that we must have a very clear frontier between the sources of wealth and power. Since Democracy is being confused with many things (including the European or Frency-style liberalism). I have been trying to be as objective and as straight forward as possible in the definition of democracy as an ideology to put it as the opposite system to socialism (another ideology that is nowadays also called State Capitalism, Communism, etc.). I usually define Democracy as the system based on freedom of initiative (as a sine-qua-non condition) and free political institutions. Democracy presupposes the right to private ownership of property and also the right to chose how to consume, to save and to invest. I have been emphasizing that Democracy is not equal to the European pluralist liberalism where totalitarian parties can use freely all democratic instruments - normally to overthrow or weaken democracy. In our country, I believe these clear-cut definitions are very important.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão



These are only some thoughts. Hope to hear from you. I must also say that I read and admire your writings. Also like to read Popper, Von Mises and Schumpetter among others.

Hope you received some of my editorials and could find some people to help you read my Portuguese.

Very truly yours,

Henry Maksoud
President

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão

V-44/77

São Paulo, October 14, 1977

Professor F.A. Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

Thank you for your letter of October 1st. I anticipate receiving next week a copy of the lectures you gave in Spain.

As there is a possibility that I might make a personal contact with you either in Freiburg or in the U.S., I would appreciate your sending me a copy of your schedule as of next week until the end of November, so that I will be able to reach you.

With best regards.

Very truly yours,

Henry Maksoud
President

HM/am/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Freiburg, October 1, 1977

Dear Mr.Maksoud,

Thank you for your letter of the 16th of September which awaited my here on my return from a short visit to ENgland. I find from your letter that we very much agree and that apparently the political opinions of the intellectuals are in Brasil no better than in most other countries - at least those who have not already gone through a long experience of a totalitarian regime. Although I do not know any Poruguese, I can generally form and impression of a printed text znd shall look at the issue of your journal which which you kindly sent.
I thinks at the veradious discussions at Brazil I shall in general concentrate on the relations bewtween democracy and economic policy, somewhat on the lines of the letures I gave in Spain and which were published by the Union Editorial of Madrid under the title: Democracia, Justicia y Socialismo. I unforunately have no copy available which I could send you but you will probably have no difficulty of obtaining one to obtain an approximate idea about what I would like to say in mycy talks.
Many thanks for your helpful information which will guide me during those discussions.
Looking forward to seein you on November 27, I am

yours sincerely,

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Mr. Henry Maksoud
President, Visao S.A.Editorial
Rua Alfoso Celso, 243 CEP 04119
São Paulo-Rio

Nrasilien

Professor Dr. F.A.Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg (Breisgau)
West Germany

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Henry Maksoud, Esq.,
Editora Visao Ltd.,
Rua Alfonso Celso, 243,
CEP 04119,
Sao Paulo - Rio.

21st October 1977

Dear Mr. Maksoud,

Thank you for your letter of 14th October. I expect to remain in Freiburg until I leave for New York on 6th November. I can be reached here, except on 4th November, either in the morning or the evening local time at my home under then number (0761) 77216. In New York I shall spend the night from the 6th to the 7th November at the Barclay Hotel, 48th Street, and in New Orleans at the Fairmont Hotel from the 9th to the 13th. At Valpareiso I can be reached from the 14th to the 19th c/o Fundazion Adolfo Ibanez and at Buenos Aires from the 21st to the 26th c/o Academia de Ciencias Economicas, Avda Alvear 1790.

Yours sincerely,

F. A. Hayek.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Henry Maksoud, Esq.,
Editoria Visao Ltd.,
Rua Alfonso Celso 243,
CEP 04119,
Sao Paulo - Rio.

31st October 1977.

Dear Mr. Maksoud,

I am writing briefly to let you know that I have changed my mind and shall be returning to Europe via Lisbon on 4th December.

Yours sincerely,

F. A. Hayek.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

77312 freiu d

2111tf hamb d

=

zczc 881 d413 tlr310 551123596hi 02 VIII 7 06 13

dpfx hl brro 137

riodejaneiro tlxdfm spaulosp 137/129 01 1646 p1/54/50

lt

secretary to professor friedrich a. von hayeck wirtschaftswissens-
chaftliche fakultat deruniversitat d-78
freiburg-im-breisgau/germany

tg/4440 following a telephone conversation with professor hayeck,
i sent him a letter dated june 27, at the university of chicago,
requesting him to confirm his participation in a seminar to be
set-up in brazil during the

col lt d-78 tg/4440 27.

tlr310 551123596hi p2/50

week starting november 27, 1977. as
we have not heard from him to date, we would very much appreciate
your contacting professor hayeck relaying this messagem to him.
as we would like to ensure that he has accepted our invitation
thus enabling us to program and include his name in

col 27, 1977.

tlr310 551123596hi p3/33/29

the material that is being printed for the seminar, your early reply
is apprec ated. thank you for your kind assistance
henry maksoud president visao group saopaulo brazil Tlex 1123596

col 1123596

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão

São Paulo, December 23, 1977

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

I hope you enjoyed your trip to Brazil as much as we did having you here as our guest. Also, your prestigious presence ensured, undoubtedly, the great success of the seminar.

I have the pleasure of enclosing a copy of the latest issue of VISÃO magazine (December 26, 1977), wherein we published the 1st conference of the seminar. In the next 3 or 4 issues of VISÃO, the rest of the conference will be covered and copies will be air mailed to you in due course.

I hope your trip to Portugal proved both fruitful and enjoyable.

With reference to your diploma of honorary doctor mentioned in your letter to me, we have contacted the Delfin Hotel in São Paulo and the Othon Palace in Rio. They are at present doing their utmost in tracing it and we will continue pressing them - we hope we will be able to come up with a favorable answer soon. We will revert to this subject next week.

My wife, Ilde, joins me in conveying to you and Mrs. Hayek a very merry Christmas and a bright and prosperous 1978.

Sincerely yours,

Henry Maksoud
President

P.S. Did you have a chance to look over the list of questions handed to you in São Paulo, under cover of my letter dated December 2? If at all possible, I would very much appreciate your mailing your reply to me.

Editora Visão Ltda.-Rua Afonso Celso, 243-CEP 04119-Tel.: 71-1113-São Paulo-Rio: (CEP 20000) General Justo, 275b-Tel.: 242-8046

Mod. 17

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão

São Paulo, December 28, 1977

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

Please refer to my letter of December 23, 1977. I regret to inform you that despite having sent members of our staff to assist the hotel personnel in São Paulo and Rio, in the search of your honorary doctor diploma, they were unable to locate it.

Would you like us to request the good offices of Dr. Alberto Benegas Lynch at the Centro de Estudios sobre la Liberdad, in trying to trace it in Buenos Aires? We could also do so through our VISÃO correspondent in Buenos Aires.

With best wishes.

Sincerely yours,

Henry Maksoud
President

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

São Paulo Rua Afonso Celso, 235 - 549-3344 - CEP 04.119
Rio de Janeiro Rua México, 11 - 2.º, 16.º e 17.º andares - 232-5757 (PBX) - CEP 20.000
Belo Horizonte Avenida Olegário Maciel, 587 2.º e 3.º andares - 222-9211, 222-9139 - CEP 30.000
Recife Rua do Riachuelo, 201 sobreloja - 22-0323 - CEP 50.000
Salvador Avenida 7 de Setembro, 282 - Edifício Brasilgas, Conj. 401 - 3-7980, 3-1632 - CEP 40.000
Brasília Setor Comercial Sul, Quadra 13, Lote 62, Edifício Araguaia 1.º andar - 23-4352, 23-9078 - CEP 70.000
Porto Alegre Rua Uruguai, 155 6.º andar conj. 601 - 25-4473, 25-6620 - CEP 90.000

**HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda.**

Telegramas "HIDROSERVICE" Ref
Telex: São Paulo 011-23566
Rio de Janeiro 021-23566
Belo Horizonte 031-1184
Recife 081-1290
Brasília 061-1126

São Paulo, January 13, 1978

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

For your information I am enclosing herewith copy of my reply to Mr. George J. Stigler, dated January 12, 1978, regarding the forthcoming meetings of the Mont Pelerin Society and my participation in the session "Is the Tide Turning"?.

With best regards.

Sincerely,

Henry Maksoud
President

Encl.

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

São Paulo Rua Afonso Celso, 235 - 549-3344 - CEP 04.119
Rio de Janeiro Rua México, 11 - 2.º, 16.º e 17.º andares - 232-5757 (PBX) - CEP 20.000
Belo Horizonte Avenida Olegário Maciel, 587 2.º e 3.º andares - 222-9211, 222-9139 - CEP 30.000
Recife Rua do Riachuelo, 201 sobreloja - 22-0323 - CEP 50.000
Salvador Avenida 7 de Setembro, 282 - Edifício Brasilgas, Conj. 401 - 3-7980, 3-1632 - CEP 40.000
Brasília Setor Comercial Sul, Quadra 13, Lote 62, Edifício Araguaia 1.º andar - 23-4352, 23-9076 - CEP 70.000
Porto Alegre Rua Uruguai, 155 6.º andar conj. 601 - 25-4473, 25-6620 - CEP 90.000

HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda.

Telegramas "HIDROSERVICE"
Telex: São Paulo 011-23596
Rio de Janeiro 021-23566
Belo Horizonte 031-1184
Recife 081-1290
Brasília 061-1126

Ref SP.HE-0230/78

São Paulo, January 12, 1978

Mr. George J. Stigler
The University of Chicago
5836 Greenwood Avenue
Chicago, Illinois 60637
U. S. A.

Dear Mr. Stigler,

With reference to your letter of December 23, 1977, I wish to thank you for the invitation to attend the meetings of the Mont Pelerin Society in Hong Kong from September 3 to September 9, 1978.

As regards my participation in the session "Is the Tide Turning"?, I would appreciate your sending me more details on my participation in the Hong Kong meetings - whether my paper will be delivered in a plenary session, time available for the presentation, discussions, date anticipated for that session, estimated number of participants, etc. Also, please send me a copy of proceedings of the last meetings held by the Mont Pelerin Society.

Thank you for your kind assistance.

Sincerely,

Henry Maksoud
President

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
CHARLES R. WALGREEN FOUNDATION
FOR THE STUDY OF AMERICAN INSTITUTIONS
5836 GREENWOOD AVENUE • CHICAGO, ILLINOIS 60637

GEORGE J. STIGLER

D 20

December 23, 1977

Mr. Henry Maksoud
Director Presidente
Hidroservice
RUA Alfonso Celso, 235
Sao Paulo, BRAZIL

Dear Mr. Maksoud:

I am extending an invitation to you to attend the meetings of the Mont Pelerin Society in Hong Kong next September 3-9. I hope that you will be willing to participate in a session entitled: Is the Tide Turning? A survey and analysis of Conservative shifts. We would like you to speak on the South American scene.

Sincerely,

George J. Stigler

George J. Stigler

GJS:j

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão

São Paulo, January 17, 1978

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

I have the pleasure of enclosing a copy of VISÃO magazine dated January 23, 1978, covering the 3rd conference of the seminar. In the meantime I hope you have already received the copy of VISÃO magazine dated January 9, 1978, sent to you under cover of my letter of January 4.

With best regards.

Sincerely yours,

Henry Maksoud
President

Encl.

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

São Paulo Rua Afonso Celso, 235 - 549-3344 - CEP 04.119
Rio de Janeiro Rua México, 11 - 2.º, 16.º e 17.º andares - 232-5757 (PBX) - CEP 20.000
Belo Horizonte Avenida Olegário Maciel, 587 2.º e 3.º andares - 222-9211, 222-9139 - CEP 30.000
Recife Rua do Riachuelo, 201 sobreloja - 22-0323 - CEP 50.000
Salvador Avenida 7 de Setembro, 282 - Edifício Brasilgas, Conj. 401 - 3-7980, 3-1632 - CEP 40.000
Brasília Setor Comercial Sul, Quadra 13, Lote 62, Edifício Araguaia 1.º andar - 23-4352, 23-9076 - CEP 70.000
Porto Alegre Rua Uruguai, 155 6.º andar conj. 601 - 25-4473, 25-6620 - CEP 90.000

**HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda.**

Telegramas "HIDROSERVICE" Ref
Telex: São Paulo 011-23596
Rio de Janeiro 021-23566
Belo Horizonte 031-1184
Recife 081-1290
Brasília 061-1126

São Paulo, December 2, 1977

Professor F.A. Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

Enclosed herewith are the questions from the other magazine.

As soon as you can answer them I would appreciate your mailing the material to me to the address below:

Henry Maksoud
President
HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda.
Rua Afonso Celso, 235
04119 São Paulo, S.P.
Brazil

Thank you.

Sincerely,

Henry Maksoud
President

Encl.

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Questions for prof. Friedrich A. Hayek from "Veja" magazine:

1) In your opinion, which are the government functions?

2) Can you explain the ideas of the political system you propose for social development?

3) Do you not take into consideration, in your system, the existence of social classes?

4) Do you know any present example of an effective democracy in the world? Can you explain why?

5) Why are you against government intervention in economy?

6) Don't you think a free market system implies the some problems? Why?

7) How the free market system can solve, for instance, the brazilian northeast problems?

8) What do you understand for "economic efficiency??

9) Is it possible to abolish innequalities in a free market system?

10) Is not, why this system is better than a interventionist system?

11) In your "The Road of Serfdom" you say that the respect of human individuality, his choices and opinions is the most important value. Does this concept include the large group who barely survive?

12) Would you agree that only an economic democracy can lead to a political democracy?

13) What do you understand for "political democracy"?

14) If the free market system is the best system how do you explain such crisis as the crack of '29?

15) Keynes theories, which were responsible for the occidental world's recuperation after the thirties depression were wrong?

16) In that case would be your proposals to get the economy back to development after '29?

17) Can you explain your thesis about giving individuals the right to issue of currency? Wouldn't it be more confusing than the present

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

system? ~~Would~~ According to "Gresham Law" wouldn't people prefer to save the good currency, in this case?

18) Is it true that you consider the american legislative and executive as a some government body? Why?

19) In your opinion, which is the worst: nazism or comunism?

20) For the poor people which are the advantage of the liberalism?

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

3 Januray 1978

Mr. Henry Maksoud
Hidroserve
Sao Paulo

Dear Mr. Maksoud,

I am afraid I found on my return here so many arrears which had first to be disposed of that my long intended letter of thanks to you has been unduly delayed. I have now also received your letter of the 23 December and hasten at least to send my brief replies to the questions of "Veja" magazine which I hope serve the purpose. I also enclose a draft of an article which I had at once to write, in fullfilling a long-standing promise, for an English Magazine and of which you can make any use you think desirable.

Our visit to Portugal and two days at Madrid following it were quite pleasant and interesting, though it rained most of the time. From lisbon you will probably have been contacted by Mrs. Moura, a very intelligent and able young woman who together with her husband (who uses a different name) is very active in spreading the free enterprise doctrine and who brought a quite distinguished audience together for me lectures.

Thank you for the issue of the Visao magazine in which you seem to have done me very prodd. I shall be glad to see the coming issues.

I am sorry I ever troubled you about my Argentine Diploma. As I ought to have written earlier, it turned out that I had not really lost it but that after it had the first time roled out of my suitcase I had put it at the bottom of my soft bag where I never looked for it and found it only recently when I at last emptied that bag which contained only my tropical equipment which I did not need here.

Let me say in conclusion that I tremendously enjoyed my visit to Brazil and that I most value the friendship with you to which it led. I do hope that we will meet again before long and that you will accept the invitation to the meeting of the Mont Pelerin SOciety at Hongkong next September for which YOu ought soon to receive a formal invitation from its president.

WIth all the best wishes to you, Mrs. Maksoud as well as your sons and the grandson, once more many thanks and all the best regards, cordially yours

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

ANSWERS TO QUESTIONS FROM "VEJA" MAGAZINE

1. So far as the coercive and monopolistic powers of government are concerned, they ought to be confined to the enforcement of general rules of individual conduct, equally applicable to everybody. But government may in addition render certain service, for the exercise of which it ought, however, possess neither coercive powers nor a monpply.

2. To assure this end, no single assembly or authority must have both the powers of laying down general laws and ordering governmental measures. These ought in a democracy be divided between two distinct el cted assemblies, of whoch only the governmental should be based on frequent elections and organized on party lines, while the true legislature should consist of mem ers elected for long periods and not being reeligible and therefore not subject to party discipline.

3. Social classes to which people lastingly belong would disappear in a free order in which no groups, not even organized labour, can secure special privileges for itself.

4. There is no perfect democracy in the world now, though Switzerland and, to a lesser extent West Germany approach an effective system.

5. An effective economy must be guided by prices which communicate to the members of the market more information than anybody possesses and which therefore no government can correct or improve, since it cannot possess all the information condensed in the prices. This means that all interference with prices or quantities produced - the two kinds of actions which are properly called "intervention" - must reduce the efficiency of the econoic system.

6. A free market requires an appropriate framework of legal rules which in its present form is certainly not yet as adequate as it might be. We must therefore always work on the improvement of that legal framework - e.g. on the law of corporations which is now in many respects a crude application of the rules which we had slowly developed for the conduct of individuals. But this must be a slow process of gradual improvement

Hoover Institution Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

process of gradual improvement, guided by experience and cannot be achieved by any radical reform.

7. The development of undeveloped regions is a problem of discovering opportunities and abilities which is most effectively achieved by competition.

8. Maximum production at the least sacrifice of toil and pain.

9. No, because an effective market must make prices, including the remuneration for all services, correspond to the value these have for other people.

10. People are very different in their natural abilities and opportunities and if they are to be treated equally, the results for them must be unequal, while to make them equal or more equal in a material sense would require that they are treated unequally, which necessarily means arbitrarily.

11. Only be giving them an opportunity to discover how they can best utilize their gifts and opportunities can we give these masses the possibility of raising themselves above their present poverty.

12/13 No - economic democracy is a meaningless conception. Democracy is a procedure for arriving at political decisions and there is neither opportunity nor justification for democracy outside the political field.

14. Economic crises, and especially that of 1929, were not an effect of the market but of a bad monetary pocicy.

15. Keynes theories did not help in the recovery after 1930 but probably delayed it. They are responsible for the post-war inflation which has ~~become~~ 2d to the misdirection of resources which has caused the present unemployment.

16. Let prices and wages adjust themselves on a free market but not allow the deflation for which largely the Federal Reserve System is responsible (As Professor Milton Friedman has demonstrated.)

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code). This copy is made for your personal use only.

17. A commercial enterprise issuing its own currency under its distinctive name could maintain it in circulation only by ~~ma~~ controlling its ~~xaixua~~ quantity as to keep its value at least as constant as that of any other offered by gompeting institutions (or governments). Gresham's law applies only to currencies between which the rate of eachange is fixed, while the relative value of competing currencies would be determined by the market and people could not force anybody to accept an inferior currency in the place of a more valuable one.

18. The so-called Legislature is in America as well as in other countries concerned much more with governmental than with legislative matters. The principle of the separation of powers had never been carried out on the highest level. ANd though the American system of "checks and balances" was an attempt to restrict the omnipotence of the so-called legislature, it has not achieved what the fathers of the COnstitution hoped to achieve.

19. There is little difference in the system, but in its effects on the great masses communism was certainly much worse than Nazism.

20. CHiefly a progressive rise in the general standard of living and that accelerated formation of capital which is the precondition for a rise of fhe productivity and thereffre the remuneration of labour.

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6010 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão

V-04/78

São Paulo, February 3, 1978

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

I am sending xerox copies of an editorial that I have just published and one that is going to be published in the next few days about Demarchy. I hope you will be able to understand some of the Portuguese, but in any case I have asked somebody to put them in English, which may not be a perfect version but will give you probably a better idea of the matter.

I intend to go further into this subject based on your conference, on the talks we had and on my own intuition. I hope to receive some word, criticism and orientation on this subject from you. Please advise me when do you think the 3rd volume of your "Law, Legislation and Liberty" will come out. I understood from our conversation that your demarchy will be discussed in this new book.

I didn't receive any answer from Professor Stigler about how the Mont Pelerin meetings operate.

With best regards.

Very truly yours,

Henry Maksoud
President

Encls.

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

DEMARCHY IS THE SYSTEM FOR A FEASIBLE DEMOCRACY I

Demarchy is the name of a new political system which, although based on principles of separation of powers and the rule of law and using an elective method that values the people's vote, has characteristics entirely different from those systems now in force and which, unfortunately, move to an impasse due to the misleading interpretations of the democratic conception.

Nowadays, democracy is the concept which causes more bewilderment. What one hears and reads, what is suggested or decided in the name of democracy is astonishing and dazzling. All that is because, in practice, there is an enormous confusion on what democracy should be and what it actually is at present.

The dogmatists consider that democracy is a panacea which, due to the idea of the 'people's wisdom', automatically aires all problems related to the behaviour of men in society. On the other hand, there are those who simply despise this democracy and do not believe in its usefulness; on the contrary, they even consider it as the sole cause of the misfortunes which affect our civilization. There are, however, those who simply want to take advantage of the so-called political democracy to reach, demagogically, totalitarian goals (see editorial VISÃO July 4, 77; September 19, 77; January 9, 78); and there are also those who profit from the easy words and use them in totalitarian or autocratic systems which do not actually contain the true democratic ideal such as, for instance, those who use the "democratic centralism" (found in the USSR and China), or those who are self-denominated as "peoples democracy" or "democratic socialism" or other related schizophrenic combinations. There are, however, those who by mistake confound the system in force, for instance, in the U.S.A. or in Switzerland and as being exclusively the result of "democracy"

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S Code). This copy is made for your personal use only.

and do not take into account that these countries have (still), underlying, strong behavior traditions (not necessarily written) based on individual freedom and on the sovereignty of the general substantive laws which provide, (as we have been saying here, in our editorials), an ideologic content to democracy in those nations.

For quite some time here in the page of VISÃO, I have been making critical warning remarks on what we could call a "democratic obsession". The idea of the obsessed democrat is that the "domination of the majority" (from the Greek: demos = people as a whole + kratein = domination, sovereignty) is unlimited and illimitable. He considers democracy as if being an absolute value, or an objective by itself. He does not accept, also, the judgement of democracy for what it may accomplish. For him, any majority, even if it is the outcome of a simple momentary decision of the majority, has authority to decide on what powers it has and what are the conditions to enforce them. It is not absurd, therefore, one to affirm (as a matter of fact it has been observed in practice) that for such a reason a democracy can perfectly handle totalitarian powers.

Being a critic of such a democracy without ideological demarcation, I believe it proper to warn the reader against any mistaken appraisal regarding my true convictions.

By being a critic of this democracy without ideologic marking, I believe it suitable to alert the reader against any equivocal judgement in regard to my true convictions. By believing that democracy, when well practiced, would be the best method to attain certain objectives of men, I think it fundamental to preserve it. For that, it is necessary to call the attention of all those aspects of democracy that could corrupt it.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Alexis de Tocqueville, the preeminent philosopher of individual liberty, in his great work "De la Democratie en Amerique" (1835-40), pointed out, systematically, defects in almost all the particular aspects of democracy, while, in intriguing contrast, his work is simultaneously characterized by the emphasis with which it accepts the democratic ideal.

Paraphrasing Tocqueville, I would like to state that I have spoken with much frankness and rudeness on democracy exactly by not being an opponent of it. Since, as this eminent French politican said (one of the few within his contemporary countrymen who was really in favor of an open society), people generally do not accept the truth from their enemies and it is seldom offered by friends. It is easy to verify that there are many people seeking to inform the people of benefits that they could expect with the establishment of democracy; but very few of them call attention to the dangers that an ill-applied democracy can represent. And it is exactly to these dangers that I am directing my main attention, since, having them so clearly identified, it would be a lack of civic courage to not speak of them.

The crucial question that involves these dangers is exactly in the dogma of majority rule, under any circumstances, separately from other considerations. Thanks to this dogma, the ideal of democracy, which in its origins was conceived to avoid all discretionary power, transforms itself into justification for a new type of arbitrary power: or of supposed popular sovereignty where statism is the rule with all its centralist, plannist, equalitarianist, distributionist, collectivist, interventionist legislation, etc., that seeks to destroy all liberty for individual action.

Now - if democracy is a means and not and end, the limits of majority rule, which correspond to the limits of state power, should be determined in the light of the objectives that one desires that it meets. This is to say that

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S Code) This copy is made for your personal use only.

popular sovereignty, and the resulting predominance of government in relation to the individual, needs to be limited by certain general principles. In the demarchy system, one of the fundamental questions is exactly that of substantive law, the true law, which is defined as being a 'general rule of conduct, equally applicable to all, in an unknown number of future cases'.

The essential point itself, however, is not the creation of "laws" to be obeyed by all, but is the acceptance and obedience, by all of the same rules of conduct established by true law and by a political ideal which transcends simple legality. It is the rule of law whose occurrence may be compared to a religion, which, beside having its bases and written rules, depends on unwritten, accepted aspects, obeyed and indisputably venerated by a matter of faith.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

EDITORIAL

# Demarquia é o regime para uma democracia viável - I

A demarquia é a denominação de um novo sistema político que, embora se baseie nos princípios da separação de poderes e do estado de direito e se utilize de um método eletivo que valoriza o voto popular, possui características bastante distintas dos sistemas atualmente vigentes que, infelizmente, se encaminham para o impasse devido a falsas interpretações do ideal democrático.

Não existe, hoje, conceito que cause mais perplexidade que o da democracia. O que se ouve, se lê ou o que se sugere ou se estabelece, em nome da democracia, é espantoso e estonteante. Tudo isso porque, na prática, existe enorme confusão sobre o que deveria ser e o que realmente é a democracia em nossos dias.

Os dogmatas consideram a democracia uma panacéia que, graças à sabedoria popular, cura automaticamente todos os problemas de comportamento dos homens em sociedade. De outro lado, há os que simplesmente desprezam essa democracia e não crêem na sua utilidade; pelo contrário, até a consideram causa única de muitos dos males que afetam nossa civilização. Há, porém, os que querem simplesmente aproveitar o processo, que denominam democracia política, para, demagogicamente, atingir objetivos totalitários (ver editoriais, VISÃO 4-7-77; 19-9-77; 9-1-78) e aqueles outros que aproveitam a boa fama da palavra para usá-la em sistemas totalitários ou autocráticos que em verdade não contêm o verdadeiro ideal democrático, como são, por exemplo, os que usam o processo do 'centralismo democrático' (como a URSS e a China), ou os que se autodenominam 'democracia popular' ou 'socialismo democrático' ou outras combinações esquizofrênicas desse mesmo gênero. Mas há, também, aqueles outros que por equívoco confundem o regime que se observa, por exemplo, nos EUA e na Suíça como sendo exclusivamente o resultado da 'democracia', sem levar em conta que nesses países existem (ainda), subjacentes, vigorosas tradições de comportamento (não necessariamente escritas) baseadas na liberdade individual e na soberania das leis gerais substantivas, que dão, como costumamos dizer aqui, conteúdo ideológico à democracia naquelas nações.

Estou já, há algum tempo, nestas páginas de VISÃO, fazendo observações críticas de alerta sobre o que poderíamos chamar de 'obsessão democrática'. A idéia do democrata obcecado é de que o 'domínio da maioria' (expressão que vem da própria origem da palavra no grego: *demos* = povo como um todo + *kratein* = domínio, soberania) é ilimitado e ilimitável. Ele considera a democracia como se ela fosse um valor absoluto, um objetivo de per si. Ele também não admite julgar a democracia pelo que ela possa vir a realizar. Para ele, qualquer maioria, mesmo que seja o resultado de uma simples decisão majoritária momentânea, tem autoridade para decidir quais poderes possui e em que condições deve exercê-los. Não é, pois, nem um pouco absurda a afirmativa, que inclusive tem sido em tempos recentes observada na prática, de que, por isso, uma democracia pode perfeitamente manipular poderes totalitários.

Por ser um crítico dessa democracia sem balizamento ideológico, creio conveniente alertar o leitor contra qualquer julgamento equivocado a respeito de minhas verdadeiras convicções. Por acreditar que a democracia, quando bem praticada, seja o melhor método para atingir determinados objetivos do homem, julgo fundamental preservá-la. Para preservá-la é preciso chamar a atenção para tudo aquilo que possa corrompê-la.

Alexis de Tocqueville, o preeminente filósofo da liberdade individual, na grande obra *De la Démocratie en Amérique* (1835—40), apontou, sistematicamente, defeitos em quase todos os aspectos particulares da democracia, embora, num intrigante contraste, seu trabalho se caracterize, simultaneamente, pela ênfase com que aceita o ideal democrático.

Parafraseando Tocqueville, quero asseverar que tenho falado com tanta franqueza e crueza sobre a democracia justamente por não ser um oponente dela. Pois, como disse esse eminente político francês (um dos poucos dentre seus conterrâneos contemporâneos que realmente era favorável a uma sociedade aberta), as pessoas geralmente não aceitam a verdade de seus inimigos e ela é poucas vezes oferecida pelos amigos. Não é difícil verificar que há bastante gente tratando de informar os homens de benefícios que eles poderiam almejar com o estabelecimento da democracia; mas muito poucos se atrevem a chamar a atenção para os perigos que a democracia mal aplicada pode representar. E é justamente para esses perigos que venho dirigindo minha principal atenção, pois, tendo-os tão claramente identificados, seria falta de coragem cívica nada dizer sobre eles.

A questão crucial que envolve esses perigos está justamente no dogma do domínio da maioria, sob quaisquer circunstâncias, independentemente de outras considerações. Graças a esse dogma, o ideal da democracia, que nas suas origens foi concebido para evitar todo poder discricionário, transforma-se na justificativa para um novo tipo de poder arbitrário: o da suposta soberania popular onde impera o estatismo com toda sua legiferação centralista, planista, igualitarista, distributivista, coletivista, intervencionista, etc., que visa a matar toda liberdade de ação individual.

Ora, se a democracia é um meio e não um fim, os limites do domínio da maioria, que correspondem aos limites do poder estatal, devem ser determinados à luz dos objetivos que se deseja que ela atenda. Isto quer dizer que a soberania popular, e a resultante predominância do governo em relação ao indivíduo, precisa ser limitada por determinados princípios gerais. No regime demárquico, uma das questões fundamentais é justamente a da lei substantiva, a verdadeira lei, que é definida como sendo uma 'norma geral de conduta, aplicável igualmente a todos, em um número desconhecido de casos futuros'.

O ponto essencial não é, entretanto, propriamente, a criação de "leis" a serem por todos obedecidas, mas é a aceitação e obediência, por todos, às mesmas normas de conduta estabelecidas pela verdadeira lei e por um ideal político que transcende à simples legalidade. É o 'estado de direito', cuja ocorrência poderia ser comparada à de uma religião, que, além de ter suas bases e normas escritas, depende de aspectos não-escritos aceitos, obedecidos e venerados indiscutivelmente por questão de fé.

Henry Maksoud



Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

DEMARCHY IS THE NEW SYSTEM FOR A FEASIBLE DEMOCRACY II

To be under the rule of law is, as in religion, to be in a state of grace. However, the rule of law has nothing to do with either faith or religion, it is in fact a political ideal in the world of men.

The rule of law must however have certain attributes emphasized wherein individual liberty can only undergo a restrictive influence from the state if it can demonstrate and prove its right to intervene based on a general law, i.e., a law equally applicable to all (including the executive and legislative powers) and which establishes rules of conduct applicable to an unknown number of future cases.

Under this rule of law which distinguishes a free, open, society, the individual, and his private sphere, need not endure interferences, rather, he should be expected to be responsible and abide by the rules that are equally applicable to everybody. These general rules, which are the only true laws in the substantive sense of the expression, correspond to long range measures, and refer to still unknown cases and do not specify people, places or objects in particular. Such laws are always prospective and never retrospective in their effect.

The question that weighs over us today, consists in achieving a system which conserves the useful principles of democracy on the basis of the rule of law which is founded on the law of individual liberty. A system with these characteristics already existed at the beginning of modern civilization.

The renowned political philosopher Hayek, who was recently in our country at the invitation of this Magazine, teaches us (Visão, 9/1/78) that as of the XVII Century, reacting against absolute monarchy, thinkers (philosophers) and statesmen looked for ways and means to limit the powers of Government,

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

setting-up the principles of separation of powers, the rule of law, government yielding (compliant) to the law. The objective was that the Government could only exercise its powers of coercion to demand of the citizen a conduct based 'on general rules, identical for all and applicable to an unknown number of future cases'. When the Government would render certain services, it could not, under these principles, use coercive or discretionary powers.

However, the development of democracy, in the past century, caused a decisive change in the face of statism (the power of the state). As a result, it was thought, erroneously, also due to the influence of great demagogues, that since the power was already in the hands of the people there would be no further need to limit that power. The restrictions that civilization had recently learned to establish (when the principles of classical liberalism had practically just begun to function) were simply substituted by the idea that "in a democracy, right is what the majority believes it to be".

This idea led to a grave error in the organization of modern governments: the principle of separation of powers only functioned in appearance. The legislative already did not limit itself to establishing substantive general laws, but also to conduct the Government, doing everything that the "representatives of the majority" deemed necessary to conserve the support they needed.

Mixing the legislative with the executive as though they were one assembly, the Government was no longer limited by the law, as it could already arbitrarily, at any time, elaborate, implement or alter the laws it deemed suitable to increase its power. The law no longer was in harmony with the attributes of the rule of law which formerly distinguished a law; it no

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

longer was 'the general rule of conduct', identical for all citizens and applicable to an undetermined number of future cases'.

Democracy lost the marks of classical liberalism (where developed the market economy, free enterprise, that is, the system which Marx called 'capitalism') deteriorating in confused unstable systems of increasing statism that characterized the hybrid, or autocratic, or totalitarian systems of our times.

In order to save what is still not lost to socialist totalitarianism it is necessary to revolutionize the principles of government by reviving, by means of an organization totally different from that which we have today, a real separation of powers, the rule of law and the government yielding to the law, where the power to govern and the power to legislate are not in the same hands, are not subject to the same political and electoral systems, and interests and where the meaning of the law is clearly defined as 'general rules of conduct, identical for everybody and applicable to an unknown number of future cases' bearing in mind the necessity of an adequate application of the democratic method to elect the representatives of the people to the organs of the new institution.

This new system whose characteristics were briefly presented in one of the conferences delivered here by Prof. Hayek (Visão, 9/1/78) is not yet classified in the typology of the political systems. Conversing with Hayek on this theme, he informed me that he has been for some time looking for an expression which, according to him, would also correct a perhaps erroneous etymological development for the representation of the ideal which the Western civilization has been accepting unconditionally for a long time. The government of the people based on the law, or general principles of conduct, would be the Demarchy, which comes from Greek composing the words demos = people -at-large and archein = government - with the law.

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code). This copy is made for your personal use only.

DEMARQUIA É O NOVO REGIME PARA UMA DEMOCRACIA VIÁVEL - II

Estar sob o estado de direito é, como na religião estar em estado de graça. Mas o estado de direito, embora tenhamos-lhe atribuído esse elemento de fé, nada tem, propriamente, com a religião, pois é um ideal político do mundo dos homens.

O estado de direito deve, porém, possuir certos atributos onde se destaca o de que a liberdade individual só pode sofrer qualquer influência restritiva do estado se este puder demonstrar e provar seu direito de intervenção com base numa lei geral, isto é, numa lei aplicável igualmente a todos (inclusive aos poderes executivo e legislativo) e que estabeleça normas de conduta aplicáveis a um número indeterminado de casos futuros.

Sob esse estado de direito que caracteriza uma sociedade livre, aberta, o indivíduo, e sua esfera privada, não precisa sofrer interferências esperando-se dele apenas que, responsavelmente, obedeça as regras que são aplicáveis igualmente a todos. Essas regras gerais, que são as únicas verdadeiras leis no sentido substantivo da expressão, correspondem a medidas de longo alcance, referem-se a casos ainda desconhecidos e não especificam pessoas, lugares ou objetos em particular. Tais leis são sempre prospectivas, nunca retrospectivas, em seus efeitos.

A questão que pesa sobre nós hoje, consiste em conseguir-se um regime que preserve os princípios úteis da democracia e seja balizado por um estado de direito que se fundamente na lei da liberdade individual. Um regime com estas características já existiu nos primórdios da civilização moderna.

O insigne filósofo político Hayeck, que recentemente esteve em nosso País a convite desta Revista, ensina-nos (Visão, 9/1/78) que a partir do Século XVII, como reação à monarquia absoluta, pensadores e estadistas trataram de buscar formas de limitar os poderes do Governo, estabelecendo os princípios da separação de poderes, o estado de direito, o governo submisso à lei. O objetivo era fazer

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

com que o Governo somente pudesse utilizar seus poderes de coerção apenas para exigir do cidadão uma conduta de acordo com 'determinadas normas gerais, idênticas para todos e aplicáveis num número desconhecido de casos futuros'. Quando o Governo prestasse certos serviços, não poderia, por esses princípios, utilizar poderes coercitivos ou discricionários. Não poderia, por exemplo, monopolizar para o Estado, certas atividades.

O desenvolvimento da democracia, no século passado, provocou, entretanto, mudança decisiva diante do poder estatal. Passou-se a crer, erroneamente, inclusive por influência de grandes demagogos, que, já que o poder estava agora nas mãos do povo não havia mais necessidade de limitação daquele poder. As restrições que a civilização tinha recém aprendido a estabelecer (quando praticamente havia apenas começado a funcionar os princípios do liberalismo clássico) foram simplesmente substituídas pela idéia de que "em uma democracia, direito é o que a maioria pensa ser".

Essa idéia passou a traduzir um grave defeito na organização dos governos modernos: o princípio da separação dos poderes só funcionava nas aparências. O legislativo já não mais se limitava a estabelecer leis substantivas gerais mas foi encarregar-se também de conduzir o Governo fazendo tudo que os 'representantes da maioria' julgassem necessário para conservar o apoio de que necessitassem.

Confundindo o legislativo com o executivo como se fossem uma só assembléia, o Governo passou a não mais estar limitado pela lei já que poderá, discricionariamente, a qualquer tempo, elaborar, implementar ou alterar as leis que julgar convenientes para acrescer seu poder. A lei deixou de ser aquela que se harmonizava com os atributos do estado de direito que outrora caracterizavam uma lei; deixou de ser a 'norma geral de conduta, idêntica para todos os cidadãos e aplicável a um número indeterminado de casos futuros'.

A democracia perdeu as balizas do liberalismo clássico (onde se desenvolvia a economia de mercado, a livre iniciativa, ou seja, o sistema que Marx chamou de 'capitalismo') degenerando-se em sistemas confusos, instáveis e de crescente estatismo que caracterizam os

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code). This copy is made for your personal use only.

regimes híbridos ou os autocráticos ou os totalitários dos dias de hoje.

Para salvarmos o que ainda não está perdido para o totalitarismo socialista é preciso revolucionar os princípios de governo fazendo renascer, sob uma organização totalmente diversa da que dispomos hoje em dia, uma verdadeira separação de poderes, o estado de direito e o governo submissos à lei, onde o poder de governar e o poder de legislar não estejam nas mesmas mãos, não estejam sujeitos aos mesmos sistemas políticos, eleitorais e de interesses e onde o significado de lei seja claramente definido como 'regras gerais de conduta, idênticas para todos os cidadãos e aplicáveis a um número indeterminado de casos futuros'; tudo, porém, agora, levando na devida conta a necessidade da aplicação adequada do método democrático para eleger os representantes do povo nos órgãos da nova instituição.

Esse novo sistema cujas características foram resumidas numa das conferências aqui proferidas pelo Prof.Hayeck (Visão, 9/1/78) não está ainda classificado na tipologia dos regimes políticos. Conversando com Hayeck sobre esse tema, indicou-me estar ele há algum tempo pesquisando uma expressão que, a seu ver, corrigiria, inclusive, um talvez falso desenvolvimento etimológico para representação do ideal que a civilização ocidental vem aceitando incondicionalmente há tanto tempo. O governo do povo baseado na lei, ou princípios gerais de conduta, seria a Demarquia, que advém do grego compondo as palavras demos povo em geral e archein = governo - com a lei.

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

February 19, 1978

Mr. Henry Maksoud
Editora Visao Ltda
Rua Affonso Celsa, 243
CEP 04119
Sao Paulo

Dear Mr. Maksoud,

Your kind letter of the 3rd inst, has awaited me here on my return from a short visit to Japan where an unexpected but rather irresistible call took me. I have also to thank you of the various issues of Visao arrived earlier. SInce I now have to prepare for a long planned visit to South Africa I find myself somewhat under pressure and, I am afraid, have made little progress with the 3rd volum of Law Legislation and Liberty. The meaning of the term demarchy I have, however already discussed in im a brochure of 1968 which I enclose as well as a carbon of an article I have recently written on the central deficiencies of existing democracy and which will appear in the March issue of the English monthly Encounter. If you think it desirable to publish it in an English Portuguese translation, you are free to do so after March.(Perhaps adding some relevant passages from the broschure.

Please forgive if I reply only briefly, but I am trying to deal rapidly with the accumulated correspondence I found here in order to have at least a little time for real work before I leave again about March 12th.

I do remember my visit to Brazil with great pleasure.
With all the best regards and good wishes to yourself and Mrs. Maksoud, I am,

Yours very sincerely,

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code). This copy is made for your personal use only.

visão

13-3-78

"Las Pampas",
36 Wildernesse Mount,
Sevenoaks,
Kent,
England.

February 22, 1978.

Professor
Friedrich August von Hayek,
Urachstrasse 27,
D-7800 Freiburg (Breisgau),
West Germany.

Dear Professor Hayek,

I am the European Correspondent of the "Visão" group of publications and have read with considerable interest our coverage of the lectures given by you on your recent visit to Brazil. I presume Dr. Henry Maksoud has had copies of the relevant issues of "Visão" forwarded to you. If these have not been received and you still wish to have copies, I will be glad to forward them to you from here.

My reason for writing you is not related to my professional association with Dr. Maksoud and Visão, however. Rather, it is to make a personal request. During my many years as a journalist I have built up a collection of covers of magazines with which I have been associated, autographed by the personality featured on the cover. I would very much appreciate it, therefore, if you would sign the enclosed "Visão" cover and return it to me here in England. It would be a prized addition to my collection.

I hope that I will have the pleasure of meeting you sometime in the near future, be it here in England or on one of my frequent trips through Europe.

With very best wishes,

Yours sincerely,

Peter W. Rodger.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

São Paulo — Rua Afonso Celso, 235 - 71-1171, 71-1106 - CEP 04.119
Guanabara — Rua México, 11 2.o, 16.o e 17.o andares - 232-5757 (PBX) - CEP 20.000
Belo Horizonte — Avenida Olegário Maciel, 587 2.o e 3.o andares - 222-9211, 222-9139 - CEP 30.000
Recife — Rua do Riachuelo, 201 sobreloja - 22-0323 - CEP 50.000
Salvador — Avenida 7 de Setembro, 282 - Edifício Brasilgas, Conj. 401 - 3-7980, 3-1632 - CEP 40.000
Brasília — Setor Comercial Sul, Quadra 13, Lote 62, Edifício Araguaia 1.o andar - 23-4352, 23-9076 - CEP 70.000
Porto Alegre — Rua Uruguai, 155 6.o andar conj. 601 - 25-4473, 25-6620 - CEP. 90.000

HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda.

Telegramas "HIDROSERVICE"
Telex: São Paulo 011-23586
Rio de Janeiro 021-23586
Belo Horizonte 031-1184
Recife 081-1290
Brasília 061-1126

Ref.

São Paulo, March 17, 1978

The Mont Pelerin Society
c/o Professor Chiaki Nishiyama
No. 606 Mikasa Mansion
5-21-23 Nishi-Ikebukuro
Toshima-ku, Tokyo 171
Japan

Dear Professor Nishiyama,

I have the pleasure of informing you that I will be participating in the Mont Pelerin Society 1978 Hong Kong meeting. Accordingly, I am returning herewith the registration forms duly completed. Also enclosed is the registration fee check in the amount of US$ 300.00 (three hundred dollars), payable to the Mont Pelerin Society - 1978 Meeting Account.

Sincerely,

Henry Maksoud
President

Encls.

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

São Paulo Rua Afonso Celso, 235 - 549-3344 - CEP 04.119
Rio de Janeiro Rua México, 11 - 2.º, 16.º e 17.º andares - 232-5757 (PBX) - CEP 20.000
Belo Horizonte Avenida Olegário Maciel, 587 2.º e 3.º andares - 222-9211, 222-9139 - CEP 30.000
Recife Rua do Riachuelo, 201 sobreloja - 22-0323 - CEP 50.000
Salvador Avenida 7 de Setembro, 282 - Edifício Brasilgas, Conj. 401 - 3-7980, 3-1632 - CEP 40.000
Brasília Setor Comercial Sul, Quadra 13, Lote 62, Edifício Araguaia 1.º andar - 23-4352, 23-9076 - CEP 70.000
Porto Alegre Rua Urugual, 155 6.º andar conj. 601 - 25-4473, 25-6620 - CEP 90.000

**HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda.**

Telegramas "HIDROSERVICE" Ref
Telex: São Paulo 011-23595
Rio de Janeiro 021-23566
Belo Horizonte 031-1184
Recife 081-1290
Brasília 061-1126

São Paulo, March 20, 1978

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

I have the pleasure of enclosing herewith copy of my reply to Professor Nishiyama, dated March 17, 1978, regarding my participation in the Mont Pelerin Society 1978 Hong Kong meeting. I look forward to seeing you there.

With best regards.

Sincerely,

Henry Maksoud
President

Encl.

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

2nd copy

São Paulo Rua Afonso Celso, 235 - 549-3344 - CEP 04.119
Rio de Janeiro Rua México, 11 - 2.º, 16.º e 17.º andares - 232-5757 (PBX) - CEP 20.000
Belo Horizonte Avenida Olegário Maciel, 587 2.º e 3.º andares - 222-9211, 222-9139 - CEP 30.000
Recife Rua do Riachuelo, 201 sobreloja - 22-0323 - CEP 50.000
Salvador Avenida 7 de Setembro, 282 - Edifício Brasilgas, Conj. 401 - 3-7980, 3-1632 - CEP 40.000
Brasília Setor Comercial Sul, Quadra 13, Lote 62, Edifício Araguaia 1.º andar - 23-4352, 23-9076 - CEP 70.000
Porto Alegre Rua Uruguai, 155 6.º andar conj. 601 - 25-4473, 25-6620 - CEP 90.000

HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda.

Telegramas "HIDROSERVICE"
Telex: São Paulo 011-23595
Rio de Janeiro 021-23566
Belo Horizonte 031-1184
Recife 081-1290
Brasília 061-1126

São Paulo, May 30, 1978

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

I have the pleasure of enclosing herewith a copy of my paper "The Quest For An Ideology" to be presented on the session discussing the theme "Is the tide turning?" Copies of the paper were sent to Professor Nishiyama, Mr. Stigler and Mr. Hoff.

I would like however to hear a few words of comment on it because I am wondering if it suits well to the program and specially to the theme since I purposively did not keep it within the strict boundaries of the theme.

Ilde and I will be staying at the Mandarin Hotel. I look forward to seeing you in Hong Kong beginning of September.

With best regards.

Sincerely,

Henry Maksoud

Encl.

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visãovisãovisãovisãovisãovisãovisãovisão
visãovisãovisãovisãovisãovisãovisãovisão
visãovisãovisãovisãovisãovisãovisãovisão
visãovisãovisãovisãovisãovisãovisãovisão

São Paulo, June 5, 1978

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-78 Freiburg i. Brg.
West Germany

Dear Professor Hayek,

This year the newspapers and magazines here in Brazil are writing about Rousseau, and also somewhat on Voltaire, in commemoration of their two-hundredth death anniversary.

However, one never sees a true analysis on the tremendous effect of Rousseau's 'Social Contract', on the different political systems and manifestations since that time. In other words, Rousseau is seen more as the writer of a 'bible' that initiated many good things in this world. One hardly reads anything about himself as the source of propagation of the 'social' wave.

I want very much to publish at least a short but incisive article on Rousseau's influence in modern days problems. Would you be able to write us a few pages on this subject (eventually mentioning also his quarrels with Voltaire) and indicating what really has Roussean meant for the "Miscarriage of the Democratic Ideals"; also on his influence in the development of all of the positivist, rationalist, constructivist, utilitarian, etc., schools that are present nowadays?

I hope you can do this without interfering too much in your work schedule - if not, please indicate some specific short work on the subject.

With best personal regards.

Sincerely,

Henry Maksoud

HM/rs

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

8 June 1978

Mr. Henry Maksoud,
Hydrosefvice
Rua Alfonso Celso, 235
Sao Paulo CEP 04.119
Brazil

Dear Mr. Maksoud,

Many thanks for your letter of my 30 and the enclosed splendid paper, both copies of which reached me very promptly and in rapid succession. Your paper will fit admirably into the general program and is in the argument astoundingly similar to the one by Mr. SHenfield which I have also just read. I am very happy that you will be coming to Hongkong and I am certain that you will enjoy a week's company of about a hundred people with who you will agree sufficiently on the basis philosophy to make really fruitful discussion possible.

I have been exceedingly busy and at the moment working very hard to deliber vol.III of Law, Legislation and Liberty to the publisher before I leave for a much needed holiday on the25th of this month. You may be interested in the new plan which has taken up much of my time recently and for your information I enclose with this letter copies of the circulars I sent out recently. May plan has already been accepted by half the people whom I hope to support me and most important, by M.Raymond Aron who will act as chairman for the discussion which I am now vaguely planning for about the end of April 1979. The great problem will now be to get a sufficient number of intelligent and honest men from the other side to accept the challenge and, of course, still more to raise the large funds required to finance it, with regard to which already my provisional estimate frightened me but which I am now told by experienced people will pro= babbly require even more. But I am going ahead with me plan and hope to discuss the details of strategy with me friends at Hongkong.
Looking forward to seeing you both there (Mrs. Hayek will be with me) and with all the best wishes and kindest regards to Mrs. Maksoud and yourself,

Sincerely yours,

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

visão

V-19/78

São Paulo, June 15, 1978

Professor Friedrich A. Von Hayek
Urachstrasse 27
D-7800 Freiburg
West Germany

Dear Professor Hayek,

Thank you very much for your June 7, letter which reached me today with the enclosed note on your plan for the two teams discussion on 'Socialism' during the first half of 1979 in Paris. I find this plan most fascinating and would like very much to be present - so please keep me informed on further developments, so that I can get my attention directed to it and also because I would like to make notes on it in our magazine.

I understand that by this time you have practically finished with your Volume III of 'Law, Legislation and Liberty', and I am looking forward to read it - when is it coming out? Would it be possible to get a preview, especially on the aspects related to demarchy? As you probably have noticed in the VISÃO issues that I have been sending to you, I have been writing in practically every issue on the idea of demarchy.

From your letter I understand that you will be going on vacation as of June 25, and since you did not indicate when you would be returning to Freiburg, I presume, based on your aforementioned note of May 18, that you will be going straight to Japan, so I hope this letter reaches you before you leave.

With best regards.

Sincerely,

Henry Maksoud

HM/rs

P.S. Did you get my note requesting a brief article on Rousseau? From your June 7 letter I understand that you are very busy finishing your Vol. III. So if this would be too strenuous please forget about it.

Editora Visão Ltda. - Rua Afonso Celso, 243 - CEP 04119 - Tel.: 549 - 4344 - São Paulo - Rio: (CEP 20000) General Justo, 275b - Tel.: 242-8045
Mod. 17

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Freiburg, 15-6-78

Dear Mr. Maksoud,

Thank you for your letter of the third inst. I has reached me in a state near exhaustion in a desparate effort to get volume III of Law, Legislation and Liberty ready before the publisher before I must leave on the 25th first for a conference and then for a much needed long holiday in the Tyrolese mountains. I am afraid in these circumstances it is wholly beyond my power to help you with the kind of article you wish. I am sorry that at the moment I cannot really help you with reference to literature. At the moment I cannot remember a good book on Rousseau of the kind you would want -- I indeed doubt whether such a book exists.

I hope you have received my letter of the 7th. I forget to mention in it that from the 25th of this month to the 17th of August letters will reach me more quickly if directed to my holiday address

HOTEL EDELWEISS, A-6456 OBERGURGL, TYROL, AUSTRIA

although all correspondence arriving at my usual address will be forwarded.

Yours sincerely,

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Mr Henry Maksoud
Editoria Visao Ltda
Rua Alfonso Celso, 243
SAO PAULO CEP 04119

BRASILIEN

F.A.Hayek
Urachstrasse 27
D-7800 Freiburg (Breisgau)
West Germany

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

Mr. Henry Maksoud,
Hydroservice,
Rua Alfonso Celso,235,
Sao Paulo CEP 04.119,
Brazil.

18th May 1979

Dear Mr. Maksoud,

The aftermath of my eightieth birthday celebrations have delayed a little longer than I had expected the collection of the information concerning the Portuguese rights of my various books. It appears that I have granted the rights for Portuguese editions to be published in Brazil for:

The Constitution of Liberty, Editora Artenova S.A.,rua prefeito, olimpio de melo, 1774,Sao Christova,R.J.

The Three Sources of Human Values, Universidade de Brasilia, 70910 Brasilia.

Prices and Production, Companhia Melhoramentos de Sao Paulo, 05051,Sao Paulo

New Studies in Philosophy, Politics,Economics and The History pf Ideas , Editora Campus Ltda.,rua japèri 35,20000 Rio de Janeiro,

while Mrs. Maria Ivone Ogando Serrao de Moura is preparing the Portuguese edition of The Road to Serfdom in Lisbon.

With many thanks for your two telephone calls

I am with best regards,

Yours sincerely,

F.A. Hayek.

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

December 10, 1981

Mr. Henry Maksoud
Rua Alfonso Celse, 235
Sao Paulo

Dear Mr. Maksoud,

I have just seen, in the unusual form of a four-page paid inset - in the highly respektable German Frankfurter Allgemeine Zeitung a long article by a Professor Plinio Correa de Oliveira of Sao Paoloon the significance of the socialist take-over in France. It is very sensible and apparently issued by an organisation the title of which very much appeals to me, Sociedade Brasileira De Defesa de la Tradicion, Familia y Propriedad, and organisation which also lists braches in the U.S., France, Portugal, Bolivia, Argentine, Chile Colombia, Ecuador, Spain, Urugay, Venezuela and Canada. It is evidently a Roman Catholic organisation, but since its name agrees so much ~~which~~ with the kinds of morals which in the book on which I am working I describe as the ununderstood basis of all our civilization, I would like to know more about the organisation. But before attempting to make direct contact with Professor de Oliveira I would like to know what you know and think about him. He has very skilfully chosen a slogan and seems to have large means of his disposal and if one can prevent his organisation from becoming a limited and doctrinaire Roman Catholic one, it might become an important force. SO please let me know what you can tell me about the man of his organisation.
We have recently returned from a visit to Japan, somewhat disturbed by a bad bronchitis I contracted during the journey but from which I have now fully recovered. For the next three months, anyhow, I am now determined to stay quietly at home and try hard to get on with mmy book on THE FATAL CONCEIT.
With all the best wishes of the season, also to Mrs. Maksoud and from mrs Hayek, and with the best regards,

sincerely yours,

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

7731z freib d
2111tc hmb d =
zczc 197/brd933 tlf470
dphx hl brsv 048
riodejaneiro tlxdfm saopaulo/sp 48/45 12 2041

13 XI 79 05 46

lt
professor friedrich a. von hayek
urachstrasse 27
d7800freiburg

will be at viracopos airport wednesday fourtenth for your arrival.
your hotel is caesar park suite 1208/9 sao paulo rua augusta.
same day at 4 p.m. there will be your conference.
welcome to brasil
henry maksoud

coll 27 d7800freiburg 1208/9 4

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

HENRY MAKSOUD

São Paulo, March 17, 1982

To
PROF.FRIEDRICH VON HAYEK
Urachstrasse 27
D-7800-FREIBURG-WEST GERMANY

Dear Prof. Hayek:

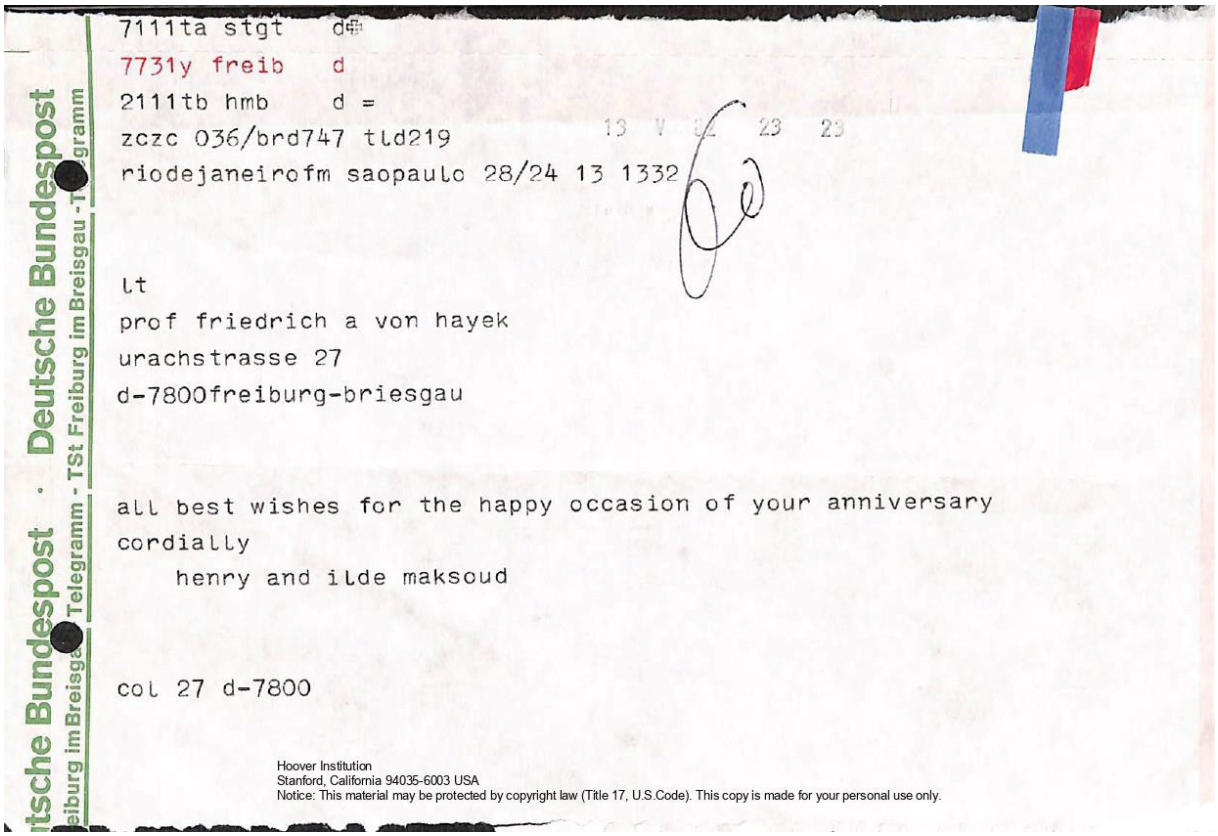
Please find enclosed herewith two volumes of the brochure "Hayek na UNB" (Hayek at the University of Brasília), published by that University, which include conferences, comments and debates ocurred during your visit in May 1981. It is in portuguese but, I think, you may appreciate reading in this language.

I hope, this letter will find you in good health.

With very best regards and profound respect, to you and to Mrs. Hayek,

Sincerely Yours,

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.



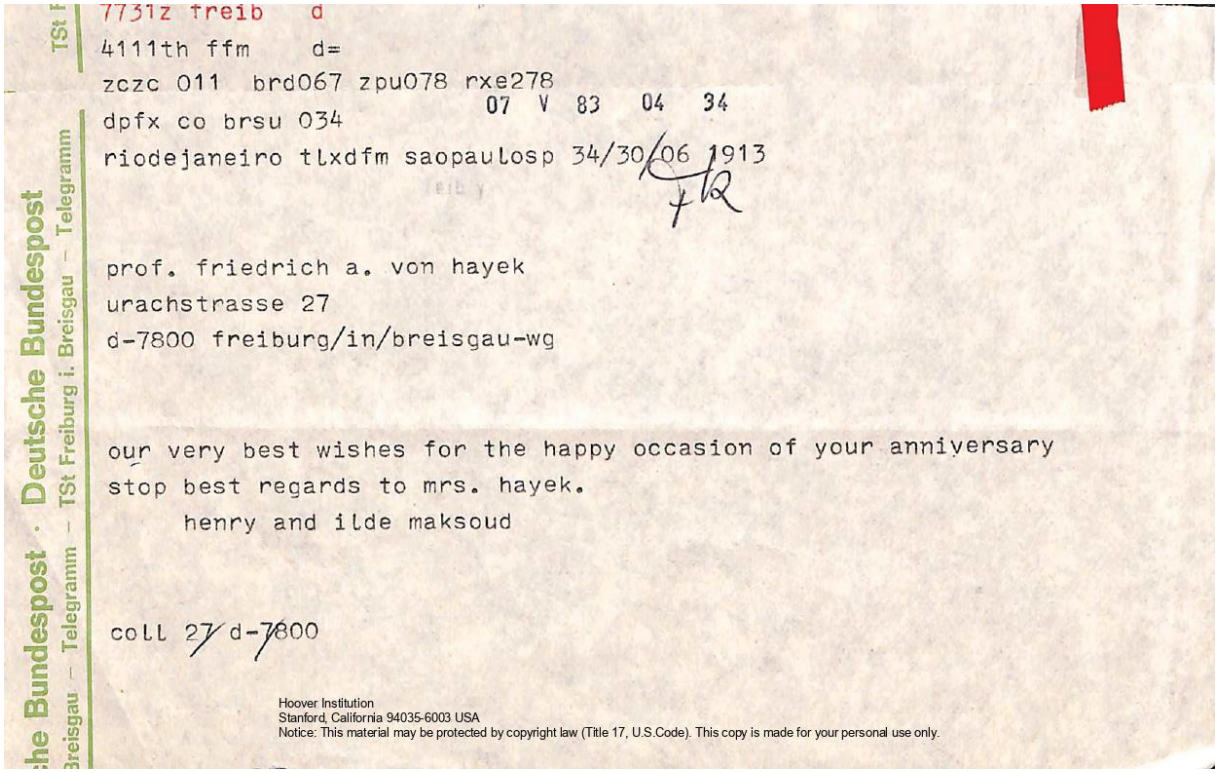
7111ta stgt d=
7731y freib d
2111tb hmb d =
zczc 036/brd747 tld219 13 V 83 23 29
riodejaneirofm saopaulo 28/24 13 1332

lt
prof friedrich a von hayek
urachstrasse 27
d-7800freiburg-briesgau

all best wishes for the happy occasion of your anniversary
cordially
henry and ilde maksoud

col 27 d-7800

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.



7731z freib d
4111th ffm d=
zczc 011 brd067 zpu078 rxe278
dpfx co brsu 034 07 V 83 04 34
riodejaneiro tlxdfm saopaulosp 34/30/06 1913

prof. friedrich a. von hayek
urachstrasse 27
d-7800 freiburg/in/breisgau-wg

our very best wishes for the happy occasion of your anniversary
stop best regards to mrs. hayek.
henry and ilde maksoud

coll 27 d-7800

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

DIRIGENTE construtor
DIRIGENTE industrial
DIRIGENTE municipal
DIRIGENTE rural
visão

May 31, 1983

Professor FRIEDRICH VON HAYEK
Urachstrasse 27
D-7800 Freiburg (Breisgau)
West Germany

Dear Professor Hayek:

As per our telephone understandings, please be informed that the amount of US$ 1,500.00 related with the Edition Agreement of your book Law, Legislation and Liberty was duly transferred to your bank account at First National Bank of Chicago.

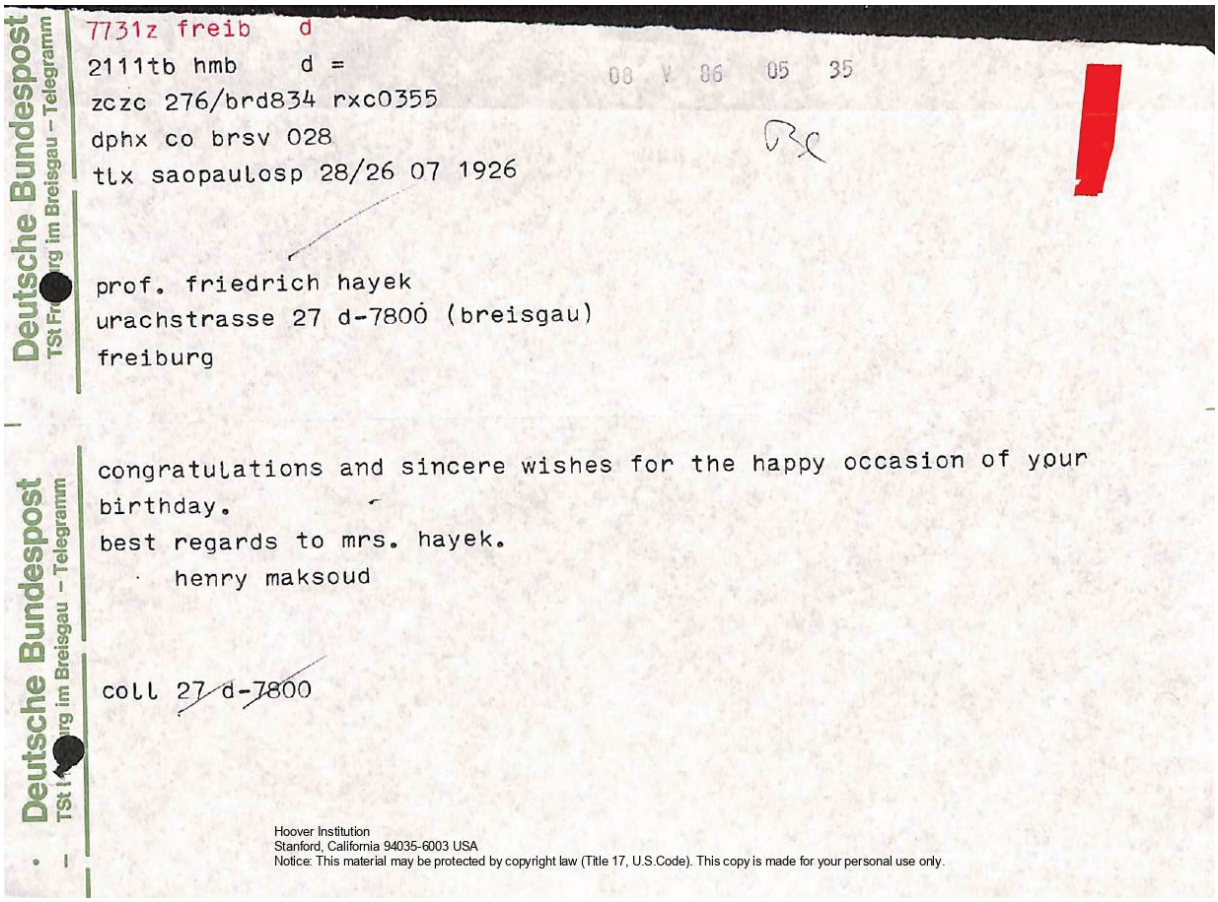
As per confirmation given by telex to Visão Ltda., the referred payment was executed on May 23, 83.

With my best personal compliments,

HENRY MAKSOUD

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

São Paulo
Rua Afonso Celso, 243 - CEP 04119
Tel.: 549-4344
Rio de Janeiro
Rua 19 de Fevereiro, 140 - CEP 22280
Tel.: 286-9787



Deutsche Bundespost
TSt Freiburg im Breisgau – Telegramm

7731z freib d
2111tb hmb d =
zczc 276/brd834 rxc0355
dphx co brsv 028
tlx saopaulosp 28/26 07 1926

00 V 86 05 35

prof. friedrich hayek
urachstrasse 27 d-7800 (breisgau)
freiburg

congratulations and sincere wishes for the happy occasion of your birthday.
best regards to mrs. hayek.
henry maksoud

coll 27 d-7800

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

HENRY MAKSOUD
RUA AFONSO CELSO, 235
04119 - SÃO PAULO

São Paulo, April 30, 1985

Mr. Friedrich A. von Hayek
Urachstrasse 27
D-7800 Freiburg (Breisgau)
West Germany

Dear Prof. Hayek:

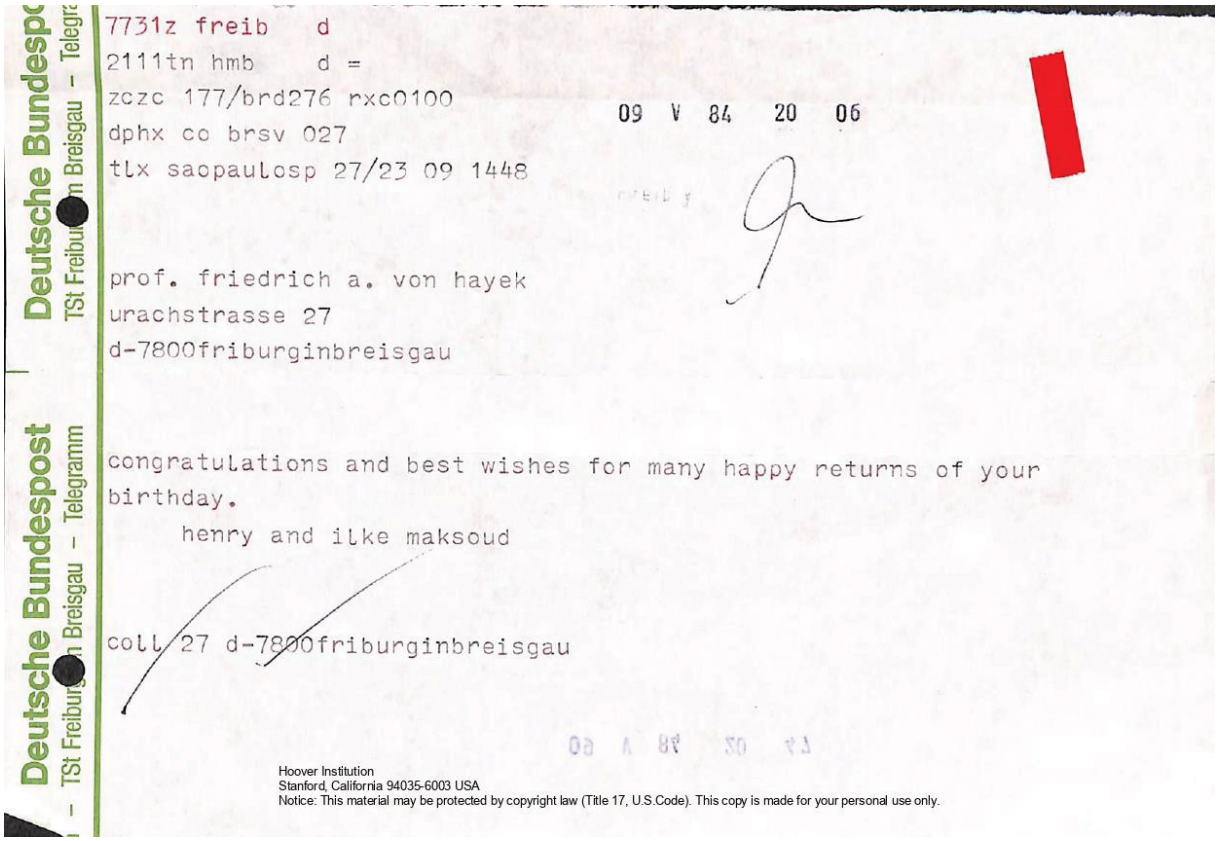
In reply to your letter of April 9, 1985 I am sending herewith a set of photographs of yourself that were made during your visits to São Paulo in 1977, 1979, 1980 and 1981.

Under separate cover I am sending also 6 copies of the issue of Visão with the picture that Mrs. Hayek liked - it relates to a review of the latest brazilian translation of your Road to Serfdom. (By the way, this translation is quite good).

The trilogy Law, Legislation and Liberty (Direito, legislação e liberdade) is about to come out.

Best regards to you and Mrs. Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.



Deutsche Bundespost – TSt Freiburg im Breisgau – Telegramm

7731z freib d
2111tn hmb d =
zczc 177/brd276 rxc0100
dphx co brsv 027
tlx saopaulosp 27/23 09 1448

09 V 84 20 06

prof. friedrich a. von hayek
urachstrasse 27
d-7800friburginbreisgau

congratulations and best wishes for many happy returns of your birthday.

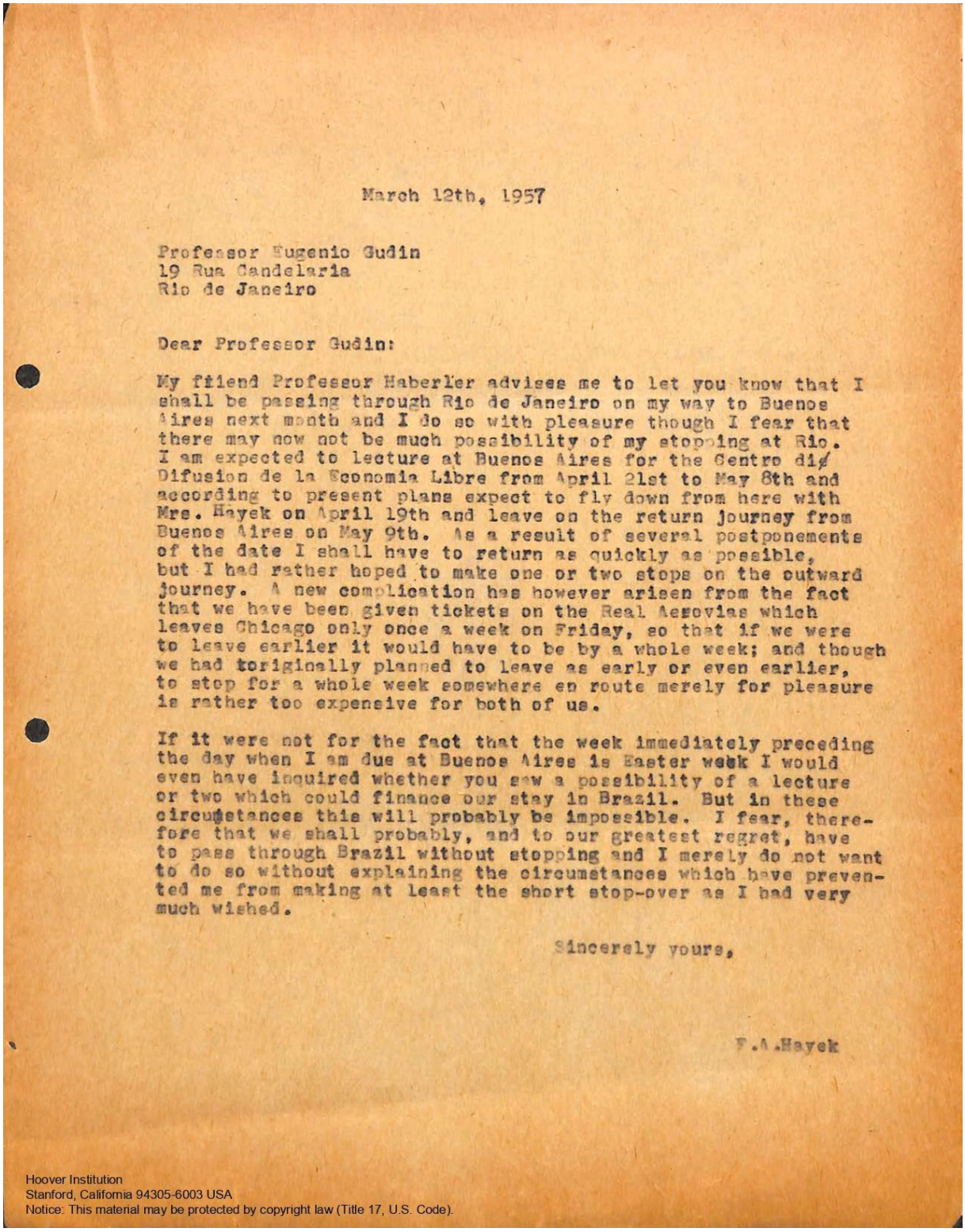
henry and ilke maksoud

coll 27 d-7800friburginbreisgau

Hoover Institution
Stanford, California 94035-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S.Code). This copy is made for your personal use only.

# APÊNDICE B – CARTAS TROCADAS ENTRE EUGÊNIO GUDIN E HAYEK

2. Friedrich Hayek – caixa 22 – pasta 32



March 12th, 1957

Professor Eugenio Gudin
19 Rua Candelaria
Rio de Janeiro

Dear Professor Gudin:

My friend Professor Haberler advises me to let you know that I shall be passing through Rio de Janeiro on my way to Buenos Aires next month and I do so with pleasure though I fear that there may now not be much possibility of my stopping at Rio. I am expected to lecture at Buenos Aires for the Centro di/ Difusion de la Economia Libre from April 21st to May 8th and according to present plans expect to fly down from here with Mrs. Hayek on April 19th and leave on the return journey from Buenos Aires on May 9th. As a result of several postponements of the date I shall have to return as quickly as possible, but I had rather hoped to make one or two stops on the outward journey. A new complication has however arisen from the fact that we have been given tickets on the Real Aerovias which leaves Chicago only once a week on Friday, so that if we were to leave earlier it would have to be by a whole week; and though we had toriginally planned to leave as early or even earlier, to stop for a whole week somewhere en route merely for pleasure is rather too expensive for both of us.

If it were not for the fact that the week immediately preceding the day when I am due at Buenos Aires is Easter week I would even have inquired whether you saw a possibility of a lecture or two which could finance our stay in Brazil. But in these circumstances this will probably be impossible. I fear, therefore that we shall probably, and to our greatest regret, have to pass through Brazil without stopping and I merely do not want to do so without explaining the circumstances which have prevented me from making at least the short stop-over as I had very much wished.

Sincerely yours,

F.A.Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code).

March 12, 1957

Professor Eugenio Gudin
19 Rua Candelaria
Rio de Janeiro,

Dear Professor Gudin:

My friend Professor Haberler advises me to let you know that I shall be passing through Rio de Janeiro on my way to Buenos Aires next monthx. I am supposed to lecture there for the Centro di Difusion de la Economia Libre from April 21 to May 8th. Unfortunately I shall at the end of that period straight here without time for a stop.

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code).

April 3rd, 1957

Professor Eugenio Gudin
19 Rua Candelaria
Rio de Janeiro

Dear Professor Gudin:

Thank you very much for your kind cable of March 30th. After consultin the airline which told me that they could probably get us reservations for the flight from Rio to Chicago on May 16hh I sent you a provional reply by cable as follows:
THANKS.MAKING ARRANGEMENTS TO STOP MA Y 11 - 16 FOR LECTURES.
Since I must be back here at the latest at the end of the week ending May 19th, the possibility of our stopping still depends on this reservation being confirmed which I should know in five or six days. Assuming, as I very much hope, that this will be the case, it would mean that we would arrive at Rio from Buenos Aires on Real Airlines on Saturday May 11th at 16;10 and have to leave Rio on Thursday May 16th at 17:10. I hope that would give enough time for the two lectures you have suggested. Please let me know whether this suits you and whether and where you could in Rio make reservations for us to stop at a hotel, We shall not leave here until the evening of April 19th and thereafter can be reached either at the Plaza Hotel at Buenos Aires or, perhaps better, c/o the Centro de Difusion de la Economia Libre, Corrientes 447, 8º Piso, Buenos Aires, who are organising my lectures there.
As regards the subject of my lectures I should probably first say what I shall be lecturing on ate Buenos Aires, which also says what I am now working upon. I shall be lecturing there on the subject of a book on which I have been working for some time and which is to be called THE CONSTITUTION OF LIBERTY. The title of the six consecutive lectures I shall be giving is:
Liberty and Liberties
Coercion and the State
Law, Commands, and Order
The Creative Powers of a Free Civilization
The Commonsense of Progress
Freedo,, Reason, and Tradition.
At Rio de Janeiro I could either try to compress this general argument into two consecutive lectures under the same title or give one lecture on this more general subject and another on a more definitely economical one such, as e.g., "Full Employment, Planning, and Inflation" (treated very critically, of course!)
Please let me know your wishes.

I a m most grateful for your kind invitation and greatly looking forward to meeting you.

Very sincerely yours,

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code).

Eugenio Gudin ~~Filho~~
Rua da Candelaria, 19
Rio de Janeiro, 8th April 1957.

Prof.
F.A. Hayek
Committee on Social Thought
University of Chicago
1126 East 59th Street
CHICAGO 37, Ill.

Dear Professor Hayek,

I just received your letter of the third. Subject to your confirmation we will be delighted to receive you here at the Airport on May 11th and make use of Saturday and Sunday to make you and Mrs. Hayek acquainted with Rio. Your two lectures might be delivered on Monday 13th and Wednesday 15th. You would be free to leave on Thursday 16th.

On receipt of your confirmation, we will make the hotel reservations. Of your two suggestions, both very attractive, I believe my colleagues economists would much appreciate one lecture of yours on an economic subject, such as you suggest "Full Employment, Planning and Inflation". Personally I would much enjoy your views on Planning by Programming and Forecasting, such as practised by the Economic Commision for Latin America (U.N.) ....

Awaiting for your further communication and with best regards

Very sincerely yours

Eugenio Gudin.

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code).

CLASS OF SERVICE
This is a fast message unless its deferred character is indicated by the proper symbol.

# WESTERN UNION
## TELEGRAM

W. P. MARSHALL, PRESIDENT

1201

SYMBOLS
DL=Day Letter
NL=Night Letter
LT=International Letter Telegram

The filing time shown in the date line on domestic telegrams is STANDARD TIME at point of origin. Time of receipt is STANDARD TIME at point of destination

1957 MAR 30 AM 1 52

CDU022 35 PD INTL=CD RIODEJANEIRO VIA WUCABLES 29 NFT=
:LT F HAYEK=
=1126 EAST 59TH ST CHGO=

:0921 EASTER WEEK UNFORTUNATELY UNFEASIBLE STOP WOULD BE DELIGHTED HAVE YOU BOTH ON RETURN FROM BUENOSAIRES FOR TWO LECTURES DURING A WEEK OR SHORTER STOP REGARDS=
:GUDIN=

1957 MAR 30 PM 12 32
TELEPHONE NO.
TELEPHONED TO Ache
TIME DELIVERED CHICAGO ILL. called
BY
DELIVER Tele

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code).

THE COMPANY WILL APPRECIATE SUGGESTIONS FROM ITS PATRONS CONCERNING ITS SERVICE

1957 MAR 30 AM 9 29

MSG. TIME RTD
NO. WDS.
CHG.
ENTERED

April 2—

Thanks. Planning arrangements to stay May 11 - 16 for lectures

Hayek

Hoover Institution
Stanford, California 94305-6003 USA
Notice: This material may be protected by copyright law (Title 17, U.S. Code).